



Estudos em homenagem

*a Marco
Maschio Chaga*

Educação, Letras, Direito, História, Engenharia,
Tecnologia, Saúde e Filosofia



GEOVANI BROERING E RENATO RODRIGUES
(Coordenação Geral)



editora
papervest



Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - CEP: 88503-190
Fone: (49) 3225-4114 - Lages / SC
www.unifacvest.edu.br



Coordenação Geral
Geovani Broering
Renato Rodrigues

Educação, Letras, Direito, História, Engenharia, Tecnologia, Saúde e Filosofia
Estudos em homenagem a Marco Maschio Chaga

Mantenedora: Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora

Editores - Renato Rodrigues (Presidente) e Arceloni Neusa Volpato

Conselho Editorial e Científico
Doutores

Alejandro Villalobos Clavería (Chile)
Alexandre Teixeira (Uruguay)
Andreia de Bem Machado (Brasil)
Camilla Volpato Broering (Brasil)
Doris Dukova (Colombia)
Eduard Marquardt (Brasil)
Fabio Eduardo Grunenwald Soares (Brasil)
Gustavo Capobianco Volaco (Brasil)
José Endoença Martins (Brasil)
Juan Martin Ceballos Almeraya (México)
Juscelino Francisco do Nascimento (Brasil)
Lourival Andrade Junior (Brasil)
Luis Miguel Cardoso (Portugal)
Ramon Hernandez de Jesus (Venezuela)
Rita Borges (Brasil)
Soeli Staub Zembruski (Brasil)

Reitor: Geovani Broering
Pró-Reitora Administrativa: Soraya Lemos Erpen Broering
Editoração Eletrônica: Gráfica Princesa
Revisão Final: Renato Rodrigues

Ficha Catalográfica

Rodrigues, Renato (Org.).
Estudos em homenagem a Marco Maschio Chaga / Renato Rodrigues. Lages: PAPERVEST, 2021, 384p.
ISBN 978-65-00-25764-9
1. Educação. 2. Letras. 3. Direito. 4. História. 5. Engenharia. 6. Tecnologia. 7. Saúde. 8. Filosofia.

Papervest Editora

Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST
Av. Marechal Floriano, 947, Lages – Santa Catarina – CEP 88503-190
unifacvest.edu.br

Lages
2021

Autores

Alessandra Marques Diefenthaler
Aline Borsato Corrêa Coelho
Aline Latichuky
Amanda Kley Couto
Ana Flávia Costa Eccard
Andreia de Bem Machado
Andréia Valéria de Souza Miranda
Angelica Markus Nicoletti
Anna Cristiane Duarte Silva
Antonio Marcos Ghizoni
Arceloni Neusa Volpato
Arlindo Bampi Filho
Beatriz Lucia Salvador Bizotto
Bruno Nunes Correa
Carolina da Silva Mezzomo
Caroline Godinho dos Anjos
Caroline Monteiro Juliano
Cleiton Melha Rothmund
Diana Leticia de Oliveira
Edi da Silva
Eduard Marquardt
Elisângela Velho Rita
Felipe Boeck Fert
Gabriela da Silva
Gustavo Bampi
Gustavo Capobianco Volaco
Heidy Danúbia Pereira Rodrigues
Inês Staub Araldi
João Vitor De Matia Liposki

Jordana Aparecida Teza
José Correia Gonçalves
José Roberto Paludo
Larissa Amorim
Larissa Sandri Wojcik
Leandro Fuck Macedo
Lucas Soso Bressan
Magali Maria Tagliari Graf
Maiara de Fátima Gonçalves
Maria Eduarda Butzki da Silva
Nádia Webber Dimer
Nayara Alano Moraes
Patrícia Citadin Dutra
Paola de Oliveira Machado
Paula Cristina de Siqueira
Pedro Hiago de Liz Lopes
Rafael Rodrigues Schmitt
Rafaela Francisco da Nóbrega
Renato Rodrigues
Ricardo Leone Martins
Rosângela Martins Carrara
Soeli Zembruski Staub
Tatiele Poliana Restelatto Severo Da
Silva
Teresinha Bueno Branco
Vanessa de Souza Mariano
Patrícia Citadin Dutra
Vivian Regina Dematé Pereira
Viviane Grassi

PREFÁCIO**Marco e a Utopia Alada de Mestre****Dr. José Endoença Martins**Mestrado em Práticas Transculturais – **UNIFACVEST, Lages, SC.**

Linha de Pesquisa (L1):

Grupo de Pesquisas **EDUCOGITANS** (FURB)**NEAB-FURB** (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros)**NEAB-UFPR** (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros)**I**

Gestou primeira utopia
em uniandrades; segunda
bisou em unifac-vestes.
Utópico, Mestre sempre
se dualizava.

II

Quando findam, às utopias
não cabem réquiens.
Utopias são almas aladas
e pedem consoadas.

III

Na mesa de Bandeira,
a indesejada da gente
se locupleta.

IV

Em mestrais discursos
de Marco, amada
utopia se projeta.

V

Que versos de negra elegia
tragam Marco de volta.
Apenas, por um dia.

VI

Morte é assim, um repente;
um toque na porta.

VII

Eu a vi.
E sei que não vai
.durar para sempre.

Blumenau, 28 de Março 2021

SUMARIO

A ARTE DA GUERRA É UM PROBLEMA PERENE? José Roberto Palu	01
IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO ATENDIMENTO E IMOBILIZA- ÇÃO CORRETA EM VÍTIMA DE TRAUMA COM SUSPEITA DE FRATURA DE MEMBROS: UMA PERSPECTIVA DE ACADÊMI- COS DA DÉCIMA FASE DE ENFERMAGEM Amanda Kley Couto; Vivian Regina Dematé Pereira; Nayara Alano Moraes; Magali Maria Tagliari Graf.	13
AS NOVAS TECNOLOGIAS NO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA Arlindo Bampi Filho; Gustavo Bapi	27
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PATERNA DURANTE A ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL Caroline Monteiro Julianelo; Nayara Alano Moraes; Paula Cristina de Siqueira; Patrícia Citadin Dutra	33
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA JUNTO AOS ADOLESCENTES Heidy Danúbia Pereira Rodrigues; Nayara Alano Moraes; Andréia Valéria de Souza Miranda; Vivian Regina Dematé Pereira	43
LECIONANDO A NEGRITICE Caroline Godinho dos Anjos; Larissa Amorim; Larissa San- dri Wojcik	55
NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS PARA PROFES- SORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA Maria Eduarda Butzki da Silva; Nayara Alano Moraes; Paula Cristina Siqueira	75
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – NEPOTISMO Antonio Marcos Ghizoni; Edi da Silva; Renato Rodrigues	87
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PRIMEIRO ATENDIMEN- TO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE Vanessa de Souza Mariano; Teresinha Bueno Branco; Naya- ra Alano Moraes; Magali Maria Tagliari Graf Patrícia Citadin Dutra	113

VIVÊNCIAS NO COVAITE: CONGRESO VIRTUAL ARGENTINO E IBEROAMERICANO DE TECNOLOGIA E EDUCACION Arceloni Neusa Volpato; Andreia de Bem Machado; Rosângela Martins Carrara	126	A CRISE DA RACIONALIDADE JURÍDICA: ANÁLISE DO BANCO DE DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2014 A 2016 Felipe Boeck Fert; Ricardo Leone Martins; Viviane Grassi	251
A EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO COMPARADOS À PRODUÇÃO NACIONAL Cleiton Melha Rothmund; Pedro Hiago de Liz Lopes; Beatriz Lucia Salvador Bizotto	145	INOVAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS DO SÉCULO XXI Inês Staub Araldi; Soeli Zembruski Staub	276
AVALIAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PAINEL (SC) Tatiele Poliana Restelatto Severo Da Silva; Nádia Webber Dimer	157	ATUAÇÃO DO CIRURGIÃO-DENTISTA FRENTE AOS DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS DO SONO: REVISÃO DE LITERATURA Aline Latichuky	283
FIBRAS E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLE GLICÊMICO Lucas Soso Bressan; Nádia Webber Dimer; Angelica Markus Nicoletti	168	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA Leandro Fuck Macedo	318
A IMPORTÂNCIA DA SUPERVISÃO DO ENFERMEIRO DENTRO DAS UNIDADES DE SUPORTE BÁSICO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA: UMA PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO E DO TÉCNICO DE ENFERMAGEM Gabriela da Silva; Vivian Regina Dematé Pereira; Magali Maria Tagliari Graff; Nayara Alano Moraes	181	OS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA O CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NA GESTÃO PÚBLICA - EM UM PEQUENO MUNICÍPIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA Elisângela Velho Rita; Beatriz Lucia Salvador Bizotto	318
DAS RELAÇÕES ENTRE DIREITO À CIDADE E GEOPOLÍTICA: O TERRITÓRIO DA CIDADE ENQUANTO ESPAÇO POLÍTICO EM DISPUTA Ana Flávia Costa Eccard; Jordana Aparecida Teza; Rafaela Francisco da Nóbrega	190	O PRINCÍPIO DA BOCA E O GOSTO DO DESEJO Maiara de Fátima Gonçalves; Gustavo Capobianco Volaco; Anna Cristiane Duarte Silva	332
DEMOCRACIAS LIBERAL E ILIBERAL: O ÓDIO À POLÍTICA COMO PROTAGONISTA Rafael Rodrigues Schmitt	204	NECESSIDADE DE GESTÃO DE RELACIONAMENTO: IMPLANTAÇÃO DO CRM – CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT – EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL Diana Leticia de Oliveira; José Correia Gonçalves	340
USO DE LASERTERAPIA PARA A RECUPERAÇÃO DA PARESTESIA DO NERVO ALVEOLAR INFERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA Alessandra Marques Diefenthaler	212	ASPECTO RADIOGRÁFICO DE LESÕES ODONTOGÊNICAS, UMA REVISÃO DE LITERATURA João Vitor De Matia Liposki	350
MARCO CHAGA, EM MEMÓRIA Eduard Marquardt	241	A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS ALIADA NO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS Aline Borsato Corrêa Coelho; José Correia Gonçalves	370
ENUCLEAÇÃO CÍSTICA COM APICECTOMIA CONCOMITANTE A REGENERAÇÃO TECIDUAL COM PRF Paola de Oliveira Machado; Bruno Nunes Correa	245	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST REFERÊNCIA EM DIAGNÓSTICO NA ODONTOLOGIA Paola de Oliveira Machado; Carolina da Silva Mezzomo; Bruno Nunes Corrêa	380

A ARTE DA GUERRA É UM PROBLEMA PERENE? ¹

José Roberto Paludo

RESUMO

Este artigo tem por objetivo abordar um dos autores clássicos da ciência política, Nicolau Maquiavel, e a partir disso focar o tema da “arte da guerra” como um problema perene na história das ideias. Escrever sobre Maquiavel é um desafio, pois há mais de meio século esse autor divide opiniões e provoca polêmicas. Como explica Silva (2010 a), “ao longo de quase cinco séculos, a interpretação republicana do pensamento político de Maquiavel jamais foi forte o bastante para sobrepor ao retrato convencional, que chega a apresentar o florentino como um dos mais inescrupulosos conselheiros de tiranos de todos os tempos”. Este artigo terá quatro partes, iniciando pela observância de referências teóricas sobre a importância e a forma de se estudar os clássicos e a história das ideias. Depois, buscar-se-á contextualizar Maquiavel no seu tempo para se entender a intencionalidade de suas ideias e em seguida abordar a “arte da guerra” no conjunto da trilogia de Maquiavel. Na parte final, far-se-á a relação tanto da “arte da guerra” em Maquiavel (2005) com a obra de Sun Tzu (1996), quanto com a releitura do tema na atualidade e serão feitas algumas considerações finais.

PALAVRAS CHAVE

Arte da guerra; problemas perenes; Maquiavel

ABSTRACT

This article aims to approach one of the classic authors of political science, Niccolo Machiavelli, and, from that point on, to focus on the theme of “art of war” as a perennial problem in the history of ideas. Writing about Machiavelli is a challen-

¹É com apreço que participo desta oportunidade de fazer uma homenagem ao professor Dr. MARCO ANTONIO MASCHIO CARDOZO CHAGA (in memória). Trago presente a memória do 5º Simpósio Internacional de Práticas Transculturais Inovadoras, em novembro de 2019, última oportunidade de dividir uma mesa com o professor Marco, pois, em dois de fevereiro do ano seguinte, quando ele me convidou para seminário de formação continuada dos professores da Unifacvest, foi a data da sua passagem prematura que nos deixou saudosos. Naquele simpósio (2019), professor Marco tratou o tema “Nossa época confusa e acelerada” e lembro-me que iniciou sua abordagem sobre “as guerras”, para entender o contexto atual. Por isso, resgatei esse paper, ainda não publicado, que havia produzido durante a disciplina de Tópicos Avançados em Teoria Social (2012), com o professor Dr. Ricardo Silva, durante o meu doutorado, cujo objetivo foi apresentar uma abordagem sobre a “arte da guerra como um tema perene”.

ge as, for more than half a century, this author has divided opinions and caused controversy. As Silva (2010a) explains, “over almost five centuries, the republican interpretation of Machiavelli’s political thought was never strong enough to override the conventional portrait, which even presents the Florentine as one of the most unscrupulous advisers of tyrants of all times”. This article is divided into four parts, starting with the theoretical references on the importance and the way of studying the classics and the history of ideas. Then, it contextualizes Machiavelli in his time to understand the intentionality of his ideas and addresses the “art of war” in the set of Machiavelli’s trilogy. In the final part, it presents the relationship between the “art of war” in Machiavelli (2005) and the work of Sun Tzu (1996), as well as the re-reading of the theme today and some final considerations.

KEY WORDS

Art of War; perennial problems; Machiavelli

Considerações teóricas sobre o estudo da história das ideias.

A história das ideias tornou-se uma área do conhecimento importante no campo das ciências políticas e Skinner (2003)² sintetizou os principais problemas sobre a abordagem de autores clássicos, questionando os procedimentos inadequados, os quais o autor chamou de mitologias³, tanto do ponto de vista linguístico, quanto do ponto de vista do contexto. Ao mesmo tempo, Skinner (2003) entende que a “ideia” deve ser considerada como uma unidade de análise, que deve ser rastreado o seu significado de diversas maneiras. O autor afirmou também, que para se compreender o texto era necessário apreender o significado pretendido, ou seja, a intencionalidade do autor, para quem ele escreveu, e decodificar o contexto linguístico. Enfim, Skinner (2003) buscou demonstrar que o pesquisador simplesmente parte de suas inquietações, pois não há problemas perenes nem ideias intemporais.

²Por precaução em relação algum leitor desavisado, chamo atenção para que não confunda este autor, Quentin Skinner, inglês nascido em 1940, teórico sobre a história das ideias, integrante da Escola de Cambridge, com o famoso Burrhus Frederic Skinner, psicólogo norte-americano nascido em 1904, conhecido pelo método de ensino programado, baseado a grosso modo num ambiente de disciplina severa e estímulo resposta.

³Skinner (2003) destaca e descreve esses procedimentos inadequados chamando-os de: mitologia da doutrina (que desconsidera a assimetria entre o significado que o observador encontra no enunciado/ação e o significado da ação em si); mitologia da coerência (buscando-a, no autor estudado, descartando contradições, entrelinhas e o contexto); mitologia da prolepse (confundindo o significado dos enunciados para o historiador com o significado para o autor); mitologia do paroquialismo (seguindo os padrões atuais de discriminação e classificação, construindo uma identidade entre o universo mental passado e o atual e produzindo uma falsa familiaridade).

Essa afirmativa, como diversas outras, provocou polêmicas e contestações por parte de diversos autores, como é o caso de Bevir (1994), que argumenta o contrário, ou seja, que “há sim problemas perenes”, pois quando se faz uma tradução está se buscando resposta para problemas comuns e ao traduzir uma obra clássica se compartilha ou discorda das crenças dos autores clássicos. Não se trata de cada pensador formular perguntas sobre o mesmo tema de seu modo, porém, de cada pensador utilizar termos teóricos diferentes para formulá-las, formando-se, assim, cadeias de teorias, e não formulações singulares, como afirmam os contextualistas linguísticos. Pode também haver diferentes crenças sobre um único problema, desde que a sua formulação seja suficientemente abstrata que permita dialogar com diferentes crenças em diferentes épocas (BEVIR, 1994).

Finalmente, Silva (2010 b) afirmou que o contextualismo linguístico “tem contribuído decisivamente para robustecer o campo da história do pensamento político” e que “duvidar da existência de um método infalível não significa naufragar no oceano do relativismo radical” (SILVA, 2010 b). E arrematou afirmando que podemos continuar comparando e apontar aquelas narrativas que oferecem interpretações mais acuradas, compreensivas e abertas a ideias do passado.

Portanto, pergunta-se: A “arte da guerra” é um problema perene? É possível identificar a intencionalidade dos diferentes autores ao abordar o tema? Assim, pretende-se adentrar no tema escolhido, levando-se em consideração tais reflexões teóricas e metodológicas, procurando evitar tanto “as mitologias” alertadas por Skinner (2003), levando-se em conta o contexto de Maquiavel, como também evitar “erros teóricos” apontados por Bevir (1994). E mesmo assim, busca-se oferecer uma interpretação compreensiva e aberta sobre o tema da arte da guerra.

O contexto de Maquiavel

Na biografia que escreveu sobre Maquiavel, o australiano Michael White (2007) descreve o contexto e os personagens com precisão de detalhes, datas, lugares e pessoas, porém, sem paixões. Segundo White (2007), Maquiavel era um homem normal, que gostava da companhia de amigos, de beber com eles nas tabernas florentinas, de apostar em jogos de azar, de sair com mulheres, tendo se casado e tido filhos. Além disso, trabalhou 15 anos como diplomata e funcionário público durante o governo de Piero Soderini, tendo sido deposto pela dinastia dos Médici em 1513, preso e torturado. Exilou-se para escrever sua análise da história, política e militar, escrevendo mais duas peças cômicas, algumas músicas, sonetos e versos, voltando mais tarde à convivência com os amigos nos Jardins Rucellai onde concluiu seus livros. Depois, foi contratado para escrever a História de Florença, voltando a ser contratado para atuar como diplomata e, ao final da vida, foi preterido, adoecendo e morrendo em 1527 (WHITE, 2007).

Florença foi fundada por volta do ano 1.000 d.C., dominada por mais de um século pelo exército do Sacro Império, e, depois disso, tornou-se um importante centro cultural, que atraía tanto artistas e filósofos como mercadores e banqueiros, sendo um dos berços da Renascença. Quando apareceu a primeira prensa em Florença, no ano de 1470, havia cerca de 30 mil livros, sendo que, em 1500, estima-se que circulavam quase oito milhões de livros impressos (WHITE, 2007). Florença devia muito a sua estabilidade econômica e política à família Médici que construiu o maior banco europeu do século XV, mas, na sua terceira geração, Piero di Médici foi ameaçado pelo povo depois de um acordo com os franceses, buscando exílio. Por se tratar de uma República, reuniu-se os conselhos e foi eleito como chefe de Estado o frade Girolamo Savonarola em 1494, que acabou queimado em praça pública, em 1498, tendo sido sucedido por Piero Soderini. Nesse momento, Maquiavel também foi eleito como secretário da Segunda Chancelaria⁴ e um mês depois tornou-se também secretário dos Dez da Guerra, o comitê governamental indicado para tratar dos assuntos exteriores (WHITE, 2007).

Maquiavel atuou em missões exteriores importantes, negociando diretamente com o rei da França, Luiz XII, com papa Alexandre IV e seu filho Cesar Bórgia, e com duque de Valentina. Também foi encarregado de acompanhar a nova eleição papal, que escolheu Julio II e finalmente teve a oportunidade de desenvolver seu projeto mais importante, que tem um papel central na sua visão de estratégia política, ou seja, construir um exército próprio de Florença. No mesmo ano Maquiavel foi enviado novamente para negociar com o papa Julio II e Florença⁵ acabou ajudando o papa a invadir Bolonha (o exército florentino não precisou atuar).

Depois disso, houve uma reviravolta em que os espanhóis derrotaram os franceses e, em Florença, Soderini deixava o poder para a retornada dos Médici. Maquiavel foi demitido em 7 de novembro de 1512 e mudou-se com a família para o sítio de Sant'Andrea, até que no início de 1513 houve uma conspiração anti-Médici, na qual Maquiavel estava citado, e, portanto, preso no dia 8 de fevereiro de 1513, torturado barbaramente. Libertado em 12 de março do mesmo ano, retornou ao sítio onde escreveu O Príncipe, entre agosto de 1513 e janeiro de 1514, e dedicou-o a Lorenzo di Piero de Médici, em 1516, na esperança de retornar ao serviço público.

Em 1514, voltou a frequentar os Jardins de Rucellai motivado a retomar a obra sobre Os Discursos e, na sequência, escrever A Arte da Guerra⁶. Em 1522,

⁴A Segunda Chancelaria cuidava dos negócios internos, enquanto a Primeira cuidava das relações externas.

⁵Conseguiu aprovação e financiamento com o Conselho dos Dez da Guerra e começou a recrutar seus soldados

Maquiavel foi convidado pelo cardeal Giulio de Médici para escrever a História de Florença; para tanto se retirou novamente para o sítio da família a fim de desenvolver esse trabalho por mais dois anos. Em 1524, retornou à cidade, período de muitos acontecimentos na Europa, onde as duas potências, França e Espanha, encontravam-se novamente em pé de guerra (e a Itália dividida no meio das duas). Em 1517, Martinho Lutero publicara as 95 Teses (WHITE, 2007).

Em 1525, Maquiavel foi convidado a retomar a carreira diplomática e passou seus últimos dois anos de vida em missões acumulando mais decepções do que resultados positivos e abalado por ser preterido do cargo de secretário da Segunda Chancelaria em 10 de junho, faleceu, vítima de peritonite, causada por uma úlcera infecciosa em 21 de junho de 1527 (WHITE, 2007).

O tema da Arte da Guerra na obra de Maquiavel

Pode-se afirmar que a Arte da Guerra recebeu uma atenção central na obra teórica e prática de Maquiavel. Segundo Torres (in. MAQUIAVEL, 2005), tanto em O Príncipe, quanto em Os Discursos, Maquiavel tratava da relação entre poder e força, com inúmeras referências à guerra interna, à externa ou às forças armadas. No entanto, na Arte da Guerra, o fez com um extremado realismo e concentrou sua atenção ao fenômeno político puro.

Em O Príncipe, obra mais conhecida, seguida⁷, e criticada, depois de distinguir os diferentes tipos de principados e de propor atitudes a serem tomadas para se manter no poder nos capítulos XII, XIII e XIV, o autor se refere a assuntos

⁶Esta última obra foi escrita em 1518, aprimorada pelas discussões nos Jardins Rucellai, organizada em forma de ficção naquele cenário, tratando sobre a melhor maneira de formar e manter uma poderosa força militar para ser entendida e utilizada por militares em qualquer lugar e a qualquer tempo. Esta foi a única obra do autor publicada em vida, em 1521, pelo florentino Filippo di Giunta, sendo "extremamente bem recebida por analistas militares e comentaristas políticos em geral"

⁷O Príncipe serviu de "livro de cabeceira" para muitos líderes políticos e militares e provavelmente continua sendo até hoje. Porém, chama a atenção as traduções dessa obra com comentários, como por exemplo, a de Napoleão Bonaparte, trazida a público em 1816 pelo abade Silvestre Guillon que afirmou tê-la encontrado na carruagem de Napoelão, após a batalha de Monte São João (embate decisivo de Waterloo). A editora Jardim dos Livros (São Paulo), publicou uma edição com cerca de 850 comentários feitos por Napoleão Bonaparte e por Cristina Wasa, que foi Rainha da Suécia entre 1632 e 1654. Observa-se também a diferença de opinião entre os dois comentaristas, em muitos aspectos completamente divergentes em relação a obra de Maquiavel. Esse é um exemplo de como a obra de Maquiavel inspirou diferentes líderes em diferentes lugares e diferentes épocas, assim como chama a atenção para a necessidade de contextualizar tanto o autor, mas principalmente os leitores e comentaristas, observando suas intenções ao escrevê-lo, demonstrando assim que o intensionalismo de Skinner não pode ser desprezado.

relacionados com o tema da “arte da guerra”. Maquiavel (2002) considera as leis, as normas e as armas como bases e fundamentos dos Estados que podem ser através de exércitos mercenários, auxiliares ou mistos, sendo os dois primeiros inúteis e perigosos. O príncipe deve estar no comando das suas forças armadas e deve instituir o serviço militar obrigatório. Dentre os deveres dos príncipes para com as tropas, o único pensamento deve ser com a guerra, e, dentre as fortalezas que são úteis ao príncipe, está o dever de organizar as forças armadas, cuidar da economia e da nomeação dos seus ministros (Maquiavel 2002). Finalmente, encerra sua obra invocando a Lorenzo de Médici para se tornar esse Príncipe Novo, pois a Itália esperava por um líder e tinha força, destreza e inteligência, mas faltava-lhe um rumo, sendo para tanto necessário preparar um exército que se constituiria numa terceira força europeia, baseado inclusive nos erros dos espanhóis e suíços (MAQUIAVEL, 2002).

Em Os Discursos (MAQUIAVEL, 2007), Maquiavel demonstra sua visão humanista e republicana, preocupando-se já no primeiro livro com a ordenação e manutenção tanto de repúblicas quanto de principados; enquanto o segundo e o terceiro livro estão mais voltados para a condução da guerra e ampliação dos Estados e reinos. Maquiavel tem como referência a história de Roma e a partir dela dialoga com todas as experiências e com a vasta relação de contatos construída no processo de formação do Império Romano. Já no primeiro livro, há partes importantes que tratam do tema da guerra, como no capítulo XX, onde o autor “Censura ao príncipe ou república que não tem armas próprias”. E o capítulo XXX trata do comportamento que deve ter um príncipe ou uma república para escapar da ingratidão, devendo comandar a guerra, e não aparecer somente no momento de glória. Maquiavel elogia os romanos por terem criado o decenvirato e dar-lhe o papel de cuidar da guerra, coisa que nem o senado, nem os plebeus faziam com precisão.

No livro dois de Os Discursos, Maquiavel ocupou-se de como os romanos expandiram seu território, explicando suas estratégias de guerra. Quando à melhor tática, se era atacar primeiro ou esperar o inimigo atacar e se defender, o autor não dava respostas prontas, que dependiam do contexto, pois se se estava bem armado era melhor se defender primeiro, mas se havia poucas armas, melhor que a batalha ocorresse longe de sua cidade. Maquiavel reclamava que os soldados do seu tempo se afastaram das virtudes dos antigos, afirmando que cada vez mais a artilharia ganhava importância na estratégia de guerra e com isso a infantaria a pé passava a ser mais importante que a cavalo. Relembra os perigos das milícias mercenárias e auxiliares que não defendiam por uma causa, mas simplesmente por dinheiro. Relatou como os romanos ocupavam as cidades fortificadas e como o senado romano concedia poderes discricionários aos comandantes de guerra, confirmando suas deliberações.

Enfim, no terceiro livro de Os Discursos, Maquiavel seguia propondo

conselhos e estratégias de guerra, tais como: que o comandante prudente deveria impor a necessidade de combate aos seus soldados e subtraí-la do inimigo; que era preferível confiar num bom comandante com exército fraco do que no inverso; que o comandante mais digno era aquele que previa as decisões do inimigo; que para vencer as batalhas era necessário que os soldados confiassem uns nos outros e nos seus comandantes; que era importante provocar pequenos combates antes das batalhas para descobrir a estratégia do inimigo; que as características de um comandante em que o exército pudesse confiar eram as seguintes: bom orador, experiente (sabe manejar armas), corajoso para participar da primeira fila de combate, e disciplinado. Maquiavel alertou ainda para a importância de conhecer o terreno e usar da fraude no manejo da guerra para enganar o inimigo, mas, ao mesmo tempo, tomar cuidado, pois quando o inimigo cometia grande erro, devia-se desconfiar que houvesse fraude por trás.

Portanto, percebe-se que o tema da guerra tinha um papel central na obra de Maquiavel e que a Arte da Guerra foi uma obra intencionalmente engajada na tentativa de oferecer ao povo italiano uma lição, mostrando-lhe as franquezas e o caminho para superá-las. A Itália estava à espera de seu Moisés, do seu Ciro, do seu Teseu, ou seja, de um príncipe que conhecesse a arte da guerra (TORRES, In. MAQUIAVEL, 2005).

A Arte da Guerra ontem e hoje

A arte da guerra pode ser considerada um problema perene e, ao mesmo tempo, é possível rastrear o seu uso em diferentes contextos, ou seja, no século IV a.C., na obra do chinês Sun Tzu (1996); no início do século XVI, na época de Maquiavel (2005); e na atualidade.

Maquiavel escreveu A Arte da Guerra sintetizando e reafirmando várias lições das outras duas obras clássicas após debatê-las com o grupo de humanistas que frequentava os Jardins Rucellai, definindo a função militar como o apoio às boas instituições e à ordem.

Acredita-se que a Arte da Guerra de Sun Tzu foi escrita a IV séculos a.C. e foi traduzida no ocidente pelo padre jesuíta J.J.M. Amiot e publicada em Paris no ano de 1772, ou seja, não há indícios de que Maquiavel tivera qualquer contato ou conhecimento desta obra. Sun Tzu percebeu que a guerra era uma questão vital para o Estado, por isso exigia estudo e análise com base racional e planejada, interessando-lhe orientar governantes e generais e atribuir maior importância aos aspectos morais e intelectuais que aos físicos. Ademais, ponderou o efeito da guerra sobre a economia, como a inflação dos preços.

Muitas publicações recentes têm se ocupado de reinterpretar, principalmente a Arte da Guerra de Sun Tzu. Dentre elas, Gagliardi (2008) fez uma síntese dos principais pontos da obra do chinês e relaciona-os com questões e

exemplos práticos do marketing comercial. Na introdução, o autor esclareceu sua intenção afirmando que “Nos dias de hoje, as citações de Sun Tzu deixaram de atuar apenas na esfera militar, passando a atuar também em uma guerra diferente, mas igualmente perigosa: a guerra dos negócios” (GAGLIARDI, 2008).

Para efeito de análise das três obras com o mesmo tema e em diferentes épocas, traçou-se um quadro comparativo a partir de três subtemas, observando como cada autor abordou-os e apontando as semelhanças e diferenças. O primeiro subtema tratou sobre o fator humano na guerra; o segundo sobre a organização da guerra; e o terceiro sobre as táticas e recomendações.

Sobre o fator humano, Sun Tzu (1996) focou mais na importância do mandato que os soberanos concediam aos generais para atuar com autonomia na guerra, nas qualidades e defeitos dos generais, no emprego de agentes secretos, na importância da disciplina dos soldados (propondo decapitar o que não obedecer as ordens) e, ao mesmo tempo, no valor moral de cuidar bem dos prisioneiros. Diferentemente, Maquiavel (2005) ressaltou que a profissão da guerra não assegurava uma remuneração honesta e permanente, pois, manter-se na guerra permanente conduzia ao roubo e à violência. Por isso, segundo ele se devia criar a esperança de prêmios e apenas se prevenir de espões. Maquiavel tinha opinião semelhante em relação à qualidade e tipos de generais e sobre a disciplina e a importância de acolher os inimigos leais como uma grande aquisição. As qualidades de um comandante para Maquiavel (MAQUIAVEL, 2005) eram: saber executar todas as tarefas com criatividade e inovação; e para Sun Tzu eram: sabedoria, sinceridade, humanidade, coragem e rigor. Gagliardi (2008), por sua vez, diferente de Maquiavel (2005), requeria funcionários com dedicação exclusiva e ademais concordava em relação à necessidade de pessoas habilitadas, de um comando preparado para tomar decisões, um dirigente esclarecido e prudente e acrescentava a importância da aprendizagem organizacional e do trabalho em equipe.

O segundo subtema é relacionado com a organização e planejamento. Aqui, Sun Tzu (1996) destacou a importância de se ter informações precisas: medida de espaço; cálculo de quantidades; comparações; probabilidades de vitória; conhecer as condições do terreno; fazer mapas e classificá-los em diferentes tipos para prever a disposição das tropas; montar acampamento distribuído em círculo ao redor do quartel-general; cuidar dos suprimentos; organizar e distribuir bem as tarefas; estabelecer hierarquias e regras claras de controle; conhecer os pontos fortes e fracos seus e do seu inimigo; decidir onde e quando começa a guerra; medir as estradas; e fixar as datas. Maquiavel (2005) concordou com a importância de conhecer o terreno, de conhecer-se a si mesmo e ao inimigo. Ademais concordou que a tática para posicionamento das tropas dependia desses fatores e com a necessidade de se preocupar com os suprimentos (os homens, o ferro, o dinheiro e o pão eram os pontos nevrál-

gicos da guerra), mas se diferencia na preocupação com a formação das tropas. Para Maquiavel (2005), o cerne do exército era a infantaria, os comandantes deviam ficar entre a primeira e a segunda fileira, devia-se estar preparado em todos os sentidos, na dianteira, nos flancos e na traseira, além de se detalhar informações sobre o uso de artilharia e preocupar-se com a preparação de bons cavalos para a guerra. Gagliardi (2008) concordou que a guerra devia ser estudada em detalhes, morais, climáticos, terrenos e de comando, com a importância das provisões em quantidades suficientes, com a necessidade de se elaborar planos de ataque, de analisar o negócio do concorrente e seus pontos vulneráveis; portanto, de conhecer o inimigo, medir o espaço, as quantidades, as chances de vitória, a classificação dos terrenos, acrescentando o aspecto que diz respeito a conhecer os clientes.

Por fim, o último subtema a ser comparado diz respeito às táticas e recomendações. Nesse aspecto, Sun Tzu (1996) é insistente na importância de conhecer e traçar táticas diferentes para cada tipo de terreno. O autor afirmou que é melhor tomar o Estado inimigo intacto sem necessidade de usar armas e que as guerras devem ser rápidas. Para ele, a arte da guerra se baseia em ser ardil e enganar o inimigo, mas, ao mesmo tempo, em não cair em emboscadas. Além disso, afirmou que quando se estiver vencendo, deve-se dar a entender que há uma via de escape em aberto para saída, sem encurralar o inimigo, e que quando for acossado por ele, deve-se responder à mudança de circunstâncias. Ademais, deve-se ocupar o campo de batalha primeiro e arrastar o inimigo depois; controlar também os fatores físicos; atacar com fogo; e usar agentes secretos. Por último, os principais fatores que deviam ser observados para se obter a vitória eram: a influência moral, o clima, o terreno, o comando e a doutrina. E uma das recomendações mais conhecidas de Sun Tzu era:

Conhece o inimigo e conhece-te a ti mesmo. Assim, em uma centena de batalhas nunca estarás em perigo. Se conheceres o inimigo e não a ti mesmo, tuas possibilidades de vencer ou perder são iguais. Se desconhecer tanto o inimigo quanto a ti mesmo, é certo que em todas as batalhas correrás perigo. (SUN TZU, 1996. p. 42).

Nesses aspectos, Maquiavel (2005) concorda que não há uma fórmula sobre o terreno; que se deve observar bem o inimigo; que dificilmente será vencido quem prever as suas forças e as do inimigo. Ele concorda que é melhor vencer o inimigo pela fome do que com ferro; que não se deve perseguir o inimigo depois de vencê-lo; que se deve mudar de decisão quando perceber que o inimigo a descobriu; e nunca ir para uma batalha se não há oportunidade ou necessidade. No entanto, Maquiavel (2005) discorda que toda batalha deva ser rápida, podendo ser prolongada a depender do objetivo e acrescenta que é importante provocar o inimigo para batalhas rápidas, a fim de experi-

mentar o inimigo novo e conhecer seu modo de agir. Em Gagliardi (2008), é igualmente importante saber se posicionar de forma competitiva para ganhar mercado; agir diferentemente em cada terreno; esconder seus planos do inimigo; ser arдил e lançar dúvidas sobre os produtos dos concorrentes; promover ataques sutis e no momento certo; perceber quando a situação mudou e não fazer enfrentamento frontal. Num aspecto, concorda mais com Maquiavel (2005) quando propõe agir rápido ou em campanhas prolongadas a depender da circunstância, mas acrescenta que se deve buscar aliados. Afirma que a melhor defesa é o ataque (e para isso expõe 13 lições), sendo que, para Gagliardi (2008), as armas e os alvos são: preço, qualidade, inovação, propaganda e distribuição.

Nesse exercício comparativo percebe-se a importância de se ressaltar o contexto e a intencionalidade de cada autor, pois fica claro que Sun Tzu (1996) escreveu a Arte da Guerra pô entender que era de suma importância para os Estados, Maquiavel (2005) o fez com uma preocupação engajada sobre o futuro da Itália e Gagliardi (2008) reinterpreto o primeiro com base na realidade atual das empresas competindo no mercado.

Ainda que as abordagens estejam inseridas em contextos distantes e com intencionalidades tão diferenciadas, percebe-se que há uma lógica comum que trata da preocupação com os recursos humanos, com o planejamento e com as táticas de guerra militar, que podem ser relacionadas com a vida civil ou comercial; portanto, “a arte da guerra” pode ser considerada um problema perene.

Assim, ao se rastrear a trajetória do tema da arte da guerra, percebe-se que este é um problema que mobilizou grandes teóricos, em lugares e tempos distintos, e, mesmo que um não tenha tido contato com a obra do outro, percebem-se muitas semelhanças entre ambos e deles com a atualidade. Ou seja, eles tiveram capacidade de formular problemas de forma suficientemente abstrata que podem ser entendidos e reinterpretados em tempos distintos.

Enfim, buscar entender melhor a obra de Maquiavel é sempre um desafio importante, ainda que para tanto seja necessário evitar interpretações mitológicas, como as apontadas por Skinner (2003).

BIBLIOGRAFIA

BEVIR, M. “Are there perennial problems in political theory?” Political Studies, XLII, p. 662-675, 1994;

GAGLIARDI, G. **A Arte da Guerra Aplicada ao Marketing**. São Paulo: M Books, 2008;

MAQUIAVAL, N. **A Arte da Guerra**. Tradução Eugênio Vinci de Moraes – São Paulo: L&PM Pocket, 2005;

MAQUIAVAL, N. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução Martins Fontes – São Paulo: Martins Fontes, 2007;

MAQUIAVAL, N. **O Príncipe**. Tradução Lívio Xavier – 36ª edição – Rio de Janeiro: Ediouro, 2002;

MAQUIAVAL, N. **O Príncipe**: comentários de Napoleão Bonaparte e Rainha Cristina da Suécia. Tradução Ana Paula Pessoa – São Paulo: Jardim do Livro, 2007;

SILVA, R. (a). Maquiavel e o conceito de liberdade em três vertentes do novo republicanismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (on line)**. 2010, vol. 25, n.72, pp. 37-173. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000100004>;

SILVA, R. (b). **O contextualismo linguístico na história do pensamento político**: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. Dados, vol. 53, n.2, 2010;

SKINNER, Q. “Meaning and understanding in the history of ideas”. In: SKINNER, Q. Visions of Politics, Vol. 1 (Regarding Methods). Cambridge: Cambridge University Press, 2003;

SUN TZU. **A Arte da Guerra**. Tradução Gilson C. C. de Souza e Klauss B. Gerhart – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996;

WHITE, M. Maquiavel: **um homem incompreendido**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

IMPORTÂNCIA DO PRIMEIRO ATENDIMENTO E IMOBILIZAÇÃO CORRETA EM VÍTIMA DE TRAUMA COM SUSPEITA DE FRATURA DE MEMBROS: UMA PERSPECTIVA DE ACADÊMICOS DA DÉCIMA FASE DE ENFERMAGEM

Amanda Kley Couto¹
Vivian Regina Dematé Pereira²
Nayara Alano Moraes³
Magali Maria Tagliari Graf⁴
Carlos

RESUMO

As fraturas são traumas comuns que ocorrem devido a alguma força de alta magnitude imposta ao osso, tais como força de tensão, cisalhamento, compressão, curvamento e torção, atuando juntas ou separadas, fratura representa a perda da capacidade óssea de transmitir dentro da normalidade a carga durante o movimento, decorrente da perda da integridade da estrutura esquelética. O objetivo deste estudo foi identificar os conhecimentos dos acadêmicos da 10ª fase de um curso de enfermagem, em relação as ações realizadas durante um atendimento a vítima com suspeita de fratura. Trata-se de uma pesquisa de campo, do tipo descritiva e exploratória com abordagem qualitativa e comparativa. O levantamento de dados foi realizado através de dois testes e uma capacitação com acadêmicos da 10ª fase de um curso de enfermagem em um centro universitário, onde primeiramente foi aplicado um teste com questões descritivas e de múltipla escolha, com a autorização dos acadêmicos através de assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido. Posteriormente ao primeiro teste, foi realizada uma capacitação com abordagem teórico-prática com ênfase nos procedimentos que devem ser realizados pela equipe de enfermagem para uma imobilização eficaz.

¹Acadêmica do Curso de Enfermagem. 10ª fase. Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: kc.amanda@yahoo.com.br

²Enfermeira do Trabalho. Professora do curso de enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: prof.vivian.pereira@unifacvest.edu.br

³Mestre em Educação. Enfermeira. Professora do curso de enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. Email: prof.nayara.moraes@unifacvest.edu.br. mgraf@yahoo.com.br. Autora participante da construção do Projeto de Pesquisa.

⁴Mestre em Educação. Enfermeira. Professora do curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: mgraf@yahoo.com.br. Autora participante da construção do Projeto de Pesquisa.

Por fim, foi reaplicado novamente o teste e avaliado a evolução dos resultados. Através dos teste pode-se observar que muitos já tinham um prévio conhecimento sobre o tema, mas que com a capacitação puderam aperfeiçoar ainda mais, houve uma diferença em questão da qualidade das respostas sobre o tema, o que pode comprovar a necessidade de aprofundar um pouco mais sobre primeiros socorros e fraturas durante a graduação de Enfermagem, que sabe da saúde em geral, pois, no ambiente acadêmico, os alunos estão em aprendizagem contínua, demonstrando interesse em se aprimorar em tais conhecimentos e se tornarem mais capazes de agir mediante as manifestações clínicas de fraturas expostas ou fechadas.

Palavras-chave: Fratura de membros. Imobilização. Acadêmicos de Enfermagem.

ABSTRACT

Fractures are common traumas that occur due to some high magnitude force imposed on the bone, such as tension force, shear, compression, bending and torsion, acting together or separately, fracture represents the loss of bone capacity to transmit within normality the load during movement, resulting from the loss of integrity of the skeletal structure. The objective of this study was to identify the knowledge of the academics of the 10th phase of a nursing course, in relation to the actions carried out during a treatment to a victim with suspected fracture. It is a field research, of the descriptive and exploratory type with qualitative and comparative approach. The data survey was carried out through two tests and a training with scholars of the 10th phase of a nursing course in a university center, where first a test with descriptive questions was applied with the authorization of the scholars through the signature of a term of free and informed consent. After the first test, a training with a theoretical-practical approach was conducted with emphasis on the procedures that must be performed by the nursing team for an effective immobilization. Finally, the test was reapplied and the evolution of the results was evaluated. Through the tests it can be observed that many already had a previous knowledge about the subject, but with the training they could improve even more, there was a difference in question of the quality of the answers on the subject, which can prove the need to deepen a little more about first aid and fractures during the nursing graduation, which knows about health in general, because, in the academic environment, the students are in continuous learning, showing interest in improving themselves in such knowledge and becoming more capable to act through the clinical manifestations of open or closed fractures.

Key words: Fracture of limbs. Immobilization. Nursing Academics.

1 INTRODUÇÃO

Quando um osso é quebrado, pode gerar várias complicações além da própria fratura, afetando estruturas adjacentes e prejudicando outros tecidos como articulações e músculos tendo como principais queixas: dor, deformidade e incapacidade de mobilizar o membro afetado. Dependendo do local e tipo de fratura.

As fraturas são traumas comuns que ocorrem devido a alguma força de alta magnitude imposta ao osso, tais como força de tensão, cisalhamento, compressão, curvamento e torção, atuando juntas ou separadas, fratura representa a perda da capacidade óssea de transmitir dentro da normalidade a carga durante o movimento, decorrente da perda da integridade da estrutura esquelética. (HAMIIL, KNUTZEN, 2012)

As fraturas podem ser fechadas ou expostas. Na fratura fechada pode haver pouco ou nenhum movimento ou deslocamento dos ossos quebrados sem penetração no tecido superficial. Já na fratura exposta há comunicação com o meio externo por meio de uma lesão de partes moles, podendo haver morbidade significativa e ser, inerentemente preocupante, uma vez que a barreira protetora da pele do corpo é quebrada e o potencial de contaminação alto. (AZEVEDO e SOLER, p. 240, 2017)

Diante disso o primeiro atendimento a vítimas com tal característica se torna de suma importância para que se diminuam ou não tenha danos posteriores. O profissional que realiza o atendimento a vítima de trauma, independentemente do tipo de acidente que ocorreu, deverá estar habilitado para realizar todos os procedimentos padrões referente a este tipo específico de atendimento. A avaliação da vítima para a identificação de uma possível fratura requer do profissional um conhecimento prévio sobre a anatomia humana, principais manifestações clínicas apresentadas e a biomecânica do trauma. (SANTOS, 2007).

Anualmente 5,8 milhões de pessoas morrem por trauma em todo o mundo, 32% a mais que a soma das mortes por malária, AIDS e tuberculose. A taxa de mortalidade por trauma corresponde a 10% de todas as causas de morte, o que é preocupante pois, sem providências essa taxa tende a aumentar a cada ano que se passa. Os traumas respondem também pela maioria de incapacitações permanentes. A maioria corresponde a faixa etária de 5 a 44 anos, ou seja, crianças, jovens e adultos jovens. Contudo, os traumas e as consequências deles constituem uma preocupação forte e emergente na área de saúde. No Brasil, as lesões causadas pelo trânsito continuam sendo uma séria preocupação representando uma taxa de 22,3 óbitos por 100 mil habitantes registrada em 2010. O que nos mostra que os índices aumentam

relativamente e sem uma preparação para atender determinados tipos de ocorrências como as de trauma é de suma importância, para evitar agravamento de lesões e ter um primeiro atendimento adequado (OPA BRASIL, 2010).

Assim partindo para a imobilização correta, de uma forma que se torne confortável para o paciente e estabilize a fratura para que não haja mais danos caso o paciente continuasse a movimentar o membro fraturado. A imobilização pode ser realizada de várias formas com diferentes tipos de materiais, as talas por exemplo podem ser rígidas, infláveis, moldáveis, e em forma de bandagem. Tendo como principal objetivo imobilizar o membro até a chegada no hospital para realização de exames que comprovem a suposta fratura e a tomada de decisões médicas.

Tem como sinais e sintomas, dor, edema, deformidade, alteração de coloração, crepitação, impotência funcional, fragmentos expostos. O tratamento pré-hospitalar inclui: Expor o local, as roupas devem ser cortadas e removidas sempre que houver suspeita de fratura ou luxação, controlar hemorragias e cobrir feridas, não empurrar fragmentos ósseos para dentro do ferimento, nem tentar removê-los, usar curativos estéreis, se houver ferimentos, não tentar recolocar fragmentos expostos no lugar, observar a circulação, sensibilidade e motricidade. Se identificar, informar o que está fazendo e o que planeja fazer, preparar todo o material de imobilização. Imobilizar, usar tensão suave para que o local fraturado possa ser imobilizado, movimentar o mínimo possível, imobilizar toda a estrutura óssea, uma articulação acima e uma abaixo, revisar a circulação, a sensibilidade e a motricidade. Assegurar-se que a imobilização está adequada e não prejudicou o paciente. (MANUAL APH, 2018)

Como na maioria das vezes não conseguimos saber se o paciente é realmente portador da fratura, sem o uso de raio X, devemos sempre considerar o membro fraturado, até que seja provado ao contrário. O socorrista deve sempre observar a circulação, sensibilidade e a capacidade motora antes e após a imobilização. (MANUAL APH, 2018).

O objetivo geral é ressaltar a importância da imobilização correta de fraturas de membros no primeiro atendimento a vítima de trauma e testar o conhecimento dos acadêmicos de enfermagem cursando o décimo período sobre o tema.

O interesse pelo tema surgiu primeiramente após formação no Curso Avançado de Atendimento a Emergência (CAAE), realizado no corpo de bombeiros, onde me formei e tornei-me Bombeira Comunitária. Ao acompanhar as ocorrências, me deparei com a importância da imobilização correta nas suspeitas de fratura, para uma evolução positiva. E também no decorrer dos estágios consegui observar a fragilidade dos profissionais de saúde no atendimento pré-hospitalar (APH), o que me instigou a abordar o tema.

2 METODOLOGIA

Para a elaboração de um estudo preciso e sem perda de qualidade, foi realizado a análise das informações com abordagem qualitativa. De acordo com Moraes e Fonseca (2017), a pesquisa qualitativa aborda comportamentos, expectativas e opiniões de indivíduos de um grupo sem o objetivo de obter dados matemáticos como base. A pesquisa qualitativa busca compreender o entendimento do sujeito ao assunto a ser estudado, podendo ser utilizada para aperfeiçoar dados que já foram quantificados. O estudo comparativo, implica em apoiar-se a comparação de casos contrastantes, onde a explicação sugere que se compare as diferenças entre as organizações. Sendo um modelo holístico levando em conta várias estruturas, condições ambientais, podendo assim verificar como as organizações se modificam ao longo do tempo e a questão da testabilidade. (HEYDEBRAND, 1973)

Apresenta-se como uma pesquisa de campo, que é um método que tem como finalidade a obtenção de conhecimento sobre um problema no qual não há uma resposta. O trabalho em campo utiliza técnicas de coleta e análise de dados que são executadas para que se possa comprovar fenômenos e levantar novas hipóteses (MARCONI e LAKATOS, 2003).

A mesma foi realizada através de uma pesquisa exploratória. A análise exploratória se define pela criação de hipóteses, oportunidade de um melhor conhecimento do pesquisador sobre o público a ser abordado e a possibilidade de aprimoramento e mudança de conceitos (MARCONI e LAKATOS, 2003).

O levantamento de dados desta pesquisa foi executado através de um teste com perguntas de múltipla escolha e questões abertas realizado com 19 acadêmicos da décima fase de um curso de Enfermagem, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em um laboratório da universidade. Respeitando as medidas sanitárias: todos os acadêmicos utilizaram máscaras de proteção, foi ofertado álcool em gel para todos, verificado temperatura corporal de todos os acadêmicos, também me paramentei fazendo uso de avental descartável, luvas, máscara, viseira de proteção e respeitando o distanciamento social. Os mesmos foram identificados por números. O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação ética através do CAAE: 36566120.7.0000.5616. Após a análise dos resultados do teste, foi realizado uma capacitação com os acadêmicos a respeito da imobilização correta no atendimento pré-hospitalar baseada em manuais e apostilas de APH, utilizado nos cursos de formações do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, e posteriormente repetido o teste para a verificação da evolução dos acadêmicos sobre o assunto.

Para Marconi e Lakatos (2003, p.223) testes são “Instrumentos utilizados com a finalidade de obter dados que permitam medir o rendimento, a frequência, a capacidade ou a conduta de indivíduos, de forma quantitativa”.

A análise de dados se deu por meio de categorização que segundo Gil (2002, p. 134) “Consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa”.

A pesquisa ocorreu no mês de outubro sendo que o primeiro teste foi aplicado no dia 19/10/2020 e reaplicado no dia 26/10/20, após uma capacitação prévia sobre o tema, com demonstrações de todo material utilizado para uma imobilização correta e também foram sanadas todas as dúvidas que os acadêmicos tinham sobre o assunto.

O questionário consistiu em questão com respostas descritivas e de múltipla escolha, que foram as perguntas a seguir: 1) Ao se deparar com uma suspeita de fratura, qual sua conduta diante da situação? 2) Quais os tipos de talas de imobilização existentes? 3) Como deve ocorrer a imobilização dos membros? A) com talas adequadas de imobilização.; B) fazendo torniquete no membro para conter a hemorragia, após chegada no hospital imobiliza.; C) com pedaços de alumínio disponível no local.; D) com ataduras e gaze. 4) Quais são os sinais que eu devo avaliar antes e depois de imobilizar um membro? 5) Ao me deparar com uma fratura exposta, como devo agir? Qual é o passo a passo correto para a imobilização adequada nesse tipo de situação? 6) Quais sinais e sintomas de uma fratura fechada? A) dor, inchaço, edema e incapacidade de utilizar o membro corretamente.; B) desalinhamento ósseo, hematoma e sangramento? C) perda de sensação e mobilização normal.; D) apenas dor local no membro.

As categorias aplicadas neste artigo foram: I: Importância da imobilização correta dos membros com suspeita de fraturas. Sinais e sintomas de uma fratura fechada e como deve ocorrer a imobilização dos membros.

II: Condutas sobre imobilização adequada em casos de fraturas expostas ou fechadas. Subcategoria II: Reconhecimento de fraturas expostas e fechadas e como agir mediante esta situação

O levantamento de dados desta pesquisa foi executado através de um teste com perguntas de múltipla escolha e questões abertas realizado com 19 acadêmicos da décima fase de um curso de Enfermagem, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em um laboratório da universidade. Respeitando as medidas sanitárias: todos os acadêmicos utilizaram máscaras de proteção, foi ofertado álcool em gel para todos, verificado temperatura corporal de todos os acadêmicos, também me paramentei fazendo uso de avental descartável, luvas, máscara, viseira de proteção e respeitando o distanciamento social. Os mesmos foram identificados por números. O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação ética através do CAAE: 36566120.7.0000.5616. Após a análise dos resultados do teste, foi realizado uma capacitação com os acadêmicos a respeito da imobilização correta no atendimento pré-hospitalar

baseada em manuais e apostilas de APH, utilizado nos cursos de formações do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, e posteriormente repetido o teste para a verificação da evolução dos acadêmicos sobre o assunto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imobilização correta em suspeita de fraturas tem grande importância, pois saímos da faculdade com um conhecimento vasto, porém muitas vezes na prática temos a dificuldade em estar atuando em situações de emergência, e acabamos não lembrando a maneira correta de executar os procedimentos adequados nesse tipo de situação.

Participaram da entrevista 25 acadêmicos de enfermagem, sendo 5 excluídos pois não participaram da segunda etapa, totalizando então 19 acadêmicos de Enfermagem, estudantes do 10º período de um centro universitário, sendo 18 do sexo feminino e 01 do masculino, com faixa etária entre 21 e 45 anos de idade, que aceitaram participar da coleta de dados mediante todas as explicações sobre o projeto e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os entrevistados foram identificados com números (1 a 19) para garantir seu anonimato. A amostra se deu por meio de acessibilidade com os alunos que aceitaram espontaneamente participar da pesquisa.

Os resultados desta pesquisa foram expressos em duas categorias, uma comparativa (I) e outra qualitativa (II):

Categoria I: Importância da imobilização correta dos membros com suspeita de fraturas. Sinais e sintomas de uma fratura fechada e como deve ocorrer a imobilização dos membros.

Categoria II: Condutas sobre imobilização adequada em casos de fraturas expostas ou fechadas. Subcategoria II: Reconhecimento de fraturas expostas e fechadas e como agir mediante esta situação.

3.1 Categoria I: a importância da imobilização correta dos membros com suspeita de fraturas

Quando questionados sobre a importância da imobilização correta nos membros com suspeita de fratura, os alunos expressaram claramente, assinalando as alternativas apresentadas, a grande importância de que todas as pessoas saibam prestar os primeiros atendimentos à vítima de fratura, de forma correta, para que seja preservada a vida e diminuídas as sequelas, até a chegada de um socorro especializado, como pode ser evidenciado nos seguintes questionamentos (terceira e sexta alternativas de múltipla escolha, respectivamente):

Os alunos em geral acertaram as alternativas, resumindo ter conheci-

mento prévio sobre quais são as principais manifestações clínicas de fraturas expostas ou fechadas, bem como sejam apenas suspeitas, ressaltando também como devem ser realizadas as imobilizações os discentes escolheram ambas as alternativas A nas duas questões.

Todavia, é importante ressaltar que alguns ainda tiveram dúvidas sobre qual das alternativas escolheriam, durante o processo de entrevista coletiva, podendo nos indicar que talvez as informações sobre fraturas e como agir em frente desse quadro clínico ainda sejam vagas para alguns alunos, sendo de extrema importância que se ofereçam capacitações e preparo dos alunos no atendimento à vítima de fratura, acarretando o manuseio correto dos materiais de apoio, como talas, favorecendo o salvamento e a preservação de sequelas (FIORUC et al., 2010).

A Enfermagem tem papel importante em todos os períodos do tratamento relacionado à imobilização por fraturas, entorses e luxações, tanto nas fases de tratamento clínico quanto cirúrgico, quando necessários, melhorando a prática clínica nessa área, auxiliando nas orientações claras e precisas ao paciente e família sobre os cuidados diários, sejam em ambiente hospitalar, ambulatorial ou doméstico (NALI et al., 2014).

O paciente poderá apresentar-se com palidez, sudorese fria, razão para se proceder à avaliação das tensões arteriais. A dor deverá ser controlada ou mesmo suprimida. A zona afetada será lavada, realizada a assepsia, prevenindo o agravamento das lesões existentes e o aparecimento de outras. (CAMERON, 2009). Estes e outros cuidados são essenciais, sendo que na perspectiva de continuidade dos cuidados, é fundamental o preparo para o retorno da pessoa ao lar pela promoção do autocuidado, mesmo existindo responsabilizá-lo para o restabelecimento do seu estado de saúde e progressão para atividades cotidianas.

O questionamento aos alunos quanto ao preparo acadêmico-profissional frente a suspeita de fraturas expostas ou fechadas, demonstra ser essencial este preparo específico, no âmbito acadêmico, para salvar vidas e ajudar a diminuir sequelas, e é fundamental que aconteça um treinamento de primeiros socorros a vítima de fratura, pois há muitas evidências de acidentes graves em escolas, universidades, no trânsito de veículos e pedestres, entre outros locais.

Como pode ser observado pela descrição dos participantes: todos os entrevistados demonstraram ter certo conhecimento sobre os sinais e sintomas de uma fratura fechada. Ressaltando-se que a fratura fechada é mais difícil de ser identificado no paciente, especialmente devido ao não rompimento da pele durante o processo, não dando para ver a extensão óssea do local atingido (BERGERON et al., 2007). [...] *circulação (pulso e perfusão), mobilidade do membro e sensibilidade [...]* (entrevistado 5). [...] *hematomas, edemas nas extremidades do membro fraturado, rigidez do membro, se o paciente reclama*

de dor [...] (entrevistado 7). [...] *avaliar edema, dor, circulação [...]* (entrevistado 11). [...] *dor, edema, desalinhamento ósseo e sensibilidade [...]* (entrevistado 3) [...] *membro com desnível, sem força motora, dor intensa [...]* (entrevistado 9). [...] *nível da dor, inchaço, coloração cutânea [...]* (entrevistado 10). [...] *dor, edema, hematoma, hiperemia, desalinhamento ósseo, sangramento [...]* (entrevistado 4).

Dessa forma, ter atenção às manifestações clínicas das fraturas fechadas é importante para que sejam prestados os cuidados adequados aos pacientes, preservando a vida, evitando efeitos que prejudiquem o organismo. Os questionamentos fazem ressalva à imobilização correta do membro afetado como forma inicial de atendimento de primeiros socorros, claro que após observar outros quadros clínicos mais relevantes, a exemplo de vias aéreas, entre outros, conforme protocolo ABCDE do trauma (PHTLS, 2007).

Com isso podemos perceber o quanto é importante efetuar a imobilização de forma adequada, para minimizar futuras sequelas possíveis, e a importância de ter profissionais capacitados para tal ação.

3.2 Categoria II: condutas sobre imobilização adequada em casos de fraturas expostas ou fechadas

Durante a entrevista, os acadêmicos foram questionados acerca de quais seriam as principais condutas sobre imobilização de fraturas, antes e após a capacitação teórico-prática sobre o tema abordado. Os entrevistados foram questionados sobre: o que fariam ao se deparar com uma suspeita de fratura, quais os tipos de tala para imobilização existentes, quais os sinais que se deve analisar antes e após imobilizar um membro, como agir diante de uma fratura exposta. Foram citadas as seguintes respostas antes da capacitação, como podemos observar: [...] *Fazer imobilização cervical, solicitar auxílio, imobilizar o membro utilizando talas e ataduras bem firme [...]* (entrevistado 1). [...] *Os tipos de imobilização existentes são bandagens, talas improvisadas com papelão, etc. O que devo avaliar antes e depois de imobilizar um membro é a sensibilidade, motricidade e a circulação [...]* (entrevistado 2). [...] *O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é expor o membro, comprimir ferida com compressa, gaze estéril embebida em SF 0,9%. Imobilizar com tala de madeira ou papelão do jeito que o membro está, encaminhar para o hospital [...]* (entrevistado 3).

Os materiais utilizados na imobilização devem proteger e deixar o local confortável com algodão ortopédico, se possível, contribuindo para a preservação da integridade dos tecidos adjacentes, como para a sua comodidade e deverão ser de estrutura compacta, mas com alguma elasticidade em todos os sentidos, permitindo boa adaptação às zonas menos regulares, ter caracterís-

ticas antialérgicas para uma boa tolerância. Dessa forma, é necessário que o foco da fratura seja protegido independente do tipo de tratamento adotado, tanto para evitar uma nova fratura (trauma ou estresse excessivo) como para possibilitar a sua consolidação e proteger os tecidos moles depois da abordagem cirúrgica ou até mesmo em casos de tratamento conservador (ARTIOLI, 2012).

Segue as respostas dos entrevistados sobre as mesmas questões abordadas acima, imediatamente após terem participado da capacitação sobre o tema: [...] Para imobilização correta devemos pedir que o paciente mantenha a calma, tentar não movimentar o membro atingido, encaminhar para o serviço de emergência, imobilizar o membro. Realizar o mínimo de movimento possível, acionar o serviço especializado, proteger a área exposta, observar quanto à presença de hemorragia, imobilizar o membro, não tentar alinhar [...] (entrevistado 1). [...] Os tipos de imobilização existentes são Ked, mult splint, madeira, papelão. O que devo avaliar antes e depois de imobilizar um membro é a sensibilidade, motricidade e a circulação [...] (entrevistado 2). [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é expor o membro, comprimir ferida com compressa, gaze estéril embebida em SF 0,9%. Imobilizar com tala de madeira ou papelão do jeito que o membro está, encaminhar para o hospital [...] (entrevistado 3).

Pode observar que mesmo após a capacitação as respostas não foram tão precisas, porém houve uma mudança na qualidade das respostas, mostrando a importância de capacitação e atualização continua sobre o assunto.

3.2.1 Subcategoria II: reconhecimento de fraturas expostas e fechadas e como agir mediante esta situação

Quando questionados sobre as condutas frente aos primeiros socorros com fraturas expostas, após a capacitação, tivemos mais algumas respostas, diferentes das citadas acima: [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é conter hemorragia de acordo com seu tipo e gravidade imobilizar membro conforme está sua posição, aplicando as talas e moldando de maneira que fique firme e imóvel, se profissional de suporte avançado, infundir volume [...] (entrevistado 4). [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é colocar um pano limpo, avaliar hemorragia (se houver fazer compressão ou torniquete). Reposicionar o membro ao plano anatômico (o reposicionamento não é total, é parcial para o transporte) [...] (entrevistado 5).

[...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é a avaliação da cena, observar se há sangramento ativo, cobrir o membro (aberto) com um pano limpo ou compressa estéril e umedecer

com SF 0,9%. Imobilização correta com tala ou pedaço de madeira e mobilizar com atadura. Tração (pouco usada) [...] (entrevistado 6). [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é imobilizar o membro respeitando a anatomia, com compressa estéril e SF 0,9%. Manter o local exposto hidratado. [...] (entrevistado 7).

Em geral, os alunos tiveram respostas significativas sobre como deve ser a maneira adequada para agir diante de uma fratura exposta, tendo poucas variações sobre como prestar esses primeiros socorros. Apenas o entrevistado de número 6 citou a avaliação da cena, que é a primeiro princípio a seguir conforme o PHTLS (2007), a fim de que quem preste o socorro não seja mais uma vítima mediante uma cena insegura.

Alguns entrevistados demonstraram não possuir nenhum conhecimento acerca dos procedimentos que deveriam realizar quando um indivíduo sofre algum tipo de fratura, antes ou após a capacitação, conforme relatos: [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é da forma que estiver, da melhor maneira verificar os sinais [...] (entrevistado 9). [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é avaliar se possui hemorragia junto à fratura, proteger a fratura e imobilizar de forma correta [...] (entrevistado 11). [...] O passo-a-passo correto para imobilização de um membro com fratura exposta é imobilizar a área exposta, acionar um serviço adequado para avaliar [...] (entrevistado 18).

Pode-se perceber que alguns alunos não tinham conhecimento teórico-prático sobre primeiros socorros referentes a fraturas, mesmo após a capacitação. Contudo, todos relataram bastante interesse em aprender as técnicas corretas para imobilização das fraturas mais frequentes, conforme foi citado na subcategoria anterior.

Diante de uma fratura de extremidades, Hafen, Karren e Frandsen (2012) afirmam que, antes de se administrar qualquer medicamento, aplicar gelo, elevar a parte lesionada, ou mesmo tentar forçar o osso para que ele volte para o seu lugar, é importante imobilizar a fratura com uma tala, para que o paciente não corra o risco de apresentar sequelas no membro fraturado.

Quando ocorre uma luxação, Bergeron et al. (2007) ressaltam que a forma de agir é somente a imobilização do local, sem aplicar sobre a lesão, gelo, ou qualquer outra forma terapêutica. Já em relação à hemorragia externa associada às fraturas, Fortes (2008) afirma que ela é visível e pode ser controlada pela pressão direta sobre o local do sangramento, em ferimentos superficiais, todavia se estiver associada com exposição óssea, deve-se realizar curativo compressivo local sem interferir na imobilização correta do membro.

Pelo Art. 1º a assistência de enfermagem em Ortopedia e os procedimentos relativos à imobilização ortopédica devem ser feitos por profissionais devidamente capacitados. Prescreve o Art. 2º que os cuidados e procedimentos a que se

refere esta Resolução deverão ser executados no contexto do Processo de Enfermagem, atendendo-se às determinações da Resolução COFEN 422/2012. (COFEN, 2012).

A Enfermagem tem papel importante em todos os períodos do tratamento relacionado à imobilização por fraturas, entorses e luxações, tanto nas fases de tratamento clínico quanto cirúrgico, quando necessários, melhorando a prática clínica nessa área, auxiliando nas orientações claras e precisas ao paciente e família sobre os cuidados diários, sejam em ambiente hospitalar, ambulatorial ou doméstico. (NALI et al., 2014).

Devemos ressaltar a importância de atualização e capacitação frequente dos profissionais da área da saúde que independente da área que forem atuar poderão se deparar com situações como estas citadas a cima e precisam ter um conhecimento adequado para prestar atendimento a vítima da melhor maneira possível. O que mostra o quão importante é estar tendo contato com temas do cotidiano, mas, que não são tão salientados no decorrer da graduação e mesmo após seu término.

4 CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa aponta a importância da difusão dos conhecimentos acerca dos primeiros socorros relacionados às fraturas na área acadêmica das universidades públicas e privadas do Brasil, tornando os discentes mais confiantes, eficazes e futuros profissionais mais preparados no cuidado à vida.

Identificou-se a necessidade de treinamentos de primeiros socorros sobre fraturas para os alunos de Enfermagem, quem sabe da saúde em geral, durante a graduação dos mesmos, pois, no ambiente acadêmico, os alunos estão em aprendizagem contínua, demonstrando interesse em se aprimorar em tais conhecimentos e se tornarem mais capazes de agir mediante as manifestações clínicas de fraturas expostas ou fechadas.

No decorrer deste trabalho, observou-se que alguns discentes demonstraram ser um pouco incipientes no conhecimento teórico-prático em relação ao atendimento inicial para fraturas, porém, apresentaram um grande interesse em aprender os primeiros socorros. Foram explicadas aos alunos as técnicas corretas de primeiros socorros ortopédicos e por meio de todo esse processo de aprendizado, foi transmitido aos participantes o conhecimento acerca dos primeiros atendimentos de urgência e emergências traumatológicas.

A escassez de literatura e artigos que abordam este tema pode ser bastante notada, diante disso, espera-se que este estudo configure um estímulo à produção e difusão de conhecimentos, pressupondo nosso grande potencial de contribuição científica, no papel de futuros enfermeiros, no que se refere ao processo do cuidar e ensinar a cuidar.

REFERÊNCIAS

ARTIOLI, D. P. **O tempo de imobilização pós-fraturas/cirurgias e seus efeitos de reabilitação.** Rev. Unillus Ens. Pesq., 2012.

AZEVEDO, Débora de; SOLER, Virtude Maria. FRATURAS E IMOBILIZAÇÕES EM ORTOTRAUMATOLOGIA. **Revista CuidArteEnfermagem.** Ano 2. Vol. 11. [S.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.webfipa.net/facfipa/ner/sumarios/cuidarte/2017v2/239.pdf>>. Acesso em 14 jul 2020.

BERGERON, D. et al. **Primeiros Socorros.** São Paulo: Atheneu, 2007.

CAMERON, M. H. **Agentes físicos na reabilitação.** 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; 2009.

FIORUC, B.E. et al. **Educação em Saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo.** 2010. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v10/n3/pdf/v10n3a15.pdf>> Acesso em 13/11/2020.

FORTES, J.I. **Enfermagem em emergências: noções básicas de atendimento pré-hospitalar.** São Paulo: EPU, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAFEN, B.Q.; KARREN, K.J.; FRANDSEN, K.J. **Primeiros socorros para estudantes.** São Paulo: Manole, 2012.

HAMILL J., KNUTZEN K.M. **Bases biomecânicas do movimento humano.** 3ªed. Barueri, SP: Manole; 2012.

HEYDEBRAND, Wolf, editor. **Comparative Organization: the results of empirical research.** New Jersey: Prentice-Hall, 1973.

MANUAL,aph-cfSD-2018.Disponível em: <http://biblioteca.cbm.sc.gov.br/biblioteca/index.php/component/docman/cat_view/74-manuais>acesso em: 02 jun 2020.

MARCONI, Marina de Andrade LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <file:///C:/Users/55499/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMEN-TOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf>. Acesso em: 25 jun 2020.

MORAES, A. M.; FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. 1. ed. So-bral: Inta, 2017. p. 126-127.

NALIN V. et al. **Atuação de enfermagem em serviço ambulatorial de traumatolo-gia**. Rev Teor Prat Educacionais [Internet], 2014.

OPAS BRASIL. **Traumas matam mais que as três grandes endemias**: malária, tu-berculose e AIDS. Brasília: [s.n.], 20??. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=2989:traumas-matam-mais-que-as-tres-grandes-endemias-malaria-tuberculose-e-aids&Itemid=839>. Acesso em: 06 set 20.

PHTLS, **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado**. NAEM (National Association of Emergency Medical Technicians). Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Resolução COFEN 422/2012. **Enfermagem nos cuidados ortopédicos e proce-dimentos de imobilização ortopédica**. [Internet] 2012. Acesso em 13/11/2020.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Urgência e emergência para enfermagem**: do atendimento pré-hospitalar APH à sala de emergência. São Paulo: Iátria, 2007.

AS NOVAS TECNOLOGIAS NO EXERCÍCIO DA ADVOGACIA

Arlindo Bampi Filho¹
Gustavo Bampi²

RESUMO

O avanço das novas tecnologias vem transformando vários setores da sociedade e o meio jurídico acompanhou essas mudanças. O advogado do futuro deve estar preparado para receber essa carga de transformações e utilizar as tecnologias ao seu favor. As mudanças são irreversíveis, e o mercado jurídico avança em pas-sos largos. A possibilidade do trabalho remoto vem crescendo nessa modalidade (home office). Muitos tribunais optaram por essa atividade, assim, os advogados conseguem os procedimentos jurídicos mais flexíveis e digitalizados, além da eco-nomia de tempo, o custo operacional e os deslocamentos se tornaram mais aces-síveis e práticos. Portanto, o profissional de advocacia precisa lançar mão de todas as ferramentas, aplicativos possíveis, plataformas e mídias para otimizar suas ati-vidades.

Palavras-chave: Tecnologias, Transformações, Economia, Ferramentas.

ABSTRACT

The advancement of new technologies has been transforming various sectors of society and the legal environment has followed these changes. The lawyer of the future must be prepared to receive this load of transformations and use techno-logies to his advantage. The lawyer of the future must be prepared to receive this load of transformations and use technologies to his advantage. The changes are irreversible, and the legal market is making great strides. The possibility of remote work has been growing in this modality (home office). Many courts have opted for this activity, so lawyers get the most flexible and digitalized legal procedures, in addition to saving time, operating costs and travel have become more accessible and practical. Therefore, the legal professional needs to use all the tools, possible applications, platforms and media to optimize their activities.

Keywords: Minimize, Teachers, Tools, Learning

¹ Professor do Centro Universitário Unifacvest

² Acadêmico do Curso de Direito, 10ª fase, do Centro Universitário Unifacvest

INTRODUÇÃO

As novas tendências tecnológicas estão provocando mudanças significativas no cotidiano das pessoas. Nos últimos tempos, a ciência do Direito vem sofrendo transformações, que deram novos rumos aos e profissionais do direito. Segundo Paiva(2003), a virada do milênio nos trouxe um mundo novo repleto de desafios. Valores e realidades estão sendo transformado para dar lugar às tendências modernas.

A procura incessante do conhecimento necessita de um aperfeiçoamento e uma qualificação específica. As grandes mutações que ocorrem no Direito fazem com que o profissional esteja sempre atualizado e inserido nesse contexto. Para SILVA (2008):

“..diante da diversidade de questões e litígios a serem enfrentados pelo homem contemporâneo, fruto da criação ao longo da história, e mais recentemente em razão dos grandes avanços do conhecimento, tornou-se necessária uma abordagem do Direito de forma mais especializada.”

Alguns termos devem ser analisados nesse conjunto das novas tecnologias. O Direito de Informática e Informática Jurídica. Para José de Oliveira Ascensão, a Informática Jurídica é “a utilização de processos informáticos na vida jurídica. Obtém-se assim melhoramentos espantosos no armazenamento de dados, na organização de profissões jurídicas, na informação pronta e disponível.” Enquanto o Direito de Informática, PAIVA(2003) conceitua como “..ramo do Direito que consiste no estudo do conjunto de normas, aplicações, relações jurídicas, doutrina, jurisprudência, que surgem como consequência da utilização e desenvolvimento da informática...” Portanto, o Direito de Informática relata as normas jurídicas e a Informática Jurídica preocupa-se com a instrumentalização (software e hardware).

Em fim, não podemos dispensar a possibilidade de advogados se tornarem Advogados online, ou quem sabe elaborar um escritório virtual, como estratégia de mercado, buscando uma fatia diferenciada da sociedade. Portanto, o Advogado do futuro não enfrentará questões burocráticas, deixando essa parte para as tecnologias, podendo assim, se concentrar nas questões da criação do conhecimento jurídico, aprimorando cada vez sua rotina e fornecendo uma qualidade para sua clientela.

1. A internet como ferramenta de apoio para o Direito

Atualmente a internet facilita a ação do jurista, tendo em vista a facilidade e agilidade que propõe. Tudo está a disposição do operador do Direito. Pesquisas, protocolos, notícias, jurisprudência e mais uma leva de informações que estão a disposição.

Para Madalena e Oliveira(2003):

“Hoje, a informática dispõe de técnicas de programação que ajudam o ser humano em tarefas nas quais se requer ‘inteligência’.”

É evidente que com o advento da informática, vários ramos se destacaram, como a internet, que se tornou peça fundamental para operadores do Direito e a própria sociedade. Segundo Ascensão(2002): “a internet permitiu a experimentação de um tipo de comunicação de âmbito mundial. [...] Vai se consolidando como uma estrutura básica mundial, que assegura a veiculação permanente da comunicação”.

ASCENSÃO(2008) conclui que:

“No momento que a nossa sociedade se encontra, há que se considerar a quantidade de subsídios dispostos ao alcance dos operadores do Direito no que tange a internet. Desde um simples sites para pesquisas, até sistemas que agregam funções inerentes ao bom funcionamento do Judiciário.”

Potanto, conhecer as ferramentas virtuais tornou-se tarefa principal e necessária. A internet esta a disposição de todos em qualquer parte do mundo. Fazer uso dos seus benefícios e utilizar a massa de informações jurídicas vinculadas a ela, é papel de suma importância para os operadores do Direito.

2. A utilização das tecnologias na gestão de escritórios de advocacia.

Atualmente a controladoria jurídica é uma das ferramentas na gestão e automação operacional de escritórios, e com o advento da informática, a utilização das tecnologias aumentou a qualidade e produtividade, reduzindo os riscos e alcançando melhores resultados. Basicamente a gestão se dá através de softwares que desempenham diversas funções dentro campo jurídico. Através destes softwares, aplicativos e plataformas, a tecnologia propõe organizar tarefas e otimizar os processos, acelerando todas as atividades que hora eram mecânicas agora se tornam mais criativas. As análises jurídicas, petições, monitoramento, alterações nas leis podem ser facilmente auxiliadas pela automação.

Segundo ROCHA(2018):

“O Advogado empreendedor deve gerir o prazo de serviços a serem executados, ou seja, a utilização do software jurídico é inegável, porque trata-se de uma ferramenta para ganhar tempo...”

SELEM(2017) reforça:

“Foi-se o tempo em que os escritórios possuíam grandes arquivos onde eram acondicionados documentos de processos impressos, autenticados e quase sempre com cópias para uso interno. O processo eletrônico chegou para mudar essa realidade: onde ontem encontrávamos pastas e mais pastas de processos ocupando espaço considerável do ambiente, hoje está caracterizado por bytes, mega, gigabytes localizados no mesmo servidor que exige a proteção que tanto falamos.”

Portanto, a gestão tecnológica pode ser utilizada como estratégia para o empreendedorismo jurídico. Cabe aos profissionais desta geração estarem abertos ao conhecimento e as mudanças e as aplicações das ferramentas da tecnologia, onde a mesma anda lado a lado com as inovações e cada vez mais sendo adotada pela sociedade.

3. Tecnologia e Direito: a união que otimiza a atividade jurídica

Apesar de caminhar ainda a passos lento, a Tecnologia e o Direito continuam cada vez mais próximos. Essa união já vem auxiliando as atividades jurídicas de qualquer operador do Direito, sejam eles Advogados, Juízes, Promotores, Delegados e outros. Hoje, qualquer cidadão, independente de classe, tem acesso a informática, coisa que a 30 anos atrás eram de difícil acesso. Essa mudança, alcançou diversos níveis, impactando todos os setores e atividades. Renam Beltrame¹, cita alguns exemplos desta união:

***Processos Eletrônicos:**

Evoluindo um pouco mais, no Poder Judiciário principalmente, saímos da era de processos físicos, onde eram impressas milhares de folhas para cada petição a ser feita. Ingressamos na fase do processo judicial eletrônico, regulado pela Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Agora, é possível acessar, consultar e até peticionar de qualquer lugar do País. Não é mais necessário ir até o Fórum com duas vias impressas da petição, gerando economia de tempo e sustentabilidade.

***Buscas de informações**

Além disso, outras tecnologias também automatizam os trabalhos. Como por exemplo os sistemas Bacenjud, Renajud, Infoseg e Infojud. Todos conveniados ao Poder Judiciário para auxiliar na busca de informações bancárias, propriedade de veículos e/ou informações na Receita Federal sobre determinada pessoa.

*** Uso de smartphones**

Outros avanços da união entre Direito e tecnologia que também facilitam nossas rotinas é o uso cada vez mais frequente de aplicativos nos smartphones. Sendo um belo exemplo o Whatsapp, amplamente conhecido pelo público. Para se ter uma ideia, o recurso já foi utilizado até mesmo para realizações de audiência à distância, com uma das partes residindo fora do Brasil.

***Uso de softwares jurídicos**

Noutro viés, para questões mais gerenciais e administrativas dentro de um escritório de Advocacia, por exemplo, porque não citarmos as agendas virtuais ou os softwares jurídicos. São ferramentas que auxiliam nas tarefas do profissional, seja no controle de processos e prazos, reunião, gestão financeira ou de tarefas do dia a dia.

Portanto, os exemplos acima citados pelos Advogado Renam Beltrame¹ aprimoram os serviços de que participa diariamente dos serviços no judiciário. Fica evidente que essa relação e o crescente avanço trará cada vez mais benefícios para que busca e submete-se nas demandas judiciais.

4. Considerações Finais

O crescimento das tecnologias é fato irreversível no cenário jurídico brasileiro. Fica evidente que a internet e seu conjunto de aplicações auxiliam de forma efetiva nessas atividades. O momento que se vive é de interação e interatividade e como o Direito é a área do conhecimento humano, não há como não relacionar os avanços tecnológicos e sua utilização. Percebe-se que é cada vez mais estreita a relação entre Direito e Tecnologia. Portanto, este é o momento de abandonar o tradicionalismo jurídico e mergulhar na advocacia do século XXI. Uma advocacia mais presente, mais eficiente e menos distante da sociedade. Mais tecnológica e menos burocrática. Em fim, a inovação, uma gestão eficiente e um bom suporte técnico, elementos primordiais para uma carreira de sucesso.

¹Advogado (OAB 36711/SC). Bacharel em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Pós-Graduado em Direito Processual Civil, com ênfase no Novo CPC, pelo Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC) e em Direito Constitucional Aplicado pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. É membro da Comissão de Direito de Família e Sucessões na OAB/SC. Atua na área de Direito Civil em geral, com ênfase nas áreas de Consumidor, Família e Sucessões.

REFERÊNCIAS

ASCENSÃO, José de Oliveira. **Direito da internet e da sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 69.

ANDRADE, Paulo Gustavo Sampaio. **A importância da informática para o profissional do Direito**. Jus Navigandi, Teresina, ano 4, n. 32, 1 jun. 1999. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/1758>. Acesso em: 15 out. 2020.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática**. Editora 34 Ltda, SP, 1 ed. 8 Reimpressão, 1999.

MADALENA, Pedro; OLIVEIRA, Álvaro Borges de. **Organização e informática no poder judiciário**. Curitiba: Juruá, 2003. p. 51

PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **Primeiras linhas em Direito Eletrônico**. Jus Navigandi, Teresina, ano 8, n. 61, 1 jan. 2003. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/3575>. Acesso em: 19 out. 2020. p. 1.

ROCHA, Gustavo (15 de 05 de 2018). **Advogados têm medo de tecnologia**. Disponível em: www.gustavorocha.com.br. Acesso em 08 out. 2020

SILVA, Vanderlei Ferreira da. **O que é Direito?**. Elaborado em abr. 2008. Disponível em: <http://www.infoescola.com/direito/o-que-e-direito>. Acesso em: 02 out. 2020.

SELEM, Lara. **A nova reinvenção da advocacia: a bíblia da gestão legal no Brasil sob a ótica estratégica, societária, dos negócios, de pessoas, produção, marketing jurídico e finanças**. Lara Selem, Rodrigo Bertozzi. Curitiba: Juruá, 2014. 516p. 2ª impressão (ano 2017)

SANTOS, André Alencar. **Informática Descomplicada**. 5 ed.. São Paulo, SP, 2010.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PATERNA DURANTE A ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL

¹Caroline Monteiro Juliano

²Nayara Alano Moraes

³Paula Cristina de Siqueira

⁴Patrícia Citadin Dutra

RESUMO

A importância da participação do pai é um fator de suma importância que contribui no enfrentamento das mudanças com a gestante e no amadurecimento da nova situação, além de fortalecer os laços familiares, fazendo com que ele se sinta preparado para exercer o papel de ser pai antes do nascimento. Elencou-se como objetivo geral desta pesquisa conhecer a visão paterna sobre o pré-natal e o objetivo específico identificar os desafios que eles enfrentam para manter o acompanhamento ativo. Este estudo foi desenvolvido pela abordagem qualitativa, o método utilizado foi a pesquisa de campo e a escolha dos entrevistados aconteceu por acessibilidade. Após a análise de dados observa-se claramente que a maior dificuldade dos pais em ser mais participativo com a gestante é a jornada de trabalho ser no mesmo período que as consultas de pré-natal. Conclui-se que a inclusão paterna durante a gestação é de extrema relevância para fortalecer o vínculo de paternidade e para a mudança do ser homem para ser Pai, a evolução de uma nova identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-natal. Paternidade. Enfermagem.

ABSTRACT

The importance of the father's participation is an extremely important factor that contributes to coping with the changes with the pregnant woman and in the maturing of the new situation, in addition to strengthening family ties, making him feel prepared to exercise the role of being a father before from birth. It was listed as the general objective of this research to know the paternal view on prenatal care and

¹Acadêmica do Curso de Bacharelado em Enfermagem da instituição UNIFACVEST. <http://lattes.cnpq.br/7335788510711938>

²Mestre em Educação. Coordenadora e Docente do curso Bacharelado em Enfermagem da instituição UNIFACVEST. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051992408846987>

³Enfermeira Especialista, Professora do curso Bacharelado em Enfermagem da instituição UNIFACVEST. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0577812318588180>

⁴Enfermeira Especialista, Professora do curso Bacharelado em Enfermagem da instituição UNIFACVEST. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3826243393345605>

the specific objective to identify the challenges they face to keep the active monitoring. This study was developed by the qualitative approach, the method used was a field research and the choice of respondents was due to accessibility. After analyzing the data, it is clearly observed that the greatest difficulty for parents in being more participative with the pregnant woman is that the working hours are in the same period as for prenatal consultations. It is concluded that the inclusion of paternal during pregnancy is of extreme generation to strengthen the bond of paternity and to change from being a man to being a father, the evolution of a new identity.

KEYWORDS: Prenatal care. Paternity. Nursing.

INTRODUÇÃO

A gestação é um momento muito especial repleto de emoções e sentimentos. Sendo definida pelas mudanças que ocorrem tanto fisiológicas, quanto físicas no corpo da mulher. Durante este período, é necessária a participação do pai e que o processo de gestar se desenvolva com ele também.

O processo gestacional não pode ser vivenciado somente pela mulher e sim fazer deste momento com que haja o envolvimento do pai, sendo fundamental para que ele, “gestando também”. A figura paterna durante o pré-natal contribui no enfrentamento das mudanças com a gestante e no amadurecimento da nova situação, ser mãe e ser pai.

Após pesquisa realizada referente a saúde do homem e paternidade, indicou que 72,25% dos pais entrevistados participaram das consultas de pré-natal com suas parceiras no país. Desse total, 80,71% afirmaram que esse envolvimento os motivaram a cuidar melhor da sua saúde. Os dados demonstram que a paternidade é a principal porta de entrada do homem na unidade de saúde para que ele também se cuide. (BRASIL, 2018)

“A assistência pré-natal torna-se um momento privilegiado para discutir e esclarecer questões que são únicas para cada mulher e seu parceiro, aparecendo de forma individualizada, até mesmo para quem já teve outros filhos”. (BRASIL, 2012, p.40)

A participação do pai deve ser estimulada no âmbito familiar e pelo profissional em cada consulta que ele participar. Durante as consultas o foco será sempre a boa condução da gestação, mas não podemos esquecer que devemos fazer com que as informações sobre o que ocorre com a mulher neste período sejam entendidas por ambos, pois se o parceiro se sentir acolhido nestas consultas, ele se sentirá à vontade e estimulado a voltar e participar de todas as consultas subsequentes.

Quando um homem decide ser pai ele passa por um período que exige uma série de adaptações e mudanças psicológicas, biológicas e sociais para assumir este novo papel em sua vida com a chegada de um filho. Para muitos, a gestação pode servir como um período de preparo, no qual se elaboram fantasias e sentimentos, o homem se recorda e revisa os papéis parentais e a sua própria infância (Piccinini, et al, 2004, apud SANTOS, 2014, p.63)

De acordo com o BRASIL (2017) o Pré-Natal é o acompanhamento por meio de consultas com a gestante na unidade de saúde, para um controle sobre o desenvolvimento do bebê e da sua saúde. Durante as consultas a gestante é examinada e encaminhada para realização de exames, vacinas e ecografias. Sendo assim fica preconizado 6 (seis) ou mais consultas no período gestacional, até 28ª semana será mensalmente; da 28ª até a 36ª semana será quinzenalmente; e da 36ª até a 41ª semana será semanalmente.

A escolha do tema ocorreu após observar durante os estágios propostos pela grade curricular do curso de enfermagem, as gestantes que vinham até unidade de saúde em busca do atendimento sem estar acompanhada pelo parceiro. Então surgiu o interesse em integrar o pai como membro fundamental no acompanhamento da gestação, sendo de suma importância a participação dele durante as consultas, pois será nelas que ele irá ter o entendimento das alterações que ocorre durante o ciclo gravídico e puerperal. E estará sendo orientado por um profissional sobre as dúvidas que estiverem surgindo, mantendo um envolvimento ativo junto com a gestante.

Buscando uma melhor compressão sobre o tema elencou-se como objetivo geral conhecer a visão paterna sobre o pré-natal. E objetivo específico: identificar os desafios que eles enfrentam para manter o acompanhamento ativo.

Desta maneira, o período da gestação é de grande importância para todas as pessoas envolvidas a fim de que, as mudanças de rotina e as adaptações decorrentes da chegada desta nova vida, transcorram de forma fluida e tranquila para todos.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido pela abordagem qualitativa descritiva, por meio de pesquisa de campo. “A pesquisa qualitativa tem o objetivo de qualificar os resultados, ampliando a compreensão dos resultados e possibilitando a intervenção da sociedade em diversos campos de atuação”. (RODRIGUES, R.; GONÇALVES, J. C, 2020, p. 127).

O método de pesquisa de campo que segundo Lakatos e Marconi (2010) tem como objetivo: “conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. A escolha pelos entrevistados foi por acessibilidade. Segundo Costa Neto (1977) a escolha por acessibilidade pode ocorrer quando embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível.

A pesquisa aconteceu com 5 (cinco) pais que vivenciaram junto com a gestante o momento de gestar. Como critério de inclusão para os entrevistados foi que tivessem participado pelo menos de uma consulta de pré-natal junto com a gestante. A coleta dos dados foi por meio digital (Google Forms) online realizado em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Coletado o material no período entre o dia 19/10/2020 a 29/10/2020.

A identidade dos pais que se colocaram à disposição em participar dessa pesquisa foi mantida em sigilo para isso utilizamos um “condinome” para cada um. Os mesmos preencheram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assegurando os preceitos éticos de acordo com a resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Para o desenvolvimento da coleta de dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas. Segundo Cervi (2017) o questionário tem como objetivo medir as ocorrências de variáveis e conceitos, para cada variável existe uma pergunta correspondente que a mensura. Ainda ele diz que questões abertas são aquelas onde o entrevistado pode dar sua própria resposta.

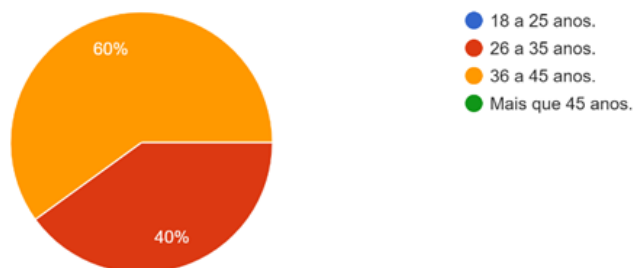
O questionário contou com as seguintes questões:

Condinome; idade; nº de filhos;

- 1) Você sabe o que é o pré-natal e como é realizado?
 - 2) Você conhece o pré-natal masculino?
 - 3) Como você entende sua participação junto a gestante nas consultas?
 - 4) Quais foram suas expectativas com relação a paternidade?
 - 5) Teve alguma dificuldade/algum empecilho para que não pudesse participar das consultas de pré-natal com a gestante? Se sim, qual?
 - 6) Você participou de quantas consultas de pré-natal junto com a gestante?
- Segue abaixo os gráficos onde informam a idade e nº de filhos dos pais.

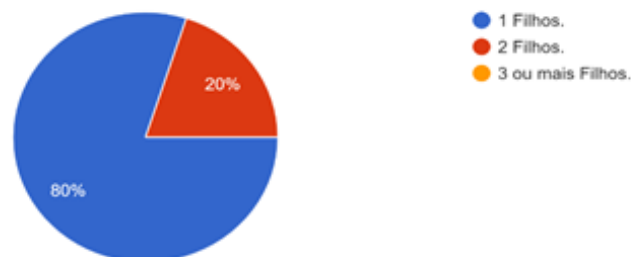
Qual a sua Idade?

5 respostas



Quantos filhos você tem?

5 respostas



O método escolhido para análise dos dados foi a Análise de Conteúdo de Bardin. “Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando, obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”. (BARDIN, 1997, p. 42)

Buscamos por meio desta metodologia obter relatos das vivências do pai e expandir os conhecimentos empíricos da sua vivência como acompanhante da gestante, encima da proposta que temos “a importância da participação do pai durante a assistência do pré-natal”.

3 ANALISE E RESULTADOS

O pré-natal consiste em uma fase que antecede o parto do bebê, momento em que é realizada várias ações como por exemplo: consultas, exames, prevenções, vacinações entre outras em que conta com o envolvimento da enfermagem na promoção da saúde de gestante. Durante esse acompanhamento é imprescindível que a gestante tenha um apoio do seu parceiro e da sua família.

A importância da participação paterna nas consultas é extrema relevância pois além de ele estar conhecendo e observando a evolução e saúde do seu bebê e parceira, podemos avaliar a saúde desse pai que ainda tem aquele pré-conceito que homem não precisa estar fazendo exames e cuidando da sua saúde.

A coleta do material foi construída por seis questões abertas com cinco entrevistados, onde descreveram seus sentimentos, vivências e desafios que a paternidade lhe trouxe.

No primeiro momento foram indagados aos pais sobre como eles entenderiam sua participação junto com a gestante e obtivemos conceitos como:

“Muito importante para dar apoio e ver a evolução do nenê” (Pai)

“De extrema importância, pois é o momento que a mulher precisa de uma rede de apoio para se sentir segura” (Uil)

“Uma forma de ter um conhecimento maior sobre a gestação e entender sobre as mudanças e a evolução do bebê” (Ben)

“Para ter ciência do desenvolvimento do bebê” (Elias)

Segundo o BRASIL (2016): A gravidez também é um assunto de homem e estimular a participação do pai durante todo esse processo pode ser fundamental para o bem-estar biopsicossocial da mãe, do bebê e dele próprio, sendo o pré-natal o momento oportuno e propício para isso.

Todavia, por razões culturais, o homem, de uma forma geral, acredita que a sua presença nas consultas de pré-natal trará desconforto para as mulheres presentes e para si mesmo. No entanto, essa presença aumenta seus conhecimentos

sobre a gestação, o parto e o puerpério, de modo que possa auxiliar a sua companheira de forma mais efetiva, trazendo benefícios para ambos, envolvendo o bem-estar do casal. (BALICA et al, 2019).

Neste segundo momento questionei a eles sobre se conheciam o pré-natal masculino e todos me responderam que “não”.

A estratégia Pré-natal do Parceiro pode constituir-se de uma importante “porta de entrada positiva” para os homens nos serviços de saúde, aproveitando sua presença nas consultas relacionadas à gestação para ofertar exames de rotina e testes rápidos, convidando-os a participarem das atividades educativas e ao exercício da paternidade consciente, buscando a integralidade no cuidado a esta população. (BRASIL, 2016, p.18)

Está estratégia é um importante passo para assegurar a saúde materna e fetal, bem como tratar precocemente patologias que venham a acometer o casal e por consequência ao feto. Torna-se também fundamental para estimular a participação paterna durante a gestação, envolvendo casa vez mais o casal e fortalecendo o vínculo entre ambos.

A Política Nacional de Atenção Integral à saúde do Homem (PNAISH) tem por objetivo facilitar e ampliar o acesso da população masculina aos cuidados em saúde, promovendo assim, ações de saúde inseridas na singularidade alinhada à Política Nacional de Atenção Básica, porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, um dos 5 eixos do PNAISH refere-se a Paternidade e Cuidado, que visa: Sensibilizar gestores (as), profissionais de saúde e a população em geral sobre os benefícios do envolvimento ativo dos homens em todas as fases da gestação e nas ações de cuidado com seus (uas) filhos (as), destacando como esta participação pode trazer saúde, bem-estar e fortalecimento de vínculos saudáveis entre crianças, homens e suas (eus) parceiras (os). (SANTA CATARINA, 2017, p. 01)

Ainda é pouco visto falar na prática sobre o pré-natal do parceiro, acredito que devemos incluir esse apoio nas unidades de saúde e divulgar fazendo uma educação permanente para que a população tenha conhecimento do projeto e aos profissionais para que se capacitem para fazer um atendimento completo abordando o pai durante as consultas que ele participa junto com a gestante, visando sempre um atendimento de qualidade.

Foi criado com o intuito de que o pai cuide de sua saúde e ao mesmo tempo prepare-se para o exercício da paternidade responsável. Projeto elaborado pela Coordenação Nacional de Saúde dos Homens e está em execução desde o ano de 2012 na rede de atenção básica, porém na realidade ainda muitas unidades não aderiram ao projeto. Regida pela Portaria GM/MS nº 1944, de 27 de agosto de 2009, pretendo alcançar homens jovens/adultos de 20 anos até 59 anos.

No terceiro momento questionei sobre quantas consultas você participou junto a gestante, e recebi como respostas:

“Da primeira até o nascimento, mas a quantidade de consultas não sei informar” (Eve)

“Apenas 4 consultas” (Ben)

“8 consultas” (Lírios)

“2 consultas nas 2 gestações” (Elias)

Os pais precisam ser estimulados a participar das consultas de pré-natal durante as 38 semanas de gestação sendo uma figura importante nesse período não somente pelo apoio e acompanhamento da gestante, mas também por desenvolver uma nova identidade o “ser pai”, poder expressar seus sentimentos e expectativas em relação a esse período, que contribui para o seu desenvolvimento amoroso/afetivo com o bebê. Sendo assim sua participação tem importância e deve ser incentivada.

É assim que o pai começa a notar alguns dos detalhes primordiais sobre todo o processo que envolve a gestação, os anseios, as preocupações entre vários outros benefícios da dúvida que a gestação nos traz. As políticas de saúde a mulher voltada para a gestante devem trazer a consulta compartilhada com o casal como tópico principal para o desenvolvimento da gestação. E o processo da participação do pai não deve ser só paralela e sim propor o momento de interrogar, estimular o que acha do parto e se está preparado para esse momento, aí está a importância da participação dele junto com a gestante nas consultas pois é neste momento que estimula-se a dor de ideia neles para que percebam que será menos trabalhoso se for enfrentado juntos esse momento de gestar e como será prazeroso viver essa novidade a dois.

Importante também para que nesse momento das consultas, nós profissionais pudéssemos fazer exames de rotina e avaliar o estado de saúde desde parceiro promovendo o cuidado integral com a sua saúde. Com isto, indaguei neste quarto momento sobre se tiveram algum empecilho/dificuldade para que não pudesse participar das consultas de pré-natal com a gestante, relataram:

“Não, fiz de modo particular e acompanhei quase TODOS.” (Lírios)

“Sim, com o obstetra que foi feito o pré-natal no início, não acompanhei minha esposa pois havia rumores que ele não gostava muito que o parceiro acompanhasse. Mas no final da gestação ela trocou de obstetra justamente para que eu pudesse acompanhar”. (Ben)

“Sim, muitas vezes não conseguia sair do trabalho” (Uiil)

“Sim, horários das consultas coincidiam com o horário de trabalho” (Elias)

Segundo Henz et al. (2017), “a participação paterna no período de pré-natal é complexa e possui inúmeras variantes, pois mesmo sendo estimulada pelos profissionais da saúde, depende também das questões econômicas, culturais e familiares nas quais os homens estão inseridos. A dificuldade para conciliar horário de trabalho com os ofertados pela saúde também interfere neste acompanhamento”.

Neste quinto momento perguntei se conheciam o pré-natal e como ele é feito. Todos me relataram que sabiam o que é e como era realizado.

“Sim, é o acompanhamento gestacional” (Ben)

“Pré-natal é a assistência dado pelo médico a gestante durante a gravidez, que visa evitar problemas para a mãe a criança nesse período e no momento do parto” (Uil)

O pré-natal não tem somente vantagens a gestante e o bebê, ao contrário a presença dele na consulta de pré-natal juntamente a unidade básica de saúde faz com que a equipe multiprofissional possa fazer a promoção da saúde do homem por meio dos encontros mensais, sendo importante para promover a prevenção de doenças, pois segundo a PNAHS:

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, está alinhada com a Política Nacional de Atenção Básica – porta de entrada do Sistema Único de Saúde - com as estratégias de humanização, e em consonância com os princípios do SUS, fortalecendo ações e serviços em redes e cuidados da saúde (BRASIL, 2008, p. 3).

A atenção pré-natal e puerperal deve ser prestada pela equipe multiprofissional de saúde. As consultas de pré-natal e puerpério podem ser realizadas pelo profissional médico ou de enfermagem. De acordo com a Lei de Exercício Profissional de Enfermagem – Decreto nº 94.406/87 –, o pré-natal de baixo risco pode ser acompanhado pelo (a) enfermeiro (a). Neste último momento questionei sobre suas expectativas com relação a paternidade, obtive respostas como:

“As expectativas ultrapassam as próprias condições... Ser exemplo para que meus filhos sintam orgulho de mim” (Uil)

“No início confuso depois mudou tudo, agora o mais importante do mundo, hoje já a expectativa do outro filho é diferente” (Lírios)

“Ser um pai presente, participativo, dividindo as tarefas, para conhecer mais o bebê criando um vínculo ainda maior com ele e não sobrecarregando minha esposa que também precisa de uma atenção e cuidado maior nesse período de puerpério” (Ben)

“Foi muito bom, uma experiência nova eu diria emocionante” (Eve)

“Foram ótimas, me sinto realizado como pai por ter duas meninas como sempre quis” (Elias).

Quando nasce um bebê, não nasce só o bebê, nasce uma mãe, um pai, a adrenalina de sentimentos vivenciados por todo processo realça no ser humano a reflexão até do seu nascimento, seu sentimento em relação a sua mãe, pois saber que todo esse acontecimento foi vivenciado como filho e acredito que só de pensar que aquele ser é uma gota de vida nossa, a certeza da continuidade da história, transforma muitos homens em pais, despertando o sentimento único e infinito que é ser Pai.

Então volto a falar como é imprescindível que o pai viva o momento de gestar junto com a mãe, que participe das consultas de pré-natal que seja ativo no desenvolvimento do seu filho e com isso cuide da sua saúde.

Desafios em toda e qualquer situação que nos tire da zona de conforto vai aparecer, após ler os relatos dos pais, o principal desafio que eles tiveram foi a dificuldade de poder participar das consultas onde o empecilho era o trabalho. Podemos reavaliar e discutir essas leis trabalhistas para que possam ser mais flexíveis quando o assunto se tornar esse.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo ficou evidente que nós como futuros Enfermeiros devemos abordar, incentivar e orientar o pai quanto a importância de fazer o seu pré-natal e dar qualidade a sua saúde.

É interessante também ressaltar a necessidade dos serviços de atendimento às gestantes, ao elaborarem programas que facilitem e viabilizem a participação paterna nesse processo.

Percebe-se que os pais têm um desejo/anseio de estar em todos os momentos que envolvem a gravidez, porém nem todos conseguem estar presentes. Em relação à participação dos pais na consulta, a maioria não participa em decorrência da jornada de serviço ser durante o período da consulta pré-natal.

Acredito que para ajudar esses pais quanto a esse empecilho da jornada de trabalho ser no mesmo período da consulta, poderíamos fazer como sugestão elaborar um Projeto de lei que estimulasse ou liberasse os pais para participar as consultas, uma Lei que garantisse que não levasse falta ou perda do rendimento ou realizar essas consultas no período noturna nas unidades de saúde possibilitando a participação do mesmo nas consultas de pré-natal.

Concluo que a inclusão paterna durante a gestação é de extrema relevância para fortalecer o vínculo de paternidade e para a mudança do ser homem para ser Pai, a evolução de uma nova identidade.

REFERÊNCIAS

BALICA, L.O, Aguiar RS. Percepções paternas no acompanhamento do pré-natal. **Rev. Aten. Saúde**. 2019; 17(61): 114-126.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdos**. 70. ed. Lisboa, 1997. p.42

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia do Pré-Natal do Parceiro para Profissionais de Saúde** / Angelita Herrmann, Michelle Leite da Silva, Eduardo Schwarz Chakora, Daniel Costa Lima. - Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 55 p.: il

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem: princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Brasília, nov., 2008. 3

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 570, de 1º de junho de 2000 - Ministério da Saúde**. Disponível em < https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2000/prt0570_01_06_2000_rep.html > Acessado dia 24 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pré-Natal e Parto**. Disponível em < <https://www.saude.gov.br/artigos/823-assuntos/saude-para-voce/40756-pre-natal> > Acessado dia 24 de mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do Homem melhora após participarem do pré-natal**. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44615-homens-afirmam-cuidar-mais-da-saude-apos-participar-do-pre-natal>> Acessado dia 06 de jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012

CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política** – Volume 1; Curitiba: CPOP-UFPR, 2017. (1ª edição). 256 p.

HENZ, G. S. et al. **A Inclusão paterna durante o pré-natal**. Rev Enferm Atenção Saúde, v. 6, n. 1, p. 52-66, Jan/Jun., 2017

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Procedimentos de metodologia científica** – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, Pedro Luiz de Oliveira Costa. **Estatística**. Blucher. 1977, p. 44

RODRIGUES, Renato; GONÇALVES, José Correia. **Procedimentos de metodologia científica**. 9. ed. Lages: PAPERVEST, 2020, 195 p.

SANTOS, Simoni Crochi dos e KREUTZ, Carla Meira. O envolvimento do pai na gestação do primeiro filho. **Pensando fam**. [online]. 2014, vol.18, n.2, pp. 62-76. ISSN 1679-494X.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA JUNTO AOS ADOLESCENTES

¹Heidy Danúbia Pereira Rodrigues

²Nayara Alano Moraes

³Andréia Valéria de Souza Miranda

⁴Vivian Regina Dematê Perera

RESUMO

A adolescência é uma fase de transição da infância para a vida adulta e esta mudança pode trazer diversos desafios e, além disso, é uma fase de muitas alterações, contradições e descobertas. Para que os cuidados se tornem efetivos, não se exige apenas um programa que se destine a eles, mas também de um preparo da equipe de saúde a fim de compreender como abordar as questões que estão envolvidas no entorno dos adolescentes, reconhecendo, assim, diferentes meios para realizar o acolhimento e atendimento. A atuação do enfermeiro estabelece uma estratégia fundamental para a promoção, prevenção e recuperação da saúde do adolescente. Este estudo tem como objetivo geral: elencar as possibilidades de atuação do enfermeiro junto aos adolescentes na Estratégia Saúde da Família (ESF). Uma vez que o objetivo específico foi identificar os cuidados desenvolvidos pelo enfermeiro aos adolescentes na Atenção Primária (AP). O estudo tem como base metodológica abordagem qualitativa descritiva utilizando a pesquisa bibliográfica. Evidencia-se que os adolescentes só buscam as Unidades Básicas de Saúde quando estão doentes ou levados pelos seus responsáveis. Além disso, faz-se necessário a implementação das Políticas Públicas aos cuidados dos adolescentes para que os programas multiprofissionais de capacitações para que estes compreendam melhor a importância do cuidar de sua saúde de modo integral do adolescente, diante disso a atuação do enfermeiro está associada ou relacionada a alguma atividade específica da ESF, assim a realidade exige que se tenham ações de acordo com a situação encontrada na gerência dos serviços, planejamentos ou assistências prestadas.

Palavras chave: Adolescente; Estratégia Saúde da Família; Enfermeiro.

¹Acadêmica do curso de Enfermagem da Instituição UNIFACVEST.

²Mestre em Educação. Coordenadora e docente do curso de Enfermagem da Instituição UNIFACVEST. E-mail: prof.nayara.moraes@unifacvest.edu.br

³Doutora em Educação. Docente do curso de Enfermagem da Instituição UNIFACVEST. E-mail: andreiavaleriamiranda@hotmail.com

⁴Enfermeira do Trabalho. Professora do curso de enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: prof.vivian.pereira@unifacvest.edu.br

ABSTRACT

Adolescence is a transition phase from childhood to adulthood and this change can bring several challenges and, in addition, it is a phase of many changes, contradictions and discoveries. In order for care to become effective, it is not only required a program aimed at them, but also the preparation of the health team in order to understand how to address the issues that are involved in the adolescents' surroundings, thus recognizing different means to carry out the reception and attendance. The role of the nurse establishes a fundamental strategy for the promotion, prevention and recovery of adolescent health. This study has as its general objective: to list the possibilities of nurses' work with adolescents in the Family Health Strategy (FHS). Since the specific objective was to identify the care provided by nurses to adolescents in Primary Care (AP). The study is based on a qualitative descriptive approach using bibliographic research. It is evident that adolescents only seek Basic Health Units when they are ill or taken by their guardians. In addition, it is necessary to implement Public Policies in the care of adolescents so that multiprofessional training programs so that they better understand the importance of taking care of their health in an integral way for adolescents, in view of which the nurse's performance is associated or related to some specific FHS activity, so the reality demands that actions be taken according to the situation found in the management of the services, planning or assistance provided.

Keywords: Adolescent; Family Health Strategy; Nurse.

1 INTRODUÇÃO

A adolescência é uma fase de mudança da infância para a vida adulta e esta transição pode trazer diversos desafios e, além disso, é uma fase de diversas mudanças, contradições e descobertas.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adolescência compreende a faixa etária de 12 a 18 anos. Considerando um tempo de descobertas que se caracteriza por profundas e abrangentes mudanças nos aspectos físicos e psicológicos, com repercussões individuais, familiares e sociais, sendo também um momento de descoberta do próprio corpo, novos sentimentos e prazeres. (ECA, 2019)

Considerando a adolescência uma fase de mudanças passível de conflitos de ordem psicológica, social, física e sexual, ressalta-se a necessidade de uma abordagem educativa assertiva e de qualidade. Sendo assim, o enfermeiro atua como facilitador do processo educativo, pois favorece o desenvolvimento de estratégias que irão trabalhar com a prevenção e promoção da saúde desse grupo, considerando que a saúde não é apenas ausência de sintomas, mas sim uma inte-

ração positiva de todos os aspectos que influenciam a vida de determinado sujeito. (SALUM, B, G et al, 2015)

Na Estratégia Saúde da Família (ESF), o enfermeiro é um profissional importante para o desenvolvimento das ações juntos aos adolescentes. O trabalho do enfermeiro fundamenta-se no monitoramento das condições de saúde e no levantamento de problemas no exercício de uma prática de enfermagem comunicativa. (CANTO, et al, 2018)

Para que estas ações se tornem efetivas, é necessário um programa que se destine a eles, mas também de um preparo e de uma capacitação da equipe de saúde a fim de compreender como abordar as questões que estão no entorno dos adolescentes, reconhecendo, assim, diferentes meios para realizar a abordagem.

A partir da minha atuação na Unidade Básica de Saúde foi possível observar que os adolescentes dificilmente procuram por atendimento. Apesar de a adolescência ser um período com poucas apresentações de patologias, contudo estão expostos e vulneráveis a outros fatores com a gravidez precoce e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).

Este estudo tem como objetivo geral elencar as possibilidades de atuação do enfermeiro junto aos adolescentes na Estratégia Saúde da Família. Uma vez que seu objetivo específico foi identificar os cuidados desenvolvidos pelo enfermeiro aos adolescentes na Estratégia Saúde da Família.

Diante disto a necessidade da atuação do enfermeiro na captação desses adolescentes de maneira de trabalhar junto aos mesmos, resgatando a confiança e a cumplicidade para a efetivação dos resultados esperados, pois, o enfermeiro da estratégia saúde da família tem um papel importante no cuidado ao adolescente nas ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do adolescente.

2 METODOLOGIA

O estudo tem como base metodológica a abordagem qualitativa descritiva utilizando a pesquisa bibliográfica como método para o seu desenvolvimento. Segundo Pope e Mays (2009), a pesquisa qualitativa examina a compreensão das pessoas a respeito de sua vida diária.

De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 43):

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A pesquisa foi realizada no período de janeiro a novembro de 2020. A busca eletrônica se deu nas bases de dados INDEX, SCIELO (Scientific Electronic Library Online), Revistas eletrônicas e Manuais disponíveis pelo Ministério da Saúde. As obras todas analisadas compreendem ao período de 2010 a 2020 disponíveis online e impressos, com conteúdos completos no idioma português, encontrados de acordo com os descritores: Adolescente e Saúde; Atenção Primária; Enfermagem e Adolescente.

Foram encontrados 48 artigos relacionados aos descritores, após a leitura e seleção dos artigos e destes foram selecionados 15, para compor a amostra deste estudo, conforme quadro a 1 abaixo.

QUADRO 1: ARTIGOS SELECIONADOS PARA COMPOR A AMOSTRA DESTE ARTIGO

Ano	Fonte	Título	Autor
2020	SciELO Acta. Paul. Enferm.	Influência sociodemográfica na qualidade de vida relacionada com a saúde dos adolescentes.	BICA, Isabel et al.
2018	SciELO Revista da Escola de Enfermagem da USP	Fatores associados aos comportamentos de risco à saúde entre adolescentes brasileiros: uma revisão integrativa.	MOURA, Luciana Ramos et al.
2018	SciELO Rev. de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSO São Gonçalo	Atuação do enfermeiro junto ao adolescente na unidade básica de saúde: uma revisão de literatura.	CANTO, Elizangela de Souza et al.
2018	SciELO Revista Gaúcha de Enfermagem	Adolescentes que vivem com HIV/aids: experiências de sexualidade	SEHNEM, Graciela Dutra et al.
2018	SciELO Enfermagem Brasil	Educação em Saúde na Estratégia Saúde da Família: contribuições práticas do enfermeiro.	ARAÚJO, Wilkslam Alves de et al.
2015	SciELO Rev. Min. Enferm.	Educação em Saúde para Adolescentes na Escola: um relato de experiência.	SALUM, Gabriel de Barros; MONTEIRO, Luciana Alves Silveira.
2012	SciELO Ciência e saúde coletiva	Sentidos atribuídos por profissionais à promoção da saúde do adolescente	SANTOS, Antonia Alizandra Gomes dos et al.

2014	SciELO Ciência e saúde coletiva	Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas.	SILVA, Marta Angélica Iossiet al.
2014	Editora Realize	A promoção da saúde do adolescente na atenção básica como desafio para a enfermagem	ANDRADE, Górk Pires et al.
2011	SciELO Rev. Enferm. UERJ.	Ações Desenvolvidas pelo Enfermeiro Junto aos Adolescentes no Programa Saúde da Família em Maringá\Paraná	HIGARASHI, Ieda Harumiet al.
2011	SciELO Cogitare Enferm.	Assistência à Saúde e Demanda dos Serviços na Estratégia Saúde da Família: a visão dos adolescentes.	VIEIRA, Roberta Peixoto et al.
2010	SciELO Revista BioE-thikos	A vulnerabilidade do adolescente numa perspectivadas políticas de saúde pública	PESSALACIA, Juliana Dias Reis; MENEZES, Elen So-raia; MASSUIA, Dinéia.
2012	SciELO Rev. Enferm. UERJ	Cuidado ao adolescente: contribuição a enfermagem.	COSTA, Rachel Franklin; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira;
2010	SciELO Rev. Med. Minas Gerais	Saúde do adolescente: o significado do atendimento para os profissionais da atenção primária do município de Viçosa, MG.	HENRIQUES, Bruno David; ROCHA, Regina Lunardi; MADEIRA, Anézia Moreira Faria

A análise de dados foi desenvolvida pelo método de categorização, de acordo com Olabuenaga e Ispizúa (1989), o processo de categorização deve ser entendido em sua essência como um processo de redução de dados. As categorias representam o resultado de um esforço de síntese de uma comunicação, destacando neste processo seus aspectos mais importantes. As categorias foram apresentados de seguinte maneira: Riscos, Vulnerabilidade e Necessidades dos Adolescentes; Assistência do Enfermeiro de Saúde da Família aos Adolescentes.

3 ANÁLISE E RESULTADOS

A leitura e análise dos artigos trouxe a reflexão acerca dos cuidados de enfermagem que apresentam dificuldades no desenvolvimento de ações de atenção à saúde do adolescente, como no processo de captação efetiva para os serviços

de saúde, é necessário que os enfermeiros se predisponham a implementação de um programa desta natureza no âmbito da equipe da saúde da família; e por partes dos gestores, garantam as condições para a implantação e manutenção, assim seria mais fácil diminuir as vulnerabilidades existentes.

Garantindo a efetivação dos direitos das Políticas públicas aos adolescentes, de maneira mais simples e justa.

3.1 Riscos, Vulnerabilidade e Necessidades dos Adolescentes

As pessoas são afetadas por uma vulnerabilidade intrínseca relacionada à própria condição de ser humano e, além disso, por vulnerabilidades circunstanciais decorrentes de pobreza, de falta de acesso à educação, dificuldades geográficas, doenças crônicas e endêmicas, discriminação e outros infortúnios.

Os adolescentes estão em grande maioria em situações de carência e de risco psicossocial e pessoal, identificaram como fatores de risco: dificuldade de acesso à escola e aos serviços básicos da saúde, violência, uso de drogas, péssimas condições de moradia, pobreza, maus tratos, abandono, comprometimento na estrutura familiar, início cedo no mercado de trabalho, bem como a exploração, exclusão social e barreira cultural, exploração sexual e prostituição, gravidez e aborto, atos sexuais precoces e sem proteção, sentimentos conflituosos (PESSALACIA et al., 2010).

A vulnerabilidade é entendida como o conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social e cultural, sua interação amplia ou reduz o risco ou a proteção de uma pessoa por ocasião de uma determinada doença, risco ou danos e substitui o conceito clássico de fatores de risco. Ela é uma desvantagem que afeta muitas pessoas, e o vulnerável tem necessidades não atendidas que o torna frágil e suscetível, em risco de sofrer danos.

Sendo a privação uma característica da vulnerabilidade, através da qual, as pessoas são impedidas de atender suas necessidades e desejos e outra característica é a destituição que restringe a capacidade e a liberdade, sendo necessárias ações terapêuticas que a minimizem. (PESSALACIA et al. 2010, p. 425). O pensamento de que a vulnerabilidade é tema complexo e a necessidade de uma abordagem integral capaz de considerar os valores, as crenças, os conhecimentos, os fatores contextuais, históricos e culturais das comunidades, bem como os recursos sociais necessários para o desenvolvimento humano saudável dos adolescentes.

A educação é percebida como faceta que emancipa e rompe com ciclos de pobreza e desigualdade social que tendem a vulnerabilizar a condição de saúde dos adolescentes. (SILVA et al. 2014). Na pesquisa Bica et al. (2020) afirmaram que os impactos sociodemográficos são fatores que interferem na qualidade de vida e do cuidado com a saúde dos adolescentes.

A partir disso, é necessário que existam mecanismos e estratégias capazes de intervir na comunidade, na escola, na família, levando em consideração gênero, idade e situação familiar a fim de promover um melhor desenvolvimento físico, mental e social no adolescente.

Moura et al. (2018) apontam que conforme a idade vai avançando, menores são os cuidados com a proteção no ato sexual, além de uso excessivo de drogas e álcool e que muito dos casos são influenciados por familiares e/ou amigos ou seja, os comportamentos arriscados para a saúde estão associados a fatores social, econômico e familiar.

Desta forma, é preciso ter ações que promovam os cuidados com a saúde de modo integral a esse público tão vulnerável. Entre os fatores, o envolvimento em atos sexuais preocupa a sociedade e as famílias, sobretudo porque os adolescentes não tomam os devidos cuidados.

O enfermeiro necessita realizar um atendimento diferenciado de maneira respeitosa, priorizando a individualidade de cada adolescente, para conhecer seus hábitos, crenças, valores e vocabulário, assim desta forma realizando o aprimoramento e direcionamento das ações profissionais a serem realizadas. Os profissionais de saúde precisam ser sensíveis ao realizar o acolhimento, a fim de estabelecer vínculos e, assim, aperfeiçoar a escuta atenta e sem preconceitos e/ou condenação moral destes adolescentes, além disso, as escolas podem auxiliar por meio da inserção da sexualidade como tema transversal (SEHNEM et al., 2018).

Henriques, Rocha e Madeira (2010) afirmam que os adolescentes não se preocupam com o seu desenvolvimento psicossocial e isto reflete no fracasso das políticas públicas. Desta maneira, a Estratégia Saúde da Família, bem como a capacitação dos profissionais, a estrutura física e inseri-los no planejamento das ações são fundamentais para que tenham mais cuidado a fim de melhorar a assistência deste programa.

A ESF enfrenta desafios e tem a necessidade de oferecer uma atenção maior, sobretudo, pensar em uma forma de cuidar da saúde dos adolescentes, pois este é um recurso importante para resolver problemas de saúde que se apresentam nesta etapa da vida.

Silva et al. (2014) afirma que os adolescentes entendem que a interação do indivíduo com a vulnerabilidade da saúde é complexo, assim também como questões de ordem social. Além disso, as políticas públicas, a prevenção e a assistência aos adolescentes precisam ser orientadas sob uma perspectiva da diversidade, ou seja, levando em consideração as diversas realidades que os adolescentes apresentam em seus contextos.

Vieira et al (2011) aponta ser evidente que este público procura a Unidade de Saúde da Família quando estão doentes e não se sentem como parte do serviço, mas expressaram vontade em participar mais frequentemente. Além disso, é

preciso organizar o trabalho das equipes de Saúde a fim de captá-los, além de estimular e fortalecer o vínculo para, assim, consolidar esta política aos adolescentes.

Ficam evidentes que esta faixa etária apenas procura o serviço de saúde quando estão doentes, com isso o enfermeiro necessita buscar mais incentivo profissional e ajuda financeira dos governantes, para assim efetivar as Políticas Públicas que são necessárias para a promoção, prevenção e recuperação dos adolescentes, sendo um direito dos mesmos.

3.2 Assistências do Enfermeiro de Saúde da Família aos Adolescentes

O enfermeiro precisa de um olhar diferenciado para constituir um atendimento ao adolescente, realizando um melhor acolhimento possível em um espaço humanizado, para alcançar melhores resultados, estabelecer um vínculo de confiança e respeito, fundamental para a continuidade do acompanhamento e êxito do tratamento, enxergar o adolescente na integralidade de seu ser e de sua vida, buscando identificar outras necessidades para seu bem-estar, engajá-la em outras ações e outros serviços locais, além dos serviços de saúde, independentemente da demanda inicial que a levou à unidade de saúde; levar em conta a vulnerabilidade de adolescentes, principalmente daqueles privados de condições básicas para uma vida digna, que sofrem violações de direitos e trazem novas sintomatologias, já referidas, que estão na fronteira entre os problemas de vida e as patologias.

Produzir saúde com adolescentes é considerar seus projetos de vida, é valorizar sua participação e o desenvolvimento de sua autonomia, é acreditar que eles e elas aprendem a lidar com os seus problemas e com seu contexto devido tendo o apoio e a corresponsabilidade dos trabalhadores da saúde, sem moralismos, controle e opressão.

O cuidado de enfermagem se estabelece a partir de um relacionamento entre enfermeiro e usuário numa perspectiva terapêutica, implicando em caminhos estabelecidos para o enfrentamento dos problemas, para relacionar-se com os demais, para ajustar o que não pode ser mudado e para uma auto realização (COSTA et al. 2012).

O enfermeiro precisa inserir-se nos projetos de atenção integral ao adolescente, para tanto deve participar da organização dos cuidados. Para isso deve ultrapassar ações puramente técnicas e individualizadas e atualizar numa visão integrativa, humanizada, voltada para a valorização da vida e da construção da cidadania garantindo os direitos sociais desta população.

No contexto da Atenção Primária é fundamental se inserir na gestão do cuidado e nas intervenções; conhecer necessidades seja em situações mórbidas, na prevenção de agravos e na promoção da saúde do adolescente. (COSTA et al. 2012).

Desta forma, ações positivas e planejadas, conduzidas adequadamente

nesta fase de grande vulnerabilidade dos adolescentes, o enfermeiro e sua equipe de Estratégia Saúde da Família, em função de sua capacidade de inserção nas comunidades atendidas, constituem-se em instrumentos dos mais poderosos para a atuação direta ao adolescente. (HIGARASHI, et al. 2011).

É necessário realizar ações de prevenção e promoção da saúde, com a participação dos adolescentes em seu planejamento. Deve-se estar disponível para ouvir e aberto para conhecê-los. Destaca-se que atividade em grupo é elemento importante para a melhoria da qualidade da assistência e troca de experiência entre os adolescentes. (HENRIQUES, ROCHA E MADEIRA, 2010).

Partir da implementação do Programa Saúde na Escola poderia ser possível obter mudanças e obter uma nova forma de assistir, com maior qualidade, os adolescentes. Contudo, existe pouca movimentação política para estimular o interesse e a participação dos profissionais da saúde na ESF pela promoção da saúde com os adolescentes. (SANTOS et al., 2012)

Araújo et al (2018) salientam que a educação em saúde é uma ferramenta eficaz para promover prevenir a fim de transformar práticas e comportamentos socioambientais com ênfase no desenvolvimento da autonomia e da qualidade de vida tanto do indivíduo quanto do coletivo é preciso sistematizar metodologias interativas para atenção básica levando em conta condições de vida, individual e coletiva por meio de ações educativas multiprofissionais que busquem a interdisciplinaridade humana.

É fundamental pensar na integralidade da assistência para sua materialização efetiva, portanto, deve-se pensar e atuar de modo intersetorial a fim de fortalecer ações para a promoção da saúde (ANDRADE et al., 2014). Além disso, é preciso ser feito um planejamento de atividades fazendo com que os gestores escolham a responsabilidade de cada um para que seja desenvolvido e criado propostas educativas a fim de atingir, satisfatoriamente, a população alvo, no caso, os adolescentes.

O enfermeiro é de suma importância no cuidado da saúde do adolescente, atuando com responsabilidade profissional no desenvolvimento da prevenção, promoção e recuperação da saúde, assim deve também buscar parcerias com as secretarias, empresas e escolas, e contar com uma equipe multiprofissional para realizar uma assistência de integralidade conseguindo fazer um trabalho mais efetivo tanto individual como coletivo dentro do contexto de cada um, realizando palestras, rodas de conversas, teatros, praticando dinâmicas, acredito que assim teremos uma contribuição melhor para o cuidado ao adolescente.

4 CONSIDERAÇÕES

De acordo com a revisão de literatura feita neste artigo, conclui-se que os adolescentes, na maioria das vezes, desconhecem da existência deste programa

e de sua eficiência para ajuda-los nesta fase de importante transição e mudanças da vida do ser humano. Além disso, boas partes dos adolescentes não procuram atendimento à saúde com regularidade, apenas quando estão doentes são levados pelos pais para serem atendidos.

O estudo contribui para que o enfermeiro da Estratégia Saúde da Família possa refletir sobre a atuação junto aos adolescentes, assim podendo fazer um processo modificado e ampliado nas ações de saúde junto aos mesmos, pois se tratando de uma fase única do desenvolvimento, torna-se imprescindível a atuação mais precisa e adequada, a participação do adolescente na construção do sua terapêutica é de grande importância para que se envolva com a sua saúde e apoiem a equipe responsável por ele, pois a vulnerabilidade deve ser considerada como resultado de um conjunto de variáveis.

Diante disto, a necessidade da atuação do enfermeiro na captação desses adolescentes de maneira de trabalhar junto aos mesmos, resgatando a confiança e a cumplicidade para a efetivação dos resultados esperados, pois, o enfermeiro da estratégia saúde da família tem um papel importante no cuidado ao adolescente nas ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde do adolescente.

Uma das ações que podem ajudar a promover a consciência dos adolescentes pela busca a este programa é o trabalho conjunto da Estratégia Saúde da Família, sobretudo do enfermeiro, com as unidades escolares nas quais os adolescentes estão matriculados a fim de conscientizá-los da importância deste programa e do cuidado com a saúde.

O estudo contribui para que a equipe da Estratégia de Saúde da Família possa refletir sobre a sua atuação junto aos adolescentes e iniciar um processo de atualização e ampliação do atendimento junto aos adolescentes.

O investimento na saúde dos adolescentes é um custo efetivo, pois garante a qualidade de vida, de espírito criativo e construtivo dessa população, que tem um potencial positivo para o desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Górkil Pires et al. A promoção da saúde do adolescente na atenção básica como desafio para a enfermagem. **Editora Realize**, v. 24, n. 3, 2014. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conacis/2014/Modalidade_2datahora_24_03_2014_22_55_49_idinscrito_3012_04309d581328f000cbc-50cac16114c57.pdf Acesso em: 09 nov. 2020

ARAÚJO, Wilkslam Alves de et al. Educação em Saúde na Estratégia de Saúde da Família: contribuições práticas do enfermeiro. **Enfermagem Brasil**, São Paulo, v. 17, n. 6, 2018. Disponível em: <http://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/2231> Acesso em 09 nov. 2020

BICA, Isabel et al. Influência sociodemográfica na qualidade de vida relacionada com a saúde dos adolescentes. **Acta paul. enferm.** São Paulo, v. 33, e-APE20190054, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002020000100406 Acesso em: 19/03/2020

CANTO, E, S; MENDONÇA, R, P; FEIJÓ, E, J; PINTO, M, M, K; COIMBRA, W, S. Atuação do enfermeiro junto ao adolescente na unidade básica de saúde: uma revisão de literatura. **Rev. de Trabalhos Acadêmicos UNIVERSOS** São Gonçalo- vol.3- no 5, 2018. Acesso em 27/01/20.

COSTA, Rachel Franklin; QUEIROZ, Maria Veraci Oliveira; ZEITRAME, Regina Célia Gollner. Cuidado ao Adolescente: contribuições para a enfermagem. **Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro**, 2012 abr/jun; 20(2):197-202. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/4045/2809>. Acesso em: 29/01/20

ECA ATUALIZADA- **Conselho da Criança e do Adolescente**. Disponível em: www.conselhodacrianca.al.gov.br > ECA ATUALIZADO.pdf > view; institucional • Conselhos • Fundo para Infância. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view> Acesso em: 04/02/20

HENRIQUES, Bruno David; ROCHA, Regina Lunardi; MADEIRA, Anézia Moreira Faria. Saúde do adolescente: o significado do atendimento para os profissionais da atenção primária do município de Viçosa, MG. **Rev. Min. Enfer.** V. 14, 251-256, abr/jun 2010. Acesso em:

HIGARASHI, IH; BARATIERI, T; ROECKER, S; MARCON, S, S. Atuação do enfermeiro junto aos adolescentes: identificando dificuldades e perspectivas de transformação. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo?id.324027974017>. Acesso em: 27/01/20.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científico**. São Paulo; Editora Atlas, 1994. 4a ed. P. 43 e 44.

MOURA, Luciana Ramos de et al. Fatores associados aos comportamentos de risco à saúde entre adolescentes brasileiros: uma revisão integrativa. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 52, e03304, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342018000100800&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 19/03/2020

MOURA, Eduardo. SATOS, Ronildo Sousa; ROCHA, S. Evidências sobre Acolhimento e Vínculo de Enfermeiros da Estratégia Saúde da Família junto aos Adolescentes. **Semantica Scholar**, 2015. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/EVIDÊNCIAS-SOBRE-ACOLHIMENTO-E-VÍNCULO-DE-DA-SAÚDE-Moura-Santos/242581911a9c8eeadcefd16d487cdaf8a6eb3af> Acesso em 09 nov. 2020

OLABUENAGA, J.I. R.; SPIZUA, M.A. **La descodificacion de la vida cotidiana: metodos de investigacioncualitativa**. Bilbao, Universidad de deusto, 1989.

PESSALACIA, Juliana Dias Reis; MENZES, Elen Soraia; MASSUIA, Dinéia. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista BioEthikos** 4, 423-430 – Centro Universitário São Camilo, 2010. Disponível em: https://saocamilo-sp.br/assets/artigo/bioethikos/80/Bioethikos_423-430_.pdf Acesso em 07/02/2020

POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde**. Porto Alegre; Artemed, 2009. 3a ed. P 16.

SALUM, B, G; MONTEIRO L, A, S. Educação em saúde para adolescentes na escola: um relato de experiência. **Revista Mineira de Enfermagem-REME**, vol 19.2, 2015. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1019> Acesso 30\01\20.

SANTOS, AntoniaAlizandra Gomes dos et al. Sentidos atribuídos por profissionais à promoção da saúde do adolescente. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1275-1284, Maio2012.Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000500021&lng=en&nrm=iso. Aceso em 29/01/2020

SEHNEM, Graciela Dutra et al. Adolescents living with HIV/AIDS: sexuality experiences. **Rev. Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v. 39, e2017-0194, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-14472018000100438&lng=en&nrm=iso Acesso em 19/03/2020

SILVA, Marta Angélica Iossi et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 619-627, Feb. 2014. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000200619&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07/02/2020

VIEIRA, Roberta Peixoto et al.Assistência à Saúde e Demanda dos Serviços na Estratégia Saúde da Família: a visão dos adolescentes.**CogitareEnferm**, Paraná. 16, n4, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/25443> Acesso em: 09 nov. 2020.

LECIONANDO A NEGRITICE

¹Caroline Godinho dos Anjos

²Larissa Amorim

³Larissa Sandri Wojcik

RESUMO

O presente trabalho, denominado artigo científico, possui como requisito a publicação na obra em homenagem à Marco Maschio Chaga, in memoriam, cujo título é, Lecionando Negritice, tendo por objetivo apresentar a visão afrodescendente no mundo acadêmico ocidental, o qual é profundamente influenciada pela cultura europeia contemporânea. Em uma sociedade miscigenada e transcultural, a perspectiva afrodescendente é ofuscada pela influência branco-europeia nas mais diversas áreas culturais, de literatura e cinematográfica, ainda em uma sociedade moderna e liberal. O pré-conceito existente na sociedade lieterária caucasiana, traz uma visão única na abordagem cultural envolvendo os afrodescendentes. A análise crítica do presente trabalho busca resgatar a identidade cultural negra na obra Lecionando Negritice, retirando, em partes, a influência europeia enraizada na literatura ocidental.

Palavras-chave: Afrodescendente. Influência. Europeia. Sociedade.

¹Graduada em Direito – Centro Universitário Unifacvest. Pós-Graduada em Direito Público e Gestão Pública – CENSUPEG. Pós-Graduada em Direito Penal e Processo Penal – Centro Universitário Unifacvest. Mestra Profissional em Práticas Transculturais do Centro Universitário Unifacvest. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito do Centro do Universitário Unifacvest e Universidade Veiga de Almeida. Tutora no Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasservi. Pedagógico na CENSUPEG Polo Lages. Pedagógico na Evidente Polo Lages. carolineanjoss@hotmail.com

²Graduada em Fisioterapia – UNIVALI; Pós-graduada em Fisioterapia Pélvica- Faculdade Inspirar Pós-graduada em Saúde Pública- Uninter Mestre em Práticas Transculturais- Unifacvest

³Advogada militante na área Criminal e de Administração Pública desde 2001, professora do curso de Direito na UNIFACVEST desde 2017, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC Subseção de Lages desde 2013; formada em Direito no ano de 2000 na Fundação Universidade Regional de Blumenau- FURB, Pós – Graduada em Direito Processual Penal e Direito Penal pela UNIPLAC, Especialista em Direito pela Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Especialista em Direito pela Escola da Magistratura Estadual – ESMESC, Especialista em Direito pela Escola da Magistratura Federal [conVênio IUFE/ FURB]; Mestranda em Educação – Práticas Multiculturais pela UNIFACVEST, Doutoranda em Cidadanias, Internacionalização e Relações Jurídicas pela UNIFACVEST e Universidade Veiga Almeida-UVA.

ABSTRACT

The present work, called scientific article, has as a requirement the publication in the work in honor of Marco Maschio Chaga, in memoriam, whose title is, Lecionando Negritice, aiming to present the Afro-descendant view in the Western academic world, which is deeply influenced by contemporary European culture. In a mixed and cross-cultural society, the Afro-descendant perspective is overshadowed by the white-European influence in the most diverse cultural, literary and cinematographic areas, even in a modern and liberal society. The prejudice existing in the Caucasian literary society, brings a unique vision in the cultural approach involving Afro-descendants. The critical analysis of the present work seeks to rescue the black cultural identity in the book Lecionando Negritice, removing, in part, the European influence rooted in Western literature.

Key Words: Afro-descendant. Influence. European. Society.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Como forma de critério de avaliação à disciplina de Literatura Afrodescendente no Mestrado Profissional em Práticas Transculturais, oferecido pelo Centro Universitário Unifacvest, nos foi presenteado a produção de conto criativo com base nas teorias discutidas e trabalhadas nos encontros realizados, desta forma, definiu-se a elaboração de um Conto e sua respectiva Análise Crítica.

Mister enfatizar que em um universo acadêmico predominantemente branco a proposta de um Mestrado com enfoque em Práticas Transculturais não poderia deixar de priorizar o estudo de elementos culturais de matizes africanas, razão pela qual, buscou-se, também, no Conto e na Análise trazer a percepção da cultura afrodescendente no universo acadêmico contemporâneo.

Com a apresentação da disciplina de Literatura Afrodescendente às mestrandas em comento não se pode olvidar que se deslindou um universo existente, todavia, até então inerte, pois, a cultura afrodescendente é inerente a nosso cotidiano, todavia, face os modelos branco-europeus de educação, cultura e comportamento não nos oportunizávamos um contato acadêmico capaz de distingui-la, admirá-la e atribuir a devida importância.

De fato, um mundo novo, um “eldorado”, nos foi apresentado trazendo uma gama de teorias que passamos vivenciar e pretendemos exteriorizar no Conto Lecionando a Negritice que, por meio de uma abordagem informal, se busca trazer os conflitos internos e externos dos afrodescendentes no resgate da sua identidade em uma sociedade no qual é constantemente tentado a negá-la.

2 LECIONANDO A NEGRITICE - CONTO

São 8h15min da manhã, Judite Silveira irrompe agitada na sala dos professores já bradando:

- Quero ver esses acadêmicos responderem as questões da prova, não prestam atenção em aula e depois pedem resumo, como se todo meu esforço se resumisse num simples ato facilitador para acadêmicos relapsos. Terminou contrariada. No outro canto da sala quase não dava para ver Maria Dolores por de trás da imensa pilha de folhas, livros e trabalhos acadêmicos, pondo-se a corrigir incontáveis provas.

Maria falou suavemente:

- Bom dia!

E Judite continuou, sem ao menos dar bom dia, inclinando-se para ver Maria e a fitando dos pés a cabeça:

- E este vestido Maria, a amiga Rose lhe deu? Como você se presta a este papel?

Maria, em sua paciência indagou, ainda que sabedora da resposta de Judite:

- Que papel Judite?

-Hum! Judite então apenas resmungou, dirigindo-se ao seu escaninho e pegando seu livro favorito sobre dialetos afrodescendentes, afinal, em aproximados 15 minutos se iniciariam mais um dia de atividades na universidade.

Maria complementa:

- Professora Judite, adoro ganhar presentes e Rose possui muito bom gosto, não seja tão impertinente.

- Sabe do que falo Maria, você poderia realçar mais sua personalidade e não aceitar tanto o que lhe impõe, não negar tanto a nossa cor, nossa origem, começando em parar de achar desculpas e aplicar o que aprendeu em sua vida. Retruca Judite.

Maria num gesto de reflexão em voz alta:

- Acredito que a academia na forma como está concebida – universidade branca, é a correta, superior, atribuindo certa inferiorização velada às matrizes africanas e acreditando que a escravidão e a colonização dos povos afrodescendentes foram formas de civilizar o indivíduo que se encontrava em uma cultura tida como inferior, traçando, desta forma, uma negação aos valores e à identidade afrodescendente em uma clara afirmação aos valores brancos.

Não estou provocando-a Judite, mas apenas tentando ser entendida.

Rose que observava tudo do canto da sala fala:

- Chega, chega, vamos trabalhar meninas? Nossos pupilos nos esperam.

Maria, em verdade, era amiga de Rose, ambas frequentavam o mesmo terreiro de Umbanda na qual Maria era Mãe de Santa, e diga-se: a mais respeitada do Sul do Brasil, o que provocava um ciúme e indignação em Judite, pois esta sabia que Maria gostava de uma vida simples, sem luxos e ostentações e que só se preocupava com a sua religião, todavia, Maria mantinha a condição de umbandista em segredo, não revelava a terceiros, pois, acreditava não ser de relevância como as demais religiões.

Muito embora absorta em sua religião, herdada de sua avó materna, uma filha de escravos que nasceu, Maria viveu e morreu no interior da Coxilha Rica, aprendeu desde cedo a não questionar a situação em que se encontrava, trabalhava na mesma fazenda de sua avó nos mesmos afazeres domésticos, acabou indo adolescente para cidade de Lages para ajudar a filha do dono da fazenda que acabara de ter gêmeos, momento em que teve a oportunidade de estudar e formar-se no então Magistério, aprendendo, desde cedo, a reverenciar a religião dos brancos.

Com o passar dos anos o esforço e a busca em ter o diploma universitário se tornam realidade, no mesmo período conhece as amigas Judite e Rose, das quais confidentes e inseparáveis cada uma com seus ideais e conquistas, inclusive todas com a visão bem esclarecida sobre a cultura afrodescendente.

O que realmente preocupava Judite era o comodismo das amigas em ter a grande oportunidade em lecionarem a disciplina: dialeto afrodescendente como forma de inserção da cultura negra em uma instituição de valores e cultura extremamente branca e, tendo tal oportunidade, esta era deixada de lado.

A intimidade das amigas faz com que cada uma saiba exatamente o caminho a ser trilhado no tocante ao entendimento da cultura afrodescendente, todavia, as atitudes de Maria irritavam ainda mais Judite, que não se conformava, com a entendida por ela, submissão de Maria.

Judite era uma mulher de corpo esguio, de aproximados 1,80 de altura, vestia-se com cores alegres que exaltassem sua cor. Professora com muito orgulho, pois sempre estudou muito para chegar à academia. Amava loucamente a dedicação às leituras, a adoração por sua cultura em especial no que se refere à língua, com diferentes dialetos africanos, tanto é verdade que a especialização foi na área específica. Discordava plenamente de Rose sobre os presentes e outras sugestões que julgava ser o embranquecer para a amiga Maria. Não se deixava influenciar por nada, afinal possuía convicções inabaláveis sobre o amor ao ser negra.

Rose era uma mulher altiva, de pele de cor de ébano, com curvas bem marcadas que seu cabelo em espiral acompanhava, filha de presbíteros norte-americanos estudou línguas em Yale em Connecticut e, em uma viagem ao Sul do Brasil se encantou com as pradarias e o frio exótico do Planalto Serrano, decidindo por Lages para fixar residência.

Apesar de ser criada entre evangélicos conservadores, Rose não entendia direito seu deslocamento de tal cotidiano, aceitando-o veladamente.

Em sua adolescência Rose fez amizade com uma moça do Alabama, a qual lhe mostrou as religiões nativas da África, Yorubá e Vodun da África Central, momento que de plano apaixonou-se e dedicou a estudar e viver tais crenças. Todavia, não foi no terreiro de Umbanda que Maria e Rose se conheceram, mais sim na Universidade, ambas lecionam dialetos afrodescendentes para diversos cursos do Centro Universitário – UNIFACVEST.

A disciplina de línguas o dialeto afrodescendente, ministrada por ambas, foi uma especialização idealizada e implantada na instituição com grande dificuldade por Judite, Maria e Rose eis que sofrera resistência da ala mais conservadora daquela academia.

Todavia, era notória a diferença entre Maria, Judite e Rose, ao mesmo tempo em que era linda e encantadora a semelhança e a amizade entre elas. No caminho para às salas de aula Maria e Judite seguem juntas e Judite insiste na provocação:

- Maria você acha correto ficar aceitando presentes assim, digo, vestidos feitos para outros corpos outras cores de pele, deverias preferir os coloridos, de toda modalidade, os que realçam bem nossa beleza pela diversidade de cores. A Rose fica agradando você com chamegos de presentes para cá e para lá, e olha só como você esta ficando: A branca “nata”! Às vezes fico pensando se o que faz é abominar aos nossos costumes, a cultura, as raízes, o ocultar de nossa beleza negra!

Judite como em um momento de reflexão e compaixão diante das duras palavras diz:

- Não que eu queira dar muita opinião, mas somos amigas e preservo tanto a cultura afrodescendente, acabo irada com as suas aceitações de modo fácil. Ah! Se eu pudesse abria sua cabeça cheia de branquice! Como pode alguém ter tanta vontade de ser branca possuindo a cor mais bela? Observe ao seu redor... As brancas pagam para ficar bronzeadas, se fosse tão feia a nossa cor elas no fundo não fariam o sacrifício da exposição ao sol por horas para ficarem quase negras. Certo? Estou muito louca em pensar assim tão negra? Maria minha amiga, se eu pudesse deixaria seu pensamento branco como nossa cor!

Por fim, Judite finaliza:

- Chega de bobagens e vamos trabalhar, o dever nos chama!
- Acadêmicos nos aguardem!

A chegada de Judite em sala sempre foi polêmica, afinal toda academia sabia exatamente do posicionamento dela em defesa de sua cultura e o prazer em enfatizar o quanto a disciplina: dialeto afrodescendente era o momento em que firmava o auge das raízes afro, com a busca de enaltecer tudo que lhe pertencia na sua cultura. Momento de glória e dedicação em transmitir o conhecimento, en-

sinar e compartilhar fazia parte de sua vida, afinal, a universidade era de modelo branco-europeu e, o próprio corpo docente possuía em seu quadro apenas três professoras negras, as três amigas.

O preconceito da grande maioria na instituição tornava Judite mais forte na luta contra a aceitação dos valores brancos, dos quais jamais fazia bom grado de tê-los em qualquer aspecto de sua vida, seja nos hábitos, na vestimenta ou para piorar a situação aceitar que sua amiga se curvava tão rapidamente aos preceitos impostos, ou seja, Maria era submissa a uma cultura branca em que nada recebia em troca por trair suas raízes. Não bastasse a Rose também amiga, tornava o caminho mais fácil para o momento assimilacionista de Maria em relação aos valores brancos.

No intervalo das aulas as três amigas costumavam reunir-se no espaço Gourmet da Unifacvest, onde o cafezinho era acalorado em quase sua totalidade em virtude das discussões sobre a não aceitação primeiramente de todas lecionarem a mesma disciplina, da qual elo de fortalecimento da cultura afrocentrada. Para Judite era importante à repetição de seus anseios sobre a discussão final na sala dos professores, logo no início da aula, por certo que ao novamente falar sobre a cor da pele, o bronzeado e tantos outros temas relevante.

No intervalo, Rose ao aproximar-se das amigas, Maria e Judite que estão no tradicional “cafezinho”:

- Ouvi vocês falarem em bronzeadas, ou praia? Vamos tomar um café, pois preciso conversar com vocês. Quero mesmo convidá-las a viajar comigo nesse final de semana a Florianópolis, há muito tempo não saímos juntas para nos divertir.

A primeira resposta de Judite foi:

- Não, estou cansada Rose!

Maria prontificou-se:

- Que ótima ideia Rose, estou com muitas saudades de nós três juntas, nos divertindo, não se preocupe, eu convenço a Judite!

Enquanto isso Rose irradiando felicidade, vai falando qual será a programação do final de semana, insistindo e dizendo que elas irão gostar, conta os detalhes:

- Meninas, sexta-feira, pela manhã, poderemos visitar minha tia Adila e solicitar que esta nos benza e, à tarde, poderemos escolher uma das diferentes praias para relaxar. No sábado poderiam escolher algum restaurante à beira-mar, que ainda não conhecemos para almoçar e, depois, aproveitar praia e, no domingo, na volta, poderíamos conhecer uma nova cidade, de preferência histórica, para aproveitar a viagem.

As três, sentadas no espaço gourmet luxuoso, se entreolhavam como sinal de que o intervalo poderia durar um pouco mais, afinal muitas coisas para conversarem e decidirem. Maria já estava feliz e empolgada com a viagem proposta por Rose, mas Judite não havia feito mais nenhum comentário.

O sinal bate, o dever chama, as amigas se despedem, combinando novo

encontro no ponto da universidade às 12 horas.

Maria foi para sala lecionar língua inglesa, e Rose a disciplina de espanhol. Judite não possuía a terceira aula, então resolveu ir para sala dos professores refletir um pouco sobre toda sua vontade em militar em prol da sua cultura.

Judite pensando em voz alta diz:

- Ah! O que tenho que fazer para convencer Maria a valorizar a nossa cultura e parar de viver a cultura branco-europeia. Ela nem consegue perceber o quanto não se identifica mais com nossa cultura, nossos costumes, a própria cor, o caos são as roupas e os cabelos espichados como sinal da loucura em seguir estereótipos impostos pela sociedade branca. Pensei que a academia seria o espaço do fortalecimento de nossas raízes! Pensei e pensei que não adianta pensar por quem não quer a aceitação.

Tenho medo de que eu esteja equivocada e acabe ofendendo-a mais do que tenho feito. Afa! Paciência para que tudo passe! Acho que em sinal de nossa amizade vou acabar acatando o convite da dita viagem ao litoral, somos amigas e aqui estamos, como diz Rose, “estamos na lida”.

Passado o momento da última aula, conforme combinado estavam no ponto da universidade todas agitadas, logo Maria avistou Judite chegando com sua cara de fechada e seu balançar sensual, logo disse:

-Vamos Judite para praia, por favor! Relaxa essa carranca pelo amor de nossa amizade.

Num gesto de afetividade Judite não consegue continuar embrutecida e abre os braços em sinal de aceitação ao convite, todas comemoram como loucas se abraçando e rodando em direção à porta da frente falando:

- Claro que vou, vocês acham que eu perderia a oportunidade de estar com vocês!

Chegada à aclamada sexta-feira, às seis da manhã Rose passa na casa de Judite e depois de Maria, as três amigas estavam no interior do carro rumo a Florianópolis, cada uma com uma mala grande e cheia de roupas, sonhos, lutas, crenças e vontades.

Maria e Rose se dividem para dirigir o carro enquanto Judite dorme sem se dar conta do tão cansada estava. A viagem transcorre perfeitamente.

Chegando à casa da tia de Rose, Adila, esta benze as três e as entrega um patuá (uma pulseira feita por Adila), com corda de couro e um pingente pendurado: uma pequena pedra brasileira. Na mesma hora, Rose agradece e se sente feliz em receber o presente, e guarda em sua bolsa. Maria não se manifesta, mas Judite agradece muito e o coloca em seu punho.

As amigas tomam café da manhã com a tia Adila, após grande insistência desta, e, muito embora tenham reserva em hotel, solicitam à tia para se arrumarem para ir à praia ali mesmo, face à tamanha euforia, desta feita, Rose e Maria logo se põem prontas, na melhor moda praia atuais, enquanto Judite colocara apenas um vestido.

Já no caminho, Maria comenta sobre o presente de tia Adila:

- Não gostei do presente, eu não acredito nisso. Muito embora na umbanda tenhamos muito disso, vocês sabem que só a pratico em amor a minha avó, que me ensinou tudo que sei e me fez prometer que não abandonaria as crenças “dela”, pois, em verdade, vocês sabem que sou católica.

Rose retruca:

- Eu gosto muito, sempre tenho comigo algum amuleto, sempre via meus pais usando e eu aprendi o verdadeiro significado e sei o quão importante é para nós.

Ao chegar à praia, as três amigas se deparam com a maioria de pessoas brancas, momento em que começam os primeiros comentários sobre a quantidade de mulheres brancas com horrores de protetor solar. Maria não esconde a preferência em idealizar um corpo esguio e super branco, mas Judite a questiona tentando ponderar com as palavras por achar que nos últimos tempos tem ofendido demais e interferido nas escolhas da amiga.

Logo, Rose e Maria estendem suas toalhas ao chão e vão tomar um banho de sol. Judite fica parada olhando as duas.

Maria questiona:

- Judite, você não vai tirar seu vestido? Vem aproveitar o sol!

Judite afirma:

- Minha cor já é muito bonita, vocês duas estão iguais às brancas querendo se bronzear, mas a diferença é que vocês já são negras.

Maria e Judite discutem por alguns minutos quando Rose intervém:

- Chegam meninas! Judite, você tem razão, nossa cor é linda. E é por isso mesmo que devemos colocar um biquíni e fazer um charme. E você Maria respeite e pare de reclamar das atitudes de Judite.

Por algum tempo elas permaneceram caladas observando o mar.

A praia estava lotada de tanta gente bonita de todas as culturas.

Maria fala:

- Olha Judite que delícia de homem aquele alemão te “comendo” com os olhos!

Judite irrompe:

- Para! Já falei que não quero contato sexual de modo algum com brancos. Não fazem o meu estilo e ademais sou muito superior mesmo às branqueiras por aqui, afinal tenho porte de mulher de verdade, negra, alta, lábios carnudos, um traseiro de respeito, se eu continuar descrevendo posso não aguentar de tanto amor por meu belo corpinho.

Maria e Rose ao mesmo tempo gritam:

- Chega!

Rose complementa:

- Quanta soberba amiga! O rapaz continua fitando em suas curvas. Ai ami-

ga! Não olha agora, mas ele está vindo em sua direção, vai correr? Vem Maria, vamos comprar um sorvete.

- Boa tarde moça.

Como que hipnotizada Judite fica toda perdida e gagueja dizendo:

- Boa tarde!

Ele responde:

- Você é incrivelmente parecida com a Naomi Campbell! Perdoe-me, mas posso me apresentar? Ainda aos passos de gaguejos responde:

- Claro, por favor.

Sou Juan Marques, e você como se chama?

- Judite. Nada perto de Naomi. Soltando um leve sorriso nos lábios carnudos.

Juan não perde tempo e começa a perguntar se ela vem sempre à Praia do Sol? E foi além, já perguntando se possui namorado. Judite assustada e com frio na barriga, responde:

- Não moro aqui, sou da Serra Catarinense, leciono na Unifacvest, na cidade de Lages, e não tenho namorado, mas também não estou à procura.

Juan rapidamente responde:

- Ótimo que não está à procura, pois assim poderei tentar cuidar de você. Serei audacioso convidando-a para você e suas amigas, as que saíram correndo quando viram eu me aproximando, para que compareçam a uma festa hoje à noite, a partir das 22 horas, na Lagoa da Conceição. Você, óbvio, é minha convidada de honra e suas amigas podem vir para lhe acompanhar. O que acha Judite? Fui longe demais? Você tem algum problema com os homens como eu?

Ele, não declarou a pergunta, mas sugeriu sobre ele ser branco e ela negra, e a impossibilidade de se conhecerem melhor em razão da cor.

Judite pensativa responde:

- Hum! Por favor, o endereço Juan, para que possamos chegar ao local da festa, acho que você é corajoso, e não pensei nada ainda para poder falar a você. Num gesto de carinho ele se despede com um beijo no cantinho da boca em sinal de provocação. Judite “amolece” as pernas.

As amigas inseparáveis estavam ao longe, somente observando, se deliciando com a possível felicidade de Judite. Ao chegarem, ela conta tudo enlouquecida, ainda sem acreditar no que está acontecendo, principalmente que aceitara o convite.

Ao cair da noite começam os preparativos para a tão esperada festa.

Às 23 horas as amigas chegam à casa de Juan.

Judite exclama:

Oh! O que é essa casa meninas? Quem é esse cara? Maria tem certeza de que estamos no endereço exato?

- Sim, estamos Judite!

Rose belisca a Judite como forma de provocação para que acorde e caia na real que o príncipe apareceu só que em cor branca e não o negro que ela sonhava.

Para Rose seria muito natural o amor entre Juan e Judite, mas Judite teria de superar muitas coisas em seus julgamentos.

Logo na entrada Juan vai cumprimentar as amigas de Judite e a pega pelas mãos em sinal de agradecimento por estar ali em um momento tão especial. Judite fica toda nervosa, mas não deixa transparecer, apenas continua sentido o frio na barriga e o balançar das pernas. Rose e Maria a conhecem muito bem e sabem que se encontra na condição de submissão sexual ao loiro de olhos azuis.

Meninas, pedirei licença para Judite me acompanhar na festa. Quero que aproveitem ao máximo. Passem a noite aqui em minha casa, por favor eu insisto.

A noite estava linda! Pessoas bonitas e interessantes por todo lado, bebidas e comidas exóticas, a casa possuía um piscina enorme, praticamente uma piscina olímpica de tão grande, uma iluminação maravilhosa, sem contar a natureza a favor com vista para a Lagoa e o céu estrelado ao fundo, assim Judite passou a noite ao lado de Juan, o qual apresentava a todos como se dele já fosse.

Não se pode negar que a beleza de Judite era dominadora, os olhos tão negros quanto sua cor fazia com que todos a seguissem com os olhares. Maria e Rose interagiram com vários convidados e, por fim, conheceram Otávio e Lucas, e assim continuaram a festa toda, dançando com estes, mais nem de longe com a mesma química e intensidade que Judite.

Após algumas taças de champanhe, Judite não consegue mais controlar o desejo de beijar e ser beijada por Juan. Como num passo de mágica ele a abraça, comprimindo seu corpo junto ao dela, beijando-a delicadamente e, à medida que a sentia, o beijo se torna mais quente e convidativo, as sensações e respostas dos corpos eram enlouquecedores. Juan, então sussurra no ouvido de Judite que a precisa possuir com ela loucamente, e que ela não pense em nada neste momento apenas no prazer em que podem sentir.

Em fim, Judite consegue o que precisa uma noite quente de lasciva e prazer para esquecer várias coisas ruins que permeavam sua cabeça. Sobem a escadaria de mãos dadas, claro que Maria e Rose constatarem que a amiga estará sendo muito bem cuidada!

Maria comenta:

- Rose! Você viu? É hoje que a Judite para com amarguras! Comemoraram muito.

A porta se fecha e seus olhos brilham ao visualizar um quarto enorme com uma cama linda, cortina e voal em tons nudes, flores brancas e vermelhas, como se estivessem a esperar, o perfume delicado. Ela volta-se para Juan e diz:

- Você preparou para mim?

Sim, é somente o começo de muitas surpresas para mulher mais bela e sensual.

As mãos de Juan começam a percorrer o corpo esguio de Judite, segura os cabelos crespos e longos em busca de suas bocas num movimento de línguas enlouquecedor.

Judite desperta com um café da manhã na cama, mais do café se esquece e o final de semana transcorre no mais lindo e quente romance.

Domingo à noite, na volta para casa, às três nos carro conversam seriamente.

Como sempre a conversa tem o mesmo tom de intrigas entre Maria e Judite, enquanto Rose dirige. Maria pergunta a Judite os detalhes do futuro relacionamento com Juan, Judite a responde:

- Eu sei que sou atraente e tenho muitas outras qualidades, mas rapazes como Juan não é para um relacionamento sério, e vocês sabem, ainda mais branco!

Maria a lembra das últimas conversas durante o fim de semana, que Juan lhe disse que tem negócios e amigos na nossa cidade, frequentando bastante a cidade de Lages, manifestando interesse em ter muito mais em Lages. Neste momento Rose clama:

- Ou seja, Judite, você não tem um relacionamento sério faz tempo, e como já conversamos, você sabe que é por sua posição na sociedade, na qual você se coloca e acaba afastando pessoas queridas de você. E eu senti que você gostou do "Dom Juan".

- Você com essa mania de negros, roupas negras, sapatos negros. O mundo não é apenas isso Judite, retruca Maria.

- Eu? Mania? Não, estou defendendo minhas ideologias.

- Ok! Judite e Maria, chega. Vamos parar para um café.

Entram num restaurante, grande e bem arejado e Rose escolhe um lugar especial para estarem confortáveis, pois a conversa se intensificou a certo ponto que será necessário este momento. Rose inicia:

- Bom meninas, eu gosto muito de vocês, mas estive repensando na nossa amizade e queria muito falar sobre isso. Nos últimos dias nossos conflitos foram estes, vestido, corpo, homens negros e nossas disciplinas. Porém, eu aceito e concordo com as ideologias e diferenças de vocês, como também tenho as minhas. Mas ultimamente vejo isso estar sendo negativo para nossa convivência.

Eu concordo com você Rose, a Judite tudo que ela faz, ela pensa nas disciplinas dela e na cor, isso se resume a vida dela.

Judite tenta falar, mas Rose interrompe.

- Maria, respeite a Judite. Começamos a pensar que faz parte sim de nossas vidas a nossa história, a nossa cor, porém não podemos deixar que isso afete nossos relacionamentos. Eu tenho muitos amigos, mas vejo que você Ju-

дите só tem amigos negros e você Maria, os poucos que tem a maioria brancos. Nossa vida social não se resume a cores e sim aos valores, os quais devem somar em nossas vidas e não afastá-las.

Judite tenta terminar a conversa, desviando o assunto:

- Não sei se vocês lembram, há alguns meses estávamos planejando uma viagem. Que tal começarmos a nos planejar novamente?

- Judite, foi você mesma que desistiu de tudo, se não fossemos para “tal” cidade que você queria.

- Podemos planejar sim! Mas retomando a nossa conversa. Nós três devemos crescer antes de tudo, crescer e aceitar as mudanças benéficas. Vejo você com um olhar triste Judite.

- Eu sei por que desse olhar, de arrependimento!

- Por que Maria?

- Quando nos despedimos dos amigos que fizemos em Florianópolis, vi Judite se despedindo e magoando Juan.

Enquanto isso Judite baixara a cabeça e chorava muito. Rose olha para Maria e faz um sinal para abraça-la. E fala:

- Essa história nunca terá um fim. A história está em nós. Eu amo ser negra, mas sou muito realizada por conhecer as diferenças. Meu desejo é que vocês saibam lidar com as diferenças e cheguem há um caminho de sabedoria. Sem intrigas e sem discórdias, as três juntas, com destino a Europa e África do Sul. Deste modo decorrido algum tempo após a intervenção de Rose. Judite chama as amigas para um café em seu apartamento, e para surpresa das inseparáveis. Num grito só Maria e Rose:

-Não acreditamos! É sério? Que lindos! Desejamos toda felicidade casal lindo!

Judite rapidamente as abraça e pede para ouvirem algumas palavras que precisa muito dizer:

- Rose, a você em especial preciso agradecer por me fazer olhar e pensar de modo em que respeito a nossa cultura e raízes, mas acima de tudo passo a entender a minha amiga Maria por sentir-se bem com os valores brancos. Entendo que amar o Juan por ser branco não retira os meus valores negros.

Neste momento Maria também pede para falar:

- O que seríamos sem termos você Rose, nossa amiga! Estou emocionada com nossa revelação de sentimentos, com nosso respeitar o outro independente de nossa cor. Nada mais lindo do que estamos presenciando na sua casa amiga Judite, o amor em todas as extensões, partindo da docência em dialeto afrodescendente ao momento da união de todas. A própria Rose que convive perfeitamente seja com os valores brancos ou negros.

Viver bem os momentos de modo Exu sem desrespeitar você Ariel ou Calibã.

3 ANÁLISE CRÍTICA AO CONTO LECIONANDO A NEGRITICE

No Conto em comento o título Lecionando a Negritice já traz em seu bojo tal enfoque, ao passo que, nos termos de Franklin (2004, p.83): “o indivíduo, enquanto mantém relações com pares negros, deseja estabelecer relacionamentos significativos com não negros de seu conhecimento, respeitando autodefinições” e, é esta a problemática ser apresentada, trazer como solução lições de aprendizagem para efetiva consciência da identidade com matizes africanas, com a afirmação dos valores negros acrescidos de um referencial multicultural.

Neste contexto idealizaram-se três professoras negras universitárias, amigas inseparáveis, pós-graduadas em letras com ênfase em dialetos afrodescendentes que, pelo fato de Maria Dolores, notória assimilacionista, se nega a lecionar a referida disciplina, bem como seu modo extremamente voltado a cultura branca entra em conflito com Judite.

Tal conflito se dá por Judite julgar que há ausência de valores negros por Maria dada sua Identidade Militante. Desta forma, Rose media a relação destas, demonstrando-as que também não leciona a disciplina, todavia evidencia que a afirmação dos valores negros transcende, tal proceder uma vez que estes fazem parte de sua vida primordialmente. O desenrola se torna ainda mais interessante, pois Judite se apaixona por um branco, e isso vai totalmente contra seus preceitos culturais. Eis o desafio lançado.

A problemática se traduz em realmente as amigas continuarem amigas ainda que no universo de conflitos face a identidade de cada uma.

Maria Dolores, muito embora negra, sempre optou em evidenciar os valores brancos-europeus principalmente na construção de sua vida acadêmica somente vindo a cursar tal pós-graduação por laços de amizade e sob a justificativa da necessidade de uma formação imediata, destarte, negando a possibilidade do exercício de tal prática e encontrando empecilhos para não fazê-lo.

Desta feita, Judite se volta contra as atitudes das amigas que são negras como ela, e que com a oportunidade julga ser de grande valia não entende que não estão aproveitando para lecionar e propagar parte da cultura afrodescendente aos acadêmicos de uma universidade extremamente branca, assim como, o conhecimento da cultura afrodescendente.

Neste ambiente conflituoso sobressai-se Rose que interveem entre ambas demonstrando que a afirmação da cultura afrodescendente é perfeitamente possível em uma vivência multicultural no ambiente acadêmico.

Com escopo de redigir o conto, com respaldo e fundamentação nos teóricos serão utilizados os seguintes textos e livro: As duas respostas do colonizado – Albert Memmi (1920), Crioulizações no Caribe e nas Américas – Édouard Glissant (1928), O Desenvolvimento da Identidade – Ricardo Franklin Ferreira (2004) e O olho da cor – José Endoença Martins (2003);

Maria Dolores Santos possui, segundo Franklin (2004, p.70), “uma consciente valorização dos valores brancos europeus”, uma “desvalorização do mundo negro”.

Ainda Franklin (2004, p.03-04):

Porquanto acredita que a academia na forma como está concebida – universidade branca, é a correta, superior, atribuindo certa inferiorização velada às matrizes africanas e acreditando que a escravidão e a colonização dos povos afro-descendentes foram formas de civilizar o indivíduo que se encontrava em uma cultura tida como inferior, traçando, desta forma, uma negação aos valores e à identidade afrodescendente em uma clara afirmação aos valores brancos.

Judite Silveira milita em prol dos valores negros porquanto conforme brilhantemente aponta Memmi (1920, p.170):

O impulso na direção do colonizador exigia, no limite, a auto-recusa: a recusa do colonizador será prelúdio indispensável à retomada de si mesmo. É preciso se livrar dessa imagem acusadora e aniquiladora; é preciso atacar frontalmente a opressão, já que é impossível contorná-la.

Será observada na leitura do conto a importância em que a personagem consegue externar o quanto a colonização foi algo marcante em todo o contexto de sua vida, mas que ao mesmo tempo tudo serve como alicerce para o fortalecimento da sua militância e amor a cultura afrodescendente. Momento este evidente no final do conto em que há a intervenção de Rose com a mediação propriamente dita em vários acontecimentos.

Rose Anderson exalta a cultura negra enquanto usufrui e convive perfeitamente com a cultura branca, “todo caminho que percorri até agora [1912-1994], todas estas lutas não representam nada, comparada ao que nos resta fazer, porque o que nos resta fazer é o mais importante, ou seja, conseguir que todas estas populações vivam juntas.” Glissant (apud MANDELA, 1928, p.29).

A ora Protagonista, Maria Dolores, professora universitária negra, caracteriza-se pela submissão ao mundo branco e, especificamente no Conto, por, muito embora possuir formação acadêmica para tal, se negar em lecionar determinada disciplina de matrizes negras e que foge do conteúdo da educação formal, ou seja, que tratam dos valores branco-europeus.

Na análise da personalidade de Maria Dolores é inevitável identificar que esta nutre subliminarmente que a cultura afrodescendente é inferior à branca-europeia, pois, ainda de forma inconsciente, fora apresentada desde a mais tenra idade a esta realidade.

Maria Dolores evidencia-se nas definições expostas por Franklin (2004, p.70), de Submissa, eis que há “idealização do mundo branco como escudo”, uma vez que:

[...] as pessoas neste estágio se articulam, correspondem a uma idealização da visão dominante de mundo branco, visto como superior. Em decorrência, há uma desvalorização do mundo negro ou uma tendência dos indivíduos a assumirem como insignificante para suas vidas o fato de serem afro-descendentes. Para a manutenção dessa concepção, o afro-descendente geralmente utiliza algum mecanismo de dissociação. Mantém-se afastado do grupo de referências negras no qual pertence e, simultaneamente, referencia-se em valores brancos, diminuindo assim o desconforto causado pela tensão desenvolvida nesse processo, em que passam a coexistir qualidades consideradas antagônicas- os valores de matrizes europeias e os valores relacionados a matrizes africanas.

Nos termos do que se propõe no presente conto, o personagem protagonista demonstra todo o universo do indivíduo submisso que, muito embora não o faça conscientemente, hostiliza a sua origem africana, buscando elementos para suprimi-la em sua vida, por assim julgar inferior, enaltecendo valores diversos, em princípio os brancos-europeus.

De forma acentuada Memmi (2007, p.162-163) retrata a identidade da Protagonista:

A primeira tentativa do colonizado é mudar de condição mudando de pele. Um modelo tentador muito próximo se oferece e se impõe a ele: precisamente do colonizador. Este não sofre de nenhuma de suas carências, tem todos os direitos, desfruta de todos os bens, beneficia-se de todos os prestígios; dispõe das riquezas e das honras, da técnica e da autoridade. Ele é, enfim, o ouro termo da comparação, que esmaga o colonizado e o mantém na servidão. A ambição maior do colonizado será igualar esse modelo prestigioso, assemelhar-se até nele desaparecer.

Desse procedimento, que supõe de fato admiração pelo colonizador, conclui-se pela aprovação da colonização. Mas por uma dialética evidente, é no momento em que o colonizado mais compõe com sua sorte que ele recusa a si mesmo com mais tenacidade. Isso quer dizer que ele recusa, de outra maneira, a situação colonial. A recusa de si mesmo e o amor pelo outro são comuns a todo candidato à assimilação. E os dois componentes dessa tentativa de libertação estão estreitamente ligados: o amor pelo colonizador tem por base um complexo de sentimento que vão de vergonha e ódio de si mesmo.

Diante de tal identidade submissa e a expressa recusa em ministrar disciplinas de cunho afrodescendentes, ainda que velados os motivos, Maria Dolores busca estabilizar-se na academia sem maiores pretensões, satisfeita com o angariado até então, julgando-se incapaz de sobressair-se aos demais ou de, por julgar-se inferior, realizando-se apenas por já ser aceita no meio universitário.

Franklin (2004, p.73) explica que:

Em síntese, as pessoas brancas acreditam ser seu status vantajoso devido a qualidade de seu esforço pessoal e as pessoas afro-descendentes, desde estágio, encaram suas dificuldades justificadas pelo fato de não realizarem o esforço equivalente ao esperado delas. Dessa forma, estas pessoas deixam de incluir, na construção de sua identidade, matrizes culturais africanas que, historicamente, são referências participantes da cultura de todo brasileiro.

E ainda, Franklin (apud HELMS 2004, p.73) complementa que:

Helms (1993b) descreve duas formas básicas de afro-descendentes, no estágio de submissão, lidarem com os aspectos etno-raciais: ativa e passiva. A forma “ativa” refere-se àquela caracterizada pelo fato de as pessoas idealizarem as características do branco e sua cultura e, simultaneamente, desvalorizarem a negritude e a cultura negra e, mediante atitude e comportamentos explícitos, associando os aspectos etno-raciais negros e qualidades “más”.

O personagem Rose surge com o propósito de dar ênfase a valorização da cultura afrodescendente, afinal Judite leciona em uma universidade considerada branca em razão do contexto da colonização. Sempre houve a preocupação de manifestar de modo mais assíduo o quanto luta por seus valores e jamais consegue curvar-se ao colonizador. Ser militante é tarefa árdua, a dúvida permeia os da mesma identidade, ou seja, as mudanças podem ser uma constante para alguns negros, mas como já dito para Judite em nada afeta em virtude de sua afirmação de valores.

Importante destacar como a antagonista repudia a aceitação por parte do afrodescendente em ser branco ou aderir aos costumes. Neste sentido Franklin (2004, p.70), assim expõe os estágios de submissão: idealizando o mundo branco como escudo:

É comum o afro-descendente absorver e se submeter às crenças e valores da cultura branca dominante, inclusive à noção sintetizada nas idéias do “branco ser certo” e o “negro ser errado” Esta internalização de estereótipos negativos é feita de maneira inconsciente. Pinto (1987) ressalta que tal processo se dá já a partir da escola onde, por intermédio das práticas e dos próprios livros escolares, a criança desenvolve e alimenta estereótipos. Apesar de nem sempre haver uma hostilidade declarada entre criança afro-descendente, há uma consistente valorização dos valores branco-europeus, de forma a favorecer, nas crianças, a identificação com os ideais do grupo dominante branco.

De acordo com o entendimento do doutrinador, evidencia-se o modo ve-lado do pré-conceito em todos os aspectos da sociedade, mas o interessante é

que desde muito cedo a aceitação é proposta para que assim não ocorram dúvi-das de quem realmente domina a cultura. Judite não aceita tal posicionamento e traz justamente como primeira citação na presente análise crítica, como forma de demonstrar que é difícil para maioria dos afrodescendentes aceitarem a própria cultura com tantas propostas da cultura branca, mas novamente não há a quem curvar-se de modo algum mesmo que se pague um elevado valor para manter-se em suas raízes. Deste modo persiste nacionalista, militante, calibã e com a afirma-ção dos valores negros para continuar ensinando dialetos afrodescendentes na Universidade branca.

Com ênfase para a construção de uma identidade afrocentrada, assim elu-cida Franklin (2004, p.79):

Após o período de conflito no qual o afro-descendente vê desarticular-se a estrutura de subjetividade provedora de sustentação e segurança, inicia-se um processo de intensa metamorfose pessoal, em que ele vai, gradualmente, demolindo velhas perspectivas e, ao mesmo tempo, passa a desenvolver uma nova estrutura pessoal referenciada em valores etno-raciais de matrizes afri-canas.

Momento em que fica evidente a libertação dos valores brancos para a afirmação dos valores negros. A antagonista se coloca na condição de fortalecer a relevância da identidade como afrodescendente primando pelas raízes sem levar em consi-deração os valores brancos tão presentes no dia a dia.

O que deve ficar claro é que não se constrói uma identidade do nada, o importante são os estágios a serem construídos até se chegar a uma identificação de convívio.

No conto haverá o momento em que a antagonista demonstra sua indig-nação com as amigas no que se refere a não lutar em disseminar a os dialetos afrodescendentes, uma vez que são titulares da disciplina na instituição, ou seja, possuem a possibilidade de aplicar o que sempre quiseram fazer com seu povo, com a sua cultura. Para tanto, preceitua Glissant (1928, p.19) sobre a chegada das novas culturas para o negro:

Mas se examinarmos as três formas históricas de povoamento, perceberemos que ao passo que os povos migrantes da Europa, como os escoceses, os irlan-deses, os italianos, os alemães, os franceses, etc., chegam com suas canções, suas tradições de família, seus instrumentos, a imagem de seus deuses, etc, os africanos chegam despojados de tudo, de toda e qualquer possibilidade, e mesmo despojados de sua língua. Porque o ventre do navio negreiro é o lugar e o momento que as línguas africanas desaparecem, porque nunca se colocavam juntas no navio negreiro, nem nas plantações, pessoas que falavam a mesma língua. O ser se encontrava desta maneira despojado de toda espécie de ele-mentos de sua vida cotidiana, mas também, e sobretudo, de sua língua.

Com relação a citação acima proposta há a necessidade de entender o quanto foi retirado dos negros a possibilidade do uso de sua língua, bem como de sua cultura de modo geral, com intuito de cercear que fosse disseminado os seus costumes. Tal fatalidade para a antagonista é o momento de compartilhar a sua cultura com a universidade branca.

A única coisa que a antagonista não se preocupou foi em vencer algo maior do que o amor a um branco.

Martins (2007) ressalta a representação como Exú, sua identidade catalista, seu conceito negritice e suas atitudes são de vivências de valores negros e valores brancos.

Glissant (1928, p.18), afirma que “o mundo se crioula”: isto é, as culturas do mundo colocadas em contato umas com as outras de maneira fulminante e absolutamente consciente transformam-se, alterando entre si, através de choques irremissíveis, de guerras impiedosas, mas também através de avanços de consciência. A crioulaização exige que os elementos heterógenos colocados em relação “se intervalorizem”, ou seja, que não haja degradação ou diminuição do ser nesse contato e nessa mistura. Glissant (1928, p. 22)

E conforme Franklin (2004, p.83) o estágio de articulação é o estágio de abertura para a alteridade, com atitudes voltadas para a valorização das suas qualidades de uma forma mais aberta e menos defensiva. Também as estruturas cognitivas tornam-se mais flexíveis, vindo a determinar avaliações de aspectos fortes e fracos da cultura negra.

Para Glissant (1928) será necessário nos aproximarmos do pensamento do resíduo, de um não-sistema de pensamento que não seja nem dominador, nem sistemático, nem imponente, mas talvez um não-sistema intuitivo, frágil, ambíguo de pensamento, que convenha melhor a extraordinária complexidade e dimensão de multiplicidade do mundo no qual vivemos. Sendo assim, sua identidade catalista, a qual faz a junção/união, o mediador para Franklin (2004, p.84) passa a sentir-se aceito, com propósito de vida a estar profundamente enraizado na cultura negra, sem deixar de perceber as condições as quais está submetido em um mundo que o vê com preconceito, ele passa a haver uma referência multicultural, se tornando uma “nova pessoa”, numa “nova identidade”.

Ainda de acordo com Martins (2003, p.95), enfatiza que:

O olho da cor é o coração das trevas. O coração das trevas não é um lugar propriamente físico, mas antes uma situação difícil de precisar. Não é algo real, nem imaginário, mas linguístico. É ambíguo. Ele é contruído pela linguagem e, por isso, só existe nela. Fora dela não faz sentido. É o lugar do desejo [...].

Desta forma, a protagonista Maria Dolores, surge no conto com o propósito de demonstrar ao leitor que enquanto afrodescendente ela consegue vivenciar o mundo branco sem grandes problemas, e ao final haverá a tentativa do vivenciar o exu, ao contrário da militante Judite Silveira que enaltece suas raízes de modo

ferrenho. Será que conseguirá Rose propor a mediação em ambas as amigas?

Evidente que suas proposituras são pautadas ao momento das aceitações, e tal fato esta incluso na cultura branca em que aos poucos se consegue absorver absolutamente todas as possibilidades das imposições do colonizador ao colonizado. Nada a perder, afinal para a protagonista este mundo de novidades culturais até se torna atrativo e dificilmente conseguirá visualizar a sua perda de identidade cultural.

Judite por mais que tente sugerir a amiga Maria Dolores que não deve aderir a cultura branca acaba por esquecer que seu olhar pode estar equivocado, e o destino lhe prepara algumas surpresas, das quais não se consegue controlar ou simplesmente anular.

Rose possui a incumbência de mediar as partes envolvidas em um contexto de situações simples, mas que, por exemplo, para Judite não passam de atitudes ferrenhas em defender a cultura negra como se assim fosse a correta, a melhor, a superior. E para Maria Dolores há o encantamento do viver a cultura branca sem a preocupação com os valores negros, por exemplo, a vestimenta e em especial o lecionar dialeto afrodescendente em uma universidade branca.

O conto acaba por propor nas diversas situações da vida das três amigas, das quais com convívio precioso vão tentando vivenciar dentro do respeito a cultura afrocentrada, claro com a Rose intermediando.

Judite pega pelo amor ao apaixonar-se pela pessoa “errada”, ou seja, condicionando a cor ao impossível. Não demora muito para que Rose desperte em ambas as amigas a reflexão de modo profundo fazendo com que deixem de lado a não aceitação pelas condições e oportunidades que a vida oferece, que o vivenciar pode-se chegar ao Exu sem desrespeitar seja você Ariel ou Calibã.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, entende-se que o resultado obtido com a análise crítica da obra Lecionando Negritice, é de que o antagonismo cultural branco-europeu mitiga a cultura africana nas mais variadas classes sociais, em especial no mundo acadêmico-literário.

Ao se sobrepor de forma “superior” ao longo da história, a cultura e tradição europeia, fortalecida ao longo das colonizações dos países do hemisfério ocidental, sobrepujou os escravos africanos, trazendo a ideia de que seus costumes, tradições e crenças, além de inferiores, são inadequados. Isso trouxe, ao decorrer dos anos, a ideia de que a cultura afrodescendente não possui espaço na sociedade, devendo-as serem marginalizadas e convertidas nos parâmetros do homem branco.

Essa discriminação cultural enraizada na sociedade, resulta em uma abordagem unilateral de pensamento, afastando a concepção negra nos assuntos acadêmicos.

Todavia, nota-se que a sociedade contemporânea vem evoluindo com relação a esse posicionamento cultural ultrapassado, levando em consideração as diversidades existentes, assim como os povos que ajudaram a construir a atual sociedade ocidental multicultural.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, R. F. **O Desenvolvimento da Identidade**. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

GLISSANT, E. **Crioulizações no Caribe e nas Américas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1928.

MARTINS, J. E. **Interculturalidades e Identidades na Literatura de Matrix Africana**. 2003.

MEMMI, A. **As Duas Respostas do Colonizado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1920.

RODRIGUES, R.; GONÇALVES, J. C. **Procedimentos de Metodologia Científica**. 10. ed. Lages: Papervest, 2021.

NOÇÕES BÁSICAS DE PRIMEIROS SOCORROS PARA PROFESSORES DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA

¹Maria Eduarda Butzki da Silva

²Nayara Alano Moraes

³Paula Cristina Siqueira
Carlos

RESUMO

O artigo trata da construção de uma cartilha sobre noções básicas em primeiros socorros para o Centro de Educação Infantil Municipal, visando agregar conhecimento aos professores. Os acidentes em ambiente escolar são regulares e podem acontecer a qualquer momento, as crianças em idade de 0 a 6 anos são vulneráveis a acidentes na infância, principalmente nas escolas, onde se sentem mais livres. Tem como objetivo orientar os professores para noções básicas de primeiros socorros na escola, assim como, construir uma cartilha educativa para professores da educação infantil e pré-escolar. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa explicativa, utilizando pesquisa de campo para aplicação da ação, o público alvo foi os professores que trabalham com crianças de 0 a 6 anos no Ensino Infantil, formados em pedagogia. A construção e apresentação da cartilha foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, foi realizado um levantamento nas fontes bibliográficas, nos sites e protocolos visando encontrar evidências científicas mais recentes. No segundo momento, foi apresentado a cartilha por meio de uma roda de conversa presencial, tomando todos os cuidados necessários contra a COVID 19. No total participaram 10 professoras de um CEIM. A apresentação da cartilha foi dividida em 3 momentos, dentre eles: primeiro questionário, apresentação da cartilha e segundo questionário. O ambiente escolar é um lugar onde ocorre a interação diariamente entre os alunos e os professores, é de extrema importância que estes profissionais estejam atentos e aptos para prestar o primeiro atendimento em caso de algum acidente. Percebeu-se que a maioria dos profes-

¹Acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem UNIFACVEST. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2005939496230112>.

²Coordenadora e docente do curso de Enfermagem da UNIFACVEST. Mestre em educação Especialista em Obstetrícia, Gestão dos Serviços de Saúde, Saúde da Família. Enfermeira na Secretaria Municipal de Saúde de Lages. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051992408846987>.

³Enfermeira, com Especialização em saúde da família, docente do curso de Enfermagem da UNIFACVEST. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0577812318588180>.

sores desconhece as noções básicas de primeiros socorros, algo que é de extrema importância e necessidade dentro de um CEIM.

Palavras-chave: primeiros socorros, professores, acidentes.

ABSTRATC

The article deals with the construction of a primer on basic notions in first aid for the Municipal Early Childhood Education Center, aiming to add knowledge to teachers. Accidents in the school environment are regular and can happen at any time, children aged 0 to 6 years are vulnerable to accidents in childhood, especially in schools, where they feel more free. It aims to guide teachers to the basics of first aid at school, as well as to build an educational booklet for teachers of early childhood and pre-school education. It is a study of qualitative explanatory approach, using field research to apply the action, the target audience was the teachers who work with children from 0 to 6 years old in kindergarten, trained in pedagogy. The construction and presentation of the booklet was divided into two stages. In the first moment, a survey was carried out in the bibliographic sources, in the websites and protocols in order to find the most recent scientific evidence. In the second moment, the booklet was presented through a face-to-face conversation, taking all necessary precautions against COVID 19. In total, 10 teachers from a CEIM participated. The presentation of the booklet was divided into 3 moments, among them: first questionnaire, presentation of the booklet and second questionnaire. The school environment is a place where daily interaction between students and teachers occurs, it is extremely important that these professionals are attentive and able to provide the first assistance in case of an accident. It was noticed that most teachers are unaware of the basics of first aid, something that is extremely important and necessary within a CEIM.

Keywords: first aid, teachers, accidents.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se da construção de uma cartilha sobre noções básicas em primeiros socorros para o Centro de Educação Infantil Municipal, visando agregar conhecimento aos professores. Os acidentes em ambiente escolar são regulares e podem acontecer a qualquer momento. Frequentemente nos períodos de recreação ou o horário do parquinho, que é um momento livre onde as crianças usam esse tempo para correr, pular e brincar. Muitas vezes essas atividades podem provocar acidentes que podem deixar resultados irreversíveis a criança, caso não tenham o suporte adequado (SENA, 2008).

Nesse momento, os professores necessitam estar orientados para atuar, pois é assim que eles podem e devem realizar o primeiro atendimento (SENA, 2008). Os professores durante sua graduação, recebem treinamentos formais e continuados para enfrentar as situações de emergências no ambiente escolar (CALANDRIN, 2017).

A sala de aula, portanto, não está livre de acontecer acidentes, aparece como cenário de consideráveis números de acidentes na escola. Isso se deve, geralmente, pela utilização de equipamentos ou um móvel pontiagudo ou cortantes na sala de aula, o perigo de uma cadeira próxima à janela. A própria estrutura física das salas que pode conter buracos, superfícies lisas, utilização de escadas contínuas ou íngremes, de restos de material de construção abandonado e mato no pátio escolar. (Andreza, 2013)

Os primeiros socorros são procedimentos e cuidados imediatos que podem ser definidos como aqueles que são prestados imediatamente a qualquer pessoa vítima de acidente ou de mal súbito, do qual seu estado físico seja alterado, colocando sua vida em risco. Sendo estes cuidados capazes salvar vidas e evitar que condições mais graves ocorram. (BRASIL, 2003)

O tempo é crucial para que os primeiros socorros realizados no escolar façam a diferença no prognóstico, dessa maneira o atendimento deve ser realizado o mais rápido possível e com a técnica correta., por isso a importância de ser realizadas ações e capacitações de extensão com foco na temática de primeiros socorros, uma vez que o ambiente escolar é propício para o ensino e também o cenário de acidentes (DANTAS, 2018).

A organização não-governamental Criança Segura analisou os dados do Ministério da Saúde entre os anos de 2015 e 2019 e identificou quais são as principais causas de hospitalização em crianças de 0 a 14 anos, foi por quedas com cerca de 57 mil crianças por ano, seguido de queimaduras com cerca de 20 mil crianças por ano e sufocamento com cerca de 500 crianças por ano. E no ano de 2018 cerca de 3.318 mil crianças morreram por conta de afogamento, sufocamento, quedas, intoxicações e queimaduras.

Quando foi analisado 387 pacientes em um estudo sobre epidemiologia dos pequenos traumas em crianças, concluiu que as vítimas mais comuns eram crianças na fase pré-escolar cerca de 39,0% (do sexo masculino 66,4 % e do sexo feminino 33,6%), sendo a face o local do corpo mais lesado com cerca 42,6% e a queda da própria altura o acidente mais predominante com cerca de 27,4%. (BEM, 2008)

Pensando na prevenção das situações de emergências nas escolas foi criada a lei Lucas nº13.722, onde professores e funcionários de escolas, públicas e privadas, deverão ser capacitados em primeiros socorros. A lei recebeu o nome de Lei Lucas em homenagem ao menino Lucas Begalli Zamora, que morreu em setembro de 2017, aos 10 anos, engasgado em uma excursão

escolar, onde os professores não sabiam o que fazer com o menino, que ficou sem o primeiro atendimento até a chegada do SAMU (ARRUDA, 2018). Em 2018 foi aprovado o projeto de lei nº10.233 que torna obrigatório a aplicação de cursos de prevenção a acidentes e primeiros socorros aos professores, monitores e estagiários em todas as escolas e orfanatos do Brasil. (ARRUDA, 2018)

A justificativa para escolher esse tema foi a curiosidade, desde o começo do ano passado, onde minha filha ingressou no CEIM, percebeu-se uma certa dúvida em relação aos cuidados com a mesma, devido a ela ser portadora de laringotraqueomalacia, os funcionários tinham muitas dúvidas, caso ela engasgasse, o que fariam e como fariam.

As crianças passam a maior parte do dia na escola, onde ficam mais suscetíveis e vulneráveis aos acidentes (CALANDRIN, 2017). Os acidentes que ocorrem em âmbito escolar ocorrem com maior frequência em creches e pré-escolar, entre a faixa etária de 0 a 6 anos, devido a criança estar em uma fase de descobertas dos materiais e objetos que estão a sua volta, por isso necessitando estar sob vigilância (CABRAL, 2019).

As crianças e adolescentes possuem características que predispõem ao acontecimento de lesões na escola, tais como: os variados níveis de desenvolvimento cognitivo e motor, a curiosidade de explorar situações desconhecidas para as quais não possui preparo físico, a agressividade e intensidade das atividades recreativas, a exposição a comportamentos de risco e as atitudes de desafios às regras institucionais. (Neto, 2015)

Tem como objetivo geral orientar os professores para noções básicas de primeiros socorros. E como objetivo específico, construir uma cartilha educativa para professores da educação infantil e pré-escolar sobre primeiros socorros na escola.

Nesse momento, a intuição é proporcionar ao CEIM, uma cartilha para um melhor entendimento sobre primeiros socorros, mostrando o que fazer e como agir em cada situação, sendo assim eles terão disponível uma ferramenta para auxiliá-los no processo de construção e conhecimento nesta área de cuidado.

Considerando que os primeiros socorros pediátricos de acordo com a idade da criança são diferentes dos adultos, surgiu um maior interesse em realizar uma cartilha, para que assim seja um material educativo e didático, com informações de fácil entendimento com as condutas necessárias que devem ser adotadas no socorro da criança de 0 a 6 anos de idade. Sendo assim o material será construído para professores da educação infantil e pré-escolar.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa explicativa, utilizando pesquisa de campo para aplicação da ação. A pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno, é um tipo de pesquisa que visa ir mais a fundo no conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos. (GILL, 1999)

Já a pesquisa qualitativa, compreende atividades ou investigação de foco específico. O uso dessa abordagem busca o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos. (GILL, 1999)

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. (FONSECA, 2002). O questionário é uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador. (LAKATOS, 1996)

Inicialmente foi elaborada a cartilha, sendo o seu conteúdo obtido a partir do Manual de Prevenção de Primeiros Socorros nas Escolas 2007, Protocolo de Suporte de Vida Avançado do SAMU 2018 e o American Heart Association 2019. Em uma conversa informal com as professoras de um CEIM do município, notou-se uma maior necessidade em abordar os temas: traumatismo craniano, ferimentos, engasgamentos, convulsões e choques elétricos. Sendo assim, a cartilha foi construída a partir desses temas. O público alvo foram os professores que trabalham com crianças de 0 a 6 anos no Ensino Infantil, formados em pedagogia.

A construção e apresentação da cartilha foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, foi realizado um levantamento nas fontes bibliográficas, nos sites e protocolos visando encontrar evidências científicas mais recentes. Em seguida foi realizado um compilado dos conteúdos encontrados e montado a cartilha com os seguintes itens: introdução, engasgo, parada respiratória e parada cardiorrespiratória, convulsão, traumatismo craniano, ferimentos, choques elétricos e conclusão, em cada item foi abordado, o que fazer, como fazer, o que não fazer e como conduzir a situação sem entrar em pânico.

No segundo momento, foi apresentada a cartilha por meio de uma roda de conversa presencial, no dia 01 de outubro de 2020, às 14 horas, em um local apropriado com todas as normas de segurança contra o COVID 19: uma vez que todos os participantes utilizaram máscara, cada um levou sua própria caneta para preencher o questionário, o local estava com todas as janelas abertas e as cadeiras foram posicionadas cada uma a 1,5 metros de distâncias para proteção de todos,

os professores trouxeram seu próprio álcool em gel.

Foi orientado os professores sobre as situações descritas na cartilha, como maneja-las e como utilizar a cartilha em caso de algum acidente no CEIM com os alunos. O público participante foram 10 professores de um CEIM do município de Lages -SC. Antes de começar a apresentação, todos os professores assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, respeitando os preceitos éticos, conforme resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Cada professor também respondeu um questionário antes de iniciar a explicação da cartilha e de seu conteúdo, para assim ter a compreensão do conhecimento de cada um. Ao final também foi aplicado o mesmo questionário para assim fazer a comparação dos resultados e entendimento dos mesmos.

A análise de dados foi realizada através da Análise de Conteúdo de Bardin. Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. (MINAYO, 1994)

Existe um ciclo de pesquisa, que é composto por três períodos: A fase exploratória da pesquisa, que são interrogados os aspectos referentes ao objeto, pressuposto e a metodologia apropriada para desencadear o trabalho de campo. A fase do trabalho de campo é combinada várias técnicas, como coleta de dados, entrevistas, observações, pesquisa em documentos, entre outros. E por fim o tratamento do material, onde ocorre a ordenação, classificação e a análise propriamente dita. (MINAYO, 1994)

O desenvolvimento teórico e prático da cartilha contribuiu para ampliar e instrumentalizar o conhecimento dos professores em primeiros socorros. Ressalta-se que a criação de um material impresso sobre noções básicas em primeiros socorros, voltado aos professores, irá fornecer um instrumento para auxiliar as intervenções educativas, além de poder ser consultado sempre que surgir uma dúvida.

3 ANÁLISE DE DADOS

Se os conhecimentos fundamentais de primeiros socorros fossem mais discutidos e praticados entre os profissionais que oferecem educação e conhecimento, muitos seres indefesos poderiam ser salvos e acidentes evitados, pois o saber sobre estas questões sérias é bastante decisivo (CARVALHO, 2014).

Participaram da pesquisa professores entre 25 e 49 anos, todas mulheres, formadas em pedagogia. Todas já tiveram algum treinamento e/ou palestra sobre primeiros socorros. No total participaram 10 professoras de um CEIM. A apresentação da cartilha foi dividida em 3 momentos, dentre eles: primeiro questionário, apresentação da cartilha e segundo questionário.

No primeiro momento foi entregue a cada uma das professoras um questionário contendo 6 questões sobre primeiros socorros, onde as profes-

ras responderam antes e após a apresentação. E também duas cópias do termo de consentimento que todas assinaram, uma vez que foram assinadas duas vias, 1 para a participante e 1 para a pesquisadora.

Inicialmente foram levantadas as seguintes questões: “se alguma delas já teve algum treinamento sobre primeiros socorros? Se sim, quando?”, 100% delas já tiveram, 40% entre 3 a 5 anos atrás, 10% há 2 anos, 10% esse ano e 40% não lembram quanto tempo faz. A segunda questão “você conhece a manobra de Heimlich? Se sim, conte o que sabe.” 70% não sabiam qual manobra é e 30% recordam, mas com algumas dúvidas sobre como posicionar o bebê/escolar.

A terceira questão “você sabe verificar a presença de sinais vitais?” 60% responderam sim, 20% falaram sim, no pulso, 10% disse sim e especificou que deve ser visto no pulso e também na respiração e 10% não sabiam. A quarta questão “quando o bebe/escolar estiver convulsionando, o que se deve fazer?” 70% comentaram que deve-se chamar o SAMU, pais ou pedir socorro, 20% escreveram que deve-se colocar o bebe/escolar de lado, 10% escreveram que não sabiam o que fazer e como agir.

A quinta questão “como proceder diante a uma hemorragia?” 60% escreveram que se deve estancar o sangue com lençol ou pano limpo, 30% não sabem o que fazer e 10% escreveram que só sabem pensar em chorar nesse momento. E a sexta questão “quais os sinais de alerta que se deve ficar atento após o bebe/escolar bater a cabeça?” 90% responderam que se deve cuidar para o bebe/escolar não dormir, ficar atento a sinais de dor de cabeça, vômito e tontura, 10% escreveram que deve se levar ao Hospital Infantil.

Percebeu-se nesse primeiro momento, a ausência de alguns conhecimentos básicos sobre primeiros socorros, muitos professores tinham dúvidas ou até mesmo nem sabiam o que fazer no momento, todo esse despreparo pode gerar consequências irreversíveis, já que o primeiro momento após um acidente com bebe/escolar é o principal, pois o professor poderá identificar o que aconteceu, como aconteceu, onde está o machucado, se tem sinais vitais, entre outros. A demora ao atendimento pode levar a complicações mais graves, como desmaios, convulsões e até mesmo uma parada cardiorrespiratória.

No espaço escolar, os acidentes constituem preocupação constante, sendo fundamental que os professores e aqueles que cuidam das crianças saibam como agir frente a esses eventos, como evitá-los e como realizar os Primeiros Socorros, procurando assim, evitar as complicações decorrentes de procedimentos inadequados, o que pode garantir a melhor evolução e prognóstico das lesões. (LEITE, 2013)

Diante as respostas, ficou evidente que é necessário que os professores tenham capacitações sobre Primeiros Socorros, pois os protocolos são atualizados anualmente e assim os professores precisam se manter atualizados.

É papel do enfermeiro da Unidade Básica levar esse material ao CEIM da sua área de cobertura, através da educação permanente.

A educação permanente possibilita que os profissionais vejam e repensem suas condutas e práticas, e que assim entendam o processo de trabalho, já que é uma mudança contínua, de constante atualização profissional. O enfermeiro atua também como educador, buscando levar práticas que beneficiam os cuidados com bebe/escolar, através de capacitações e palestras com as professoras. Lembrando que não é função exclusiva do enfermeiro, e sim de toda a equipe multiprofissional da UBS.

O segundo momento foi à apresentação da cartilha por meio da Roda de Conversa, todas as professoras foram muito participativas e colaborativas. Este material foi apresentado em Power Point, possuindo 45 slides com capa, introdução, páginas de apresentação, conclusão e referências bibliográficas. Foi iniciado falando sobre parada cardiorrespiratória, seguido de engasgo, convulsão, traumatismo craniano, ferimentos e choques elétricos. As frases e contextos da cartilha foram escritas em linguagem popular para melhor entendimento.

Durante a apresentação, as professoras contaram relatos de acidentes e como elas procederam naquele momento de angústia. Visualmente pode-se notar que as professoras estavam bem interessadas no tema, principalmente na parte prática, elas questionavam e pediam para mostrar novamente.

O treinamento com simulações é a parte mais importante do ensino de primeiros socorros, possibilitando a análise detalhada tanto do desempenho quanto da eficácia e dos processos emocionais que envolvem a cena e a própria pessoa que realiza as técnicas. Além de ativar a aprendizagem psicomotora dos participantes, promovendo habilidades e garantindo maior fixação do conteúdo ministrado. (DANTAS, 2018). A cartilha foi enviada para o e-mail de todas que participaram da Roda de Conversa.

No terceiro momento foi aplicado o mesmo questionário para comparação do conhecimento que foi adquirido. Na primeira questão que era se “elas já tiveram algum treinamento sobre primeiros socorros?” 100% responderam que sim, no dia de hoje. 20% delas completou dizendo que foram muito bem orientadas, que ajudou muito para relembrares como é feito todo o primeiro atendimento e por fim que foi muito didático e prático. Na segunda questão que foi sobre “você conhece a manobra de Heimlich? Se sim, conte o que sabe.” 100% das professoras falaram que sim, que é a manobra para desafogar o bebe/escolar. 20% completaram que a manobra é diferente em bebe e em escolar, devido a idade.

Na terceira questão que era “você sabe verificar os sinais de vida?” 100% das professoras responderam sim, e complementaram falando que se verifica a respiração, os batimentos e a consciência do bebe/escolar. Na quarta

questão que era sobre “quando o bebe/escolar estiver convulsionando o que se deve fazer?” 40% responderam que se deve segurar apenas a cabeça do bebe/escolar, afastar brinquedos e objetos e não oferecer água ou alimento, 40% responderam segurar a cabeça e acionar o SAMU e 20% responderam apenas segurar a cabeça.

Na quinta questão que era “como proceder diante a uma hemorragia?” 40% responderam utilizar gaze para estancar o sangue, 30% responderam que se deve chamar o SAMU, se não for na cabeça se deve estancar o sangue pressionando o ferimento, se houver objeto nunca retirar e não pressionar o ferimento, 20% responderam depende da gravidade e do ferimento e 10% perdeu a parte pois teve que se ausentar. Na sexta questão que era “quais os sinais de alerta que se deve ficar atento após o bebe/escolar bater a cabeça?” 50% responderam sono, náuseas e tontura, 40% responderam que se deve avisar os pais e observar sinais de sono, vômito, choro constante e tontura e 10% responderam que se deve observar sinais de sono, vômito, inchaço e sangramento no local da batida.

Após avaliação dos questionários foi possível ver a evolução do conhecimento entre eles, muitos comentaram que não sabiam e no final conseguiram até descrever como fazer o procedimento. Sendo assim é possível notar que a roda de conversa foi de suma importância para o aprendizado dos professores, pois além de contar com uma explicação demonstrativa, os professores podiam comentar a qualquer momento, realizando perguntas ou contando um relato.

A prática em ressuscitação cardiopulmonar foi uma das perguntas onde notou-se maior entendimento, pois os professores descreveram bem certinho como verificar os sinais de vida e consciência do bebe/escolar. Na questão sobre quedas, notou-se que as professoras já tinham uma noção de como agir, porém elas tinham dúvidas em como agir após a queda, já que o bebe/escolar precisa ficar 24 horas em observação após a queda.

‘As ações educativas para a prevenção de acidentes infantis e na adolescência, em especial as quedas, podem ser trabalhadas em diversos cenários, dentre eles o ambiente escolar, pois a escola constitui-se em um local favorável, tendo em vista que transcende a formação acadêmica, perpassando pelos princípios da socialização, do comportamento e da cidadania, além de sua relevância para a vida cotidiana das crianças e dos adolescentes. (POLL, 2013)

50% dos professores relatou que se sentem muito inseguros no momento de atuar diante de possíveis situações de emergência, assim como contam suas experiências vividas em ambiente escolar quando se tratava de acidentes, e o desespero em não saber como agir naquele momento de angústia. Descreveram também condutas inadequadas, onde não tiveram resultados, devido a falta do conhecimento e o nervosismo do momento.

Observou-se também a partir do questionário realizado que a maioria dos professores tinham muita dificuldade em relação ao engasgo, convulsão e hemorragias, relatando que não sabem o que fazer e como agir nesse momento. Acredita-se que a falta de oferta de cursos extracurriculares voltados para o público em relação à primeiros socorros, possa ser um dos motivos da falta de formação destes docentes, fato esse que motivou a realização dessa pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ambiente escolar é um lugar onde ocorre a interação diariamente entre os alunos e os professores, é de extrema importância que estes profissionais estejam atentos e aptos para prestar o primeiro atendimento em caso de algum acidente, tendo em vista que se trata de um ambiente suscetível, desde os mais simples aos mais complexos.

Percebeu-se que a maioria dos professores desconhece as noções básicas de primeiros socorros, algo que é de extrema importância e necessidade dentro de um CEIM. Nota-se também um despreparo desses professores, que ressaltaram a importância de se ter um treinamento/capacitação em primeiros socorros e manter ações de Educação Permanente.

Sabendo, portanto, da relevância das atividades de Primeiros Socorros e que a ocorrência de acidentes faz parte da rotina de instituições de ensino, torna-se importante à capacitação dos profissionais que integram o cenário escolar, no sentido de conhecer as principais intervenções de primeiros socorros, para serem utilizados quando necessário (SILVA, 2016).

As ações educativas em saúde estão relacionadas no processo de cuidar da enfermagem, que devem ir além da assistência dentro de um hospital ou Unidade Básica, devendo também chegar ao ambiente escolar. Acredita-se que a enfermagem tem muito no que contribuir no ensino escolar, fato esse que ficou bem evidenciado por meio dessa pesquisa, que demonstrou a necessidade da enfermagem em desenvolver cursos, palestras, capacitações, oficinas, entre outras atividades educativas.

Garantir aos professores um ensino de primeiros socorros assegura uma melhor assistência em situações de emergência, melhorando assim a qualidade de vida do bebe/escolar que sofrer algum acidente no ambiente escolar. O Programa Saúde na Escola é resultado do trabalho do Ministério da Educação em junção com Ministério da Saúde, com intuito de estreitar ações de saúde para alunos da rede pública de ensino. O processo é desenvolvido com a população principal que são alunos de diferentes faixas etárias com o envolvimento dos educadores e funcionários. (SILVA, 2016)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, F. **A importância dos primeiros socorros na escola**. Notícias / saúde. 2018. Acessado em 05/09/2020, disponível em: <<https://flaviaarrudadf.com.br/noticias/importancia-dos-primeiro-socorros-na-escola/>>

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Acesso em: 28/04/2

BEM, M.A.M et al. **Epidemiologia dos pequenos traumas em crianças atendidas no hospital infantil joana de Gusmão**. Arquivos catarinenses de medicina, v.37, n° 2, p 59 -66, 2008. Acessado em: 05/09/2020

CABRAL, E. V. et al. **Primeiros socorros na escola: conhecimento dos professores**. Revista Práxis, v. 11, n. 22, dezembro, 2019. Acessado em: 10/06/20

CALANDRIN, L. F. et al. **Primeiros socorros na escola: treinamento de professores e funcionários**. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, vol. 18, núm. 3, maio-junho, 2017, pp. 292-299 Universidade Federal do Ceará. Acessado em: 10/06/20

CARVALHO, L. S. et al. **A abordagem de Primeiros Socorros realizada pelos professores em uma Unidade de Ensino Estadual em Anápolis – GO**. Ensaios Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde, v.18, n.1, 25p, 2014. Acessado em: 15/11/2020

CRIANÇA SEGURA BRASIL. Acessado em 03/09/2020, disponível em: <<https://criancasegura.org.br/dados-de-acidentes/>>

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2013. Acessado em 17/09/2020, disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2013/06_jun_14_publicada_resolucao.html>

DANTAS, R. A. N. et al. **Abordagem dos primeiros socorros na escola: crianças, adolescentes e professores aprendendo a salvar vidas**. v. 17, n. 3 (2018). Acessado em: 03/09/2020 disponível em: <<https://portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/1186/3752>>

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Acessado em: 13/11/2020

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999. Acessado em: 08/07/2020

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001. Acessado em: 08/07/2020

LEITE, A. C. Q. B. et al. Primeiros socorros na escola. Rio Grande do Sul. **Revista Extendere**, vol. 2, nº 1, jul de 2013. Acessado em: 28/04/20

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996. Acessado em: 13/11/2020

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994. Acessado em: 17/09/2020

NETO, N. M. G. **Tecnologia educativa para professores sobre primeiros socorros: construção e validação**. Recife, 2015. Acessado em: 19/05/20

POLL, M.A. et al. **Quedas de crianças e de adolescentes: prevenindo agravos por meio da educação em saúde**. *Revista de Enfermagem UFSM*, v.3, 591p, 2013. Acessado em: 09/11/2020

SÃO PAULO. **Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas**/ Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo. 2007. Acessado em: 08/07/2020

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965. Acessado em: 08/07/2020

SENA, S. P. et al. **A percepção dos acidentes escolares por educadores do ensino fundamental**, 2008. Belo Horizonte. Acessado em: 28/04/20

SILVA, A. S. et al. **Primeiros Socorros no ambiente escolar: uma ação interdisciplinar**. *Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*/ Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.4, n.1, 100p, 2016. Acessado em: 21/10/2020

SILVA, A. L. et al. **Atuação do enfermeiro na promoção da saúde escolar**. Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Promoção a Saúde. UNISC. 2016. Acessado em: 16/11/2020, disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/CBIPS/article/view/16087/3974>>

TAPIA, L.S. **Importância de conhecer os primeiros socorros**. Creche segura 05/2016. Acessado em: 03/09/2020 disponível em: <<https://www.crechesegura.com.br/importancia-de-conhecer-primeiros-socorros/>>

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – NEPOTISMO

¹Antonio Marcos Ghizoni

²Edi da Silva

³Renato Rodrigues

RESUMO

O artigo contextualiza os procedimentos municipais relativos a administração pública. Nestes, a administração pública é geralmente realizada por famílias tradicionais dentro da política regional, as quais em alguns casos, se mantêm no poder por várias administrações seguidas, alterando apenas o nome do administrador para garantir a legalidade do pleito eleitoral. Considerando toda a experiência de anos anteriores, e buscando a diminuição dessa prática nas administrações públicas, no entanto, ainda é preciso enfatizar a necessidade de atenção aos legisladores, cidadãos e todo o Ministério Público, sobre o recorrente uso do nepotismo cruzado. Este se apresenta como uma maneira encontrada pelos administradores mal-intencionados para mascarar a prática e, assim continuar beneficiando seus parentes mais próximos por meio de uma óbvia troca de favores com agentes de uma esfera diferente. Pode-se citar, neste caso, a troca de favores entre vereadores e prefeito. O presente trabalho visa analisar a evolução da eficiência administrativa após a criação da lei nº 8.112/1990, que trata do nepotismo, e a lei 8.429/1992, que dispõe sobre a improbidade administrativa como um todo, enriquecimentos ilícitos no exercício do mandato, dentre outras formas de improbidade, e as suas respectivas sanções.

Palavra chave: Nepotismo. Nepotismo Cruzado. Improbidade Administrativa.

ABSTRACT

The article contextualizes the municipal procedures related to public administration. In these, public administration is generally carried out by traditional families

¹Acadêmico do curso de Direito no Centro Universitário UNIFACVEST.

²Assistente Social (UFSC), Bacharel em Direito (UNIFACVEST), Mestre em Ciências da Saúde Humana (UNC), Professora do Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST prof.edi.silva@unifacvest.edu.br.

³Pedagogo (FEDAVI), Psicopedagogo/Especialização (UNIDAVI), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Mestre em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Doutorando em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Professor e Pró-Reitor do Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST prpe@unifacvest.edu.br.

within regional policy, who in some cases remain in power for several administrations in a row, changing only the name of the administrator to ensure the legality of the electoral election. Considering all the experience of previous years, and seeking to reduce this practice in public administrations, however, it is still necessary to emphasize the need for attention to legislators, citizens and the entire Public Ministry, regarding the recurrent use of crossed nepotism. This presents itself as a way found by malicious administrators to mask the practice and, thus, continue to benefit their closest relatives through an obvious exchange of favors with agents from a different sphere. In this case, one can mention the exchange of favors between councilors and the mayor. The present work aims to analyze the evolution of administrative efficiency after the creation of Law No. 8,112 / 1990, which deals with nepotism, and Law 8,429 / 1992, which provides for administrative impropriety as a whole, unlawful enrichments in the exercise of the mandate, among other forms of impropriety, and their respective sanctions.

Keywords: Nepotism. Cross Nepotism. Administrative misconduct.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como tema a improbidade administrativa, a má administração em órgãos públicos, mais especificamente em prefeituras, locais onde administradores são eleitos para administrarem um órgão com fins de beneficiar uma sociedade e acabam em muitos casos, por dirigir essa administração a benefícios particulares, com o único e exclusivo propósito de aumentarem seus rendimentos e de seus familiares, praticando o nepotismo.

Com a intenção de proibir o nepotismo, foi criada em agosto de 2008 a sumula vinculante nº13, e posteriormente em 1992 a lei 8.429/1992, que deu um amparo legal aos fiscalizadores para cessar uma situação nítida de beneficiamento pessoal que acontecia no dia a dia das administrações, e hoje, já está praticamente extinto, salvo em casos que são camuflados por nepotismos cruzados, e ou apoiam-se na experiência profissional do parente dentro do órgão administrativo, para encaixar e beneficiar o parente. A contratação de parentes com experiência comprovada na área, é uma camuflagem perfeita para um favorecimento pessoal, com a justificativa de confiança e entrosamento, acabam por elevar cargos e salários de parentes deixando de lado objetivos administrativos, que poderiam ser de uma qualidade mais elevada com a contratação de técnicos especializados, ferindo assim, o princípio da eficiência.

O artigo vai abordar os vários aspectos que disciplinam a improbidade administrativa, que tem no nepotismo uma situação corriqueira que afeta e traz prejuí-

ízos incontáveis aos cofres públicos, prejudicando toda uma sociedade envolvida, porém, com olhares e opiniões divergentes sobre o assunto, onde os princípios constitucionais devem prevalecer, com o único objetivo de se exercer uma administração livre de vícios e favorecimentos pessoais, favorecendo com isso toda a sociedade envolvida, com a contratação de profissionais com conhecimento técnico e experiência comprovada.

A Constituição Federal de 1988, dispõe em seu artigo 37 caput, que “A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência”. Então, o nepotismo acaba ferindo quase que todos esses princípios, tornando o tema relevante e de ampla discussão, visto as variáveis existente devido à opiniões que divergem sobre o assunto, que afeta diretamente um direito primordial do cidadão, que é o de ter uma administração voltada ao bem comum, ao avanço e crescimento regional de uma maneira ampla, beneficiando a todos, ao coletivo, influenciando investidores a se aproximar cada vez mais dessa região, trazendo progresso e investimentos.

Em relação à abordagem da temática estudada, será utilizado o método bibliográfico, porque para a fundamentação teórico-metodológico deste trabalho será realizada investigação sobre material já desenvolvido e publicado em livros, revistas, documentos oficiais, obtida através de consulta a textos disponíveis em acervos públicos e privados, inclusive em meio eletrônico e/ou digital. etc. A pesquisa bibliográfica é necessária porque é o estudo sistematizado acerca do material publicado para a fundamentação teórica sobre o assunto. Citaremos neste trabalho, autores que através de suas obras, nos forneceram material para que pudéssemos nesse momento efetuar a pesquisa, trazer textos e opiniões que divergem sobre o assunto, como Carlos Ayres Britto, Ingo Sarlet, Gilmar Mendes, Luiz Fux.

Para melhor compreensão do tema, será desenvolvido em 03 (três) capítulos. No primeiro capítulo, uma conceituação e classificação da improbidade administrativa, do nepotismo simples e do nepotismo cruzado.

No segundo capítulo, caracterizamos os requisitos necessários para a decretação do nepotismo, bem como suas exceções. Conheceremos mais a legislação brasileira sobre o nepotismo, precedentes que originaram a sumula vinculante nº13 do Supremo Tribunal Federal, a própria súmula e as obrigações impostas pela Lei 8.429/92, a Lei da Improbidade Administrativa.

Finalmente, no terceiro capítulo, superada a fase de explanação e conceitos do tema, abordar-se-á análise jurisprudencial, juntamente com as divergentes opiniões sobre o tema, baseadas em doutrinadores. Trará resultados comprovados através de jurisprudências, resultantes de julgados de um município da região serrana de Santa Catarina.

2. CONCEITUAÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E NEPOTISMO

Neste primeiro capítulo, ver-se-á conceituação de improbidade administrativa, de acordo com a lei 8.429/1992, que dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos, que usarem de má fé em suas administrações, com objetivos pessoais sendo colocados a frente do coletivo, contrariando toda e qualquer idéia de boa administração, principalmente, o princípio do interesse público.

Maria Silvia Zanella Di Pietro (2015) p. 199, diz que: “O princípio da supremacia do interesse público está presente tanto no momento de elaboração da lei como no momento de execução em concreto pela administração pública”. Dessa forma, o princípio se faz presente para inspirar o legislador, que deverá considerar o interesse público como sendo prioritário, quando em contraste com o privado, no momento de editar leis.

E finalizará, com os tipos de nepotismo, seus resultados negativos dentro da administração, os prejuízos trazidos aos cofres públicos e toda a sociedade, e as penalidades impostas aos sujeitos que ainda adotam essa prática.

2.1 ORIGEM ETIMOLÓGICA E HISTÓRICA

Para entender melhor o significado da palavra nepotismo, se faz necessário estudar sua origem. Embora, existam divergentes opiniões de autores quanto a origem etimológica e histórica do termo.

Acquaviva (2012), diz que a expressão derivada de nepos, que é uma espécie de escorpião cujas crias devoram partes do escorpião materno. O autor entende que nepos, seria aquele que dilapida partes de seus parentes, e o nepotismo seria uma forma de dilapidação do erário.

A origem que encontra um numero maior de citações, é aquela que compreende ser a derivação do latino nepos (sobrinho) agregado ao grego ismo (prática de).

Rodrigues (2012), lembra em sua obra, a utilização do termo na Itália dos séculos XV e XVI, época em que os papas favoreciam seus sobrinhos.

No entanto, o conceito histórico e etimológico, nos leva a idéia de nomear parentes, favorecer os seus, utilizando para isso, seus poderes, sua força política, para que através dessas nomeações exerçam funções relevantes dentro de administrações públicas e delas recebam consideráveis gratificações.

Rocha (1994) p. 160, diz que: “O nepotismo no Brasil existe desde a chegada dos portugueses, não é nenhuma novidade. Pero Vaz de Caminha, praticou o primeiro ato de nepotismo”, e as críticas ao português são direcionadas principalmente a seguinte parte da carta:

E pois que, Senhor, é certo que tanto neste cargo que levo como em outra qualquer coisa que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser de mim muito bem

servida, a Ela peço que, por me fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro que d’Ela receberei em muita mercê. Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz, sexta-feira, 1º dia de maio de 1500 (ibden, p.160)

Contudo, o genro de Caminha havia sido condenado à pena de banimento para a África pelo crime de assalto a mão armada. Portanto, alguns não entendem o gesto de Caminha como sendo o primeiro ato de nepotismo e sim um pedido um pedido de liberdade, e não de emprego.

2.2 Conceito de improbidade administrativa e princípios da Administração Pública.

A improbidade administrativa, trata da má ação dos governantes, é aquilo que não deveria ocorrer principalmente quando fere os princípios administrativos legais. Uma boa administração inicia na honestidade, boa fé e conduta exemplar do agente administrador a todos os seus colaboradores.

Britto (2013) p.819, pontua:

Improbidade administrativa é o ato ilegal, do ponto de vista leigo aquilo que não pode ser praticado por um agente público durante o exercício de função pública dentro de uma administração, ou que seja, o que é contrário aos princípios básicos da administração pública, que são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência.

Um agente público, que incide na prática de nepotismo, comete um ato de improbidade administrativa, violando o artigo 11 da Lei nº 8.429/1992

Silva (2012), aponta que a Constituição Federal de 1988, fixou princípios administrativos, com o objetivo de proibir a utilização de recursos públicos para beneficiar particulares. Disse o autor:

A constituição Federal de 1988 (CF/88) introduziu inovações na administração pública, que fixou os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Estes princípios objetivaram introduzir um marco mínimo de referencias republicanas e afastar prática há muito arraigadas na máquina pública brasileira, como o uso de recursos públicos para beneficiar interesses particulares, ou a troca de favores por apoio político. As práticas introduzidas na CF/88 visam combater a corrupção, o patrimonialismo e o nepotismo na lógica político-institucional da administração pública. O principal objetivo da introdução destes princípios na CF/88 foi melhorar a qualidade da administração e a confiança que os cidadãos tem nas instituições públicas.

Sobre o princípio da legalidade Abreu (2017) acredita que a lei deve ser obedecida sem desvios, fazendo a administração somente aquilo que lhe é permitido, diz ele:

O princípio da legalidade ou da legalidade administrativa foi lançado ao rol dos princípios da observância pela Administração Pública com o propósito de não se desviar a Administração do que expresso na lei, formal e materialmente. Princípio que se apresenta como autêntico suporte do Estado Democrático de Direito que se vivencia, traduzindo verdadeira projeção de liberdades públicas, que guia e orienta o regime administrativo dos órgãos estatais, tornando-se anteparo ao arbítrio e ao abuso de poder.

O Princípio da legalidade, é um dos mais importantes, senão o mais importante dentro de uma administração pública. Significa que o administrador está em todas as funções, decisões, contratações, enfim, todas as atividades funcionais deverão estar dentro dos mandamentos da lei.

Seu destinatário direto é o administrador público, ao qual reserva o dever de só agir em conformidade com a lei, ao contrário do que é dado ao particular, cujas ações são lícitas desde que não vedadas pelo ordenamento jurídico posto. A finalidade das ações da Administração Pública, à vista desse princípio, há de encontrar respaldo na lei e não na vontade própria ou subjetiva do administrador do momento e, para além, deve estar pautada no interesse público, em relação ao qual não se pode afastar impunemente.

Significa que a administração pública só poderá fazer o que a lei autoriza, simples assim. Nada poderá ser feito ou praticado se não houver leis ou normas administrativas que permitam o acontecimento de tal ato. Quando a administração pública se afasta dessas leis, ela estará sujeita a responder civilmente por esses atos praticados sem lei autorizando, de maneira a distribuir maiores responsabilidades a gestores públicos, pois os mesmos estão cientes dessas responsabilidades, e estão cercados de assessores que tem total conhecimento da situação e devem orientar sempre seus assessorados de maneira tal que evitem erros nesse sentido, pois terão que responder por eles.

Quanto ao princípio da impessoalidade, todo ato da administração pública deve ser voltado a comunidade como um todo, ou seja, nenhum ato público pode enaltecer alguém em especial, Abreu (2017) p.73 pontua: “O princípio da Impessoalidade traduz uma decorrência do princípio da igualdade e é consectário do princípio da finalidade, como ainda de alguma forma, tem aproximação com o princípio da imparcialidade”.

Tratamento igualitário a todos os munícipes, em casos de administrações municipais, todos devem ser tratados com as mesmas condições. O tratamento deve ser

igualitário a todos, sem distinções partidárias, classes sociais, ou cargos ocupados dentro da administração.

Com o princípio da igualdade, essa aproximação ou decorrência surge de forma conatural ao fato de representar a impessoalidade um múnus em relação a aquele, enquanto a igualdade é um direito do cidadão, e, como tal, consistindo numa obrigação de atendimento pelo poder público. O princípio da impessoalidade tem o seu universo de ação dirigido, fundamentalmente, à esfera estatal, constituindo um dever, atribuído ao Estado, de não proclamar favorecimentos ou discriminações. Exige-se, corolário disso, que seja imparcial no seu comportamento e que se pautar no atendimento à finalidade pública, ou seja, atenda aos princípios da imparcialidade e da finalidade.

Esse princípio impõe ao gestor público, que somente pratique ato sem a finalidade de enaltecer este ou aquele funcionário do seu quadro administrativo, jamais poderá enaltecer a pessoa de um secretário durante uma inauguração, por exemplo, com fins de engrandecer o nome do secretário para que este se torne um candidato em uma eleição futura.

O princípio da moralidade não segue somente a lei jurídica, deve também ter como base a ética e bons costumes. Hely Lopes Meirelles, complementa que:

O administrador em sua atividade cotidiana, não terá apenas que decidir entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas ainda entre o honesto e o desonesto e deverá fazê-lo obediente à ética da instituição, pautada na moral pública.

Trata de obedecer a lei ética da instituição e não somente a lei jurídica. Exemplo clássico de abuso desse princípio, é a nomeação de parentes ou parentes de líderes políticos em cargos comissionados, deixando claro a troca de favores pessoais, e não a preocupação em efetuar um bom trabalho. O agente administrativo, como pessoa capaz, sabe muito bem diferenciar o bem do mal, o certo do errado, e para tanto, deve agir dentro daquilo que se propôs a agir no momento de uma eleição.

O princípio da publicidade tem como objetivo tornar público todos os atos administrativos, onde qualquer cidadão interessado possa saber tudo o que acontece na administração, com transparência e sem obscuridades. Abreu (2017) p. 79, diz:

A publicidade, em sua característica fundamental, revela-se pela divulgação oficial do ato praticado para conhecimento público, dando início a seus efeitos externos. Portanto, a publicidade não constitui elemento integrativo do ato, senão requisito de eficácia e moralidade, porquanto, em Direito não se admite ato oculto, quando muito, apenas sigiloso, na forma da lei e obediente à Constituição.

O trabalho administrativo, em sua totalidade deve ser feito “às claras”, nada escondido, e esse princípio, trata dessa situação que por muitos anos foi o refúgio de administradores mal-intencionados, que ocultavam suas decisões e gastos, como forma de se protegerem contra eventuais descontentamentos públicos e até mesmo críticas adversárias.

De pronto, agora já à vista do princípio da publicidade, incluído entre os princípios de observância pela Administração Pública, todo ato administrativo deve ser publicado, porque de natureza pública também o órgão que o realiza ou expede. O sigilo é reservado para situações, por exemplo, de segurança nacional, investigações policiais, ou interesse superiores da Administração. (ibden p.79).

Todo ato administrativo deverá ser publicado, salvo os que possuem sigilo, como nos casos de segurança nacional, para não prejudicar as investigações e evitar que os resultados sejam prejudicados e dados pessoais de servidores, que por ser pessoal de cada um, não interfere na administração, ademais, atos como licitação, gastos, compras e leilões, todos devem ser publicados de maneira que todos tenham fácil acesso a essas informações.

O princípio da Eficiência, toma como base resultados. Resultados devem ser sempre positivos, com ganhos ao município e seus munícipes, trazendo melhores resultados através de obras, e atendimentos de qualidade. Abreu (2017) p.81, diz:

O princípio da Eficiência ganhou notoriedade por ocasião de sua inserção constitucional, por meio Emenda Constitucional n. 19/1998, porquanto, para o conjunto da sociedade, já não era aceitável a existência de um agir administrativo eficiente, embora não fosse incomum registrar certo grau de incapacidade administrativa em gestores públicos. A eficiência, antes de positivada, tinha uma vocação privatista, da busca de resultados satisfatórios numa relação econômica de custo-benefício.

O resultado satisfatório, é comum e necessário em qualquer empresa privada, todos são exigidos, todos devem desempenhar funções de maneira produtiva e que traga melhorias conforme programado, não poderia ser diferente na administração pública, o resultado deve ser positivo, é a nota final.

Esse ingresso constitucional do princípio, entretanto, em especial na seara da Administração Pública, trouxe consigo a imposição de interpretá-lo como valor jurídico, fundado no interesse público. Acoplou-se ao valor econômico, que lhe é indissociável, também o político e o social. Como a Administração não produz resultado para si, mas para o conjunto da sociedade, quando se fala em eficiência se está a compreendê-la relacionada com os interesses gerais e coletivos da sociedade, com o bem comum e com toda a principiologia que enriquece o texto constitucional. A eficiência, assim, guarda vínculo direto com o respeito e a cidadania e com o dinheiro arrecadado pelos impostos, que deve ser gerido no interesse de todos.

Esse princípio cobra do agente público resultados eficientes, e um atendimento satisfatório a população. Deve existir dentro de uma administração uma eficiência de funcionamento no qual não traga prejuízos ao município, em casos de administrações municipais.

O bem comum, é a base dos princípios constitucionais da Administração Pública, e a principal fundamentação para a vedação do nepotismo.

2.3 Conceito de nepotismo.

Como visto anteriormente, não é nenhuma novidade que agentes públicos buscam beneficiar seus familiares através de indicações. A má fé nas escolhas, passa a ser considerada prática delituosa. Segundo Rodrigues (2012) p.210. Nepotismo, é o termo utilizado para designar o favorecimento de parentes em detrimento de pessoas mais qualificadas, no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos, com fins exclusivos de benefícios pessoais, de claro favorecimento financeiro à familiares, e ou a familiares de seu cônjuge. Existem duas classificações para o nepotismo, nepotismo direto ou simples, e o nepotismo indireto, ou cruzado. A primeira, nepotismo direto ou simples, ocorre quando o agente público nomeia cônjuge, companheira, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau.

Podemos citar como exemplo, quando um prefeito nomeia sua esposa para ser secretária de assistência social, não tendo ela qualquer envolvimento com a prefeitura, e nenhum conhecimento na área de assistência social, caracteriza-se o nepotismo simples.

Rodrigues (2012) p.210, fala sobre o nepotismo indireto, diz o autor: “Já o nepotismo indireto ou cruzado, ocorre quando dois agentes dotados de poder para nomeação, nomeiam parentes uma da outra, como forma de favorecimento recíproco”.

O que ilustra o caso, seria a situação do vereador Presidente da Câmara que contrata a filha do prefeito do município, para o cargo de secretária da Câmara Municipal, e em contra partida, como forma de retribuir o favorecimento, o prefeito deste município contrata o cônjuge do vereador presidente da câmara para o cargo de secretária de saúde, e ambos são favorecidos, caracteriza-se então, prática de nepotismo indireto, ou nepotismo cruzado.

2.3.1 Tipos de nepotismo, nepotismo simples e nepotismo cruzado

O nepotismo, pode ser praticado de duas formas, a primeira de forma simples, que é quando o agente público com poderes de nomeação, nomeia seu parente para exercer uma função na qual não é qualificado, com o propósito de

somente lhe beneficiar, com o bônus que o cargo lhe proporciona. A segunda forma, é o nepotismo cruzado, que ocorre quando o agente com poderes de nomeação, nomeia o parente de um outro agente de uma esfera diferente, com o propósito de que esse outro agente também lhe beneficie com alguma nomeação, ou mesmo somente com apoio, que é ocorre quando estão envolvidos agentes do legislativo e executivo.

Musseti (2011) p.86, informa que:

Existem duas características essenciais para que exista a prática do nepotismo. A primeira, é a presença de um agente que represente o poder, a figura dotada de poderes que irá fazer a nomeação. O segundo agente, é a figura que irá se beneficiar dessa nomeação.

O agente que foi indicado deve possuir parentesco com o chefe do poder. O autor entende que sem esses requisitos, não existe o nepotismo.

Quanto a suas classificações, podemos dizer que existem dois tipos de nepotismo, Rodrigues (2012) p. 204. Assim os classifica: Existe o nepotismo direto ou simples e nepotismo indireto ou cruzado. Direto é aquele que a autoridade competente nomeia cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

É a prática mais habitual, mais conhecida e com mais frequência foi utilizada durante anos por administradores sem compromisso com os resultados, e apenas se satisfaziam com o bem próprio, e de seus familiares.

Já o nepotismo indireto, ou cruzado, diz o autor que “ocorre quando dois agentes dotados de poderes para efetuar nomeações, nomeiam parentes uma das outras, como forma de favorecimento recíproco”. Esta prática, é uma versão mais atualizada, surgiu com o propósito de burlar a lei, de esconder a prática através de nomeações em esferas diferentes. Seria uma troca de favores entre agentes com a finalidade de beneficiar parentes.

Dentro da improbidade administrativa, a prática do nepotismo foi cercada por leis, súmulas vinculantes, e dessa forma administradores que fazem mal uso de seus poderes de nomeação, tiveram que se reinventar para continuar beneficiando seus apadrinhados, seus parentes. Foi então criado por eles, a prática do nepotismo cruzado, que segundo Rodrigues 2012 p.225, “nada mais é do que a troca de favores entre agentes de esferas diferentes. É simples, é a prática do “me ajude que eu te ajudo”.

No nepotismo simples, o direcionamento do favorecimento pelo agente é diretamente em seu parente, que encontra muitas vezes a camuflagem perfeita para beneficiar seu parente, com a justificativa de confiança e entrosamento para efetuar as atividades.

2.3.1.1 Vantagens de trabalhar com pessoas próximas ao administrador, em pequenos municípios.

O chamado entrosamento com o funcionário a ser contratado, é por diversas vezes usado como argumentação para a contratação de parentes no setor público. Suposta agilização nas etapas e conhecimento mútuo entre as partes, favorecem o processo.

Segundo Luiz Fux (2016) no site do STF, Ministro do Supremo Tribunal Federal entende que:

A súmula 13 precisa ser flexibilizada, a relação de grau de parentesco não é suficiente para cargos de natureza política, dessa forma devemos analisar caso a caso, até para evitar a ocorrência do nepotismo cruzado.

O ministro Luiz Fux acredita que a experiência, e a continuidade de um trabalho, seja, o funcionário já estava, o agente político que chegou depois. Com isso podem acrescentar melhorias dentro de uma gestão administrativa, dessa forma o parente não pode ser condenado a não ocupar um cargo, pelo simples fato de ser parente do agente público superior hierarquicamente a ele, devendo ser analisado cada situação individualmente.

As principais vantagens, são o conhecimento pessoal, entrosamento e confiança existentes no agente que será nomeado, geralmente cônjuge, ou outro parente para exercer o cargo de confiança e grande responsabilidade, como uma secretaria municipal.

No âmbito municipal, muito se cobra de administradores, a prática do compadrio, a comunidade está ficando cada vez mais evoluída, e aprendendo a exigir seus direitos. Ficou para trás o tempo em que os coronéis faziam suas escolhas, formavam seus grupos de admiradores geralmente seus cabos eleitorais e seus familiares, para administrarem municípios com fins direcionados as suas famílias, seus gostos pessoais e seus interesses financeiros. Hoje, sabe-se que uma administração tem que ser voltada ao atendimento coletivo, sem beneficiar tampouco prejudicar alguém que por ventura tenha escolhido o lado adversário durante o momento eleitoral, e no momento da formação da equipe de trabalho, os critérios devem ser os mesmos, sempre procurando escolher profissionais com conhecimentos técnicos e ou experientes na área em que irão atuar com o propósito de conseguir uma eficiência maior, trazendo resultados a sua comunidade.

2.3.1.2 Desvantagens do nepotismo em pequenos municípios.

Como na vida nem tudo são flores, nem todo administrador tem boas intenções ao contratar um parente para determinada função. Ricardo Chapola (2018)

escritor paulista, publicou no jornal “Estadão”, no dia 07/06/2018, que:

“Nepotismo, é o uso de uma prática totalmente reprovável, na medida em que substitui a lógica do merecimento profissional, pela do compadrio, ou seja, a competência técnica é substituída pelos laços de parentesco. Isso resulta em prejuízos a toda coletividade, e fere também nesse sentido, o princípio da eficiência”.

Nada substitui a competência. Quando está em jogo uma Administração Pública, não se pode correr riscos, estamos falando de recursos públicos, em outras palavras, dinheiro público, da população, do povo. Trocar a competência técnica por laços de parentesco, além de crime de improbidade administrativa, é um ato de total desrespeito aos recursos públicos e a todos que confiaram no administrador público, nesses casos o prefeito, seu voto de confiança. Quem elege um prefeito, deposita nele a confiança de um bom trabalho, de uma administração livre de vícios, sem obscuridades, com total transparência de seus atos, e não espera que ele faça do órgão público um local para alavancar financeiramente sua renda pessoal e de seus familiares, não se importando com resultados coletivos.

O trabalho quando efetuado por agentes despreparados, sem conhecimento técnico e ou sem experiência, deixa um trágico rastro de prejuízos, mal andamento de obras, com atrasos, obras inacabadas, e quando acabadas mal feitas, terão que ser refeitas num espaço curto de tempo, causando transtornos, gastos que poderiam ser evitados no primeiro momento.

Nesse capítulo, se viu o conceito de nepotismo e sua origem, os tipos de nepotismo, que podem ser simples ou direto e cruzado ou indireto, as vantagens e desvantagens de executar o trabalho administrativo público, com pessoas próximas, familiares de confiança do agente público com poderes. Vimos também os conceitos da improbidade administrativa e os princípios da administração pública.

No próximo capítulo, abordar-se-á a caracterização e os requisitos necessários para a decretação do nepotismo, bem como suas exceções, e o que diz a legislação brasileira sobre a prática, os antecedentes da súmula vinculante nº13, e a Lei da Improbidade Administrativa, nº8.429/1992.

3. Como se caracteriza o nepotismo e requisitos necessários para sua decretação.

O nepotismo se caracteriza pela escolha pessoal feita pelo agente público nomeante, com poderes para exercer essa escolha, procurando favorecer uma determinada pessoa, geralmente parente próximo, e não buscando um profissional que melhor exerça a função. É a troca da qualidade pelo benefício pessoal. Musseti (2017), p. 786. diz que:

O nepotismo se caracteriza pelo favorecimento do agente nomeado, pelo seu superior o agente nomeante, que é o agente com poderes. A elevação de cargo e ou de salário do parente que teve seus ganhos aumentados com a nomeação caracteriza prática de nepotismo. A decretação pode ser dada com uma breve investigação dos fatos, comparando remunerações e aumentos de salários no período em que o parente foi agente político, violando assim, às garantias constitucionais de impessoalidade, moralidade e eficiência.”

A caracterização da prática do nepotismo, é de fácil decretação, basta que se faça uma investigação nos vencimentos do agente nomeado, no período que seu parente esteve no poder, em situação de lhe beneficiar. Ocorrendo aumentos significativos em seus vencimentos, caracteriza a prática de nepotismo e o crime de improbidade administrativa.

3.1 Exceções ao nepotismo.

Como já vimos anteriormente, nas palavras do ministro Luiz Fux, cada caso é um caso, por isso a necessidade de se analisar cada situação individualmente, e não usar a súmula vinculante nº13 como uma regra geral. Veremos a seguir, as exceções.

Ferreira (2017) p. 114, analisa o decreto nº 7.203/2010 no seu artigo 4º, e apresenta as situações que excepcionam o nepotismo no âmbito da administração pública federal. Assim, as vedações ao nepotismo não se aplicam as nomeações ou contratações:

I - De servidores federais ocupantes de cargo de provimento efetivo, bem como de empregados federais permanentes, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo ou função comissionada a ocupar além da qualificação profissional do servidor ou empregador;

II – De pessoa, ainda que sem vinculação funcional com a administração pública para a ocupação de cargo em comissão de nível hierárquico mais alto que o do outro ocupante de cargo em comissão ou função de confiança;

III – Realizadas anteriormente ao início do vínculo familiar entre o agente público e o nomeado, designado ou contratado, desde que não se caracterize ajuste prévio para burlar a vedação do nepotismo;

IV – De pessoa já em exercício no mesmo órgão ou entidade antes do início do vínculo familiar com o agente público, para cargo, função ou emprego hierárquico igual ou mais baixo que o anteriormente ocupado.

Cabe esclarecer, contudo que, é vedada ao agente público a manutenção de familiar ocupante de cargo em comissão ou função de confiança sob sua subordinação direta.

3.2 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O NEPOTISMO.

3.2.1 Precedentes da sumula vinculante nº 13.

Os precedentes que foram elaborados pelo Supremo Tribunal Federal são fundamentais para que se possa ter a compreensão da tese jurídica que foi construída pelo Supremo Tribunal Federal, que deu origem à súmula vinculante nº13. São eles: O mandado de Segurança nº 23.780/MA, a Ação Declaratória de Constitucionalidade nº12 e Recurso Extraordinário nº579/951/RN.

3.2.1.1 Mandado de Segurança nº 23.780/MA.

O Supremo Tribunal Federal, julgou em setembro de 2005 um mandado de segurança que tinha como matéria o nepotismo. Nesse momento, foi tratado sobre a legalidade da contratação da irmã do vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região que havia sido contratada em cargo comissionado nesse Tribunal.

MANDADO DE SEGURANÇA. NEPOTISMO. CARGO EM COMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. Servidora pública da Secretaria de Educação nomeada para cargo em comissão no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região à época em que o vice-presidente do Tribunal Regional era parente seu. Impossibilidade. A proibição do preenchimento de cargos em comissão por cônjuges e parentes de servidores públicos é medida que homenageia e concretiza o princípio da moralidade administrativa, o qual deve nortear toda a Administração Pública, em qualquer esfera do poder. Mandado de segurança denegado.

O relator, ministro Joaquim Barbosa, em seu voto estabeleceu que a decisão do Tribunal que busca vedar a nomeação de parentes em cargos comissionados tem fundamento no princípio da moralidade administrativa que deve nortear toda a administração pública, e foi acompanhado pelos demais ministros do Tribunal, nesse sentido, o Tribunal denegou a segurança por unanimidade.

Com o julgamento do presente Mandado, ficou firmada a tese de que a vedação ao nepotismo é proveniente da própria constituição Federal, sendo válida a sua proibição até terceiro grau de parentesco.

3.2.1.2 Ação Declaratória de Constitucionalidade: ADC 12.

Em outubro de 2005, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a resolução 07, que com fundamento nos princípios administrativos da impessoalidade e moralidade, visava abolir a prática do nepotismo nos órgãos do Poder Judiciário, para cargos, empregos. O artigo 2º da resolução, estabeleceu: Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I- O exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;

II- o exercício em tribunais ou Juízos de diversos, de cargos de provimento em comissão ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterize ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III- O exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV- A contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive dos respectivos membros ou juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V- A contratação em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.

Importante destacar que não foi inviabilizado a nomeação de indivíduos admitidos através de concurso público, porém, manteve a vedação para os provenientes de contratos de prestação de serviços.

O STF, entendeu que o Conselho Nacional de Justiça fez o correto uso da competência, e que as restrições impostas pela resolução não vão de encontro com a liberdade de nomeação dos cargos, pois as restrições da resolução são as mesmas impostas pelo artigo 37 da CF.

Vejamos a emenda:

AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, AJUIZADA EM PROL DA RESOLUÇÃO Nº07 de 18.10.2005, DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. ATO NORMATIVO QUE “DISCIPLINA O EXERCÍCIO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES POR PARENTES, CÔNJUGES E COMPANHEIROS DE MAGISTRADOS E DE SERVIDORES INVESTIDOS EM CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO, NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

1- Os condicionamentos impostos pela Resolução nº07/05, do CNJ, não atentam contra a liberdade de prover e desprover cargos em comissão e funções de confiança. As restrições constantes do ato resolutivo são, no rigor dos termos, as mesmas já impostas pela Constituição de 1988, dedutíveis dos republicanos princípios da impessoalidade, da eficiência, da igualdade e da moralidade.

2- Improcedência das alegações de desrespeito ao princípio da separação dos Poderes e ao princípio federativo. O CNJ não é órgão estranho ao Poder Judiciário (art. 92, CF) e não está a submeter esse Poder à autoridade de nenhum dos outros dois. O poder Judiciário tem uma singular compostura de âmbito nacional, perfeitamente compatibilizada com o caráter estadualizado de uma parte dele, perfeitamente compatibilizada com o caráter estadualizado de uma parte dele. Ademais, o art. 125 da Lei Magna defere aos Estados a competência de organizar a sua própria justiça, mas não é menos certo que esse mesmo art. 125, caput, junte essa organização aos princípios “estabelecidos” por ela, Carta Maior, neles incluídos os constantes do art. 37, cabeça.

3- 3. Ação julgada procedente para: a) emprestar interpretação conforme à Constituição para deduzir a função de chefia do substantivo “direção” nos incisos II, III, IV, V do art. 2º do ato normativo em foco; b) declarar a constitucionalidade da resolução nº 07/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

Assim, no dia 20 de agosto de 2008, com unanimidade de votos o STF julgou a procedência da ADC, estabelecendo a eficácia da resolução do CNJ ao Poder Judiciário. A AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE, ADC 12, fixou o entendimento no Supremo de que a vedação ao nepotismo deve ser estendida a todos os Poderes.

3.2.1.3 RECURSO EXTRAORDINÁRIO - RE 579.951/RN.

No mesmo dia do julgamento da ADC 12, o STF apreciou o recurso extraordinário nº 579.951, cuja matéria também tratava de nepotismo, dessa vez, no âmbito do Poder Executivo.

Tratou-se, conforme relatório do ministro Ricardo Lewandowski, de re-

curso interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que entendeu ser constitucional a nomeação de irmão de vereador para cargo em comissão de secretário de saúde e nomeação do irmão de vice-prefeito para o cargo de motorista. O cargo de motorista, é cargo técnico e não comissionado, não sendo livre de nomeação e exoneração, sendo necessário portanto que se realize concurso para assumi-lo. Já a nomeação do irmão do vereador para cargo em comissão de secretário de saúde, a nomeação foi feita pelo executivo, e o mesmo, possui seu irmão vereador, no legislativo, logo, não ficou comprovado a presença de nepotismo cruzado.

Segue a emenda do recurso extraordinário:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VEDAÇÃO DE LEI FORMAL. INEXIGIBILIDADE. PROIBIÇÃO QUE DECORRE DO ART. 37, CAPUT, DA CF. RE PROVIDO EM PARTE.

I-Embora restrita no âmbito do Judiciário, a Resolução 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça, a prática do nepotismo nos demais Poderes é ilícita.

II-A vedação do nepotismo não exige a edição de lei formal para coibir a prática

III-Proibição que decorre diretamente dos princípios contidos no art. 37, caput da Constituição Federal.

IV-Precedentes.

V-RE conhecido e parcialmente provido para anular a nomeação do servidor, aparentado como agente político, ocupante de cargo em comissão.

O STF, com o julgamento desse recurso, firmou a tese jurídica que defende os princípios do caput do art. 37 auto-aplicáveis e abrangentes aos três Poderes.

3.3 SUMULA VINCULANTE 13.

Após os precedentes supracitados, o Supremo Tribunal Federal elaborou a Súmula Vinculante 13, com a seguinte redação:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

O enunciado, veio para pôr termo ao nepotismo na Administração Pública, em todos os Poderes, e instituir que a vedação à nomeação de parentes até o terceiro grau, é proveniente da própria Constituição Federal.

3.3.1 REQUISITOS FORMAIS DA SÚMULA VINCULANTE.

Passamos a um breve estudo a respeito das súmulas vinculantes. A súmula vinculante, é a ferramenta disponibilizada ao Supremo para que sua jurisprudência fique consolidada.

Lenio Streck 92013) P.819, afirma que a Súmula Vinculante deve abordar matéria na qual haja divergência de aplicação, nesse sentido, dispõe:

Desse modo, partindo da base analítica que informou o legislador constituinte derivado, é possível afirmar que uma súmula, para que possa vir a ter efeito vinculante, deverá, primeiro, ter como pano de fundo uma discussão sobre a validade de um determinado texto jurídico, o que significa dizer que, nessa hipótese, a discussão do Supremo Tribunal Federal deverá versar sobre os juízos negativos ou positivos feitos pelos tribunais acerca de tal dispositivo. Sendo essa controvérsia atual e possuindo relevância, o Supremo Tribunal Federal dirá qual a resposta adequada constitucionalmente. A súmula tem essa função: traduzir a resposta constitucionalmente adequada a uma determinada temática.

O artigo 103-A da Constituição Federal estabeleceu em seu caput, e em seu parágrafo 1º os requisitos para a elaboração de súmulas vinculantes, dentre esses diz que, a controvérsia deve existir entre órgãos do judiciário ou entre Judiciário e a Administração Pública, que era o que realmente acontecia em casos de prática do nepotismo.

O Supremo, no entanto, vem adotando a tese de que não viola a súmula vinculante nº 13, a nomeação de parentes para cargos políticos. O entendimento do Tribunal, é que nesses casos deve existir uma análise individual do caso, para verificar se há incidência de fraude à lei, ou a ocorrência de nepotismo cruzado.

3.3.2 Lei da Improbidade Administrativa. Lei 8.429/1992.

A lei da Improbidade Administrativa sancionada em 2 de junho de 1992 pelo então presidente Fernando Collor de Melo, prevê os atos administrativos ilegais, aqueles que causam danos ao erário, que são elencados na lei, como enriquecimento ilícito e violação aos princípios constitucionais.

Lei 8.429 de 2 de Junho de 1992:

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

No nepotismo, a violação aos princípios constitucionais é o que mais caracteriza a prática, porém, os demais critérios também estão envolvidos, pois o dano ao erário irá ocorrer quando o agente contrata um parente que tem menores condições técnicas de exercer uma determinada função, essa possibilidade é o mesmo que rasgar dinheiro público, e como consequência, em alguns casos devido a proximidade do agente público com o seu parente por ele nomeado, esse recurso estará ficando na mesma família, aumentando significativamente seu patrimônio, causando enriquecimento ilícito.

O capítulo 1º da lei se refere as disposições gerais:

Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, do Distrito Federal, dos Municípios, de Territórios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Esta lei, traçará as punições aos agentes públicos praticantes de improbidades, seja ele quem for, sem regalias e benefícios que qualquer que seja o cargo, pudesse lhe oferecer, em todas as esferas administrativas do país, e em empresas incorporadas, ou de entidade que exista um investimento por parte do poder público, superior a metade dos investimentos.

A lei entende por agente público, segundo o artigo 2º:

Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

É considerado agente público, toda pessoa que exerce um serviço público, sendo funcionário ou não, havendo ou não remuneração e independe se o serviço é temporário ou não.

3.4 – Penalidades impostas a praticantes condenados pela prática do nepotismo.

A Lei 8.429/1992, que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa, após todos os esclarecimentos, chega no ponto principal pelo qual a referida lei foi criada, as penalidades aos infratores. Diz em seu artigo 12º caput, que:

O responsável pelo ato de improbidade administrativa, estará sujeito a cominações que podem ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

I – Perda dos bens, ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, perda de função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.

O agente público condenado, perderá aquilo que adquiriu ilicitamente, bem como terá que ressarcir totalmente o valor, perderá sua função pública, pagará uma multa no valor correspondente de até três vezes o valor do crescimento de seu patrimônio, e ficará proibido de efetuar qualquer contrato ou receber benefícios ou incentivos fiscais. Tudo o que foi acrescido de seu patrimônio durante o período que o mesmo exerceu a função pública, será dele retirado através do processo que o condenou.

II- Na hipótese do artigo 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

O artigo 10, cita que o ato de Improbidade Administrativa que causa lesão ao erário, é qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial.

III- Na hipótese do artigo 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos;

O artigo 11, se refere aos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública. Cita que qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, constituem ato de improbidade administrativa.

IV- Na hipótese prevista no artigo 10-A, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

O artigo 10-A, discorre sobre os atos de improbidade administrativas decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

Parágrafo Único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente.

O Juiz irá avaliar o tamanho do dano. Se a improbidade causou danos grandes, ou foram pequenos, e através dessa avaliação tomará suas decisões.

Quando ocorre que a conduta do agente possa ser enquadrada em duas ou mais modalidades de improbidade.

Flávia Cristina Moura de Andrade, (2009) p.241 pontua que: “Caso a conduta do agente possa ser enquadrada nas três modalidades de improbidade, serão aplicadas as sanções previstas para a infração mais grave, enriquecimento ilícito”.

A respeito das sanções, Flávia Cristina Moura de Andrade (2009) p.241, pontua:

A lei da improbidade prevê sanções civis (ex.: perda de bens e valores acrescidos ilicitamente), administrativas (ex.: proibição de contratar com a administração pública) e políticas (suspensão dos direitos políticos), mas não cuida das sanções penais, com exceção do artigo 19, que diz: “Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. Pena: detenção de seis a dez meses e multa”.

As sanções podem ser bem variáveis e vão desde penalidades mais brandas como a proibição de contratar com a administração pública, até penalidades mais severas como a perda de bens adquiridos ilicitamente acrescidos de três vezes esse valor, e inclusive levar o agente praticante do ato a detenção.

Porém, Flávia Cristina Moura de Andrade, deixa claro que “a perda da função pública e suspensão dos direitos políticos só se efetivam com a coisa julgada”. E a aplicação das penalidades previstas na lei 8.429/92 “não incumbe a Administração, eis que privativa do Poder Judiciário”.

3.4.1 MEDIDAS CAUTELARES.

A medida cautelar, é um procedimento com fim de resguardar a defesa de direitos ameaçados. A lei prevê algumas medidas cautelares, são elas:

Sequestro (art. 16) Havendo indícios de responsabilidade, pode haver o pedido de sequestro de bens, e aplicações financeiras; Indisponibilidade de bens (art. 7º) Quando o ato de improbidade causa lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade responsável pelo inquérito que faça a representação ao Ministério Público, para a indisponibilidade de bens do indiciado, que assegurem o ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo de seu patrimônio; Afastamento do agente público (art. 20 parágrafo único): Quando a medida for necessária a instrução processual, sem prejuízo da remuneração.

Sempre que existir a possibilidade de continuação do ato de improbidade, ou que continuem os danos ao erário, ou também, como forma de se garantir um ressarcimento, uma devolução do dinheiro público adquirido de forma ilícita pelo agente público, medidas cautelares devem ser tomadas. É o meio de se minimizar os danos, e garantir uma eventual e provável penalização deste agente.

No próximo e último capítulo será abordado a análise jurisprudencial, citará entendimentos doutrinários favoráveis e não favoráveis a contratação de parentes.

4. Nepotismo em um pequeno município da AMURES (Associação Municípios da Região Serrana) SC.

A realidade em pequenos municípios a respeito do nepotismo, é que ainda existe a procura por burlar a lei, e favorecer os mais próximos, os parentes.

Nesse contexto, cada dia se procura uma nova forma de favorecer o parente, usando de jurisprudências, de entendimentos de magistrados em casos que o mesmo reconheceu a efetividade do funcionário para assumir determinado posto usando para isso os anos de experiência comprovada no setor, para argumentar que a nomeação de seu parente é com o único e exclusivo propósito de ter bons resultados baseados nos conhecimentos do parente, passando por cima de funcionários com competência notadamente superior, comprovada com a escolaridade muito diferenciada entre ambos.

Ocorreu uma denúncia, no Ministério Público, que estava ocorrendo em um determinado município, a prática de nepotismo, pois havia no quadro de secretários, dois (2) parentes do prefeito trabalhando como secretários da administração. Como tio (a) é parente em terceiro grau, estava ali caracterizado a prática de nepotismo, o que o Ministério Público passou então a averiguar. Foi enviado ofício ao prefeito municipal, solicitando informações a respeito dos dois (2) secretários, o qual foi atendido. Em resposta, o atual prefeito, através de ofício, alegou:

“1- O Secretário de Viação e Obras e serviços do Município através de portaria de fevereiro de 2017, tem relação de parentesco com o Prefeito em 3º Grau. E ocupa o Cargo de Secretário de Obras, pelas razões seguintes: a) Efetivamente, o secretário é parente do prefeito em 3º grau (tio paterno) todavia o mesmo exerce o Cargo de Agente Político, na condição de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos; portanto o cargo que exerce não é de confiança ou em comissão, mas sim de agente político (Secretário Municipal). b) O secretário, conforme portaria de nomeação foi aprovado em concurso público e é funcionário efetivo do município desde o ano de 1993; assim, referido funcionário é lotado na secretaria de Viação Obras e Serviços no Cargo de Operador de Equipamentos desde junho de 1993, ou seja, há pelo menos 24 (vinte e quatro) anos; de forma que tem afinidade e conhecimento para o exercício do cargo, sendo funcionário com ficha exemplar, sem nunca ter tomado sequer uma advertência, conduta ilibada e conhecedor das funções; nomeado no Cargo de Secretário em razão de seu notório conhecimento dos serviços da Secretaria de Obras e não em razão de parentesco. c) Desta sorte o Secretário nomeado é funcionário lotado na referida secretaria de viação e Obras a mais de 24 anos, detendo capacidade técnica e conhecimento de causa para o desempenho da função de secretário da pasta; e, no caso concreto, com toda vênua, não se vislumbra qualquer ato atentatório a CF (art 37), porquanto a nomeação decorre da competência e conhecimento que o nomeado tem sobre as atividades da Secretaria de Obras para qual foi empossado no cargo de Secretário Municipal. Note V. Exa. Que os vencimentos do secretário, como servidor efetivo em Janeiro de 2017 equivale a R\$2.580,11 (dois mil quinhentos e oitenta Reais e onze centavos); na condição de Secretário de Viação e Obras percebe mensalmente R\$3.225,40 (três mil duzentos e vinte e cinco Reais e quarenta centavos) – julho de 2017- bruto. Qual seja, o vencimento que percebe como secretário é pouco mais do que perceberia como servidor efetivo, ou seja, a vantagem pecuniária na condição de secretário é irrisória, não se vislumbrando qualquer favor, vantagem ou prática de nepotismo no caso presente.

Ante ao exposto, o Ministério Público, acolheu as informações, e os documentos que acompanhavam, referentes ao Secretário e arquivou o processo.

Vejam a situação, um secretário de obras, que apesar de 24 anos de prefeitura, nunca exerceu outra função que não a sua, a de operador de máquinas pesadas, com a chegada do novo prefeito que por ser seu sobrinho o nomeou ao cargo de secretário de obras, estar agora dando ordens ao engenheiro civil da prefeitura, funcionário também concursado, mas com conhecimento sobre obras, notadamente superior ao seu secretário. O caso foi levado ao conhecimento do ministério público, que entendeu que não estava acontecendo nenhuma vantagem ao funcionário e o manteve no cargo, com a alegação de que sua experiência no trabalho de 24 anos o credenciava ao cargo, e a pequena vantagem financeira, cerca de R\$900,00 (novecentos Reais), não era fator determinante para caracterizar a prática de nepotismo.

Da mesma forma, e no mesmo momento, foi levado ao conhecimento do Ministério Público, a situação da então secretária de saúde, também tia do prefeito, porém sem nunca ter trabalhado na área da saúde, e tampouco fazer parte do

quadro de funcionários efetivos do município, tia materna do então prefeito. Em resposta ao ofício, o assessor jurídico deste município respondeu:

Todavia Exa. em que pese a Secretária ser parente, irmã da falecida mãe do prefeito, a qual faleceu quando este ainda era criança, o mesmo pouco ou nenhum contato teve com sua aparentada ou família; vez que sua criação e ligação parental deu-se quase exclusivamente com a família de seu pai. A secretária de saúde nomeada por indicação de seu partido e não por ser parente do prefeito, tem formação em Curso Superior em Pedagogia, além de possuir mais de uma dezena de cursos de capacitação, lhe conferindo as condições para o exercício do cargo. Em que pese não ter formação na área específica da saúde, a mesma, é capacitada e vem desempenhando com louvor as funções, estando todos os programas de saúde funcionando perfeitamente. Desta forma, a nomeação não se deu em razão de parentesco, sugerindo eventual prática de nepotismo, mas sim por indicação do partido a qual faz parte, e por reunir as condições necessárias para o desempenho do cargo.

No entanto, o entendimento do Ministério Público, foi pela exoneração da referida secretária, o qual foi prontamente atendido pela Administração Municipal, conforme confirmado no ofício enviado ao Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.

Esta sim, teve que se desligar do seu cargo de secretária de saúde municipal a mando do referido Ministério Público, com a alegação de que por ser tia do prefeito, estava evidente a improbidade administrativa e a prática de nepotismo simples, haja visto que a mesma nunca teve nenhuma ligação ou conhecimento com a área em questão, conforme já mencionado.

Então, o mesmo grau de parentesco, dentro da mesma comarca, no mesmo município, teve dois resultados e entendimentos diferentes, haja vista que foi considerado pelo magistrado, a experiência na área como forma de anular a prática de nepotismo, conforme sugere o Ministro Luiz Fux, que cada situação deve ser analisada de forma individual. Ficou claro a situação, pois o grau de parentesco era igual e dentro da mesma comarca, julgado pelo mesmo juiz.

Baseado em decisões dessa natureza, alguns administradores e seus assessores sempre estarão buscando condições de cada vez mais trabalhar sempre com pessoas próximas, melhores cargos nem sempre estarão nas melhores mãos, e com isso, com toda certeza, também não serão obtidos os melhores resultados e as melhores administrações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar situações diferentes de contratações, dentro de um mesmo município, levando em conta o grau de parentesco entre os agentes envolvidos, e seus reflexos dentro da Administração Pública.

No primeiro capítulo, viu-se o conceito de Nepotismo, de improbidade administrativa, sua origem histórica e a importância da boa conduta dentro de

uma Administração Pública, para conseguir realizar um trabalho de qualidade e conseguir resultados que venham de encontro aos anseios de toda a sociedade que depositou seu voto de confiança nos agentes administradores.

Viu-se também, os princípios administrativos legais que regem a Administração Pública, fazendo com que se baseie na honestidade, boa-fé e conduta exemplar do agente político administrador.

Ainda relacionado ao primeiro capítulo, foi estudado os tipos de nepotismo, simples ou direto e cruzado ou indireto, os benefícios de administrar o município com pessoas próximas ao agente administrador, e as desvantagens causadas pelo beneficiamento de parentes dentro da esfera municipal, o que atrasa uma administração quando as indicações a cargos e contratações tem a intenção de beneficiar familiares deixando de lado a preocupação com os resultados.

No segundo capítulo, abordou-se sobre como se caracteriza o nepotismo, foi visto quais os requisitos seriam necessários para sua decretação, e também foi visto suas exceções, que deverão ser vistas e analisadas de formas individuais.

Dentro do segundo capítulo, vimos a legislação vigente a respeito do tema, e seus precedentes, que originaram a sumula vinculante numero 13, vimos suas penalidades, e as medidas cautelares cabíveis.

No terceiro capítulo, intensificou-se a pesquisa sobre as jurisprudências existentes em um município serrano de Santa Catarina, que passou por situação que exemplifica bem, como duas situações idênticas em relação ao grau de parentesco podem ter entendimentos diferentes levando em conta a experiência do agente na área, e não o grau de parentesco com o agente político.

Ao final, como resultado obteve-se a certeza de que toda Administração Pública deverá reger-se pela honestidade e boa-fé, buscando sempre os resultados que são esperados pela sociedade, seus munícipes, e não somente procurando agradar uns e outros, deixando de se preocupar com a qualidade oferecida. Nessa consciência, todo caso suspeito de improbidade causada por nepotismo, deverá ser analisado caso a caso, levando em conta sempre os prós e contras, analisando a situação como um verdadeiro defensor público, que se preocupa com o resultado final.

No entanto, verificou-se que houve realmente uma diminuição de cargos municipais como secretarias, sendo distribuídas às esposas dos administradores, como era recorrente na região. Não era difícil encontrar pessoas sem o mínimo conhecimento na área de atuação, em alguns casos, sem formação nenhuma, atuando a frente de secretarias de educação, de saúde, e em muitos casos, na secretaria de assistência social.

E por fim observou-se que com o passar dos anos, com a modernização da política, os avanços da comunicação, com o papel das redes sociais que quando usadas com fins de esclarecer e tornar público atos ilegais se tornam extremamente importantes, está se tornando cada vez mais difícil aos agentes mal intencionados e corruptos, fazerem valer suas opiniões pessoais, a população esta cada dia mais lutando e exigindo seus direitos, não se calando e consentindo tudo o que lhe é imposto.

REFERÊNCIAS

ABREU, Cesar Augusto Mimoso Ruiz. **Qualifica: Mandato de excelência**. Florianópolis: Tribunal Regional de Santa Catarina, 2017. Editora UDESC.

ACQUAVIVA, Marcus Claudio. **Dicionário jurídico brasileiro**. 6. ed.. São Paulo: Rideel, 2012, p.854.

ROCHA, Carmem Lucia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994, p.160.

ANDRADE, Flavia Cristina Moura de. **Direito Administrativo** – 4. ed.vers. e atualizada – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. (Elementos do Direito, v2).

BRITTO, Carlos Ayres. Comentário ao artigo 37 In: CANOTILHO. JJ Gomes; MENDES, Gilmar; SARLET, Ingo; STRECK, Lenio. (Coordenadores) **Comentários à Constituição do Brasil**, São Paulo, Saraiva, p. 819.

CAMINHA, Pero Vaz. (carta) 01 mai. 1500, Porto Seguro (para) REI MANUEL I. Portugal. Carta sobre o “achamento” do Brasil. p. 27

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos da teoria geral do Estado. 31.ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 79. Op. Cit. P.112.

FERREIRA, Natália Ciscotto, **O Advento do Decreto presidencial nº7.203/10 que veda o nepotismo na Administração Pública Federal, em consequência da evolução do combate normativo à sua prática, por influência da sociedade civil**. Publicações da escola da AGU. N° 23. Brasília. 2012. p. 114. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id conteúdo/254270>.

MUSETTI, Rodrigo Andreotti. **O nepotismo Legal e Moral nos Cargos em Comissão da Administração Pública**. Universo jurídico, Juiz de Fora, ano XI, 19 de mar. De 2001. Disponível em:<http://uj.novaprolink.com.br/doutrina/786/> o nepotismo legal e moral nos cargos em comissão da Administração Pública.

RODRIGUES, João Gaspar. Nepotismo no Seeviço Público brasileiroe a SV 13. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v.260, p.203-229, maio/ agosto 2012, p. 210.

RODRIGUES, R.; GONÇALVES, J. C. **Procedimentos de metodologia científica**. 10.ed. Lages, SC: PAPERVEST, 2021.

SILVA, Celso Fraga. **Alternativas para uma nova governança pública em ambiente democrático**. Publicações da escola AGU. n° 23. Brasília, 2012. P.203. disponível em : <http://www.agu.gov.br/page/contente/detail/id conteúdo/254270>.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PRIMEIRO ATENDIMENTO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE

¹Vanessa de Souza Mariano

²Teresinha Bueno Branco

³Nayara Alano Moraes

⁴Magali Maria Tagliari Graf

⁵Patrícia Citadin Dutra

RESUMO

O infarto agudo do miocárdio é uma doença frequente em pessoas com doenças crônicas preexistentes e de grande incidência no Brasil. O presente artigo tem como objetivo, identificar a atuação do enfermeiro no primeiro atendimento do infarto agudo do miocárdio. Enfatiza a importância do enfermeiro na identificação desses sintomas. Categoriza os sinais e sintomas como: dor ou desconforto na região peitoral, podendo irradiar para as costas, rosto, braço esquerdo e, raramente, o braço direito, sudorese, náuseas e vômitos, dormência nos braços e ardência. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa. A coleta de dados se deu através do portal BVS, LILACS, SCIELO nos últimos seis anos (no período de 2012 a 2018), a amostra final foi de cinco artigos que corresponderam aos critérios de inclusão. Os resultados da pesquisa apontam para a interação dos sintomas do aspecto pessoal e as variáveis socioambientais nos sintomas se tratando dessa patologia, e também na divulgação com demais colaboradores para possível identificação e dar suporte quando necessário. Aponta - se para im-

¹Acadêmica 10ª fase do Curso de Enfermagem .Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: vanessa.enfe@outlook.com ID Lattes: 9558293708156215

² Enfermeira Especialista em Pediatria e Neonatologia e Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail prof.teresinha.bueno@unifacvest.edu.br ID lattes:1716961976498400

³Mestre em Educação, coordenadora e Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: prof.nayara.moraes@unifacvest.edu.br. ID Lattes: 8051992408846987

⁴ Mestre em Educação, docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: prof.magali.graf@unifacvest.edu.br ID Lattes: 8546061769614337

⁵ Docente do curso Barecharelado em Enfermagem da Instituição UNIFACVEST. Enfermeira, Especialista em Enfermagem Obstetricia, Pediatria e Neonatal. E-mail: prof.patricia.dutra@unifacvest.edu.br ID Lattes: 38262433933456

portância de conhecer melhor o Infarto Agudo do Miocárdio para melhor compreender de tratamento e diminuição da incidência e fatores de riscos.

Palavras-chave: Enfermeiro. Assistência de enfermagem. Infarto agudo do miocárdio.

ABSTRACT

Acute myocardial infarction is a frequent disease in people with preexisting chronic diseases with a high incidence in Brazil. This article aims to identify the role of nurses in the first care of acute myocardial infarction. Emphasizes the importance of nurses in identifying these symptoms. It categorizes the signs and symptoms as: pain or discomfort in the pectoral region, which may radiate to the back, face, left arm and, rarely, the right arm, sweating, nausea and vomiting, numbness in the arms and burning. As a methodology, bibliographic research, of a qualitative nature, was used. Data collection took place through the VHL, LILACS, SCIELO portal in the last six years (from 2012 to 2018); the final sample was five articles that met the inclusion criteria. The research results point to the interaction of the symptoms of the personal aspect and the socio-environmental variables in AMI. It is concluded that the nurse has a fundamental role in the identification of symptoms when dealing with this pathology, and also in the disclosure with other collaborators for possible identification and support when necessary. It points to the importance of getting to know Acute Myocardial Infarction better to better understand treatment and decrease the incidence and risk factors.

Keywords: Nurse. Nursing care. Acute myocardial infarction.

1 INTRODUÇÃO

Uma das doenças que mais incide no Brasil é o Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), por isso é essencial que o enfermeiro tenha atenção a assistência a saúde das pessoas que enfrentam esse quadro. O infarto do miocárdio, ou ataque cardíaco, é a morte das células de uma região do músculo do coração por conta da formação de um coágulo que interrompe o fluxo sanguíneo de forma súbita e intensa. (FARIAS et al., 2015).

Segundo Brasil (2018) os sinais e sintomas são dor ou desconforto na região peitoral, podendo irradiar para as costas, rosto, braço esquerdo e, raramente, o braço direito. Esse desconforto costuma ser intenso e prolongado, acompanhado de sensação de peso ou aperto sobre tórax. Esses sinais costumam ser acompanhada de suor frio, palidez, falta de ar, sensação de desmaio.

Em idosos, o principal sintoma pode ser a falta de ar. A dor também pode

ser no abdome, semelhante à dor de uma gastrite ou esofagite de refluxo, mas é pouco frequente. Nos diabéticos e nos idosos, o infarto pode ocorrer sem sinais específicos (BRASIL, 2018). Por isso, deve-se estar atento a qualquer mal-estar súbito apresentado por esses pacientes. Esses sinais e sintomas são diagnosticados durante o exame físico realizado pelo enfermeiro no primeiro atendimento na Unidade Básica de Saúde (UBS).

A principal causa do infarto é a aterosclerose, doença em que placas de gordura se acumulam no interior das artérias coronárias, chegando a obstruí-las. Na maioria dos casos o infarto ocorre quando há o rompimento de uma dessas placas, levando à formação do coágulo e interrupção do fluxo sanguíneo. O tempo é o maior determinante para recuperação de um IAM, o diagnóstico precoce auxilia no bloqueio dos sintomas através da administração de medicamentos, controle hipertensivo e cardíaco. Os medicamentos utilizados são: ácido acetilsalicílico, clopidogrel, oxigenoterapia e betabloqueador na maioria dos casos (SILVA et al. 2015).

O infarto pode ocorrer em diversas partes do coração, dependendo de qual artéria foi obstruída. Em casos raros o infarto pode acontecer por contração da artéria, interrompendo o fluxo de sangue ou por desprendimento de um coágulo originado dentro do coração e que se aloja no interior dos vasos. (BRASIL, 2018, p32).

As doenças cardiovasculares, incluindo o IAM, representam um importante problema de saúde pública no Brasil e no mundo, apresentando altas taxas de incidência e mortalidade. A taxa de mortalidade brasileira, por esse grupo de causas (183,3/100.000), encontra-se entre as maiores do mundo e é semelhante a de países como a China e do Leste Europeu.

Essa realidade pode ser explicada tanto pela mudança da faixa etária da população, quanto pelo aumento da prevalência de exposição aos fatores de risco reconhecidamente associados às doenças do aparelho circulatório, tais como o sedentarismo, aumento do consumo de carnes e gorduras, redução do consumo de frutas e verduras, consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo e aumento da prevalência de obesidade, além das desigualdades socioeconômicas e de acesso aos serviços de saúde (SANTOS, et al., 2018).

Nas últimas décadas, foram implementadas a Política Nacional de Promoção à Saúde e o Programa de Prevenção e Controle da Hipertensão e do Diabetes (HIPERDIA) com vistas a reduzir a morbimortalidade por doenças do aparelho circulatório. Contudo, as taxas de mortalidade por doenças cardiovasculares no Brasil, entre elas o IAM, ainda permanecem altas quando comparadas às taxas de países desenvolvidos. (SANTOS et al., 2018, p. 1622).

São classificados também conforme (Franco et al., 2008) o IAM com supra desnivelamento e sem supra desnivelamento das ondas ST que são observadas também pelo eletrocardiograma, o diferencial entre ambos é o tipo de tratamento. Quando ocorre supra desnivelamento é porque ocorreu a obstrução total de uma artéria coronariana pode ser utilizado como tratamento trombolítico á angioplastia coronariana, IAM sem supra desnivelamento das ondas ST, a artéria não está totalmente obstruída e será tratada com medicamentos e mudança do habito de vida.

Dados do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) de 2014 revelam que o IAM foi à principal causa de morte por doença cardíaca no Brasil, tendo sido observado aumento de 48% entre 1996 a 2011, a previsão é de que o IAM se torne a principal causa isolada de morte em 2020.

O maior problema continua sendo a demora na procura ao atendimento frente aos primeiros sinais e sintomas devido à falta de conhecimento e negação do evento cardiovascular por parte da vítima e de seus familiares. A maioria das mortes ocorrem nas primeiras horas, por isso é necessário e indispensável a recuperação do fluxo sanguíneo o mais rápido possível, evitando lesões irreversíveis e o óbito, o reconhecimento inicial e imediato dos sintomas são essenciais para redução da taxa de mortalidade.

Segundo Guimarães, Orlando e Falcão (2009) a apresentação clínica pode ser bastante diversa. Cerca de 75% a 85% dos pacientes apresentam dor torácica como sintoma predominante, trata-se de dor geralmente prolongada com duração superior a vinte minutos, porem em alguns pacientes particularmente idosos, o IAM manifesta-se clinicamente não por dor torácica, podem apresentar fraqueza e ou síncope.

Atualmente as pessoas estão mais expostas pelo estilo de vida que estão vivendo, os fatores predisponentes para o IAM são “tabagismo, hipertensão, diabetes, obesidade, sedentarismo, colesterol e triglicerídeos acima do normal depressão e ansiedade”. (BRANDÃO, AMODEO E NOBRE, 2012, p.11). Fator que podem ser evitados com um estilo de vida saudável e de qualidade deve mudar os hábitos evitando o sofrimento e adoecimento. Dados do Ministério da Saúde de Brasil, 2012, 300 mil casos IAM - 84.945 mortes, (50% extra-hospitalar), mortalidade em internados com IAM no SUS/ Brasil, 2007: 16,1%. No sistema privado <5%.

A escolha deste tema deu-se devido os inúmeros atendimentos que realizei e vivenciei quando atuava no Serviço Móvel de Urgência (SAMU), USB, e na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, dos relatos que ouvi dos pa-

cientes sobre o primeiro atendimento e suas fragilidades. O enfermeiro deve estar preparado para realizar o primeiro atendimento e o reconhecimento dos sinais e sintomas do IAM que são essenciais para salvar vidas, principalmente aos pacientes que apresentam sintomas atípicos.

Para o desenvolvimento deste estudo foi elencado como objetivo geral a importância da atuação do enfermeiro na identificação precoce do paciente com Infarto Agudo do Miocárdio na Unidade Básica de Saúde (UBS). Como objetivo específico evidenciar a assistência do enfermeiro na classificação de risco e triagem para identificação dos pacientes com Infarto Agudo do Miocárdio.

Sendo assim, a assistência prestada pelo enfermeiro no primeiro atendimento do IAM é essencial para diagnóstico e tratamento precoce, diminuindo a incidência de sequelas e consequentemente salvando vidas.

2 METODOLOGIA

Para este estudo, seguiu como estratégia metodológica, a revisão bibliográfica, com caráter qualitativo, buscando descrever a complexidade do tema abordado, suas implicações sob o ponto de vista da bibliografia encontrada. A pesquisa qualitativa constitui “[...] uma propriedade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo com suas naturezas”. (MEZZAROBBA APUD BONAT, 2009, p. 110).

A pesquisa bibliográfica trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. É um apanhado geral capaz de fornecer informações atuais e relevantes sobre o tema. Além de fazer, uma análise minuciosa das fontes documentais que servem como suporte a investigação (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A coleta de dados foi realizada a partir de uma busca no Banco de Dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e da Scientific Library Online (SCIELO). A busca foi realizada com os seguintes filtros limitadores: idioma português, artigos, dimensão humana, texto completo.

Utiliza os seguintes descritores: Infarto Agudo do Miocárdio; Atuação do Enfermeiro, Assistência de Enfermagem. Obteve-se um total de 15 materiais científicos na íntegra, presentes em publicações online. Após leitura detalhada destes artigos, foram descartados aqueles que não apresentavam o assunto relacionado ao tema ou objetivo deste estudo, que não estavam publicados na língua portuguesa do Brasil.

Segue artigos utilizados na análise dos dados descritos na tabela 1.

Tabela 1 – Artigos científicos selecionados das Bases de Dados BVS, LILACS e SCIELO

Nº	TÍTULO	AUTOR	ANO	FONTE/REVISTA
1	Biblioteca Virtual de Saúde de Ministério da Saúde/Ataque Cardíaco	BRASIL, Ministério da Saúde.		BVS/ Rev.Bvsms saúde
2	Mortalidade por infarto agudo do miocárdio no Brasil e suas regiões geográficas: análise do efeito da idade-período-coorte	SANTOS, J. dos et al.	2018	BVS/ Rev. Ciência & Saúde Coletiva
3	Avaliação do retardo pré-hospitalar no cuidado ao Infarto Agudo do Miocárdio no Centro Oeste de Minas Gerais, Brasil	SILVA, Paulo Rafael Fonseca et al.	2018	BVS/ Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ
4	IV Fórum do Plano de Enfretamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT no Brasil – 2014	BRASIL, Ministério da Saúde.	2015	BVS/ Rev.Bvsms saúde
5	Análise de conteúdo	L. BARDIN	2014	BVS/ Edições 70 Ltda
6	Hipertensão	A. BRANDÃO, C. AMODEDO; F. NOBRE	1977	Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ
7	Infarto Agudo do Miocárdio é a primeira casa de morte no país, revela dados do DATASUS	BRASIL. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde DATASUS	2012	BVS/ Elsevier.
8	Pacientes com Infarto Agudo do Miocárdio e os Fatores que Interferem na Procura de Emergência: Implicações Para a Educação em Saúde	FRANCO B. RABELO E. R. GOLDEMEYER S. SOUZA E	2014	SCIELO/ Rev. Latino-am Enfermagem

9	Guia Prático de UTI da AMIB	GUIMARÃES H.P. ORLANDO J.M.C. FALCÃO L.F.R.	2008	BVS/ Atheneu
10	Fundamentos de metodologia científica	LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A	2009	BVS/ Atlas
11	Atribuições do enfermeiro frente ao paciente com suspeita de infarto Agudo do Miocárdio admitido em uma Unidade de Pronto atendimento: Uma revisão de literatura.	NUNES, Bruna Xavier et al.	2003	BVS/ Revista Científica FacMais
12	Atuação da enfermagem ao paciente com infarto agudo do miocárdio (IAM).	SANTOS, ASS; CESÁRIO, JMS	2018	BVS/ Revista Recien
13	Manual de metodologia de pesquisa no direito	MEZZAROBBA O; MONTEIRO, C.	2019	LILACS/ Saraiva
14	Acolhimento e Resolubilidade das Urgências na Estratégia Saúde da Família	FARIAS, D. C.; CELINO, S. D. M.; PEIXOTO, J. B. S.; BARBOSA, M. L.; COSTA, G. M.	2009	BVS/ Rev. Brasileira de Educação Médica
15	O conhecimento sobre parada cardiorrespiratória dos enfermeiros que atuam na atenção básica	AMADOR, S. D. L. T. et al.;	2015	BVS/ Rev científica de Enfermagem

Fonte: Autora da pesquisa, 2020.

Escolhido como método para Análise dos Dados, a Análise de Conteúdo de Bardin. Para Bardin (2007) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos. Assim, a análise de conteúdo compreende técnicas de pesquisa que permitem, de forma sistemática, a descrição das mensagens e das atitudes atreladas ao contexto da enunciação, bem como as inferências sobre os dados coletados.

A partir da leitura dos artigos, e revisão das fontes da pesquisa levando em considerações os objetivos do estudo, procurou identificar a atuação do enfermeiro no primeiro atendimento do quadro de IAM, para assim contribuir para redução da taxa de mortalidade. A análise e resultados são apresentados por categorização.

3 ANÁLISE E RESULTADOS

As informações obtidas nas referências bibliográficas foram organizadas e categorizadas a partir da leitura e releitura destas, como propósito de destacar os núcleos temáticos representados nos estudos ou frase referente ao objetivo de acordo com a semelhança de significados formando assim categorias de análise apresentadas.

O Infarto Agudo do Miocárdio é uma complicação cardíaca com grande incidência de casos no país. A análise é apresentada por momentos de análise e subdividida em categorias. São elas: Identificação de Sinais e Sintomas pelo Enfermeiro; e a atuação do Enfermeiro no IAM.

Primeiro momento da análise: Identificação de Sinais e Sintomas pelo Enfermeiro

Nesta categoria serão apresentados os dados que evidencia a Identificação dos pacientes com sintomas de Infarto Agudo do Miocárdio pelo profissional enfermeiro.

Os sintomas do Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) mais comuns são: sudorese, náuseas e vômitos, dor no peito, dormência nos braços e ardência. Identifica-se que muitas pessoas demoram a reconhecer os sintomas do infarto e com isso há um atraso para procurar a emergência. Os profissionais de enfermagem devem cada vez mais desenvolver ações educativas e intervenções para que o conhecimento dos sintomas chegue ao acesso da comunidade. Conhecer os sintomas e procurar a emergência pode ser crucial para salvar uma vida (FRANCO et al., 2008).

A identificação do IAM é de suma relevância, pois qualquer atraso na prestação de socorro da Unidade Básica de Saúde (UBS) pode ser fatal. O principal sintoma descrito pelos pacientes é dor ou desconforto peitoral, que chega a irradiar para outras partes do corpo, como: as costas, rosto, braço esquerdo e raramente para o braço direito. Essa sensação é acompanhada por outros sintomas como: suor frio, palidez, falta de ar, sensação de desmaio. É importante que o atendimento a pessoa que está sofrendo um IAM seja rápido e eficaz, pois trata-se de uma emergência (BRASIL, 2018).

O diagnóstico diferencial mais difícil está entre IAM com ECG normal e TEP. Há certa dúvida entre os procedimentos a serem adotados como indicar a angio-tomografia ou o cateterismo cardíaco. Para enfrentar a dificuldade do diagnóstico o histórico clínico e os fatores de risco que desencadearam o IAM devem ser considerados. São fatores de risco: O sedentarismo, a Diabetes, a hipertensão, complicações cardiovasculares e a presença de diversas outras patologias, principalmente, as crônicas (SILVA et al. 2015).

O enfermeiro é importante na identificação dos sintomas, pois na maioria

dos casos é o primeiro profissional a ter contato com o paciente com quadro de IAM. O conhecimento desses sintomas pode levar ao diagnóstico rápido que levará a intervenções eficazes, por isso enfermeiro exerce funções relevantes, pois é capacitado para fazer a triagem e prestar auxílio médico caso seja necessário realizar intervenções emergenciais, concretiza-se os cuidados de enfermagem durante a internação e com o acompanhamento do paciente após esse período hospitalar (SANTOS, CESÁRIO, 2019).

Diante do apresentado pelos autores, destaca-se que os principais sintomas são a dor ou aperto no peito, dormência, ardência, vômitos e náuseas e extensão da sensação para costas, rosto e braços. Ressalta-se que doenças preexistentes como hipertensão, obesidade, diabetes e doenças crônicas, são consideradas fatores de risco a serem observados pelo profissional enfermeiro. O atendimento rápido e oportuno no momento que o paciente entra no serviço é o que pode garantir a vida do mesmo.

Segundo momento da análise: Atuação do Enfermeiro no IAM

Apresenta-se como a segunda categoria, conforme análise a atuação do enfermeiro no primeiro atendimento do Infarto Agudo Miocárdio. Os profissionais enfermeiros assumem um importante papel em quadros de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), pois são os responsáveis por desenvolver a intervenção e as ações educativas junto aos pacientes, familiares e comunidade.

O diagnóstico de enfermagem pode ser o elemento essencial para a identificação precoce de predisposição ao infarto, visto que a prática educativa é a principal estratégia de promoção à saúde. Por isso que o acompanhamento e cuidado com pacientes que apresentam fatores de risco podem evitar o desenvolvimento de problema cardiovascular que leve o indivíduo a ter um IAM (FRANCO et al., 2008).

A equipe de enfermagem tem a missão de intervir e prestar assistência de qualidade e com máxima rapidez diante de uma suspeita de IAM, tudo isso para minimizar os danos que um infarto pode causar no paciente, diminuindo o risco de sequelas e até mesmo do óbito. O profissional enfermeiro deve levar em consideração os fatores de riscos presentes no paciente como: o sedentarismo, sobrepeso, obesidade, HAS, histórico familiar, estresse, dislipidemia, tabagismo, diabetes, infecção, IAM anterior, Arritmias graves e o Choque Cardiogênico.

Uma equipe de enfermagem bem preparada não terá dificuldades de prestar o primeiro atendimento, pois sabe que deverá realizar: Anamnese breve, verificar os Sinais Vitais, Acesso venoso, Oxigenação/Ventilação, realizar ECG, solicitar exames, fazer a monitorização cardíaca, e colocar o paciente em repouso no leito, em ambiente calmo e tranquilo (NUNES et al. 2018).

O papel do enfermeiro é amplo diante de casos de IAM, já que é de sua responsabilidade promover as orientações sobre a prevenção até os cuidados finais em pacientes que estão em recuperação. Nesse sentido, o enfermeiro deve obter conhecimento técnico e científico, pois indivíduos que apresentam IAM precisam de intervenções emergenciais para que o quadro não evolua. O paciente infartado necessita dos cuidados do enfermeiro para evitar complicações, pois na maioria dos casos o enfermeiro é o primeiro a ter contato e será o profissional que identificará a presença de sinais e sintomas que evidencie o diagnóstico (SANTOS; CESÁRIO, 2019).

A atuação do enfermeiro com pacientes de IAM com doenças crônicas deve ser diferenciada, pois cabe o profissional de enfermagem transmitir orientações sobre os fatores de risco, os cuidados com a predisposição ao infarto e o acompanhamento do tratamento do paciente. É importante destacar que a educação permanente em saúde é um importante papel do enfermeiro na atuação com paciente de IAM, pois bons hábitos e cuidados deveram ser incentivados.

A atuação do enfermeiro no atendimento ao paciente que apresenta o Infarto Agudo do Miocárdio torna-se primordial para que sejam feitas as intervenções adequadas. Destacam-se uma série de procedimentos como: Anamnese breve, Sinais Vitais, Acesso venoso, Oxigenação/Ventilação, Realizar ECG, Solicitar exames, Monitorização Cardíaca, Repouso no Leito e permanência do paciente em ambiente calmo e tranquilo. É papel da equipe de enfermagem prestar um atendimento focado na rapidez e na qualidade, a fim de minimizar os danos causados pela lesão cardiovascular, diminuindo a possibilidade de sequelas e risco de morte (NUNES et al. 2018).

O enfermeiro é responsável por funções essenciais da prevenção até o atendimento pré e intra hospitalar, é necessário que possua conhecimento científico e técnico para que demonstre competência nos casos de IAM e evitar complicações causadas pela doença no paciente. A assistência do enfermeiro em pacientes que apresentam quadro de IAM é significativa na evolução e melhora dos danos, o que ajuda de forma positiva na fase de recuperação (SANTOS, CESÁRIO, 2019).

A satisfação do atendimento de enfermagem prestado ou recebido se mostrou um fator preponderante para a recuperação do paciente, bem como o diagnóstico precoce e o acompanhamento após a internação. A rapidez no atendimento é considerada o maior determinante no prognóstico de pacientes, por isso cada vez mais os enfermeiros devem estar preparados para fazer o acolhimento e as intervenções para salvar vidas e diminuir as possíveis sequelas decorrentes do IAM (SILVA et al., 2015).

Segundo Amador et al. (2012), é comum que profissionais atuantes na atenção básica (AB) entendam que situações de urgência e emergência não devem ser tratadas ou estabilizadas na unidade básica de saúde, direcionando o atendi-

mento para o nível intermediário e/ou de média e alta complexidade, acarretando em demandas desnecessárias para estes serviços. No entanto situações de urgência e emergência na AB fazem parte do acolhimento à demanda espontânea de uma unidade de saúde, sendo uma situação inesperada que exige condutas de atendimento imediato, acolhimento específico e profissionais devidamente capacitados (FARIAS et al., 2015).

A PNAB/2017 ressalta a responsabilidade da AB no acolhimento através da avaliação de risco e vulnerabilidades, garantindo uma escuta qualificada e comprometida, bem como um processo de trabalho organizado a fim de permitir que casos com instabilidades clínicas, agudas ou crônicas tenham prioridade no atendimento, assegurando um suporte adequado até a transferência do indivíduo para outros pontos de atenção se necessário, assegurando a integralidade da atenção. É necessário que, através da avaliação inicial do paciente, a equipe de enfermagem responsável pelo primeiro acolhimento, seja capaz de reconhecer o risco da situação, bem como reconhecer a realidade do seu território, o fluxo dos serviços de urgência e emergência do município (FARIAS et al., 2015).

Nesse sentido, percebe-se nos artigos estudos que o conhecimento técnico para assistência ao paciente é um diferencial no atendimento do enfermeiro, afinal do primeiro diagnóstico de enfermagem até o tratamento efetivo da IAM, o enfermeiro torna-se essencial na diminuição do risco de morte e sequelas, caso o atendimento seja feito de forma precoce. O primeiro atendimento feito ao paciente infartado pelo enfermeiro é determinante para minimizar os danos sofridos pelo IAM. A identificação de sinais e sintomas de forma precoce pode evitar sequelas e até mesmo o óbito, o que torna o enfermeiro profissional técnico capacitado para realizar o atendimento e a intervenção primária de forma acolhedora e emergencial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura e de análise de artigos, foi possível evidenciar que a atuação do profissional enfermeiro é primordial para o atendimento ao paciente com quadro de Infarto Agudo do Miocárdio. O diagnóstico de enfermagem feito de forma precoce pode salvar vidas e evitar sequelas irreversíveis, o enfermeiro deve fazer um atendimento acolhedor e identificar os sinais e sintomas descritos por este estudo como: dor ou desconforto na região peitoral, podendo irradiar para as costas, rosto, braço esquerdo e, raramente, o braço direito, sudorese, náuseas e vômitos, dormência nos braços e ardência.

O papel do enfermeiro com o paciente de IAM deve reunir o bom desempenho nas relações interpessoais com o paciente e com os demais membros da equipe, além de aliar os conhecimentos técnicos e científicos ao processo de assistência humanizada. O trabalho do enfermeiro é capaz de transmitir tranquilidade,

confiança e segurança ao paciente que está em situação de vulnerabilidade. É importante destacar que a presença de fatores de risco deve ser identificada pelo enfermeiro no momento do diagnóstico, esses fatores são: a obesidade, sedentarismo, hipertensão, diabetes, doenças cardíacas entre outras doenças crônicas. Ressalta-se que a educação permanente à saúde deve ser empregada para o paciente com IAM, o enfermeiro é responsável por passar as orientações e ensinar o paciente como lidar com o tratamento e com os cuidados a serem tomados. Por fim, destaca-se que atuação do enfermeiro na US torna-se fundamental para o bom resultado do quadro de Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), pois o diagnóstico precoce, a identificação de sinais, sintomas e fatores de risco, o acompanhamento do tratamento e a educação permanente em saúde da equipe, são elementos indispensáveis que irão refletir na recuperação do paciente com IAM.

REFERÊNCIAS

AMADOR, S. D. L. T. et al.; O conhecimento sobre parada cardiorrespiratória dos enfermeiros que atuam na atenção básica. **Rev científica de Enfermagem**, v. 1, n. 4, p. 16-20, jan. 2012. Disponível em: <<https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/33/64>>. Acesso em: 26/11/2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda., 1977.

BRASIL. **Ataque cardíaco** (Infarto) Agosto de 2018. Disponível em <<https://bvs.ms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2779-ataque-cardiaco-infarto>> acesso em 20/05/2020.

BRANDÃO A. A. AMODEDO C. NOBRE F. **Hipertensão**, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BRASIL. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde DATASUS**. 2014. Disponível em <<http://datasus.saude.gov.br/noticias/atualizacoes/559-infarto-agudo-do-miocardio-e-primeira-caoa-de-mortes-no-pais-revela-dados-do-datasus>> acesso em 20/05/2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ataque Cardíaco**. Biblioteca Virtual de Saúde. Brasília. 2018.

FARIAS, D. C.; CELINO, S. D. M.; PEIXOTO, J. B. S.; BARBOSA, M. L.; COSTA, G. M. C.; **Acolhimento e Resolubilidade das Urgências na Estratégia Saúde da Família**. Rev. Bras. educ. med. [online], vol.39, n.1, p.79-87, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v39n1e00472014>>. Acesso em: 23/11/2020.

FRANCO B. RABELO E. R. GOLDEMEYER S. SOUZA E. N. **Pacientes com Infarto Agudo do Miocárdio e os Fatores que Interferem na Procura de Emergência**: Implicações Para a Educação em Saúde, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v16n3/pt_13.pdf acessado dia 25/05/2020.

IV Fórum De Plano De Enfrentamento Das Doenças Crônicas Não Transmissíveis – DCNT no BRASIL. 2014. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/images/pdf/2014/agosto/18/1---AVC--IAM-e-DRC---Fogolin-OK.pdf>> acesso em 29/06/2020.

GUIMARÃES H.P. ORLANDO J.M.C. FALCÃO L.F.R. **Guia Prático de UTI da AMIB**. São Paulo: Atheneu, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 4º ed. São Paulo: Atlas. 2003.

MEZZAROBBA O; MONTEIRO, C. Manual de metodologia de pesquisa no direito. Saraiva. 1º ed. São Paulo. 2009

NUNES, Bruna Xavier et al. Atribuições do enfermeiro frente ao paciente com suspeita de infarto Agudo do Miocárdio admitido em uma Unidade de Pronto atendimento: Uma revisão de literatura. **Revista Científica FacMais**, Volume. XII, Número 1. Abril. Ano 2018. Disponível em: <<https://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2018/06/7.-ATRIBUI%C3%87%C3%95ES-DO-ENFERMEIRO-FRENTE-AO-PACIENTE-COM-SUSPEITA-DE-INFARTO-AGUDO-DO-MIOC%C3%81R-DIO-ADMITIDO-EM-UMA-UNIDADE-DE-PRONTO-ATENDIMENTO-UMA-REVIS%C3%83O-DA-LITERATURA.pdf>>. Acesso em: 10/11/2020.

SANTOS, JULIANO dos et al. **Mortalidade por infarto agudo do miocárdio no Brasil e suas regiões geográficas**: análise do efeito da idade-período-coorte. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2018, v. 23, n. 5 [Acessado 13 Julho 2020], pp. 1621-1634. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.16092016>>. Acesso em 29/06/2020.

SANTOS, ASS, CESÁRIO, JMS. **Atuação da enfermagem ao paciente com infarto agudo do miocárdio** (IAM). São Paulo: Revista Recien. 2019; 9(27):62-72. Disponível em: <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/303/pdf_1>. Acesso em 10/11/2020.

SILVA, Paulo Rafael Fonseca et al. Avaliação do retardo pré-hospitalar no cuidado ao infarto agudo do miocárdio no Centro Oeste de Minas Gerais, Brasil. Universidade Federal de São João Del Rei – UFSJ. Divinópolis. 2015. Disponível em: <<http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/1811>>. Acesso em: 10/11/2020.

VIVÊNCIAS NO COVAITE: CONGRESSO VIRTUAL ARGENTINO E IBERO-AMERICANO DE TECNOLOGIA E EDUCACION

¹Arceloni Neusa Volpato

²Andreia de Bem Machado

³Rosangela Martins Carrara

RESUMO

No ano de 2020 a pandemia irrompeu abruptamente no planeta ocasionada pela disseminação do SARS 19 que provoca a doença COVID-19. O isolamento social e o uso de máscaras passaram a integrar a narrativa de todas as pessoas em todos os cenários e em todas as atividades. Disrupção total do que era tido como normal até a transição pandêmica. Na área da Educação não foi diferente. Todas as atividades que envolviam pessoas reunidas precisaram ser redimensionadas nas suas estratégias e metodologias. Os congressos tiveram que ser readequar e assim usar as tecnologias da informação e comunicação para o planejamento e execução deles. Os eventos migraram para a digitalidade e uma série de lives alavancou encontros temáticos. Neste cenário tivemos a terceira edição do Congresso virtual Argentino e iberoamericano de tecnologias da educação - COVAITE. Neste cenário, esta pesquisa busca mapear as experiências vivenciadas no Congresso Virtual Argentino e Iberoamericano de Tecnologia e Educação – COVAITE a partir de sua programação, da análise de quatro conferências magistrais e de seus anais.

Palavras-chave: Educação; Congresso Virtual; Covaite.

ABSTRACT

In the year 2020 the pandemic broke out abruptly on the planet caused by the spread of SARS 19 that causes the disease COVID-19. Social isolation and the use

¹ Arceloni Neusa Volpato. Dr em Linguística UFSC. Coordenadora do Mestrado Profissional em Práticas Transculturais Unifacvest. Presidente da ALAC. Vice Presidente da GEL Brasil / Índia. Membro do Conselho Consultivo da FAI Índia. Embaixadora da CWSIR na América Latina..

² Andreia de Bem Machado, Dr em Engenharia e Gestão do Conhecimento UFSC. Professora da Faculdade Municipal de Palhoça FMP. Secretária da Associação latinoamericana de Ciência e Tecnologia ALAC. Revisora da Revista Araucária e da Tropeiro

³ Rosangela Martins Carrara. Dr em Ciências da Educação UAA. Vice Presidente da ALAC. Revisora da Revista Entrevero e da Galha Azul.

of masks became part of the narrative of all people in all settings and in all activities. Total disruption of what was considered normal until the pandemic transition. In the area of Education, it was no different. All activities that involved people gathered needed to be resized in their strategies and methodologies. The congresses had to be readjusted and thus used information and communication technologies for their planning and execution. Events migrated to digitality and a series of lives leveraged themed meetings. In this scenario, we had the third edition of the Argentine and Ibero-American Virtual Congress on Educational Technologies - COVAITE. In this scenario, this research seeks to map the experiences lived in Argentine and Iberoamerican Virtual Congress of Technology and Education – COVAITE from its schedule, the analysis of four magisterial conferences, and the proceedings.

KEY WORDS: Education; Virtual Congress; Covaite.

1. AS PRIMEIRAS PALAVRAS

No ano de 2020, o mundo é estabilizado/parado/suspensão por uma pandemia e todos os setores da sociedade são afetados pelo Novo Coronavírus – COVID-19. Essa situação excepcional, não esperada pelos governantes das diferentes nações, exigiu adaptações rápidas severas a fim de preservar a saúde das pessoas. Todo o modo de funcionamento da sociedade foi afetado, o que provocou adaptações físicas, sociais e, sobretudo, emocionais, por parte de toda a sociedade.

Nesse cenário de adaptações tem-se os encontros científicos que tem grande relevância na comunidade científica. Os eventos acadêmicos têm importância elevada tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele. Conta a lenda acadêmica que publish or perish (publique ou pereça)! Produção é o resultado dos estudos e projetos desenvolvidos nas salas e laboratórios institucionais e que divulgam o novo conhecimento fruto destas investigações e construção de conhecimento. Naturalmente os eventos não são a única forma de divulgar este conhecimento. Os eventos acadêmicos são o loci de tanto apresentar a comunidade acadêmica as conquistas mais imediatas quanto a de tomar conhecimento com estas novas informações. E naturalmente é o espaço ideal de novas conexões, de entrosamento entre os cientistas da área.

Assim, nesse cenário pandêmico de 2020, o COVAITE evento de grande destaque acadêmico teve que se readaptar. Desde o seu nascimento ele traz um diferencial, nascido virtual desde a sua primeira edição, vem crescendo e agregando professores e pesquisadores da área e de seu entorno. Em outubro de 2020, durante 8 dias, 24 horas, estes interessados transitaram na plataforma

covaite.net acessando posters e apresentações orais pré gravadas; e na página do facebook, a partir do camarote do COVAITE, aconteciam as conferências magistrais solo e ou compartilhadas com até 5 conferencistas, ao vivo, somaram 60 sessões e 79 conferencistas de cinco continentes. Pioneiro na oferta de congresso virtual, idealizado pelo Professor argentino Ivan Artazza em 2015 quando não era nada comum pensar em eventos digitais. Na sua III edição cumpre o seu papel principal de reunir os cientistas e interessados da área e ser espaço para compartilhamento de saberes, assim como a geração de novos projetos. O COVAITE é descrito pelos seus participantes como o primeiro evento mundial, não se aplica o internacional pelo seu ineditismo de ação. Espaço multicultural que reuniu o que se sabe de educação e tecnologia até a sua edição e gerou dezenas de horas de conteúdo.

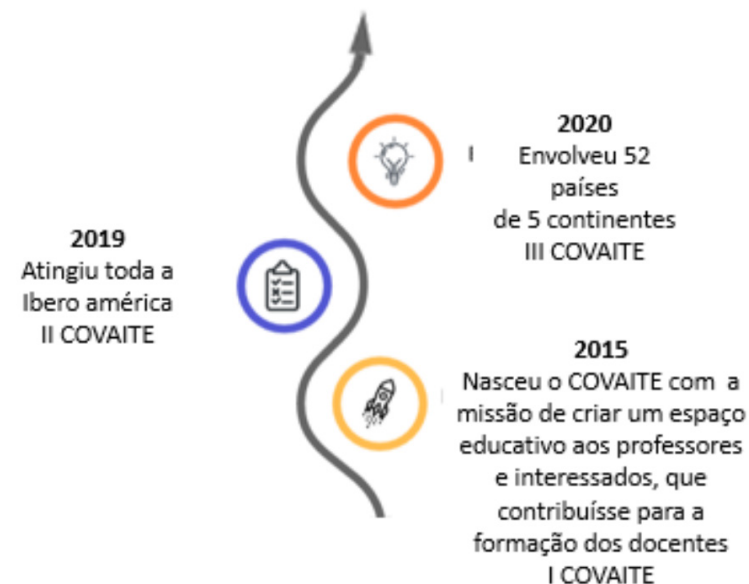
Nesse contexto, esta pesquisa busca mapear as experiências vivenciadas no Congresso Virtual Argentino e Iberoamericano de Tecnologia e Educação – COVAITE a partir de sua programação, da análise de duas conferências magistrais e de seus anais.

2. HISTÓRICO DO COVAITE

O COVAITE é um evento acadêmico; nasceu em 2015 na cidade de Aimagasta, uma importante cidade da Província de La Rioja, Argentina, idealizado pelo Professor Ivan Artazza, com a missão de criar um espaço educativo aos professores, que contribuísse a formação dos docentes, que por motivos diversos, que contemplam questões econômicas ou sociais inclusive, não tinham acesso a eventos ou capacitações específicas organizados nos grandes centros urbanos e propiciasse atualização de seus conhecimentos. O cenário de 2015 certamente não favorecia tais ações, o paradigma vigente era o presencial, quebra propiciada com a chegada abrupta da pandemia pelo SARS/covid e tornou corriqueira na nossa realidade nesta virada de década a participação em eventos em cidades, países distantes, difíceis de alcançar anteriormente por, mais uma vez, questões diversas: econômicas, calendários, questões sociais, econômicas, políticas. O cenário pandêmico fez alavancar inúmeros eventos em todas as áreas do conhecimento e ressignificou conceitos e projetos.

O COVAITE veio instalar na educação ibero-americana um novo conceito em matéria de congressos e eventos educativos, com a criação de um ecossistema digital baseado na colaboração voluntária mútua dos diversos países da América Latina, nas suas duas primeiras edições basicamente voltado aos países de língua espanhola. Tal evento vem ganhando destaque ao longo das edições em que é realizado, conforme a linha do tempo apresentada a seguir:

Figura 1- Linha do tempo COVAITE



Fonte: Elaborada pelos autores (2020)

O COVAITE surgiu e segue digital. Em julho de 2019, na sua segunda edição, celebra imenso sucesso, atingindo toda a ibero américa e, tendo como organizadores instituições da Argentina, da Colômbia e do México, ao compartilhar conteúdo educativo e tecnológico para a América do Norte, Central e Latina, Europa e África, com 27 conferências e quase uma centena de apresentações orais¹.

Na sua terceira edição o Brasil é convidado a colaborar na promoção do evento, em substituição a instituição mexicana, e com ele a língua portuguesa passa a ser também oficial do evento. A Universidad Tecnológica Nacional – Facultad Regional La Rioja - UTN.LR, através da representação do Prof. MSc Ivan Artazza - Argentina, da colombiana Instituto Tolimense de Formación Técnica Profesional – Universidad de Tolima - ITFIP, sem representação institucional, e da brasileira Centro Universitário - UNIFACVEST, representado pela Prof. Dra Arceloni Neusa Volpato formam o grupo gestor do evento que congrega indivíduos de 56 países, somando 1520 inscrições, com 492 interações, com mais de 200 mil acessos a página do facebook e 54.294 visitas a plataforma covaite.net, entre os dias 8 e 15 de

¹Toda a programação e respectivo conteúdo está disponível no site www.covaite.com.

novembro. Apresentou 60 sessões magistrais envolvendo 79 conferencistas de 11 países, incluindo Israel, Índia e Paquistão, que resultaram em assistência síncrona e 27.083 reproduções dos vídeos. 21 posters apresentados, sendo 14 do Brasil e 4 da Argentina. Contou com 29 apresentações orais envolvendo 12 países, envolvendo 3 continentes.

A entrada da Unifacvest no grupo organizador do evento propicia o rompimento das fronteiras, transcende os limites geográficos continentais, decorrente dos enlaces internacionais desta instituição, e expande-se aos cinco continentes entrosando cientistas, de línguas diferentes, de culturas variadas, mas com o mesmo interesse. O trabalho desenvolvido é extenso e implica no compartilhamento multicultural, abarca emoções e contempla equidade, desafia habilidades e competências dos profissionais imbricados. Estar no COVAITE, ser parte da comunidade COVAITE, é pertencer aos novos tempos da educação, é o trânsito constante em uma plataforma digital, é o contato permanente com a tradição e o compromisso da educação contemporaneizada, voltada ao enriquecimento de experiências individuais, grupais e comunitárias. Podemos ser falantes de línguas diversas, mas temos um interesse comum, a educação.

3.METODOLOGIA

Esse trabalho foi desenvolvido pela análise do discurso e análise de conteúdo. A análise do discurso como uma prática de análise do estudo linguístico. Consiste na análise da estrutura de um dado texto, seja ele verbal ou não-verbal, num determinado contexto político sócio-cultural onde vive o autor. Nos permite ir além de uma análise textual, abrangendo uma estrutura discursiva, num determinado espaço-tempo. Para Foucault em seu livro a Ordem do Discurso, a análise do discurso é uma construção das características provindas da sociedade em que o autor vive, emergindo daí o contexto dado a ser analisado. Dessa forma, o sentido do discurso estará atrelado a sociedade em que vive o autor. O discurso pode também ser imagético – ou estético, de modo mais inteirado à teoria. O conceito de sensibilidade inserido é definido pelo sujeito que, ao longo da experiência vivida nessa pandemia, como família, professor, gestor, entre outros se viram frente ao desafio de educar a partir do momento no qual se iniciou o isolamento social.

O discurso estético carrega o mesmo ímpeto ideológico do verbal. No entanto, por se tratar de algo mais pontual, e atingir esteticamente o sujeito, flui no discurso. Para isso, serão considerados, nesta análise, considerando o sentido como um elemento importante, porém, não fixo e relativo, o contexto variável, a estética observada, a ordem atribuída e o formato de construção, considerado no tempo-espaço do ano de 2020 – a Pandemia.

Para fortalecer o objetivo do discurso, buscou-se com a análise do conteúdo a expressão do sujeito por categorias de unidade de texto, inferindo uma

expressão que a representem. Para Bardin a análise do conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”. (1977, p.42)

Nesse trabalho juntou-se o sentido estético da análise do discurso as categorias representativas da análise do conteúdo e assim encontrar “uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados; [...] codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalências definidas, a partir das significações, [...] em função do julgamento do codificador [...] o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa”. (PÊCHEUX, 1992, p. 65)

A análise categorial é o tipo de análise mais antiga e na prática a mais utilizada. “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. (BARDIN, 1977, p.153). Poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto, classificando-os em categorias pelo o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento, denominado assim de análise categorial. Se compõe de três etapas:

- 1) a pré - análise: a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação;
- 2) a exploração do material: os dados são codificados a partir das unidades de registro;
- 3) o tratamento dos resultados e interpretação: a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns.

Bauer afirma que a “análise de conteúdo trabalha tradicionalmente com materiais textuais escritos” (2002, p. 195). E que existem dois tipos de textos que podem ser trabalhados: os textos produzidos em pesquisa, através das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação, e os textos já existentes, produzidos para outros fins, como os textos produzidos para apresentação dos conferencistas no III COVAITE.

Dessa forma, encontramos na análise do discurso o corpus de arquivo – o material produzido pelos autores-conferencistas no qual buscaremos o sentido da análise e com a análise do conteúdo a materialidade linguística, através das condições empíricas do texto, estabelecendo as categorias para sua interpretação.

4. CONGRESSO VIRTUAL ARGENTINO E IBEROAMERICANO DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

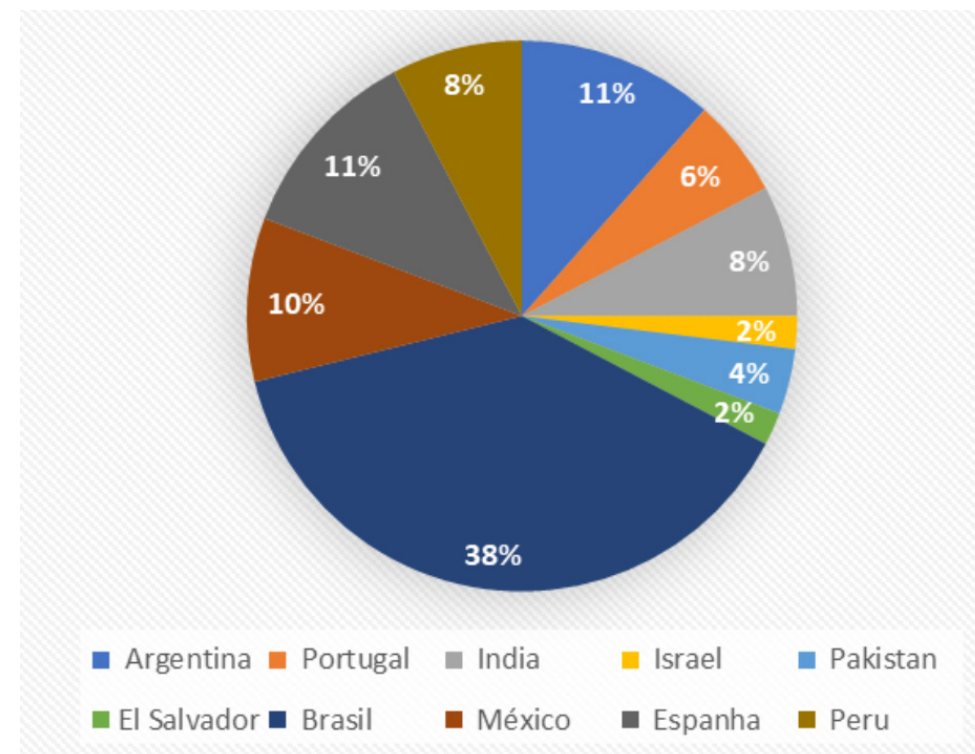
Nesse trabalho apontou-se através das conferências magistrais do III COVAITE evidências e pesquisas analisadas pelos países participantes nas 60 conferências magistrais envolvendo 79 conferencistas dos cinco continentes. Foram tratadas nestas apresentações o conhecimento acumulado do que se sabe sobre educação até a presente data, incluindo as experiências recentes decorrentes das mudanças que a pandemia 2020 tem causado. Trabalhos focaram por exemplo a educação superior na América Latina e Caribe sobre políticas públicas e inovações educacionais para atender a pandemia com estratégias e respostas que se desenvolveram nas instituições educativas com propostas de revisão da educação superior no sentido de superar a pandemia causada pelo COVID-19.

Utilizou-se para isso as categorias elencadas políticas públicas e inovação educacional, subtraídas dos temas delimitadores dos trabalhos apresentados. Conforme proposta por Bardin (1977), na fase de pré-análise, elaborou-se a problemática do estudo: *quais experiências vivenciadas no Congresso Virtual Argentino e Iberoamericano de Tecnologia e Educação-III Covaite?*

Para responder a essa questão, optou-se por trabalhar com o banco de dados do congresso (<https://covaite.net/pt/comecar/>), considerado o local onde foi condensado todas as informações relevantes para essa pesquisa. O evento III COVAITE realizou-se no mês de novembro de 2020, e as informações ali contidas serviu como fonte de pesquisa, e a partir daí definiu-se alguns critérios como delimitação da pesquisa.

Na fase de exploração do material, realizou-se um recorte temporal para o ano de 2020, ano de pandemia do COVID-19, onde o isolamento social foi a medida para conter a expansão do coronavírus. O Brasil participou do III COVAITE como promotor, através do Centro Universitário UNIFACVEST, juntamente com outras instituições, a saber: a instituição argentina UTN La Rioja e a colombiana ITFIP. A língua oficial do evento foi: portuguesa e espanhola, posteriormente a inglesa. Participaram nas conferências magistrais 10 países: Argentina, Portugal, Índia, Israel, Pakistan, El Salvador, Brasil, México, Espanha e Peru, conforme a representatividade elencada no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Países dos conferencistas

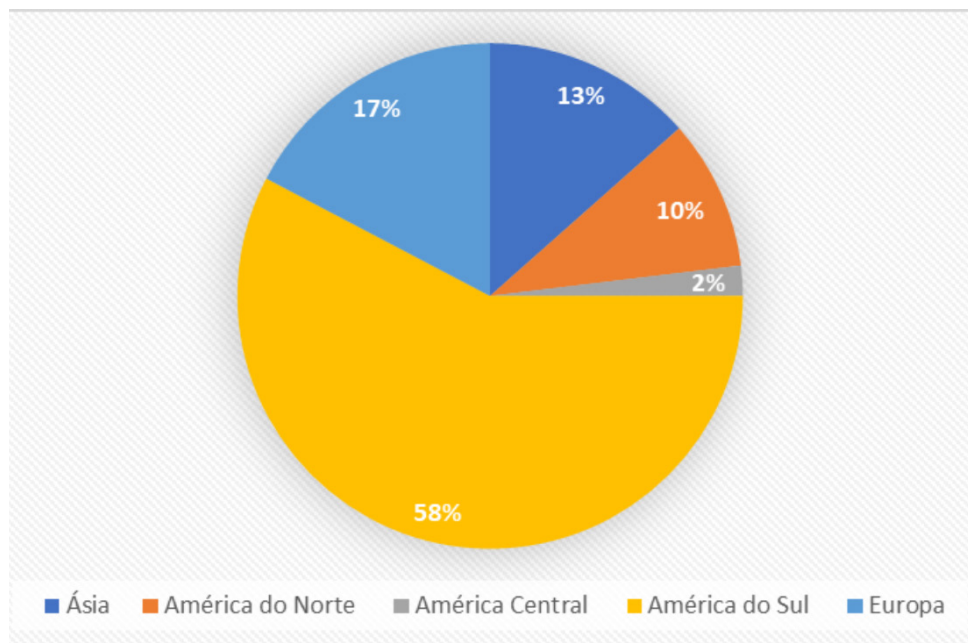


Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

O Brasil representado em primeiro lugar com 38% de participação, com 20 palestras nas mesas magistrais, em segundo lugar Argentina e Espanha com 6 palestras representando 11% de participação nas Conferências Magistrais.

Com essas conectividades realizadas no mundo inteiro, o evento tomou a proporção de evento planetário, assim com todo o crescimento a língua inglesa foi associada. Assim foi um congresso trilingue, gratuito e democrático, acessível. Nesse contexto tivemos representativa nas conferências magistrais de cinco continentes: Ásia, América do Norte, América Central, América do Sul e da Europa, conforme gráfico a seguir com a representativa continental dos conferencistas:

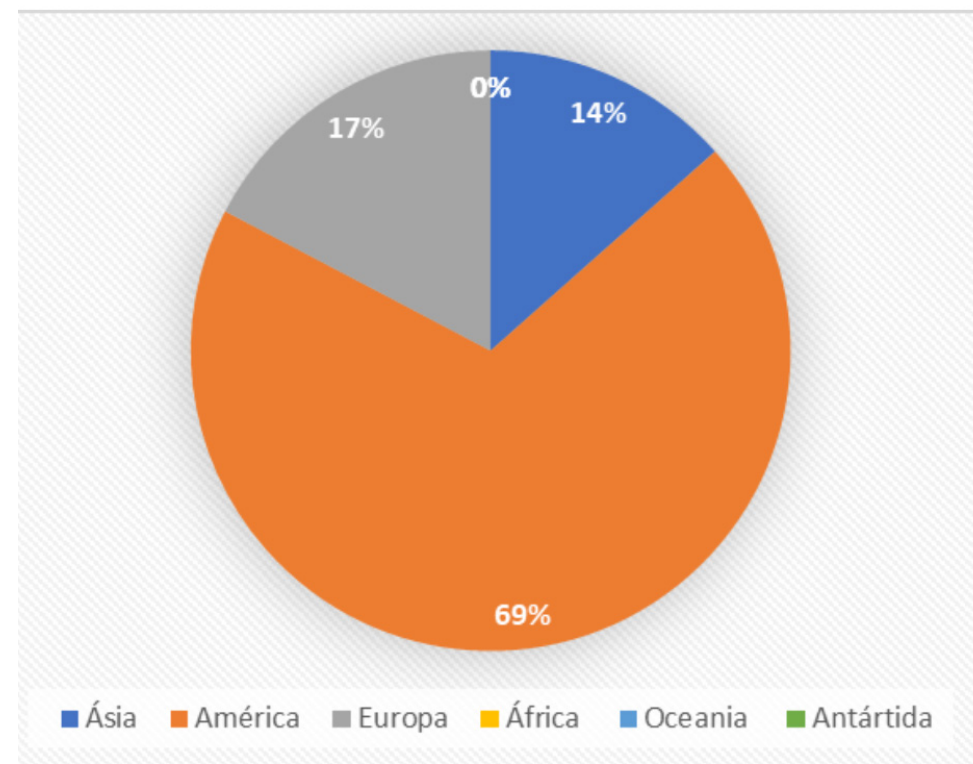
Gráfico 2: Representativa continental dos conferencistas



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Na representatividade dos continentes, se destaca em primeiro lugar a América do Sul com 58% da representativa nas Conferências Magistrais, sendo 6 representantes conferencistas da Argentina, 20 do Brasil e 4 do Peru. Em segundo lugar a Ásia com 17% de representatividade nas Conferências Magistrais, representado por 4 conferencista da Índia, 1 de Israel e 2 do Pakistan. Em terceiro lugar a Europa com 13% de representatividade nas Conferências Magistrais, representado por 3 conferencistas de Portugal e 6 Espanha. E quarto lugar América do Norte com 10% de representatividade nas Conferências Magistrais, ou seja, 5 representantes conferencistas. Já em quinto lugar com 2% América Central, ou seja, 1 representante de El Salvador palestrante magistral. Dos seis continentes do nosso globo terrestre, ou seja, Ásia, América (sul, norte e central), África, Europa, Oceania e Antártida, a representatividade maior foi das Américas com 69%, conforme gráfico 3, a seguir:

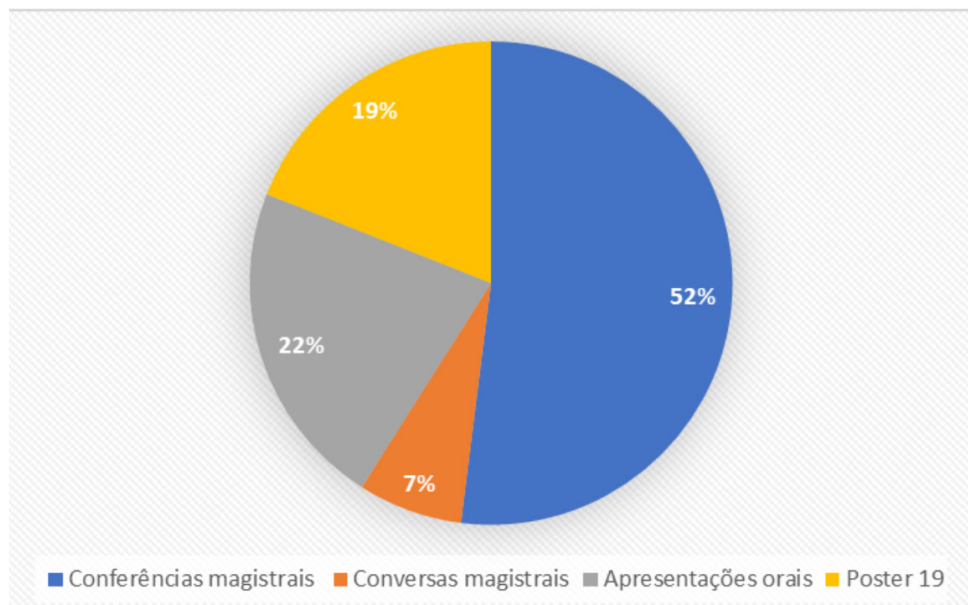
Gráfico 3: Representativa no mundo



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Os únicos continentes que não tiveram representatividade nas palestras magistrais foram África, Oceania e Antártida, porém tivemos participantes que estavam conectados assistindo as Conferências Magistrais, as conversas magistrais, apresentações orais e poster. As conferências magistrais foram a maior representatividade com 52% e em segundo lugar com 22% aparecem as apresentações orais realizadas no III COVAITE, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4: Representativa de trabalhos



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Já no tratamento dos resultados e interpretação, elencou-se os temas trabalhados no congresso que foram representados por diferentes linhas temáticas que vinculam Educação e Tecnologia, como explicitado a seguir:

- Experiências de intercâmbio educacional internacional
- Recursos didáticos e tecnológicos aplicados à educação
- Experiências de sala de aula com TIC
- Projetos Institucionais com TIC
- Tecnologias móveis na educação
- Impressão 3D de realidade virtual aumentada
- Inclusão de acessibilidade e TIC
- Pesquisa na área de TIC e educação
- Educação virtual

Esses temas ligados a educação e a esses tempos de isolamento social, iniciou as reflexões acerca do uso das tecnologias no cenário educacional. O uso das tecnologias por jovens conectados as redes sociais e desligados de ferramentas tecnológicas atreladas a educação que causam uma vulnerabilidade social. Esses que frequentam o ensino superior que no ano da pandemia do COVID-19, tiveram

que fazer uso das ferramentas digitais no seu estudo diário.

Assim as sociedades tiveram que readaptar e reinventar os currículos e pensar em competências para pós pandemia, atreladas a competências híbridas, trabalhadas no contexto educacional através de um novo formato curricular atrelado as novas tecnologias, conforme afirmam Fantin; Rivoltella (2012, p. 82)

[...] embora a presença das tecnologias da informação e comunicação não seja algo novo, a inserção curricular da mídia-educação começou a ser mais discutida a partir de diversas pesquisas e experiências escolares com projetos desenvolvidos em escolas, por meio de diferentes formas previstas na autonomia escolar. No entanto, apesar da diversidade de experiências em mídia-educação no contexto escolar brasileiro, elas ainda não foram devidamente sistematizadas, pois na maioria das vezes são consideradas práticas isoladas [...].

Esse e outros discursos, destacaram-se nas conferências magistrais, como a apresentada por Carrara (2020) representante do Brasil com o tema Educação digital e construção de conhecimento. A autora partiu de uma pesquisa descritivo explicativo um estudo transversal numa escola de educação básica da rede pública com alunos do 8º ano do ensino fundamental. Buscou em sua pesquisa quais competências e habilidades tecnológicas - docentes e discentes, se constrói a partir da relação professor e aluno digital para a materialização do processo ensino aprendizagem na educação básica. Para isso analisou as competências e habilidades tecnológicas docentes e discentes, as metodologias utilizadas em sala de aula pelos professores que se apropriam das tecnologias da educação como ferramentas de ensino-aprendizagem.

Conclui que, devido a falta de infraestrutura básica, o laboratório de computação desativado e a falta de manutenção e de sinal de internet para as aulas, provocam uma fragilidade no uso de ferramentas tecnológicas, caracterizando uma prática da realidade superficial e desconectada, no lugar de uma prática compartilhada e interativa. O professor informa que não conta com suficientes recursos tecnológicos na escola, para um planejamento pedagógico e assinala a necessidade de capacitação docente para o uso dessas ferramentas. Dessa forma as tecnologias educacionais utilizadas são restritas ao uso do computador, a projetores e telefones celulares.

Na análise, continua Carrara, ao descrever as habilidades e conhecimentos tecnológicos que o aluno se apropria para a realização do processo de Ensino-aprendizagem, outra fragilidade se apresenta as habilidades e competências estão fortemente relacionadas com a autonomia do aluno e não com a influência da escola para gerar tais habilidades e competências. Diante disso, os professores sentem-se inseguros para usar esse artefato tecnológico, manifestando a falta de conhecimento, de conceitos tecnológicos. Mais ainda, enfatizam que a partir do uso da internet podem planejar melhor suas aulas com projetos de pesquisa,

com conteúdos vinculados ao planejamento pedagógico, no entanto, não sabem como fazê-lo, sem metodologias claras e precisas sobre o uso das tecnologias educacionais como ferramenta no processo Ensino-aprendizagem.

Identifica, em sua pesquisa, habilidades e competências tecnológicas que o docente precisa ter para ensinar o aluno digital, pelo estabelecimento de critérios para essa análise a divisão em blocos, o Docente e outro bloco o Aluno. No primeiro bloco – docente – os professores assinalam a importância de aprender a usar as tecnologias como ferramenta educativa, necessitando para isso de capacitação em serviço. No segundo bloco – aluno – os discentes apontam o que os professores precisam aprender, desde compreender o idioma digital, saber lidar com as ferramentas tecnológicas, o computador, saber jogar com o uso da tecnologia. Reclamam da ausência de sinal wifi em sala de aula e afirmam: *“Los maestros no saben cómo “manipular” los dispositivos que ofrece la escuela; En la escuela nada es tecnológico; Falta de conocimiento tecnológico de los docentes”*. Os alunos confirmam a falta de conhecimento do professor para o uso de ferramentas tecnológicas no processo ensino-aprendizagem e *“...que con la ausencia de Internet se convierten en artefactos tecnológicos sin vida. Los estudiantes enfatizan que el maestro necesita aprender a “jugar con las tecnologías”, necesitan entender el lenguaje virtual.”*

Com a proibição do uso de telefones celulares na escola, pode levar a um distanciamento nas relações interpessoais entre professor e aluno. Lucena (2015) sustenta que

tecnologías como “tabletas, teléfonos inteligentes, computadoras portátiles y otros dispositivos caben en la palma de la mano y se pueden cargar en cualquier lugar. El uso de dispositivos móviles en el entorno educativo permite la exploración de una gama ilimitada de acciones pedagógicas, lo que permite una amplia diversidad de actividades que los profesores y los estudiantes pueden realizar. (p. 27)

O mesmo afirma Mercado (2002), *“las nuevas tecnologías surgen con la necesidad de especializaciones de conocimiento, un nuevo modelo de educación, con el que puede desarrollar un conjunto de actividades con intereses didácticos-pedagógicos”* (p.13)

Carrara (2020) nessa pesquisa antecipa o conflito que resultou em 2020 através do isolamento social, nem professores, nem alunos estavam suficientemente preparados para o uso de ferramentas tecnológicas. Considerando que a tecnologia, os recursos e ferramentas tecnológicas são essenciais para a vida diária da escola, que a tecnologia está cada dia mais presente na vida diária das famílias, que a utilização de recursos tecnológicos contribui e motiva o aluno para aprender, que as tecnologias estão presentes nas relações que o sujeito estabelece dentro e fora da escola, a autora deparou-se na pesquisa, com uma escola débil em relação com a tecnologia.

Numa segunda conferência magistral, Claveria (2020) representando o Chile, com o tema *Educación 5.0: nuevos desafíos para el quehacer pedagógico y la formación docente*. Apresentou uma análise e reflexão da Educação 5.0 como horizonte do trabalho pedagógico de professores em ambiente virtual e remoto, bem como pós-pandemia. A sua aplicação à formação e prática docente como um desafio problemático, visto que requer previamente um exame epistêmico e metodológico dos conhecimentos necessários à sua implementação, para além dos dispositivos tecnológicos que concorrem no sistema educacional. Para a elaboração do estudo, segundo o autor, foi aplicada uma análise hermenêutica à literatura existente e à documentação encontrada na biblioteca e repositórios virtuais para o período de 1990 a 2020.

Claveria em sua pesquisa, aponta que a evolução da chamada Novas Tecnologias da Informação e comunicação -NTIC significou uma revolução nos últimos 40 anos, envolvendo todos os âmbitos da vida cotidiano, inclusive o sistema escolar, o fazer do professor e a aprendizagem do aluno. O desafio didático de integrar tecnologia em sala de aula não tem sido fácil para o professor, uma vez que a dificuldade supõe a novidade e o manejo das ferramentas tecnológicas não assumidas como um enfrentamento necessário pelo docente, que muitas vezes resiste a mudança de um mundo que para ele (professor) desconhecido, dinâmico e instável.

Nos últimos 40 anos, Claveria aponta para quatro enfoques educativos, baseados em J.Guzmán, F. Velázquez e M e López, A. (2020) estabelecido por educação 1.0, educação 2.0, educação 3.0, e educação 4.0, seguido da educação 5.0 e as práticas docentes em relação a tecnologia, o corpo como ferramenta, a ferramenta como extensão do corpo, a ferramenta como extensão da mente, ferramentas incorporadas ao corpo humano e a vida social. Em relação aos alunos, o autor aponta os professores, os alunos, aprendendo em cooperação e o conhecimento digitalizado. Em relação a formação docente e educação 5.0, é preciso repensar a educação do século XXI e seus objetivos: educar e orientar para enfrentar as incertezas e mudanças permanentes; educar e orientar para um conhecimento crítico e reflexivo do mundo social e cultural; educar e orientar para a compreensão de uma realidade que é multidimensional e complexa; educar e orientar para o desenvolvimento de uma consciência ética e agir em seu mundo; educar e orientar numa sala de aula sem paredes e sem fronteiras e, educar e orientar para uma cidadania planetária, global-local.

Para Claveria alguns desafios e problemas se descortinam a frente, que ele aponta com interrogantes:

Desafíos y problemáticas.

¿Qué se espera desarrollar en los procesos de enseñanza dentro de este nuevo enfoque?

¿Cuáles serán las necesidades formativas y disciplinarias (contenidos) de los alumnos dentro de una Educación 5.0?

¿Qué tipo de valores, actitudes, responsabilidades y ciudadanía, se debe promover para fortalecer la vida democrática de las naciones?

¿Cuáles son las responsabilidades que debieran tener los diversos agentes del sector educacional en el enfoque Educación 5.0?

¿Cómo se puede promover exitosamente la educación 5.0 y cuál será el aporte al desarrollo de la sociedad del siglo XXI?

Os resultados encontrados são de natureza provisória e demonstram a necessidade de mudanças nas abordagens didáticas e curriculares atuais e epistêmicas que direcionam a ação pedagógica do professor. Por fim, a título de conclusão, pode-se dizer que a Educação 5.0 representa uma oportunidade de mudança e melhoria educacional nos países, ao focar na pedagogia uma oportunidade efetiva para o desenvolvimento das pessoas e de suas comunidades. O professor representa um papel chave no processo de ensino aprendizagem. Seu enfoque pedagógico e metodológico pode ajudar ou dificultar a incorporação do aluno na sociedade digital e virtual. Isso implica uma mudança de atitude e de formação do professor, implica apropriação da tecnologia com natureza educativa, permitindo ao professor evoluir e adaptar-se a esse novo cenário docente, como também buscar novos enfoques e modelos didático em consonância como o desenvolvimento de cada país. E uma situação que gera muitas incertezas que pode motivar aos professores compartilhar suas experiências com outros colegas, investigar novas metodologias, desenhar seus conteúdos didáticos, elaborar seus próprios recursos, entre outra possibilidade de desenvolvimento profissional.

A terceira conferência magistral analisada, é representada por Decoud (2020) – do Paraguai com o tema Hacia el Futuro de la Docencia 5.0 revolucionando el aprendizaje en América Latina, a autora descreve sobre as instituições educacionais, que segundo a autora, evoluem em um ritmo diferente aos desafios da realidade nacional.

Ao fazer uma análise de países da América Latina, conclui que seguimos com tarefas pendentes no âmbito educacional, um elemento chave para refletir o quanto estamos avançando em relação ao objetivo 4 da “Educación de calidad” dos Objetivos de Desenvolvimento sustentável – ODS (2030)² que, segundo a autora, ainda nessa pandemia do COVID-19, não são demonstrados os desafios pendentes a serem enfrentados:

²Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods4.html>.

expansión acelerada de los servicios para incluir a más ciudadanos; vinculación de la formación media y superior al mercado laboral; aprendizaje con calidad; actualización permanente de los docentes para atender los avances en las ciencias y las demandas sociales; integración de nuevas tecnologías para el aprendizaje, así como atención personalizada en diferencias culturales, individuales y de género.

Nesse sentido, Decoud afirma ser importante centrar na formação permanente dos cidadãos para atender as demandas dos distintos setores, já que a complexidade de articulação de todo o sistema educacional exige, num esforço, colocar, crianças, adolescentes, jovens e adultos como eixo integrador. A partir dessa visão toda a ação em educação deverá focar-se em responder a pergunta: ¿Cómo extraigo lo mejor de cada persona para que pueda ser exitoso en la sociedad?

O conhecimento, as competências profissionais e as condutas morais formam os perfis que atribui-se a uma pessoa educada, continua a autora, se voltarmos a cada um dos desafios já enunciados, é fácil concluir que nosso sistema educacional exige um novo modelo pensado “fora da Caixa” com *professores inspiradores e a personalização do aprendizado. Com base nisso é importante fazer-se alguns questionamentos: ¿cómo es el aprendizaje en la escuela de futuro? ¿cuáles serán las necesidades de la Educación 5.0? ¿Es tiempo de considerar un cambio hacia una perspectiva con énfasis en el desarrollo de la personalidad, de los valores básicos, empoderamiento, democracia y responsabilidad colectiva?*

A conferencia magistral de Bondelas (2020), representante do Uruguai, com o tema Educación 5.0 discorre sobre os discursos hegemônicos que somente enfatizam os melhores resultados que apresenta a tecnologia em sua relação com o homem. Bondelas aponta algumas questões inquietantes: ¿qué más es posible decir que no sea lo que ya todos conocemos? En estos tiempos *pandémicos que corren, no por el SARS-CoV2, sino que, por lo que apreciable de forma más profunda de lo que el COVID nos ha propuesto como humanidad, es necesario pensar el lugar de los sujetos en el campo educativo. ¿Cómo construyen vínculos entre tanta tecnología? ¿Cómo es el vínculo educativo tan distante? ¿Cómo proponerles innovar?*

Giles Deluze(1999) problematize essas questões ao afirmar que:

Muchos jóvenes reclaman extrañamente ser motivados, piden más cursos, más formación permanente: a ellos corresponde descubrir para qué se los usa, como sus mayores descubrieron, no sin esfuerzo, la finalidad de las disciplinas. Los anillos de una serpiente son aún más complicados que los agujeros de una topera.

Por outro lado, vivemos hoje um devir do passado e nesse sentido Behares (1995) aponta que na segunda metade do século XIX começa a se instalar um discurso pedagógico e o processo de ensinar começa

...a ser pensada en términos exclusivamente prácticos, como un conjunto de técnicas (la 'didáctica', o la 'metodología de enseñanza') y que se incluyera entre las 'artes' de la educación 'generalista', o sea aquella que tiene como objeto formar los recursos básicos que los niños requieren acceder al pensamiento sistemático y a las otras 'funciones mentales superiores', ya que el 'asociacionismo' psicológico estuvo fuertemente presente en la consolidación del modelo" (p. 7).

Para Bondelas a saída desse status quo é que nos permite pensar em outra educação, porém, como assinala em sua apresentação: ¿cómo?. Essas conferências dão-nos um panorama das realidades vivenciadas nos países citados por seus representantes. Como esperado pelo III COVAITE o nosso tempo/hora foi bem produtivo e frutífero, no sentido que expressa o Filósofo congolês Jean Bosco Kakozi Kashindi quando fala sobre princípio do 'eu sou porque nós somos' e comenta que a filosofia africana oferece elementos para pensar realidade latino-americana, assim expressando:

é momento de considerar outras racionalidades' uma ferramenta produtiva para pensar e transformar a realidade latino-americana, portanto com a possibilidade de gerar novos frutos³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Algumas conclusões nada conclusivas

O que esperar nesse tempo de pandemia, pós pandemia, de uma educação denominada 5.0 – ao que ela nos reporta? Hoje vivemos um mundo no qual a educação derrubou barreiras, os “muros da escola” ruíram, isso tem causado uma reviravolta conceitual na educação, especificamente ao uso de tecnologias educacionais, ao uso da internet, das mídias, das redes sociais, dos aplicativos, fóruns, chats, e outros, também nas modalidades de ensino: presencial, virtual, híbrida, as metodologias utilizadas: tradicional, construtivistas, sociointeracionista, ativas, sala de aula invertida, entre outras.

Nesse tempo de isolamento social decorrente da pandemia, família, professor, alunos, gestores institucionais se viram imersos num movimento intenso de formação, no qual a educação é o foco. Que educação é essa? Atende à demanda mercadológica? É uma formação profissional preparada para esse tempo?

³Disponível em: <https://www.geledes.org.br/ubuntu-filosofia-africana-confronta-poder-autodestrutivo-do-pensamento-ocidental-avalia-filosofo/>. Acesso em novembro de 2020.

O que dizem os formadores de formadores, os curriculistas, sobre a educação 5.0? As conferências magistrais aqui analisada apresentaram a partir do conceito da Educação 5.0, os benefícios, os desafios, as problemáticas oferecidos no processo de ensino-aprendizagem, na formação docente, que nos conduziu a um debate frutífero. Em uma educação 5.0 novos desafios e reflexões para o fazer pedagógico e a formação do professor apontou para uma educação 5.0 como um horizonte do trabalho pedagógico do professor frente a um ambiente virtual e a distância, não somente no momento da pandemia como na pós pandemia e aí o desafio da aplicação da formação e prática docente, que exige um exame epistemológico e metodológico dos saberes necessários para sua implementação além dos dispositivos tecnológicos junto ao sistema educativo.

O estudo apontou resultados de caráter provisório mostrando a necessidade de mudanças nos enfoques didáticos, curriculares e epistemológicos que dirigem a ação pedagógica do professor. Dessa forma a educação 5.0 aponta para uma oportunidade de mudanças paradigmáticas no campo educacional dos países ao focar na pedagogia como uma oportunidade de desenvolvimento de pessoas e de suas comunidades. Efetiva-se neste cenário a realidade dos eventos, em especial do COVAITE, com uma incubadora de mudanças e readequações. Ao participar do COVAITE o assistente e todos os que nele transitam recebem informações e realinham a sua realidade e sua prática.

Conclui-se que esse é um tema que carece de mais estudos, reflexões, debates, enfim, ampliar para entender, compreender e adaptar-se. Novos tempos, novo mundo, como já citado pelas sociedades.

REFERÊNCIAS:

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1970.

BAUER MW. **Análise de conteúdo clássica**: uma revisão. In: Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 3a ed. Petrópolis (RJ): Vozes; p.189-217, 2002.

Behares, L. E. **O "Simbolismo esotérico" na interação mãe ouvinte ~ criança surda revisitado**. Trabalho apresentado no curso de Pós Graduação em Linguística (mimeo): Instituto de Estudos da Linguagem I Unicamp, Campinas, 1995.

CARRARA, Rosângela M. **Competências e Habilidades Tecnológicas para ensinar e aprender na era digital**. Tese de doutorado, 2019.

DELEUZE, G. **Posdata sobre las sociedades de control**. En: Ferrer, Christian (ed.). El lenguaje libertario. Antología del pensamiento anarquista contemporáneo, pp. 106-110. Buenos Aires: Altamira, 1999.

FANTIN, M.; Rivoltella, P. C. (Org.) **Cultura digital e escola**: pesquisa e formação de professores. Campinas: Papirus, 2012

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1998.

LUCENA, S. **Cultura digital e mobilidade**: novos campos de pesquisa para pós graduação. In: CASTRO, Alda M; FRANÇA, Magna (orgs). Pós-graduação e a produção do conhecimento: a educação nas regiões Norte e Nordeste, Natal: Edufm, p.111-121, 2015.

MERCADO, L. P. L. **Novas tecnologias na educação**: reflexões sobre a prática. Macaíó. Edufal, 2002.

Orlandi, Eni. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In: Gadet F, Hak T, organizadores. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2a ed. Campinas (SP): Ed Unicamp; p.61-105, 1993.

A EVOLUÇÃO DOS GASTOS PÚBLICOS DA UNIÃO COMPARADOS À PRODUÇÃO NACIONAL

Estudante - Cleiton Melha Rothmund

Estudante - Pedro Hiago de Liz Lopes

Prof. Dr^a Beatriz Lucia Salvador Bizotto

Centro Universitário Unifacvest

prof.beatriz.bizotto@unifacvest.edu.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os gastos públicos do Governo Federal e realizar um comparativo com o registro histórico da produção nacional baseado-se no PIB - Produto Interno Bruto. Entre os economistas, há um consenso de que os gastos públicos podem ter efeito positivo no crescimento econômico do país. Nesse contexto, para auxiliar a administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal acompanha os gestores da máquina pública. Os dados levantados nesta pesquisa mostraram que os gastos públicos tiveram um crescimento considerável entre 2010 e 2018, porém a produção nacional não acompanhou a variação de crescimento da despesa pública, tendo inclusive, período de retração na produção. Não havendo assim, referência entre as despesas realizadas pela União e o PIB brasileiros no período de 2010 a 2019.

Palavras-chaves: Lei de Responsabilidade Fiscal; Arrecadação; Despesas; PIB (Produto Interno Bruto); Administração Pública.

THE EVOLUTION OF THE UNION'S PUBLIC EXPENDITURE COMPARED TO NATIONAL PRODUCTION

ABSTRACT

This article aims to analyze the federal government's public spending and make a comparison with the historical record of national production based on GDP - Gross Domestic Product. Among economists there is a consensus that public spending can have a positive effect on the country's economic growth. In this context, to assist the public administration, the Fiscal Responsibility Law accompanies the managers of the public sector. The data collected in this research showed that public spending grew considerably between 2010 and 2018, but national production did not keep up with the growth variation in public expenditure, even having a period of retraction in production. Thus, there is no reference between the expenses incurred by the Union and the Brazilian GDP in the period from 2010 to 2019.

⁴ Mestranda do Curso Práticas Transculturais- UNIFACVEST (2019). Contato: ana.wilske@gmail.com

Keywords: Fiscal Responsibility Law; Collection, Expenses; GDP (Gross Domestic Product); Public Administration.

1. INTRODUÇÃO

A administração dos gastos públicos vem mudando ao longo dos anos em função da necessidade dos seus administradores de uma gestão mais prática e eficaz. A gestão pública brasileira, em seus governos Republicanos, apresenta três modelos de gestão, sendo eles o modelo Patrimonialista, o modelo Burocrático e o modelo Gerencial.

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os gastos públicos do Governo Federal e realizar um comparativo com o registro histórico da produção nacional, baseando-se no PIB - Produto Interno Bruto. Por meio disso, verificar se as despesas da União impactam no Produto Interno Bruto – PIB, analisando os dados de variação das despesas ao longo do tempo, bem como, as variações da produção brasileira.

Para avaliar os dados com mais precisão, foi realizada uma análise dos últimos 10 anos (2010 a 2019) em decorrência de ser um período relativamente turbulento para a política e para a economia nacional. Período marcado por mudanças de governos com prioridades distintas, crises econômicas mundiais, influências externas no comércio nacional e até mesmo a disseminação da COVID 19, que posteriormente seria decretada como pandemia mundial. Comparando os gastos públicos ao Produto Interno Bruto, pretendemos avaliar se há uma relação entre os investimentos do Governo Federal e o aumento da produção nacional, evidenciando, com base em dados do Portal da Transparência, a efetividade da gestão pública.

Todas as mudanças ocorridas durante os anos analisados, trazem a necessidade de avaliar como estão nossas receitas e gastos da União, portanto este artigo apresentará os resultados e os comparativos do período examinado. A administração pública brasileira passou por alguns marcos históricos, por essa razão fazemos referência a alguns deles para que possamos compreender o período pesquisado.

No modelo patrimonialista, os governantes consideravam o Estado como seu patrimônio e os governados deveriam trabalhar para satisfazer as necessidades do Estado. Como consequência desse pensamento, havia uma total confusão entre o que era público e o que era privado. Os servidores públicos eram indicados pelos governantes, acarretando a troca de favores, o clientelismo, o nepotismo e a corrupção.

Esse modelo de administração pública vigorou no Brasil desde o período colonial estendendo-se até a década de 1930. A partir do século XIX, com o crescimento do pensamento capitalista, no qual é primordial a distinção entre Estado, mercado e sociedade, sendo a sociedade a controladora do Estado, o modelo

patrimonialista tornou-se ineficiente e inaceitável. (BAGANHA; DO ROCIO VIEIRA; MORTELLA, 2018).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Por conseguinte, como o modelo patrimonialista não supre mais as necessidades do Estado, passou-se a utilizar o modelo de gestão burocrático.

“Nesse modelo de administração, que teve início no Brasil a partir de 1936, houve a separação do que era público e do que era privado. O Estado assumiu a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais, com o objetivo de combater a corrupção e o nepotismo que permeavam o modelo patrimonialista. Surgiu, então, a hierarquia funcional e a ideia de carreira pública e profissionalização do servidor. Foram criadas normas e regras, havendo um controle rígido e prévio em todos os processos, como na contratação de servidores e nas contratações de produtos e serviços, visando à máxima eficiência no atendimento da população. Entretanto, os esforços de afastar da administração os vícios, fraudes e corrupção vividos no modelo patrimonialista, através de controles excessivos dos procedimentos e atos administrativos, não corresponderam ao esperado, ou seja, não trouxeram rapidez, qualidade e custo baixo para os serviços prestados ao público. Em vez disso, a administração pública tornou-se rígida, engessada e pouco eficiente. Devido a isso, o modelo burocrático, por não atender aos anseios sociais, teve curta duração no Brasil (BAGANHA; DO ROCIO VIEIRA; MORTELLA, 2018).

Com o advento da tecnologia cada vez mais presente no cotidiano das pessoas, a administração pública tem que seguir o mesmo caminho, aperfeiçoando as formas de gerir a máquina pública, passou a utilizar o modelo de gestão Gerencial.

“Este modelo de administração, presente no Brasil a partir da última década do século XX, apresenta como objetivo central a flexibilidade no mecanismo de controle dos procedimentos e atos administrativos, concentrando-se na eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos e na redução de custos, suprindo, assim, as carências do modelo burocrático. Além disso, o modelo gerencial propõe mudanças nas estruturas organizacionais, tornando essenciais a descentralização dos serviços públicos e a redução dos níveis hierárquicos. A partir do modelo gerencial, verificou-se a necessidade de uma nova administração eficaz, eficiente, transparente, democrática e participativa, focada no planejamento estratégico das ações a serem desenvolvidas pelo poder público, e que permita a presença da sociedade em debates públicos, visando garantir que se façam valer os direitos da coletividade. (BAGANHA; DO ROCIO VIEIRA; MORTELLA, 2018).

O planejamento é considerado a principal função da administração, tanto que está presente em toda legislação que rege a gestão pública. O parágrafo 1.º

do art. 1.º, da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, estabelece que “[...] a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas [...]”. (Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2018). O planejamento ocorre de forma indispensável para que a administração execute os trabalhos corretamente dentro dos parâmetros legais.

Além de todos esses modelos, há a contabilidade atual, Lei de Responsabilidade Fiscal, que vem para auxiliar nas tomadas de decisão e controlar melhor os gastos, gerando uma melhor aplicabilidade dos recursos. À vista disso, faz-se importante registrar cada passo da contabilidade de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo a administração pública transparente ao demonstrar os atos de seus governantes, desde a formação do orçamento até a conclusão e o destino final dos recursos aplicados.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi instituída para regular a solvência dos gastos públicos, sendo estes sustentáveis, trazendo melhor visão perante outros investidores no país. Suas diretrizes têm alguns caminhos a serem seguidos, como o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e, por fim, a Lei Orçamentária Anual. O PPA é um instrumento de planejamento estratégico das ações de Governo, para um período de quatro anos e deve estar comprometido com o desenvolvimento sustentável e com a evolução das estruturas de gerenciamento da administração. É um planejamento de médio prazo e deve ter sua vigência a partir do segundo ano do mandato do Administrador Público até o primeiro ano de mandato subsequente (DE CASTRO et al., 2007).

A Lei de Diretrizes Orçamentária deverá estabelecer parâmetros para alocação dos recursos necessários para execução do orçamento anual, este acompanhando o PPA. Já a LDO se fundamenta na prerrogativa de traçar as metas e os rumos necessários para que sejam executados os seus orçamentos. (KELLES, 2010) considera a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal como o mais importante marco regulatório fiscal brasileiro, visto que com o desenvolvimento da tecnologia, proporcionando o rápido acesso às informações, estas devem ser claras e corretas, em todas as esferas da administração pública brasileira.

2.1 Orçamento Público

Com promulgação da Lei nº 4.320/1964, que estatui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; o orçamento público ganhou grande importância, tornando-se o principal instrumento de gestão administrativa, financeira e contábil dos Entes Públicos.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o orçamento público deve ser elaborado em conformidade com os Princípios Orçamentários para garantir o

cumprimento de normas constitucionais, infraconstitucionais e doutrinas inerentes às matérias em questão.

Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. (FEDERAL; DE PROCESSAMENTO, 2004).

O orçamento público serve como ferramenta para planejar a utilização do dinheiro arrecadado do contribuinte por meio dos impostos. Assim, podem-se aplicar da melhor forma os recursos públicos; ofertando aos cidadãos, de modo prioritário, serviços adequados.

Esse planejamento prevê a estimativa de arrecadação (receita) e a fixação de despesa do Ente Federativo em determinado exercício. Segundo a Controladoria Geral da União, o governo precisa estimar a receita e fixar as despesas:

“Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados (e outras fontes) podem sofrer variações ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada.” (BRASIL, Controladoria-Geral da União)

No entanto, o orçamento precisa passar por aprovação Legislativa para iniciar sua execução, no caso de Orçamento Federal, este deve ser encaminhado por projeto de lei pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional, conforme prevê o Art. 166 da Constituição Federal: “Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.” Assim sendo, o orçamento também é uma importante ferramenta para delimitar as despesas públicas e estimar a arrecadação, servindo como um instrumento de controle social.

2.2 Produto Interno Bruto - PIB

O Produto Interno Bruto - PIB é considerado um indicador da produção nacional em determinado período. Segundo (SILVA; DE ALMEIDA SANTOS, 2016), produto interno bruto é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país durante determinado período.

Cabe ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizar o cál-

culo do PIB, analisando todas as riquezas que o país gerou em determinado tempo. O Instituto faz o registro histórico da evolução do indicador

De acordo com o IBGE, é possível, com base na performance do PIB, fazer as seguintes análises:

- traçar a evolução do PIB no tempo, comparando seu desempenho ano a ano;
- fazer comparações internacionais sobre o tamanho das economias dos diversos países;
- analisar o PIB per capita (divisão do PIB pelo número de habitantes), que mede quanto do PIB caberia a cada indivíduo de um país se todos recebessem partes iguais, entre outros estudos.(IBGE, 2007).

3. METODOLOGIA

A metodologia empregada foi o estudo dos dados financeiros da União no período de 2010 a 2019, portanto analisaram-se os últimos 10 (dez) anos. Foi realizado o corte transversal em questão decorrente de várias mudanças ocorridas na política federal, tais como: trocas de governo, crises econômicas, políticas fiscais e monetárias distintas. Assim sendo possível, uma avaliação mais precisa da influência dos gastos públicos na produção nacional.

A pesquisa foi realizada com base nos dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/>), além de consulta a publicações do Tribunal de Contas da União - TCU sobre receitas e despesas da União. Além disso, foi realizada pesquisa e análise dos dados do Produto Interno Bruto - PIB, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o qual é responsável pelo acompanhamento da evolução do índice em questão.

A principal dificuldade apresentada foi encontrar os dados consolidados dos anos anteriores a 2012. Isso porque a Lei nº 12.527, que trata da transparência pública, entrou em vigor somente em 2012, não havendo um local onde pudéssemos encontrar todas as informações necessárias para a pesquisa.

4. RESULTADO DA PESQUISA.

O orçamento público, portanto, é criado com base na estimativa de arrecadação e fixação de despesas, conforme mencionado anteriormente. Sendo necessária a análise de ambos os fatores para cumprir o Princípio de Equilíbrio orçamentário, o qual prevê que deve haver um equilíbrio entre receita e despesa.

Deve haver um perfeito equilíbrio entre as receitas e as despesas, de modo a garantir uma condição de igualdade entre elas. A Lei de Responsabilidade Fiscal

(LRF) também reforça esse princípio ao manter o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. (CRUZ, 2018).

Analisamos assim a execução orçamentária da União nos últimos 10 (dez) anos a contar de 2010 a 2019, conforme abaixo:

Tabela I - Arrecadação União entre 2010 a 2019

* Por Trilhões de Reais

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Orçado	1,86	2,07	2,25	2,17	2,39	2,88	2,95	3,41	3,51	3,26
Realizado	0,80	0,96	1,02	1,89	2,24	2,67	2,84	2,56	2,94	2,99
Variação (%)	-55,9	-53,6	-54,7	-12,9	-6,28	-7,29	-3,73	-24,93	-16,24	-8,28

Fonte: autores baseados nos dados da pesquisa. (2020).

Os dados disponíveis da arrecadação (receita) do Governo Federal do período de 2010 a 2019 demonstram que a arrecadação do Governo Federal tem aumentado nos últimos 10 (dez) anos, chegando a um valor de 2,99 trilhões de reais em 2019.

Mesmo que a arrecadação da União esteja aumentando com o passar dos anos, a estimativa de arrecadação (orçado) não foi confirmada em nenhum exercício, tendo atingido o maior percentual em 2016 (-3,73).

A variação apresentada na tabela I, trata-se da diferença entre o valor orçado (estimado) pela União de arrecadação de cada exercício e o valor efetivamente realizado (recolhido) pelo Ente Federativo. Desse modo, cabe ressaltar que entre 2010 a 2012 a União arrecadou menos de 50% do valor estimado no orçamento (LDO). No mesmo período a União teve as seguintes despesas registradas, conforme tabela abaixo:

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Orçado	1,70	1,85	2,01	2,25	2,35	2,56	2,88	2,95	3,35	3,46	3,24
Empenhado	1,41	1,50	1,68	1,85	1,93	2,25	2,30	2,58	2,49	2,66	2,74
Pago	1,33	1,35	1,58	1,72	1,77	2,11	2,19	2,49	2,39	2,52	2,61
Variação (%)	82,9	81,1	83,6	82,2	82,1	87,9	79,9	87,4	74,3	76,9	84,5

Fonte: autores baseados nos dados da pesquisa. (2020).

Analisando os dados acima, percebe-se que as despesas orçadas da União aumentaram gradativamente entre os anos de 2010 a 2018, tendo em 2019, uma diminuição de 6,8% comparado a 2018.

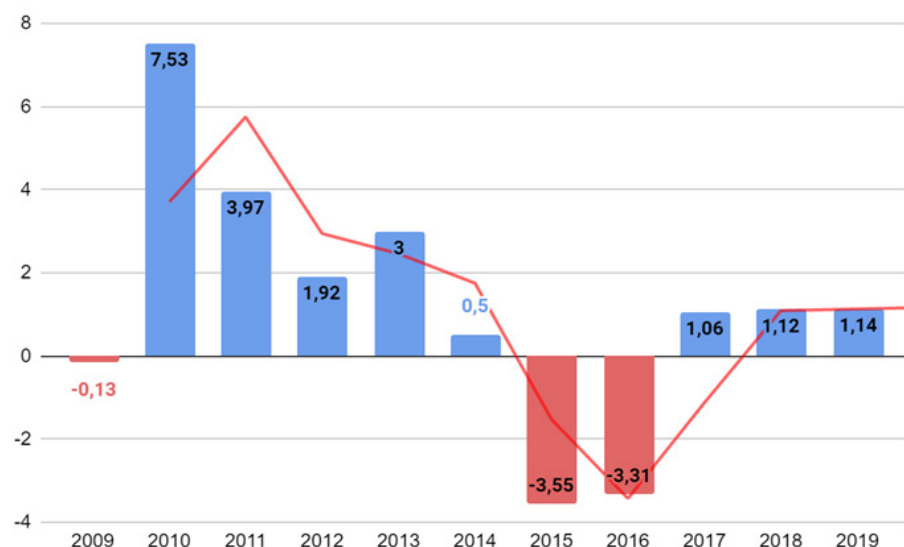
Dos valores orçados, os percentuais de valores efetivamente empenhados não superaram 87,9%, em 2014, sendo o exercício com o maior percentual de valor empenhado comparado ao das dotações autorizadas (orçadas). Já 2017, foi o ano com o menor percentual de valor empenhado do orçamento da União, com somente 74,3%.

Em nenhum dos exercícios, a União efetuou o pagamento dos valores totais empenhados no ano, sendo 2016 o ano em que foi pago (liquidado) o maior número de valores empenhados, aproximadamente 96,5% das despesas.

Nesse sentido, realizamos a análise das variações da produção nacional dos últimos 10 (dez) anos, conforme a Figura a seguir:

1- Evolução do Produto Interno Bruto – PIB (%) 2009 a 2019

Figura 1 – Evolução do Produto Interno Bruto PIB (%) 2009 a 2019.



Fonte: autores baseados nos dados da pesquisa. (2020).

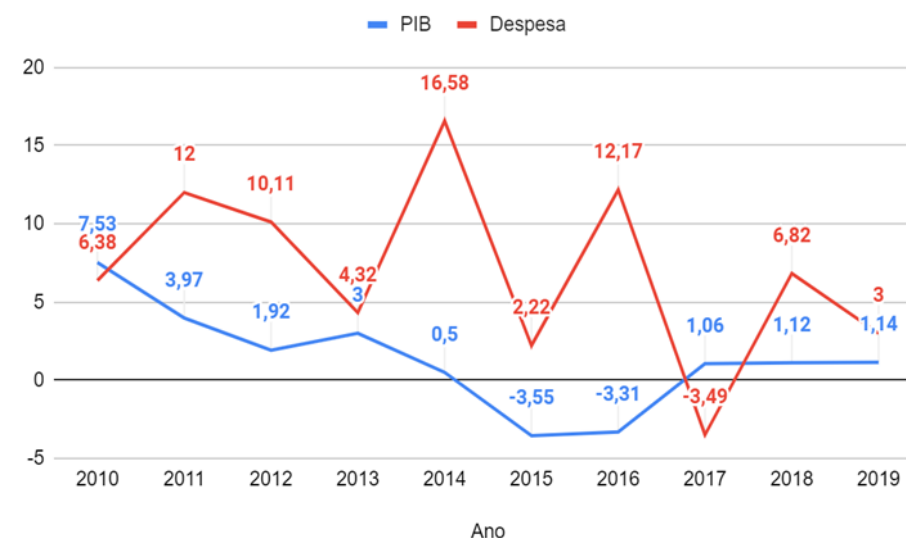
Analisando a evolução histórica do PIB brasileiro, percebe-se que a produção no país oscilou consideravelmente nos últimos 10 (dez) anos, passando por períodos de variações positivas e negativas. Em 2010, o PIB apresentou a maior variação positiva (7,53%), recuperando a produção nacional em comparação a 2009, quando foi registrada variação negativa de -0,13%.

Nos anos de 2011 e 2012, foi registrada uma diminuição na redução e, em 2013, houve uma variação positiva de 3% após uma queda considerável na produção nacional. Chegou-se a uma variação negativa de -3,55% em 2015, havendo a maior retração da produção no período. Posteriormente, houve um crescimento tímido da produção nacional, posto que somente nos últimos anos aumentou a produção, registrando um crescimento gradativo nos anos de 2017 a 2019. Com base nos dados de arrecadação e despesas, bem como a análise histórica da variação do PIB, é possível avaliar o impacto das despesas da União na produção nacional.

O gráfico 1 apresenta uma relação entre o PIB e as despesas da União entre 2010 e 2019.

Gráfico 1- PIB X Despesa

PIB x Despesa



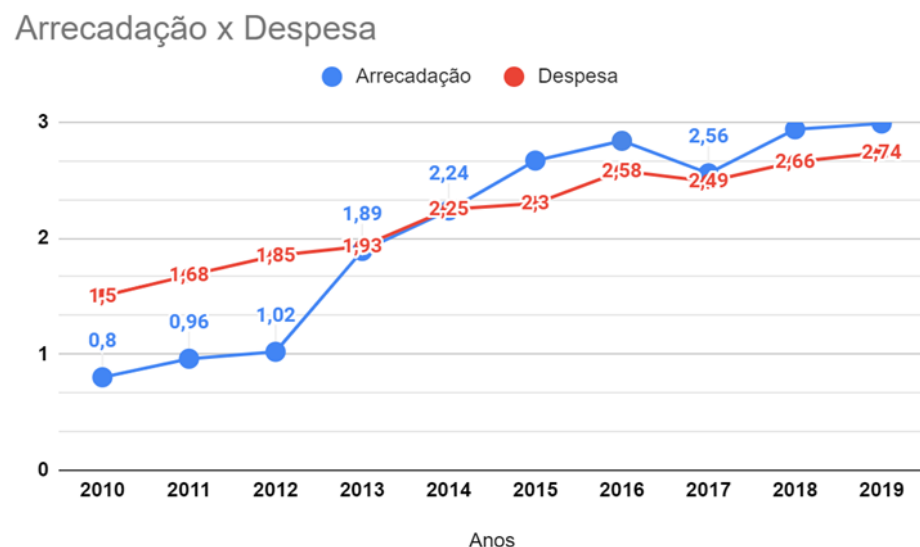
Fonte: autores baseados nos dados da pesquisa. (2020).

Analisando os dados acima, percebemos que as despesas da União oscilaram consideravelmente em comparação à produção nacional, que apresenta variações mais estáveis. Somente nos anos de 2010 e 2017 tivemos variação menor de despesa em comparação ao PIB. Naquele ano, a variação da produção estava em 7,53% e a despesa da União teve variação de 6,38; já neste ano, enquanto a variação da produção subia em comparação a dois anos de recessão, a despesa pública teve uma queda da variação para -3,49%, está caracterizando-se, como a menor do período analisado.

Em contrapartida, durante outros exercícios, as variações de despesas foram maiores que as da produção nacional. Cabe destacar os anos de 2014 e 2016, em que houve uma diferença considerável entre ambas. A variação do PIB em 2014 ficou em 0,5% e a despesa teve variação em comparação ao ano anterior de 16,58%, ou seja, o Governo aumentou as despesas no período em que a produção nacional estava registrando queda na produção; já em 2016, a produção nacional registrou variação de -3,31% e houve um aumento de 12,17% das despesas da União.

Nos demais exercícios, as despesas foram maiores, porém é importante, para a análise das despesas, avaliar a arrecadação do Ente Federativo. Para isso, no gráfico 2, está a relação entre arrecadação e despesa:

Gráfico 2- Arrecadação X Despesas no período de 2010 a 2019



Fonte: autores baseados na pesquisa (2020).

Observando os dados, percebemos que a arrecadação da União vem aumentando em comparação à despesa, sendo que em 2015 a arrecadação passou a ser maior que as despesas; apresentando arrecadação de 2,67 milhões e despesa de 2,3 milhões, passando por um período de estabilidade.

Contudo, em 2014, tivemos quase um equilíbrio entre arrecadação e despesa, registrando uma variação de 0,4%. No entanto, cabe analisar que no mesmo exercício a produção nacional diminuiu, com discrepância considerável de aproximadamente 16% de diferença.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando analisar os gastos públicos do Governo Federal e realizar um comparativo com o registro histórico da produção nacional baseado no PIB - Produto Interno Bruto, podemos concluir que a União registrou variação maior de despesas que a produção nacional, uma vez que a variação de despesa foi maior que a variação da produção na maioria dos exercícios analisados na presente pesquisa (2010 a 2019). Significa dizer que os gastos da União vêm aumentando com o tempo, enquanto a produção nacional vem se estabilizando após um período de recessão (2015 e 2016).

Em suma, a variação da despesa e da produção nacional deveria seguir uma mesma linha, pois a despesa da União tem impacto no PIB nacional. Portanto, é dessa forma que os serviços públicos produzem ligações potencialmente positivas entre o governo e o crescimento econômico.

Contudo, isso não foi identificado na presente pesquisa, pois não há como definir uma relação de causa e efeito entre a despesa da União e a produção nacional. Podendo considerar que atualmente as despesas não estão contribuindo para o aumento da produtividade, o que pode ser influência das políticas econômicas dos Governos que estiveram à frente do Executivo Nacional, com definições diferentes de gestão administrativa e orçamentária, entre outras situações.

Como sugestão de estudo futuro, para consolidação da temática apresentada, seria interessante analisar profundamente as despesas geradas pela União, no período determinado pela pesquisa, para constatar quais projetos e ações foram priorizados durante os anos, assim sendo possível avaliar o quanto a definição do projeto estratégico do Governo Federal impacta negativamente na produção nacional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGANHA, Denise Estorilho; DO ROCIO VIEIRA, Eliane; MORTELLA, Rosilaine Durigan. A Trajetória da Educação Ambiental na Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Educação Ambiental rumo à Escola Sustentável**, [s. l.], p. 31, 2018.

BRASIL. Lei 4320/1964, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em 19/10/2020.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 03/11/2020.

CRUZ, Paula Beatriz Kawanishi. **Comparação de método de precificação e seu impacto na receita de pequenos negócios**. [s. l.], 2018.

DE CASTRO, Marcelo Cauduro et al. Principais indicadores e ferramentas utilizados pelos gestores: uma análise estatística da percepção dos alunos de MBA da Fundação Getúlio Vargas. *REGE Revista de Gestão*, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 49–69, 2007.

FEDERAL, Receita; **DE PROCESSAMENTO, D. E. DADOS**. Secretaria do Tesouro Nacional. Despesas Em, [s. l.], 2004.

IBGE, G. **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo Agropecuário-2012, [s. l.], 2007.

KELLES, Márcio Ferreira. **10 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**: da idealidade à efetividade. [s. l.], 2010.

SILVA, Erica Vieira; DE ALMEIDA SANTOS, Fernando. Estudo de correlação entre o crescimento das micro e pequenas empresas, a evolução do PIB brasileiro e o desemprego. *Revista Eniac Pesquisa*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 204–222, 2016.

AVALIAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE PAINEL (SC)

Tatiele Poliana Restelatto Severo Da Silva ¹
Nádia Webber Dimer ²

RESUMO

A taxa de obesidade na infância vem aumentando relativamente nas últimas décadas, dados alarmantes vem caracterizando como uma epidemia mundial, essa circunstância está ligada as alterações metabólicas, tais como hipertensão, diabetes mellitus tipo 2, dislipidemia, doenças cardiovasculares, alterações essas que em pouco tempo atrás eram mais evidentes em adultos. Inúmeros estudos propõem que o tempo de permanência da obesidade está correlacionado com a morbimortalidade por doenças cardiovasculares. Avaliação antropométrica é estabelecida como estudo das medidas de tamanho e proporção do corpo humano. Onde engloba o peso e altura, que são empregadas para diagnóstico nutricional. Uma breve avaliação referente ao consumo alimentar é um ótimo indicador indireto do estado nutricional, tendo potencial de identificar casos de risco na alimentação dos indivíduos ou de coletividades. O objetivo desse estudo foi investigar o perfil nutricional e socioeconômico, bem como o estado nutricional dos escolares do município de Paineel, Santa Catarina. Com base nos dados obtidos, notou-se que a maior parte da amostra se encontra com o estado nutricional adequado. No entanto apresentou um elevado percentual referente aos sobrepesos, obesidade e obesidade grave, que deve ser levado em consideração. O nível socioeconômico pode estar refletindo como impacto no perfil antropométrico dos escolares, podendo ter associação ao consumo alimentar de forma negativa.

Palavras-chaves: Estado Nutricional. Crianças. Adolescentes. Dados Antropométricos.

¹ Formada pelo curso de Nutrição do Centro Universitário Unifacvest.

² Professora e coordenadora do curso de Nutrição do Centro Universitário Unifacvest.

FOOD AND NUTRITIONAL EVALUATION OF SCHOOLS IN PAINEL (SC)

Tatiele Poliana Restelatto Severo Da Silva ¹
Nádia Webber Dimer ²

ABSTRACT

The rate of childhood obesity has been increasing relatively in recent decades, alarming data has characterized it as a worldwide epidemic, this circumstance is linked to metabolic changes, such as hypertension, type 2 diabetes mellitus, dyslipidemia, cardiovascular diseases, changes that in a short time ago they were more evident in adults. Numerous studies have proposed that the duration of obesity is correlated with morbidity and mortality due to cardiovascular diseases. Anthropometric assessment is established as a study of the measures of size and proportion of the human body. Where it includes weight and height, which are used for nutritional diagnosis. A brief assessment of food consumption is a great indirect indicator of nutritional status, with the potential to identify cases of risk in the diet of individuals or groups. The aim of this study was to investigate the nutritional and socioeconomic profile, as well as the nutritional status of schoolchildren in the municipality of Paineel, Santa Catarina. Based on the data obtained, it was noted that most of the sample is in adequate nutritional status. However, it presented a high percentage of overweight, obesity and severe obesity, which must be taken into account. The socioeconomic level may be reflecting as an impact on the students' anthropometric profile, which may be negatively associated with food consumption.

Keywords: Nutritional status. Children. Teenagers. Anthropometric data.

INTRODUÇÃO

A referência nutricional da população do país, é de extrema importância para verificar a situação da saúde, em especial na faixa etária infantil, devido ao seu caráter multicausal e de acordo a sua maior necessidade básica, como a alimentação, saneamento, aos serviços de saúde, nível de renda e educação (TUMA, COSTA E SCHMIDT, 2006 apud PINHO et al., 2010).

Segundo Guimarães (2001) e Fernandes (2006 apud PINHO et al., 2010) a utilização de índices antropométricos é um plano válido, que fornecerá indicado-

res do estado nutricional, principalmente na fase da idade pré-escolar, que é onde reflete as condições nutricionais e do ambiente socioeconômico.

Referente as dietas, realizações de atividades físicas e aparência, é nessa idade é apontado como um ponto crítico, sendo que é na adolescência que vem a supervalorização da aparência física, sendo muitas vezes afetado na conduta alimentar (TORAL e SLATER, 2007 apud BORDON, 2016).

OBJETIVOS

O objetivo desse estudo foi investigar o perfil nutricional e socioeconômico, bem como o estado nutricional dos escolares do município de Paineel, Santa Catarina.

METODOLOGIA

O estudo foi dividido em duas partes, sendo a primeira um estudo retrospectivo, com a utilização de dados antropométricos já coletados no ano de 2019 no estágio em Nutrição Social. A segunda parte, considerada um estudo prospectivo, foi realizada através de coleta do questionário alimentar e socioeconômico, no ano de 2020.

Tratou-se de um estudo descritivo, com pesquisa em campo, corte transversal, e quantitativo no qual, será analisado indicadores antropométricos na escola municipal localizada na região do município de Paineel, Santa Catarina. Paineel é um Município Brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localizado entre os municípios de Lages, Bocaina do Sul, Rio Rufino, Urupema e São Joaquim, O Município de Paineel possui uma população de 2.359 habitantes, uma área de 738,331 km² (IBGE, 2019).

A amostragem foi direcionada aos escolares do sexo feminino e masculino. Para avaliação nutricional selecionou-se todos os alunos da escola básica municipal, presentes no dia da coleta dos dados, com o total de 102 alunos avaliados. Para avaliação alimentar os questionários foram direcionados aos alunos da mesma escola e do centro de educação infantil municipal, com o total de 62 alunos investigados.

Os dados de avaliação nutricional foram retirados de documentos já existentes, onde no ano da pesquisa (2019) os alunos matriculados na escola foram convidados a participar da pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) onde contém a assinatura dos pais/responsável, estando descrito minuciosamente o procedimento de pesquisa, os riscos e benefícios e o contato do pesquisador responsável. Passado a etapa de coleta das assinaturas direcionado com o responsável da escola e com os professores, iniciou-se assim a coleta das medidas antropométricas (peso e estatura).

¹ Graduated from the Nutrition course at Centro Universitário Unifacvest.

² Professor and coordinator of the Nutrition course at Centro Universitário Unifacvest.

A atividade de coleta aconteceu na unidade de saúde da área rural, localizada ao lado da escola, utilizando o equipamento da unidade de saúde. As recomendações da OMS e adotados pelo Ministério da Saúde (2011) para avaliar o estado nutricional de crianças e adolescentes será utilizado o Índice antropométrico de Massa Corporal (IMC)-para-idade: onde expressa o vínculo entre o peso da criança e a estatura ao quadrado. Este Índice é utilizado para identificar o excesso de peso entre crianças e tem a vantagem de ser um método que é utilizado em outras etapas da vida.

Os dados referentes ao aspecto nutricional dos escolares foram analisados e tabulados utilizando o Microsoft Office Excel e Word 2010, onde os resultados foram apresentados por meio de gráficos e medidas descritivas.

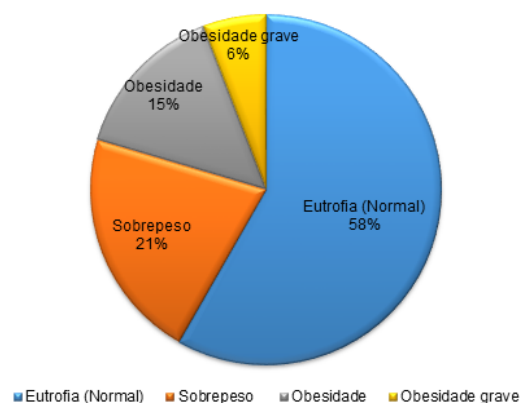
O Questionário foi elaborado no formulário do Google e encaminhado o link para os escolares do município, para ser preenchido juntamente com os pais ou responsável.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram avaliados 102 alunos com idade entre 5 e 19 anos, onde foram classificados os estados nutricionais de acordo com o ano escolar em que se encontravam.

Os dados apresentados no gráfico 1, foram tabulados em porcentagem referente ao número total dos alunos, onde os resultados obtidos foram: 60 alunos encontravam-se eutróficos (58%); 22 alunos estavam com valores nutricionais na faixa de sobrepeso (21%), 16 alunos encontravam-no índice de obesidade (15%) e 6 alunos em obesidade grave (6%). Somando-se os índices nutricionais considerados acima do ideal, tem-se um percentual de 42% dos alunos acima do peso ideal.

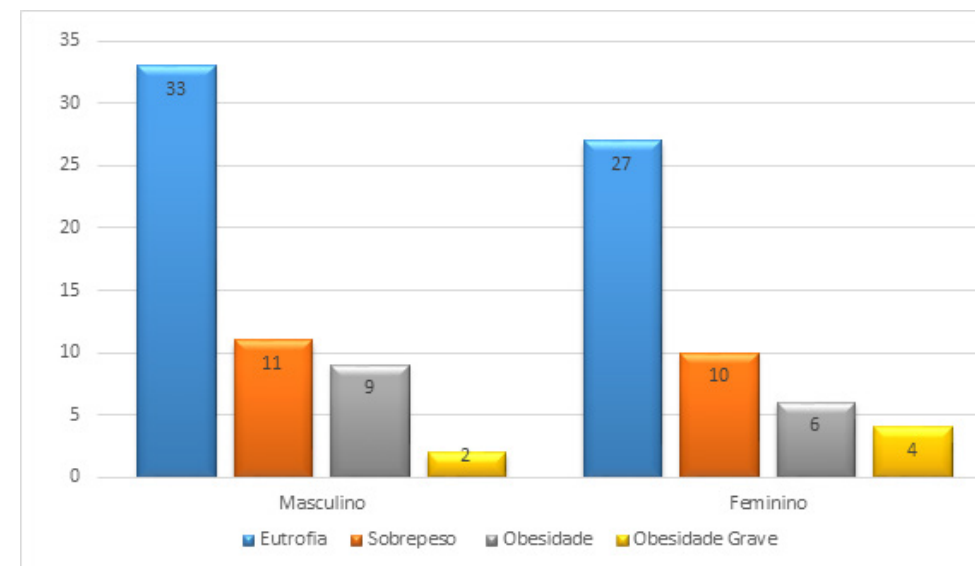
Gráfico 1: Gráfico representativo do estado nutricional dos escolares.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Esse estudo foi composto por 46% dos avaliados do sexo feminino (n=47) e 54% (n=55) do sexo masculino. Como mostra o gráfico 2, 60% (n=33) dos escolares do sexo masculino encontram-se eutróficos, já as meninas 57% (n= 27), 20% (n=11) dos escolares do sexo masculino e 21% (n=10) dos escolares do sexo feminino encontram-se em sobrepeso, já 16%(n=9) dos escolares do sexo masculino e 13% (n=6) dos escolares do sexo feminino encontram-se em um quadro de obesidade e 4%(n=2) dos escolares do sexo masculino, 9% (n=4) dos escolares do sexo feminino estão com valores referente a obesidade grave.

Gráfico 2: Estado nutricional de acordo com o sexo dos escolares

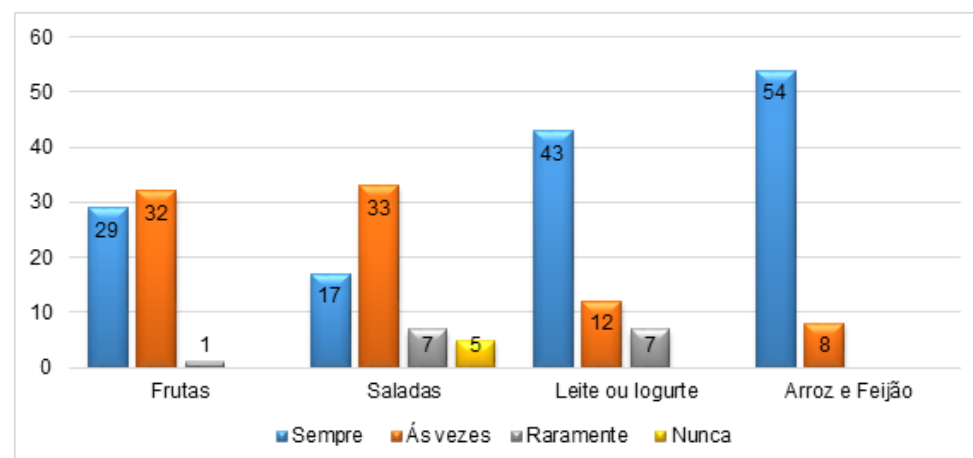


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No estudo de Souza (2020), a quantidade de crianças com sobrepeso foi semelhante à esse estudo, com valores significativo e preocupantes. O risco de sobrepeso foi presente em todas as faixas etárias, o que nos faz concluir que esses escolares precisam de mudanças em seus hábitos alimentares, de conscientização. Referente ao sexo, os meninos são os que mais são classificados como eutróficos, com 33,98%, porém, no sexo masculino foram encontrados alunos com problema de magreza (1,94%), e de obesidade (3,88), o que não ocorreu no sexo feminino. As meninas, por sua vez, obtiveram um número maior referente ao sobrepeso (11,65%), contra 7,77% dos meninos. Porém em nosso estudo percebe-se pouca variação dos estados nutricionais entre os sexos.

Em relação ao questionário alimentar, a amostra estudada constituiu-se de 62 escolares que responderam o questionário alimentar, sendo que 53% (n=33) eram do sexo feminino e 47% (n=29) do sexo masculino. A prevalência de idade no presente estudo foi na faixa etária de 1 a 5 anos (n=38); dos 6 aos 11 anos (n= 7) e dos 12 aos 15 anos (n=17). A frequência do consumo de diferentes alimentos considerados saudáveis pelas crianças está descrita no gráfico 3, onde foi observado um grande consumo no grupo do leite e derivados, e no grupo arroz e feijão pela amostra avaliada.

Gráfico 3: Classificação da frequência alimentar referente ao consumo de alimentos considerados saudáveis



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No estudo realizado por Pedraza et al., (2017) com o objetivo de avaliar o estado nutricional e sua relação com os hábitos alimentares de crianças escolares que frequentam a rede pública de ensino, apontou para um alto consumo de alimentos considerados não saudáveis, e identificou que 12,21% (132) não consumiam frutas e/ou verduras, 46,99% (508) consumiam guloseimas, como sorvetes, doces, biscoitos recheados e refrigerantes, e ainda 22,20% (240) fazia a ingestão de salgadinhos, batatas fritas ou alimentos similares.

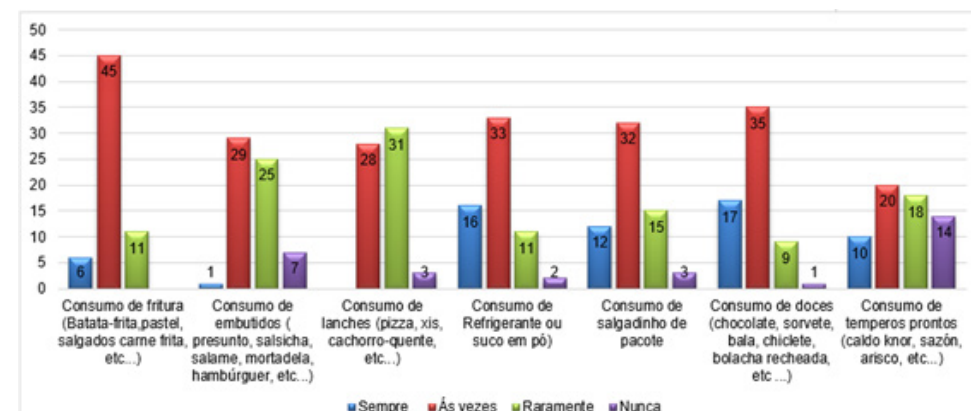
Em contrapartida o gráfico 3 mostra a frequência do consumo de frutas e saladas, as quais foram extremamente baixas em comparação com as recomendações nutricionais, onde deve-se incluir diariamente pelo menos três porções de legumes e verduras como parte das refeições e três porções ou mais de frutas nas sobremesas e lanches, pois são ricas em vitaminas, minerais e fibras, seu consumo diariamente auxilia na proteção à saúde como também diminui o fator de inúmeras

doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O consumo de frutas e hortaliças é fundamental para o organismo, por conter nutrientes como, vitaminas, minerais, água e fibra essenciais para manter um bom desempenho do organismo, em particular do intestino (HENNING et al., 2017).

Quanto ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados, de acordo com o gráfico 4, observou-se que o consumo de lanches (pizza, xis, cachorro-quente etc.) teve maior relevância, onde 59 (95%) dos escolares constataram que fazem o consumo destes alimentos sempre ou às vezes e apenas 3 (5%) escolares fazem o consumo destes alimentos raramente ou até mesmo nunca.

Gráfico 4: Classificação da frequência alimentar referente ao consumo de alimentos processados e ultra processados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No estudo realizado por Pedraza et al., (2017) com o objetivo de avaliar o estado nutricional e sua relação com os hábitos alimentares de crianças escolares que frequentam a rede pública de ensino, apontou para um alto consumo de alimentos considerados não saudáveis, e identificou que 12,21% (132) não consumiam frutas e/ou verduras, 46,99% (508) consumiam guloseimas, como sorvetes, doces, biscoitos recheados e refrigerantes, e ainda 22,20% (240) fazia a ingestão de salgadinhos, batatas fritas ou alimentos similares.

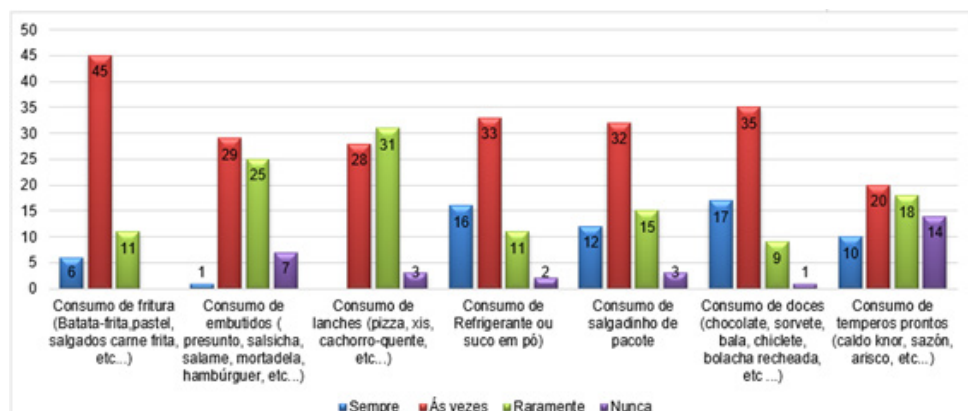
Em contrapartida o gráfico 3 mostra a frequência do consumo de frutas e saladas, as quais foram extremamente baixas em comparação com as recomendações nutricionais, onde deve-se incluir diariamente pelo menos três porções de legumes e verduras como parte das refeições e três porções ou mais de frutas nas sobremesas e lanches, pois são ricas em vitaminas, minerais e fibras, seu consumo

diariamente auxilia na proteção à saúde como também diminui o fator de inúmeras doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

O consumo de frutas e hortaliças é fundamental para o organismo, por conter nutrientes como, vitaminas, minerais, água e fibra essenciais para manter um bom desempenho do organismo, em particular do intestino (HENNING et al., 2017).

Quanto ao consumo de alimentos processados e ultraprocessados, de acordo com o gráfico 4, observou-se que o consumo de lanches (pizza, xis, cachorro-quente etc.) teve maior relevância, onde 59 (95%) dos escolares constataram que fazem o consumo destes alimentos sempre ou às vezes e apenas 3 (5%) escolares fazem o consumo destes alimentos raramente ou até mesmo nunca.

Gráfico 4: Classificação da frequência alimentar referente ao consumo de alimentos processados e ultra processados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020

Em consonância com nossos dados, Pardino et al., (2019) relataram um consumo de doces, sobremesas e guloseimas (incluindo chocolates, sorvetes, doces, entre outros) de 1 a 3 vezes na semana (48,3%), de 3 a 6 vezes (10%) e ainda diariamente (7,8%) entre os escolares, dados relevantes, pois o elevado consumo de doces e de açúcares na dieta está fortemente relacionado ao excesso de peso. Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares POF (2010), o açúcar corresponde a 16,4% das calorias totais da dieta dos brasileiros, valor esse acima dos 10% preconizados pelas recomendações nutricionais (BRASIL, 2010).

Ainda no gráfico 4, o segundo grupo de alimentos que teve maior relevância foram os que são preparados em imersão a óleos e gorduras, tais como batata-frita, pastel, salgadinhos, carne fritas etc, onde 51 (82%) dos escolares fazem o

consumo deste alimento sempre ou às vezes, e 11 (18%) preencheram as opções entre raramente ou nunca.

Em seguida observa-se o consumo de doces (chocolate, sorvete, bala, chiclete, bolacha recheada etc.) onde 52 (84%) escolares sempre ou às vezes fazem o consumo destes alimentos e 10 (16%) raramente ou nunca consomem. Em relação ao consumo de refrigerante e/ou suco em pó, 49 (79%) dos escolares destacaram que sempre ou às vezes consomem essas bebidas e 13 (21%) consomem raramente ou nunca.

Sobre o consumo dos salgadinhos de pacote, destacou-se que 44 (71,5%) dos escolares consomem sempre ou às vezes e 18 (28,5%) raramente ou nunca. Referente ao uso de temperos prontos e o consumo de alimentos embutidos (presunto, salsicha, salame, mortadela, hambúrguer, etc), 32 (52%) escolares destacaram que raramente ou nunca consomem e 30 (48%) dos escolares fazem o consumo sempre ou às vezes.

Dos escolares que preencheram o questionário, 51,6% (n=32) estão localizados em área rural e 48,4% (n=30) na área urbana, dentre eles 83,9% (n=52) tem casa própria, 11,3% (n=7) cedida e 4,8% (n=3) moram de aluguel.

No que diz respeito a quantidade de pessoas que moram junto ao escolar, incluindo, irmão, parentes, filhos e amigos, 53,2% (n=33) responderam de um a três pessoas, 45,2% (n=28) de quatro a sete e 1,6% (n=1) em oito ou mais.

A renda familiar com maior predominância entre as famílias foi até mil reais (56,5%, n= 35), seguido da renda entre um e dois mil reais (24,2%, n=15), entre dois a três mil reais tem-se 4,8% (n=3) dos escolares e 14,5% (n=9) renda familiar acima de três mil reais.

Variáveis socioeconômicas (renda, escolaridade, número de membros na família) influenciam o consumo alimentar, principalmente no que se diz a respeito ao consumo saudável, ou seja, normalmente quem tem uma menor renda, tende a ser mais flexível em sua decisão à compra dos alimentos, quando existem essas mudanças no ambiente econômico familiar (DEFANTE, 2015).

Nem toda a população pode usufruir de alimentos saudáveis e em quantidades suficientes regularmente. Com base em Belik (2003), a fome não está apenas ligada à quantidade de alimentos consumidos, mas, também, à qualidade desses alimentos. Monteiro (2003) descreve que a população de baixa renda, mesmo tendo acesso ao alimento, se mostra propensa a economizar na compra, o que pode significar na redução da qualidade e variedade dos alimentos consumidos.

Levando em consideração o número de indivíduos que moram na mesma casa e correlacionando com a renda familiar, podemos observar um baixo valor per capita. Visto que o índice médio da constituição familiar é de uma a três pessoas e a renda familiar de até mil reais, estima-se assim uma valor per capita de no mínimo R\$333,33 reais.

Em relação a escolaridade dos pais dos alunos onde observa-se que a maioria, 38,7% (n= 24) das mães e 40,3% (n=25) dos pais concluíram o ensino médio, seguido da escolaridade de 5ª à 8ª série do ensino fundamental correspondendo a 27,4% (n=17) das mães e 21% (n= 13) dos pais.

Sabe-se que não só a escolaridade da mãe tem influência no estado nutricional do filho, como também a escolaridade do pai, sendo os dois de modo igual pela geração dos recursos e rendas familiares e decisões sobre cuidados com os filhos (PEDRAZA, 2017).

CONCLUSÃO

Com base no desenvolvimento deste estudo, observou-se que os escolares do município de Paineira, Santa Catarina, em relação aos parâmetros avaliados, a maior parte deles encontram-se com o estado nutricional adequado. No entanto apresentou um elevado percentual referente aos índices de sobrepeso, obesidade e obesidade grave, que deve ser levado em consideração.

Foi possível identificar que os escolares têm o hábito de consumir arroz e feijão diariamente, sendo que as frutas e saladas foram os alimentos com menor frequência de consumo. Além disso, destaca-se um consumo elevado de alimentos processados e ultra processados, ricos em açúcares, gorduras, sódio e com baixo valores nutricionais, podendo esses dados estarem relacionados com o excesso de peso dos escolares.

O baixo nível socioeconômico encontrado nesse estudo pode estar refletindo o perfil antropométrico dos escolares, podendo esse ter associação ao consumo alimentar de forma negativa, visto que há inadequações no consumo de macro e micronutrientes, por conta de uma alimentação com baixo consumo de frutas e verduras e alto consumo de alimentos processados e ultra processados.

Recomenda-se que mais estudos sejam realizados referente ao tema estudado, com uma amostra mais representativa e que todos os escolares tenham acesso ao questionário alimentar e socioeconômico, visto que o mesmo foi feito por meio eletrônico, restringindo-se somente aos que possuíam acesso à internet, podendo assim, modificar os resultados encontrados nesse estudo.

Os altos índices de excesso de peso e obesidade encontrado no presente estudo ressalta a necessidade de intervenções nutricionais não apenas no ambiente escolar, mas também, no ambiente familiar. Sendo indispensável a prevenção do excesso de peso em todos níveis sociais e regionais.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Perspectiva para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, 2003.

BORDON, S. Frequência alimentar e avaliação nutricional de escolares matriculados no 4º e 5º ano na rede estadual de ensino da cidade de Americana (SP). **Pontifícia Universidade Católica de Campinas**. Centr. de ciênc. da vida. Campinas. 2016.

DEFANTE, L. R; NASCIMENTO, L. D. O; LIMA-FILHO, O.D. Comportamento de consumo de alimentos de famílias de baixa renda de pequenas cidades brasileiras: o caso de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 265-276, 2015.

HENNING, SM, YANG, J, SHAO, P, LEE, RP, HUANG, JLY, A, MARK H, THAMES, G, HEBER, D, LI, Z. Health benefit of vegetable/fruit juice-based diet: Role of microbiome. **Scientific Reports**, v. 7, n. 1, p. 1-9, 2017.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **IMC em crianças e adolescentes**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/component/content/article/804-imc/40510-imc-em-criancas-e-adolescentes>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de Saúde-SISVAN**, Brasília- DF. 2011. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/orientacoes_coleta_analise_dados_antropometricos.pdf

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, 2003.

PARDINO, J. S; CAMPOS, L. R; FERREIRA, V. A; NEUMAN, D; PIRES, I. S. C. Oficinas de educação alimentar e nutricional a partir da avaliação do consumo alimentar e do perfil de atividades física de escolares. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, São Paulo. v.13. n.78. p.238-248, 2019.

PEDRAZA, D. F.et al. Estado nutricional e hábitos alimentares de escolares de Campina Grande, Paraíba, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 2, p.469-477, fev. 2017.

PINHO, C. P. S et al. Avaliação antropométrica de crianças em creches do município de Bezerros, PE. **Revista Paulista de Pediatria**. V.28, n.3, p 15-21, 2010.

SOUZA, V. R. S et al. Avaliação do estado nutricional de escolares de uma escola da zona leste da cidade de Manaus. **Editorial do bias**, v. 16 n. 10, 2020

FIBRAS E A SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLE GLICÊMICO

¹Lucas Soso Bressan

²Profª. Dra. Nádia Webber Dimer

³Profª. Dra. Angelica Markus Nicoletti

RESUMO

O presente trabalho tem como o intuito geral mostrar as propriedades físico-químicas das fibras alimentares, correlacionando com os benefícios do seu consumo e o controle glicêmico. A hiperglicemia em pessoas portadoras de Diabetes Mellitus, é recorrente e requer tratamento, visto o desencadeamento de anormalidades metabólicas, que após um longo período de glicose alterada no sangue podem se desenvolver, além de levar a morbidade significativa e ainda a morte prematura. O uso contínuo e habitual de fibras na dieta tem apresentando vantagens sobre a qualidade de vida e no manejo do diabetes mellitus, pois seu consumo demonstra uma resposta pós-prandial insulina-glicose positiva, auxiliando no controle da glicose sanguínea. Na busca por mais informações sobre o tema desenvolvido, este estudo se baseou em uma revisão bibliográfica realizada a partir de teses, artigos originais e de revisão, consultados nas bases de sites de pesquisa Scielo, Science direct e pub med, utilizando as palavras chaves, fibras, estrutura das fibras, digestão de fibras, diabetes, controle glicêmico, controle glicêmico e fibras. Desse modo observou-se que as fibras atuam no controle glicêmico devido suas propriedades de retardamento do esvaziamento gástrico. O que permite concluir que dietas ricas em fibras solúveis auxiliam na manutenção e redução de níveis glicêmicos, auxiliando o controle da glicemia.

Palavras-chaves: Fibras. Diabetes. Controle glicêmico.

¹ Academic of the Nutrition Course at UNIFACVEST University Center.

² Graduated in Nutrition from the University of Santa Catarina, Master / Doctorate in Health Sciences from the University of the Far South (UNESC).

³ Graduated in Nutrition from the Northwestern University of Rio Grande do Sul State (UNI-JUI). Master in Food Technology Science from UFSM, PhD in Food Science and Technology from UFPEL.

FIBERS AND THEIR IMPORTANCE IN GLYCEMIC CONTROL

Lucas Soso Bressan ¹

Profª. Dra. Nádia Webber Dimer ²

Profª. Dra. Angelica Markus Nicoletti ³

ABSTRACT

The present work aims to show the physiochemical properties of dietary fibers, correlating with the benefits of their consumption and glycemic control. Hyperglycemia in people with diabetes mellitus, is recurrent and requires treatment, since the triggering of metabolic abnormalities, which after a long period of altered blood glucose may develop, leading to significant morbidity and premature death. The continuous and habitual use of fiber in the diet has advantages over the quality of life and management of diabetes mellitus, because its consumption demonstrates a positive postprandial insulin-glucose response, helping to control blood glucose. In the search for more information about the developed theme, this study was based on a bibliographic review made from theses, original and review articles, consulted in the databases of research sites Scielo, Science direct and pub med, using the keywords, fiber, fiber structure, fiber digestion, diabetes, glycemic control, glycemic control and fiber. Thus, it was observed that the fibers act in glycemic control due to their delaying properties of gastric emptying. Thus, it can be concluded that diets rich in soluble fiber help in maintaining and reducing glycemic levels, helping to control blood glucose.

Keywords: Fibers. Diabetes. Glycemic control.

1 INTRODUÇÃO

O Códex Alimentarius, nos esclarece que as fibras alimentares, são o conjunto de substâncias formadas por polímeros de carboidratos com dez ou mais unidades monoméricas, que nos humanos não sofrem os processos de digestão por enzimas, nem de absorção na porção do intestino delgado (Codex Alimen-

¹ Academic of the Nutrition Course at UNIFACVEST University Center.

² Graduated in Nutrition from the University of Santa Catarina, Master / Doctorate in Health Sciences from the University of the Far South (UNESC).

³ Graduated in Nutrition from the Northwestern University of Rio Grande do Sul State (UNI-JUI). Master in Food Technology Science from UFSM, PhD in Food Science and Technology from UFPEL.

tarius, 2010). As fibras, apresentam propriedades físico-químicas, classificadas em dois grandes grupos: fibras solúveis (FS) e fibras insolúveis (FI) (SOUZA, et al. 2018).

A Diabetes Mellitus (DM), é uma das mais comuns epidemias do nosso século. É considerada uma das principais causas de morte em todo o mundo. É um distúrbio caracterizado por altos níveis de glicose no sangue, ocasionado em parte pelo alto consumo de carboidratos. A mudança de hábitos alimentares podem exercer impactos positivos a saúde, sendo que uma alimentação rica em fibras alimentares têm papel importante no controle e redução da absorção da glicose sérica, consequentemente controlando os níveis de glicose sanguínea (AZEVEDO et al., 2019).

Segundo Bernaud e Rodrigues (2013), o consumo de fibras, se apresenta associado a uma redução substancial dos níveis de glicose. Um bom monitoramento dos níveis de glicose é primordial para o controle da DM.

Desta forma, garantir a ingestão diária de um bom aporte de fibras, aumenta a viscosidade do conteúdo gastrointestinal, contribuindo diretamente para a redução da absorção de açúcares, interferindo de forma positiva no incremento da sensibilidade à insulina (ZAPAROLLI et al., 2013).

1.1 Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica narrativa que analisou o papel das fibras dietéticas no manejo do controle glicêmico, a partir de artigos originais e de revisão, qualitativos e quantitativos. Os artigos utilizados foram selecionado nas bases de dados da Scielo, Science direct, Capes, Pub Med, Lume, Google Scholar. As palavras chaves utilizadas na pesquisa foram; fibras, estrutura das fibras, digestão de fibras, diabetes, controle glicêmico, controle glicêmico e fibras e amido resistente.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 FIBRAS ALIMENTARES

São considerados como fibra alimentar as partes das plantas ou de carboidratos que são resistentes à digestão e absorção no intestino delgado. Estão incluídos neste grupo, os polissacarídeos, lignina, oligossacarídeos e substâncias associadas de plantas que promovem benefícios fisiológicos (MIRA et.al., 2009).

Segundo Macedo, Schmourlo e Viana (2012), as fibras alimentares caracterizadas como a parede celular de vegetais não digerível pelo organismo humano, apresenta propriedades funcionais que são e devem ser utilizadas com cunho preventivo e terapêutico de inúmeras patologias.

Com base na definição do Institute of Medicine (IOM, 2005), as fibras são divididas em três categorias, que são: 1) fibra alimentar: glicídios não digeríveis (celulose, hemiceluloses, B-glucano, pectinas, gomas, mucilagens, amido resistente, inulina e oligossacarídeos); 2) fibra funcional, que inclui carboidratos não digeríveis, como oligossacarídeos sintéticos ou naturais extraídos de alimentos e amido resistente. Polissacarídeos, oligossacarídeos naturais ou modificados (ex.: reduzir a cadeia do polímero ou diferente arranjo molecular); 3) fibra alimentar total, consiste na soma de fibra alimentar e fibra funcional.

2.1.1 Fibras alimentares e seus benefícios a manutenção da saúde

O consumo de fibras adequado são um garantidor de benefícios que são comprovados através de estudos científicos sérios, que demonstraram ao longo dos anos inúmeros efeitos benéficos a saúde dos indivíduos. Entre eles estão relacionados uma gradativa diminuição no colesterol total e /ou LDL no sangue, aumento da saciedade, prevenção de doenças cardiovasculares, obesidade, dislipidemias e neoplasias intestinais, prevenção de constipação, fermentabilidade por microflora colônica, redução dos níveis de glicose no sangue pós –prandial e /ou insulina, e principalmente redução no risco de diabetes tipo 2, problemas no coração e manejo da diabetes tipo 1 (HOWLETT et.al., 2010; MAGALHÃES et al., 2016). Para se ter os benefícios das fibras refletidos no organismo, é necessário manter a ingestão diária conforme preconizado nos valores de Dietary Reference Intakes (DRIs) do Institute of Medicine (IOM, 2006), que preconiza que em uma dieta estimada de 2.000 kcal/ dia o consumo de fibras deve ser de 30-38 g para homens e 21 -26 g para mulheres.

Dentre as fibras consumidas estas podem ser do tipo solúvel e insolúvel. Bernaud e Rodrigues (2013, p.398), abordam que: “São insolúveis a lignina, celulose e algumas hemiceluloses. A maioria dos alimentos que contêm fibras é constituída de um terço de fibras solúveis e dois terços de insolúveis.”

Dentre as fibras solúveis, pode-se citar aquelas com grande afinidade em absorver água e formar géis como as gomas, pectinas, mucilagens que são ricamente encontradas em frutas, cereais e legumes. As fibras solúveis retardam o esvaziamento gástrico e o trânsito intestinal, apresentam alta viscosidade e são fermentáveis. Estão ligadas diretamente a moderação glicêmica pós-prandial, inclusive a diminuição do colesterol e uma melhor regulação no apetite PAPATHANASOPOULOS e CAMILLERI, 2010).

Quanto ao controle da glicemia, as glucanas, que são polissacarídeos lineares, não ramificados, compostos por unidades de beta-glucanas, com propriedade de solubilidade em água, se mostrou em alguns estudos com capacidade de diminuição da glicemia, função de melhorar a imunidade, redução da pressão arterial, entre outros (MIRA et.al., 2009).

2.2 DIABETES MELLITUS

A DM é uma doença crônica degenerativa, caracterizado por altos níveis de glicose no sangue, sendo um dos principais causadores de cegueiras, doenças renais, neuropatia periférica. Com base em sua fisiopatologia, o diabetes é classificado em tipo 1 e tipo 2 (BRAGA, 2011).

A DM é uma questão de saúde pública, em larga escala e ampla magnitude. Tudo isso devido ao envelhecimento da população e o sedentarismo entre outros fatores relevantes, acredita-se, ainda, que aproximadamente 50,0% dos diabéticos não tem conhecimento de que possuem a doença, já que a diabetes tipo 2 é mais comum do que o tipo 1, perfazendo cerca de 90% dos casos de diabetes (GUARIGUATA, et al., 2014).

No Brasil, o DM chegou ao quarto lugar com maior prevalência entre as doenças crônicas e até 2030 pode sair da nona posição e alcançar a sétima maior causa de mortes no mundo (SHAW et.al., 2010).

2.3 FIBRAS NO CONTROLE GLICÊMICO

As fibras solúveis vêm sendo recomendadas a pacientes com Diabetes devido sua capacidade de retardo do esvaziamento gástrico e sua lenta digestão, o que diminui a absorção de glicose, beneficiando a resposta glicêmica pós-prandial após as refeições ricas em carboidratos (JENKINS et al., 2000).

A recomendação de consumo de carboidratos, é de, no mínimo, 130 g/dia, com preferência aos complexos, ricos em fibras (BRASIL, 2014). Estes são fundamentais para a manutenção de um adequado nível de glicose sanguínea, principalmente as fibras solúveis, promovendo a prevenção das complicações crônicas do diabetes e do aparecimento do diabetes tipo 2, a partir da ação benéfica sobre a homeostase glicêmica (ALBA e AZEVEDO, 2010).

Desta forma, segundo Mello e Laaksonen (2009) as fibras alimentares desempenham uma função contributiva tanto na prevenção da ocorrência, quanto no tratamento do diabetes mellito tipo 2 (DMT2).

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O metabolismo de carboidratos é influenciado pela ingestão de fibras dietéticas. Uma vez que a fibra dietética insolúvel parece melhorar a sensibilidade à insulina, mas os mecanismos exatos não são claros. Ambas, as fibras solúveis e insolúveis podem estar envolvidos na regulação das hormônios, tais como glicose-dependente de insulina e glucagon, que estimulam a liberação de insulina pós-prandial, aumentam a tolerância à glicose, e retardam o esvaziamento gástrico (KACZMARCZYK, MILLER e FREUND, 2012).

Na DM tipo 2, uma dieta baseada em carboidratos simples pode agravar o controle da glicemia ou acelerar o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, neste sentido, diferentes carboidratos podem alterar as respostas de glicemia em relação à natureza do hidrato de carbono, de processamento de alimentos, disponibilidade para α -amilase tempo de esvaziamento, gástrico, perfis hormonais, e pela estimulação de fermentação do cólon para a produção de ácidos graxos cadeia curta (KIM et al., 2003).

Neste sentido, uma alta ingestão de fibras reduziu consideravelmente a concentração da glicemia média diária em relação aos seus valores basais em 9% quando em comparação aos valores observados ao grupo de indivíduos com baixa ingestão de fibras (GIACCO et al., 2000).

Battilana et al. (2001) avaliaram 10 indivíduos saudáveis. Nessa avaliação o que se pode observar é que durante dois dias indivíduos passaram por uma dieta de estabilização, isoenergética, com mesma quantidade de macronutrientes com a presença de beta glucana (8,9g) diária, nesse sentido o que se avaliou a mimetização das taxas de absorção de carboidratos a partir do terceiro dia. Foram avaliadas a concentração de insulina e a glicose pós-prandial, demonstrando que a taxa de insulina foi menor nos indivíduos expostos a beta glucana nas últimas horas de estudo. Os resultados demonstraram que a taxa de insulina foi modestamente menor nos indivíduos que consumiram beta-glucana, nas últimas 3 das 9 h do estudo, devido ao decréscimo no aparecimento da glicose sistêmica. Sendo assim, não houve diferença relevante na redução da glicemia pós-prandial e na taxa de insulina, nas 6 primeiras horas do estudo; porém, houve uma redução de 12% da glicose plasmática no grupo com beta-glucanas. Os resultados mostram que a redução da glicemia pós-prandial observada em estudos prévios é, consequência dos efeitos das beta-glucanas sobre a taxa de absorção de carboidrato no trato digestório, e não um efeito dos produtos de fermentação do cólon.

Estudo realizado com pacientes diabéticos tipo 1, verificou redução significativa nos valores médios de glicose plasmática e hemoglobina glicosilada, quando comparado com o grupo controle, após a ingestão de 39g de fibras/dia (GIACCO, 2000).

À presença de beta-glucanas, é a fibra alimentar solúvel que mais relata benefícios no controle da diabetes mellitus. Esta fibra se apresenta com moléculas com alto peso molecular capazes de aumentar a viscosidade no lúmen intestinal devido à sua presença (WOOD, BEER e BUTLER, 2000).

Nos produtos comerciais o maior teor de beta-glucanas se encontra no farelo de aveia que contém 9,68%, seguido dos flocos de aveia com 7,03%. O estudo sugere que os teores de fibra podem variar com a safra e com fatores genéticos ligados ao grão (FUJITA e FIGUEROA, 2003).

Um estudo desenvolvido com indivíduos portadores de Diabetes Mellitus tipo 2 (DM2), randomizado e controlado, avaliou a resposta glicêmica pós-prandial

a dois diferentes produtos à base de farelo de aveia, em comparação a uma carga de glicose de 12,5g. Os níveis de glicose plasmática foram inferiores nos tempos pós-prandiais de 15, 30 e 45 minutos após a ingestão dos produtos com farelo de aveia. No mesmo estudo, uma carga de 25 g de glicose oral foi fornecida, com ou sem o acréscimo de 30g de farelo de aveia. Após a ingestão da glicose acrescida do farelo de aveia, a média da glicemia pós-prandial foi menor nos tempos pós-prandiais de 30, 45 e 60 minutos, em comparação à glicose oral. O estudo demonstrou um efeito positivo da beta-glucana na resposta glicêmica pós-prandial, em indivíduos portadores de DM2 (TAPOLA et al., 2005).

Em um estudo com fibras, para investigar a resposta glicêmica pós-prandial e a concentração de insulina, o grupo de Bjorklund na Universidade de Lund, Suécia (2005), enriqueceu uma bebida com 5 e 10 gramas de beta glucana de aveia e cevada.

Durante 3 semanas os indivíduos consumiram uma bebida controle e nas 5 semanas consecutivas 4 grupos receberam uma bebida contendo 5 ou 10 gramas de beta glucana e um grupo manteve a bebida controle. Comparada com a bebida controle, 5 gramas de beta-glucana da aveia diminuíram o colesterol total em 7,4% ($p < 0,01$), a glicose em 19% ($p = 0,005$) e a insulina pós prandial em 33% ($p = 0,025$) em um período de 30 minutos. A bebida contendo beta-glucana da cevada não demonstrou resultados significativos. Os autores concluem que 5 gramas de beta-glucana da aveia em bebidas, melhora o metabolismo da glicose e lipídios (Bjorklund et al., 2005).

Jenkins et al, (2000) desenvolveram um estudo com o objetivo de determinar o efeito da adição de beta-glucana, na diminuição do índice glicêmico de produtos com base em aveia. Foram estudados 16 portadores de diabetes mellitus tipo 2, os quais receberam 50g de carboidrato na forma de pão branco, cereal matinal à base de aveia e 2 alimentos protótipo enriquecidos com beta-glucana. Testes de glicemia capilar foram feitos em jejum e nos tempos pós-prandiais 30 até 180 min.

Os protótipos ricos em fibra solúvel apresentaram índice glicêmico mais baixo, em torno de 4 unidades por grama de beta-glucana, em relação ao pão branco e cereal comercial; sugerindo esta fibra como um componente funcional para se controlar a glicemia pós-prandial.

Um trabalho de Cavallero et al, (2002) demonstrou que a inclusão de 6g de beta-glucana, diminui o índice glicêmico dos alimentos na média de 4 unidades por grama de beta-glucana, o que torna esta fibra um potencial adjuvante no tratamento do diabetes.

Entretanto, a pesquisa realizada por Ramos (2004) identificou que a utilização de extrato seco de Passifloras (farinha da casca de maracujá) é uma alternativa eficaz na redução da glicemia em pacientes com diabetes mellitus tipo 2. A responsável por este mecanismo é a presença, na casca desta fruta, de elevado teor de pectina, um tipo de fibra solúvel.

Liese et al. (2005) estudando a relação entre a ingestão de fibra e a sensibilidade à insulina, em 323 pacientes com intolerância à glicose, observaram efeitos benéficos em 236 relação à sensibilidade à insulina e na função pancreática. Recentemente, este achado foi confirmado por Weickert e Pfeiffer (2008), quando demonstraram a contribuição do consumo de fibras para a melhoria da sensibilidade à insulina, modulação da secreção de determinados hormônios do intestino, e efeito nos vários marcadores metabólicos e inflamatórios que são associados com a síndrome metabólica.

Com o objetivo de verificar os efeitos da ingestão de aveia, um cereal rico em fibra solúvel, na composição corporal, Saltzman et al. (2001), avaliaram 41 homens e mulheres não diabéticos. Os pacientes que receberam a dieta com altas concentrações de aveia relataram sentir menos fome entre as refeições quando comparados ao grupo controle, demonstrando o possível efeito da fibra solúvel na saciedade.

Panahi et al. (2007), em estudo randomizado duplo cego, com 11 indivíduos saudáveis, compararam o efeito de dois diferentes métodos de processamento na concentração de beta-glucana da aveia. A aveia submetida ao método de processamento enzimático apresentou maior viscosidade, sendo assim, os pacientes que a consumiram apresentaram melhor resposta nos níveis sanguíneos de glicose pós-prandial e, conseqüentemente, melhora do controle glicêmico.

Sartorelli et al. (2005) avaliaram a relação entre o consumo de fibra alimentar e o risco de alterações glicêmicas, por meio de análise de consumo alimentar (questionário de frequência alimentar) e teste de tolerância à glicose. A pesquisa foi realizada em uma população de brasileiros de origem japonesa, com idade média de 55 anos, que não apresentavam glicemia de jejum alterada, intolerância à glicose ou diabetes. A partir desse estudo notou-se que tanto a quantidade, quanto a qualidade da fibra alimentar presente na dieta, interferiram no metabolismo da glicose, e que o maior consumo de alimentos refinados, sucos de fruta e frutas poderiam elevar o risco de distúrbios do metabolismo da glicose.

Um estudo randomizado, controlado, duplo cego de três dias, conduzido com 60 adultos portadores de Diabetes Mellitus tipo 2 usando hipo-glicemiante oral, avaliou o efeito pós prandial de uma barra de cereal enriquecida com a fibra solúvel guar. As barras testadas tinham a mesma quantidade de calorias e se diferenciavam na quantidade de goma guar: enquanto que a barra-teste continha 8,4g de fibra, as barras-controle apresentam 0 ou < 5 g por porção. Foi avaliada a resposta glicêmica pós prandial, assim como a resposta insulínica. Os resultados demonstraram uma menor área sob a curva ($p < 0,0001$) nos indivíduos que consumiram a barra enriquecida com fibras, apresentando menor resposta glicêmica e insulínica se comparados às barras comerciais com baixo teor de fibras (FLAMMANG et al., 2006).

Em estudo randomizado, duplo-cego, realizado por Flammang et al.(2006),

com 60 indivíduos adultos com diabetes tipo 2, o consumo de uma barra de cereal com fibras solúveis diminuiu significativamente a glicemia pós-prandial, quando comparado à resposta glicêmica induzida pelo consumo de duas barras de cereais comerciais.

4 CONCLUSÃO

O DM tipo 1 e em especial tipo 2, são doenças crônicas que afetam a população em um grande número, não transmissível, mas são vários fatores que acarretam seu aparecimento, sendo os hábitos alimentares a principal causa para diabetes tipo 2.

Quando não controlada a glicemia no diabetes mellitus acarreta uma série de complicações graves a saúde. Para existir sucesso no manejo do diabetes é necessário adotar uma rotina adequada por meio de adoção de hábitos saudáveis, como o acréscimo de fibras na alimentação.

As fibras alimentares atuam de formas diversas sobre o controle da diabetes, como verificado nos estudos avaliados nesta revisão. Os efeitos benéficos são decorrentes, principalmente, do consumo de fibras solúveis, mesmo os mecanismos e efeitos das fibras solúveis não serem completamente esclarecido sobre o controle glicêmico.

Um bom aporte de fibras, dentro das recomendações diárias das DRIs, mostram que são auxiliar na manutenção e redução de níveis glicêmicos, contribuindo para o controle da glicemia.

Desta forma, conclui-se que é fundamental o acompanhamento de um profissional Nutricionista para adequar as necessidades de cada pessoa portadora de diabetes mellitus, considerando a importância da alimentação no manejo da doença com ênfase no estímulo de alimentos fontes de fibras, por acarretar benefícios no controle glicêmico e melhorar a qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, C. F.; ALENCAR, M. F.; MOURA, R. M. de. M.; MOURA, R. T. A. **Estudo nutricional e análise do consumo de fibras alimentares em pacientes portadores de diabetes mellitus na Unidade Básica de Saúde Osvaldo Brandão Vilela**, Maceió, AL. Trabalho de Conclusão de curso- UNIT- Universidade Tiradentes-AL-2019.

BATTILANA, P.; ORNSTEIN, K.; MINEHIRA, K.; SCHWARZ, J.M.; ACHESON, K.; SCHNEITER, P.; TAPPY, L. Mechanisms of action of beta-glucan in postprandial glucose metabolism in health men. **Eur. J. Clin. Nutr.**, v.55, p.327333, 2001.

BERNAUD, F.S.R.; RODRIGUES, T. C. Fibra alimentar - Ingestão adequada e efeitos sobre a saúde do metabolismo. **Arq Bras Endocrinol Metab**, Porto Alegre, p. 397-405, 1 jan. 2013.

BJORKLUND, M.; REES, A.V.; MESINK, R.P.; ONNING, G. Changes in serum lipids and postprandial glucose and insulin concentrations after consumption of beverages with betaglucana from oats or barley: a randomized dose-controlled trial. **Eur. J. Clin. Nutr.**, v.59, p.1272-1281, 2005.

BRAGA, E. D. Efeito da suplementação do amido resistente na obesidade e diabetes tipo 2. **Revista Brasileira de Obesidade Nutrição e Emagrecimento**, Sao Paulo - SP - Brasil, p. 277-283, 30 jul. P 277. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. departamento de atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / ministério da saúde, secretaria de atenção à saúde, departamento de atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : ministério da saúde, 2014. 156 p. : il.

CARVALHO, F. S. et al. Importancia da orientação nutricional e teor de fibras da dieta no controle glicêmico de pacientes diabeticos tipo 2 sob intervenção educacional intensiva. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo - SP - Brasil, p. 110-119, 1 jan. 2012.

CAVALLERO, A.; EMPILLI, S.; BRIGENTI, F.; STANCA, A.M. High (1→3, 1→4)-beta-glucan barley fractions in bread making and their effects on human glycemic response. **J. Cereal Sci.**, v.36, p. 59-66, 2002.

Codex Alimentarius. **Guidelines on nutrition labelling CAC/GL 2 - 1985 as last amended 2010**. Joit FAO/WHO Food Standards Programme, Secretariat of the Codex Alimentarius Commission, FAO, Rome, 2010.

FUJITA, A.H.; FIGUEROA, M. O. R.. Composição centesimal e teor de beta-glucanas em cereais e derivados. **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas , v. 23, n. 2, p. 116-120, Aug. 2003.

GIACCO, R, PARILLO, M, RIVELLESE, A.A, LASORELLA, G. GIACCO A, D'EPISCOPO, L, et al. Long-term dietary treatment with increased amounts of fiber-rich low-glycemic index natural foods improves blood glucose control and reduces the number of hypoglycemic events in type 1 diabetic patients. **Diabetes Care**. 23(10):1461-6.2000.

GIANE. S. M., HANS G. e LYS, M. B. C. Visão retrospectiva em fibras alimentares com ênfase em betaglucanas no tratamento do diabetes. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences** vol. 45, n. 1, jan./mar., 2009.

GROSS, J. L. et al. **Diabetes Melito: Diagnóstico, Classificação e Avaliação do Controle Glicêmico**. Serviço de Endocrinologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, p. v.46, 14 nov. 2001. GUARIGUATA, L, WHITING DR, HAMBLETON I, BEAGLEY J, LINNENKAMP U, SHAW JE. Global estimates of diabetes prevalence for 2013 and projections for 2035. **Diabetes Res Clin Pract** 2014; 103(2): 137-49.

HOWLETT, J.F, BETTERIDGE, V.A. CHAMP, M. CRAIG, S.A, MEHEUST, A. JONES, J.M. The definition of dietary fiber - discussions at the Ninth Vahouny Fiber Symposium: building scientific agreement. **Food Nutr Res.** 2010;54:10.3402/fnr.v54i0.5750. Nov 1. 2010.

INSTITUTE OF MEDICINE (IOM). **Dietary reference intakes for energy, carbohydrate, fiber, fat, fatty acids, cholesterol, protein, and amino acids.** Washington, DC: National Academies Press, 2005.

INSTITUTE OF MEDICINE. **Dietary Reference Intakes. Washington, D.C.:** The National Academies Press; 2006.

JENKINS DJ, KENDALL CW, AXELSEN M, AUGUSTIN LS, VUKSAN V. Viscous and nonviscous fibres, nonabsorbable and low glycaemic index carbohydrates, blood lipids and coronary heart disease. **Curr Opin Lipidol.** 11(1):49-5. 2000.

KACZMARCZYK, M.M., MILLER, M.J., FREUND, G.G. The health benefits of dietary fiber: beyond the usual suspects of type 2 diabetes mellitus, cardiovascular disease and colon cancer. **Metabolism.** Aug;61(8):1058-66.2012.

KIM, J.G., BAGGIO, L.L., BRIDON. D.P., CASTAIGNE, J.P., ROBITAILLE, M.F, JETTÉ, L., BENQUET, C., DRUCKER, D.J. Development and characterization of a glucagon-like peptide 1-albumin conjugate: the ability to activate the glucagon-like peptide 1 receptor in vivo. **Diabetes.** 2003.

LIESE, A. D.; SCHULZ, M.; FANG, F.; WOLEVER, T. M.; D'AGOSTINO, R. B. JR; SPARKS, K. C.; MAYERDAVIES, E. J. Dietary glycemic index and glycemic load, carbohydrate and fiber intake, and measures of insulin sensitivity, secretion, and adiposity in the insulin resistance atherosclerosis study. **Diabetes Care,** v. 28, n. 12, p. 2832-2838, 2005.

MACEDO, T. M. B.; SCHMOURLO, G.; VIANA, K. D. A. L. Doenças crônicas e distúrbios metabólicos. **Revista UNI,** Imperatriz, ano 2, n. 2, p. 67-77, jan./jul., 2012.

MAGALHAES, B. C.; CABRAL, N.A.L.; CASTRO, E.E.C.; OLIVEIRA, A. T.V.; GOMES R. de S.; SAMPAIO, G. C. Consumo de fibras alimentares entre indivíduos adultos em um supermercado de São Luís, Maranhão. **Rev Pesq Saúde,** 17(3): 137-140, set-dez, 2016.

MELLO, V. D.de; LAAKSONEN, D. E.. Fibras na dieta: tendências atuais e benefícios à saúde na síndrome metabólica e no diabetes melitos tipo 2. **Arq Bras Endocrinol Metab,** São Paulo, v. 53, n. 5, July 2009.

PAPATHANASOPOULOS A, Camilleri M. Dietary fiber supplements: effects in obesity and metabolic syndrome and relationship to gastrointestinal functions. **Gastroenterology.** 138:65-72.2010.

PANAHI, S.; EZATAGHA, A.; TEMELLI, F.; VASANTHAN, T.; VUKSAN, V. β -Glucan from two sources of oat concentrates affect postprandial glycemia in relation to the level of viscosity. **J. Am. Coll. Nutr.,** v. 26, n. 6, p. 639-644, 2007.

RAMOS, E.R.F. **O uso de Passiflora spp. no controle do Diabetes mellitus: estudo qualitativo preliminar.** Maringá, 36p. Monografia de Conclusão de Curso de Farmácia, Centro Universitário de Maringá .2004.

SALTZMAN, E.; MORIGUTI, J. C.; DAS, S. K.; CORSALES, A.; FUSS, P.; GREENBERG, A. S.; ROBERTS, S. B. Effects of a cereal rich in soluble fiber on body composition and dietary compliance during consumption of a hypocaloric diet. **J. Am. Coll. Nutr.,** v. 20, n. 1, p. 50-57, 2001.

SARTORELLI, D. S.; FREIRE, R. D.; FERREIRA, S. R.; CARDOSO, M. A.; JAPANESE-BRAZILIAN DIABETES STUDY GROUP. Dietary fiber and glucose tolerance in japanese brazilians. **Diabetes Care,** v. 28, n. 29, p. 2240-2242, 2005.

SHAW JE, SICREE RA, ZIMMET PZ. Global estimates of the prevalence of diabetes for 2010 and 2030. **Diabetes Res Clin Pract.,** 87(1): 4-14.2010.

SOUZA, B. E. da S.; CUNHA, J.R.de M.; OLIVEIRA, M. L. de A.; SILVEIRA, A. C. M.; VIEIRA, V. B. Importante papel das fibras alimentares no tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. **International Journal of Nutrology.**11(S 01): S24-S327.2018.

TAPOLA, N.; Karvonen, H.; Niskanen, L.; Mikola, M.; Sarkkinen, E. Glycemic responses of oat bran products in type 2 diabetic patients. **Nutr. Met. Card. Dis.,** v.15, p.255- 261, 2005.

WEICKERT, M. O.; PFEIFFER, A. F. H. Metabolic effects of dietary fiber consumption and prevention of diabetes. **J. Nutr.,** v. 139, n. 3, p. 439-442, 2008.

WOOD, P. J.; BEER, M. U.; BUTLER, G. Evaluation of role of concentration and molecular weight of oat beta-glucan in determining the effect of viscosity on plasma glucose and insulin following an oral glucose load. **Br. J. Nutr.,** v. 84, n. 1, p. 19-23, 2000.

ZAPAROLLI, Marília Rizzon et al. Alimentos funcionais no manejo da diabetes mellitus Functional foods in the management of diabetes mellitus. **Revista Ciência & Saúde,** [s. l.], v. 6, n. 1, p. 12-17, 2013.

GUARIGUATA. L, WHITING DR, HAMBLETON I, BEAGLEY J, LINNENKAMP U, SHAW JE. Global estimates of diabetes prevalence for 2013 and projections for 2035. **Diabetes Res Clin Pract** 2014; 103(2): 137-49.

HOWLETT, J.F, BETTERIDGE, V.A. CHAMP, M. CRAIG, S.A, MEHEUST, A. JONES, J.M. The definition of dietary fiber - discussions at the Ninth Vahouny Fiber Symposium: building scientific agreement. **Food Nutr Res.** 2010;54:10.3402/fnr.v54i0.5750. Nov 1. 2010.

INSTITUTE OF MEDICINE (IOM). **Dietary reference intakes for energy, carbohydrate, fiber, fat, fatty acids, cholesterol, protein, and amino acids.** Washington, DC: National Academies Press, 2005.

INSTITUTE OF MEDICINE. **Dietary Reference Intakes. Washington, D.C.:** The National Academies Press; 2006.

JENKINS DJ, KENDALL CW, AXELSEN M, AUGUSTIN LS, VUKSAN V. Viscous and nonviscous fibres, nonabsorbable and low glycaemic index carbohydrates, blood lipids and coronary heart disease. **Curr Opin Lipidol.** 11(1):49-5. 2000.

KACZMARCZYK, M.M., MILLER, M.J., FREUND, G.G. The health benefits of dietary fiber: beyond the usual suspects of type 2 diabetes mellitus, cardiovascular disease and colon cancer. **Metabolism.** Aug;61(8):1058-66.2012.

KIM, J.G., BAGGIO, L.L., BRIDON. D.P., CASTAIGNE, J.P., ROBITAILLE, M.F, JETTÉ, L., BENQUET, C., DRUCKER, D.J. Development and characterization of a glucagon-like peptide 1-albumin conjugate: the ability to activate the glucagon-like peptide 1 receptor in vivo. **Diabetes.** 2003.

LIESE, A. D.; SCHULZ, M.; FANG, F.; WOLEVER, T. M.; D'AGOSTINO, R. B. JR; SPARKS, K. C.; MAYERDAVIES, E. J. Dietary glycemic index and glycemic load, carbohydrate and fiber intake, and measures of insulin sensitivity, secretion, and adiposity in the insulin resistance atherosclerosis study. **Diabetes Care,** v. 28, n. 12, p. 2832-2838, 2005.

MACEDO, T. M. B.; SCHMOURLO, G.; VIANA, K. D. A. L. Doenças crônicas e distúrbios metabólicos. **Revista UNI,** Imperatriz, ano 2, n. 2, p. 67-77, jan./jul., 2012.

MAGALHAES, B. C.; CABRAL, N.A.L.; CASTRO, E.E.C.; OLIVEIRA, A. T.V.; GOMES R. de S.; SAMPAIO, G. C. Consumo de fibras alimentares entre indivíduos adultos em um supermercado de São Luís, Maranhão. **Rev Pesq Saúde,** 17(3): 137-140, set-dez, 2016.

MELLO, V. D.de; LAAKSONEN, D. E.. Fibras na dieta: tendências atuais e benefícios à saúde na síndrome metabólica e no diabetes melitos tipo 2. **Arq Bras Endocrinol Metab,** São Paulo, v. 53, n. 5, July 2009.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS ALIADA NO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

¹Aline Borsato Corrêa Coelho

²José Correia Gonçalves

RESUMO

Este artigo aponta a notável relevância da gestão documental através de um gerenciamento eletrônico. Os documentos são fundamentais dentro da instituição e atualmente existem maneiras que podem facilitar o seu manuseio e tratamento. O objetivo dessa pesquisa foi constatar os problemas que a empresa possui com a organização dos documentos e como a inserção da tecnologia poderia facilitar nos processos. Os principais resultados encontrados foram a diminuição do uso do papel e gasto com impressão; aumento dos rendimentos dos colaboradores; fidelização com os clientes e firmamento com a concorrência. As metodologias utilizadas no desenvolvimento desse estudo foram pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, observação in loco e entrevistas informais com os colaboradores da organização.

Palavras-chave: Organização. Documentos. Tecnologia.

THE IMPORTANCE OF DOCUMENT MANAGEMENT ALLIED IN ELECTRONIC MANAGEMENT IN AN ORGANIZATION WITHOUT PROFITABLE PURPOSES

ABSTRACT

This article points out the noteworthy relevance of document management through electronic management. Documents are essential within the organization and there are currently ways that they can facilitate their handling and treatment. The objective of this research was to verify the problems that the company has with the organization of the documents and how the insertion of the technology could

¹Acadêmica do Curso de Administração, 8ª fase do Centro Universitário UNIFACVEST.

²Graduado em Administração, Especialização em Economia de Empresas, Mestre em Economia área de concentração Economia Industrial, Doutor em Ciências Sociais área de concentração Relações Internacionais. Coordenador do Curso de Administração, Prof. das disciplinas de Administração de Projetos, Instrumento de Análise Administrativa, Empreendedorismo e Orientador do Trabalho de Conclusão do Curso de Administração do Centro Universitário UNIFACVEST.

facilitate in the processes. The main results found were a decrease in the use of paper and expenses with printing; an increase in employee earnings; customer loyalty and a firmament with the competition. The methodologies used in the development of this study were bibliographic research, field research, on-site observation and informal interviews with the organization's employees.

Key words: Organization. Documents. Technology.

1 INTRODUÇÃO

Qualquer instituição precisa estar organizada em seus devidos setores, é um procedimento que deve ser de praxe no cotidiano organizacional. Quando se trata de documentação isso é ainda mais necessário, pois à medida que é realizado frequentemente e as informações estão nos seus lugares destinados, o fluxo de trabalho se torna mais efetivo e preciso.

O propósito dessa pesquisa é apontar melhorias para a gestão documental da organização por meio dos recursos eletrônicos.

A pesquisa realizada tem como justificativa a necessidade da empresa em gerir melhor seus documentos, já que são produzidos em grande volume, consultados e modificados regularmente, o que ocasiona em um grande arquivo e inúmeros papéis.

O gerenciamento eletrônico dos mesmos traria mais facilidade para as atividades e uma forma para amenizar o problema.

O objetivo geral desse estudo é ressaltar a importância que a inserção da gestão eletrônica ofereceria no tratamento dos documentos da organização. Os objetivos específicos visam verificar a possibilidade da diminuição do uso do papel e derivados; analisar a redução de espaço e tempo com o arquivamento manual dos dados; considerar a melhoria na produtividade dos colaboradores e a vantagem competitiva frente aos concorrentes.

As metodologias utilizadas no desenvolvimento desse estudo foram pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, observação in loco e entrevistas informais com os colaboradores da organização.

O estudo realizado na empresa em questão demonstra que a gestão otimizada dos documentos é fundamental para a localização e decisões que os colaboradores tomam todos os dias. Esses dados possuem valor imenso e precisam ser utilizados como tal, são objetos base para as atividades seguintes. É um trabalho que acarretará em consequências sérias quando não bem feito e, quando assertivo, traz resultados, vide concorrentes.

O presente artigo apresenta inicialmente o levantamento bibliográfico dos autores acerca do problema encontrado na organização. Na sequência, o capítulo referente ao tema ou problema destaca a história da empresa e os principais pro-

blemas identificados. Finaliza com a análise teórica e comparativa do problema, parte em que são apresentadas as possíveis melhorias para as resoluções dos pontos negativos constatados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em qualquer organização as informações contidas nos documentos são fundamentais em todos os setores, principalmente os primeiros recursos para a tomada de decisão que a mesma possa precisar. Seriam, segundo Baptista; Mueller (2004, p. 15): “[...] matéria-prima de toda e qualquer atividade humana [...]”. Os documentos aumentam conforme essas informações são geradas e dessa maneira:

[...] À medida que os documentos vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. Eles estão unidos por um elo criado no momento em que são produzidos e recebidos, determinado pela razão de sua elaboração e que é necessário à própria existência e à capacidade de cumprir seu objetivo. Eles são um conjunto indivisível de relações intelectuais. (BARTALO; MORENO, 2015, c. 1).

Esta documentação em grande quantidade não estando bem localizada pode resultar em complicações para seus usuários. Para a gestão desses dados, Turban; Volonino (2013, p. 59) destacam que:

[...] nenhuma empresa pode ser eficaz sem dados de alta qualidade que estejam disponíveis quando são necessários. O objetivo do gerenciamento de dados é fornecer ferramentas e infraestrutura para transformar matéria-prima em informação corporativa utilizável, da mais alta qualidade. Os dados são um ativo informativo da organização [...].

Para a gestão documental ser bem-sucedida é imprescindível que o gerenciamento esteja regulado e coordenado. Para Rondinelli (2005, p. 20) “[...] o fato de os documentos arquivísticos se constituírem em fontes de prova das ações que os geram, exige um gerenciamento rigoroso de sua criação, transmissão e guarda, de maneira que se possa, a todo tempo, prestar contas dessas mesmas ações, atender às demandas [...]”.

Quando esse montante gera novos arquivos, abre espaço para a inserção da ferramenta tecnológica com o intuito de reduzir esse problema, Batista (2019, c. 2) reforça: “Devido ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação, a flexibilidade passou a ser muito maior e o acesso, muito mais dinâmico. Os registros, antes guardados em papéis, foram transferidos para bancos de dados de fácil acesso [...]”.

É uma demanda dos colaboradores que utilizam em seu cotidiano organi-

zacional, conforme Ramakrishnan; Gehrke (2011, p. 2) salientam: “[...] os usuários necessitam de ferramentas que simplifiquem as tarefas de gerenciamento de dados e a extração de informações úteis de forma oportuna [...]”.

Não só uma urgência dos funcionários, mas também uma realidade dos novos meios tecnológicos existentes:

Como é sabido, todas as empresas têm problemas no que diz respeito à organização [...]. O tempo de ‘anotar com a caneta’ quanto e a quem se deve dinheiro, por exemplo, já passou. Daí a necessidade da criação de uma ferramenta que pudesse armazenar e cruzar dados e informações sem que sejam necessárias pilhas de papéis. É fácil perceber que uma grande empresa trabalha diretamente com um número sem fim de fornecedores, trabalhadores, empresas prestadoras de serviço etc., o que pode criar sérios problemas de organização [...]. (JOÃO, 2014, p. 6).

Uma dessas técnicas disponíveis se dá através do gerenciamento eletrônico de documentos:

[...] As imagens geradas pelo GED substituem os documentos impressos e têm o mesmo valor do documento original. Quando um fornecedor entrega uma mercadoria, esta vem acompanhada da nota fiscal impressa, que o GED transforma em nota fiscal eletrônica, o que permite à empresa operar os processos sem a tramitação de papéis. [...] não haverá mais necessidade de pastas para arquivar a nota fiscal, nem de furador de papel, arquivo de aço, e o espaço ocupado pelo arquivo poderá ser utilizado para outra finalidade, reduzindo o custo operacional. Também há outras vantagens, como a recuperação de documentos e a realização em tempo real dos indicadores de resultado e dos relatórios de gestão. (CARREIRA, 2009, c. 4).

Esse gerenciamento eletrônico precisa ser hábil. De acordo com Elmasri; Navathe (2005, p. 13): “[...] devem fornecer funcionalidades para a execução de atualizações e consultas eficientemente [...] para aumentar a velocidade de pesquisa [...]”.

Isso refletirá na rotina das atividades administrativas e na aproximação com os clientes, sendo que “[...] clientes e colaboradores querem a prestação de serviços com eficiência e eficácia [...]” (BAHIA, 2018, c. 2).

Por consequência, a produtividade da organização se mostrará eficiente na implementação dos recursos disponíveis contudo, é necessário agir rapidamente frente a concorrência, conforme relatam Baldam; Valle; Cavalcanti (2002, p. 31): “Empresas aparentemente fortes e imbatíveis podem perder o bonde da história e serem ultrapassadas por empresas que compreenderam [...] a verdadeira batalha pela produtividade [...]”.

Com base nas referências acima citadas, verifica-se que o atual cenário

apresenta a possibilidade de novos recursos tecnológicos dentro das organizações e os problemas mencionados podem ser amenizados. É de suma importância que as empresas se beneficiem desse método e o aplique para progredir ainda mais em seus serviços. A falta da devida atenção nesse meio e falta de atualizações pode acarretar na perda de clientes e espaço no mercado.

3 O CAPÍTULO REFERENTE AO TEMA OU PROBLEMA

A organização sem fins lucrativos em análise iniciou suas atividades em nível nacional no ano de 1964 no estado de São Paulo. Em Santa Catarina os serviços começaram em 1984 e dez anos depois a unidade de Lages começou seus atendimentos na cidade e também aos municípios da região serrana.

Possui unidades em todos estados, sendo possível o atendimento a seu público alvo e expansão de seus serviços. Em 2001 as unidades de Santa Catarina se tornaram autônomas.

A empresa em estudo é referência nacional na assistência social e inclusão de jovens e adolescentes no mercado de trabalho, através dos programas de estágio e aprendizagem com base nas legislações que os amparam. Atende empresas (públicas e privadas) que fornecem vagas em busca de novos talentos e contribuem com os jovens candidatos (estudantes e universitários) em suas primeiras experiências profissionais, trazendo novas vivências para os mesmos e provendo responsabilidade social para a sociedade em seus serviços prestados.

Em Lages não é diferente, tem destaque na cidade dos seus serviços e o primeiro lugar quando lembrada em relação a vagas de estágio e aprendiz. Sempre está presente em eventos educacionais e feiras de promoção de novas oportunidades. Possui concorrentes locais diretos na cidade, que são as agências de emprego e organizações que trabalham com estágio e menor aprendiz.

A empresa se mantém através da contribuição institucional das empresas contratantes.

Na organização em análise constatou-se alguns problemas:

- Falta de controle dos documentos: a organização lida com muitos documentos que geram inúmeros papéis. Cada cadastrado possui sua ficha, que apesar de ser registrada no sistema, é sempre impressa para futuras consultas, histórico escolar, currículo, documentos pessoais, contrato de serviço, relatórios e demais documentos que são acrescidos conforme o tempo de serviço realizado;
- Não há departamento de marketing/comercial: na unidade não há um profissional específico para estratégias de fidelização de clientes e ações de promoção nas redes sociais para os jovens. As atividades coordenadas pela matriz que também possui as outras filiais para gerenciar não tratam com a atenção necessária a região;
- A não atenção aos concorrentes locais: foi notado na entidade o cres-

cimento dos concorrentes locais, em que clientes cadastrados optaram pelos demais devido menor burocratização dos documentos, agilidade e também preço. Não há um plano para análise e monitoramento da concorrência e enfrentamento das ações que elas possam tomar;

- Grande espera entre o cadastro e abertura de vaga: Após o estudante fazer o cadastro, verificou-se uma grande demora para ser chamado para uma entrevista, assim como também demora na abertura de uma nova vaga. Não uma consistência entre as duas, são muitos perfis para poucas vagas disponíveis.

4 O CAPÍTULO DA ANÁLISE TEÓRICA E COMPARATIVA DO TEMA OU PROBLEMA

Na empresa em questão, constatou-se a dificuldade na gestão dos documentos físicos que são gerados a partir do cadastro do estudante e formam uma grande quantia de dados. Cadastro, documentos pessoais, currículo, contrato e relatórios. De acordo com Cruz (2007, p. 13): “Se antes a falta de informação penalizava a todos hoje é justamente o excesso, a abundância que torna a nossa vida perigosa.” Mediante formalizada uma contratação, essa lista só aumenta, lotando os arquivos da instituição em estudo e trazendo problemas para a consulta e manipulação diária dos mesmos, já que podem facilmente serem colocados em pastas erradas, e no momento certo não estarem disponíveis. É uma atividade inicial, mas de crucial necessidade para o andamento das atividades, conforme Batista (2019, cap. 2) mostra:

Registrar e guardar documentos em arquivos não é uma mera atividade cotidiana sem importância. [...] De preferência, os arquivos de um departamento devem ser guardados diariamente. Assim, evita-se que, por algum motivo, o documento que será arquivado seja avariado ou perdido. Ao se estabelecer um processo, evita-se que, na correria de guardar um arquivo, ele seja colocado no local errado [...].

Uma alternativa para esse problema seria a mudança da gestão física para a gestão eletrônica da documentação. No lugar dessas inúmeras cópias, montantes de papeladas e guarda separada nos arquivos, essas informações seriam introduzidas para o formato digital; o gerenciamento eletrônico dos documentos. Estariam arquivados também, separados por pastas, mas de melhor acesso, controle e organização, o que evitaria duplicidades, possíveis perdas e tempo investido na localização manual, além de trazer segurança e proteção. Seria possível da mesma forma a consulta veloz por vários usuários simultaneamente, alterações e inserções de novas informações. A redução do uso com folhas, não tendo mais a necessidade de espaços físicos destinados à sua guarda, liberaria espaço e reduziria o gasto com papel e tintas para impressão.

A empresa em análise não possui um setor de marketing/comercial com

foco na fidelização dos clientes e uma ação com os jovens no meio digital. Segundo Valim (2014, cap. 4): “[...] a área comercial pode realizar uma série de atividades distintas que vão desde a prospecção de novos clientes, até a estruturação de cotações e o fechamento de pedidos [...]”. Sugere-se que a empresa invista nesse setor, tendo em vista a quantidade de clientes nas regiões que podem ser conveniados e os lugares que não estão sendo alcançados, garantindo a fidelização e o retorno dos mesmos. Esse profissional também realizaria ações de ‘chamar’ o outro lado de seu público-alvo, os estudantes, extremamente ligados as redes sociais e que precisam de conteúdo específicos, e que pedem uma ação mais de perto. Arelado ao problema anterior na organização em estudo observou-se o crescimento dos concorrentes regionais, que utilizam dentro outros atrativos, a ferramenta eletrônica para a agilidade nos seus processos. Conforme Lima et al (2007, cap. 1): “[...] À medida que os concorrentes se tornam mais capazes de identificar e explorar novas oportunidades de mercado, a organização se vê diante da necessidade de aperfeiçoar cada vez mais as suas atividades de marketing.” Como não há nenhum plano para monitoramento dessas ameaças naturais, é indicado que a organização se proponha a traçar metas para o enfrentamento da concorrência e seja veloz em corrigir as melhorias que ainda não foram feitas. Além de elaborar um plano do que pode ser feito dentro da organização os olhares precisam estar abertos para os concorrentes também.

Na empresa citada, há uma longa espera entre o cadastro inicial e a abertura de uma vaga, não um crescimento equivalente das vagas com os cadastros do banco de dados. Segundo Jones; George (2011, p. 28):

Hoje, as empresas podem ganhar ou perder a corrida competitiva, dependendo de sua rapidez – com que rapidez elas podem levar novos produtos ao mercado – ou de sua flexibilidade – com que facilidade elas podem mudar ou alterar a maneira como desempenham suas atividades para reagir às ações dos concorrentes. As empresas que têm rapidez e flexibilidade são concorrentes ágeis: seus gerentes têm capacidades superiores de planejamento e organização [...].

Na empresa em análise nota-se a necessidade de abertura mais rápida das oportunidades e o uso do banco de dados disponível. É recomendado verificar que cursos não estão sendo chamados para entrevistas, que cursos não possuem inscrições, que áreas não possuem empresas conveniadas e que campos não estão sendo explorados. Passa uma visão negativa dos dois lados: o estudante que não é chamado porque não têm vagas, se sente desvalorizado, sem oportunidades, e a empresa que abre a vaga, mas não recebe os perfis para ocupar a posição.

Na empresa em questão constatou-se que para a melhor gestão dos documentos, a não atualização do meio utilizado, está interligado aos demais problemas. Processos que facilitam as atividades trazem resultados na produtividade dos colaboradores e no desempenho final com os clientes.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou como tema principal a importância da gestão dos documentos em conjunto com a incorporação no gerenciamento eletrônico dos mesmos. A atualização para esse modelo tem como objetivo melhorias nos processos da organização e na produtividade dos seus serviços.

Conforme análises feitas, a empresa em destaque possui uma falta de inovação no seu modelo de gestão documental, o que está acarretando na sua produção com os clientes e abrindo espaço para seus concorrentes diretos explorarem esses espaços. Nota-se a urgência em se adaptar aos novos aperfeiçoamentos disponíveis, reforçando sua posição de destaque nos serviços em que atua. Através dessa evidência, ficou claro que a organização necessita dar mais atenção as oportunidades que são fornecidas tecnologicamente para a resolução dos problemas apontados. Um problema principal está conectado com as demais falhas diagnosticadas durante a pesquisa levantada.

O estudo em questão proporcionou a análise tanto na teoria como na prática da gestão dos dados organizacionais e como eles são fundamentais nas decisões e nos departamentos dentro de uma organização. Viabilizou, também, a busca pelas melhorias dos problemas identificados, propondo soluções e ferramentas cabíveis que auxiliarão no desempenho da organização.

REFERÊNCIAS

BALDAM, R. de L.; VALLE, R.; CAVALCANTI, M. **GED: gerenciamento eletrônico de documentos**. São Paulo: Érica, 2002.

BAHIA, E. M. dos S. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=BOZwDwAAQBAJ&pg=PT14&dq=Compet%C3%A2ncias+Arquiv%C3%ADsticas+no+Mercado+de+Trabalho>. Acesso em: 18 set. 2020.

BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=iRIYAN7JVaUC&printsec=frontcover&dq=Profissional+da+informa%C3%A7%C3%A3o:+o+espa%C3%A7o+de+trabalho>. Acesso em: 18 set. 2020.

BARTALO, L.; MORENO, N. A. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Eduel, 2015. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=6qc3DwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Gest%C3%A3o+em+arquivologia:+Abordagens+m%C3%BAltiplas>. Acesso em: 18 set. 2020.

BATISTA, A. B. C. **Técnicas de arquivamento**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2019. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=ZYyWdWAAQBAJ &printsec=frontcover&dq=T%C3%89CNICAS+DE+ARQUIVAMENTO>. Acesso em: 25 set. 2020.

CARREIRA, D. **Organização, sistemas e métodos: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Biblioteca Virtual Saraiva. Disponível em: <app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:600437>. Acesso em: 25 set. 2020.

CRUZ, T. **Gerência do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=Abz2HdgpK9AC&printsec=frontcover&dq=Gerência+do+Conhecimento>. Acesso em: 10 out. 2020.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de banco de dados**. 4. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2005. Biblioteca Pearson. Disponível em: <plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/296/pdf/0>. Acesso em: 19 set. 2020.

JOÃO, B. N. **Sistemas computacionais**. São Paulo: Pearson, 2014. Biblioteca Pearson. Disponível em: <plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22149/pdf/0>. Acesso em: 18 set. 2020.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=2d7g623qXhEC&printsec=frontcover&dq=Administração+Contemporânea&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 out. 2020.

LIMA, M. et al. **Gestão de marketing**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=KyGHCgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Gestão+de+marketing&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 out. 2020.

RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. **Sistemas de gerenciamento de banco de dados**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=COUJpkH5v38C&printsec=frontcover&dq=gerenciamento+de+dados>. Acesso em: 25 set. 2020.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

TURBAN, E.; VOLONINO, L. **Tecnologia da informação para gestão: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional**. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=S7g3AgA AQBAJ&pg=PA56&dq=gestão+de+documentos>. Acesso em: 25 set. 2020.

VALIM, R. **Como elaborar seu plano de negócios: um guia para empreendedores e estudantes de administração e marketing**. Rio de Janeiro: Letra Certa, 2014. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=-k3uBgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Como+elaborar+seu+plano+de+negócios&hl=pt-BR&sa=X>. Acesso em: 12 out. 2020.

DAS RELAÇÕES ENTRE DIREITO À CIDADE E GEOPOLÍTICA: O TERRITÓRIO DA CIDADE ENQUANTO ESPAÇO POLÍTICO EM DISPUTA

¹Ana Flávia Costa Eccard

²Jordana Aparecida Teza

³Rafaela Francisco da Nóbrega

RESUMO

O presente trabalho visa estabelecer as relações existentes entre Direito à Cidade e o conceito de Geopolítica enquanto uso político do território. Para este fim, utilizamos a noção de direito à cidade como o conjunto de políticas públicas direcionadas à urbe e suas relações com os mecanismos de acesso das garantias constitucionais. Considerando as diversas dimensões de infraestrutura da cidade, nos propomos a pensar o modo pelo qual a cidade pode configurar um ambiente de usufruto de suas potencialidades para uns enquanto para outros se apresenta como um espaço hostil e de exclusão. Nessa medida, trataremos como arcabouço conceitual o geógrafo Milton Santos, o geógrafo David Harvey, o filósofo e sociólogo Henri Lefebvre, dentro outros estudiosos que nos auxiliam na construção de nosso argumento. A metodologia utilizada foi a de tipo exploratória com uso de revisão bibliográfica a partir dos descritores “geopolítica”, “direito à cidade”, “território político”, em plataformas como SCielo (Scientific Electronic Library), acervos de periódicos científicos nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Geopolítica, Cidades, Território, Políticas Públicas, Urbanismo.

INTRODUÇÃO

O atual artigo tem como objetivo compreender o uso político do território pelo prisma das relações existentes entre Direito à cidade e Geopolítica, dois conceitos elaborados por Lefebvre e Milton Santos, respectivamente. Ambos os autores desenvolvem questões que colocam a cidade em situação, significa dizer que o espaço citadino possui em si a qualificação de receber e acolher os indivíduos e que determinada utilização de seu espaço pode incluir ou excluir estes.

¹Doutora em Direito pelo PPGD UVA, doutoranda pelo PPGFIL UERJ, advogada e professora do Mestrado em Direito Sustentável Unifacvest, email: anaeccard@gmail.com.

²Mestre em Direito das Cidades pela PPGD UVA, advogada, membra do IBDU, email: jorda.teza@gmail.com.

³Doutoranda em Filosofia pelo PPGFIL UERJ, email: nobrega.rf@gmail.com.

Nesse sentido a reflexão aqui posta visa o entendimento isonômico e inclusivo desse espaço, portanto a problemática é compreender que para o direito à cidade o espaço político deve ser inclusivo.

O direito à cidade em relação a geopolítica busca compreender as políticas urbanas e os mecanismos de acesso às garantias constitucionais. Lefebvre cunha o termo direito à cidade ao se dedicar a entender as disputas ensejadoras do espaço da cidade articulado à vida social, relacionando o modo como se operam as tensões provocadas pela dinâmica organizacional e acesso à direitos.

A cidade é pensada como projeto democrático para conferir aos seus moradores as garantias de direitos necessárias para a realização da vida individual, familiar e social a todos, sem privilegiar uns em detrimento de outros. Aliado a esse pensamento, se insere também a prerrogativa de tornar a cidade um espaço sustentável atrelado a um futuro, com a preocupação do bom uso dos recursos. O direito à cidade se opera, desse modo, na garantia dos direitos básicos dos cidadãos dentro da estrutura urbana, com vistas a efetivação dos direitos à saúde, à circulação, bem como à moradia (SÉGUIN, 2005).

Já a geopolítica está relacionada ao conceito de território, pode ser conceituada de forma geral por um complexo grupo de ações que se operacionalizam no âmbito das relações de poder, o que pode ser relacionado com o papel do estado no prisma do monitoramento dos espaços territoriais.

Cabe destacar que o conceito aqui utilizado será o pleiteado por Milton Santos, significa dizer que território utilizado, que pode ser ampliado para além do aspecto geográfico, em variadas áreas do conhecimento com diferentes interesses sobre sua aplicação. É importante considerarmos que tal conceito tem sua emergência nas teorias relativas à geografia, em que se tem variadas acepções sobre o termo.

Milton Santos (2011), ao cunhar o termo geopolítica, estabelece relações específicas de atuação no espaço, isto é, o conceito de geopolítica para o geógrafo consiste em atribuir ao território um uso político. O modo pelo qual Santos (2011) entende as relações humanas com o espaço geográfico se baseia na ideia de que as transformações operadas pelas pessoas carregam sentidos diversos e promovem impacto em todos os âmbitos da vida.

1. DO DIREITO À CIDADE

Este artigo propõe abordar a temática do direito à cidade com vistas a compreender as políticas urbanas e os mecanismos de acesso às garantias constitucionais. Lefebvre cunha o termo ao se dedicar a entender as disputas ensejadoras do espaço da cidade articulado à vida social, relacionando o modo como se operam as tensões provocadas pela dinâmica organizacional e acesso à direitos.

O estatuto da cidade concebe as relações existentes no cenário urbano em diversas dimensões que perpassam a infraestrutura, mas também as questões

sociais que se estabelecem no seio da comunidade citadina. Nota-se, portanto, que a esfera legal se ocupa dos aspectos que envolvem não só a vida presente, mas o futuro dos habitantes.

Nessa medida, a cidade é pensada como projeto democrático para conferir aos seus moradores as garantias de direitos necessárias para a realização da vida individual, familiar e social a todos, sem privilegiar uns em detrimento de outros. Aliado a esse pensamento, se insere também a prerrogativa de tornar a cidade um espaço sustentável atrelado a um futuro, com a preocupação do bom uso dos recursos. O direito à cidade se opera, desse modo, na garantia dos direitos básicos dos cidadãos dentro da estrutura urbana, com vistas a efetivação dos direitos à saúde, à circulação, bem como à moradia (SÉGUIN, 2005).

Para essa finalidade é necessário que as instituições viabilizem a fruição dos direitos pelos munícipes aos espaços e serviços. Tornar a cidade um lugar comum a todos os habitantes está no rol das perspectivas da filosofia do comum, a qual tem por base a ideia de que o território é de interesse de todos e usufruí-lo é gozar das garantias fundamentais, as quais perpassam a vida e confere dignidade à pessoa humana. Cabe ressaltar que os direitos básicos estão assegurados pela Constituição Brasileira e também pelos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, ou seja, há proteção legal nos âmbitos nacional e internacional para que os direitos citados se efetivem.

Entretanto, nota-se que os institutos jurídicos não se bastam para efetivar tais direitos, especialmente quando se trata da parcela populacional de baixa renda. O que se observa é que esse grupo padece da implementação do direito de posse e propriedade, ficando vulnerável e à revelia dos interesses públicos. Esse cenário torna patente a necessidade de se elaborar alternativas para empreender a regulamentação dos espaços da cidade, desatrelando-os do alcance apenas de uma classe econômica mais favorecida e tornando-se efetivamente garantido a todos.

O Plano Diretor colabora com a dissipação dos privilégios de poucos em detrimento de muitos ao reforçar a necessidade de mitigar as desigualdades através da implementação concreta do direito à cidade, uma vez que tem como princípio pensar a urbe em seu aspecto social e não apenas especulativo (CORREIA, 2019). A regulamentação do território passa pela concretização de instrumentos jurídicos dedicados à redução da assimetria social presente na cidade, por isso é importante que os direitos comuns a todos os habitantes sejam efetivados.

Assim, o direito à cidade pode ser enquadrado como disputa pelos espaços públicos voltada para a garantia de acesso a direitos como saneamento, mobilidade, lazer, trabalho e acesso à terra. Nessa medida, o espaço da cidade deve ser percebido como o ambiente em que as diretrizes dos documentos legais passem a ser efetivos na implementação de direitos pautados em políticas públicas que possam definir a organização e manutenção de espaços comuns, da mobilidade

de seus cidadãos de modo digno e seguro e da infraestrutura pensada democraticamente (RODRIGUES, 2004).

A segmentarização da estrutura da cidade pode ser relacionada à falta de planejamento adequado às necessidades de seus moradores de modo irrestrito, pois o que se observa é que parte da população é assistida e outra parte permanece em estado de vulnerabilidade (LEFEBVRE, 2001). Essa realidade reflete o modo como a urbanização foi acelerada e desorganizada e como culminou em uma acentuação das desigualdades sociais, econômicas, de acesso e fruição do espaço, bem como de garantias do direito à moradia.

A geografia urbana revela como a cidade é ocupada considerando a classe social, o tipo de moradia e a proximidade com o centro, este entendido como pólo catalisador da economia da urbe. Próximas ao centro encontram-se classes mais abastadas e nas periferias os pobres habitando regiões que não têm, muitas vezes, sequer serviços básicos como saneamento básico e tratamento de esgoto, por exemplo.

O sistema capitalista trata os sujeitos a partir de uma ótica desumanizada, coisificada arrolado à uma sociedade em que tudo pode virar produto e ingressar na máquina de produção. Harvey (2014) explicita o modo como a terra tem um sentido de mercadoria diferente do normalmente usado, mas que é usada visando a geração de lucro através de aluguéis e de valorização do valor de mercado de determinadas regiões cobiçadas pela elite financeira. À essa maneira, se reconfigura a concepção de espaço como o lugar em que a coletividade goza equanimemente de direitos em favor de um grupo seletivo, provocando a perda do sentido social do espaço.

Já segundo Lefebvre (2008), o espaço é concebido de modo estratégico, em que seus usos e atributos são engendrados baseados em políticas firmemente ancoradas ideologicamente. Assim, portanto, a segregação social orquestrada, partindo de um histórico de negação de direitos para alguns grupos, é percebida como uma política fruto de arranjos sociais, como se depreende da leitura do trecho a seguir:

O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto 'puramente' formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social (...) (LEFEBVRE, 2008, p. 61-62).

A cidade se torna, assim, espaço profícuo para disputas que reivindicam o direito à cidade e tem como plataforma as lutas pelo direito de gozar a vida de modo igualitário, envolvendo os princípios que propiciam além da sobrevivência, a dignidade. O espaço da urbe é pensado então como lócus de desenvolvimento máximo das potencialidades humanas de modo generalizado, e não mais como privilégio de grupos específicos.

No Brasil, a legislação que se ocupou de instituir funções sociais à cidade foi elaborada na Constituição Federal, o que se deu com o viés de conferir direitos pautados em princípios que consideram a dignidade humana em sua plenitude. Os instrumentos jurídicos desenvolvidos visam constituir o bem coletivo e assegurar os mesmos direitos a todos os cidadãos, sendo todos iguais perante a lei. Já o estatuto da cidade, por sua vez, definiu melhor os referidos princípios, de modo a facilitar sua implementação para toda a extensão da cidade.

A elaboração do estatuto da cidade teve a participação de movimentos sociais imbuídos de levar a cabo as premissas constitucionais que visam o interesse social. Com sua aprovação, ocorrida no ano de 2001, o estatuto da cidade regulamentou a função social da propriedade e estabeleceu normas que visam o interesse social de modo amplo, considerando desde o bem-estar dos habitantes até o equilíbrio ambiental (RODRIGUES, 2004). É inequívoco, neste ponto, que a promulgação do estatuto advém de lutas de movimentos sociais e de parte da sociedade civil, que se mobilizaram e pressionaram para que se fizesse valer o regramento em prol da garantia de direitos, como no exposto:

A ênfase dos movimentos sociais, nacionais e internacionais, tem sido questionar a supremacia do direito de apropriação, da propriedade do solo, e das edificações urbanas em relação ao direito à vida. É necessário, para que a cidade cumpra sua função social, que a propriedade individual seja, no mínimo, relativizada, para garantir o acesso a todos os moradores à cidade. (RODRIGUES, 2004, p. 11).

Nessa medida, os grupamentos urbanos em situação de exclusão de direitos passam a reivindicar que suas demandas sejam atendidas em conformidade com a norma jurídica, diminuindo as tensões geradas pela ausência de efetivação do pleno direito de fruir a cidade em todas as suas dimensões. A cidade deve ser um espaço em que sua população não seja entendida como um problema, um ônus ao funcionamento da urbe, mas pensados dentro de uma esfera mais complexa. (RODRIGUES, 2004).

Lefebvre (2001) considera que a cidade é palco de formas definidas a partir de muitas variáveis que se intercambiam. Para o autor, ao mesmo tempo em que a cidade deve suprir o necessário para o bom funcionamento das dinâmicas estruturais, que atendam aos direitos relativos à moradia, mobilidade, entre outros da esfera material, também deve possibilitar que a convivência e sociabili-

dade se manifestem dentro de suas próprias relações simbólicas, ou seja, “[...] a necessidade da cidade e da vida urbana só se exprime livremente nas perspectivas que tentam aqui se isolar e abrir os horizontes.” E continua com apontamentos sobre o papel exercido pela urbe em suas muitas significações quando questiona:

As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor da troca, pelo comércio e pelo lucro? Não seria também a necessidade de um tempo desses encontros, dessas trocas? (LEFEBVRE, 2001, p. 105-106).

Nesse sentido, o autor atribui à cidade valores que não se restringem apenas e tão somente ao valor de mercado do bem, fugindo à lógica capitalista utilitária. O que se coloca em discussão é como o ser humano deixa de ser percebido como parte criadora das relações e responsável pelos feitos sociais e passa a ser encarado sob a ótica de um produto. Disso decorre que a vida na cidade passa por processos de reinvenção que só são possíveis através da prática. Assim, Lefebvre (2001) afirma o espaço citadino como o palco em que as relações interpessoais e com o próprio espaço se reconfiguraram com o exercício de viver e experimentar a cidade, não destituindo o processo de crítica necessários ao estabelecimento de novos modos de agir no mundo, menos individualistas e mais coletivistas.

Nessa toada, Harvey (2014) afirma esse senso coletivo como peça fundamental que embasa o direito à cidade, uma vez que esta engloba as necessidades comunitárias e não somente individuais. Harvey (2014) corrobora com o pensamento de Lefebvre (2001) no sentido de tomar a cidade em seu caráter inventor, ou melhor, de notar que os habitantes são os responsáveis pela criação de si na mesma medida que pela criação da cidade. Desse modo, a urbanização atende ao poder coletivo que a torna real.

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. (HARVEY, 2014, p. 30).

O ponto defendido por Harvey coloca em xeque a cidade como um ambiente de busca desenfreada pelos interesses de atender às demandas do capitalismo em detrimento do viés social. Porém, é preciso que sejam atreladas às características da cidade que temos às da cidade que queremos. A cidade, para além de relações sociais, de um lugar articulado, com equipamentos urbanos e tecnologias, é o lugar capaz de nos transformar através de suas transformações.

Rolnik (2020), aponta uma contraposição exercida pelas condições urbanísticas da cidade, onde existe uma correlação de modelos de injustiça social no

plano organizacional citadino. Não se pode negar um movimento excludente, decorrente tanto dos processos de desigualdades sociais como os de desigualdades de capital. O cenário ideal seria o de uma ruptura com a conjuntura de uma cidade bipartida, que potencializa as tensões e causa uma ruptura entre a parte detentora do capital e a parte precarizada, dando abertura às possibilidades de usufruir e vivenciar a cidade de forma isonômica.

Logo, podemos dizer que o processo de urbanização brasileiro evoluiu com contornos próprios se comparado a processos de outros países, levando-se em consideração, por oportuno, o contexto histórico de formação da urbe em território nacional. De acordo com RIBEIRO (2014), a formação da urbanização em solo carioca, traz uma herança do processo do aumento populacional, ocasionado pela crescente demanda de mão de obra e por obras de embelezamento e melhorias no tecido da urbe. Como já explanado anteriormente, esse processo acaba por excluir a camada menos abastada da sociedade, uma vez que um dos fenômenos decorrentes desse movimento traz consigo uma valorização do capital imobiliário em terras nacionais.

Com os objetivos de eliminar os resquícios da sociedade escravista, erguer um cenário modernizante e consolidar o mercado imobiliário, as reformas urbanísticas expulsaram a “massa sobrança” (negros, pedintes, pessoas sem documentos, desempregados de um modo geral) dos locais urbanos mais centrais ou mais valorizados pelo mercado em transformação. Mais do que a cidade colonial ou imperial, a cidade, sob a República, expulsa e segrega. (MARICATO, 1995, p.18)

Decerto, a expansão do capital imobiliário influenciou na formação urbanística e no acesso efetivo do direito à cidade, o que, por sua vez, fortaleceu a dinâmica de divisão da cidade. Se por um lado, a cidade cresce baseando sua estrutura no regime capitalista de enobrecimento, por outro, existe a cidade que sofre com o abandono e a precarização. A formação desse tecido urbanístico trouxe muitas transformações, principalmente sob o prisma legal.

O crescente debate acerca das políticas públicas necessárias e pertinentes às novas competências de cunho urbanístico e a progressiva preocupação com a cidade, movimentou a esfera legislativa. A Constituição Federal, no caput de seu artigo 182, traz elencadas as atribuições do plano diretor, considerando que essa seria uma ferramenta para o desenvolvimento urbano de forma inclusiva e participativa, uma vez que, para sua efetivação é necessário a realização de audiências públicas, a fim de que a sociedade civil tome ciência do que fora deliberado e possa participar de sua construção, atribuindo-se, pois, um cunho de função social à cidade. Como pode se verificar:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O artigo acima transcrito faz parte do rol de dispositivos elencados no plano diretor municipal, que são regulamentados pelo Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de 2001, elaborado pelo legislador como alternativa de proteção ao bem viver, ao espaço e aos ocupantes da cidade, salvaguardando e resguardando os princípios de atribuição da função social da cidade e a aproximação dos direitos constitucionalmente defendidos de igualdade e isonomia, que efetivam o acesso à cidade, além de todos os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. Conforme o exposto acima, o Estatuto da Cidade também evidencia em seu bojo, o cuidado com as prerrogativas subjetivas do direito à cidade, como por exemplo, o direito à moradia, direito à sustentabilidade, direito à infraestrutura, além do direito à uma gestão democrática e participativa da população no quesito elaborativo e de formulação de projetos que envolvam o desenvolvimento urbano, entre outros.

Insta salientar que o Estatuto da Cidade dispõe sobre as peculiaridades inerentes à cidade, o que visa permitir a efetivação da vida na urbe com base na função social da cidade, respeitando as especificidades socioespaciais, considerando que a inclusão e a preocupação com todos os cidadãos resultem na igualdade de condições no direito à vida urbana e na efetivação do direito à cidade, propriamente dito.

2. DA GEOPOLÍTICA

O conceito de território é amplamente utilizado em variadas áreas do conhecimento com diferentes interesses sobre sua aplicação. Entretanto, é importante considerarmos que tal conceito tem sua emergência nas teorias relativas à geografia, em que se tem variadas acepções sobre o termo. Faz-se necessário que se estabeleça as devidas distinções entre território e espaço. Segundo Stürmer e Costa (2017), território se origina de espaço, mas guarda concepções diferentes. O território, para os autores, seria originário do espaço, uma vez que o território carrega um sistema de representações e simbolismos para existir, além da necessidade de que os indivíduos tenham relação com ele, interagindo e conferindo esses valores a ele atribuídos.

Então, para existir território, teríamos: espaço(s), ator(es) e poder(s). Espaço do qual se originará uma forma específica de relação que o ator manterá com ele; o ator (individual, coletivo, social) que se relacionará com o espaço na forma de controle, domínio, apropriação, enfim, exercendo o poder. (STÜRMER; COSTA, 2017, p. 52).

Dentre os atores mencionados por Stürmer e Costa (2017) encontra-se o Estado. As relações entre Estado e território se estabelecem a partir das disputas entre a geografia propriamente dita e a política, o que daria origem a geopolítica, base organizacional de uma sociedade e constituidora de um Estado. O solo enquanto objeto de demarcação territorial, constitui fronteiras que se dão através de um exercício de controle, e formaliza uma ligação entre o homem e a terra. Para La Blache (1994), o território é uma determinação estatal que representa um sistema de organização da coletividade, uma divisão territorial de ocupação e reivindicação de terras. Assim, pode-se considerar que para o Estado a ideia de território carrega atribuições bem específicas e delimitadas quanto à sua formulação, como podemos observar nas palavras de Ugeda:

O território do Estado continua, em sua concepção clássica, apresentando a característica de delimitação [...] e de estabilidade, onde tais limites geográficos têm o condão de perenidade. Considera território de um Estado a porção de superfície terrestre, seja de terra firme ou de água, submetida à soberania do Estado, abarcando seus prolongamentos verticais, estendendo aos espaços do subsolo e aéreo em que se possa desenvolver uma atividade humana assim como os elementos sobre os quais exerça o seu poder estatal [...]. (UGEDA, 2017, p.327)

Por outro lado, há também a concepção, apresentada por Stürmer e Costa (2017), de que o território seria constituído através de uma manifestação humana e de seu trabalho, ainda que a figura do estado esteja presente, exercendo a figura de poder fiscalizador e gerador de tensões sobre a dinâmica dos corpos com relação ao espaço. Mesmo que o território seja entendido como uma delimitação geográfica de espaço, as tensões não serão sanadas, visto que é necessária a interferência humana para dar significação a ele, seja através de uma apropriação consentida ou através de uma investida desordenada para fixar ou conquistar um espaço.

Costa (2010), aponta três cenários distintos para desenhar o conceito de território através de uma atuação social, seriam eles:

A primeira condição territorial é o espaço social em si, tomado como espaço da reprodução da sociedade. Nela se combinam homogeneidade, funcionalidade e regramento moral dos comportamentos humanos. A segunda condição territorial aparece no momento em que há uma fragmentação do espaço urbano pelo território (em diferentes escalas) e micro territorialização (de diferentes sujeitos), combinando, agora, a contestação, a organicidade e outras apropriações que se somam e ao mesmo tempo se opõem à condição territorial anterior. A terceira condição territorial surge como produto misto de forças de homogeneização/diversificação e o espaço social tornado orgânico.

O que se pode verificar através dos cenários acima descritos, é que a partir de um movimento e de uma junção de forças individualizadas, o território ganha um formato espacial delimitado pela sociedade que o ocupa. O modo como acontece a operacionalização das forças sociais advém do fato de que a coletividade se apresenta como resistência e se coloca em uma condição de apoderamento territorial, dinâmica que confronta os limites estabelecidos anteriormente pelo Estado.

Milton Santos (2004) descreve esse momento como um momento de dinamismo no corpo social, que de forma crescente começa a se estabelecer territorialmente em uma escala muito maior em termos espaciais daquela que sofria a interferência predominante e diretamente do Estado. Essa nova dimensão territorial impulsionada pelos grupos de indivíduos que reivindicam o seu lugar no espaço cria novas dimensões demográficas e passam a ter um poder regulador exercido pela autogestão. Insta salientar que em uma extensão socioespacial estabelecida entre e pelo homem, diversifica o conceito de território e dá início a outras territorialidades, baseadas em relações sociais.

Milton Santos (2011), ao cunhar o termo geopolítica, estabelece relações específicas de atuação no espaço, isto é, o conceito de geopolítica para o geógrafo consiste em atribuir ao território um uso político. O modo pelo qual Santos (2011) entende as relações humanas com o espaço geográfico se baseia na ideia de que as transformações operadas pelas pessoas carregam sentidos diversos e promovem impacto em todos os âmbitos da vida. Santos (2011) se afasta de um determinado pensamento acerca da geografia que limitaria a sua abordagem física do espaço. Pelo contrário, o autor afirma a necessidade de se compreender os aspectos políticos que essas relações carregam. Assim,

[...] compreender de um lado as transformações que estão se dando, o impacto dessas transformações no espaço que nos compete estudar, mas também como as transformações feitas no espaço vão contribuir para que uma dada política possa ser possível, para que uma dada economia possa ser possível, para que uma dada sociedade possa ser possível, para que uma dada cultura seja possível, para que uma dada moral seja possível. (SANTO, 2011, p. 15).

Assim, para Santos (2011), o território carrega consigo a intencionalidade dos agentes que dele fazem uso, compreendendo que mesmo um território vazio está inundado de intenções, e portanto, não está vazio. As funções atribuídas ao território conferem a ele o seu significado político-espacial, sempre em relação com as forças presentes em um dado período da história. Relacionar o território com o seu passado e suas intenções futuras é deslocá-lo da sua concepção meramente física e ampliá-lo a uma dimensão do fazer humano em sociedade, pois “não o digo de maneira alusiva, mas de maneira concreta e imediata, porque jamais o hoje é igual ao ontem ainda que o transcurso do tempo seja de vinte e quatro horas.” (SANTOS, 2011, p. 18).

A disparidade de poderio territorial, desemboca em uma conduta de confronto permanente, traduzida pelos movimentos de resistência que se preocupam em ocupar através de um processo de desconstrução, de transformação. Souza (2008), constata que este conflito do poder sobre o território gera uma definição e uma delimitação espacial, seja do ponto de vista geográfico, seja através da interação humana, uma vez que o “outro” também passa a ser percebido como possuidor o que lhe atribui um certo poder.

O território político, se forma através de um movimento de criação de uma sociedade e como ela se organiza, o território não se desentranha de sua característica espacial, mas adquire uma forma definida pelo corpo social que nele se estabelece. Santos (2004, p. 177) defende que, “o território passa a ser visto como algo mais dinâmico e não por acaso ligado aos indivíduos e grupos dessa sociedade”, reforçando que o corpo social enquanto agente inserido em um território, vai de se desenvolver e determinar como se dará desenvolvimento territorial. O território passa a não ser mais absolutamente orquestrado por um domínio de força estatal, como fonte única de exercício de poder, o que permite que o território tenha uma movimentação diferenciada, estimulada pela oposição de forças entre os agentes e o estado.

Santos (2004), salienta que a diversificação de agentes e a distinção de interesses, inclina -se a uma divisão de dimensão territorial mais partida, considerando que as menores partes de um conjunto completo do todo, em se tratando de lugar, de espaço geográfico, se aproxima e se entrelaça mais com o cotidiano social. Essa fragmentação do espaço cria uma contradição, dada a cultura de grandes teorias geográficas que entende o território do espaço geográfico como uma totalidade.

As grandes escolas reconhecidas pela historiografia da Geografia dedicam um esforço significativo à compreensão do território como construção do poder público, estatal, governamental e oficial. A tônica no discurso geográfico já esteve muito assentada na visibilidade das ações do poder público, planejadas, organizadas e burocratizadas, em detrimento da percepção do território como algo criado e mantido pelo poder que emana do(s) indivíduo(s). Considerando que há sujeitos ativos que às vezes pouco dependem do poder público para levar sua vida adiante, pode-se adotar posturas que permitam visualizar o movimento de construção dos territórios pelas vozes isoladas, fragmentadas e desassistidas. A Geografia aderiu à sociedade heterônoma, que solapa as possibilidades de se conceber a formação dos territórios, a territorialização e a territorialidade a partir da iniciativa do indivíduo, da autonomia individual. (STÜRMER; COSTA, 2017, p. 55).

A formação dos territórios a partir de um conceito global e local, que se concebe através da atuação e do poder estatal exercido pelos governantes, era

tido como cardeal quanto a discriminação do espaço geográfico, o que se difere da formação de um espaço, quando existe a atuação do indivíduo enquanto idealizador de uma sociedade independente, autônoma. Zibechi (2015) assevera que a divergência sócio estatal passa a ser a norteadora de formação territorial, que a partir de sua fragmentação adquiriram novos contornos, levando em consideração a necessidade e a movimentação da sociedade que ocupa o território.

É de suma importância que levemos em consideração que para além da formação política de um território geográfico, existe o quesito temporalidade e a particularidade histórica, condições absolutamente relevantes para definir os contornos e as especificidades de cada espaço. Souza (2008, p. 81) afirma que, “os territórios são construídos e desconstruídos, podendo ter caráter permanente ou existência periódica, cíclica, ou seja, não precisam ou devam estar reduzidos à escala nacional e associados à figura do Estado”. Em outras palavras, o que o autor quis chamar a atenção para o fato de que a formação e existência de um determinado espaço, corresponde ao complexo internalizado de forças, tanto as exercidas no sentido agregador do “nós” enquanto partícipes de uma sociedade, quanto dos “outros” enquanto agentes externos, espectadores. Esse processo pode ser observado através do exposto abaixo:

[...] no decorrer da história das civilizações, as regiões foram configurando-se por meio de processos orgânicos, expressos através da territorialidade absoluta de um grupo, onde prevaleciam suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à única presença desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se desvia a essa relação direta com o entorno. Podemos dizer que, então, a solidariedade característica da região ocorria, quase que exclusivamente, em função dos arranjos locais. Mas a velocidade das transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente [...], fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse [...]. Acostumando-nos a uma ideia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, este mundo globalizado, com a ampliação da divisão de trabalho [...], dá-se, paralelamente, uma aceleração de movimentos e mudanças mais repetidas., na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. (SANTOS, 2006, p. 165).

A concepção de território toma com o passar do tempo uma nova roupagem, onde a territorialidade ganha através dos movimentos e dinâmicas da sociedade, um aspecto urbano. Pode-se inferir que esse processo se deu além de outras coisas, pela natureza econômica atribuída ao espaço funcional, ampliando sua existencialidade. Raffestin (1993), salienta que esse espaço deve ser percebido como resultado de um conjunto de manifestações que se dão por agentes diversos, pela condição plural da sociedade, dinâmica contrária da estabelecida pela

rigidez do Estado. O espaço urbano moderniza e modifica o entendimento territorial sobre o lugar comum. Fruto de uma constante construção, onde a disparidade acontece através da multiplicidade de sujeitos e relações que atuam no território de forma dinâmica.

O território passa a ser entendido para além de uma estrutura geográfica, para além de um conceito espacial, ele absorve a identidade da sociedade que nele habita e o transforma. O que é compreendido por um prisma mais humanitário, como um espelhamento, que reflete o sentimento de pertencimento como uma unidade da formação humana, e do urbano, ou seja, da vida em comunidade. A relação do homem com a terra passa por um estreitamento e as tensões geradas pelo exercício de poder, agora anseiam por um viés social, pensado de sobremaneira a garantir que o acesso a essa terra extrapole o conceito mercadológico e permita aos indivíduos a construção de acessos e usufrutos que permeiam um conceito de igualdade e segurança de permanência coletiva nos espaços citadinos.

Considerações finais

Estabelecer as relações políticas do território permite um alargamento da compreensão das dinâmicas e disputas presentes no espaço citadino e como se entrelaçam com a noção de geopolítica explorada como de uso do território em sua acepção política. A sociedade carrega consigo uma identidade construída a partir das transformações ocorridas ao longo da história em conexão intrínseca com a sua espacialidade.

Assim, o direito à cidade fora amplamente discutido no sentido de analisar historicamente o acesso à moradia, a formação dos espaços citadinos, priorizando as garantias constitucionais e a horizontalização dos direitos fundamentais. Perpassando pelo conceito de geopolítica e o uso do território para além de um espaço de disputas, mas com a preocupação de inserção da inclusão social que podemos concluir ser um desdobramento do direito à cidade, além de uma observação sob um viés filosófico de ocupação dos espaços sob uma perspectiva excludente. Portanto, a concentração nas relações existentes entre Direito à Cidade e o conceito de Geopolítica enquanto uso político do território, permite a compreensão das diversas dimensões da infraestrutura da cidade, uma vez que propomos a pensar o modo pelo qual a cidade pode configurar um ambiente de usufruto de suas potencialidades para uns enquanto para outros se apresenta como um espaço hostil e de exclusão. Essa articulação permitiu compreender esses conceitos como instrumentos que possibilitam o efetivo acesso das garantias constitucionais.

REFERÊNCIAS:

CORREIA, Arícia Fernandes. Contributos para a regulamentação da Lei Federal n. 13.465/2017 e a construção do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro 2021e do Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Metropolitana Fluminense. In: (Orgs) MOURA, E. A. C.; MOTA, M. J. P.; TORRES, M. A. A. **Teoria da regularização fundiária**: doutrina, legislação e jurisprudência à luz da lei federal nº 13.465/2017. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

LÉFÈBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo, Estudos Urbanos, Editora Hucitec, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, Martins fontes, 2012.
RODRIGUES, Arlete Moysés. **Estatuto da Cidade**: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. Cadernos Metrôpole, n. 12, 2004.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **Geografia e planejamento**: o uso do território - geopolítica. São Paulo: Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.2, n.2, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SÉGUIN, Elida. **Estatuto da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

STÜRMER, A.; COSTA, B. **Território**: aproximações a um conceito-chave da Geografia. Geografia Ensino & Pesquisa, 21(3), 2017.

UGEDA, Luiz. **Direito Administrativo Geográfico**: fundamentos na geografia e na cartografia oficial do Brasil. Brasília: Geodireito, 2017.

DEMOCRACIAS LIBERAL E ILIBERAL: O ÓDIO À POLÍTICA COMO PROTAGONISTA

Rafael Rodrigues Schmitt

RESUMO

Essa pesquisa investiga os mecanismos e causas da passagem de uma democracia liberal, plena de direitos civis, econômicos e políticos; para uma democracia iliberal, em que, mesmo o chefe do executivo sendo eleito democraticamente pela maioria do povo, passa a dilapidar as garantias e direitos dos cidadãos. Para atingir o objetivo, a pesquisa conceitua o que é a democracia a partir das suas origens na Grécia antiga à atualidade. Define a figura do político e sua construção baseada na relação amigo/inimigo. Descreve também o fenômeno do ódio à democracia, que ocorre quando os cidadãos se voltam contra os valores democráticos do estado de direito em seu próprio prejuízo político.

Palavras-chave: Democracia liberal. Iliberal. Político. Direitos. Ódio.

ABSTRACT

This research investigates the mechanisms and causes of the transition from a liberal democracy, full of civil, economic and political rights; for an illiberal democracy, in which, even though the chief executive is democratically elected by the majority of the people, he begins to squander the guarantees and rights of citizens. To achieve the objective, the research conceptualizes what democracy is from its origins in ancient Greece to the present. It defines the figure of the politician and its construction based on the friend / enemy relationship. It also describes the phenomenon of hatred of democracy, which occurs when citizens turn against the democratic values of the rule of law to their own political detriment.

Keywords: Liberal democracy. Illiberal. Political. Rights. Hate.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo investigar o regime democrático e sua transição de um sistema liberal para um iliberal. Na contemporaneidade, inúmeros e relevantes pesquisadores da ciência política, como é o caso de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt no seu livro “Como as democracias morrem” (2018); Manuel Castells em “Ruptura” (2018); Yascha Mounk em “O povo contra a democracia” (2019), tem constatado o aparecimento do fenômeno das democracias iliberais.

Democracia iliberal é aquela que combina eleições livres e honestas com a diminuição sistemática dos direitos civis dos cidadãos. Compreendendo direitos civis como preconiza a organização Freedom House, citado por Mounk (2019) como a liberdade de expressão e crença, incluindo liberdade de imprensa; direito de assembleia, associação e organização; imparcialidade da justiça e proteção dos direitos humanos; autonomia pessoal e direitos econômicos, incluindo a livre escolha do local de residência e da ocupação.

Para atingir o objetivo principal da investigação, o elegeu-se como objetivos secundários da pesquisa definir o que é a democracia em suas origens, conceituar o político e sua relação amigo/inimigo observado no fenômeno polarizador contemporâneo, e por fim investigar o fenômeno do ódio à democracia que seria um dos fatores responsáveis pelo aparecimento da democracia iliberal.

Esta é uma pesquisa bibliográfica que contempla o que há de mais recente nos textos de ciência política publicados no Brasil tanto em livros de renomados autores como os já citados anteriormente, como textos jornalísticos que tratam sobre o tema. Esta investigação objetiva responder à pergunta de pesquisa: o que são e como acontece a transição das democracias liberais para iliberais?

Para alcançar o objetivo de responder à pergunta de pesquisa este trabalho está dividido em duas unidades. Na primeira unidade, será descrita a origem da democracia, seu conceito em constante transformação e sua evolução. Na segunda unidade, o investigador se ocupará de conceituar o político a partir de Carl Schmitt (2016) como um agente de mudança política, e ao mesmo tempo, demonstrar como acontece a transição de uma democracia liberal com direitos civis plenamente garantidos para uma democracia iliberal por meio da qual os direitos civis dos cidadãos são colocados em risco, e o fenômeno do ódio à democracia como o descreve Jacques Rancière (2014) um fator desencadeante do fenômeno da democracia iliberal.

Esta pesquisa se justifica socialmente pela necessidade de esclarecer como um ambiente político dominado pelo ódio pode minar a própria instituição da democracia liberal, levando a um ambiente político no qual eleições livres e justas podem conduzir ao governo um mandatário que dilapide os direitos civis da população, ocasionando um quadro de crise em que ocorre a transição de uma democracia liberal plena de direitos para sua contraparte iliberal onde os direitos civis da população são retirados.

2 DEMOCRACIA

A história da democracia se inicia na Grécia Clássica na época de Péricles, o famoso legislador, no século V antes de Cristo. Aristóteles foi o primeiro a classificar as formas de governo, segundo Azambuja (2007) que descreve o conceito clássico de Aristóteles como o governo do povo pelo povo, mais precisamente,

como um regime político em que o poder é exercido pela totalidade dos indivíduos, diretamente em uma democracia direta ou indiretamente como em uma democracia representativa.

A clássica definição de Aristóteles pode ser problematizada pelo fato de na Grécia Clássica serem considerados como cidadãos apenas os homens gregos, excluindo mulheres, estrangeiros e escravos que não podiam usufruir do que hoje evidencia-se como vantagens e direitos desse sistema igualitário.

Contemporaneamente, cientistas políticos tem evidenciado rupturas o sistema democrático, observados como um sentimento político de ódio às instituições que asseguram o regime democrático liberal.

Rancière (2014) afirma que o fenômeno do ódio à democracia é tão velho quanto a democracia, segundo ele, o próprio termo é a expressão de um ódio e foi o primeiro insulto político inventado na Grécia antiga por aqueles que enxergavam a destruição de toda ordem legítima na “tragédia” do governo da multidão.

Do ponto de vista político, afirma Azambuja (2008) a definição de democracia é bastante contestada se aplicada as democracias liberais modernas; porque é recente a concessão do direito de voto às mulheres o que estatisticamente deixava de fora e impedia a participação de pelo menos metade da população, impedida de participar de fato e de direito das decisões do governo do estado.

Bobbio (2017) explica que o liberalismo como teoria do Estado, é moderno, enquanto a democracia como forma de governo é antiga.

O pensamento político grego nos transmitiu uma célebre tipologia das formas de governo, das quais uma é a democracia, definida como governo dos muitos, dos mais, da maioria, ou dos pobres (mas onde os pobres tomam a dianteira é sinal de que o poder pertence ao plêthos, à massa), em suma, segundo a própria composição da palavra, como governo do povo, em contraposição ao governo de um (a monarquia) ou de poucos (a oligarquia) (BOBBIO, 2017, p.56).

A democracia liberal não é um estado acabado, ela está em permanente estado de construção, portanto, não é um modelo estabelecido, pronto e finalizado ao qual os cidadãos devem se adaptar.

Segundo Ribeiro (2015), a democracia liberal vive em um estado de expansão conflitiva constante que jamais se reduzirá a um desenho acabado das instituições que a formam, ou a governabilidade ou o jogo dos partidos.

O objetivo dessa construção permanente do regime democrático está na definição de antigos filósofos políticos como Aristóteles que definia a política como a arte de viver juntos e a busca do bem comum, como explica Rancière (2014, p. 35).

Objetivar o bem comum na vida em sociedade não pode ser compreendido como tarefa fácil ou mesmo que haja uma inclinação histórica nos cidadãos

democráticos para a vida boa em comum. A democracia não é uma ideia pronta oferecida aos cidadãos, ela possui uma história e um desenvolvimento sofisticado altamente comprometido por valores da época em que as ideias democráticas foram implementadas evidenciando a moral, os costumes e a cultura de uma população.

O conceito de democracia é complexo e como o de todas as ideias, o seu conteúdo tem variado através do tempo. Na Grécia, a democracia era totalitária, absorvia o homem integralmente, impunha-lhe a religião e a moral, era senhora do corpo e do espírito dos indivíduos (AZAMBUJA, 2007, p. 213).

Grandes políticos que defenderam a causa da democracia liberal, também a problematizaram sem, no entanto, deixar de evidenciar suas virtudes. Azambuja (2007) atribui ao primeiro ministro inglês Winston Churchill (1874-1975), que se notabilizou por sua atuação política na segunda guerra mundial, a seguinte frase: “a democracia é a pior das formas de governo a exceção de todos os outros”. Frase essa que contém ao mesmo tempo um elogio e uma crítica à democracia.

Para Rancière (2014), existe um paradoxo democrático que se explica pelo fato de a democracia como forma de vida política e social se colocar como o reino do excesso. Como forma de repressão do excesso foram criadas as constituições, para ele, o fato de a democracia ser ingovernável prova a necessidade de serem governadas e, ao levar a democracia para um outro povo não significa apenas levar os benefícios do estado constitucional, eleições, imprensa livre e demais direitos civis, compreende também levar a bagunça estrutural da democracia.

Porém o conceito atual de democracia se encontra ainda em elaboração. Azambuja (2007) esclarece que a democracia não deve ser entendida apenas como essencialmente política, é observada a intervenção do estado em matéria econômica, porque não se pensa em liberdade política sem segurança econômica dos cidadãos. Sempre acompanhado dos direitos individuais o regime democrático tem o dever de também assegurar os direitos sociais; não apenas observar o direito dos cidadãos à vida e a liberdade, mas também à educação, a saúde e ao trabalho. Compreende-se então que uma democracia não é apenas política, mas também possui uma dimensão social indissociável de seu projeto político.

Para Bobbio (2017), o que caracteriza o regime político como modernamente se apresenta a democracia seria a defesa dos direitos individuais. Os direitos civis e políticos, nesse sentido embasariam um modelo liberal de democracia.

O estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras é pouco provável que um estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais. A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos (BOBBIO, 2017, p.32-33).

Portanto, nessa investigação assume-se uma visão democrática liberal de Estado como preconizou Bobbio (2017), plena de direitos fundamentais civis, políticos e sociais. Observa-se em seguida a descrição do que é, e o que ocorre quando os direitos fundamentais de seus cidadãos são ameaçados por meio dos próprios mecanismos de funcionamento da democracia liberal, momento em que temos o cenário perfeito para o surgimento de uma democracia iliberal.

3 DEMOCRACIA ILIBERAL

Democracias tradicionais podem entrar em colapso. Muito curiosamente a própria democracia pode engendrar o seu colapso. Levitsky & Ziblatt (2018) no seu livro “como as democracias morrem” se ocupam de diversos contextos de decadência democrática no mundo. Para os autores existem duas regras informais importantes para o pleno funcionamento de uma democracia, estas regras seriam a tolerância mútua e a reserva institucional. A tolerância mútua assegura e reconhece que os rivais, sempre seguindo as regras institucionais, tem assegurado o direito de discordar e competir pelo poder e aspirar ao governo de uma nação. Já a reserva institucional, tem como significado evitar as ações que, embora respeitem a letra da lei, vão de encontro a uma violação clara de seus objetivos. Portanto, pode-se concluir que para muito além do texto de uma constituição, uma democracia liberal plena necessitaria de líderes que não só conheçam, mas também respeitem as regras informais e estabeleçam uma alternância de poder através de eleições democráticas.

O problema se instala quando líderes políticos que conhecem as regras informais não as respeitam e demonstram desprezo pela alternância de poder. Schmitt (2016) em “O conceito do político”, coloca e considera o político como um fenômeno fundamental da existência humana a partir da sua realidade concreta. Embasa seu conceito do político na probabilidade da emergência de um conflito enquanto possibilidade de um estado de diferença dos atores políticos segundo

uma organização amigo-inimigo. Essa relação amigo-inimigo estaria na origem do comportamento da polarização política que envenena as relações entre os cidadãos, considerando que a virtude e o bem sempre estarão do lado do meu grupo, enquanto o vício e o mau sempre acompanharão meus inimigos e vice-versa. Um estranho fenômeno da emergência de polarização política, manifesta como ódio à democracia, é a emergência de novos xingamentos em que se destaca o fascismo. Os meus inimigos sempre serão os fascistas os meus amigos jamais. Orwell (2018) em seu ensaio “o que é o fascismo” destaca que o termo “fascista” se esvazia de sentido justamente porque ele sempre renascerá na opinião do outro, “o inimigo”. A polarização política explica a relação amigo-inimigo no cotidiano das relações entre agentes políticos em uma democracia.

Nesse cenário político disruptivo em que populistas legitimamente eleitos pelo voto direto desmontam instituições democráticas restringindo direitos civis, econômicos; sociais e humanos; discute-se o papel ou culpa, das redes sociais pela emergência desses atores políticos iliberais. Mounk (2019), autor de “O povo contra a democracia”, defende que a internet possibilitou o crescimento do extremismo político e da radicalização de grupos que ao se encontrar apenas em redes sociais promovem um viés de confirmação, ou seja, só conversam com quem já concorda e pensa igual a eles, elemento central para a radicalização. Além de possibilitar a difusão de notícias falsas e conteúdo de ódio usado para demonizar adversários políticos.

O sociólogo catalão Manuel Castells (2019), autor de “Ruptura” enfatiza o lado emocional envolvido na relação amigo-inimigo. Ele caracteriza a política como um fenômeno essencialmente emocional. O eleitor não observaria e racionalizaria as perdas e ganhos de votar em um ou outro político. Seu processo de decisão afetivo baseado na relação amigo-inimigo incentivaria as campanhas políticas planejadas para assassinar reputações e destruir moralmente seu adversário de modo que não gere nenhum vínculo de confiança com os eleitores. Esta seria uma política do medo que pode levar ao ódio à democracia e também ao totalitarismo.

O risco do surgimento de uma democracia iliberal está em que ela se torne uma forma de totalitarismo. Nesse cenário, um estado policial é instalado com o objetivo de vigiar e eliminar o inimigo oriundo do estado de polarização política. Essa eliminação física do discordante político é o momento mais grave e dramático que pode chegar um estado de desintegração de uma democracia liberal, pois todos os direitos civis, político e humanos são suspensos num cenário totalitário. Arendt (1989) considera que o surgimento do totalitarismo inaugura uma nova forma de governo. Para a pensadora política o totalitarismo difere em sua essência de outras formas de opressão política já conhecidas como são os casos do despotismo, tirania e ditadura. O cenário

político descrito aqui é o mais radical que já se observou na história das instituições políticas. Porém, tudo começou com a relação amigo-inimigo que deu origem ao fenômeno da polarização política.

Na prática, o cenário da democracia iliberal se instala através do voto direto. Líderes populistas são eleitos e passam a solapar os valores democráticos a partir do centro da própria democracia um exemplo contemporâneo são Os Estados Unidos atuais.

Os políticos norte-americanos agora tratam seus rivais como inimigos, intimidam a imprensa livre e ameaçam rejeitar o resultado de eleições. Eles tentam enfraquecer as salvaguardas institucionais de nossa democracia, incluindo tribunais, serviços de inteligência, escritórios e comissões de ética. Os estados norte-americanos, outrora louvados pelo grande jurista Louis Brandeis como “laboratórios de democracia”, correm o risco de se tornar laboratórios de autoritarismo, à medida que os que estão no poder reescrevem regras eleitorais, redesenham distritos eleitorais e até mesmo rescindem direitos eleitorais para garantir que não perderão (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 14).

Os cientistas políticos norte-americanos descrevem um cenário político que ilustra perfeitamente como se inicia a criação de mudanças nos mecanismos institucionais de modo a que grupos políticos possam se perpetuar no poder impedindo a alternância.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vários autores da atualidade escreveram sobre a democracia e sua possível ruptura a partir de suas próprias instituições, como um alerta. Querem eles afirmar que o cenário político atual contaminado pelo irracional e pela divisão que fomenta o ódio, podem levar ao desastre. Mas isso não é um destino.

O que se apresenta nessa pesquisa, baseada em dados e fatos e construída a partir da mais recente bibliografia da ciência política por autores renomados, é que se nada for feito a partir de agora o cenário político da democracia pode entrar em decadência.

Todos eles alertam para fissuras, buracos nos muros da fortaleza que é a democracia liberal. No melhor dos mundos possíveis os eleitores votariam observando as necessidades do coletivo, fariam escolhas racionais visando a justiça social e a igualdade de oportunidades.

Para tanto cada eleitor deve se tornar o promotor deste melhor dos mundos, defendendo a democracia e sua história de conquistas.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo, Companhia das letras, 1989.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à ciência política**. Globo. São Paulo: 2007. BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: edipro. 2017.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ORWELL, George. **O que é fascismo? E outros ensaios**. São Paulo, Companhia das letras, 2018.

RANCIÈRE, Jacques, **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. **A boa política: ensaios sobre a democracia na era da internet**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2016.

USO DE LASERTERAPIA PARA A RECUPERAÇÃO DA PARESTESIA DO NERVO ALVEOLAR INFERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Alessandra Marques Diefenthaeler

RESUMO

Introdução: As injúrias causadas ao nervo alveolar inferior podem ser por movimentos indesejados ou até mesmo pelo toque ao nervo. A parestesia do nervo alveolar inferior é definida como uma sensação estranha, desagradável e sem dor. Na literatura são propostos vários tipos de tratamento para a parestesia, sendo cirúrgicos e não cirúrgicos. **Objetivo:** Apresentar uma revisão de literatura que aponte a eficácia da utilização do laser de baixa intensidade no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior. **Metodologia:** Foram analisados artigos, dissertações e teses entre os anos 2011 a 2019, nas línguas portuguesa (Brasil), inglesa e espanhola. A pesquisa foi realizada nos bancos de dados Scielo, Pub Med, Lilacs e Google Acadêmico, como também em livros. Foram incluídas revisões não sistemáticas, relatos de casos clínicos, ensaios clínicos randomizados, estudos longitudinais, revisões sistemáticas e estudos transversais. Não foram incluídos estudos que fugiram do assunto sobre parestesia ou laserterapia. **Revisão Bibliográfica:** Além da alteração da sensibilidade, a parestesia também apresenta interferências orofaciais nas atividades comuns do dia a dia como falar, comer, beber, beijar, maquiar-se, barbear-se, tocar instrumentos de sopro ou apresentar prejuízo na expressão facial. A parestesia do nervo alveolar inferior geralmente é uma lesão causada pela proximidade do nervo com as raízes do dente. Os procedimentos odontológicos que podem causar parestesia do nervo alveolar inferior, incluem exodontia de terceiros molares inferiores, injeção de anestésicos no nervo, endodôntias e instalações de implantes. Na maioria dos casos as lesões de parestesia do nervo alveolar inferior são temporárias. A parestesia pode ser causada por causa física, química, patológica e mecânica. Um dos maiores avanços tecnológicos na área da saúde atualmente, são os lasers, pois eles são instrumentos capazes de depositar energia luminosa nos tecidos de uma forma muito precisa. A laserterapia de baixa potência tem cada vez mais se mostrado promissora no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior, sendo que vários estudos tem demonstrado resultados positivos quanto a aceleração da reabilitação tecidual. **Resultados:** Foram utilizados para a construção do trabalho 24 artigos abordando a parestesia e laserterapia. A base de dados que mais teve estudos incluídos foi o Google Acadêmico com 12 estudos. Dos 24 estudos, apenas 9 se referiam ao tratamento da parestesia com laserterapia. **Conclusão:** O laser de baixa intensidade apresenta-se como uma terapia importante para a recuperação da parestesia, mostrando resultados eficientes no retorno neurosensitivo, principalmente quando o tratamento é iniciado o mais breve possível após ter ocorrido a lesão ao nervo.

Palavras-chaves: Parestesia. Laserterapia. Nervo alveolar inferior. Laser de baixa

intensidade.

USO DE LASERTERAPIA PARA A RECUPERAÇÃO DA PARESTESIA DO NERVO ALVEOLAR INFERIOR: UMA REVISÃO DE LITERATURA

ABSTRACT

Introduction: Injuries caused to the lower alveolar nerve can be due to unwanted movements or even by touching the nerve. Lower alveolar nerve paresthesia is defined as a strange, unpleasant and painless sensation. In literature, several types of treatment for paresthesia are presented, being surgical and non-surgical. **Objective:** Presenting a literature review that points out the effectiveness of low-level laser in the treatment of paresthesia of the lower alveolar nerve. **Methodology:** Articles, dissertations and theses were analyzed between the years 2011 and 2019, in Portuguese, English and Spanish. The research was carried out in the databases of Scielo, Pub Med, Lilacs and Google Scholar, as well as in books. Non-systematic reviews, clinical cases, randomized clinical trials, longitudinal studies, systematic reviews and cross-sectional studies were included. Studies that did not address the topic of paresthesia or laser therapy were not included. **Bibliographic Review:** In addition to sensitivity alteration, paresthesia also presents orofacial interferences in common daily activities such as talking, eating, drinking, kissing, putting on makeup, shaving, playing wind instruments or showing harm in facial expression. Lower alveolar nerve paresthesia is generally an injury caused by the proximity between the nerve and tooth roots. Dental procedures that may cause paresthesia of the lower alveolar nerve include extraction of lower third molars, anesthetics injection into the nerve, endodontics and implant installations. In most cases, lower alveolar nerve paresthesia injuries are temporary. Paresthesia may be caused by physical, chemical, pathological and mechanical causes. One of the greatest technological advances in healthcare today are lasers, as they are instruments capable of depositing light energy in tissues in a very accurate way. Low-level laser therapy has increasingly shown promising in paresthesia of the lower alveolar nerve treatment, as several studies have shown positive results regarding the acceleration of tissue rehabilitation. **Results:** Twenty-four articles addressing paraesthesia and laser therapy were used in the construction of the Project. The database with the most studies included was Google Scholar with 12 studies. Of all 24 studies, only 9 referred to the treatment of paraesthesia with laser therapy. **Conclusion:** Low-level laser is an important therapy for paresthesia recovery, showing efficient results in neurosensative return, especially when treatment begins as soon as nerve damage has occurred.

Keywords: Paresthesia. Lasertherapy. Lower alveolar nerve. Low intensity laser.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATP – Adenosina Trifosfato nm – Nanômetro

GT – Gânglio Trigeminal W – Watt

mW – Miliwatt J – Joule

E – Energia T – Tempo

1. INTRODUÇÃO

Dentes impactados ou parcialmente impactados têm se tornado frequentes na clínica odontológica. Sua extração pode estar indicada por presença de pericoronarite, lesão cística ou tumoral, problemas periodontais, lesão cariada nos segundos ou terceiros molares, indicação ortodôntica além de quadro inflamatório ou infeccioso e ainda, com o intuito de evitar que sua presença danifique regiões anatômicas importantes ou mesmo dentes adjacentes. Nesta crescente, cirurgias com níveis importantes de complexidade podem desencadear eventos pós-operatórios como a parestesia do nervo alveolar inferior, sendo a complicação mais severa após remoção dos terceiros molares inferiores (CARRARO et al.; 2014).

A parestesia pode ser definida como uma alteração na sensibilidade que pode ser causada por uma lesão no nervo ou na medula espinal. É caracterizada por uma sensação de formigamento, adormecimento, retardo de uma percepção tátil, térmica ou dolorosa. A parestesia não pode ser considerada uma complicação, já que ela é ocasionada no transoperatório, portanto, ela é classificada como um acidente (CARRARO et al.; 2014). O nervo alveolar inferior faz parte da terceira divisão do nervo trigêmeo, que se chama nervo mandibular. Este nervo passa pelo canal mandibular, e é responsável pela sensibilidade aos dentes inferiores, periodonto e mucosa do lado que ele está (CORSO et al.; 2019). Em procedimentos de extração de terceiros molares inferiores, devido à proximidade do nervo alveolar inferior, há chance de ocorrer uma exposição e visualização do nervo. Segundo Tay e Go (2004), nos casos que ocorrem a exposição do nervo alveolar inferior, aumenta 20% a chance de ocorrer uma parestesia (COSTA et al.; 2011).

Um dos pontos mais importantes a ser considerado para evitar uma parestesia é a prevenção. Para isso o profissional deve ter total conhecimento anatômico, saber interpretar recursos de diagnóstico, além da habilidade na execução das técnicas terapêuticas. Algo muito importante é realizar uma correta anamnese, avaliando o início dos sintomas, a queixa do paciente e o procedimento odontológico que originou a lesão, como também realizar exame clínico, exames complementares e exame físico, para que assim possa ser realizado um correto diagnóstico e planejamento do caso (SOUZA et al.; 2018).

Uma das formas de tratamento para parestesias que tem sido usada re-

centemente, é a utilização da laserterapia de baixa intensidade. Os lasers podem ser divididos em três grupos, de acordo com sua potência, alto, médio e baixa intensidade (QUEIROZ et al.; 2012). O laser utilizado em casos de parestesia do nervo alveolar inferior é o de baixa intensidade por ter propriedades de estimular o reparo tecidual (SOUZA et al.; 2018). A luz incidida sobre o tecido é absorvida pelos cromóforos que irão absorver os fótons e gerar os efeitos fotofísico e fotoquímico (QUEIROZ et al.; 2012). O reparo tecidual ocorre através da proliferação das células de Schwann, que correspondem às colunas celulares compactas que servem de guia para os axônios que posteriormente irão se formar (BEZERRA et al.; 2019). Outro ponto importante sobre o tratamento com laser de baixa intensidade, é oferecer menor sintomatologia dolorosa e melhora o desconforto pós-operatório (CORSO et al.; 2017).

Diante do exposto, o objetivo do presente estudo é apresentar uma revisão de literatura que aponte a eficácia da utilização do laser de baixa intensidade no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior, bem como as vantagens da sua utilização.

2. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura, buscando publicações entre os anos 2011 a 2019 nos bancos de dados Scielo, Lilacs, PubMed e Google Acadêmico, além de busca em livros. Foram selecionados artigos, dissertações e teses, nas línguas portuguesa (Brasil), inglesa e espanhola. O tempo de busca dos estudos foi de setembro de 2019 a maio de 2020.

Os estudos incluídos na pesquisa foram aqueles publicados em periódicos de qualis A e B, que ofereceram revisão bibliográfica, ensaios clínicos randomizados, relatos de casos clínicos, estudos transversais, estudos longitudinais e revisões sistemáticas. Os estudos incluídos foram selecionados de acordo com as seguintes palavras-chaves: Parestesia. Nervo alveolar inferior. Laserterapia. Laser de baixa intensidade.

Foram excluídos estudos que não se referiram a parestesia ou laserterapia. Também não foram incluídos estudos que tiveram a data de publicação inferior a 2011.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1. Revisão Anatômica e Neurosensorial

Um dos principais nervos que dão sensibilidade cutânea da face e de grande parte do crânio é o nervo trigêmeo, ou V par craniano (CARNIEL et al.; 2016). O nervo trigêmeo pode ser classificado como misto, pois é constituído de duas raízes: uma motora e a outra sensitiva. A raiz sensitiva é responsável por inervar a

dura-máter, a pele da face e de uma parte do crânio, mucosa ocular e nasal, parte anterior da orelha externa, membrana do tímpano, a mucosa bucal, a mucosa lingual e o sistema dentário. Já a raiz motora é responsável por inervar alguns músculos como: temporal, pterigoideos, masseter, milo-hióideo, ventre anterior do digástrico, tensor do tímpano e levantador do palato (COSTA et al.; 2011).

A raiz motora tem uma espessura menor, quando comparada com a sensitiva, tendo em torno de 2 mm. Já a raiz sensitiva é mais volumosa, apresentando uma forma mais achatada com uma espessura de 5 mm aproximadamente. As duas raízes do trigêmeo atravessam as fossas posterior e média do crânio. A fibra motora irá se fundir com o nervo mandibular e a sensitiva termina no GT (COSTA et al.; 2011). Elas têm sua origem na face anterior da ponte (CARNIEL et al.; 2016).

É no GT que se encontra a maioria dos neurônios de origem da porção maior do nervo. O gânglio está localizado na fossa média do crânio e se aloja em uma depressão petrosa do osso temporal, denominada de impressão trigeminal (MADEIRA et al.; 2008). A partir do GT acontece três divisões nervosas com funções sensitivas e motoras que são: nervo oftálmico, nervo maxilar e nervo mandibular. Essas ramificações irão captar as informações somatossensoriais e irão transmitir para o GT (OLIVEIRA et al.; 2018).

Os ramos oftálmicos e maxilar possuem apenas fibras sensitivas, já o ramo mandibular, possui fibras sensitivas e motoras, o que pode classificar ele como misto (COSTA et al.; 2011). O ramo oftálmico sai do crânio através da fissura orbital, o ramo maxilar através do forame redondo e o ramo maxilar pelo forame oval (MADEIRA et al.; 2008).

Os ramos motores do nervo mandibular recebem a denominação dos músculos em que se destinam, já os ramos sensitivos são representados pelos nervos, lingual, auriculotemporal, bucal e alveolar inferior sendo que esse irá originar os nervos mentual, incisivo e milo-hióideo (QUEIROZ et al.; 2012).

O nervo alveolar inferior é o nervo responsável por dar sensibilidade à polpa dental, mucosa e periodonto do lado correspondente (CORSO et al.; 2019). Referente ao seu trajeto, ele primeiro irá percorrer a região do zigomático, logo após ira se alojar no canal mandibular através do forame mandibular (CARNIEL et al.; 2016). Após ele penetrar no canal mandibular, ele irá emitir ramos as raízes dos molares, pré-molar e gengiva. Logo a frente, na região dos pré-molares, o nervo alveolar inferior irá emitir ramos terminais: o nervo mentual que irá inervar o lábio, mento, gengiva vestibular de pré-molares para anterior do lado que o mesmo se encontra; o nervo incisivo irá inervar os dentes anteriores inferiores (QUEIROZ et al.; 2012).

3.1.1. Deficiência Neurosensorial

A deficiência neurosensorial pode ser definida como a insensibilização local em determinada região onde houve uma lesão nos nervos sensitivos. Em casos

mais avançados pode haver alterações na sensibilidade ao frio, calor e dor, e não somente a sensação de formigamento. A etiologia da deficiência neurosensorial pode estar relacionada à algumas condições que estarão presentes no momento cirúrgico, sendo elas mecânicas, físicas, químicas ou microbiológicas (CORSO et al.; 2019).

Dentre os vários tipos de sistemas para a classificação, o mais utilizado é o de Seddon, onde dividiu em três grupos: neuropraxia que é definida como lesão leve sem a perda estrutural e com perda motora e sensitiva; axonotmese é definida como uma lesão causada por esmagamento, percussão ou estiramento onde ocorre a perda da continuidade axonal e degeneração Walleriana sem perder as células de Schwann; neurotmese é definida como uma interrupção completa do nervo, ocorrendo uma desorganização do axônio que é causada por uma fibrose tecidual onde não irá mais acontecer o crescimento axonal (CORSO et al.; 2019).

3.2. Tipos de Acidentes

3.2.1. Disestesia

A disestesia é caracterizada por uma sensação anormal dolorosa, percebida pelo paciente, associada a um trauma nervoso (QUEIROZ et al.; 2012).

3.2.2. Anestesia

A anestesia é caracterizada por uma ausência total da sensibilidade, que pode ser percebida pelo paciente. Pode ter sido resultada de uma secção nervosa (COSTA et al.; 2011).

3.2.3. Parestesia

Podemos definir a parestesia como um distúrbio neurosensitivo localizado no tecido nervoso, podendo ter várias origens, entre elas físicas, químicas, mecânicas e patológicas (COSTA et al.; 2011). A parestesia é uma condição de insensibilização na região inervada, onde foi ocorrido uma lesão nesse nervo (QUEIROZ et al.; 2012). Pode ser caracterizada como uma alteração da sensibilidade, sendo uma sensação de formigamento ou prurido; retardo de uma excitação tátil térmica ou dolorosa e impressão de endurecimento da pele (CARRARO et al.; 2014).

Além da alteração da sensibilidade, a parestesia também apresenta interferências orofaciais nas atividades comuns do dia a dia como falar, comer, beber, beijar, maquiar-se, barbear-se, tocar instrumentos de sopro ou apresentar prejuízo na expressão facial (SOUZA et al.; 2018). Entre outras queixas que os pacientes relatam, também podemos citar: deficiência degustativa, mordidas na língua,

lábios ou bochecha, dificuldade para se alimentar e até mesmo dificuldade de controlar a saliva na boca (QUEIROZ et al.; 2012). Devido a essas alterações sensoriais, muitos pacientes acabam apresentando irritabilidade constante, afinal afeta negativamente a qualidade de vida, tanto física como psicológica (QUEIROZ et al.; 2012; SOUZA et al.; 2018).

A parestesia do nervo alveolar inferior geralmente é uma lesão causada pela proximidade do nervo com as raízes do dente (CARNIEL et al.; 2016). Nesses casos pode haver uma alteração na sensibilidade dos dentes, lábio inferior e região do mento do lado afetado (CARRARO et al.; 2014).

Os procedimentos odontológicos que podem causar parestesia do nervo alveolar inferior, incluem exodontia de terceiros molares inferiores, injeção de anestésicos no nervo, endodontias e instalações de implantes (SOUZA et al.; 2018). Dentre esses procedimentos, podemos citar as exodontias de terceiros molares inferiores como a causa que mais preocupa os cirurgiões dentistas, com uma incidência de parestesia para o nervo alveolar inferior de 0,4 a 8,4% (BEZERRA et al.; 2019). Porém em casos onde o nervo se encontra em íntimo contato com o dente, a incidência de parestesia aumenta para 20 a 35,6% (SOUZA et al.; 2018). Relacionado ao gênero, estudos mostram que pacientes do sexo feminino sofrem com mais frequência de parestesia do nervo alveolar inferior relacionada a exodontias de terceiros molares inferiores, do que no sexo masculino. Porém outro estudo mostra que não há relação do gênero com esse tipo de lesão (SOUZA et al.; 2018).

Na maioria dos casos as lesões de parestesia do nervo alveolar inferior são temporárias. Em 90% dos casos a duração é de aproximadamente 8 semanas. Porém quando a lesão persistir por mais de 6 meses, é muito provável que ela seja definitiva (SOUZA et al.; 2018).

3.3. Causas Associadas a Parestesia do Nervo Alveolar Inferior

A causa da parestesia do nervo alveolar inferior pode ter diversas causas:

- Físicas
- Mecânicas
- Químicas
- Patológicas

3.3.1. Físicas

A causa física é caracterizada pela alteração térmica, seja ela por calor ou frio (COSTA et al.; 2011). A realização de osteotomias com instrumentos rotatórios e uma inadequada refrigeração irá ocasionar excesso de calor, gerando parestesia. Já a parestesia devido ao frio pode ser evidenciada na realização de crioterapia (CARRARO et al.; 2014).

3.3.2. Mecânicas

Estão entre as causas mecânicas, traumas, presença de hemorragias, trauma tecidual ao redor das fibras nervosas, compressão e/ou estiramento com ruptura parcial ou total das fibras nervosas, hematomas e edema em torno do nervo (CARNIEL et al.; 2016).

O procedimento com maior risco de ocorrer parestesia com causas mecânicas são as cirurgias de terceiros molares inferiores. Pode também ocorrer em cirurgias de colocações de implantes, ou até mesmo pela agulha na aplicação de anestesia, devido a sua capacidade de passar pelos fascículos do nervo (COSTA et al.; 2011).

Miloro M. et al. (2016) afirmou que a probabilidade do nervo alveolar inferior ser alvo de um trauma em uma exodontia de terceiros molares inferiores inclusive é demonstrada de forma clara.

3.3.3. Químicas

A causa química é caracterizada pela injeção de medicamentos próximo ao nervo (CARRARO et al.; 2014). A administração de anestésicos locais e/ou outras substâncias em procedimentos odontológicos podem ser a etiologia de parestesia do nervo alveolar inferior (COSTA et al.; 2014).

Alguns estudos relatam que anestésicos locais com alta concentração, sendo eles a articaína 4% e prilocaína a 4%, parecem apresentar maior potencial de neurotoxicidade quando comparado a anestésicos que apresentem concentração de 2%. A incidência de parestesias permanentes causadas por injeção de anestésicos locais é menos frequente, acometendo menos de 0,01% dos casos (SOUZA et al.; 2018).

Em um estudo apresentado por Shin et al. (2015) foi apresentado um caso onde após o extravasamento de material obturador de um tratamento endodôntico, resultou em parestesia. Esta parestesia pode estar relacionada com a toxicidade do material obturador utilizado, causada por uma reação alérgica ou inflamatória, o que acabou reduzindo a condução nervosa (CARNIEL et al.; 2016).

O hipoclorito de sódio quando utilizado incorretamente pode causar parestesia persistente, ou até mesmo anestesia temporária, além de outros problemas como dor, edema, necrose tecidual e hemorragia no canal radicular. Essas complicações se devem pela toxicidade do material (COSTA et al.; 2011).

3.3.4. Patológico

A causa patológica é caracterizada pela presença de um tumor cujo seu crescimento no interior dos tecidos provoca a compressão do nervo, ocasionando

assim dano as fibras nervosas e prejuízo sensorial (QUEIROZ et al.; 2012). O neurilemoma é um tumor de origem benigna que tem sua origem no nervo alveolar inferior. Mesmo ele sendo um tumor assintomático, o seu crescimento causa a expansão do canal mandibular, podendo assim comprimir o nervo alveolar inferior ocasionando dor e parestesia (COSTA et al.; 2011).

Alguns tipos de doenças sistêmicas e infecções também podem estar ligadas com parestesia, sendo elas: sarcoidose viral, infecções bacterianas, esclerose múltipla, além de infecções decorrentes de necrose pulpar e lesões periapicais próximas ao canal mandibular (COSTA et al.; 2011).

3.4. Prevenção e Diagnóstico

A prevenção é um dos pontos mais importantes para evitar a ocorrência de parestesia. O profissional deve conhecer a anatomia da região envolvida para que possa ser evitada intercorrências, saber interpretar exames para o diagnóstico como os exames imaginológicos de boa qualidade, bem como estar capacitado para realizar o procedimento e saber proceder em casos de acidentes (SOUZA et al.; 2018).

Para que o profissional possa prevenir as lesões de parestesia do nervo alveolar inferior, existem exames que podem auxiliar nessa prevenção, variando das técnicas radiográficas mais simples até as mais complexas, como as radiografias periapicais, radiografias panorâmicas e até mesmo tomografias computadorizadas (SOUZA et al.; 2018).

O diagnóstico da parestesia deve ser realizado com base em uma anamnese bem feita e histórico médico, com relato de quando os sintomas começaram (CARNIEL et al.; 2016). O diagnóstico e o exame clínico devem ser realizados o quanto antes para que o tratamento possa ser iniciado, pois sabe-se que quanto antes for o início do tratamento, melhor serão os resultados (OLIVEIRA et al.; 2018). Outro ponto que pode ser avaliado no diagnóstico é a reação da área afetada a estímulos térmicos, elétricos ou químicos e ação mecânica, porém são respostas subjetivas (CARNIEL et al.; 2016).

Segundo Miloro M. et al. (2016) o teste clínico neurossensorial é baseado na inspeção da cavidade oral com a intenção de achar algum trauma ou cicatriz, e também na palpação da área em que apresenta suspeita de lesão nervosa. Ele também alega que deve ser realizada uma análise radiográfica para poder rastrear ou excluir corpos estranhos que estejam comprimindo o nervo.

O teste neurossensorial é dividido em subjetivo e objetivo (SOUZA et al.; 2018). O teste subjetivo é o mais utilizado na prática clínica e consiste em pedir para o paciente anotar em um papel as sensações sentidas durante o exame através de uma escala de linhas ascendentes e descendentes. Porém sua desvantagem é não ser padronizado (COSTA et al.; 2011). Já o teste objetivo é dividido em duas

categorias: mecanoceptivo e nociceptivo. O teste mecanoceptivo utiliza uma escova para mapear a direção e medir a área onde não é sentido nenhum estímulo. Já o teste nociceptivo incluem testes térmicos ou de leves punções sobre a pele. Está relacionado com estímulos que podem causar dor (CARRARO et al.; 2014; SOUZA et al.; 2018).

Os testes que utilizam a sensibilidade térmica, podem ser influenciados por alguns fatores como: a familiaridade com o protocolo do teste, atenção do paciente e idade, bem como também fatores sistêmicos como o uso de drogas e polineuropatias (CARRARO et al.; 2014).

Os exames de imagem não são somente importantes para a prevenção da parestesia, mas também para o diagnóstico. Os exames mais utilizados são as radiografias periapicais, radiografias panorâmicas, tomografias computadorizadas, e ressonância magnética (SOUZA et al.; 2018). Segundo Obha et al. (2014) além de apresentar observações diretas sobre o nervo, possibilita ver se existe alguma patologia no nervo trigêmeo ou doenças cerebrais.

Um estudo realizado por Shahidi et al. (2013), comparou as imagens de tomografia e panorâmica de 132 terceiros molares, com o objetivo de verificar a confiabilidade das radiografias panorâmicas na relação do terceiro molar com o canal mandibular. Puderam concluir que sinais apresentados nas radiografias panorâmicas, como interrupção da linha cortical e escurecimento das raízes sugerem uma relação direta entre as raízes dos terceiros molares e o canal mandibular, sendo assim, uma maior chance de dano ao nervo.

3.5. Tipos de Tratamento

Após o diagnóstico o profissional deve aconselhar o paciente pois, geralmente, eles apresentam uma preocupação e ansiedade sobre a incerteza da evolução do problema. Existem métodos invasivos e não invasivos que podem auxiliar na recuperação da parestesia causada por algum procedimento odontológico (SOUZA et al.; 2018).

Para que ocorra o retorno da normalidade é necessário que as fibras nervosas se regenerem ou que ocorra a remissão das causas secundárias como a reabsorção do sangramento local, redução do edema e inflamação (FLORIAN et al.; 2012). Em casos aonde está ocorrendo uma compressão devido à presença de um corpo estranho decorrente da cirurgia, poderá haver a necessidade de reintervenção. Estudos mostram que parece existir uma correlação entre a duração, origem e significância da lesão com o prognóstico da parestesia. Quanto mais tempo persistir a causa mecânica e química, maior será a degeneração nervosa e maior serão as chances da parestesia se tornar permanente (CARNIEL et al.; 2014). Estudos mostram que a maioria dos pacientes não faz o tratamento e em mais de 96% dos casos ocorre o retorno sensorial espontâneo em até 24 meses (ZGUR et al.;

2017). Esse alto índice de regeneração acontece porque o nervo alveolar inferior fica contido no interior do canal mandibular, o que permite que ele se mantenha em posição para que aconteça a regeneração (CARNIEL et al.; 2014).

A literatura mostra vários tipos de tratamento de parestesia do nervo alveolar inferior, porém antes de determinar o tratamento adequado, o profissional deve investigar a etiologia da parestesia, pois se estiver diante de uma infecção, deverá ser administrado antibiótico para iniciar o tratamento (SOUZA et al.; 2018; ZGUR et al.; 2017). Nos casos onde a etiologia da parestesia é compressão do nervo por edema após um trauma, o tratamento indicado é aguardar que a sensibilidade volte gradativamente, caso não tenha resultado, pode-se utilizar corticoides ou descompressão cirúrgica (FLORIAN et al.; 2012).

Segundo Alves et al. (2014) casos de parestesia causados por infecção e inflamação, foram tratados por tratamento endodôntico, cirurgia periapical, antibiótico terapia ou extração, enquanto a parestesia causada por injeção de anestésico ou por uma sobre-instrumentação, foram resolvidas em alguns dias sem tratamento.

Nos casos onde ocorre dor contínua pode considerar a possibilidade de perda de continuidade e compressão do nervo, sendo a cirurgia imediata o seu tratamento. Porém quando a sensação descrita pelo paciente é semelhante a de uma região anestesiada não é indicado tratamento cirúrgico, uma vez que a posição do nervo no canal mandibular favorece sua regeneração, podendo ocorrer retorno da sensibilidade em um período de 1 a 3 meses (OLIVEIRA et al.; 2018). Muitos tratamentos cirúrgicos e não cirúrgicos são descritos na literatura:

- Medicamento
- Microneurocirurgia
- Acupuntura
- Laser de baixa intensidade

3.5.1. Medicamento

A base da terapia medicamentosa é a remoção da causa, sendo o controle da inflamação, infecção, edema e hematoma. Os medicamentos mais utilizados para a reparação da lesão são os antibióticos, anti-inflamatórios não-esteroides, corticoides e vitamina B (SOUZA et al.; 2012).

Nas lesões causadas por compressões nervosas em caso de edema por um trauma operatório onde não acontece diminuição da ausência de sensibilidade espontânea é recomendado o uso de corticoides (SOUZA et al.; 2012). Diante disso, Miloro et al. (2016) reconhecem que o uso de corticoides proporciona melhora no resultado de uma parestesia causada por uma remoção de terceiro molar ou instalação de implantes, pois diminui o edema causado pela reação local à lesão nervosa.

Para que o tratamento medicamentoso ofereça bons resultados, deve-se avaliar o grau de lesão do nervo (SOUZA et al.; 2012). A vitamina B1 associada a esticnina com dose de 1 miligrama por ampola, aplicada durante 12 dias em injeções intramusculares, favorece a regeneração das fibras nervosas. Outra opção é o uso de 100 miligramas de cortisona a cada 6 horas durante os dois ou três primeiros dias. Se houver melhora, a dose deverá ter um espaçamento maior (CARNIEL et al.; 2016).

Em um estudo realizado por Ezpeleta et al. (2014), foi utilizado para o tratamento de parestesia após um tratamento endodôntico e extravasamento de material obturador, a pregabalina. Tem ações ansiolíticas, analgésicas e antiepilepticas. Foi utilizado pregabalina por 3 semanas associada à prednisona por uma semana. Houve uma redução na parestesia e após 6 semanas a insensibilização desapareceu.

3.5.2 Microneurocirurgia

A microneurocirurgia é usada quando ocorre a transecção ou secção do nervo e tem como objetivo estabelecer a função motora e sensorial, oferecendo condições favoráveis para sua regeneração (SOUZA et al.; 2012). De acordo com alguns estudos, está indicado realizar o procedimento antes de 1 ano após a lesão, pois significativas cicatrizes e atrofia do segmento distal do nervo acontecem até esse período (CARNIEL et al.; 2016).

O primeiro passo na realização da abordagem cirúrgica é a exposição do local, onde deve ser removida uma camada do osso mandibular. Após o nervo ser exposto, deve-se avaliar a extensão da lesão. Depois de evidenciada a lesão, suturam-se cuidadosamente os dois extremos (COSTA et al.; 2011). Caso não possam ser aproximadas as duas extremidades do nervo, existe a possibilidade de realizar um enxerto autógeno com os nervos sural ou auricular magno, pois são nervos com função menos nobre, favorecendo a regeneração axonal. Estudos também apontam tubos artificiais permanentes de silicone para guiar as extremidades (SOUZA et al.; 2012).

Indicações da microneurocirurgia (CARNIEL et al.; 2016):

- Transecção ou laceração do nervo
- Parestesia continuada após 3 meses da lesão
- Dor devido a presença de neuroma
- Dor provocada por presença de corpo estranho
- Deformidade do canal
- Diminuição progressiva da sensibilidade
- Aumento progressivo da dor

Contra indicações de microneurocirurgia (CARNIEL et al.; 2016):

- Dor neuropática central
- Prova de melhora dos sintomas
- Neuropatia
- Parestesia aceitável
- Neuropatia metabólica
- Paciente clinicamente comprometido
- Extremos de idade
- Tempo excessivo depois da lesão

Um estudo realizado por Bagheri et al. (2012) mostrou que a recuperação sensorial foi alcançada em 88,9% dos pacientes que se submeteram a sutura e 87,3% dos pacientes que foram submetidos a enxertos autógenos.

3.5.3. Acupuntura

A acupuntura é uma terapia da Medicina Tradicional Chinesa com mais de 3 mil anos no oriente. Sua técnica constitui basicamente na introdução de agulhas muito finas em pontos do corpo, com a finalidade de restabelecer o equilíbrio energético desse sistema para proporcionar a remissão dos sintomas. Age de uma maneira não invasiva e reversível tanto em fatores locais como em fatores sistêmicos (CARNIEL et al.; 2016).

Quando um ponto é estimulado, os receptores nociceptivos desencadeiam um pequeno potencial elétrico gerando uma ação inflamatória. Então irá ocorrer a liberação de serotonina, endorfina, dopamina, bradicinina além do controle de vias nociceptivas a partir da interação com a substância P (neurotransmissor que controla a dor). Assim os estímulos são conduzidos ao sistema nervoso central pelas fibras A-delta e fibras C. As fibras A-delta estimulam os neurônios encefalinérgicos através de sinapses e liberam encefalina, que é bloqueadora da substância P, promovendo uma analgesia (OLIVEIRA et al.; 2018).

Um trauma causado nos tecidos pode bloquear os canais de energia, da mesma forma que acontece na parestesia, assim a introdução das agulhas em pontos específicos é capaz de promover analgesia pela liberação de substâncias endógenas e acelerar a cicatrização, a condução nervosa e o fluxo sanguíneo local (OLIVEIRA et al.; 2018).

Segundo a Medicina Tradicional Chinesa, existe aproximadamente 361 pontos para realizar a acupuntura, e que o sucesso terapêutico é dado pela aplicação nos pontos locais específicos. Os pontos estão localizados adjacentes aos troncos ou ramos nervosos periféricos, vasos capilares, vasos sanguíneos, vasos linfáticos, receptores nervosos, terminações nervosas e mastócitos (SOUZA et al.; 2012).

Os benefícios que a acupuntura pode proporcionar para os pacientes que

sofrem com parestesia são: regularizar os quadros de ansiedade, desgaste emocional e físico, além de promover reequilíbrio das funções cerebrais, neurais, viscerais e imunitárias, e acelerando o processo regenerativo (SOUZA et al.; 2012). Um estudo realizado por Florian et al. (2012) relatou uma paciente com parestesia do nervo alveolar inferior do lado esquerdo há 2 anos após ter realizado uma cirurgia para tomada de enxerto ósseo para a realização de implantes. A paciente realizou outros tratamentos, mas nenhum obteve resultado. Foi proposto então tratamento com acupuntura, que seria realizado em 12 sessões semanais. A paciente foi orientada antes do início do tratamento a considerar os níveis de parestesia com uma escala de 0 a 10. Após a décima sessão, a paciente relatou estar com índice 2, demonstrando uma melhora de 80%.

3.5.4. Laser

O laser utilizado para o tratamento de parestesia do nervo alveolar inferior é o de baixa potência, podendo também ser chamado de terapêutico. É responsável pela bioestimulação celular, fornecendo efeitos de estimulação nervosa e recuperação (SOUZA et al.; 2018).

Por ser um dos objetivos principais do presente trabalho, será mais aprofundado no item 3.6.

3.6. Laserterapia

3.6.1. Histórico

Em 1966, Stern e Sognaes utilizaram pela primeira vez o laser de rubi em tecidos dentais. Porém só no final da década de 70 é que passou a ser desenvolvido os lasers semicondutores de diodo, a partir do Cristal de Arseneto de Gálio, com comprimento de onda de 904nm no espectro infravermelho (CORSO et al.; 2019).

Somente em 2002 foi aprovado o primeiro laser de baixa potência para a redução de dor, sendo assim vários estudos foram realizados sobre o efeito térmico dos lasers na área da saúde, incluindo o mecanismo de interação da radiação com o sistema celular e seus padrões de segurança (GARCEZ et al.; 2012).

A FDA (Food and Drug Administration), atualmente classifica os equipamentos de laserterapia de baixa potência como não demonstrando nenhum risco significativo para o paciente, pois eles produzem menos de 500mW de energia, fornecendo fotobioestimuladores positivos no interior do tecido irradiado (CORSO et al.; 2019).

Atualmente, diversos grupos de pesquisadores trabalham no aprofundamento dos conhecimentos já adquiridos sobre os mecanismos de ação dos lasers

de baixa potência e também para ampliar os conhecimentos sobre suas aplicações clínicas na Odontologia, através de estudos clínicos que visam estabelecer protocolos seguros para sua aplicação (GARCEZ et al.; 2012).

3.6.2. Laser de Baixa Potência

Um dos maiores avanços tecnológicos na área da saúde atualmente, são os lasers, pois eles são instrumentos capazes de depositar energia luminosa nos tecidos de uma forma muito precisa (COSTA et al.; 2011).

O laser utilizado na Odontologia pode ser dividido em duas categorias: laser de alta potência e laser de baixa potência. Os lasers de alta potência também podem ser chamados de cirúrgicos. São caracterizados por conseguirem concentrar uma grande quantidade de energia em um espaço reduzido. Possuem efeito térmico, capacidade de corte, coagulação e vaporização. Já os lasers de baixa potência também podem ser chamados de terapêuticos. Não possuem efeito térmico, produzem um efeito estimulante celular que acelera o processo de cicatrização, reduzindo assim a dor e a inflamação (COSTA et al.; 2011).

A aplicação de laser de baixa potência nos tecidos é feita por aparelhos que produzem energia menor que um Watt de potência. Os comprimentos de onda utilizados variam de 600 a 800nm, sendo assim eles apresentam boa transmissão na pele e na mucosa (GASPERINI et al.; 2013).

Os efeitos terapêuticos do laser de baixa intensidade são (CARNIEL et al.; 2016):

- Aceleração da regeneração da ferida
- Diminuição da dor
- Restauração da função neural
- Aumento da remodelação
- Reparo ósseo
- Normalização da função hormonal
- Estimulação da liberação de endorfina
- Modulação do sistema imunológico
- Melhora na capacidade de produção de mielina
- Promoção do crescimento axonal em nervos lesados

Estudos experimentais demonstraram que o laser de baixa potência é eficaz para a regeneração nervosa em casos de axonotmese, como também nos casos onde ocorreram lesões mais graves como a neurotmese (SOLÉ et al.; 2012). O laser mais utilizado é o de Arsenúrio de Galio e Alumínio (SOUZA et al.; 2018).

A regeneração nervosa acontece através da proliferação das células de Schwann, que são as células que formam a bainha de mielina do sistema nervoso periférico. Essas células correspondem às colunas celulares compactas que ser-

vem de guia para os axônios, que posteriormente irão se formar (BEZERRA et al.; 2019).

A luz do laser difere dos outros tipos de luz em sua particularidade óptica. Como característica principal, seus fótons (menor unidade de partícula) são monocromáticas, além de apresentarem coerência temporal, espacial e direcionalidade (OLIVEIRA et al.; 2018).

Quando a luz incide sobre o tecido, ela poderá ser refletida, difundida, transmitida e até absorvida. Para que ela seja absorvida no tecido irradiado, é necessário que haja receptores específicos para o comprimento de onda utilizado e esses receptores são denominados de cromóforos (OLIVEIRA et al.; 2018). Esses cromóforos (melanina, hemoglobina, hemo- moléculas, porfirinas, citocromo oxidase, etc.) irão absorver os fótons e resultar em dois tipos de efeitos: fotoquímico e fotofísico (QUEIROZ et al.; 2012).

O efeito fotoquímico acontece através da absorção de fótons por biomoléculas intracelulares específicas, produzindo assim a estimulação ou inibição da atividade enzimática e de reações fotoquímicas. Já o efeito fotofísico, induz mudanças no potencial da membrana celular e aumenta a síntese de ATP, gerando assim mudanças no estado eletrofisiológico da membrana do neurônio, proporcionando mudanças na transmissão dolorosa (QUEIROZ et al.; 2012).

A laserterapia de baixa potência tem cada vez mais se mostrado promissora no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior, sendo que vários estudos tem demonstrado resultados positivos quanto a aceleração da reabilitação tecidual (BEZERRA et al.; 2019). O laser infravermelho é o tipo mais indicado para esse tipo de lesão, utilizando 780nm, devido ao seu grau de penetração. Sempre tendo em vista que quanto mais cedo iniciar o tratamento, melhor será o prognóstico de recuperação da sensibilidade (COSTA et al.; 2012). Tem vantagens como não ser traumático e nem doloroso (SOUZA et al.; 2018).

Outro método também utilizado, é a administração de vitamina B1 com associação a laserterapia na região do trauma, utilizando um laser infravermelho de 660nm para que aconteça uma melhor circulação sanguínea no local (BEZERRA et al.; 2019).

Segundo Oliveira et al. (2015), os pontos extra bucais que devem ser irradiados são região de ângulo mandibular ao queixo, seguido de pontos lineares na direção do canal mandibular com distância de 1cm. Já os pontos intra bucais são região do corpo da mandíbula, linha oblíqua externa até a dobra vestibular da região dos incisivos inferiores, mucosa labial inferior e pontos distribuídos nas áreas afetadas.

Normalmente cada paciente recebe 20 sessões do tratamento, com intervalos de 2 dias, 3 vezes por semana. (BEZERRA et al.; 2019). Segundo estudos, geralmente ocorre uma melhora de 60% após 10 sessões (SOUZA et al.; 2018).

Oliveira et al. (2015) realizaram um estudo com 125 pacientes que pos-

suíam parestesia. O tratamento foi realizado com laser de baixa potência com espectro infravermelho (808nm), 1 a 2 vezes por semana, totalizando 13 sessões de aplicações. Mostrando efetiva a recuperação de sensibilidade de pacientes com parestesia.

A possibilidade de apresentar para o paciente um tratamento indolor, não invasivo e que apresente um alto índice de sucesso contribui para amenizar o quadro de ansiedade do paciente diante os problemas apresentados. Sendo assim, justifica-se o uso da laserterapia no tratamento de parestesias, pois apresenta um alto potencial sobre a amplitude de ação e regeneração das células nervosas (COSTA et al.; 2011).

3.6.3. Protocolo de Aplicação

Garcez et al. (2012) apresentam o seguinte protocolo para a utilização do laser de baixa intensidade em casos de parestesia.

Condição Clínica	Comprimento da Onda	Parâmetros Energia/ Tempo	Modo de Aplicação
Parestesia	V/IV	V E = 4J a 8J T = 40s a 200s VI E = 4J a 6J T = 20s a 300s	Cobertura de toda área do nervo

E = Energia / T = Tempo / J = Joule

4. RESULTADOS

Foram utilizados para a construção do trabalho 24 artigos abordando a parestesia e laserterapia. A base de dados que mais teve estudos incluídos foi o Google Acadêmico, com 12 estudos. Foram encontrados estudos do tipo ensaios clínicos randomizados, estudos longitudinais, estudos transversais, revisão sistemática, relato de caso clínico, revisão não- sistemática e livros. Dos 24 estudos, apenas 9 se referiam ao tratamento da parestesia com laserterapia. Destes, 8 mostraram que o tratamento com laser de baixa intensidade mostrou-se eficaz para a parestesia do nervo alveolar inferior e 1 mostrou que 11,2% dos pacientes apresentaram excelente recuperação, 39,2% tiveram boa recuperação, 31,2% tiveram recuperação razoável e 18,4% tiveram recuperação ruim.

Dos tipos de estudos encontrados, três eram ensaios clínicos randomizados que concluíram que o tratamento com laser de baixa intensidade é eficiente para a parestesia do nervo alveolar inferior mostrando eficiente recuperação das fibras nervosas. Um dos estudos era longitudinal e testou uma hemi-face radiada com laser de baixa intensidade com uma hemi-face000 controle onde concluiu que o lado que recebeu o tratamento com laser de baixa intensidade teve melhora significativa comparado ao lado que não recebeu a radiação, mostraram que a terapia com laser é eficaz para o tratamento de parestesia. Dois estudos transversais concluíram que o laser de baixa intensidade infravermelho mostrou-se eficaz para a recuperação neurossensorial do nervo afetado pela parestesia. E, três revisões não- sistemáticas concluíram que o laser de baixa intensidade foi eficaz para o tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior apresentando excelentes resultados neurossensitivos.

5. DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo revisar a literatura sobre a eficácia da utilização do laser de baixa intensidade no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior. Foram utilizados para a construção do trabalho 24 artigos abordando a laserterapia ou parestesia. Dos 24 estudos, apenas 9 se referiam ao tratamento com laserterapia para a parestesia. Destes, 8 mostraram que a laserterapia é eficaz no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior e 1 mostrou que 11,2% dos pacientes apresentaram excelente recuperação, 39,2% tiveram boa recuperação, 31,2% tiveram recuperação razoável e 18,4% tiveram recuperação ruim.

A utilização de laser de baixa potência na cicatrização tecidual teve início em 1971. Acredita-se que citocinas, quimiocinas e outras respostas biológicas reduzem o tempo de cicatrização a partir da maior produção de fibroblastos e macrófagos. O mecanismo de ação dos lasers ainda não é algo completamente elucidado, mas sugere-se que o laser de baixa potência atua sobre o metabolismo celular de fibras e enzimas injuriadas presente nos axônios. Isto estimula fatores neurotróficos e proteínas pelas células de Schwann e estimulam fibras adjacentes a substituírem a região lesionada (OLIVEIRA et al.; 2018).

O uso da laserterapia parece ser eficaz na redução de edema, dor e melhora da parestesia. Um ensaio clínico (GASPERINI et al.; 2013) onde o paciente era o seu próprio controle, testou o uso do laser em uma hemi-face para a redução dos acidentes pós-operatórios após uma cirurgia ortognática, mostrando uma melhora significativa no lado da face em que foi aplicado o laser quando comparado ao lado que não recebeu aplicação do laser. Um segundo estudo (OLIVEIRA et al.; 2018) que testou a laserterapia, laseracupuntura e uso de medicamentos, demonstrou que os tratamentos com laser foram mais eficazes do que o tratamento medicamentoso. Outro estudo (TEMPRANO et al.; 2017) que testou laserterapia

para parestesia bilateral, e que aplicou laser apenas unilateral para determinar o grau de melhora da ferida, comparando o tratamento com o lado onde não houve a aplicação do laser, observou melhora significativa no lado que recebeu a aplicação do laser desde a primeira sessão. Considerando que estes estudos são ensaios clínicos randomizados, pode-se supor que seus resultados sejam confiáveis e relevantes para a prática clínica em Odontologia.

Vindo ao encontro dos ensaios clínicos, um estudo longitudinal foi encontrado. Estudos de acompanhamento também trazem dados relevantes para a prática clínica. Este estudo (CORSO et al.; 2019) comparou hemi-face radiada com laserterapia de baixa intensidade a hemi-face de controle em um grupo de pacientes. Os resultados do estudo reportam que o lado radiado mostrou melhora nas respostas neuroceptivas em 4 sessões enquanto o lado não radiado não apresentou melhora. Outro dado interessante também é a comparação feita dos valores de parestesia após 6 meses da cirurgia ortognática, onde os valores são menores do lado irradiado (5,2%) quando comparado ao lado controle (9,6%). Porém, tanto o lado teste quanto o lado controle tiveram uma diminuição da parestesia ao longo do tempo. No que se refere aos métodos de detecção da avaliação neurosensorial, o teste térmico mostrou ser mais eficaz quando comparado aos outros testes.

Ainda, um estudo com desenho de ensaio clínico, porém, com características de estudo-piloto, foi encontrado (QUEIROZ et al.; 2012). Além da ausência de cálculo amostral e tamanho de amostra bastante reduzido, a randomização não pareceu adequada. Assim, apesar da característica de testar o tratamento de laserterapia, apenas sete pacientes foram avaliados. Destes, quatro foram tratados com laser vermelho e três foram tratados com laser infravermelho em 16 sessões. Pelas limitações metodológicas do trabalho, não parece correta a generalização dos seus resultados, que foram favoráveis à laserterapia. Um outro estudo encontrado por esta revisão, de desenho transversal (OLIVEIRA et al.; 2015) analisou prontuários de 125 pacientes. O tratamento foi realizado com laser infravermelho em 13 sessões em todos os pacientes e foi eficaz para a recuperação neurossensitiva.

Nas três revisões não-sistemáticas (ALMEIDA et al.; 2016; SOLÉ et al.; 2012; BEZERRA et al.; 2019) que atenderam aos critérios de elegibilidade deste estudo, foi demonstrado que a utilização do laser de baixa potência é uma modalidade de tratamento que apresenta excelentes resultados no retorno sensitivo do nervo alveolar inferior. Os lasers analisados nas revisões não-sistemáticas foram os lasers de Arsênico de Alumínio e Gálio com comprimentos da onda entre 820nm e 830nm. Contudo, revisões não-sistemáticas podem apresentar potenciais vieses de seleção de dados, devendo-se ter o cuidado ao generalizar suas conclusões.

Este estudo possui limitações de busca, uma vez que nem todos os títulos de estudos presentes nas bases de dados foram lidos. As palavras-chave utilizadas

para realizar a busca de estudos poderiam ter sido mais amplas, bem como criar uma estratégia de busca com uso de marcadores poderia dar maior abrangência à busca e aos títulos encontrados. Quanto ao intervalo de tempo descrito na metodologia, não foram localizados muitos estudos com datas de publicação atual. Outra limitação é a presença de revisões não-sistemáticas incluídas no trabalho. Apensar desta limitação, este Trabalho de Conclusão de Curso possui como ponto positivo a inclusão de ensaios clínicos randomizados e estudos longitudinais. Outro aspecto positivo deste trabalho é que os pesquisadores estão cientes das limitações metodológicas de alguns dos estudos incluídos e realizaram todos os esforços no sentido de apontar estas limitações ao leitor.

Considerando o exposto, a laserterapia de baixa intensidade parece ser uma boa alternativa para o tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior. Os estudos reunidos neste Trabalho de Conclusão de Curso reportam eficácia no retorno da atividade neurossensitiva, bem como conforto para o paciente após laserterapia de baixa intensidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parestesia do nervo alveolar inferior é uma complicação presente na vida do cirurgião-dentista devido à proximidade de alguns dentes com o nervo alveolar inferior. Este tipo de parestesia altera a qualidade de vida dos pacientes pois apresenta interferências orofaciais como na fala e na alimentação, além de outras alterações. Ainda não existe um protocolo único para a utilização do laser de baixa intensidade na parestesia, sendo necessário adaptar um protocolo de acordo com o caso. A possibilidade de apresentar um tratamento indolor, não invasivo e com índice de sucesso justifica o uso da terapia a laser para o tratamento da parestesia além de apresentar uma boa regeneração das células nervosas. O laser de baixa intensidade apresenta-se como uma terapia importante para a recuperação da parestesia, mostrando resultados eficientes no retorno neurossensitivo, principalmente quando o tratamento é iniciado o mais breve possível após ter ocorrido a lesão ao nervo.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.L.G. et al. **Aplicação da laserterapia na parestesia do nervo alveolar inferior.** Integrada Revista Científica da Facol/iseol. v. 34, n.especial, 2016, p.115-116. ALVES, F. R.; COUTINHO, M. S.; GONÇALVES, L. S. Endodontic-related facial paresthesia: systematic review. Journal of the Canadian Dental Association. v.80, 2014. BAGHERI, S. C.; MEYER, R. A. Management of mandibular nerve injuries from dental implants. Atlas of the Oral and Maxillofacial Surgery Clinics. V. 19, n. 1, 2011 p.47-61.

BEZERRA, J. B.; LETTIERI, G.C. **Tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior durante extração de terceiro molar inferior**. 2019. 9f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Odontologia) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2019.

CARNIEL, M.B. **Parestesia do nervo alveolar inferior: uma revisão de literatura**. 2016. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CARRARO, M.L.F. **Parestesia do nervo alveolar inferior pós cirurgia de terceiros molares impactados: uma revisão de literatura**. 2014. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CARVALHO, A.A.R. **Dano ao nervo alveolar inferior em extração de terceiros molares inferiores: revisão de literatura**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Odontologia da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Odontologia. 2017, 58 f.

CORSO, P.F.C.L. **Avaliação neurossensorial do nervo alveolar inferior após cirurgia ortognática com laserterapia de baixa intensidade**. Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Especialista em Cirurgia e Traumatologia Buco-maxilo-faciais, Departamento de Estomatologia, Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná. 2019, 73 f.

COSTA, G.P.V. **Parestesia do nervo alveolar inferior associada a exodontia de terceiros molares mandibulares**. Dissertação (Mestrado em Odontologia) - Universidade de Fernando Pessoa, Porto, 2011. 45 f.

EZPELETA, O. A. et al. **Pregabalin in the treatment of inferior alveolar nerve paresthesia following overfilling of endodontic sealer**. Journal of Clinical and Experimental Dentistry. V. 6, n 2, 2014, p. 197-202.

FLORIAN, M.R.; MEIRELLES, M.P.M.R; SOUSA, M.L.R. **Uso da acupuntura em um caso de parestesia dos nervos alveolar inferior e lingual**. Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas, 2012, p. 312-315.

GARCEZ, A.S.; RIBEIRO, M.S.; NUNEZ, S.C. **Laser de Baixa Potência: Princípios Básicos e Aplicações Clínicas na Odontologia**. 1ª edição. Editora Elsevier. 2012.

GASPERINI, G. **Eficácia da terapia a laser de baixa intensidade na redução do edema, dor e parestesia no pós operatório de cirurgias ortognáticas: estudo randomizado duplo cego cruzado**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás para obtenção do Título Doutor em Ciências da Saúde. 2013, 92 f.

MADEIRA, M. C. **Anatomia da face: bases anatomofuncionais para a prática odontológica**. 8. ed. São Paulo: Sarvier, 2012.

MILORO, M. et al.; **Princípios de cirurgia bucomaxilofacial de peterson**. 3ª edição. Editora Santos, 2016.

OHBA, S. et al. **Diagnostic role of magnetic resonance imaging in assessing orofacial pain and paresthesia**. The Journal of Craniofacial. V.25, n 5, 2014.

OLIVEIRA, K.D.C.M. **Eficácia da laserterapia de da laseracupuntura no tratamento de parestesia em pacientes submetidos à cirurgia de implantes e extração de terceiros molares inferiores**. Dissertação apresentada à Faculdade de Odontologia de São Paulo, pelo Programa de Pós-Graduação em Odontologia (Dentística), para o título de Mestre em Ciências. 2018, 120 f.

OLIVEIRA, R.F. et al. **Laser therapy in the treatment of paresthesia: a retrospective study of 125 Cases**. Photomedicine and Laser Surgery. V.33, n 8, 2015, p.415-423.

QUEIROZ, R.P.M. **Avaliação da eficácia da laserterapia no tratamento da parestesia oral**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Cirurgia e Traumatologia Buco- maxilo-facial da Universidade Estadual da Paraíba. 2012, 64 f.

SHAHIDI, S. et al. **Comparison of panoramic radiography with cone beam CT in predicting the relationship of the mandibular third molar roots to the alveolar canal**. Imaging Sci Dent. V.43, 2013, p.105-109.

SOLÉ, P.; MOLLER, A.; REININGER, D. **Revisión bibliográfica del uso de láser de baja potencia como tratamiento en alteraciones del nervo alveolar inferior en osteotomía sagital de rama**. International Journal of Odontostomatology. V.6, n.3, 2012.

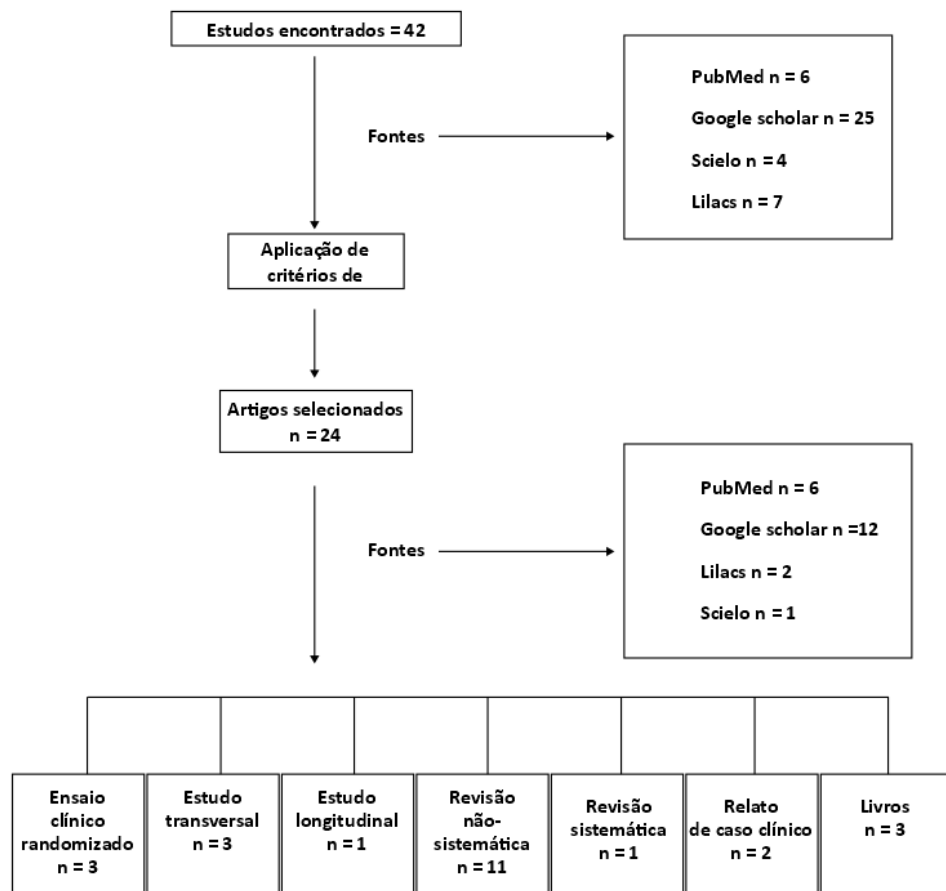
SOUSA, D.S. **Tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior causada por procedimentos odontológicos: revisão integrativa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) Faculdade Maria Milza. 2018, 65 f.

TEMPRANO, A.V.B. et al. **Laserterapia para recuperação neurossensorial após osteotomia sagital do ramo ramificado**. Revista Espanhola de Cirurgia Oral e Maxilofacial. V.39, n.4, 2017.

ZGUR, N.P. et al. **Lesões ao nervo alveolar inferior em prática de cirurgia oral menor: revisão de literatura**. Revista Científica Multidisciplinar das Faculdades São José, V.10, n. 2, 2017. p. 02-08.

ANEXOS

Figura 1 – fluxograma do estudo.



Autor / ano / local	Número de participantes do estudo e desenho do estudo	Objetivo	Resultados	Conclusões
ALMEIDA; 2016, Brasil	Revisão não sistemática	Apontar as principais questões quanto ao uso dos lasers de baixa potência e principais vantagens e desvantagens da técnica de aplicação		A terapia mostrou excelentes resultados de aceleração do retorno neurossensitivo, principalmente nos casos em que o tratamento teve início precocemente
COSTA; 2011, Brasil	Revisão não sistemática	Abordar as várias opções de tratamento para os casos de parestesia do nervo alveolar inferior		Na literatura não está descrito nenhum tipo de tratamento 100% eficaz para os casos de parestesia do nervo alveolar inferior
CARRARO; 2014, Brasil	Revisão não sistemática	Realizar uma pesquisa bibliográfica em relação a parestesia do nervo alveolar inferior pós exodontia de terceiros molares inferiores impactados, enfatizando diagnóstico, tratamento e prevenção		O prognóstico para a reversão da parestesia está diretamente relacionada com o tempo de implementação do tratamento, quanto antes se iniciar, melhor será o prognóstico. Conhecendo suas causas pode-se realizar um bom planejamento, assim evitando complicações.
CARNIEL; 2016, Brasil	Revisão não sistemática	Realizar uma revisão de literatura acerca da parestesia do nervo alveolar inferior.		Conhecendo suas causas pode-se realizar um bom planejamento, assim evitando complicações.

SOUZA; 2018,	Revisão integrativa	Analisar como a literatura tem contemplado o tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior causada por procedimentos odontológicos	Foi selecionado 20 estudos, sendo a predominância deles no Brasil e no ano de 2017	Mesmo a literatura relatando resolução espontânea, existem casos com necessidade de tratamento precoce, sendo o diagnóstico a ferramenta crucial para evitar uma lesão irreversível
QUEIROZ; 2012, Brasil	Estudo transversal 12 pacientes que apresentam distúrbio neurossensitivo após 3 semanas de cirurgia	Investigar a eficácia da laserterapia no tratamento da parestesia oral, afim de que haja uma maior divulgação desse recurso terapêutico	5 iniciaram o tratamento, porém não concluíram, restando 7 pacientes, sendo 4 com laser vermelho e 3 com laser infravermelho. Os dois grupos mostraram média de 41,7%, logo não se comprova diferença no retorno da sensibilidade	A laserterapia de baixa intensidade foi eficaz no tratamento da parestesia nos dois grupos estudados
CORSO; 2019, Brasil	Estudo clínico do tipo longitudinal Prospectivo. Pacientes portadores de deformidades dentofaciais submetidos à cirurgia ortognática	Avaliar a eficácia do laser de baixa intensidade no tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior em pacientes submetidos a cirurgia ortognática em um protocolo de aplicação de 4 sessões.	Foram avaliados 30 pacientes. 5 foram excluídos por não voltarem no tempo certo.	O protocolo com LLLT em quatro sessões mostrou-se eficiente principalmente no que se refere a melhora da sensibilidade térmica

GASPERINI; 2013, Brasil	Estudo randomizado duplo cego cruzado. 10 mulheres sem comprometimento sistêmico que se submeteram a cirurgia ortognática bimaxilar	Avaliar a eficácia da terapêutica com lasers de baixa intensidade na redução do desconforto pós-operatório em cirurgias ortognáticas		Este trabalho sugere que a terapia a laser de baixa um método eficaz para redução dos inconvenientes pós operatórios decorrentes da cirurgia ortognática
CARVALHO; 2017, Brasil	Revisão não sistemática	Avaliar a previsão de lesão, diagnóstico de lesão, formas de tratamento e possíveis técnicas cirúrgicas alternativas		Em uma cirurgia de extração de terceiro molar deve-se saber ou pelo menos procurar elencar os principais fatores de risco para a lesão ao alveolar inferior
OLIVEIRA; 2018, Brasil	Revisão não sistemática	Comparar a eficácia das duas técnicas de fotobiomodulação no tratamento de parestesia do nervo alveolar inferior, comparando-as com tratamento convencional medicamentoso		Apresentam eficácia superior ao tratamento medicamentoso convencional.
SOLÉ; 2012, Chile	Revisão não sistemática	Realizar uma revisão bibliográfica dos resultados obtidos no tratamento a laser em pacientes.	Foram encontrados 27 artigos. Dos quais 4 não relataram resultados precisos em relação à terapia com laser, e dois foram descartados por antiguidade.	Pode-se concluir, através destes estudos, que pacientes submetidos à laserterapia apresentam efeitos benéficos, observando neles uma recuperação mais rápida da sensibilidade.

TEMPRANO; 2017, Espanha	12 pacientes com necessidade de correção cirúrgica da deformidade dento-esquelética Estudo clínico randomizado	Esta pesquisa teve como objetivo avaliar clinicamente a eficácia da laser-terapia de baixa intensidade na recuperação de tecidos neurosensoriais após osteotomia sagital da mandíbula durante cirurgia ortognática.	Os resultados da análise subjetiva utilizando a escala de sensibilidade da EVA mostraram que a maioria dos pacientes apresentou uma diminuição clinicamente valiosa na percepção da dor ao estímulo térmico e que a maioria dos pacientes teve uma percepção maior	O uso do laser de baixa intensidade é eficaz no tratamento de parestesias pós-operatórias desde a primeira sessão.
RAMOS; 2015, México	Estudo longitudinal 38 pacientes	O propósito desse estudo é avaliar a incidência de complicações pós-operatórias nas cirurgias de terceiros molares inferiores.	A complicação mais frequente foi a dificuldade de mastigar seguida de equimose. Outras complicações foram úlceras ou vesículas na mucosa labial ou bucal, sangramento, coágulo exofítico, alveolite, infecção e parestesia.	O gênero, o órgão dental, a posição do órgão dental de acordo com Winter, classe e profundidade de acordo com Pell e Gregory, assim como a odontosecção são fatores relacionados à equimose além da dificuldade de mastigar.
BEZERRA; 2019, Brasil	Revisão não sistemática	Realizar uma revisão bibliográfica dos resultados obtidos no tratamento a laser em pacientes.		A associação de diferentes terapias aplicadas para o tratamento da parestesia do nervo alveolar inferior parece ser a melhor forma de reduzir ou até mesmo eliminar este problema que aflige tanto o paciente quanto o cirurgião-dentista.

FLORIAN; 2012, Brasil	Caso clínico Paciente 51 anos, encaminhada com parestesia do nervo alveolar inferior e lingual do lado esquerdo, após cirurgia de enxerto ósseo há dois anos.	Propõe-se a apresentação deste caso clínico de parestesia, cujo tratamento foi realizado com acupuntura.	Ao final da 10ª sessão, disse que o índice estava em 2, ou seja, já havia sentido uma melhora de 80%.	A acupuntura nesse caso proporcionou um resultado muito satisfatório para o tratamento da parestesia dos nervos alveolar inferior e lingual, visto que a paciente já havia se submetido a outras modalidades terapêuticas sem sucesso, e surge como opção principal ou como coadjuvante aos tratamentos convencionais
ZGUR; 2017, Brasil	Revisão não sistemática	Alertar a existência da real possibilidade de acometimento dessa estrutura durante a execução de procedimentos odontológicos rotineiros		Devido à ineficiência dos tratamentos estipulados para as lesões nervosas mais severas, o melhor método de controle ainda é a prevenção às lesões por meio de estudo e conhecimento das estruturas anatômicas da face e a experiência profissional acompanhada de um bom planejamento
RABELO; Brasil	Revisão não sistemática	Avaliando a prevalência na literatura de casos de parestesia do Nervo Alveolar Inferior e Lingual causada pela técnica anestésica.		É recomendado um melhor treinamento na administração e o uso de técnicas anestésicas alternativas quando possível são recomendados para diminuir a ocorrência de traumatismo nervoso não intencional.

OLIVEIRA, 2015, Brasil	Estudo clínico 125 prontuários	Avaliar a efetividade da laserterapia na aceleração e recuperação da sensibilidade nervosa após cirurgias ortognáticas ou orais menores, através da análise de prontuários de pacientes atendidos no Laboratório Especial de Lasers em Odontologia.	Os resultados de ambas as análises mostraram que a recuperação da sensibilidade estava correlacionada com a idade do paciente ($p = 0,015$) e o intervalo entre a cirurgia e o início da terapia com laser ($P = 0,002$).	Dentro dos limites deste estudo retrospectivo, verificou-se que a terapia com laser de baixa potência com banda de emissão de feixe no espectro infravermelho (808 nm) pode afetar positivamente a recuperação da sensibilidade após cirurgias ortognáticas ou orais menores.
SERPIL; 2018, Londres	Estudo clínico 21 pacientes com terceiros molares inferiores impactados	Comparamos a cirurgia piezoelétrica e uma técnica rotatória convencional na remoção de terceiros molares inferiores impactados.	Nenhuma diferença significativa foi observada entre a cirurgia piezoelétrica e as técnicas rotatórias convencionais em termos de dor, ansiedade e danos nos nervos	A cirurgia piezoelétrica fornece uma osteotomia precisa e menos agressiva em comparação com as técnicas rotatórias convencionais. No entanto, não foi encontrado para reduzir significativamente a dor e a ansiedade pré-operatórias.
OHBA; 2014,	Estudo clínico 96 pacientes com dor orofacial e / ou parestesia foram incluídos neste estudo	Comparar a eficácia da TC e RM na avaliação da dor e parestesia orofacial.	Uma alta porcentagem de pacientes, que alegaram dor orofacial e parestesia, tem outras doenças no cérebro, principalmente em idosos, e a ressonância magnética é mais útil que a TC na avaliação desses pacientes	Propomos que exames de ressonância magnética sejam realizados em pacientes que relatam dor orofacial e parestesia para fazer um diagnóstico preciso, especialmente em pacientes idosos.

Tabela 1 – LLT = Laserterapia / nm = Nanômetro / TC = Tomografia Computadorizada / RM = Ressonância Magnética

MARCO CHAGA, EM MEMÓRIA

¹Eduard Marquardt

RESUMO

Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga foi um professor de história, literatura e comunicação. Responsável pela redação do projeto do Mestrado em Letras – Práticas Transculturais da UniFacvest, e de vários outros projetos, trabalhou com afinco por uma educação pautada na criatividade e na valorização de todo e qualquer aluno. Este texto comenta brevemente seu perfil, bibliografias e memórias.

ABSTRACT

Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga was a professor of history, literature and communication. Author for writing the project for the Master's Degree in Letters - Transcultural Practices at UniFacvest, and several other projects, he worked hard for an education based on the creativity and appreciation of each and every student. This text briefly comments on its profile, bibliographies and memories.

Palavras-chave: Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga; educação; memória.

Keywords: Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga; education; memory.

Conheci Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga em agosto de 1996. Foi meu professor de Teoria Literária II no curso de Licenciatura em Letras, na Universidade Federal de Santa Catarina. Nasceu em 2 de fevereiro de 1964, em Londrina, Paraná, e faleceu em 23 de janeiro de 2020. Tivemos 24 anos de amizade e durante todo este período nunca o vi sem pensar em trabalho e desenvolver projetos. Foi um adolescente relapso para os estudos. Parou de estudar e passou a ajudante de mecânico, seu pai. No tempo vago deste serviço lia Nietzsche, Flaubert, Baudelaire, Benjamin. Concluiu o ensino médio via supletivo e aos 22 anos entrou para o curso de História da Universidade Estadual de Londrina. Em 1993 iniciou o mestrado em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina, onde também trabalhou como professor substituto e fez o doutorado.

Em 1994 colaborou no roteiro do curta metragem Alva Paixão, sobre o poeta Cruz e Sousa. Na mesma época redigiu o posfácio de uma tradução brasileira de poemas de Sylvia Plath.

Quando nos conhecemos, em 1996, Marco tinha recém concluído o mestrado. A

¹Doutor em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Mestrado em Letras – Práticas Transculturais da UniFacvest.

dissertação se ocupava dos haicais de Nempuku Sato, e mais tarde foi publicada sob o título *A viagem do haikai de Nempuku*, pela Editora Universitária, em 2000. Marco pediu que eu revisasse a ortografia deste trabalho e preparasse o original para impressão. Ele dizia que eu era um “esteta”. Fiz o mesmo diversas vezes em seus textos, como no ensaio “Literatura infantil: estratégia de mercado ou prazer de leitura?”, publicado em um volume dedicado a Monteiro Lobato pela editora Grifos, em 1999.

Suas aulas de Teoria Literária eram uma oportunidade para usar o quadro negro com giz e desenhar esquemas teóricos que 20 anos depois chamaríamos “infográficos” no ambiente empresarial da educação. Marco pensava em voz alta, lia livros de forma fragmentada e executava junções teóricas pouco comuns, numa época universitária em que havia espaço para a escrita ensaística. Walter Benjamin, Gilles Deleuze, Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida, Zygmunt Bauman, Georges Bataille, Freud, Lacan era o que liamos naquela época, e nenhum destes teóricos escrevia de forma científica, caso por ciência se entendesse algo positivista.

Não havia modelos de produção textual. Para se escrever naquele momento era necessário demonstrar leitura, e leitura significava relacionar conteúdos produzindo novos sentidos – um posicionamento que, no seu caso, vinha de um ensaio de J. Hillis Miller chamado *O crítico como hospedeiro*. Miller desconstruía a relação parasita/hospedeiro, que geralmente vinculava o segundo como fonte e vítima do primeiro, uma visão mesquinha geralmente provinda do setor artístico que entendia o crítico como um usurpador. Pelo contrário, Miller entendia o parasita como a possibilidade de o hospedeiro encontrar uma nova forma de vida, de produzir novas redes discursivas, em um novo tempo. Possibilidade de continuar significando.

Essa era a nossa prerrogativa de trabalho. Nesta época, que para mim se iniciava em 1996, Marco sugeriu que eu me candidatassem a uma bolsa de pesquisa do Núcleo de Estudos Literários & Culturais da UFSC. Lá, Marco era um dos principais desenvolvedores de uma base de dados que pretendia catalogar periódicos culturais das décadas de 1970, 1980 e 1990, a fim de perceber as movimentações teóricas e culturais do período. Ainda se entendia que o antigo crítico literário dos suplementos culturais impressos permanecia ou havia migrado para o ambiente universitário. Alimentando esta base de dados com a catalogação de todos os artigos do caderno *Folhetim*, da *Folha de S.Paulo*, Marco redigiu a tese *Rapsódia de uma década perdida*, defendida em 2001 e publicada apenas de modo esparsa, em revistas acadêmicas. Neste mesmo ano, foi contemplado no III Concurso Nacional de Ensaio Literários, promovido pelo Ministério da Cultura e Fundação Nestlé.

Concluído o doutorado, Marco dedicou-se por longa data à licenciatura, projetos e coordenação de cursos de graduação e pós-graduação. Esteve na Uni-

versidade Federal do Paraná, na Universidade Tuiuti, Instituto IBES, entre tantas outras instituições. Foi o projetista do curso de Mestrado em Letras da Uniandrade, em Curitiba, ainda vigente. Gradativamente, saiu do universo das Letras para o da Comunicação.

Foi um entusiasta inveterado do universo da Internet desde o fim dos anos 1990. A seu ver, a Internet horizontalizava o universo do conhecimento e bagunçava positivamente tanto as hierarquias acadêmicas quanto a distribuição de saberes. Esta experiência redirecionou todo o seu trabalho, que pouco a pouco invadiu o universo empresarial da educação. Seu interesse residia em projetar novos formatos de cursos e produtos dedicados a alunos e professores.

Fruto destas investidas foi o Contexto Digital, que surgiu como um site elaborado em parceria com alunos do curso de Mídia Eletrônica da Associação de Ensino de Santa Catarina, e que acabou se transformando em uma empresa produtora de conteúdos e objetos educacionais para Educação a Distância. Paralelamente, foi o idealizador do Instituto Esfero e avaliador do MEC no setor de cursos dedicados à EaD. Viajou o Brasil inteiro durante anos e queria desenvolver a “Universidade da Floresta”, na Amazônia.

Tínhamos uma rotina de trabalho que invadia a vida, ou nossa vida era repleta de trabalho, sempre. Mesmo nos almoços, viagens, sempre havia uma discussão a respeito do que fazer, de como fazer, sobre como o universo da educação havia passado por uma série de experiências ao longo do século XX – como a de Bologna – e como na maior parte das vezes o ensino universitário ainda era pautado na repetição. Contrário a isso, o Marco coordenador abria espaço para que qualquer pessoa pudesse ser criativa – e sob este diapasão foi construído o Mestrado em Práticas Transculturais da Unifacvest, onde estive à frente enquanto as forças permitiram.

Marco nunca trabalhou sozinho, pelo contrário. Embora ainda mantivesse uma escrita ocasional de ensaios acadêmicos (que sempre enunciavam uma espécie de eterno retorno a pontos comuns de discussão), tenho a impressão de que as pessoas à sua volta se tornavam suportes textuais. Ele as provocava o suficiente para que fossem criativas e se tornassem suportes colaborativos de produção intelectual.

Marco sempre trabalhou com as pessoas que encontrava. Formava equipes antes de formalizar projetos. “Se você tem a equipe, você tem todo o necessário para começar”, algo assim, ele dizia. Em 2005 eu estava desenvolvendo a pesquisa para a minha tese de doutorado. Seguindo o trabalho com jornais e revistas, eu buscava textos esparsos do escritor argentino César Aira. Naquele momento eu havia encontrado 30 ou 40 textos que pensavam questões de literatura, arte e teoria. Estávamos em um banco de madeira na praia do Campeche, ao fim de uma tarde de domingo, meio enfatiados, aguardando a hora de voltar para casa e fazer um café. “Vamos fazer um livro”,

ele disse. E naquele momento surgiu o que dois anos mais tarde seria a primeira antologia de textos de César Aira, intitulada *Pequeno Manual de Procedimentos*. As coisas foram se desdobrando rapidamente: o escritor autorizou o trabalho e forneceu mais material. Eu fiz a organização dos textos, o estudo e a tradução; Marco gerenciou o financiamento e as parcerias entre Instituto Esfero, o Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul e a editora curitibana Arte & Letra.

Assim era o Marco. Ele conhecia a pessoa, conversava, encontrava algum interesse comum e propunha em seguida: Vamos fazer? Quer trabalhar? Até os últimos dias.

Nestes últimos dias, Marco verbalizou certa frustração porque ainda queria fazer “algo grande”. Eu respondi que ele estava errado, que aquilo não fazia sentido. “Você tem noção de quanta gente estudou porque você abriu caminho?”, argumentei. Ele concordou e não falou mais nisso. E realmente, ao longo dos 24 anos em que convivemos, não consigo chegar a um número de pessoas que estudaram, que aprimoraram sua vida intelectual em função das portas abertas pelo professor Marco Chaga. “Não tenha medo de nada”, era o que ele dizia.

Marco não contava os feitos. Gostava de fazer e continuar fazendo. Pouco tempo antes de partir, ele disse que havia escrito poesia. Em uma caderneta de anotações genéricas, rabiscos, esquemas que ele sempre fazia antes de desenvolver uma ideia, há estes “versos”: “Somos os outros. Existimos nos outros.” Esse era o Marco.

Referências

AIRA, César. **Pequeno manual de procedimentos**. Organização Eduard Marquardt e Marco Maschio Chaga. Curitiba: Arte & Letra, 2007.

CHAGA, Marco Antonio. Literatura infantil: estratégia de mercado ou prazer de leitura? In: Monteiro Lobato. Chapecó: Grifos, 1999.

CHAGA, Marco Antonio. A viagem do haikai de Nempuku. Chapecó: **Editora Universitária**, 2000.

CHAGA, Marco Antonio Maschio Cardozo. **Rapsódia de uma década perdida: o Folhetim da Folha de S.Paulo (1977-1989)**. UFSC, 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78379>>. Acesso em 30.03.2021.

ENUCLEAÇÃO CÍSTICA COM APIPECTOMIA CONCOMITANTE A RE-GERAÇÃO TECIDUAL COM PRF

Paola de Oliveira Machado¹
Bruno Nunes Correa²

RESUMO

A cirurgia parendodôntica tem como objetivo principal a remoção de fatores que causem irritação em tecidos perirradiculares. Muitas vezes a cirurgia endodôntica é a última alternativa para manter um dente com lesão periapical. Após a necrose da polpa dentária como consequência da inflamação causada, pode haver a formação de cistos periapicais. No entanto, a destruição do tecido ósseo tem sido um desafio para os profissionais odontológicos. Enxertos ósseos e membrana de barreira têm sido usados para a cura ideal da área. A fibrina rica em plaquetas (PRF) representa um novo passo no conceito terapêutico, sendo de extrema importância nas cirurgias regenerativas. É um biomaterial autólogo que possui um complexo com propriedades que nenhum outro concentrado de plaquetas oferece. Vem se tornando prioridade em muitos tratamentos odontológicos, tanto pelos seus benefícios como pela sua técnica simplificada.

Palavras-chaves: Apicectomia; PRF; regeneração óssea

ABSTRACT

Parendodontic surgery has as main objective the removal of factors that cause irritation in periradicular tissues. Endodontic surgery is often the last alternative to maintain a tooth with periapical injury. After necrosis of the dental pulp as a consequence of the inflammation caused, there may be the formation of periapical cysts. However, the destruction of bone tissue has been a challenge for dental professionals. Bone grafts and barrier membrane have been used for optimal healing of the area. Platelet-rich fibrin (PRF) represents a new step in the therapeutic concept, being extremely important in regenerative surgeries. It is an autologous biomaterial that has a complex with properties that no other platelet concentrate offers. This biomaterial has become a priority in many dental treatments, both for its benefits and for its simplified technique.

KEYWORDS: Apicectomy; PRF; bone regeneration.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia, 7ª fase, do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST.

^{2,3} Mestrado em DTM e DFO e residência em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial.

1 INTRODUÇÃO

A terapia endodôntica pode ser usada no tratamento de alterações leves a moderadas, no entanto, pode ser inadequada para alterações apicais amplas causadas por infecção endodôntica. Nestes casos, os procedimentos cirúrgicos proporcionam melhor acesso nessas situações, havendo ainda uma desvantagem, o reparo tecidual¹. Uma das últimas conquistas da odontologia é a utilização da fibrina rica em plaquetas (PRF) para melhora no reparo e na regeneração dos tecidos moles e duros após diversos procedimentos cirúrgicos, aumentando a qualidade de vida dos pacientes pós-cirurgia². Este estudo visa discutir através de revisão bibliográfica a importância do reparo tecidual no pós-operatório e o emprego da PRF na regeneração dos tecidos.

2 DISCUSSÃO

A cirurgia parendodôntica é indicada quando o tratamento endodôntico convencional ou retratamento não foi bem sucedido ou não foi capaz de cessar a infecção, sendo indicada também em casos iatrogênicos em que materiais irritantes atingem a região apical. O objetivo principal é a remoção de fatores que causem irritação em tecidos perirradiculares³. Muitas vezes a cirurgia endodôntica é a última alternativa para manter um dente com lesão periapical que não pode ser tratado de forma convencional ou ser retratado⁴.

Após a necrose da polpa dentária, advindos de resíduos epiteliais do ligamento periodontal como consequência da inflamação causada, pode haver a formação de cistos periapicais. O processo desta patogênese ocorre pelas toxinas da polpa necrótica que saem do ápice do dente e progride gradualmente ocorrendo a formação cística e estruturas adjacentes a ele. São várias opções de tratamento para cistos apicais, como o tratamento endodôntico seguido de enucleação cística⁵.

No entanto, a destruição do osso perirradicular tem sido um desafio para os profissionais odontológicos³. A cirurgia periapical inclui a curetagem de todos os tecidos moles periapicais e às vezes a aplicação de diferentes biomateriais para aumentar a formação de osso novo no local do defeito. Enxertos ósseos e membrana de barreira têm sido usados para a cura ideal da área do defeito periapical após enucleação da lesão⁶. Nos últimos tempos, vários procedimentos estão sendo aplicados a fim de melhorar a qualidade de vida e a condição pós-operatória do paciente, acelerando o processo de cicatrização e regeneração do local afetado⁵. Técnicas regenerativas ósseas, incluindo materiais de enxerto, proteínas e membranas são frequentemente utilizadas para aumentar a qualidade óssea, obtendo altas taxas de sucesso². Nas cirurgias parendodônticas, o procedimento regenerativo é uma nova alternativa para o tratamento de lesões apicais extensas. Nesse sentido, a literatura atual tem proposto novos tipos de tratamento, incluindo a re-

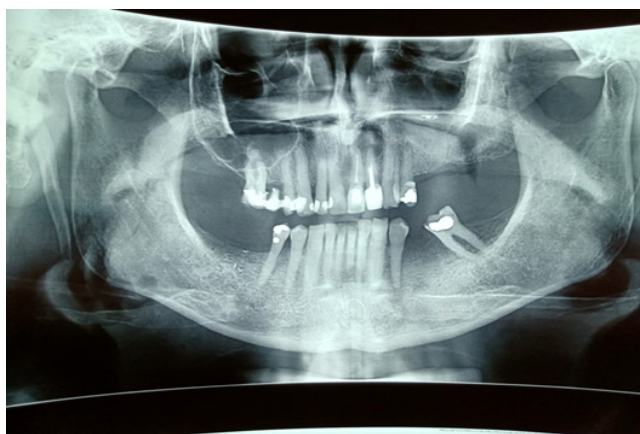
geração promovida por fibrina rica em leucócitos e plaquetas. A cura de lesões que levam à destruição óssea é o objetivo central das cirurgias regenerativas³.

A fibrina rica em plaquetas (PRF) representa um novo passo no conceito terapêutico, sendo de extrema importância nas cirurgias regenerativas, com um processamento simplificado e sem modificação bioquímica artificial. A PRF foi introduzida pela primeira vez na França por Choukroun et al. em 2001 e vem sendo utilizada em inúmeros tratamentos na Odontologia. Publicações iniciais e experiência clínica indicam que PRF melhora o fechamento precoce da ferida, maturação do osso e o resultado estético final dos tecidos periodontais moles. A produção de um PRF denso, reticulado e robusto feito de plaquetas intactas e fibrina por centrifugação de alta velocidade, produz um arcabouço ideal para uso na reparação de tecidos. Sabemos que a regeneração do tecido é mediada por uma variedade de proteínas sinalizadoras, assim, PRF é uma maneira fácil e econômica de obter altas concentrações de fatores de crescimento para regeneração de tecidos moles e duros na cicatrização de feridas. A principal desvantagem de seu uso é o risco de doenças sorológicas transmitidas por doadores de sangue agrupados e de doador único. As preparações mais seguras usam o próprio sangue do paciente para preparar o gel de fibrina^{1,2-5}.

PRF é um biomaterial autólogo, cicatrizante e reabsorvível, o qual concentra plaquetas coletadas em uma única membrana de fibrina contendo todos os componentes do sangue favoráveis à cura e imunidade. Os fatores de crescimento presentes nele são biologicamente ativos e são substâncias que estão envolvidas nos mecanismos de reparo de tecidos, como quimiotaxia, proliferação celular, angiogênese, deposição de matriz extracelular e remodelação^{1,2-5}. PRF possui um complexo com propriedades que nenhum outro concentrado de plaquetas oferece¹. Os fatores de crescimento são liberados lentamente durante o processo de cicatrização, este mecanismo impede a proliferação de microrganismos do epitélio oral e tecido conjuntivo gengival para o local da lesão³. Após a introdução do material, ele interage imediatamente com o fluido do corpo do paciente e provoca uma série de reações para formar uma camada de superfície rica em cálcio que retém materiais celulares e não celulares dentro da matriz. Com o tempo, a matriz é transformada, remodelada e substituída por um tecido ósseo recém-formado¹. Devido à ausência de um anticoagulante, após a coleta, o sangue começa a coagular assim que entra em contato com a superfície de vidro. Portanto, para uma preparação bem-sucedida de PRF, deve-se realizar uma coleta rápida e centrifugação imediata, antes da coagulação ser iniciada². Alguns estudos relatam que PRF pode estimular a proliferação de osteoblastos, fibroblastos gengivais, as células da polpa e células do ligamento periodontal, mas suprimem o crescimento de células epiteliais¹.

Segundo Dar (2016)², em seu estudo, radiograficamente todos os 20 pacientes que apresentavam lesões císticas e passaram por enucleação desta, obtiveram re-

paração óssea completa no 6º mês de pós-operatório. Dohan et al. (2006)⁷ provou uma liberação mais lenta de fatores de crescimento de PRF do que PRP e observou melhores propriedades de cura com PRF. Mazor et al. (2009)⁸, afirmaram que o uso de PRF como o único material de preenchimento durante um procedimento simultâneo de levantamento e implantação do seio nasal estabilizou uma boa quantidade de osso regenerado na cavidade subsinusal até a ponta dos implantes. A maioria dos autores concluíram que PRF oferece muitas vantagens, como: diminuir a frequência de sangramento intra-operatório e pós-operatório, facilita ao tecido mole cicatrização mais rápida, auxilia na estabilidade inicial do tecido enxertado nos receptores loais, podem promover a vascularização rápida da cicatrização do tecido, fornecendo fatores de crescimento e em combinação com o osso materiais de substituição e induz a regeneração². Abaixo é relatado uma enucleação cística com apicectomia concomitante a regeneração tecidual com PRF em paciente do sexo masculino. Na imagem abaixo temos a panorâmica inicial do paciente, com a lesão cística bem delimitada na região do ápice do elemento 22.



Panorâmica inicial do paciente com lesão cística na região apical do 22

A coleta de sangue foi realizada em 8 tubos de vidro e submetidos à centrifugação imediata durante 12 minutos e em 2.600 rpm. O produto resultante da coleta de sangue consiste de três camadas: a camada superior consiste em plasma acelular, coágulo PRF no meio e glóbulos vermelhos na parte inferior.

Foi realizada uma incisão relaxante na região do ápice da raiz dos dentes 21, 22 e 23, foi removido o cisto periapical e feito curetagem na região e a secção do ápice da raiz do 22 e um terço do ápice do 21. Após, foi inserido PRF em toda a cavidade e realizada a sutura.



PRF após centrifugação
Imagem: Dar et.al 2016



Lesão cística.



Imagem após a retirada do cisto, curetagem e apicectomia.



Imagem após a retirada do cisto, curetagem e apicectomia.

Após, a lesão foi inserida em um recipiente com formol 10% e enviada para exame anatomopatológico.

3 CONCLUSÃO

Com base nos dados coletados e apresentados, PRF apresenta vantagens significantes em relação a regenerações dos tecidos. Este biomaterial vem se tornando prioridade em muitos tratamentos odontológicos, se mostrando melhor e mais eficiente que PRP. Estudos ainda são necessários para a comparação entre PRP e PRF, no entanto, o custo X benefício da técnica PRF, atrai a atenção de muitos profissionais e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- 1 - ZHAO JH, Tsai CH, Chang YC. **Clinical application of platelet-rich fibrin as the sole grafting material in maxillary sinus augmentation.** Journal of the Formosan Medical Association 2015; 114(8): 779–780.
- 2 - DAR, M. et al. **Use of autologous platelet-rich fibrin in osseous regeneration after cystic enucleation: A clinical study.** J Oral Biol Craniofac Res. 2016.
- 3 - MACHADO, G.L. Et al. **Regenerative endodontic procedure using leukocyte- and platelet-rich fibrina associated with apical surgery: case report.** Dental Press Endod. 2020; May-Aug;10(2):67-72.

4 - ARX, T.V. **Apical surgery: A review of current techniques and outcome.** The Saudi Dental Journal. 2011; 23, 9–15.

5 - VIDHALE, G. et al. **Management of Radicular Cyst Using Platelet-Rich Fibrin & Iliac Bone Graft - A Case Report.** Journal of clinical and diagnostic research. 2015.

6 - ANANTULA, K; Annareddy, A. Platelet-rich fibrin (PRF) as an autologous biomaterial after an endodontic surgery: Case reports. Journal of Dr. NTR University of Health Sciences 2016;5(1) 49-54.

7 - DOHAN, D.M, et al. **Platelet-rich fibrin (PRF): A second-generation platelet concentrate. Part I: Technological concepts and evolution.** Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod 2006; 101:E37-44.

8 - MAZOR, Z. et al. **Sinus Floor Augmentation With Simultaneous Implant Placement Using Choukroun's Platelet-Rich Fibrin as the Sole Grafting Material: A Radiologic and Histologic Study at 6 Months.** Journal of Periodontology, v. 80, n. 12, p. 2056–2064, 2009.

A CRISE DA RACIONALIDADE JURÍDICA: ANÁLISE DO BANCO DE DADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA NOS ANOS DE 2014 A 2016

¹Felipe Boeck Fert

²Ricardo Leone Martins

³Viviane Grassi

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo será abordado a crise da racionalidade jurídica no Poder Judiciário e seus impactos na sociedade no que se refere à aplicação do direito e da justiça. O recorte de análise se limitou nas decisões do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina com a avaliação das metas do ano de 2017, impostas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e os dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça do referido Estado, referente aos anos de 2014 a 2016. A escolha do recorte temporal se deu pela disponibilidade de acesso aos dados estatísticos da plataforma do TJSC.

Ao se analisar as metas impostas pelo CNJ verificou-se uma preocupação maior com a questão da celeridade processual, a fim de reduzir os acúmulos dos processos. Para tanto, aplicou-se metas cada vez mais rigorosas para aumentar a produtividade de julgamentos pelos magistrados. Essa pressão nos magistrados, transformando-os em produtores de sentenças, acaba se relacionando diretamente com a crise da racionalidade jurídica e, conseqüentemente, ocasiona uma ineficiência nos julgamentos. A partir dessa premissa, percebeu-se a problemática do presente texto: quais as conseqüências da crise da racionalidade jurídica no Poder Judiciário, quanto à ineficiência das decisões proferidas, afastando o seu principal objetivo de conceder direitos e aplicar justiça e o impacto que ocasiona na sociedade? Com base nos estudos realizados sobre essa premissa, verificou-se um grande descrédito e morosidade processual nas prestações jurisdicionais do

¹Doutorando em Direito (PPGD- DINTER UVA/RJ e UNIFACVEST/SC), Mestre em Educação, Docente do curso de graduação em Direito – UNIFACVEST. E-mail: fbfert@gmail.com

²Doutoranda em Direito (PPGD- DINTER UVA/RJ e UNIFACVEST/SC), Mestra em Direito (PPG-Dir UCS/RS), Docente do curso de graduação em Direito – UNIFACVEST. E-mail: prof.viviane-grassi@unifacvest.edu.br

³Doutorando em Direito PPGD- DINTER UVA/RJ e UNIFACVEST/SC, Mestre em Educação pela FURB- Blumenau, SC, Pós-graduado em Gestão da Escola Pública pela UFSC- Florianópolis/Lages, SC, Licenciado em Filosofia pela Universidade São Francisco- São Paulo, SP, Docente dos cursos de graduação – UNIFACVEST. E-mail: ricleone@unifacvest.edu.br

Poder Judiciário perante a sociedade, confirmando a existência da crise jurisdicional apontada pela literatura especializada.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar o quanto a crise da racionalidade jurídica prejudica o Direito e ocasiona um aumento na crise das prestações judiciais, com a consequência de um grande impacto perante o convívio da sociedade. Os objetivos específicos são: i) analisar os modos de racionalidades jurídicas e como devem ser utilizados; ii) Compreender as causas da crise da racionalidade jurídica; iii) apresentar os impactos que a falta de racionalidade jurídica ocasiona nas decisões judiciais e consequentemente na sociedade; e iv) verificar dados em que demonstram cada vez mais o acúmulo da crise jurisdicional. A metodologia utilizada foi a dialética, partindo de uma tese, contrapondo com uma antítese para chegar no final a uma síntese de modo racional, a partir da utilização de fontes bibliográficas, dados oficiais consolidados pelo governo, entre outros documentos. A organização do artigo deu-se em três partes: i) a conceitualização, evolução da racionalidade jurídica; ii) a efetividade das prestações jurisdicionais pelo Estado; e, iii) análise da racionalidade jurídica no Poder Judiciário de Santa Catarina, com as suas causas, consequências e dados do Tribunal de Justiça do referido estado.

1. Racionalidade jurídica: considerações teóricas iniciais

O Direito tem como objetivo regular a convivência entre os homens na sociedade, bem como busca se adaptar com o modo de ser de cada um deles para que haja Justiça. O surgimento do Estado deu-se a partir de uma união de interesses de indivíduos, os quais necessitavam da existência de regras de convívio. Essa união formou um pacto social entre os seus membros, em que cada um cedeu um pouco de sua liberdade em favor da liberdade de todos (SANTIN, 2009, p. 43). Portanto, coube ao Estado tal tarefa, na qual surgiu a prestação jurisdicional e com ela a busca em resolver todos os litígios que a sociedade apresentasse, com as regras, as leis etc. Com a regulamentação na sociedade, ainda faltava a figura de uma pessoa para aplicá-las, ou seja, alguém que julgasse os direitos dos cidadãos e decidisse qual a melhor maneira de resolver os litígios, atualmente chamado de juiz. Com ele veio a discussão sobre como um homem poderia decidir os conflitos das sociedades e aplicar as normas jurídicas de forma eficiente. Para poder associar as normas positivadas materiais, e o modo que deveria ser aplicada pelo juiz, surgiu o direito processual.

O dever de o homem ser racional é a justificativa para conferir-se uma nova abordagem ao conhecimento da ciência jurídica (MARIN; LUNELLI, 2009, p. 25). Nesse seguimento, o jusracionalismo além de tentar buscar as verdades absolutas, tinha como objetivo libertar o direito de uma racionalidade teológica, que tinha como base muitas ideias religiosas, para dar mais valor a um direito natural profano.

Dessa forma, o objetivo buscado pela racionalidade jurídica no processo, segundo Radin (2008, p. 172), é “[...] um processo que seja justo, mormente pela apreciação da prova e, leve o juiz a uma decisão que reflita a situação fática que lhe deu causa”, isto é, a racionalidade jurídica nada mais é que o ato do juiz, ao proferir decisões, analisar todos os fatos, estudar o processo e não somente efetuar a aplicação da lei, deve interpretá-la, colocá-la ao caso concreto. Para o jurista alemão Radbruch (1999, apud NETO, 2008 p. 97), o relativismo desemboca no positivismo, sendo impossível verificar de modo absoluto o que é justo. É fundamental desvendar o que é jurídico, assim, esse relativismo desemboca no liberalismo, pois ao afirmar que o ato do legislador não é um ato de verdade, mas somente de autoridade ou vontade, este pode conferir a uma determinada opinião teor obrigatório, mas nunca com força convincente. Continuando com o raciocínio do autor, para ter uma legitimidade da autoridade democrática, os textos legais deveriam ser debatidos livremente pelos cidadãos. O relativismo exige um Estado de Direito, uma vez que, sendo o direito positivo fruto de um ato de autoridade que dá por encerrada uma luta de convicções, travada dentro das regras do jogo democrático, só poderá cumprir sua função se somente não obrigar ao súdito, mas também ao próprio legislador (RADBRUCH, 1999, apud NETO, 2008 p. 97). Ainda, o mesmo autor reforça que o relativismo deve reclamar um Estado democrático, pois considerar as opiniões como de igual valor significa tratar os homens como iguais (RADBRUCH, 1999, apud NETO, 2008 p. 97). Assim, a democracia supõe o relativismo.

1.1 Dogmática Jurídica e Racionalidade

O conceito de dogmática jurídica pode ser definido, de maneira mais ampla, como um conjunto de raciocínios destinados a organizar sistematicamente o judiciário com uso de conceitos, princípios jurídicos, leis e os casos julgados em determinado ordenamento jurídico e tem como objetivo a solução de casos concretos por meio de organismos com natureza jurisdicional (RODRIGUEZ, 2012, p. 10). Rodriguez (2012, p. 22) tem o entendimento de que a necessidade de sistematizar o Direito é uma maneira de garantir que casos semelhantes sejam julgados de formas iguais, sem haver a criação pelos magistrados de exceções ou situações individuais de privilégio.

Além disso, raciocinar dogmaticamente objetiva, entre tantas soluções possíveis no âmbito jurídico, obter aquela que por definição precisa ser localizada em uma lacuna relativa com a indeterminação que fica a critério do intérprete preenchê-la (RODRIGUEZ, 2012, p. 22). Dando seguimento ao pensamento do autor, a dogmática preza pelo princípio da igualdade que exige uma solução equitativa, ou seja, que guarde coerência com os julgados passados de modo a evitar tratamentos diferenciados de forma indevida, garantindo que somente tenha decisões inéditas quando se mostre uma justificada necessidade (RODRIGUEZ, 2012, p. 25).

Com base na menção de Rodriguez, a dogmática jurídica é eficaz e deve ser colocada no funcionalismo jurídico para levar em conta acerca da sistematização (2012, p. 25). Isso daria ao juiz uma interpretação mais fácil, com o objetivo de igualar todas as tutelas para indivíduos diferentes, bem como prezar pelo significado da Constituição Federal de 1988 de que a lei é igual para todos e dar mais previsibilidades nas decisões para com a sociedade (RODRIGUEZ, 2012, p. 25). Nesse sentido, fica evidente que a existência de várias posições sobre um caso concreto pode resultar na construção de dogmáticas jurídicas diferentes. É necessário haver um acordo entre essas diversas posições teóricas sobre o material jurídico nos organismos decisórios, nos quais são discutidos, inclusive quanto ao seu procedimento (RODRIGUEZ, 2012, p. 30). Pela corrente de pensamento dogmática, imposta pelo mencionado autor, não poderia ocorrer no judiciário posições diferentes para um mesmo caso, o legislador ou os Tribunais Superiores fariam esta sistematização, usando dos seus conceitos e ao juiz somente caberia aplicá-los (RODRIGUEZ, 2012, p. 30).

Ainda, temos o argumento de que a dogmática jurídica surgiu em um momento que o direito se tornou contingente, as normas jurídicas poderiam mudar a qualquer momento, aumentando a incerteza da sociedade quanto às regras que determinam seus direitos, bem como os atos de aplicação que variavam sobre o mesmo material jurídico, ou seja, no contexto de um mesmo ordenamento jurídico. Tudo isso reduz a incerteza na cobrança das decisões dos magistrados com uma congruência em relação às decisões passadas, devendo ser emprestada uma série temporal com alguma consistência e delimitando um campo de modelos de aplicação das normas jurídicas (RODRIGUEZ, 2012, p. 36). Perante o raciocínio de Rodriguez, tem-se que a justificativa para este tipo de dogmática é a questão em que as normas jurídicas podem ser facilmente modificadas e que as lacunas deixadas por ela dão azo ao juiz para interpretá-las de modo a terem conformidade com a sua convicção, o que traz várias decisões diferenciadas para casos iguais, bem como causa uma incerteza na sociedade e o descrédito com o Poder Judiciário (2012, p. 36). O segundo critério, consequência da sistematização, é a certeza da decisão que a tutela requerida trará, não deixando incertezas perante a sociedade. Püschel e Rodriguez (2012, p. 93) afirmam:

Fazer dogmática, nesse registro, não é reafirmar dogmas inquestionáveis e naturalizados, mas construir e reconstruir conceitos capazes de orientar decisões de casos concretos e conferir-lhes certa congruência ao longo do tempo diante das inovações legislativas e de novas demandas.

Assim, conforme os argumentos de Püschel e Rodriguez, essas incertezas trazem um grande descrédito para o Poder Judiciário, pois o cidadão ou até mesmo a sociedade, quando em processos coletivos, nunca sabem se terão direito

àquela tutela (2012, p. 93). Há também a inconformabilidade das pessoas quando são julgados direitos diferentes sobre a mesma tutela em face do entendimento de cada magistrado (PÜSCHEL; RODRIGUEZ, 2012, p. 93).

Por outro lado, temos a corrente que usa a racionalidade jurídica de forma a que o juiz deve usar o seu discernimento, nela é impossível formar uma sistematização do Poder Judiciário, pois a tutela até pode ser a mesma, porém as circunstâncias são diferentes. Neste sentido, cabe ao juiz interpretar e até mesmo adequá-las se for necessário, com o poder de atuar como se fosse um legislador. Peruffo (2009, p. 187) menciona que “[...] não se quer aqui abolir o direito positivo. O que se procura é colocar o Direito Material no seu devido lugar, pois o que tem ocorrido é que o Direito Processual vem suplantando o Material ao ponto de ficar subordinado àquele”. Assim, diante da concepção de Peruffo, o racionalista não busca denegrir as falhas do direito positivo e, sim, lhe dar mais sentido quando aplicado aos casos concretos (2009, p. 187). Porém, nesta vertente deve dar mais valor ao discernimento do intérprete do que está escrito nas normas.

1.2 Lógica e Racionalidade na Jurisdição

Ao se falar em uma racionalidade lógica tem-se o entendimento de que o seu objetivo é buscar uma verdade absoluta, bem como trazer a ideia matemática que todas as soluções são exatas. Essa ciência jurídica, até mesmo antes dos séculos XVII e XVIII, já buscava um compromisso com um rigor lógico, este herdado pelo Direito Romano (MARIN; LUNELLI, 2009, p. 23). Porém, o jusracionalismo foi paradigmático, pois representou o surgimento de uma nova concepção de vida e de produção do conhecimento jurídico (MARIN; LUNELLI, 2009, p. 23). Ainda, no modo de reprodução filosófica do século XVII, se reconhece que se tratou essencialmente de uma busca da certeza que pudesse ser logicamente demonstrável, com uma precisão absoluta. Depois da tarefa que se apresentava tinha a de criar uma conexão a partir de uma certeza absoluta (MARIN; LUNELLI, 2009, p. 30).

De fato, a verdade absoluta somente se busca quando analisado o processo em sua raiz. O paradigma racionalista, nesse seguimento, representa um compromisso com a exatidão e com o rigor lógico, assim, somente com uma racionalidade, o direito natural localizava uma sustentação para distinguir-se do absolutismo (MARIN, 2009, p. 32). Assim, o traço racionalista deve ser superado e substituído por um modelo processual que o Direito se enquadre a uma ciência reguladora das relações sociais, cuja fonte supera a lógica matemática, propagada pelos racionalistas de entendimento lógico e não como instrumento de estabilização social, que clama por uma busca e preservação de um único e correto sentido da norma. Deve garantir aos cidadãos uma certa previsibilidade acerca das manifestações judiciais (DENARI, 2009, p. 72). Por tal motivo, este tipo de racionalidade deve ser superado, não se pode impor resoluções do Direito, as mesmas do que

da Matemática, pois o Direito não se trata de uma ciência exata, e sim de ciências humanas, o que tem uma grande relatividade.

Além do mais, o abandono de uma racionalidade jurídica, que tenha como objetivo um pensamento matemático, não nos fará reféns das arbitrariedades, pois não se deve confundir a arbitrariedade com a discricionariedade. Dando seguimento ao pensamento do autor, o juiz terá, sempre teve e continuará tendo, margem de descrição dentro de limites, porém ele vai permanecer dependente dos princípios da razoabilidade, sem que o campo da juridicidade seja ultrapassado (SILVA, 2004, p. 271 apud MARIN, 2009, p. 32). Nesse sentido, tal abandono não vai significar que será dado o poder ao juiz de discricionariedade, a qual tem uma grande diferença com a arbitrariedade, pois continuará dependente de margens para decidir, uma vez que terá que julgar com razoabilidade. Assim, deve-se fluir o processo e que o juiz tem o dever de raciocinar de modo que compreenda a tutela requerida. Portanto, todo tipo de racionalidade tem como o seu principal objetivo a segurança jurídica. Assim, tem que se pensar na aceitabilidade da hermenêutica, como um verdadeiro instrumento de criação de direito, com uma qualidade de interpretação lógica, contudo deve prestigiar a razoabilidade das decisões judiciais (DENARI, 2009, p. 72). Para finalizar, fica a compreensão de que todo tipo de racionalidade tem o seu papel, o que aconteceu foi uma evolução, na qual atualmente deve ser usada aquela de modo razoável e célere, para que haja a eficiência processual e a tutela não perca o seu sentido.

2. Da efetividade jurisdicional

O Estado tem o dever de resolver os conflitos que surgem na sociedade, sendo eles particulares ou coletivos. Neste sentido, a expressão tutela é advinda do latim *tueor, tueri*, que significa ver, olhar e observar (POSSAMAI, 2008, p. 188). A tutela é o compromisso estatal de dirimir os conflitos, sendo que o Estado tem o dever da criação de uma sociedade igualitária, justa e desenvolvida, sem preconceitos e discriminações, conforme a Constituição Federal de 1988 (POSSAMAI, 2008, p. 188). Assim, pelo Estado é realizada a prestação jurisdicional, a qual sempre terá um único objetivo: buscar a melhor tutela para solucionar tais litígios com eficiência, de forma que a prestação sempre deve ser igualitária para todos os cidadãos.

Nesse sentido, Radin (2008, p. 172) comenta que “[...] espera-se do Estado uma prestação jurisdicional, eficiente, rápida, principalmente naqueles casos em que há riscos de perecimento do direito em litígio”. Conforme o autor, a prestação jurisdicional deve ser de forma justa e igualitária, mas principalmente eficiente (RADIN, 2008, p. 172). Para ser alcançada uma efetividade jurisdicional, deve-se resolver os conflitos da sociedade e do direito com rapidez e que haja uma satisfação pelo postulante ou postulado.

De qualquer maneira, a busca pela prestação jurisdicional efetiva não é algo fácil. O Estado tenta ter essa eficiência há muito tempo, porém muitas vezes não consegue. O principal ato que implica para uma efetividade jurisdicional é o conjunto entre as leis e o modo da sua aplicação pelos juízes em suas decisões. Com isso, surge, para uma autêntica busca da efetividade processual, que os juristas queiram deixar o abstrato e normativo mundo jurídico e se permitam adentrar em um novo mundo real, libertar-se do paradigma a que estão subjugados para que haja uma verdadeira solução (SALDANHA; MACHADO, 2009, p. 142).

Diante de tal panorama, o Poder Judiciário não pode se afastar da sua principal essência e função, que é a de oferecer tutela jurisdicional. Porém, para essa tutela ser eficiente ele deve romper com velhas correntes e dogmas que, muitas vezes, lhe são impostos em face de motivos históricos e culturais, relativos ao poder político e econômico, tendo que realizar uma verdadeira autonomia e digressão (NUNES, 2008, p. 126). Desse modo, o Estado sempre deve buscar a preocupação com a forma de prestação da tutela jurisdicional e largar o estilo antigo de interpretar o direito, para se desprender do objetivo da prestação em face do poder político e econômico, com o intuito de aplicar suas normas voltadas para constituir uma sociedade justa, igualitária e sem conflitos, em que todos possam conviver de forma harmônica. Esse fundamento, de deixar de lado as dogmáticas, as quais levam o judiciário a ficar à mercê de suas decisões, com objetivos tão somente políticos e econômicos, é algo que merece ser realmente deixado no passado (NUNES, 2008, p. 126). O judiciário tem que direcionar as suas decisões para a sociedade, para isso deve sempre atualizar suas normas jurídicas, pois a sociedade sempre está em desenvolvimento e, por este motivo, se as normas ficam estáveis acabam perdendo suas eficácias, trazendo ineficiência ao judiciário.

Até porque há uma grande necessidade da incorporação de juízos de valor para uma construção do raciocínio jurídico, rendendo-se para que todo ato jurisdicional tenha de ser representado por um ato de inteligência e não de mera reprodução da letra morta da lei, derrocar a ideologia anacrônica do racionalismo exacerbado, que alicerça o processo e causa a sua inefetividade (MARIN; BERTARELLO, 2009, p. 156). Nesse sentido, deve o juiz em suas decisões ir além do que somente está positivado nas leis. É de extrema importância que o Poder Judiciário tenha juízes que incorporem a corrente racionalista, que deixem de lado a sistematização e a dependência de ficarem presos somente no que está escrito, com o dever de efetuar uma construção racional jurídica de modo correto, com um alto nível de inteligência e conhecimento jurídico em busca da efetividade.

Essa efetividade da jurisdição, que é aplicada no dia a dia, garante uma prestação jurisdicional mais ativa e com resultados melhores, em face das exigências do mundo globalizado (PERUFFO, 2009, p. 175). É necessária a digressão sobre os princípios processuais, deve haver uma atividade criadora do juiz ao interpretar a lei, como garantia da plena função jurisdicional, e também com a apro-

ximação do direito material e o processual através de menor valorização da forma, sendo analisada a aplicação da lei ao caso concreto (PERUFFO, 2009, p. 175). Ainda, o autor menciona que não pode nela se esgotar o direito, pois enquanto este é dinâmico e acompanha as evoluções sociais, o mesmo não ocorre com a lei, que não evolui (PERUFFO, 2009, p. 175). Assim, ele finaliza com a conclusão de que a efetividade jurisdicional, com base em princípios processuais, o julgador, além de interpretar a lei, passa a ser um criador quando a aplica ao caso concreto, sendo que muitas vezes a contraria a fim de exercer a sua verdadeira função jurisdicional, de uma forma mais efetiva e que satisfaça a sociedade (PERUFFO, 2009, p. 175). Muitas vezes será necessário que o próprio judiciário crie normas, que não dependa somente da criação das leis pelo legislativo, pois são os juízes que convivem com o dia a dia dos conflitos apresentados pela sociedade e eles é que devem encaixar a melhor solução.

Porém, o juiz não pode ignorar o sentido das leis criadas pelo legislativo, pois deve usá-la como um guia que direciona o caminho a ser seguido pelo magistrado para resolver os litígios. Sendo que a lei é o principal mecanismo para regular as regras na sociedade, mas como já mencionado, não consegue acompanhar a evolução, ou seja, o papel do juiz criador e racionalista. Portanto, as normas jurídicas positivadas não acompanham a evolução da sociedade, e por conseguinte, o juiz deve efetuar dois aspectos: a) uso de uma racionalidade em suas decisões de forma inteligente, analisando o convívio da sociedade e as peculiaridades de cada caso, não tratando-os como todos iguais; b) não se prender em suas decisões somente por motivos econômicos e políticos, tendo também como base princípios humanitários.

3. A crise da racionalidade jurídica: análise de dados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina

O Poder Judiciário brasileiro há algum tempo sofre uma crise, com a principal consequência sendo o descrédito com a sociedade, o que faz surgir diversas críticas em face de sua eficiência. Ocorrem dois pontos fundamentais que ocasionam essa crise jurisdicional: a morosidade, processos presos em burocracias, modos de execuções de atos lentos e um procedimento enrolado; e a eficiência quanto à prestação jurisdicional, a qual tem o seu diminutivo em face do primeiro motivo, altas produções de decisões causam uma perda de sua qualidade. Suptitz (2009, p. 167) relata sobre o que ocasiona as crises, não somente no judiciário, mas em um todo:

A presente “crise”, assim como todas as outras, é sinal de insatisfação com determinado(s) conceito(s) e/ou instituição(s) vigente(s) o que normalmente acontece porque ele/ela(s) não conseguiu(m) acompanhar ou atender satisfatoriamente a uma determinada mudança social; mas, diferente das outras, é símbolo de toda conjuntura que se encontra falida.

Nesse entendimento de Suptitz, conceituamos a crise como um fato de retrocesso, cujas prestações não conseguem acompanhar as necessidades das pessoas. A sociedade evolui cada vez mais rápido e com isso acaba por dificultar que as prestações jurisdicionais a acompanhem de forma que as tornem eficientes para todos os casos da atualidade (2009, p. 167). Como mencionado pelo autor, quando ocorre uma crise, ocasiona-se insatisfações e acaba que tais atos encontram a falência, o que ocorreu com a racionalidade jurídica (SUPTITZ, 2009, p. 167).

Dentro desse contexto, os sistemas processuais são considerados uma espécie de monstro, ele é um sistema que autoproduz suas normas e de igual forma se autodefende quando são violadas. Ao passar dos anos observa-se que o Poder Judiciário passa por uma verdadeira crise que causa descrédito a toda sociedade (BRANDELLI, 2008, p. 140). Nesse seguimento, o sistema processual atual é uma das causas que ocasionam a crise da racionalidade jurídica, pois muitas vezes ele autoproduz suas normas e não dá azo ao juiz para utilizar a arbitrariedade em suas decisões, não podendo frequentemente utilizar algo novo com uma construção inteligente em um caso concreto, tem que seguir aquele positivismo (BRANDELLI, 2008, p. 140). É obvio que a utilização somente do positivismo causa um descrédito ao Poder Judiciário, em face da falta de qualidade nas decisões pela crise da racionalidade jurídica. Assim, os juízes não estão subordinados à imposição desta crise que assola todo o judiciário, de forma que somente extrairá o intelectivo da lei no qual interpreta o texto, mas apenas extrai dele seu puro sentido literal, isso não pode ser sustentado pelo direito moderno (MARIN, 2015, p. 221). Deve-se dar azo à aplicação do texto legal em seu sentido jurídico legítimo (MARIN, 2015, p. 221). Pela concepção de Marin, não pode o juiz ficar subordinado ao positivismo, pois as leis não conseguem acompanhar a evolução da sociedade e, quando é extraída de si somente o seu puro sentido literal, acaba-se por deixar de lado o direito moderno (MARIN, 2015, p. 221). Com isso, tem que ser usada a racionalidade jurídica de modo a interpretar as normas de forma intelectiva e analisar o fato para a aplicação da lei, com o propósito de dar a ela um sentido legítimo (MARIN, 2015, p. 221).

Marin (2009, p. 38) menciona ainda que: “[...] o papel da teoria crítica do direito é exatamente resgatar o viés interpretativo e recuperar a ideia do direito enquanto instrumento de realização da justiça”. Esse é o modelo que o juiz deve levar em conta quando for proferir suas decisões: o uso da racionalidade jurídica como um elemento do direito, um ato de inteligência para se buscar a justiça (MARIN, 2009, p. 38).

Mas a busca pela justiça no Poder Judiciário, bem como a falta de racionalidade jurídica, apresenta o desprestígio ao cidadão. Nesse seguimento, tem que se ter em mente que esse desprestígio não se deve apenas à morosidade, como também à falta de qualidade técnica no trabalho dos magistrados e à ausência de fundamentação jurídica eficiente (VENZON, 2009, p. 241). Ainda, Venzon (2009, p.

241) ressalta que “[...] a nobre função da magistratura se tornou hoje apenas um emprego público, burocrático”. Com o embasamento de Venzon, analisa-se que a morosidade processual não é a maior causa de uma ineficiência jurisdicional (2009, p. 241). A falta da qualidade nas decisões, pela crise da falta de racionalidade jurídica pelos magistrados, sem um uso de estudos, técnicas e ausência de argumentos adequados, tornam o juiz um mero servidor público e como uma máquina que tem somente o dever de produzir decisões, sem a importância de quão eficiente ela será perante o caso concreto (VENZON, 2009, p. 241).

Para alcançar o fim dessa crise, que somente se dará com uma percepção voltada ao ambiente jurisdicional, e de analisar de uma forma conjuntural todo o Poder Judiciário, bem como instrumental e em face do processo, é que se propõem algumas indagações e tentativas de responder ao tema proposto (NUNES, 2008, p. 116). Perante o raciocínio de Nunes, para conseguir diminuir a ineficiência da prestação jurisdicional, tem que ser relacionado todo o Poder Judiciário, bem como os procedimentos, mas tudo isso tem uma grande relação por essa crise da racionalidade jurídica (2008, p. 116). Essa crise tem que ser vencida, não podem os juízes ignorá-las, pois sem a racionalidade dificilmente se consegue alcançar a justiça.

Além disso, a não aplicação da racionalidade jurídica nas decisões é consequência de os juízes aplicarem somente a lei em seu sentido estrito, pois nesse pensamento Lunelli (2005, p. 241) comenta que: “[...] a interpretação inventiva faz parte também da estrutura efetiva e é nela que reside o centro da gravidade das operações. É claro que a lógica, no sistema jurídico-processual, tem papel fundamental”. Com base no discernimento de Lunelli, o juiz deve interpretar a lei com um raciocínio completamente voltado para a efetividade dela ao caso concreto, construir uma fundamentação que se for necessária, até mesmo inventiva, porém não pode fugir da lógica, ou seja, não fugir da parte histórica de jurisprudências e doutrinas e tem que analisar o fato juridicamente correto (2005, p. 241).

Marin (2015, p. 116) relata a perda da moralidade pelo judiciário em face do procedimentalismo: “[...] o rompimento com a tradição [...] afastou o direito da moral, impondo o apego ao procedimentalismo, numa clara política de resultados, fragilizando a análise conteudística”. Diante da compreensão de Marin, o apego do juiz ao procedimentalismo, com a questão do direito processual, no qual o juiz fica preso ao que está escrito na lei, produzidas de forma genérica pelo legislativo, muitas vezes deixa de ver a questão do conteúdo da causa e quando você analisa algo, e não olha as suas peculiaridades, com certeza não conseguirá resolver o conflito (2015, p. 116).

Diante de tal assertiva, Marin (2015, p. 230) ainda argumenta que: “[...] a par das crises que rondam o Estado e gestam a crise da jurisdição, que deve ser identificada, enfrentada e superada, é preciso olhar de frente para a problemática da argumentação/fundamentação do julgamento”. Assim, a falta de interpretação

correta das normas, da arbitrariedade dos juízes em suas decisões para a melhor solução no caso concreto, tem que ser focalizada para tentar a solução e em busca de um judiciário com eficiência, pois não pode ocorrer uma crise de racionalidade pelos juízes em seus julgamentos, isso tem a consequência de o Poder Judiciário perder totalmente a sua função (MARIN, 2015, p. 230).

3.1 O Modelo de Produção de Sentenças e a Perda da Racionalidade Jurídica

Primeiramente, conforme Lunelli (2005, p. 55), temos que ter o entendimento que: “[...] quando compreende e interpreta, o jurista produz o conhecimento”. Atualmente essa atividade do jurista produzir conhecimento está cada vez mais limitada, os juízes vêm perdendo a racionalidade jurídica em face de uma criação de produção de modelos de sentença, a qual somente tem seus fundamentos voltados à lei que, muitas vezes, não satisfazem o caso concreto (LUNELLI, 2005, p. 55). Assim, o grande desafio de um juiz é buscar a verdade, a qual exige que sejam apreciados todos os elementos que compõem o processo, sendo elas todas as provas apresentadas pelos litigantes. Quando não há essa análise completa, passa o julgador a amparar-se em um juízo de probabilidade (RADIN, 2008, p. 171). Perante o entendimento de Radin, o juiz tem a função de aplicar o direito ao caso concreto, para que isso seja realizado de forma eficaz ele deve analisar todos os fatos, argumentos apresentados, com calma, para que não ocorram erros e nem deixe de ver algum ponto (2008, p. 171). Pois quando se trata de direito tudo que é exposto tem importância, na busca de uma solução correta.

Dessa forma, o ativismo e a criatividade estão totalmente ligados aos fatos apresentados, razão pela qual deve o juiz passar a atuar e observar, atentamente, todos os valores da comunidade quanto àquela demanda e perante o caso concreto que julgará e dar origem a uma nova e específica norma (SUPTITZ, 2009, p. 182). Nesse sentido, deve o juiz sempre estar atento do que acontece na sociedade, pois utilizar de modelos de sentenças meramente em face de leis genéricas, é algo que não pode ser implementado no Judiciário (SUPTITZ, 2009, p. 182). Tem que se dar mais valor ao raciocínio, ao acompanhamento desses juízes perante toda a sociedade, atuar de modo conjunto para resolver os problemas apresentados por ela. Haja vista que uma decisão deve ser formada com uma interpretação da lei, conforme Peruffo (2009, p. 176) salienta: “[...] a tarefa interpretativa da lei não se esgota nas palavras e nos conceitos, uma vez que, para atender ao caso concreto, deve avaliar todo o contexto que envolve a situação de quem busca o Direito para ter a produção do bem que entende ameaçado”. Ainda, Denari (2009, p. 60) afirma que: “[...] o êxito do direito depende de dar um significado efetivo à ideia de um governo do direito como algo unificado e racional”. Nesse sentido, não se pode de maneira alguma perder a racionalidade nas decisões proferidas pelos juízes, pois a ideia do direito é essa, a lei é somente um norteio para que o juiz aja

com certa lógica e sabedoria, mas não que o limite a pensar (DENARI, 2009, p. 60). Conforme essa assertiva, a reintrodução de juízes de valores é de fundamental importância para uma construção do raciocínio jurídico, pois a atividade jurisdicional é composta de atos de inteligência, com objetivo de clarear os textos legais, bem como é constituída por um ato de criação de direito, ou seja, um ato de vontade (SILVA, 2009, p. 84). Seguindo o entendimento de Silva, o uso de racionalidade jurídica pelos juízes tem que ser indispensável, o juiz tem o dever de clarear a lei. Deve mostrar à sociedade a razão de suas decisões e criar o direito do cidadão de forma correta, uma sentença que seja declaratória, condenatória ou de outro modo tenha total eficiência para a resolução da lide trazida.

Nesse sentido, ao interpretar e aplicar o direito deve haver um balanceamento entre o geral e o singular, entre o passado das normas e a exigência presente da justiça. Esta exige uma recriação das normas jurídicas, não pode se esgotar no sentido que toda interpretação jurídica deve atender à individualidade de cada caso (SILVA, 2009, p. 87).

O juiz tem que ter a convicção de que sempre deve prevalecer a justiça e não as necessidades particulares ou do próprio Estado, bem como deve focalizar sua inteligência para analisar cada caso concreto, cada conflito de direitos da sociedade, com isso Silva O. (1997, p. 44 apud SILVA, 2009, p. 88) destaca: “[...] é indispensável, e mais do que indispensável, urgente, formar juristas que não sejam, como agora, técnicos sem princípios, meros intérpretes passivos de textos, em última análise, escravos do poder”. Nesse sentido, essa formação deve ser realizada pelo Poder Judiciário, com ensinamentos aos novos juízes de sempre levar em conta os princípios, analisar a sociedade na qual estão realizando suas decisões, analisar o caso de modo peculiar, sem deixar fatos e provas de lado, olhar para o processo de forma que tudo que lhe compõe tenha suma importância.

Lunelli (2005, p. 284) corrobora e argumenta que, quando um juiz interpreta o texto legal, cria a vivacidade do direito, assim como conforma a atividade contemplativa à prática. Esse processo de interpretação depende de um conjunto sistemático, porque não se pode realizar uma compreensão e interpretação de forma isolada, pois dependem de um todo, considera-se inclusive a sua finalidade e a dimensão histórica em que está inserida. Perante o raciocínio de Lunelli, o jurista, ao interpretar a lei de forma racional, acaba dando vida ao texto legal, e dessa forma a perda da racionalidade pode ocasionar a morte do direito e implicar em uma grande ineficiência em solucionar conflitos de direitos. A forma interpretativa tem que ser ligada ao sistema processual, deve ter o juiz um modo mais flexível de efetuar suas decisões.

Com isso, surge a necessidade de o julgador estar sempre atualizado aos fatos e ao tempo em que vive, pois não adianta ele ter somente o conhecimento técnico do direito para resolver os conflitos de forma adequada, para avançar de maneira segura e equilibrada e com o objetivo do dever, que preza pela vida. Tem

o juiz que penetrar na parte noturna do ser, analisar todos os seus atos perante a sociedade, bem como os seus sentimentos, ou seja, no crime, na fraude, no desamor ou no ódio (MARIN, 2015, p. 207).

Outros sim, nada adianta os juízes usarem de toda sua racionalidade jurídica para reconstruir com uma sabedoria técnica impecável sobre o direito, ter conhecimentos de jurisprudências, leis entre outras, mas não ter conhecimentos sobre a vida, sobre o nascimento dos sentimentos de uma pessoa. O direito é muito abrangente e, como já mencionado, tudo tem de se levar em conta para que se consiga colocá-lo em prática. Como mencionou Marin, o juiz deve penetrar profundamente no “ser”, analisá-lo, para aí sim poder efetuar uma decisão eficiente.

Com isso, Lunelli (2005, p. 19) afirma que: “[...] a norma é que é justa ou injusta, não a sua aplicação ao caso concreto. Então, a missão da jurisdição não encontra relação com a realização da justiça, na medida em que se trata, apenas, de aplicar a norma” (grifo do autor). Nesse sentido, aplicar somente a lei não é fazer justiça, não é conceder o direito a alguém que o tenha adquirido, o modelo de sentença nessa corrente ocasiona impactos terríveis a todos que estão à mercê do judiciário, ou seja, todo cidadão de bem que coloca nele a esperança em resolver conflitos.

Além do mais, a mera reprodução de sentenças, de forma meramente fundamentada na lei, de maneira unívoca não pode prevalecer, o direito tem o dever de libertar-se das amarras romanas e alterar seu modo de produção, somente com análises normativas, copiador das jurisprudências sintomáticas e modulado por um ideal neoliberal. Isso ocasiona a pretensão da morte do fato, o que assegura uma exclusão e inefetividade da jurisdição (MARIN, 2015, p. 131). Na concepção de Marin, o direito deve libertar-se das amarras romanas, ou seja, deixar a produção de sentenças de forma sistemática, de modular seus entendimentos e aplicar a todos os conflitos que apareçam. O juiz não pode usar desses modelos, a ineficiência de seus julgados será inevitável e o descrédito com a sociedade será grande.

Em suma, o juiz deve realizar o seguinte pensamento, conforme Marin (2015, p. 110): “[...] em tempos diferentes e contextos sociais diversos o mesmo tratamento dado a uma situação jurídica pode ser percebido de forma totalmente distinta”. Nesse seguimento, cada caso é um caso, não se podem usar modelos de sentenças iguais para tudo, a sociedade evolui, as pessoas são diferentes, cada fato tem o seu sentido, nada é igual, principalmente o direito, em que uma das suas características é a flexibilidade.

Assim, o modelo de sentença ideal seria aquele que conseguisse abranger a segurança jurídica, em que os juízes colocariam o sentido da lei, relativizar com a suas racionalidades jurídicas e abranger o significado da norma para qualquer caso concreto que apareça. Nesse viés, Gadamer (2003, p. 59 apud LUNELLI, 2005, p.

218) relata que “[...] o objetivo da hermenêutica é sempre restituir e restabelecer o acordo, preencher as lacunas”, ou seja, o juiz deve aplicar a lei, porém usa a sua hermenêutica quando deixadas por ela lacunas ou falhas.

Lunelli (2005, p. 55) concorda e argumenta que “[...] ao interpretar, o jurista garante a vivacidade do Direito, trazendo o necessário intercâmbio entre a vida e a lei”, por esse motivo, não pode um juiz deixar de utilizar a interpretação, ele deve dar vida ao Direito, aplicá-lo de forma que tenha um significado positivo, que atenda a toda sociedade. Além disso, Lunelli (2005, p. 217) acrescenta que “O julgador é operador de uma ciência humana, calcada na verossimilhança e não nas certezas insofismáveis. Assim, tem o dever de ater-se à demanda, buscando a verdade racional dos fatos, não esquecendo o enfoque da realidade contemporânea e local”. Contudo, seguindo o pensamento de Lunelli, fica elucidado que de forma alguma se deve aplicar um modelo de produção de sentenças meramente vinculado à lei, sem dar azo à moral, à interpretação e à criatividade do juiz. A perda da racionalidade jurídica nessas sentenças causa um enorme impacto em suas eficiências, bem como causa o descrédito do Poder Judiciário perante os cidadãos. A racionalidade jurídica é a raiz para conseguir resolver os conflitos da sociedade, ou seja, uma aplicação do direito sem inteligência, sem analisar cada caso, sem dar importância a qualquer detalhe trazido pelos litigantes, é pequenizar o direito, é proclamar a ineficiência de todo o Poder Judiciário.

3.2 Tentativas de Desafogamento do Poder Judiciário

O Poder Judiciário há muito tempo tenta descobrir uma forma eficaz de diminuir as suas demandas, existem muitos processos no acervo e cada vez mais aparecem novos casos. A resolução dos processos pelos magistrados não consegue sequer se equilibrar com as demandas ingressadas, assim, cada vez mais se acumulam processos e o Poder Judiciário procura a solução. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realiza diversas reuniões com os magistrados para tentar resolver essa situação e desafogar o judiciário para as novas demandas fluírem e que sejam solucionadas com mais rapidez. Assim, Monteiro (2018) divulgou a informação no site do CNJ acerca dessa importância de diminuir processos:

Um dos campos da terceira edição da série Justiça Pesquisa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), busca como baixar o total de casos à espera de solução nos tribunais brasileiros. Elevar a produtividade e receber menos causas novas não foram o bastante para conter o estoque de processos.

Na maioria das reuniões o CNJ se preocupa com esses acúmulos de demandas e coloca metas para os magistrados sobre o desafogamento do Poder Judiciário, porém a simples colocação de aumentar a produtividade e diminuir o ingresso de novas demandas é ineficaz para combater o estoque de processos.

Conforme relatório de metas do CNJ, para o ano de 2018, todos os Tribunais devem efetuar a eliminação de processos acima de 100%, ou seja, de modo que o número de processos extintos pelos magistrados seja maior que o número de novos processos (CNJ, 2018). Uma meta arriscada, já que induzir os magistrados a aumentar suas produções, que já estão bem elevadas, é diminuir a qualidade das decisões.

Assim, nas palavras de Marin (2015, p. 24), “[...] o judiciário está alicerçado em critérios quantitativos, protagonizando uma nova fase da história, que almeja a morte do ‘fato’ através da produção em série de decisões quase idênticas, também fomentadas pelos advogados”. Ao analisar este critério, verifica-se que o Poder Judiciário, os magistrados e até mesmo os próprios advogados parecem pessoas famintas, que ingerem alimentos sem sentir o gosto, somente para satisfazer sua fome, ou seja, simplesmente eliminam processos, sem dar conta aos fatos e apreciar o direito que está sendo requerido.

A reforma do Poder Judiciário que demonstra esse pensamento pelos magistrados que o compõe é a digitalização dos processos. A tecnologia de processos digitais veio para dar mais celeridade às demandas judiciais, porém as técnicas usadas pelos magistrados, com o benefício da referida inovação, permanecem no sentido de redução do número de processos a partir de um aumento de julgamentos *standarts*⁴, com a facilitação que trazem os sistemas eletrônicos (MARIN, 2015, p. 26). Sobre o desafio da implantação da tecnologia no sistema judiciário, Marin (2015, p. 112) coloca o seguinte:

Certamente que esse desafio torna-se muito mais árduo em face do avanço da tecnologia na massificação dos procedimentos e na busca da objetificação. A Ciência Jurídica necessita, nesse cenário, assegurar a sua plausibilidade, sob pena de estereotipar a conduta humana e fadar o direito à burocratização.

Perante a compreensão de Marin, o avanço da tecnologia nos procedimentos judiciais deveria ser tratado como uma vitória. Porém, em face de se manter o pensamento de que o Poder Judiciário é uma máquina de produzir e o que o Direito é um mero produto, acabou que os sistemas digitais causaram ainda um maior problema na questão de os magistrados quererem padronizar decisões e perderem o foco nas suas racionalidades jurídicas.

Na atualidade, as decisões constituem num produto de massificação pela tecnologia jurídica que efetua um tolhimento nas personalidades das demandas. O Direito com a tecnologia exclui o indivíduo e há a generalização procedimental, ele esquece que ele é composto dos desejos e pretensões de pessoas e não fruto do acaso ou até mesmo mais uma engrenagem do Estado burocrático (MARIN, 2015, p. 119).

⁴Tradução Livre: Modelo.

Com isso, conforme Espindola (2009, p. 136), “[...] os juristas têm acreditado na própria mentira e comportando-se como se, de fato, todas as espécies de pretensão fossem a mesma coisa, e, portanto, pudessem ser protegidas ou satisfeitas com o mesmo mecanismo”. Nesse sentido, de nada adianta essas reformas de melhorias no Poder Judiciário, o aumento da tecnologia com os procedimentos digitais, para desafogar o judiciário e acabar com a morosidade processual, se os juízes mantiverem o entendimento de que todos os casos sejam iguais e mereçam ser tratados da mesma maneira. Isso é contrário às soluções cabíveis na efetividade jurisdicional.

Os magistrados têm que ter a ciência de que não se pode sistematizar as decisões, usando a lei e julgados passados, pois, conforme Peruffo (2009, p. 184): “[...] a lei não possui vida própria. Ela é estanque. Ao intérprete cabe a função de aplicá-la de acordo com o contexto atual”. Ainda, Denari (2009, p. 68) salienta: “[...] a mera reprodução, pelos magistrados de primeiro grau, das decisões proferidas pelos tribunais superiores, sem a leitura da questão sob exame a partir de um olhar histórico, está na contramão do papel atribuído à magistratura”. O juiz deve ler, analisar e examinar o fato, sendo as metas do CNJ totalmente contrárias a tudo isso, pois essa busca incansável de produtividade visa atender o ideário neoliberal da máxima produção em menos tempo real, usando a sistematização processual, o que não deixa de suscitar a imagem de uma jurisdição pós-humana. Tudo isso demonstra que o Direito atual está cada vez mais próximo dos interesses econômicos e distante dos interesses humanos (SALDANHA, 2009, p. 53-54 apud MARIN, 2015, p. 129). No entendimento de Cappelletti (2008, p. 20 apud MARIN; BERTARELLO, 2009, p. 153), “[...] o bom juiz, assim consciente dos limites, mas também da potencialidade da sua função, será sensível às circunstâncias que lhe permitam conciliar um prudente *restraint*⁵ em certos casos, com um corajoso ativismo noutros casos”. Dessa forma, o juiz deve agir conforme a que o fato apresentado necessite de sua compreensão, assim como extinguir processos meramente por eliminar o congestionamento que existe no judiciário não é o papel de um julgador, o juiz não é uma máquina de produzir sentenças, de extinguir processos e eliminar direitos.

Aí fica a questão de uma sociedade que de um lado espera uma segurança jurídica absoluta, com celeridade processual e sistematização dos sistemas judiciais e seus instrumentos; de outro lado, a expectativa de um mundo contemporâneo, tão diferente daquele do século passado (MARIN, 2015, p. 85). Assim, o julgador tem o dever de ser um hermeneuta e precisa desvendar o verdadeiro sentido do direito e ter uma clara dimensão do ser do mundo. Pois, não há solução num discurso prévio que se molde a uma generalidade de casos famintos para buscar a solução mais justa (MARIN, 2015, p. 237).

⁵Tradução Livre: Contenção.

Não podem os julgadores e o Poder Judiciário manterem esse pensamento de desafogamento do sistema judiciário com a mera produção massificada de sentenças extintivas nos processos, bem como aplicar metas somente para que acabem com os processos, independentemente de sua complexidade. Isso gera uma alta perda na qualidade das decisões e, como as decisões são as que concedem os direitos, consequentemente o impacto na sociedade será imenso.

3.3 Dados do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Primeiramente, salienta-se que a pesquisa dos dados do presente artigo, e o presente trabalho buscou elucidar tão somente sobre o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em relação à justiça comum, excluindo as especializadas, questões trabalhistas, federais ou de justiça especiais. O recorte temporal, da presente análise, se deu pela disponibilidade de acesso aos dados estatísticos da plataforma do TJSC.

As metas dos Tribunais de Justiça Estaduais são fornecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com isso, anualmente são colocados em seus sites números de processos novos, processos finalizados e congestionamento. O CNJ há alguns anos cobra como meta principal dos magistrados a produtividade, a fim de combater a morosidade processual. Conforme relatório de metas do CNJ (2017, p. 09):

A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processos. Desde que foi criada em 2010, todos os tribunais brasileiros, à exceção dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), vêm renovando o compromisso estabelecido pela meta, qual seja: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ao se analisar os relatórios de metas, realizados pelo CNJ, verifica-se que nos anos de 2015, 2016 e 2017 sempre se priorizou a questão da produtividade dos juízes, em produzirem o maior número de julgamentos no menor tempo possível. Saldanha (2009, p. 73) comenta nesse sentido que: “[...] da ineficácia à efetividade, é preciso combater uma eficiência que, embora se coloque no caminho do meio – entre o passado e o futuro – não é virtuosa, sobretudo no registro em que vem sendo utilizada em nome da quantificação”. Desse modo, colocar a meta somente de produtividade, como a principal imposta aos magistrados, é transformar o judiciário em uma máquina de produção, falar em produzir sentenças é eliminar o verdadeiro significado do Direito, principal função do Poder Judiciário.

Ainda, essas metas influenciam na promoção dos juízes, conforme Resolução nº 106, do CNJ (2010), que prevê em seu artigo 4º quais são os critérios para essa promoção: “desempenho (aspecto qualitativo da prestação jurisdicional); produtividade (aspecto quantitativo da prestação jurisdicional); presteza no exercício das funções; aperfei-

coamento técnico; adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional”.

Pode até se perceber que foi colocado no referido artigo a questão do desempenho qualitativo, mas quando comparamos com os relatórios de metas do CNJ, nota-se que a produtividade sempre será o maior critério que os juízes procurarão efetuar, pois cumprem suas metas e ainda têm um bom critério para suas promoções. Neste viés, o critério de promoção de juízes a partir de produtividade, sendo para a produção de decisões em um menor tempo, de acordo com Súmulas dos Tribunais Superiores, realizada pelo CNJ, demonstra um cenário comprometido tão somente com a quantificação, com produtividade e fluxo de demandas, se distanciando da virtude da Justiça (SALDANHA, 2009, p. 62).

Assim, com base nos dados do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, verificamos primeiro a questão da média de produtividade dos juízes no período de 2014 a 2016 e a meta imposta para 2017:

Tabela 1. Quantidade de processos baixados por magistrado, com atuação nas suas respectivas unidades vinculadas.

Período	Produtividade dos juízes de primeira instância	Produtividade dos desembargadores e juízes de segunda instância
2014	1.707	1030
2015	1.699	968
2016	2.231	878
Meta 2017	2.454	966

Fonte: Tribunal de Justiça de Santa Catarina (2018).

Percebe-se que no que tange aos juízes de primeiro grau, ou seja, aqueles que detêm o primeiro julgamento no processo de conhecimento, que devem analisar com maior eficácia as provas e tudo que é trazido pelos litigantes, sua produtividade a cada ano aumenta e dos desembargadores e juízes de segundo grau, ou seja, os que julgam os recursos, que pela lógica teria que ser de mais fácil análise, diminui sua produtividade. Esse acontecimento não está ligado à diminuição de recursos interpostos no Tribunal de Justiça, conforme estes dados que relaciona a porcentagem das quantidades de processos julgados e os novos, tanto em primeira instância como na de segunda instância.

Tabela 2. Quantidade de processos baixados em relação aos casos novos, no 1º Grau de jurisdição e 2º Grau de jurisdição.

Período Processos baixados em relação aos novos em primeira instância (%)
Processos baixados em relação aos novos em segunda instância (%)

Período	Processos baixados em relação aos novos em primeira instância (%)	Processos baixados em relação aos novos em segunda instância (%)
2014	84%	102%
2015	92%	96%
2016	119%	83%
Meta 2017	131%	91%

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (2018).

Período	Acervos julgados em primeira instância (%)	Acervos julgados em segunda instância (%)
2014	68,62%	55,96%
2015	70,10%	57,93%
2016	69,93%	63,21%
Meta 2017	62,94%	56,89%

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (2018).

Ainda, para corroborar mais com o entendimento da ineficácia da busca da alta produtividade nos juízes de primeiro grau, mostram-se a seguir os dados em relação ao julgamento dos acervos em primeira instância e segunda instância:

Tabela 3. A relação entre os processos julgados e o acervo existente nos 1º grau e 2º grau.

Período	Acervos julgados em primeira instância (%)	Acervos julgados em segunda instância (%)
2014	68,62%	55,96%
2015	70,10%	57,93%
2016	69,93%	63,21%
Meta 2017	62,94%	56,89%

Fonte: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (2018).

Portanto, nota-se que cada vez mais os desembargadores e juízes de segundo grau aumentam os seus acervos. As porcentagens de processos novos em relação aos julgados vêm cada vez mais se distanciando, mesmo com o aumento dos julgamentos de acervos. Por sua vez, os juízes de primeiro grau têm uma grande produtividade, que aumenta a cada ano, ao julgarem um número maior de processos do que os números de novas demandas. Percebe-se que a produção em massa dos juízes de primeira instância ocasiona em uma falta de qualidade de seus julgados, aumentando o número de recursos e os critérios de análises dos desembargadores.

Ainda, o CNJ impõe cada vez mais o aumento de produtividade de sentenças ou acórdãos, o que ocasiona ainda mais uma má qualidade na prestação jurisdicional. Nesse sentido, cada vez mais o Poder Judiciário se torna uma máquina de produção de sentenças e ignora seus princípios que norteiam a prestação jurisdicional, o que cria um descrédito enorme perante a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo proporcionou uma análise de como a racionalidade jurídica está se afastando das decisões proferidas pelos magistrados, o que ocasiona uma inefetividade nas prestações jurisdicionais. Ainda, possibilitou a verificação dos dados do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, os quais demonstram que, em face da má qualidade nos julgamentos de primeira instância, acaba-se aumentando o número de recursos para a segunda instância. Ainda, ao se olhar para esses dados, fica elucidado que os desembargadores ou juízes de segundo grau estão tendo mais dificuldades em julgar do que os de primeiras instâncias.

O presente trabalho tem ainda suma importância para toda a sociedade, pois a ineficiência das prestações jurisdicionais, como demonstrado, tem total ligação com a falta de uma racionalidade jurídica correta. O convívio social é regulado pelo Direito, o qual é aplicado pela prestação jurisdicional, sendo que ela necessita para sua eficiência de uma construção com raciocínio. Nesse entendimento, a crise da racionalidade jurídica acaba por criar um descrédito do Poder Judiciário perante a sociedade, as relações dos cidadãos de modo coletivo ficam ameaçadas. Assim, conclui-se, com o presente estudo, que a crise da racionalidade jurídica está presente no Poder Judiciário e que é a principal causa de críticas da sociedade face à prestação jurisdicional. Ainda, pode ser percebido que a celeridade processual necessita de uma relatividade quanto à eficiência das decisões. Desta forma, entende-se que, para que o judiciário consiga satisfazer as necessidades da sociedade, se faz necessário um recorrente investimento em minirreformas procedimentais e, principalmente, na estrutura, afastando a ideia de aplicação de metas de produções.

REFERÊNCIAS

AGUIZZOLI, Marco Túlio de Oliveira. **Dos princípios da cooperação e da razoável duração do processo e sua necessária aplicação para a resolução da lide.** In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo.* ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 190 – 202.

BRANDELLI, Ailor Carlos. **O tempo e o processo: efetividade e celeridade como pressupostos para uma prestação jurisdicional digna.** In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material.* ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 129 - 147.

_____. **O juizado especial cível e a reforma processual da lei 11.232/05.** In MARIN, Jeferson Ditz. *Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva.* ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 189 – 200.

BRASIL, Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 106, de 6 abril de 2010.** Disponível em: <www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/>. Acesso em: 15 de maio de 2019.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Metas nacionais do Poder Judiciário 2018.** Departamento de gestão e estratégia, 2018, v. 3. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/01/8d31f5852c35aececd9d40f32d9abe28.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Metas nacionais do Poder Judiciário 2017.** Departamento de gestão e estratégia, 2018. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/05/e2b3f547f615250a8a2b85011f1ae489.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Metas nacionais do Poder Judiciário 2016.** Departamento de gestão e estratégia, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/05/64acb190bee63682ea4b7f7805f5acce.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

_____. Conselho Nacional de Justiça. **Metas nacionais do Poder Judiciário 2015.** Departamento de gestão e estratégia, 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/2610e043bc7d99c761fc5e33569c203c.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 05 de maio de 2018.

BRASIL. Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Gestão Estratégica**. Disponível em <<https://www.tjsc.jus.br/web/guest/gestao-estrategia/>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

CURY, Cesar. **Métodos de resolução de conflitos de massa e efetividade da decisão**, Rio de Janeiro, RJ: 1º semestre, direito em movimento, 2015, v. 22, p. 95 - 115.

DENARI, Melissa. **Racionalismo e processo civil: em busca da verdade impossível**. In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo*. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 57- 78.

DOMINGUES, Luciane Sinhorini. **Coisa julgada inconstitucional**. In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo*. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 203 – 217.

ESPINDOLA, Angela Araújo da Silveira. **A tutela preventiva na concretização do Estado democrático de direito: a necessidade de desviar o olhar do paradigma para atender aos novos direitos**. In MARIN, Jeferson Ditz. *Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva*. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 123 – 144.

LUNELLI, Carlos Alberto. **A superação do paradigma racionalista e a possibilidade de inclusão do comando mandamental na sentença condenatória**. Tese de Doutorado. Pós- graduação em Direito UNISINOS. São Leopoldo, RS. 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2471>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

MARIN, Jeferson Dytz. **Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo**. 2. ed. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009.

_____. **Crise da jurisdição e decisionismo em Alexy, prisioneiros da liberdade**. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2015.

_____. **Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva**. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009.

_____. **Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinari-**

zação e racionalismo. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009.

MARIN, Jeferson Dytz; BERTARELLO, Marina. **A ordinariedade do processo civil: proporcionalidade, oposição aos juízos de certeza e realização dos direitos fundamentais**. In MARIN, Jeferson Ditz. *Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva*. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 145 – 160.

MARIN, Jeferson Dytz; LUNELLI, Carlos Alberto. **A autonomia do processo Constitucional e a legitimação para agir na tutela dos direitos coletivos: A dimensão publicista da jurisdição**. In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material*. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 19 - 48.

MARIN, Jeferson Dytz; LUNELLI, Carlos Alberto. **O paradigma racionalista: lógica certeza e o direito processual**. In MARIN, Jeferson Ditz. *Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva*. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 21 – 43.

MARIN, Jeferson Dytz. **A influência da universalização conceitual na inefetividade da jurisdição: teorias da decidibilidade, (des) coisificação do caso julgado e estandardização do direito**. Tese de Doutorado. Pós- graduação em Direito UNISINOS. São Leopoldo, RS. 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

MONTEIRO, Isaías. **Medidas para desafogar o Judiciário são foco de pesquisa do CNJ**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85092/>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

MORÁS, Silvana. **A tutela cautelar e a tutela antecipatória frente a satisfatividade e à responsabilidade objetiva**. In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material*. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 149 - 168.

NETO, Arnaldo Bastos Santos. **Para reler Hans Kelsen**. In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material*. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 91 - 104.

NUNES, Érico Sartor. **O Estado democrático de direitos e a efetividade jurisdicional – uma análise em razão das novas reformas processuais**. In MARIN, Jeferson Dytz. *Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material*. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 115 - 127.

OLIVEIRA, Célio Alves de. **Globalização e as relações do trabalho: Tendências e perspectivas.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 73 - 90.

OTONI, Luciana. **País possui 2,1 milhões de processos pendentes de solução idêntica.** Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/86165/>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

PERUFFO, Alice Hoffmann. **A efetividade da Jurisdição.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 175 – 189.

POSSAMAI, Felipe Panizzi. **A influência do racionalismo nos princípios da segurança jurídica e da efetividade do processo: uma análise crítica das tentativas para o desfogamento do judiciário.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 187 - 203.

RADIN, Rodrigo André. **Introdução ao estudo das tutelas de urgência: tutelas cautelares e jurisdição.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 169 - 185.

RODRIGUES, Renato; GONÇALVES, José Correia. **Procedimentos de metodologia científica.** 8. ed. Lages, SC: PAPERVEST, 2017.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; PUSCHEL, Flavia Portella; MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. **Dogmática é conflito, uma visão crítica da racionalidade jurídica.** São Paulo, SP: Saraiva. 2012.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes. **A influência do neoliberalismo sobre a jurisdição. A difícil sintonia entre eficiência e efetividade.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 45 – 77.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes; ESPINDOLA, Angela Araújo da Silveira. **A jurisdição constitucional e o caso da ADIN 3.510: do modelo individualista e liberal ao modelo coletivo e democrático do processo.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, efetividade e realização da pretensão material. ed. 1. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2008, p. 49 - 72.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes; MACHADO, Mariana Pacheco. **A lei 11.382 e os**

embargos do executado na execução para pagamento de quantia certa. In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 117 – 144.

SANTIN, Miguel Ângelo. **O Estado e o Direito de punir.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 45 – 56.

SILVA, Jaqueline Mielke. **Tutela de urgência e pós-modernidade: a inadequação dos mecanismos atualmente positivados à realidade social.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 79 - 94.

SOMENSI, Mônica Casagrande. **Fungibilidade das tutelas de urgência.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 234 – 256.

SUPTITZ, Carolina Elisa. **Audiência pública jurisdicional: avanços e limites democráticos do Poder Judiciário brasileiro.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 161 – 187.

VENZON, Alexandre Allegretti. **A súmula impeditiva de recurso (CPC, art. 518, §1º) e o ultraje aos princípios constitucionais.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, estudos em homenagem ao prof. Ovídio Baptista da Silva. ed. 3. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 225 – 244.

VIEGAS, Eduardo Coral; MONTEMEZZO, Patrícia. **O meio ambiente e a sociedade de risco: As liminares nas ações ambientais.** In MARIN, Jeferson Dytz. Jurisdição e Processo, reformas processuais, ordinarização e racionalismo. ed. 2. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2009, p. 100 – 116.

INOVAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS DO SÉCULO XXI

¹Inês Staub Araldi

²Soeli Zembruski Staub

RESUMO

A educação no Brasil, tradicionalmente, se configura como um tema complexo e desafiador. As modernidades do século XXI trouxeram consigo os multimeios da tecnologia, entre tantos outros desafios. E a escola precisou se reinventar. Refletir sobre o processo educacional a luz de teóricos como Carbonell (2002) e Fischer (2005) destacando a função social da escola, bem como sua inter relação com o entorno, particularmente em relação aos cursos strictu sensu, nos leva a discorrer sobre particularidades desse nível de ensino, observando características do modelo acadêmico e do mestrado profissional. Nesta análise, destacamos o protagonismo exercido pelo professor Marco Maschio Chagas por meio da UNIFACVEST de Lages - SC, e a implantação do curso de Mestrado em Práticas Transculturais. Apresentamos ainda alguns dos resultados práticos traduzidos em produtos e serviços, cujo desenvolvimento acompanhamos na função de docentes e orientadoras, e que testemunham a contribuição do curso de Mestrado em Práticas Transculturais para Lages e região.

Palavras chave: Inovação; educação superior; práticas; resultados.

ABSTRAT

Education in Brazil, traditionally, proves itself as a complex and challenging theme. The modernities of 21st century brought technological tools and many other challenges. School needed to recreate itself. Reflecting about the educational process through theoreticals as Carbonell (2002) and Fischer (2005) highlighting the social function of school as well its relationship with the surroundings, particularly related to strictu sensu courses, makes us to talk about particularities of this educational level, observing characteristics of the academic course and also of the professional model. In this analysis, we highlight the protagonism of professor Marco Maschio Chagas from UNIFACVEST - Lages, SC and the creation of the

¹Inês Staub Araldi é doutora em Teoria Literária pela UFSC, mestre em Ciências da Linguagem pela UNISUL, Professora do Mestrado em Práticas Transculturais na UniFacvest – Lages e é Funcionária Pública na Fapesc- Florianópolis

²Soeli Staub Zembruski é mestre e doutora em estudos da tradução pela UFSC, professora no mestrado em Práticas Transculturais na UNIFACVEST_ Lages e coordenadora da escola polo remoto em Maravilha- SC.

program of master's degree on Transcultural Practices. We also show some of the practical results in the form of products and services, with development we follow as professors and counselors, that testify the contribution of Transcultural Practices course to Lages and surroundings.

Keywords: innovation, higher education, educational practices, results.

A inovação está necessariamente associada à mudança. E mudar significa abandonar a zona de conforto e fazer diferente. Significa criar. Liberar-se de antigas práticas e desconstruir certezas que insistem em apontar sempre para o mesmo caminho e que, por isso mesmo, produzem resultados semelhantes. Talvez impulsionados pelo instinto de sobrevivência e pelo desejo do desenvolvimento econômico, os setores ligados à produção, ao comércio e ao mercado financeiro em geral, são mais propensos tanto a criar inovações quanto a se valerem destas para desenvolver suas atividades. Mas o setor educacional parece ser conservador por excelência. Qualquer inovação neste terreno está presumidamente alicerçada sobre uma boa dose de intuição, com pitadas de dúvidas e convicções.

Os avanços tecnológicos das últimas décadas mudaram significativamente o contexto em que se desenrolam as atividades cotidianas de qualquer natureza. Para a maioria das pessoas, especialmente para as mais jovens, o mundo fora das paredes escolares se tornava muito mais ágil, dinâmico, interessante e produtivo. Desta forma:

A escola está em crise. Na realidade, sempre esteve. Muitas foram as análises, de diferentes perspectivas, que prognosticaram seu iminente desmoronamento ou uma morte em câmera lenta; mas esta instituição, assim como a igreja, mantém uma rara e enorme capacidade de sobrevivência, apesar de suas múltiplas disfunções e de sempre ter ido a reboque das mudanças sociais, tecnológicas e culturais. Não obstante, devemos dizer em seu favor, que ela continua cumprindo, com mais ou menos eficácia conforme os casos, as funções de controle, custódia e retenção, e de distribuição desigual da cultura. O que não é pouco. (Carbonell, 2002, p. 15)

Quando falamos em escola, neste trabalho, estamos nos referindo ao amplo contexto do ensinar-aprender institucionalizado, regulamentado por legislação específica e que orienta suas práticas por concepções de ensino que permitam a sua clientela enfrentar criticamente as mudanças aceleradas da atualidade. O sistema educacional de qualquer país do mundo estará sempre relacionado com o espaço social a ele destinado, e será tão atuante quanto forem dinâmicos os seus gestores. A gestão em si, encontra-se alicerçada sob dois pilares principais: o normativo, que compreende aspectos legais tais como a carga horária, os graus de ensino, a instituição de novos cursos, a distribuição de recursos, etc; e o pedagógico.

gico, que orienta as ações ligadas ao modo de ensinar, tais como as estratégias de aprendizagem, os conteúdos mínimos de cada etapa e que se espera do aluno ao concluir cada uma delas.

No Brasil, temos duas redes de ensino que atendem seus alunos de formas distintas, embora regulamentadas pelos mesmos instrumentos legais: a rede pública e a rede privada. Os preceitos legais para ambas são as mesmas, mas ambas podem inovar no método, e a rede privada tem mais autonomia sobre os recursos, visto que são próprios. No entanto, a inovação pressupõe algo mais do que pode ser visto em modernas instalações, ou em propostas diferenciadas. A grande questão a que a escola deve estar atenta é o resultado de seu trabalho, a satisfação de sua clientela, o retorno à sociedade desta que uma de suas instituições fundamentais. Para Carbonell:

Não se pode olhar para trás em direção à escola ancorada no passado, que se limitava a ler, a escrever, contar e receber passivamente um banho de cultura geral. A nova cidadania que é preciso formar exige, desde os primeiros anos de escolarização, outro tipo de conhecimento e uma participação mais ativa dos alunos no processo de aprendizagem. É preciso pensar na escola do presente-futuro e não do presente-passado, como fazem muitas pessoas que sentem tanto mais nostalgia do passado quanto maior é a magnitude da mudança a que se propõe. (2002, p. 16)

A escola é, ou pelo menos deveria ser, o espaço dedicado à formação e ao aperfeiçoamento pessoal. E este processo de formação vai além da formação inicial, básica e até mesmo além da graduação. Diante das novas necessidades criadas na era digital, desponta o aperfeiçoamento profissional voltado para melhorias no entorno e também para os anseios particulares do indivíduo que busca uma realização em um campo específico de sua atuação. Esse, certamente tem sido um dos maiores desafios da educação contemporânea, o de oportunizar uma realização prática, acadêmica e fundamentada por referenciais teóricos que a embasem.

Uma vez concluída a formação básica, que fornece ao sujeito os fundamentos da escrita, do raciocínio lógico, de conhecimentos culturais, históricos, artísticos e da relação com o meio ambiente, é chegado o momento reservado ao protagonismo, à atuação e intervenção sobre o meio. Um ponto alto na escalada da educação e muito ambicionado desde os primeiros anos escolares. Desde muito cedo e durante a trajetória que antecede esse momento, é bastante comum ouvir indagações e anseios dos estudantes que pretendem aplicar o conhecimento até então adquirido, pretendem agir e contribuir com o desenvolvimento social em um aspecto específico. E então, após longos anos de jornada acadêmica, os estudantes se veem diante da possibilidade de direcionar sua atenção a um trabalho que contemple essas necessidades e isso se dá a nível de um curso strictu

sensu, em nível de especialização, mestrado e doutorado. Interessam-nos, neste trabalho, os cursos de mestrado. Tornar-se mestre significa, em tese, chegar a um nível de excelência profissional, significa adquirir o conhecimento necessário para conduzir com maestria as ações relacionadas ao campo de conhecimento.

No entanto, ainda é bastante frequente percebermos que a estrutura geral da maioria dos cursos não atende a demanda profissional de quem busca uma oportunidade de atuar sobre uma questão específica. Para as questões teóricas na busca do entendimento de aspectos subjetivos amparados em referências bibliográficas, o mestrado acadêmico tem figurado como fomentador do pensamento científico e é responsável por grande parte do conhecimento gerado nesse campo e existe no país. Porém, as mudanças em nosso contexto social, o avanço tecnológico e as relações com o mercado de trabalho impulsionaram a necessidade de criação de um curso mais voltado ao setor produtivo. Surge então na década de 90, o Mestrado profissional. Seu objetivo geral é escrito no documento intitulado Mestrado no Brasil: a situação e uma nova perspectiva, o qual afirma que o novo modelo “visa à aplicação e extensão de conhecimentos a finalidades profissionais ou vocacionais.” (RBPB, 2005) o qual evidencia sua relação direta com a produção de produtos e serviços.

Considerando os objetivos do Curso de mestrado Profissional, descritos pela portaria 17(BRASIL, 2009b) que são:

- I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;
- II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;
- III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas de geração e aplicação de processos de inovação apropriados;
- IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Observamos que o modelo proposto contempla a necessidade do mercado como também o anseio de estudantes, de modo que a implementação de um curso de mestrado profissional passa a influenciar o relacionamento da universidade com a comunidade em que atua, pois, além do oferecimento da formação intelectual, contribuirá também no desenvolvimento de soluções para o enfrentamento de dificuldades diárias por meio de intervenção na realidade com a criação de um produto ou serviço específico. De modo que o MP (mestrado Profissional) configura-se como fruto dos novos tempos em que a praticidade, objetividade e direcionamento de energias são requisitadas.

No que se refere às contribuições do MP ao cenário acadêmico brasileiro FISHER, 2005 defende que o mesmo precisa ser reconhecido como necessidade e rota alternativa de formação, pois além da formação para o ensino e a pesquisa, característicos do mestrado acadêmico, busca orientar o ensino para a aplicação prática. Porém, o novo modelo teve de enfrentar o descrédito inicial promovida pela tradicional abordagem dos cursos *strictu sensu* no país. A renovação gerou questionamentos quanto à estrutura, finalidade, corpo docente e trabalhos finais. No entanto, em pouco mais de uma década o MP firma-se como alternativa importante e complementar ao mestrado acadêmico fortalecendo a ciência brasileira também em seus aspectos tangíveis de aplicação imediata.

Devido a esses fatores, a implementação de um curso como esse, sem dúvidas requer o espírito empreendedor, uma visão ampla e abrangente da realidade circundante inclusive para a definição da linha do curso que pode seguir o modelo mais generalista e específico. Isso abre outras tantas indagações pois, se for generalista demais corre o risco de não atender as necessidades de quem busca aplicações específicas, por outro lado sendo específico, poderia ser tornar limitante e esgotar as possibilidades de atuação para um pequeno grupo. Desta forma, é fundamental ancorar o curso a ser criado em uma instituição sólida, cuja visão de educação permita romper as fronteiras impostas pelo ensino tradicional e que tenha como foco a formação de alunos atendidos em suas especificidades. Como o próprio nome diz, os cursos de mestrado profissional têm como objetivo atuar especificamente no aperfeiçoamento profissional de sua clientela. Neste caso, a sua criação deve levar em conta o histórico acadêmico sim, mas também as oportunidades de trabalho e as contribuições sociais que estarão ao alcance dos egressos dos cursos superiores que são oferecidos pela instituição sede.

Tudo isso certamente foi levado em conta pelo grupo de trabalho, liderado pelo professor Marco Antonio Maschio Cardozo Chaga, ao criar o curso de Mestrado Profissional em Práticas Transculturais, com o apoio institucional da UNIFACVEST. A proposta inovadora do curso foi recomendada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2016. Completa, portanto, 5 anos de uma história de sucesso, ao longo dos quais atribuiu dezenas de títulos de mestre, contribuindo significativamente para a formação de profissionais de alta performance. Os produtos, resultantes dos trabalhos de conclusão dos egressos, são a prova contundente de que a proposta é adequada as necessidades e aos anseios de uma clientela que busca excelência profissional em sua área de atuação. Assim, tempos professores que elaboraram cursos de formação continuada e trilhas pedagógicas para seus pares, arquitetos que projetam o reaproveitamento de materiais sólidos descartados em obras, profissionais da área de vendas que desenvolvem protocolos inovadores, profissionais autônomos que atuam no mercado da indústria têxtil que desenvolvem um site colaborativo para

o setor, funcionários públicos que desenvolvem material que objetiva auxiliar a implantação e a gestão de consórcios públicos. Estes são apenas alguns dos exemplos da aplicabilidade e pertinência de uma proposta de ensino que leva em consideração que:

O conhecimento é um conjunto de informações, conceitos, princípios, crenças, convicções, valores, símbolos, rituais, linguagens, opiniões, habilidades de índoles diversas e outros componentes que estão mais ou menos interconectados e atados como os fios de uma rede. O conhecimento, extraordinariamente complexo e multidimensional, assenta-se em três grandes pilares: o da informação, que gera conhecimento relevante; o da explicação, que facilita a compreensão do porquê das coisas; e o da apropriação subjetiva, que contribui para a formação de um critério de opinião pessoal. (Carbonell, 2002, p. 51).

Inovar na educação superior, e sobretudo na pós-graduação, é perceber que o papel da escola vai muito além do repasse de conteúdos específicos. É preciso abrir espaço para que os educandos desenvolvam seu potencial de forma individual sim, mas sem jamais perder de vista um contexto bem mais amplo. A formação do aluno precisa ter em vista a dimensão de seu potencial, precisa dar a ele a oportunidade de se desafiar diante da própria capacidade de lidar com o conhecimento científico sim, mas também aplicável a sua própria realidade e ao contexto dentro do qual este aluno se relaciona com seus pares.

Como é fácil perceber, a inovação da qual falamos aqui não depende exclusivamente do uso de novas tecnologias ou da instalação de modernos laboratórios. Embora tais recursos possam motivar os alunos a frequentar as aulas e auxiliar os professores a ministrar aulas mais criativas e eficientes, no sentido em que algumas disciplinas necessitam efetivamente de práticas suportadas por recursos específicos, a inovação real está tanto na estruturação de um curso moderno e dinâmico, quanto na metodologia aplicada neste processo. Em última instância, a arte de inovar está na mão daquele que está em contato direto com o aluno, o professor. E o desempenho deste profissional está diretamente relacionado com a estrutura que lhe é oferecida, a dinâmica da rotina de trabalho que lhe é atribuída e com um atributo fundamental que, segundo Carbonell, “é a autonomia, poder ou autoridade docente que capacite os professores para atuar com independência de critério, e que reconheça seu protagonismo nas decisões em torno da seleção, organização e transmissão do currículo (2002. P. 111)

Por fim, vale dizer que uma história de sucesso, como está sendo a trajetória do Mestrado Profissional em Práticas Transculturais, se escreve com o protagonismo de quem tem a iniciativa e a ousadia de olhar para a formação *Strictu Sensu* com o espírito empreendedor, a exemplo de seu idealizador Marco Maschio Chaga; se faz com o apoio de uma comunidade escolar sólida e respeitada como é o caso da UNIFACVEST, e se faz com uma equipe de trabalho que compreende que:

Os alunos aprendem mais com o comportamento docente do que aprendem com seu conhecimento. Ninguém esquece um bom professor ou professora, e não o esquece não pelo que ensinava, mas pelo que era. Daí a importância da relação pedagógica afetiva, do envolvimento emocional do ato de ensinar; do valor da sedução e da comunicação e de certo encantamento; muito se falou da pedagogia do amor, porque a educação não é mais do que um ato de amor compartilhado. Uma visão que se fundamenta na autoridade democrática dos professores e não no autoritarismo do modelo tradicional nem na concepção do professor-companheiro das pedagogias espontaneístas (Carbonell, 2002, p. 111)

A inovação no ensino superior acontece quando finalmente temos a coragem de romper as amarras com o tradicional, não no sentido de abandonar as contribuições de uma história que também nos constitui, visto sermos frutos desta forma de educar, mas no sentido em que é preciso olhar para a escola presente-futuro, como diz Carbonell (2020, p 16). E a escola presente futuro já não pode arrastar consigo todo o conhecimento acumulado, em uma eterna repetição. Ao contrário, é preciso usar este conhecimento acumulado como base para seguir adiante: inovar!

REFERÊNCIAS

- BRASIL . Parecer do CESU/MEC nº 977 de 3 de dezembro de 1965.
- BRASIL. Portaria normativa do MEC nº 080 de 16 de dezembro de 1998.
- BRASIL. Portaria normativa do MEC nº7 de 22 de junho de 2009 16.
- BRASIL. Portaria normativa do MEC nº17 de 29 de dezembro de 2009.
- BRASIL. Portaria normativa do MEC nº1 de 4 de janeiro de 2012
- CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar**: a mudança na escola. Porto Alegre. Artmed Editora, 2002.
- FISCHER, T. **Mestrado profissional como prática acadêmica**. RBPg. v. 2, n. 4, p. 24-29 jul. 2005.
- RBPg, R. Mestrado no Brasil – **a situação e uma nova perspectiva**. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 2, n. 4, 11.

ATUAÇÃO DO CIRURGIÃO-DENTISTA FRENTE AOS DISTÚRBIOS RESPIRATÓRIOS DO SONO: REVISÃO DE LITERATURA

Aline Latichuky

RESUMO

Introdução: o sono é fundamental para os seres humanos, para o desenvolvimento cognitivo e manutenção da saúde. Os transtornos respiratórios, como apneia e hipopneia podem ser diagnosticados pelo cirurgião-dentista a partir de uma anamnese detalhada e observação de fatores de risco, pode-se encaminhar o paciente ao médico especialista, ou mesmo propor formas de tratamento menos invasivas. **Objetivo:** revisar a literatura sobre atuação do cirurgião-dentista no diagnóstico e na aplicação de condutas terapêuticas para o tratamento dos distúrbios respiratórios do sono, bem como a efetividade das técnicas oferecidas pela odontologia. **Materiais e métodos:** uma revisão não-sistemática da literatura. Foram realizadas buscas bibliográficas nas seguintes bases de dados: Scielo, Pubmed, Google Acadêmico e Lilacs. Foram incluídos artigos publicados entre 2000 e 2020. **Resultados:** dos estudos encontrados 7 abordam a relação maxilomandibular com relação a presença da síndrome da apneia obstrutiva do sono. 8 mostram que o uso do aparelho intra-oral é eficiente no tratamento. 3 estudos trazem relatos de alterações dentárias a longo prazo com o uso dos aparelhos intra-orais. 7 estudos abordam a necessidade e contribuição do cirurgião dentista. **Conclusão:** o cirurgião dentista deve estar inserido na equipe multidisciplinar, atuando juntamente com o médico, buscando a melhor opção de tratamento para o paciente. **Palavras-chave:** Apneia. Odontologia do sono. Distúrbios do sono. Aparelhos intra-bucais. Retentores na odontologia. Distúrbios respiratórios. Qualidade de sono.

DENTAL SURGEON'S PERFORMANCE IN FRONT OF SLEEPING RESPIRATORY DISORDERS: LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

Introduction: sleep is fundamental for human beings, for cognitive development and maintenance of health. Respiratory disorders, such as apnea and hypopnea, can be diagnosed by the dentist from a detailed anamnesis and observation of risk factors, the patient can be referred to a specialist doctor, or even to propose less invasive forms of treatment. **Objective:** to review the literature on the dentist's performance in the diagnosis and application of therapeutic approaches for the treatment of sleep-disordered breathing, as well as the effectiveness of the techniques offered by dentistry. **Materials and methods:** a non- systematic review of

the literature. Bibliographic searches were carried out in the following databases: Scielo, Pubmed, Google Scholar and Lilacs. Articles published between 2000 and 2020 were included. Results: of the studies found 7 address the maxillomandibular relationship with the presence of obstructive sleep apnea syndrome. 8 show that the use of the intraoral device is efficient in the treatment. 3 studies bring reports of long-term dental changes with the use of intraoral braces. 7 studies address the need and contribution of the dental surgeon. Conclusion: the dental surgeon must be part of the multidisciplinary team, working together with the doctor, seeking the best treatment option for the patient.

Key words: Apnea. Sleep dentistry. Sleep disorders. Intraoral appliances. Retainers in dentistry. Respiratory disorders. Sleep quality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMM- avanço maxilomandibular AO-aparelho oral

AOs- aparelhos orais

AOS- apneia obstrutiva do sono

CPAP- aparelho de pressão positiva contínua nas vias aéreas DRS-doença respiratória do sono

HAS- hipertensão arterial sistêmica HP- hipertensão pulmonar

IAH- índice de apneia hipopnéia IMC -índice de massa corporal IODs- dispositivo intra-oral

MAD-dispositivo de avanço mandibular OSA- apneia obstrutiva do sono

SAOS -Síndrome da Apneia Obstrutiva do sono VAS- vias aéreas superiores

VL- volume da língua

VM -volume da mandíbula

1. INTRODUÇÃO

O sono é de fundamental importância para os seres humanos. É imprescindível para o desenvolvimento normal do cérebro, memória e aprendizado, liberação de hormônios e manutenção da saúde. Na transição entre o sono e vigília, acontecem mudanças, como a diminuição em diferentes graus do espaço das vias aéreas. Existem alterações que podem ser genéticas, funcionais ou anatômicas. A exposição a fatores de risco podem agravar as alterações durante o sono causando prejuízos a qualidade de vida do indivíduo (COSTA et al., 2020). O ciclo do sono vigília pode variar com a idade, sexo e características individuais. O sono não é homogêneo, e é constituído de quatro a cinco ciclos, compreendendo estágios diferentes (NEVES et al., 2017). Uma noite de sono mal dormida causa vários problemas, como a sonolência diurna excessiva, podendo tornar-se um problema de saúde pública, aumentando o risco de mortalidade (NASCIMENTO et al., 2014).

Os transtornos relacionados ao sono são prevalentes em grande parte da população, porém, nem sempre são tratados e diagnosticados adequadamente. Podem afetar crianças e adultos, trazendo má qualidade de vida entre outros problemas que afetam o dia a dia. Entre os transtornos do sono, de acordo com a 3ª edição da Classificação Internacional de Transtornos do Sono, estão a apneia obstrutiva do sono, a apneia central do sono, o transtorno de hipoventilação, a hipoxemia relacionada ao sono, e os sintomas isolados e variantes da normalidade (NEVES et al., 2017).

Para o diagnóstico da qualidade do sono podem-se usar medidas objetivas como a polissonografia que reconhece tanto o sono normal quanto o alterado, e medidas subjetivas como testes e questionários da qualidade do sono (NASCI-MENTO et al., 2014). O tratamento é multidisciplinar e o cirurgião-dentista irá atuar no diagnóstico reconhecendo possíveis distúrbios ou fatores de risco durante a anamnese, pode recomendar tratamento e encaminhar para o médico sempre que necessário. Indicar adequadamente o tratamento, e manter o acompanhamento em longo prazo do paciente, juntamente com a equipe multidisciplinar. Os tratamentos podem ser por meio da utilização de dispositivos intrabucais que buscam normalizar a respiração durante o sono ou também cirúrgicos, como a cirurgia ortognática por meio do avanço maxilomandibular em casos mais severos (POLUHA et al., 2015).

Assim sendo, este trabalho tem por objetivo revisar a literatura no que se refere a atuação do cirurgião-dentista no diagnóstico e na aplicação de condutas terapêuticas para o tratamento dos distúrbios respiratórios do sono, bem como a efetividade das técnicas oferecidas pela odontologia.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão não-sistemática da literatura. Foram realizadas buscas bibliográficas nas seguintes bases de dados: Scielo, Pubmed, Google Acadêmico e Lilacs. Foram incluídos artigos nas línguas inglesa, portuguesa (Brasil) e espanhola, publicados entre 2000 e 2020. Foram incluídas revisões sistemáticas e não sistemáticas de literatura e relatos de caso clínico. Foram utilizadas as palavras-chave: apneia, odontologia do sono, distúrbios do sono, aparelhos intrabucais, retentores na odontologia, distúrbios respiratórios, qualidade de sono.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Sono e vigília

O sono é um estado comportamental complexo, o controle deste ciclo é

atribuído aos sistemas hipotalâmicos e suas respectivas interações funcionais com o sistema de controle temporizador circadiano (ALÓE et al., 2005). É essencial para a homeostasia, e é por meio desse fenômeno que todo o organismo se renova, incluindo o sistema nervoso central. Pode ser definido como processo dinâmico e fisiológico da perda de consciência e inativação da musculatura voluntária, reversível frente a estímulos tátil, auditivo e somato-sensitivo (ITO et al., 2005). É durante o sono que são liberados hormônios imprescindíveis para o desenvolvimento, maturação e manutenção da saúde, refletindo na qualidade de vida (COSTA et al., 2020).

A vigília é um estado comportamental ativo de interação com o meio ambiente e está diretamente relacionada ao sono, pois a diminuição da qualidade do sono pode levar a distúrbios e também a fatores de risco como obesidade, hipertensão, vulnerabilidade ao resfriado comum, depressão e mortalidade (COSTA et al., 2020). Durante a vigília o comando respiratório é voluntário e automático, e durante o sono somente automático, isso faz com que ocorra a redução do controle respiratório e a diminuição da modelação dos músculos dilatadores da faringe (ITO et al., 2005). Com o envelhecimento, o tempo de sono tende a diminuir, enquanto bebês e crianças dormem em média 16 a 20 horas por dia, adultos dormem 7 a 8 horas, os idosos dormem apenas 6 horas por dia (WOLKOVE et al., 2007).

3.2 Fases do sono

A estrutura do sono é composta por 5 fases que são divididas em estágio 1,2,3,4 do sono lento ou NREM (Non Rapid Eyes Movement = sem movimentos oculares rápidos) e sono paradoxal ou REM (Rapid eye movement = movimentos oculares rápidos). Dentro desses estágios ocorrem alterações fisiológicas e comportamentais alternando sono e vigília (ITO et al. 2005). O estágio 1 representa 5% do tempo total do sono, essa fase também é conhecida como estágio de transição ou meio sono e dura em média 7 minutos. O estágio 2, constitui em humanos adultos, 45 a 55% do tempo total do sono. O estágio 3 aparece em 8% do sono, e é semelhante ao estágio 4 que contabiliza até 15% do total do tempo. Estes estágios estão frequentemente combinados, somente, diferindo na proporção das ondas lentas, sendo o estágio 4 mais observado no primeiro terço da noite, enquanto o estágio 3 no final da noite. O sono NREM é mais tranquilo e estável, a frequência cardíaca e respiratória tende a ser baixa e regular (MARTINS et al., 2001).

É durante o sono REM que ocorre o sonho, durante esta fase os músculos se tornam involuntários, tornando o indivíduo incapaz de atuar no sonho (WOLKOVE et al., 2007). Neste estágio, o fluxo sanguíneo cerebral atinge valores mais altos do que em qualquer outro estágio, acontece o aumento na temperatura cerebral

e aumento do consumo de oxigênio. A atonia muscular é mais intensa nos músculos do pescoço, mas afeta todos os principais grupos musculares. Normalmente, o sono REM constitui cerca de 20 a 25% do tempo total do sono nos indivíduos adultos (MARTINS et al., 2001).

Algumas pessoas podem apresentar o transtorno de comportamento do sono REM, que é caracterizado pela perda da atonia muscular normal, fazendo com que a pessoa afetada execute uma série de movimentos. Em alguns casos o paciente pode levantar, debater membros, pode caminhar e até comer. O distúrbio afeta geralmente pessoas com mais de 60 anos, e está frequentemente associado a outras doenças como Parkinson e esclerose múltipla (WOLKOVE et al., 2007).

O NREM-REM ocorre aproximadamente a cada 90 minutos, com quatro a seis ciclos por episódio de sono maior. O NREM é predominante no primeiro terço da noite e o sono REM é predominante no último terço (CALDAS et al., 2009).

3.3 Distúrbios respiratórios relacionados ao sono

Podem incluir condições que variam de ronco para hipopneias e apneias durante o sono (WOLKOVE et al., 2007). Com o envelhecimento, ocorre a perda do tônus dos músculos das vias aéreas superiores o que predispõe à obstrução levando ao ronco (WOLKOVE et al., 2007). A obstrução das vias aéreas geralmente se manifesta como um ruído ou vibração, quando o ronco é um achado isolado, pode ser denominado ronco primário ou ronco benigno (FABER et al., 2019). Segundo a Classificação Internacional dos Distúrbios do Sono, o ronco é definido como a presença de ruído, na ausência de alterações na saturação da oxi-hemoglobina, nas variáveis das medidas ventilatórias e no eletroencefalograma (JUNIOR et al., 2011).

O ronco ocorre durante o sono, quando acontece a alta frequência de vibração da úvula, palato mole e paredes faríngeas, epiglote, língua e produzem um ruído involuntário. O ronco pode ser classificado dentro de uma escala de graduação onde se atribui 0 pontos para sua ausência; 1 a 3 pontos quando há a presença do ronco, mas, este não interrompe o sono do parceiro(a); 4 a 6 pontos quando incomoda o parceiro(a); 7 a 9 pontos quando incomoda muito, restrito ao ambiente de dormir ou 10 pontos quando incomoda muito o parceiro(a), além do ambiente de dormir (MANCINI et al., 2000).

A incidência do ronco é maior no sexo masculino e crescente até a sexta década de vida. Apesar de o ronco ser um fator de diagnóstico para a síndrome da apneia obstrutiva do sono (SAOS) nem todo indivíduo que apresenta o ronco apresenta a síndrome e vice-versa (CALDAS et al., 2009).

Durante o sono, os músculos da faringe relaxam e a língua e o palato caem para trás obstruindo as vias aéreas causando a apneia obstrutiva do sono ou hipopneia. Geralmente o local de obstrução é a base da língua e do palato (WOLKOVE et al., 2007). Recorrentes episódios de obstrução das vias aéreas superiores (VAS) durante o sono podem levar a uma redução do fluxo de ar significativa, como a hipopneia ou total como a apneia por aproximadamente 10 segundos. Esses eventos são decorrentes do colapso dos tecidos da faringe combinada com redução da tonicidade do músculo da língua. Esses episódios são geralmente acompanhados por sons altos (ronco) e a queda na saturação de oxigênio no sangue (hipoxemia) resultando em pequenos despertares fragmentando o sono. Os eventos de apneia, geralmente duram e tem maior hipoxemia durante o sono REM (RONSANI et al., 2014).

Na população pediátrica, a Síndrome da Apnéia Obstrutiva do Sono é o distúrbio mais grave e afeta 1 a 3% das crianças. Se não tratada pode acarretar no retardo do crescimento neuro-cognitivo e comportamental, em distúrbios visuais, distúrbios de déficit de atenção/hiperatividade, problemas cardiovasculares e distúrbios metabólicos (CASAS et al., 2020). Nos adultos afeta um em cada quatro homens e uma em cada dez mulheres, e ocorre principalmente durante o sono REM, onde há atonia muscular, facilitando a oclusão das vias aéreas superiores. Seguindo o índice de Apnéia-Hipopnéia (IAH), que é o número médio de apnéias e hipopnéias do sono por hora, se os eventos acontecem 5 a 14 vezes pode ser considerado leve, entre 15 e 29 será moderado, e será considerado grave quando ocorrem mais de 30 episódios por hora de sono. A dessaturação da oxihemoglobina e a porcentagem de tempo em que a dessaturação persiste ao longo do sono também influencia a gravidade da SAOS (FABER et al., 2019).

O tratamento é definido a partir da gravidade do distúrbio que será identificado no Índice de Apneia e Hipopneia considerado juntamente com sinais e sintomas clínicos, as morbidades existentes e características craniofaciais identificadas clínica e radiograficamente, a condição da boca, e qualquer fator de risco adicional como obesidade, consumo de álcool e tabagismo (RONSANI et al., 2014).

Se não tratada, pode ser associada a uma pior qualidade de vida e ao desenvolvimento de fatores de risco para doenças clínicas e transtornos mentais. Pode ter consequências cardiovasculares e metabólicas. A hipertensão arterial sistêmica é um achado muito comum (40% a 60% dos casos), e 2/3 dos indivíduos com infarto agudo do miocárdio tiveram a forma grave da apneia obstrutiva do sono. A SAOS severa aumenta em três a quatro vezes a chance de desenvolver arritmias cardíacas e 3,8 vezes a chance de acidente vascular cerebral. Também parece ser fator de risco para o aumento da resistência à insulina e diabetes mellitus (tipos I e II) (FABER et al., 2019).

Outra manifestação é a apneia central do sono, onde não há bloqueio total de ar, mas o cérebro não consegue dar aos músculos o sinal para respiração. Neste caso não acontece a obstrução das vias aéreas, mas sim uma interrupção periódica do impulso respiratório (WOLKOVE et al., 2007).

3.3.1 Sintomas diurnos decorrentes dos distúrbios respiratórios do sono

Pode envolver desde sonolência excessiva, cefaleia matinal, déficits neurocognitivos, até alterações de personalidade, redução da libido, sintomas depressivos e ansiedade. A cefaleia pode se manifestar com dores de cabeça frontal, occipital ou nuchal ao despertar de manhã. A vasodilatação reflexa desencadeada pelo acúmulo de CO₂ causa dores que geralmente desaparecem em algumas horas após o despertar (MANCINI et al., 2000). Em crianças, as mudanças se manifestam como problemas de ajuste social e baixo desempenho escolar (FLORES-MIR et al., 2013).

3.4 Fatores associados e etiologia dos distúrbios

A obesidade tem alta prevalência na população em geral, estes indivíduos apresentam riscos para o desenvolvimento de outras comorbidades como diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, dislipidemia e outras doenças crônicas como a SAOS. O risco é ainda maior no caso de obesidade mórbida, aumentando ainda mais os índices de mortalidade (MANCINI et al., 2000). Pacientes obesos com concentração de gordura no nível do tronco, comumente apresentam pescoço curto, circunferência cervical alargada, excesso de gordura na região submentoniana e osso hioide deslocado inferiormente (JUNIOR et al., 2011).

Em crianças, a respiração pela boca pode causar um aumento na resistência respiratória nasal, podendo afetar o desenvolvimento craniofacial alterando o equilíbrio ocular e aumentando o risco de má oclusão, já que o desenvolvimento é afetado pela genética e também por fatores funcionais (CASAS et al., 2020).

Dormir na posição supina pode facilitar a ocorrência de apneias, por que a língua se posiciona posteriormente pelo efeito gravitacional. O uso de álcool ou de outras substâncias como sedativos e relaxantes musculares, também fazem com que ocorra relaxamento tanto da base da língua quanto da parede faríngea (FABER et al., 2019).

3.4.1 Anamnese e exame físico e clínico

A anamnese deve ser minuciosa e direcionada. Os sinais e sintomas a serem observados são o ronco alto associado a períodos de silêncio, movimentação

e comportamento anormal durante o sono, sonambulismo, cefaleia matinal, sensação de sufocamento ao despertar, irritabilidade, cansaço excessivo e impotência sexual. O paciente também pode apresentar depressão e ansiedade. Pode levar a sonolência diurna excessiva, déficits cognitivos, doenças cardiovasculares, e aumento das chances de acidente de trabalho (POLUHA et al., 2015). Ainda podem apresentar manifestações como despertares frequentes (fragmentação do sono), apneias, hipertensão arterial sistêmica (HAS) e hipertensão pulmonar (HP), policitemia, estresse oxidativo e dilatação da raiz da aorta (ITO et al., 2005).

O exame físico deve contemplar medidas antropométricas como a circunferência do pescoço, o índice de massa corporal, pressão arterial e avaliação sistêmica das vias aéreas superiores. Observar a proporção anatômica se possui aumento de tecidos moles ou por hipo desenvolvimento da estrutura óssea maxilomandibular, avaliar o tamanho das tonsilas palatinas, da úvula e do palato mole que podem contribuir com a diminuição do espaço retro palatal, principalmente se forem espessos e alongados (POLUHA et al., 2015).

A anatomia desproporcional da cavidade bucal, pelo aumento dos tecidos, ou baixo desenvolvimento da estrutura óssea maxilomandibular, pode ser detectada através da Classificação de Mallampati modificada, colocando-se o paciente em posição sentada, com a boca em máxima abertura e língua relaxada, observando a dimensão que a orofaringe está sendo exposta. Avaliar tamanho das tonsilas palatinas, aspecto dos pilares, da úvula e do palato mole pois podem estar associados a redução do espaço retropalatal. Rotineiramente esse exame é realizado pelo otorrinolaringologista, mas também pode ser realizado pelo dentista (JUNIOR et al., 2011).

3.4.2 Exames complementares

O ronco alto associado a hiper sonolência diurna, principalmente em pacientes obesos, são algumas justificativas para a solicitação de exame polissonográfico, que é de responsabilidade e deve ser interpretado por um médico (ITO et al., 2005). A polissonografia é um exame de alto custo, considerado padrão ouro para o diagnóstico, porém, trata-se de um procedimento complexo. Alheio a isso, em pediatria, foi desenvolvido o PSQ- Questionário de Sono Pediátrico e a Escala de Distúrbios do Sono para Crianças-SDSC, são bastante utilizados para diagnóstico (CASAS et al., 2020). A polissonografia geralmente é realizada a noite enquanto o paciente dorme em um laboratório do sono, permitindo que seja feito o monitoramento dos parâmetros fisiológicos e patológicos, como apnéia, hipopnéia, saturação de oxihemoglobina, mudanças de posturas, intensidade e frequência do ronco, distribuição dos estágios do sono, microdespertares, e o registro eletro-

cardiográfico (FABER et al., 2019). Alguns parâmetros adicionais são necessários para melhor avaliação dos distúrbios como fluxos de ar nasal e oral, oximetria (que mede a saturação do oxigênio), eletrocardiograma, sensores de ronco e posição do corpo e eletromiograma das pernas (RONSANI et al., 2014).

A obstrução da faringe pode ser detectada por meio da endoscopia do sono induzida por droga (DISE, do inglês drug-induced sleep endoscopy), porém essa técnica tem algumas limitações por ser invasiva e mesmo assim não permite a medição precisa em virtude da distorção da imagem em ausência de referências anatômicas claras (PASSOS et al., 2019).

Entre os exames radiográficos, a cefalometria é de fácil análise e oferece uma visualização bidimensional das estruturas anatômicas, além de auxiliar na identificação de sítios obstrutivos faríngeos. Contribui para a avaliação do espaço posterior das vias aéreas superiores, do comprimento do palato mole, posição do osso hióide, verificação do padrão de crescimento e posicionamento espacial da maxila e da mandíbula (POLUHA et al., 2015). Esse exame não deve ser de rotina, porém, em casos de suspeita de dismorfismo craniofacial (anormalidades morfológicas craniofaciais) é o método preferencialmente realizado, mesmo não sendo capaz de avaliar a presença ou a gravidade. É importante em casos que envolvem cirurgia ortognática e acompanhamento de possíveis alterações na posição de estruturas dento-esqueléticas provocada pelos aparelhos intra-orais. Também, exames como tomografias computadorizadas e a ressonância magnética podem ser utilizados como complementação (JUNIOR et al., 2011).

Indiretamente, o tamanho e a posição mandibular são fatores que podem provocar a redução do espaço da língua e influenciar no espaço faríngeo. O estudo cefalométrico pode ser utilizado na tentativa de identificar a morfologia mandibular característico de pacientes adultos com distúrbios respiratórios (HOTWANI et al., 2018).

3.4.3 As características das vias aéreas e fatores anatômicos

As características das vias aéreas superiores de pacientes com distúrbios respiratórios possui uma instabilidade que leva ao colapso durante o sono. Este colapso é o resultado da interação anatômica e funcional, resultando em um desequilíbrio entre a pressão de sucção inspiratória intra-faríngea e as forças dilatadoras dos músculos faríngeos das VAS. A base da língua e o palato mole colabam a oro e a hipofaringe, interrompendo a passagem do ar. Uma vez ocorrido o colapso das VAS com ausência de fluxo de ar, a saturação de oxihemoglobina diminui, ocorrendo um despertar com reabertura das vias respiratórias (MANCINI et al.,

2000). Também apresenta redução do tônus muscular no início do sono que associado a outros fatores estruturais leva ao colapso parcial ou total durante o sono (PIMENTEL et al., 2014). A obesidade ou outro fator anatômico causam o estreitamento das vias aéreas levando a hiperatividade tônica neuromuscular. O nível basal de ativação neuromuscular tônica da faringe é substancialmente mais alto no paciente para compensar a redução do calibre das vias aéreas. Durante o sono, este fenômeno compensatório neuromuscular se reduz, permitindo o colapso transitório das vias aéreas (MANCINI et al., 2000).

Podem ser observadas alterações macroscópicas como micrognatia, retrognatia, hipertrofia tonsilar e adenoidal, macroglossia, depósito de gordura ou alterações microscópicas na mucosa por causa do trauma mecânico do ronco (MANCINI et al., 2000). Geralmente as características encontradas em pacientes com distúrbios são o retrognatismo mandibular em relação a base do crânio e maxila, a distância perpendicular é maior que o normal medindo do osso hióide ao plano mandibular (RONSANI et al., 2014).

Em crianças os principais fatores de risco incluem hipertrofia adenotonsilar, obesidade, distúrbios neuromusculares e anomalias craniofaciais. Estudos apontam a presença de uma correlação entre distúrbios respiratórios do sono e características craniofaciais, mesmo que a relação causa-efeito ainda não esteja clara (GALEOTTI et al., 2019). Podem acarretar em deficiência no crescimento, doença pulmonar e cardiovascular (FLORES-MIR et al., 2013). Atualmente a hipertrofia adenotonsilar é considerada a principal causa dos distúrbios respiratórios do sono (DSR) em crianças saudáveis. A hipertrofia resulta no estreitamento das vias aéreas superiores e associado a outros fatores pode causar a obstrução durante o sono. A desarmonia craniofacial é fator predisponente no desenvolvimento e progressão dos distúrbios respiratórios do sono em crianças (KATYAL et al., 2013).

Em pacientes idosos a apneia tem uma proporção maior variando de 62 a 81%, nessa faixa etária os pacientes edêntulos são mais comuns e a mandíbula atrófica também. Os pacientes apresentam alterações na anatomia facial, e via aérea superior reduzida, esses pacientes são mais propensos a complicações médicas depois da hipoxemia noturna recorrente como hipertensão, doença cardíaca coronária e acidente vascular cerebral (PIMENTEL et al., 2014).

3.5 Tratamentos

As medidas terapêuticas a serem tomadas irão depender da gravidade do transtorno diagnosticado, podendo variar desde medidas comportamentais, utilização da máscara nasal – CPAP (Continuous Positive Airway Pressure = Pressão Po-

sitiva e Contínua nas Vias Aéreas superiores), utilização de Aparelhos Intrabucais (AIOs), tratamentos farmacológicos, cirurgias e terapias combinadas (ITO et al., 2005).

A máscara nasal – CPAP (Continuous Positive Airway Pressure = Pressão Positiva e Contínua nas Vias Aéreas superiores) é um aparelho de compressão de ar que se caracteriza por um método físico mecânico de injeção de ar comprimido, utilizando máscara nasal, e mantém a pressão positiva e contínua nas vias aéreas, permitindo a passagem do ar durante o sono (ITO et al., 2005). Esse método terapêutico pode ser usado para tratar todos os níveis da SAOS. É conectada a um motor que bombeia ar abrindo a via aérea, impedindo o colapso dos tecidos da faringe (RONSANI et al., 2014). Algumas evidências sugerem que o tratamento pode reduzir os acidentes com veículos automotores, e o uso em longo prazo pode reduzir a incidência de eventos cardiovasculares. Apesar disso muitos pacientes não aceitam o tratamento de imediato ou toleram parcialmente, limitando a eficácia clínica (PHILLIPS et al., 2013).

Os dispositivos intra-orais que apresentam maior eficiência são aqueles que proporcionam o avanço mandibular individualizado, abrangendo todos os músculos supra-hióideos. Promovem alargamento das vias aéreas, principalmente na região orofaríngea (TEIXEIRA et al., 2018).

Os dispositivos intra-orais (IODs) que são indicados para casos mais leves e moderados são divididos em retentor de língua que mantém a língua em uma posição mais a frente, promovendo melhor abertura, e dispositivos de avanço mandibular (MADs), que mantêm a mandíbula protuberante. O que faz com que ocorra o aumento da dimensão das vias aéreas, hipofaringe, orofaringe e nasofaringe, melhorando o fluxo de ar (RONSANI et al., 2014). Esses aparelhos não estão indicados em casos de doença periodontal ativa ou perda óssea acentuada e disfunção temporomandibular grave (JUNIOR et al., 2011).

3.5.1 Tipos de tratamento disponíveis na odontologia

A odontologia vem avançando no desenvolvimento dos aparelhos intra-bucais, diversas modificações ocorreram na última década, tanto no material utilizado para a confecção, como no sistema de ancoragem e mecanismo de ação, tornando-os fisiologicamente mais confortáveis e efetivos (ITO et al., 2005).

A avaliação cefalométrica pode ajudar no diagnóstico, porém os dados 2D muitas vezes não podem ser totalmente responsáveis pela precisão dimensional exata. Em alguns casos, a visualização em 3D por meio da ressonância magnética pode proporcionar melhor avaliação da área (HOTWANI et al., 2018).

O dentista pode estabelecer um diagnóstico ortodôntico e planejar o tratamento com aparelhos para corrigir eventuais desvios de má oclusão. A avaliação de má oclusão será feita ao longo do plano sagital, vertical e transversal e classificado em comparação com os planos normais de oclusão com base no exame clínico (CARVALHO et al., 2014).

3.5.2 Retentores de língua

Dispositivos confeccionados com material flexível que tracionam a língua por sucção mantendo-a anteriorizada por meio de bulbo localizado na região dos incisivos superiores e inferiores. São indicados para pacientes edêntulos totais (ITO et al., 2005).

3.5.3 Elevadores de palato mole

Esses possuem hastes metálicas para posterior que sustentam botão de acrílico em sua extremidade para elevar o palato mole e impedir a queda da úvula em direção à orofaringe. Estão em desuso devido ao desconforto e ao reflexo de vômito que provocam (ITO et al., 2005).

3.5.4 Reposicionadores de mandíbula ou Aparelho avanço mandibular

Estes dispositivos são os mais utilizados e investigados na literatura médica e odontológica. São indicados para pacientes dentados com quantidade de elementos dentários suficientes para ancoragem e retenção do dispositivo. Podem ser classificados em: a) AAM imediato: Monobloco, NAPA; b) AAM ajustáveis: Herbst, Klearway, EMA; c) AAM dinâmico: Aparelho Anti-Ronco (AAR-ITO) e Dispositivo Aperfeiçoado do Aparelho Anti-Ronco (DAAR-ITO) (ITO et al., 2005).

Este aparelho reposiciona a língua e/ ou mandíbula aumentando as dimensões do lúmen das vias aéreas, apesar de não ser tão eficiente quanto o CPAP, a sua aceitação ainda é maior (PHILLIPS et al., 2013).

Os dispositivos de avanço mandibular visam manter a mandíbula em posição avançada durante o sono, o que vai permitir um ajuste progressivo da posição mandibular. Deve manter a mandíbula em posição protuberante, o que pode ser rejeitado de início pelo paciente pela dificuldade de mobilidade, mas deve-se usar o aparelho gradualmente aumentando o tempo de uso diariamente. Inicialmente, o paciente pode usar o aparelho enquanto ainda estiver acordado, aumentando o tempo com o passar dos dias, durante 7 dias, quando deve dormir a noite toda com o dispositivo. O paciente pode apresentar dor, geralmente unilateral, com o

avanço do tratamento que ocorre gradualmente com pequenos ajustes no aparelho ou então tempos após o uso (FABER et al., 2019).

O aparelho é ancorado na dentição e segura a mandíbula em uma posição verticalmente aberta para frente, e puxando a base da língua, favorecendo o alongamento dos tecidos. Esses dispositivos mantêm a mandíbula em posição aberta, gerando uma carga contínua para os dentes e tecidos por meio de forças de tração exercidas pelos músculos mastigatórios e milo-hióideos e tecidos moles (MARTINS et al., 2018). Os aparelhos de avanço mandibular previnem e minimizam o colapso das vias aéreas superiores durante o sono, promovendo um aumento neste local, favorecendo a passagem do ar. Tratamentos muito longos podem apresentar alterações dento esqueléticas progressivas como aumento do ângulo do plano mandibular, diminuição de sobremordida e sobressaliência, retroinclinação dos incisivos superiores, proclinação dos incisivos inferiores. Aumento da altura facial inferior, inclinação para distal dos molares superiores e inclinação mesial dos molares inferiores, resultantes de tratamentos muito longos que devem ser acompanhados com radiografias cefalométricas, modelos de estudos e fotografias intra e extra-orais (CALDAS et al., 2009). Ainda, efeitos colaterais leves ou transitórios no período inicial da terapia com o aparelho oral podem surgir incluindo dor de dente, dor na articulação temporomandibular, dor miofascial, boca seca, salivação excessiva e irritação gengival (FINNEMA et al., 2013).

3.5.5 Tratamentos cirúrgicos

Terapias cirúrgicas têm sido usadas como opção para pacientes que não se adaptam com nenhum dos aparelhos. Entre as terapias para alterar tecido mole, estão os tratamentos assistidos por laser, uvuloplastia, ablação por radiofrequência, entre outros. O procedimento de tecido mole mais popular é uvulopalatoparingoplastia (UPPP), frequentemente apelidada de triplo P (FABER et al., 2019).

3.6 Atuação do cirurgião dentista na equipe multidisciplinar

Mesmo se tratando de uma condição médica, o cirurgião dentista é fundamental no diagnóstico e no tratamento da Síndrome da apneia obstrutiva do sono, atuando na terapêutica, na aplicação de medidas conservadoras ou cirúrgicas. Dentre as opções conservadoras encontram-se os dispositivos intra-bucais, que quando adequadamente indicados permitem a supressão parcial ou total dos eventos (POLUHA et al., 2015). Os dispositivos intra-bucais representam parte do tratamento, que é multiprofissional e, portanto necessitam de acompanhamento a longo prazo e cooperação do paciente (ITO et al., 2005).

O diagnóstico e tratamento da doença é frequentemente negligenciado, ou pela falta de conhecimento de dentistas ou médicos, ou pela falta de adesão

dos pacientes ao tratamento. É fundamental que as especialidades cooperem entre si, pois refletem na etiologia multifatorial da doença que apresenta características anatômicas das vias aéreas e mandíbula, o sobrepeso, a postura durante o sono e outros fatores interagindo (FABER et al., 2019).

O dentista treinado pode contribuir no diagnóstico, plano de tratamento e para identificação precoce de fatores de risco, que podem ser observados na infância e persistir na idade adulta. O reconhecimento precoce pode melhorar a qualidade de vida do paciente (CARVALHO et al., 2014).

A abordagem correta e cuidadosa com o paciente encaminhado a clínica odontológica vem abrindo espaço para os tratamentos da apneia obstrutiva do sono (SAOS) prescritas pelo dentista, revelando a necessidade de métodos de tratamentos e diagnósticos corretos (RONSANI et al., 2014).

Associado ao tratamento com os aparelhos intra-orais, deve ocorrer a condução do paciente para a perda de peso, a eliminação do álcool e de sedativos, o

condicionamento postural e tratamentos de rinite alérgica e hipotireoidismo (MONTEIRO et al., 2011).

O cirurgião dentista deve reconhecer um possível distúrbio do sono ou seus fatores de risco e saber orientar, pode solicitar o exame polissonográfico se achar necessário, iniciar e monitorar o tratamento com os aparelhos intra-orais. De forma conjunta com o médico, Pode monitorar e tratar os efeitos colaterais e realizar acompanhamento em longo prazo do paciente em tratamento, estar envolvido em casos que esteja indicado a cirurgia ortognática e trabalhar de forma preventiva e interceptativa no crescimento ósseo, minimizando os fatores anatômicos presentes nos distúrbios (JUNIOR et al., 2011).

4. RESULTADOS

Foram encontrados 28 estudos sobre os distúrbios respiratórios do sono diagnóstico e tratamento. Destes, 8 eram revisões sistemáticas, 6 estudos prospectivos, 3 ensaios clínicos randomizados, 2 eram do tipo caso-controle, 1 análise estatística, 6 estudos retrospectivos, 1 estudo transversal e 1 análise de concordância. Dos estudos encontrados, 7 abordam a relação morfológica/anatômica maxilomandibular com relação a presença da síndrome respiratória do sono. Oito estudos mostram que o uso do aparelho intra-oral é eficiente no tratamento dos distúrbios respiratórios do sono, sendo uma opção segura para o tratamento. Três estudos trazem relatos de alterações dentárias a longo prazo com o uso dos apare-

lhos intra-orais. Sete estudos abordam a necessidade e contribuição do cirurgião dentista no diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos casos de distúrbio do sono.

Os estudos que tratam sobre a morfologia maxilo-mandibular sugerem que as avaliações realizadas apresentam associação com a presença dos distúrbios respiratórios do sono, especificamente a Síndrome da apneia obstrutiva do sono e hipopneia, e também a presença do ronco. Os estudos que trazem dados quanto a eficiência do aparelho intra-oral para o tratamento dos distúrbios respiratórios do sono, são categóricos em afirmar que os aparelhos intra-orais são tão eficientes quanto outros métodos utilizados para o tratamento. E nesse mesmo contexto, o cirurgião-dentista tem participação fundamental, pois está apto a avaliar exames cefalométricos, a cavidade oral e também possíveis diagnósticos diretamente na anamnese, seguindo com o tratamento mais indicado e fazendo acompanhamento em longo prazo.

5. DISCUSSÃO

O objetivo desta pesquisa foi realizar uma revisão bibliográfica dos estudos realizados acerca da atuação do cirurgião-dentista no diagnóstico e na aplicação de condutas terapêuticas para o tratamento dos distúrbios respiratórios do sono, bem como a efetividade das técnicas oferecidas pela odontologia. Foram encontrados 28 estudos sobre os distúrbios respiratórios do sono diagnóstico e tratamento. Destes, 8 eram revisões sistemáticas, 6 estudos prospectivos, 3 ensaios clínicos randomizados, 2 eram do tipo caso-controle, 1 análise estatística, 6 estudos retrospectivos, 1 estudo transversal e 1 análise de concordância.

O sono está envolvido com muitos sistemas fisiológicos e a sua má qualidade é associada a vários efeitos adversos a saúde como a mortalidade, o ganho de peso e a obesidade, diabetes e metabolismo alterados, inflamações, doenças cardiovasculares e funcionamento neurocognitivo comprometido. Alguns estudos mostram que a medida que o tempo do sono diminui os lapsos de atenção aumentam, também deficiências de memória de trabalho, funções executivas, velocidade de processamento e rendimento cognitivo. A saúde mental está relacionada a curta duração do sono, sendo também uma característica comum a muito transtornos (GRANDNER et al., 2017).

Os distúrbios respiratórios do sono são caracterizados pela obstrução repentina das vias aéreas superiores durante o sono, reduzindo o fluxo de ar causando a hipopneia ou interrompendo a respiração como na apneia. Esses distúrbios frequentemente estão associados a obesidade e com prevalência no sexo masculino (WOLKOVE et al., 2007). O padrão ouro para o tratamento é o CPAP ou aparelho de pressão positiva, porém, este dispositivo apesar de ter sofrido inúmeros avanços na sua dinâmica, tem baixa aceitação por parte da população (ROTENBERG

et al., 2016). Entre as opções de tratamento, a que tem maior aceitação pelos pacientes é o aparelho de avanço mandibular (MAD), que reposiciona a língua e/ou a mandíbula aumentando a dimensão do lúmen das vias aéreas superiores (PHILLIPS et al., 2013). Os aparelhos são fornecidos ao paciente em posição de protrusão mandibular. Após um período de acomodação, este aparelho pode ser melhor ajustado baseado no feedback subjetivo do paciente em relação aos sintomas de AOS e na qualidade do sono. Este ajuste também é feito de acordo com a recomendação do médico e do ortodontista, em conformidade com o conforto, e minimização de efeitos adversos (BEHRENTS et al., 2019).

Pacientes com AOS moderada a grave tratados com MAD e CPAP tiveram melhora na saúde em geral, na qualidade de vida e na sonolência (PHILLIPS et al., 2013). Quando os pacientes são questionados a respeito da preferência quanto ao tratamento com CPAP ou com aparelho intra-oral, a maioria prefere o aparelho intra oral, esses tratamentos não apresentam diferenças significativas (WHITE et al., 2013). Os aparelhos do ronco e apneia em tratamentos a longo prazo geram efeitos adversos, principalmente dentários, diminuição do overjet e do overbite (MARTINS et al., 2018). Em comparação com o CPAP, os aparelhos orais apresentaram pequenas mudanças dentais, e devem ser considerados como um tratamento para toda a vida. Devido aos efeitos adversos dentários, deve ser acompanhado pelo dentista periodicamente (FINNEMA et al., 2013). Um estudo retrospectivo com 77 pacientes para avaliar a magnitude das alterações dentárias em longo prazo com placa de avanço mandibular, mostrou que em um período de tratamento de 2,8 anos, houve a redução significativa na sobremordida e sobressaliência. Também observou-se um aumento da largura intercanino mandibular. Após um período médio de observação de 11 anos, mudanças clinicamente significativas na oclusão foram observadas (PLISKA et al., 2014).

De acordo com os resultados dos artigos analisados, a discrepância maxilo-mandibular tem correlação com os distúrbios respiratórios do sono. Essa discrepância pode ser identificada analisando a radiografia e medindo-se o ângulo ANB, sugerindo a importância do tratamento ortodôntico (GALEOTTI et al., 2019). O acompanhamento com o dentista desde a primeira infância pode evitar que os pacientes adultos precisem se submeter a tratamentos mais invasivos, além de diminuir o risco do desenvolvimento ou agravamento de várias doenças. As crianças tratadas ortodonticamente com expansores de maxila, mostram uma melhora na qualidade de vida (KATYAL et al., 2013). É possível identificar, por características verificadas pelo ortodontista, a predisposição para o desenvolvimento da SAOS. As características morfológicas craniofaciais tem as variáveis cefalométricas aumentadas em crianças portadores do distúrbio (FLORES-MIR et al., 2013). Ainda é possível associar outras características a presença do distúrbio, como a distância do osso hióide ao plano mandibular, que em um estudo realizado mostrou uma

correlação estatística significativa com o índice de apneia-hipopneia (SILVA et al., 2014). Existe uma associação direta entre a gravidade da apnéia do sono e a posição inferior e posterior do osso hióide em crianças (SOARES et al., 2020).

Também, estudos comprovam que o estreitamento retropalatal da faringe se correlaciona com o aumento do volume das paredes laterais da faringe e o deslocamento posterior da língua (PASSOS et al., 2019). Associado a isso, o volume da língua pode interferir na presença de apneia obstrutiva do sono o que pode contribuir para o colapso das vias aéreas superiores durante o sono (HOTWANI et al., 2018). O espaço retropalatal pode ser importante na determinação da resposta ao tratamento com MAD (LEE et al., 2010). Pacientes com distúrbios respiratórios do sono que apresentam menor largura maxilar e menor sobremordida, são pacientes prevalentes ao desenvolvimento da DRS, os questionários realizados revelaram uma melhora significativa após o tratamento ortodôntico (CASAS et al., 2020).

Ocorreram mudanças no posicionamento dentário com o uso contínuo do aparelho de avanço mandibular, como a diminuição do overjet e overbite aumento da distância inter-caninos com um tempo de uso médio de 6,47 meses (TEIXEIRA et al., 2018). Assim como no estudo de FINNEMA et al., 2012, que mostrou que o uso do aparelho oral a longo prazo resultou em pequenas mudanças dentais se comparado ao uso do CPAP, a sobremordida e a sobressaliência apresentaram diminuição. Na região de pré-molares, de ambos os grupos tratados com aparelho oral e com CPAP apresentaram uma diminuição significativa de pontos de contato. Sendo assim os pacientes tratados com aparelho oral ou com CPAP precisam de acompanhamento completo com um dentista. Mudanças na mordida ocorrem em quase todos os pacientes, geralmente não causam desconforto (MARKLUND et al., 2017).

Já ROTENBERG et al., (2016), conduziu um estudo de revisão com base em um período de 20 anos, sobre a taxa geral de adesão ao uso do CPAP, baseado em um tempo de sono de 7 horas por noite, sendo que a taxa de não adesão foi de 34,1%. Mesmo com intervenção comportamental e orientação aos pacientes, nenhuma melhora significativa no uso aconteceu. Os aparelhos intra-buciais de avanço mandibular estão amplamente indicados para o tratamento do ronco e da SAOS como terapia principal ou alternativa em pacientes que não se adaptam ao uso do CPAP (CALDAS et al., 2009). No estudo de MAKIHARA et al., (2016), 30 pacientes (90,9%) apresentaram melhora dos sinais e sintomas subjetivos como ronco, apnéia e sonolência diurna, que são sintomas frequentes de AOS. Nenhum paciente aderente ao aparelho relatou dor na região do tecido oral, alteração oclusal, ruídos na ATM ou dor no ouvido.

Se o paciente não se adapta a nenhuma outra terapia e considerando outros fatores relacionados, a melhor opção nestes casos pode ser a cirurgia, que irá fornecer um resultado melhor (ROTENBERG et al., 2016). A técnica cirúrgica de

avanço maxilomandibular se mostra eficaz no tratamento da apneia obstrutiva do sono, reduzindo em até 50% o IAH, chegando até mesmo na cura total (ZAGHI et al., 2016). Já DIELTJENS et al., (2013), investigaram a eficácia de um dispositivo de avanço mandibular titulável para o tratamento da AOS em 61 pacientes, 42 obtiveram a diminuição significativa do IAH, reduzindo também o ronco e a sonolência diurna. Quando comparados dois MADs, não houve diferença significativa entre esses aparelhos, ambos apresentaram a diminuição significativa do IAH (VENTURG et al., 2018).

Um estudo observacional com 45 pacientes com OSA moderada ou grave concluiu que os AOs reduziram o índice de apneia hipopneia, e essa redução foi influenciada pelo IMC (BYUN et al., 2020). A fisiopatologia das vias aéreas superiores, como colapsabilidade faríngea e alargamento verificado pelo avanço mandibular, constituem preditores promissores de sucesso para os efeitos da terapia com o aparelho oral (MARKLUND et al., 2017). A presença de OSA/ insônia foi associada a dor significativamente maior em comparação a outros distúrbios isoladamente (MUNDT et al., 2017). Em uma amostra de 124 pacientes com idade entre 25 e 77 anos, 46,8% apresentaram apneia leve e ronco, esses pacientes foram tratados com dispositivo de protrusão mandibular (CATÃO et al., 2014). É importante considerar que o estabelecimento de critérios diagnósticos explícitos dá a oportunidade ao cirurgião-dentista de reconhecimento das más oclusões dentárias potencialmente associadas aos distúrbios respiratórios do sono (CARVALHO et al., 2014).

Este estudo possui limitações. Poucos estudos apresentam o cirurgião-dentista como profissional adequado para o tratamento das síndromes respiratórias. Os estudos encontrados, em geral, não apresentavam grande abrangência em relação às doenças respiratórias do sono que podem ser diagnosticadas pela odontologia.

Assim sendo, o cirurgião tem participação importante no diagnóstico e tratamento dos distúrbios respiratórios do sono, podendo através de exames cefalométricos identificar alterações anatômicas e morfológicas, através da anamnese identificar as queixas do paciente, encaminhando ou indicando o uso dos aparelhos intra-orais, mantendo o acompanhamento periódico.

6. CONCLUSÃO

Os distúrbios respiratórios do sono estão presentes no consultório odontológico todos os dias. Ainda que os tratamentos realizados pelo profissional da odontologia não estejam no topo dos tratamentos para as síndromes respiratórias, as opções existentes podem trazer muitos benefícios aos pacientes. O profissional deve estar apto a reconhecer, orientar, diagnosticar e tratar os diversos pacientes. Deve estar inserido na equipe multidisciplinar, atuando juntamente com o médico

especialista, buscando a melhor opção de tratamento para os pacientes.

Além disso, o cirurgião-dentista deve realizar o acompanhamento do paciente em longo prazo, prevenindo o surgimento de agravantes e buscando sempre oferecer qualidade e eficácia nos tratamentos. Estar capacitado para discutir com o paciente e com outros profissionais quais as opções para melhoria na qualidade de vida dos pacientes é imprescindível.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALÓE, F.; AZEVEDO, A. P.; HASAN, R. **Mecanismos do ciclo sono-vigília**. Ver. Bras. Psiquiatr. 27 (Supl. I):33-9, 2005

BEHRENTS, R. G.; SHELGIKAR, A. V.; CONLEY, R. S.; FLORES-MIR, C.; HANS, M.; LEVINE, M.; McNAMARA, J. A.; PALOMO, J. M.; PLISKA, B.; STOCKSTILL, J. W.; WISE, J.; MURPHY, S.; NAGEL, N. J.; HITTNER, J. **Apnéia obstrutiva do sono Ortodontia: An American Association Livro Branco dos Ortodontistas** American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopedics. Vol. 156, Edição 1, 2019

BYUN, J.; KIM, D.; AHN, S.; YANG, K. I.; CHO, Y.W.; CISTULLI, P. A.; SHIN, W. **C. Eficácia da terapia com aparelhos orais como tratamento de primeira linha para apneia obstrutiva do sono moderada ou grave: Um estudo observacional prospectivo multicêntrico coreano**. J. Clin. Neurol. 16 (2): 215-221, 2020

BORGES, P. T. M.; SILVA, B.; NETO, J. M. M. N.; BORGES, N. E. S. B. **Dados cefalométricos e antropométricos da apnéia obstrutiva em diferentes faixas etárias** Braz J Otorhinolaryngol. 81: 79-84, 2015

CALDAS, S. G. F. R.; RIBEIRO, A. A.; SANTOS-PINTO, L.; MARTINS, L. P.; MATOSO, R. M. **Efetividade dos aparelhos intrabucais de avanço mandibular no tratamento do ronco e da síndrome da apneia e hipopneia obstrutiva do sono (SAHOS): revisão sistemática** R Dental Press Ortodon Ortop Facial Maringá, v. 14, n. 4, 2009

CARVALHO, F. R.; LENTINI-OLIVEIRA, D. A.; CARVALHO, G. M. M.; SINGER, J. M.; PRADO, L. B. F.; PRADO, G. F.; CARVALHO, L. B. C. **Concordância intra e interobservador no diagnóstico de má oclusão em distúrbios do sono respiração**. Arq. Neuropsiquiatria, 72 (2), 2014

CASAS, I. V.; CAPDEVILA, O. S.; MIRA, J. M.; BARÓ, A. R. **Prevalência de distúrbios respiratórios relacionados ao sono em crianças com má oclusão** J. Clin. Exp. Dent. 12 (6): e555-60, 2020

CATÃO, M. H. C. V.; CARNEIRO, V. S. M.; ALVES, J.; RIBEIRO, R. A.; SILVA, R. S.; FILHO, A. L. N. F. **Dispositivo de protrusão mandibular - Usuários AHI, eficiência do sono, Sono REM e oxigenação** Rev. O que eu faço. 16 (1): 214-221, 2014

CORRÊA C. C.; FELIX, G. B. **Obstructive sleep apnea and oral language disorders Apneia obstrutiva do sono e distúrbios da linguagem oral** Brazilian Journal of Otorhinolaryngology. 83(1):98-104, 2017

CORREIA, L. M F.; SILVA, J. W.; LIMA, H. L. C.; KRAKAUER, M. **Atendimento interdisciplinar do tratamento da dor orofacial. Relato de caso** Br. JP. São Paulo, 2 (3):296-9, 2019

COSTA, Z. M. S. S.; PINTO, R. M. C.; MENDONÇA, T. M. S.; SILVA, C. H. M. **Validação brasileira dos bancos de itens Distúrbio do Sono e Distúrbio da Vigília do Patient-Reported Outcomes Measurement Information System (PROMIS).** Cad. Saúde Pública; 36(6):e00228519, 2020

DEANE, S. S.; CISTULLI, P. A.; NG, T. A.; ZENG, B.; PETOCZ, P.; DARENDELILER, M. A. **Comparação de tala de avanço mandibular e dispositivo de estabilização da língua na apneia obstrutiva do sono: um ensaio clínico randomizado e controlado** SLEEP, vol. 32, nº 5, 2009

DIELTJENS, M.; VANDERVEKEN, O. M.; HAMANS, E.; VERBRAECKEN, J.A.; WOUTERS, K.; WILLEMEN, M.; BACKER, W.A.; HEYNING, V.; BRAEM, M. J. **Tratamento da apneia obstrutiva do sono usando um aparelho oral duobloc titulável feito sob medida: um estudo clínico prospectivo** Sleep Breath 17:565-572, 2013

FABER, J.; FABER, C.; FABER, A. P. **Apneia obstrutiva do sono em adultos.** Dental Press J Orthod. 24 (3), 2019

FINNEMA, K. J.; DOFF, M. H. J.; HOEKEMA, A.; WIJKSTRA, P. J.; DE BONT, L. G. M.; STEGENGA, B. **Terapia de aparelho oral de longo prazo na apnéia obstrutiva do sono síndrome: um estudo controlado sobre os efeitos colaterais dentários** Clin. Oral Invest. 17: 475-482, 2013

HOTWANI, K.; SHARMA, K.; JAISWAL, A. **Avaliação da relação volume da língua / mandíbula em crianças com apneia obstrutiva do sono** Dental Press J Orthod. 23 (4): 72-8, 2018

ITO, F. A.; ITO, R. T.; MORAES, N. M.; SAKIMA, T.; BEZERRA, M. L. S.; MEIRELLES, R. C. **Condutas terapêuticas para tratamento da Síndrome da Apnéia**

e Hipopnéia Obstrutiva do Sono (SAHOS) e da Síndrome da Resistência das vias Aéreas Superiores (SRvAS) com enfoque no Aparelho Anti-Ronco (AAR- ITO) Revista Dental Press Ortodontia Ortopedia Facial, Maringá, v. 10, n. 4, p. 143- 156, jul./ago. 2005

GALEOTTI, A.; FESTA, P.; VIARANI, V.; PAVONE, M.; SITZIA, E.; PIGA, S.; CUTRERA, R.; VINCENTIIS G. C.; D'ANTÒ, V. **Correlação entre variáveis cefalométricas e sono obstrutivo, gravidade da apnéia em crianças europeias** Journal de Pediatric Dentistry, Vol. 20 / 1-2019

GRANDNER, M. A. **Sono, saúde e sociedade.** Sleep Med Clin. 12 (1): 1-22, 2017.

FLORES-MIR, C.; KORAYEM, M.; HEO, G.; WITMANS, M.; MAJOR, M. P.; MAJOR, P. W. **Características morfológicas craniofaciais em crianças com apneia obstrutiva do sono síndrome: Uma revisão sistemática e meta-análise** JADA 144 (3) março de 2013.

KATYAL, V.; PAMULA, Y.; MARTIN, A. J.; DAYNES, C. N.; KENNEDY, D.; SAMPSON, W. J. **Morfologia craniofacial e das vias aéreas superiores em distúrbios respiratórios do sono pediátrico: sistemático revisão e meta-análise** American Journal of Orthodontics and Dentofacial Orthopaedics, Vol 143, Edição 1, 2013.

KAYAMORI, F.; BIANCHINI, E. M. G. **Efeitos da terapia miofuncional orofacial em adultos quanto aos sintomas e parâmetros fisiológicos dos distúrbios respiratórios do sono: revisão sistemática** Rev. CEFAC. 19 (6):868-878, 2017

JUNIOR, C. M. C.; DAL-FABBRO, C.; BRUIN, V. M. S.; TUFIK, S.; BITTENCOURT, L. **Consenso brasileiro de ronco e apneia do sono – aspectos de interesse aos ortodontistas.** Dental Press J Orthod. 16(1):34.e1-10, 2011

LEE, C. H.; KIM, J.W.; LEE, H. J.; SEO, B. S.; YUN, P. Y.; KIM, D. Y.; YOON, I. Y.; RHEE, C. S.; WAN, P. J. **Determinantes do resultado do tratamento após o uso do dispositivo de avanço mandibular em pacientes com apneia obstrutiva do sono.** Arch Otolaryngol Head Neck Surg. 136, 2010

MAKIHARA, E.; KAWANO, T.; MIYAJIMA, R.; MASUMI, S.; ENCISO, R.; CLARK, G. T. **Avaliação do aparelho oral para pacientes com apnéia obstrutiva do sono.** Clinical and Experimental Dental Research publicado por John Wiley & Sons Ltd, 2016

MANCINI, M. C.; ALOE, F.; TAVARES, S. **Apnéia do Sono em Obesos.** Arquivo Brasi-

leiro de Endocrinologia Metabólica - vol 44, n 1 – fevereiro, 2000

MARKLUND, M.; VERBRAECKEN, J.; RANDEATH, W. **Terapias não CPAP na apneia obstrutiva do sono: terapia com dispositivo de avanço mandibular** Eur Respir J. 39 (5): 1241-7, 2012

MARKLUND, M. **Atualização sobre terapia com aparelhos orais para AOS** Curr Sleep Medicine Rep 3, 143–151, 2017

MARTINS, O. F. M.; JUNIOR, C. M. C.; ROSSI, R. R. P.; CUNALI, P. A.; DAL- FABBRO, C.; BITTENCOURT, L. **Efeitos colaterais das talas de avanço mandibular para o tratamento de ronco e apneia obstrutiva do sono: uma revisão sistemática.** Dental Press J Orthod. 23 (4): 45-54, 2018

MARTINS, P. J. F.; MELLO, M. T.; TUFIK, S. **Exercício e sono.** Rev. Bras. Med. Esporte-Vol. 7, Nº 1 – Jan/Fev, 2001

MONTEIRO, T. A. S.; MARTINS, O. F. M.; COSTA, D. M. C. **Aparelhos intrabucais no tratamento da síndrome da apnéia e hipopnéia obstrutiva do sono: uma revisão da literatura** Revista Interdisciplinar NOVAFAPI, Teresina. v.4, n.4, p.66-71, 2011.

MUNDT, J. M.; EISENSCHENK, S.; ROBINSON, M. E. **Um exame da relação da dor com o sono Fragmentação e respiração desordenada Entre Transtornos Comuns do Sono** V C American Academy of Pain Medicine, 2017

NASCIMENTO, A. P.; PASSOS, V. M. M.; PEDROSA, R. P.; SANTOS, M. S. B.; BARROS, I, M, L.; COSTA, L. O. B. F.; SANTOS, A. C.; LIMA, A. M. J. **Qualidade do sono e tolerância ao esforço em portadores de apneia obstrutiva do sono.** Rev Bras Med Esporte – Vol. 20, No 2 – Mar/Abr, 2014

NEVES G. S. M. L.; MACEDO, P.; GOMES, M. M. **Transtornos do sono: atualização (1/2)** Revista Brasileira de Neurologia Volume 53 Nº 3, 2017

PALOMBINI L. O. **Fisiopatologia dos distúrbios respiratórios do sono.** J Bras Pneumol. 36(supl.2):S1-S61, 2010

PASSOS, U. L.; GENTA, P. R.; MARCONDES, B. F.; LORENZI-FILHO, G.; GEBRIM, E. M. M. S. **Alterações nas vias aéreas superiores avaliadas por tc multidetectors durante a vigília e o sono em indivíduos saudáveis e em pacientes com apneia do sono durante eventos obstrutivos** J. Bras. Pneumol. 45; 2019

PHILLIPS, C. L.; GRUNSTEIN, R. R.; DARENDELILER, M. A.; MIHAILIDOU, A. S.; SRINIVASAN, V. K.; YEE, B. J.; MARKS, G. B.; CISTULLI, P. A. **Resultados de saúde da via aérea positiva contínua Tratamento de pressão versus aparelho oral para apneia obstrutiva do sono Um ensaio clínico randomizado.** American Journal Of Respiratory And Critical Care Medicine Vol. 187-2013

PIMENTEL, M. J.; BACCHI, A.; CASTRO, G. C.; BARBOSA, C. M. R. **Aparelho oral para o tratamento de obstrução severa Apnéia do sono em paciente desdentado.** J. Indian Prosthodont Soc. 14,1: S255 – S259, 2014

PLISKA, B. T.; NAM, H.; CHEN, H.; LOWE, A. A.; ALMEIDA, F.R. **Apneia obstrutiva do sono e talas de avanço mandibular: efeitos oclusais e progressão das alterações associadas a uma década de tratamento.** J. Clin. Sleep. Med. 10 (12), 2014

POLUHA, R. L.; STEFANELI, E. A. B.; TERADA, H. H. **A Odontologia na síndrome da apneia obstrutiva do sono: diagnóstico e tratamento** Rev. bras. odontol., Rio de Janeiro, v. 72, n. 1/2, p. 87-90, jan./jun. 2015

RANDEATH, W. J.; VERBRAECKEN, J.; ANDREAS, S.; BETTEGA, G.; BOUDEWYNS, U.; HAMANS, E.; JALBERT, F.; PAOLI, J.R.; SANNER, B.; SMITH, I; PRESO, B. A.; LACASAGNE, L.; MARKLUND, M.; MAURER, J. T.; PEPIN, J. L.; VALIPOUR, U.; FIETZE, I. **Terapias não CPAP na apneia obstrutiva do sono.** European Respiratory Journal; 37: 1000–1028, 2011

RONSANI, M. M.; MEIRA, T. M.; GODOLFIM, L. R.; GARANHANI, R. R. **Obstructive sleep apnea syndrome: how should the dental surgeon proceed?** RGO, Rev Gaúch Odontol, Porto Alegre, v.62, n.4, p. 417-424, out./dez., 2014

ROTENBERG, B. W.; VICINI, C.; PANG, E. B.; PANG, K. P. **Reconsiderando o tratamento de primeira linha para apneia obstrutiva do sono: uma revisão sistemática da literatura** J. Otolaryngol Head Neck Surg, 45:23, 2016

ROTENBERG, B. W.; MARARIU, D.; PANG, K. P. **Tendências na adesão ao CPAP acima de vinte anos de coleta de dados: uma curva achatada** Journal of Otolaryngology - Head and Neck Surgery, 45:43, 2016

SATO, K.; NAKAJIMA, T. **Revisão de revisões sistemáticas sobre aparelho oral de avanço mandibular para apneia obstrutiva do sono: a importância do acompanhamento de longo prazo** Japanese Dental Science Review 56, 2020

SHARPLES L. D.; JAMES, A. L. C.; GLOVER, M. J.; BENNETT, M. S.; CHADWICK, R.; PITTMAN, M. A.; QUINNELL, T. G. **Meta-análise de ensaios clínicos randomizados de dispositivos de avanço mandibular orais e pressão positiva contínua nas vias aéreas para apneia-hipopneia obstrutiva do sono.** Sleep Med Rev. 27: 108-24, 2016

SILVA, V. G.; PINHEIRO, L. A. M.; SILVEIRA, P. L.; DUARTE, A. S. M.; FARIA, A. C.; CARVALHO, E. G. B.; ZANCANELLA, E.; CRESPO, A. N. **Correlação entre dados cefalométricos e a gravidade da apneia do sono.** Braz J Otorhinolaryngol. 80: 191-5, 2014

SOARES, M. M.; ROMANO, F. L.; DIAS, F. V. S.; SOUZA, J. F.; ALMEIDA, L. A.; MIURA, C. S.; ITIKAWA, C. E.; LIMA, W. T. A.; VALERA, F. C. P. **Associação entre a intensidade do sono obstrutivo apnéia e alterações esqueléticas na face e hióide osso** Braz J Otorhinolaryngol. 2020.

SUTHERLAND, K.; CISTULLI, P. **Terapia de aparelhos orais para sono obstrutivo Apnéia: o estado da arte** J. Clin. Med. 8, 2121, 2019

TEIXEIRA, A. O. B.; ANDRADE, A. L. L.; ALMEIDA, R. C. C.; ALMEIDA, M. A. **O. Efeitos colaterais de dispositivos intraorais para tratamento de SAOS** Braz. J. Otorhinolaryngol. 84 (6) : 772-780, 2018

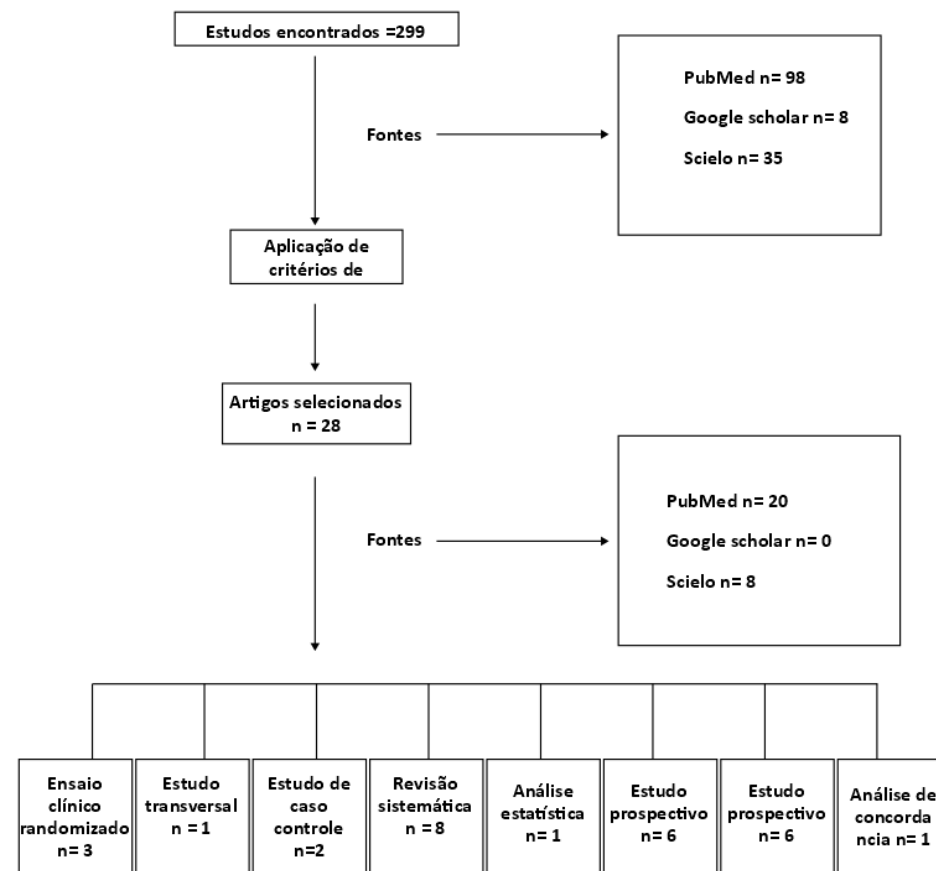
VERBURG, F. E.; BOLLEN, K. H. A.; DONKER, H. J.; KRAMER, G. J. C. **A eficácia de dois tipos de MADS para terapia de AOS** Clin. Oral Invest. 22: 1995-2003, 2018

VINHA, P. P.; SANTOS, G. P.; BRANDÃO, G.; FILHO, A. F. **Ronco e apneia do sono: apresentação de novo dispositivo intra-oral e protocolo de tratamento** RGO - Rev Gaúcha Odontol., Porto Alegre, v. 58, n. 4, p. 515-520, out./dez. 2010

WHITE, D. P.; SHAFAZAND, S. **Dispositivo de avanço mandibular vs Cpap no tratamento de apneia obstrutiva do sono: são igualmente eficazes em curto resultados de saúde do termo?** Journal of Clinical Sleep Medicine, vol. 9, No. 9, 2013

WOLKOVE, N.; ELKHOLY, O.; BALTZAN, M.; PALAYEW, M. **Sono e envelhecimento: Distúrbios do sono comumente encontrados em pessoas mais velhas** CMAJ - 176 (9), 24 de abril de 2007

ZAGHI, S.; HOLTY, J. C.; CERTAL, V.; ABDULLATIF, J.; GUILLEMINAULT, C.; POWELL, N. B.; RILEY, R. W.; CAMACHO, M. **Avanço maxilomandibular para tratamento da apneia obstrutiva do sono. Uma meta-análise.** JAMA Otolaryngol Head Neck Surg. 142 (1): 58-66, 2016



Autor / ano / local	Nº de participantes do estudo e desenho do estudo	Objetivo	Resultados	Conclusões
CATÃO et al., 2014, Brasil	124 pacientes com idade entre 25 e 77 anos. Estudo retrospectivo.	Avaliar os parâmetros polissonográficos de pacientes encaminhados para uso do MAD.	46,8% apresentaram apnéia leve, ronco e a maioria tinha baixa eficiência do sono.	Não houve relação significativa entre os índices de apnéia e os de saturação de oxi-hemoglobina.
GALEOTTI et al., 2019, Itália	47 crianças com apneia do sono diagnosticada pela polissonografia. Submetidas a radiografia lateral, ortodôntica e exames de orelha-nariz-garganta. Estudo retrospectivo.	Analisar as variáveis cefalométricas e IAH, a fim de investigar se características craniofaciais podem influenciar a gravidade do sono obstrutivo e estudar a correlação entre a largura nasofaríngea superior e discrepância esquelética maxilo mandibular nos planos sagital e vertical.	Os resultados mostram uma correlação positiva entre Apneia Obstrutiva/ Hipopneia e discrepância maxilo mandibular medida pelo ângulo ANB.	Resultados apoiam a presença de uma correlação entre distúrbios respiratórios do sono e características craniofaciais. Sugerindo a importância da ortodontia no manejo da Apneia Obstrutiva do Sono em crianças.
FLORES-MIR et al., 2013,	9 artigos com participantes menores de 18 anos. Revisão sistemática.	Consolidar conhecimento atual sobre características morfológicas craniofaciais associadas a síndrome da apnéia obstrutiva do sono em pacientes pediátricos não sindrômicos.	Três das variáveis cefalométricas avaliadas (MP-SN, SNB e ANB) apresentaram diferenças significativas em comparação com o grupo controle.	Os valores das variáveis foram aumentados em crianças com SAOS. O resultados da meta-análise deve ser considerada com cautela devido ao número limitado de variáveis cefalométricas incluídas.

KATYAL et al., 2013, Austrália	Crianças de 8 a 17 anos (n = 81). Revisão sistemática, estudo caso-controle prospectivo.	Avaliar a prevalência de crianças em risco para DRS, identificados em um ambiente ortodôntico por questionários de triagem. Examinar associações entre suas morfologias craniofaciais e as vias aéreas superiores.	Crianças tratadas com expansão rápida da maxila mostraram uma melhora média de 14% nos escores de qualidade de vida no grupo de alto risco em comparação com o grupo de baixo risco, que mostrou uma ligeira piora na qualidade de vida.	Não foram identificados preditores cefalométricos sagitais ou verticais craniofaciais esqueléticos para crianças com alto risco de distúrbios respiratórios do sono. Em curto prazo, a expansão rápida da maxila pode ajudar na melhoria da qualidade de vida de crianças com maxila estreita.
CASAS et al., 2020	249 pacientes saudáveis, Comparação de resultados dos questionários pré e pós tratamento de 50 pacientes da amostra. Estudo prospectivo.	Levantar a prevalência de DRS em pacientes que se apresentaram para tratamento interceptivo.	22,8% apresentava DRS. Na análise do gesso, apresentaram menor largura maxilar e menor sobremordida, a prevalência de DSR foi maior entre os pacientes com história de adenotonsilectomia Os resultados dos questionários pré e pós- tratamento revelou diferenças após o tratamento ortodôntico.	É necessário identificar a presença de DRs em pacientes ortodônticos devido à sua alta prevalência. Pacientes com DRS têm uma largura maxilar menor e menos sobremordida.
PHILLIPS et al., 2013, Austrália	126 pacientes com AOS moderada a grave. Ensaio clínico randomizado.	Comparar os efeitos na saúde após 1 mês de terapia com CPAP e MAD na OSA..	Nenhum dos tratamentos melhorou a pressão arterial. A sonolência, o desempenho do simulador de direção e a qualidade de vida melhoraram em ambos os tratamentos, o MAD foi superior ao CPAP.	Os resultados importantes foram semelhantes após 1 mês de tratamento com MAD e CPAP em pacientes com AOS moderada a grave.

COSTA et al., 2020, Brasil	627 participantes maiores de 18 anos. Estudo metodológico transversal de validação	Validar a versão brasileira dos bancos de itens: Distúrbio do Sono e Distúrbio da Vigília, do Patient- Reported Outcomes Measurement Information System (PROMIS).	Através dos índices de qualidade de ajuste absoluto e incremental, verificou-se um bom ajuste para os dois bancos. A calibração evidenciou que as propriedades psicométricas dos itens foram satisfatórias.	Avaliadas, mostraram ser uma medida confiável, precisa e válida, com análises psicométricas robustas. Portanto, poderá ser utilizada em pesquisas e estudos clínicos, como também em diagnósticos clínicos e tratamentos de doenças crônicas.
WHITE et al., 2013, Austrália	126 adultos, idade média de 49,5 anos, 81% do sexo masculino, 108 completaram o estudo. Ensaio randomizado.	Responder se o tratamento da apneia obstrutiva do sono com MAD tem resultados semelhantes ao CPAP, no curto prazo de um mês.	Não houve diferença significativa. 55 pacientes (51%) preferiram o MAD, 25 (23%) preferiram o CPAP, 23 (21%) preferiram qualquer um e 5 (4,6%) nenhum.	Em adultos com SAOS predominantemente moderada a grave, o uso de curto prazo de um MAD ajustável não foi inferior ao CPAP no impacto de doenças específicas e qualidade de vida geral.
PHILLIPS et al., 2013, Austrália	126 pacientes com AOS moderada a grave. Ensaio clínico randomizado.	Comparar os efeitos na saúde após 1 mês de terapia com CPAP e MAD na OSA..	Nenhum dos tratamentos melhorou a pressão arterial. A sonolência, o desempenho do simulador de direção e a qualidade de vida melhoraram em ambos os tratamentos, o MAD foi superior ao CPAP.	Os resultados importantes foram semelhantes após 1 mês de tratamento com MAD e CPAP em pacientes com AOS moderada a grave.

MUNDT et al., 2018, Florida	105 participantes. Examinar as contribuições dos distúrbios respiratórios do sono e da insônia para a dor crônica. Estudo prospectivo.	Examinar as contribuições dos distúrbios respiratórios do sono e da insônia para a dor crônica.	80% relatou dor crônica. Indivíduos com AOS/insônia comórbida relataram intensidade média. A dor não estava relacionada às medidas de fragmentação do sono	As medidas polissonográficas da gravidade do DRS e da fragmentação do sono não foram relacionadas à intensidade da dor. A comorbidade OSA / insônia foi associada a dor significativamente maior (em comparação com qualquer um dos distúrbios isoladamente).
HOTWANI et al., 2018, Índia	12 exames. Estudo de caso-controle.	Tentativa de investigar a relação entre o volume de língua / mandíbula em crianças, por meio de ressonância magnética volumétrica.	A diferença entre o grupo OSA e o grupo controle em relação ao VL / VM foi significativa. Não houve correlação significativa entre o IMC e a relação VL / VM.	A relação VL / VM pode ser uma variável apropriada para avaliar o risco de AOS, representando o equilíbrio entre as estruturas esqueléticas, morfologia e morfologia do tecido mole no complexo craniofacial.
CARVALHO et al., 2013, Brasil	56 crianças (com idades entre 7 e 9 anos). Análise de concordância.	Verificar a concordância intra e inter-observador na identificação de problemas ortodônticos e ortopédicos funcionais.	A concordância intra- observador foi forte em todas as variáveis. A concordância inter- observador também foi forte.	O estabelecimento de critérios diagnósticos explícitos dá oportunidade ao cirurgião- dentista do reconhecimento das más oclusões dentárias associadas aos distúrbios respiratórios do sono.

MARTINS et al., 2018,	62 artigos completos. Após o processo de revisão, apenas 6 atenderam aos critérios. Revisão sistemática.	Fornecer uma revisão da literatura sobre os efeitos craniofaciais do tratamento do ronco e da apneia obstrutiva do sono com aparelhos de avanço mandibular.	Os efeitos colaterais mais frequentes encontrados de natureza dentária incluíram uma diminuição do overjet e do overbite.	As evidências disponíveis são limitadas. O tratamento do ronco e da AOS com MADs resulta em mudanças craniofaciais predominantemente dentárias, especialmente nas avaliações de longo prazo.
TEIXEIRA et al.; 2018	15 pacientes com avaliação de documentações completas após um tempo médio 6,47 meses do uso do aparelho oral de Twin Block. Estudo longitudinal prospectivo.	Avaliar as mudanças no posicionamento dentário causadas pelo uso contínuo de dispositivos de avanço mandibular.	Houve diminuição dos valores de overjet, overbite, aumento na menor distância intercaninos. Todas as variáveis são influenciadas, em diferentes níveis pela inclinação anterior dos incisivos inferiores.	As mudanças estatisticamente relevantes ocorreram no posicionamento dos dentes, com um tempo médio de uso de 6,47 meses do aparelho de avanço mandibular.
FINNEMA, et al, 2012, Holanda	51 pacientes para terapia com aparelho oral e 52 pacientes para terapia com CPAP. Ensaio randomizado.	Avaliar os efeitos dentários associados ao uso a longo prazo de um aparelho oral ajustável em comparação com CPAP em pacientes com apneia obstrutiva do sono. Avaliar a relação entre possíveis efeitos colaterais e o grau de protrusão mandibular associado à terapia com aparelhos orais.	O uso de longo prazo do MAD resultou em pequenas mudanças dentais em comparação com CPAP. No grupo aparelho oral, sobremordida e sobressaliência diminuíram. Mudança ântero-posterior foi maior em oclusão no grupo de MAD em comparação ao grupo CPAP. Ambos mostraram diminuição no número de pontos de contato oclusais na região pré-molar. A análise de regressão revelou que a diminuição da sobremordida foi associada à protrusão mandibular média no acompanhamento.	A terapia com aparelhos orais deve ser considerada como um tratamento para toda a vida, e há risco de efeitos colaterais dentários. Pacientes tratados com aparelho oral precisam de acompanhamento completo por um dentista com experiência na área de distúrbios do sono.

PASSOS et al., 2019, Brasil	11 pacientes com apneia obstrutiva do sono grave e 7 indivíduos saudáveis sem AOS (grupo controle). Estudo de caso-controle.	Determinar se o estreitamento das vias aéreas durante eventos obstrutivos.	O estreitamento das VAS durante o sono foi maior na região retropalatal do que na região retrolingual no grupo AOS. Não ocorreu estreitamento retrolingual da faringe durante o sono no grupo AOS.	Em pacientes com AOS, o estreitamento das VAS durante o sono ocorre na região retropalatal e afeta as dimensões anteroposterior e lateral, além de estar relacionado com aumento das paredes laterais da faringe e deslocamento posterior da língua.
CALDAS et al., 2009, Brasil	Trabalhos publicados até outubro de 2008. Revisão sistemática.	Avaliar a evidência científica disponível sobre a utilização de aparelhos intra-buciais de avanço mandibular no tratamento do ronco e da Síndrome da Apneia Obstrutiva do sono (SAOS).	Embora um significativo número de estudos tenha analisado o assunto, apenas 7 artigos apresentaram qualidade metodológica para serem incluídos nesta revisão sistemática.	Os aparelhos intrabuciais de avanço mandibular estão amplamente indicados para o tratamento do ronco e da SAOS como terapia principal, ou alternativa naqueles pacientes que não podem suportar a terapia da pressão positiva das vias aéreas.
SOARES, et al, 2020, Brasil	76 crianças de 7 a 10 anos. Análise estatística.	Avaliar se a intensidade da apneia obstrutiva do sono está associada com alterações craniofaciais e posição do osso hióide em crianças com dentição mista.	Não houve diferença entre os grupos quanto às variáveis craniofaciais. Crianças com a SAOS mostraram uma distância maior do osso hióide ao plano mandibular quando comparado ao grupo ronco primário.	Não foi observado associação entre apneia obstrutiva do sono e alterações laterais da face. Em contraste, há uma associação direta entre a gravidade da apnéia do sono e a posição inferior e posterior do osso hióide em crianças com idade 7 a 10 anos.

MAKIHARA et al., 2016	135 pacientes. Estudo prospectivo.	Avaliar a relação entre a utilização e eficácia do tratamento de um aparelho fervente e mordida para pacientes com AOS.	Resultados sugerem que tanto subjetivo quanto sinais e sintomas objetivos melhoraram com o uso de AO. Nenhum sinal e sintoma subjetivo ou índice de qualidade do sono diferiu entre antes e depois do tratamento no grupo que não usa.	Se um paciente usando um dispositivo de fervura e mordida não conseguir efeitos de tratamento satisfatórios na primeira fase, o dispositivo deve ser alterado para um dispositivo ou projetos feitos sob medida e os materiais do dispositivo devem ser melhorados.
ZAGHI et al., 2016, Califórnia	45 estudos com dados individuais de 518 pacientes. Revisão sistemática.	Identificar os critérios associados aos resultados cirúrgicos de MMA usando dados agregados de pacientes individuais de vários estudos.	Os principais resultados foram mudanças no IAH e RDI após AMM para cada paciente. Os desfechos secundários incluíram sucesso cirúrgico, definido como o percentagem de pacientes com redução de mais de 50% do IAH, e cura da AOS, definida como um IAH pós-MMA de menos de 5 eventos / h.	O avanço maxilomandibular é um tratamento eficaz para OSA. A maioria dos pacientes com alto IAH residual e RDI após outra cirurgia sem sucesso procedimentos para OSA provavelmente se beneficiarão do MMA
SILVA et al.; 2014, Brasil	96 pacientes. Estudo retrospectivo transversal.	Correlacionar os dados cefalométricos com o índice de apnéia-hipopnéia do sono.	11 pacientes eram portadores de roncopatia, 20 de apnéia leve, 26 de apnéia moderada e 39 de apnéia grave. A única variável cefalométrica que apresentou avaliação estatisticamente significativa com o IAH foi a distância linear perpendicular do osso hioide ao plano mandibular.	Variáveis cefalométricas são ferramentas úteis para a compreensão do sono obstrutivo síndrome de apnéia. A distância do osso hioide ao plano mandibular mostrou uma estatística correlação significativamente significativa com o índice de apnéia-hipopnéia.

ROTENBERG et al.; 2016	82 ensaios clínicos controlados para CPAP e 69 ensaios clínicos controlados e não controlados. Revisão sistemática.	Identificar artigos que relatam os resultados de ensaios clínicos randomizados de CPAP para o tratamento de adultos com AOS; e ensaios clínicos randomizados e não randomizados e séries de casos sobre o tratamento cirúrgico da AOS em adultos.	Foi identificada a variação no uso de CPAP nos ensaios de relatados, e a maioria dos pacientes nos estudos acabou sendo considerada não aderente ao CPAP.	Os fatores relacionados ao paciente, o conceito de CPAP como terapia padrão-ouro para AOS deve ser reconsiderado. Em muitos casos, a cirurgia pode fornecer um resultado melhor. Os resultados deste estudo sugerem que certos pacientes com AOS podem ser tratados de forma mais eficaz com cirurgia.
ROTENBERG et al., 2016	82 artigos. Revisão sistemática.	AOS em adultos. Avaliar as tendências seculares na adesão ao CPAP em longo prazo para ver se houve melhorias significativas na adesão à luz das múltiplas intervenções propostas para fazê-lo.	A taxa geral de não adesão ao CPAP com base em um tempo de sono de 7 horas / noite relatada em estudos conduzidos ao longo do período de 20 anos foi de 34,1%. Não houve melhora significativa ao longo do tempo.	A taxa de adesão ao CPAP permanece persistentemente baixa ao longo de 20 anos de dados relatados. Nenhuma melhora clinicamente significativa na adesão ao CPAP foi observada, apesar dos esforços para intervenção comportamental e orientação ao paciente.
VERBURG et al., 2018, Alkmaar	137 pacientes. Estudo de observação estudo de coorte retrospectivo.	O objetivo deste estudo foi determinar as diferenças na eficácia entre dois tipos de MAD.	Houve diminuição significativa do IAH para ambos os MADs.	Os resultados não mostram diferença significativa na eficácia entre MAD 1 e MAD 2 em relação ao valor de IAH.

MARKLUND et al.; 2017	Revisão sistemática.	Atualizar as evidências em favor da terapia OA.	A maioria da população adulta é afetada pela AOS, de acordo com pesquisas epidemiológicas. A terapia com AO é cada vez mais recomendada, para pacientes com AOS mais branda.	A fisiopatologia das VAS, como colapsabilidade faríngea e alargamento verificado pelo avanço mandibular, constituem preditores promissores de sucesso para os efeitos da terapia com AO. Mudanças na mordida ocorrem em quase todos os pacientes.
LEE et al., 2010, Coreia Do Sul	76 pacientes (68 homens e 8 mulheres). Estudo retrospectivo.	Determinar os preditores que afetam o resultado do tratamento após a aplicação do dispositivo de avanço mandibular (MAD).	O palato mole foi mais longo no grupo sem sucesso. A aplicação do MAD aumentou o espaço retrolingual, diminuiu o comprimento do véu palatino e o ângulo de abertura da boca.	O comprimento do palato mole mostrou uma diferença entre os grupos de sucesso e não sucesso, e o alargamento do espaço retropalatal pode ser um fator importante para o resultado bem-sucedido com a aplicação de MAD.
DIETJENS et al., 2013	61 pacientes. Estudo clínico prospectivo.	Investiga a eficácia de um MAD específico titulável para o tratamento da AOS. Este MAD tem anexos na área dos dentes frontais que permitem a titulação progressiva da mandíbula.	Uma diminuição foi observada no IAH. A resposta ao tratamento foi alcançada 68,8%. Quatro pacientes, 6,6% foram considerados como "falhas de adesão".	Os resultados indicam que dentro dos limites do estudo, este MAD específico é eficaz na redução da apneia do sono por diminuir o IAH, reduzindo de forma significativa o ronco e a sonolência diurna excessiva. O MAD foi bem tolerado pelos pacientes.

PLISKA et al., 2014	77 pacientes. Estudo retrospectivo.	Avaliar a magnitude e a progressão das alterações dentárias associadas ao tratamento de longo prazo com placa de avanço mandibular.	A duração média do tratamento foi de 2,8 anos. Houve redução na sobremordida, sobressaliência e apinhamento mandibular. Um aumento significativo da largura intercanino mandibular e intermolar, e a incidência de mordida cruzada anterior e mordida aberta posterior.	Após um período médio de observação de mais de 11 anos, mudanças clinicamente significativas na oclusão foram observadas e eram de natureza progressiva. Em vez de atingir um ponto final discernível, os efeitos colaterais odontológicos da terapia com MAS continuam com o uso contínuo de MAS.
BYUN et al., 2020, Coreia	76 pacientes (68 homens e 8 mulheres). Estudo retrospectivo.	Determinar a eficácia de AOs para o tratamento de primeira linha de pacientes coreanos com moderada ou OSA grave.	O IMC foi o fator mais confiável para prever a redução percentual do IAH. Os AOs também melhoraram a arquitetura do sono e sintomas subjetivos relacionados ao sono.	Os AOs reduziram o IAH médio para 63,9% do valor basal, e essa redução foi influenciada pelo IMC.

Legenda:

SAOS-Síndrome da Apneia Obstrutiva do sono

OSA- apneia obstrutiva do sono

AOS- apneia obstrutiva do sono

MAD-dispositivo de avanço mandibular

CPAP- aparelho de pressão positiva contínua nas vias aéreas

DRS-doença respiratória do sono

VL- volume da língua

VM-volume da mandíbula AO-aparelho oral

AOs- aparelhos orais

AMM- avanço maxilomandibular IMC-índice de massa corporal

IAH- índice de apneia hipopnéia

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

¹Leandro Fuck Macedo

RESUMO

O presente artigo aborda a importância na busca pela eficiência energética no que diz respeito à redução do consumo de energia e os custos associados, à disponibilidade do sistema elétrico de energia, à preocupação ambiental e a busca pela sustentabilidade. O tema em discussão apresenta uma série de conceitos que tratam sobre eficiência energética e os principais fatores que influenciam, positivamente e negativamente na mesma. São elucidadas as principais causas que comprometem o desempenho dos sistemas abordados, seja de iluminação, refrigeração, entre outros, e imediatamente são realizados apontamentos indicando ações de melhoria para eles. Também são exibidos alguns programas e ações governamentais criadas com o objetivo de conscientizar a sociedade quanto ao desperdício de energia, de estabelecer limites mínimos de eficiência energética e mensurar o quanto um equipamento é eficiente, e destinar recursos para este propósito.

Palavras-chaves: Eficiência Energética. Conscientização. Programas Governamentais.

ABSTRACT

This article addresses the importance in the search for energy efficiency in terms of reducing energy consumption and associated costs, the availability of the electrical energy system, environmental concerns and the search for sustainability. The topic under discussion presents a series of concepts that deal with efficiency and the main factors that influence it, both positively and negatively. They are elucidated as the main causes that compromise the performance of the systems, be it lighting, refrigeration, among others, and immediately notes of improvement actions are made for them. They are also related to some programs and actions regulated with the objective of making society aware of the waste of energy, of establishing limits of energy efficiency and measuring the equipment is efficient, and allocating resources for this purpose.

Palavras-chaves: Energy Efficiency. Awareness. Government Programs.

¹Pós-Graduado em Engenharia Elétrica. Engenheiro Eletricista. Professor no Centro Universitário UNIFACVEST. E-mail: prof.leandro.macedo@unifacvest.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A energia elétrica apresenta-se contínua e exponencialmente na vida da sociedade moderna de diversas maneiras. Por exemplo, ao utilizar um aparelho eletrodoméstico, prover energia para o funcionamento de um equipamento hospitalar, executar um processo industrial, ou até mesmo conectar-se ao mundo virtual através de dispositivos tecnológicos são algumas atividades imprescindíveis no mundo contemporâneo e que estão diretamente ligadas à questão energética e a disponibilidade de energia.

Portanto, a crescente demanda por energia elétrica cria a necessidade de uma maior oferta desta no mercado. Com o intuito de manter o fornecimento de energia elétrica, investe-se em geração de energia elétrica, em transmissão e distribuição de energia. A solução do problema, no entanto, não se restringe ao aumento da geração de energia elétrica ou importação de gás natural e energia elétrica de outros países, visto que, essas soluções visam apenas a oferta. Observando a demanda, nota-se também que há muito desperdício e uso ineficiente da energia elétrica.

Assim, diversas nações no mundo começaram a desenvolver programas de eficiência energética, com o intuito de combater o desperdício. Nos Estados Unidos, por exemplo, os governos federal e estadual atuam no setor industrial, impondo limites mínimos de eficiência na produção e exigem que os equipamentos elétricos utilizados apresentem um rendimento mínimo obrigatório. No Brasil, em 1985, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) com o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica, reduzindo o consumo e a demanda de energia elétrica através do combate ao desperdício. No âmbito da construção civil é possível observar que a utilização de soluções estruturais em um edifício já na etapa construtiva pode auxiliar na redução do consumo de energia, consequentemente aumentando sua eficiência energética. Um edifício é mais eficiente energeticamente que outro quando proporciona as mesmas condições ambientais com menor consumo de energia.

A eficiência energética é um assunto que vem sendo debatido em todo o mundo. Sua importância vai muito além da busca por redução de custos ou aumento na produtividade. Hoje, sustentabilidade e preocupação ambiental são fatores determinantes que influenciam grandemente nas ações de indivíduos, empresas e nações em busca de seu desenvolvimento.

Logo, este artigo aborda assuntos relativos à eficiência energética, suas definições, fatores que influenciam a eficiência energética e também os principais programas e ações criados para conscientização e implementação deste objetivo, dos quais nortearão e darão percepção ao leitor do tema em estudo.

Baseado em uma revisão bibliográfica, o mesmo apresenta uma abordagem qualitativa, unindo os principais estudos da área, a fim de corroborar as elucidações apresentadas.

2 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia – ABESCO (2020), a eficiência energética é caracterizada como a utilização racional de energia e consiste em utilizá-la de modo eficiente para que se obtenha determinado resultado. Além disso, representa a relação entre a quantidade de energia empregada em uma atividade e aquela disponibilizada para sua realização.

A Equação 1, demonstra a fórmula empregada para a determinação da Eficiência Energética.

Equação 1 – Eficiência Energética.

$$\text{Eficiência energética} = \frac{\text{(Energia do produto)}}{\text{(Energia total consumida)}}$$

Conforme Póvoa (2014), a eficiência está relacionada à quantidade de energia utilizada e não à quantidade de energia mínima necessária para realizar determinada tarefa. Assim, quanto mais próximo do mínimo teórico for o consumo de energia, mais eficiente a tarefa é sob o ponto de vista da eficiência energética.

“De maneira geral a eficiência energética mede a qualidade no uso da energia para os fins a que ela serve à sociedade” (CREA, 2016). Qualquer atividade atualmente exercida pela sociedade moderna só é possível através do uso de uma ou mais formas de energia, provenientes das diversas fontes disponíveis, como a hidráulica, eólica, solar, os combustíveis fósseis, o carvão, a biomassa, entre outros. A energia é utilizada em aparelhos domésticos simples ou em sistemas maiores e mais complexos. Esses equipamentos e sistemas durante sua operação transformam a energia elétrica em outras formas, onde parte dela acaba sendo perdida devido às condições do ambiente e às características dos materiais utilizados durante todo o processo.

Logo, a eficiência energética pode ser alcançada ao reduzir o consumo de energia provendo o mesmo nível de serviço energético ou manter o consumo e aumentar o oferecimento do serviço energético, conforme Gimenes e Saidel (2020). O uso de equipamentos eficientes e o aprimoramento de processos produtivos, bem como a consciência no uso destes sistemas, surgem como foco da concepção sustentável do modelo de Eficiência Energética.

Para Póvoa (2014), algumas das áreas nas quais se podem promover a eficiência energética são: Iluminação, Refrigeração, Fator de Potência, Sistemas de ar com-

primido, Equipamentos elétricos, Motores elétricos e Conscientização do uso da energia.

2.1 Conservação de energia

A conservação de energia pode ser caracterizada como a quantidade de energia poupada ao se implementar um upgrade tecnológico ou alterar o padrão de consumo. Isto é, um equipamento ou processo produtivo irá entregar a mesma quantidade de produto ou serviço a partir de uma quantidade de energia menor. A título ilustrativo, ao comparar três tipos de lâmpadas com o fluxo luminoso de 1100 lúmens, a lâmpada incandescente necessitará de 75 watts de potência, a fluorescente de 20 watts e o diodo emissor de luz (LED) de 15 watts para oferecer a mesma radiação luminosa. A Figura 1 apresenta os tipos de lâmpadas mencionados anteriormente.

Figura 1 – Tipos de lâmpadas.



Fonte: Adaptado de Optmus Projetos Complementares (2020).

Essas diferenças ocorrem basicamente em razão dos materiais utilizados em sua composição. A lâmpada incandescente possui um filamento de tungstênio por onde a corrente elétrica flui e então é transformada em energia luminosa e energia térmica através do efeito Joule. Apenas a energia luminosa é aproveitada, enquanto o calor gerado é perdido, caracterizando uma baixa eficiência. A lâmpada fluorescente funciona através de descargas elétricas aplicadas ao vapor de mercúrio, onde a maior parte da energia aparece na forma de luz. De acordo com Lara (2012), as lâmpadas LED são componentes semicondutores que têm a pro-

priedade de emitir luz quando aquecidos pela passagem de uma pequena corrente elétrica e dessa forma apresentam melhor desempenho.

As lâmpadas incandescentes, fluorescentes e LED perdem em média 95%, 30% e 5% respectivamente de sua energia em forma de calor (OPTMUS PROJETOS COMPLEMENTARES, 2020). Isto posto, uma medida para melhorar a eficiência de uma iluminação é obtida melhorando a tecnologia dos materiais das lâmpadas, além da avaliação da possibilidade para maximização do aproveitamento da luz natural do ambiente.

Sabe-se que uma das questões mais destacadas na atualidade é a conscientização sobre a economia no consumo de energia elétrica e a preservação do meio ambiente, assim é importante saber o quanto de energia um equipamento solicita da rede para entrar em funcionamento e qual a eficiência que esse produto possui. A eficiência é importante, pois no mercado há equipamentos com classificações baixas que necessitam de muita energia, e outros equipamentos com classificações altas que requerem pouca energia para fazer o mesmo trabalho que um equipamento com baixa eficiência faz.

Para o consumidor, o uso eficiente de energia elétrica se traduz em redução de gastos, otimização dos sistemas presentes em sua instalação, e uma imagem associada à preservação da natureza (PÓVOA, 2014).

2.2 Fatores que influenciam na eficiência energética

Sistemas de Iluminação, Sistemas de Refrigeração, Fator de potência, Sistemas de ar comprimido e Eletrodomésticos estão entre os principais elementos que influenciam na eficiência energética, e serão tratados a seguir.

2.2.1 Iluminação

A iluminação é responsável por, aproximadamente, 23% do consumo de energia elétrica no setor residencial, 44% no setor comercial e serviços públicos e 1% no setor industrial (SANTOS et al., 2007). Segundo Krause e Maia (2002), grande parte dos projetos luminotécnicos está em desconformidade por uma série de motivos: mau hábito de uso, níveis de luminância em desconformidade da normalização, aplicação de equipamentos de baixa eficiência, dentre outros. Logo, o estudo da luminotécnica se faz importante como instrumento de aplicação da eficiência energética.

A eficiência energética na iluminação pode ser avaliada a partir da eficiência do tipo de lâmpada utilizada. Lâmpadas fluorescentes apresentam eficiência maiores que as lâmpadas incandescentes, mas menores que lâmpadas LED, por exemplo. Uma lâmpada tipo LED de 7W tem o mesmo nível de iluminamento que uma lâmpada incandescente de 60W. Ou seja, economia de 53 Watts por hora ou

quase 90% de economia. Além disto, a vida útil do LED é 50 vezes maior e o calor que é transferido para o ambiente é menor portanto locais climatizados gastarão menos energia para resfriar o ambiente.

Além disso, também é possível tornar o uso da iluminação mais eficiente através de outras técnicas, tais como: Aproveitar a iluminação natural, desligar lâmpadas de locais desocupados, utilizar tintas claras nas paredes e tetos de modo a evitar a absorção da radiação luminosa por cores escuras, e conservar limpas as janelas e luminárias, visto que a poeira que se acumula nelas pode reduzir a intensidade de fluxo luminoso.

No setor industrial, grande parte do consumo final de eletricidade é para o sistema de iluminação, onde os postos de trabalho devem ser iluminados o suficiente para garantir que se tenha o melhor rendimento possível na atividade executada. Logo, é conveniente investir em ações de eficiência energética nesse campo, no intuito de se reduzir a capacidade instalada de sistemas de iluminação utilizando-se outras tecnologias, tais como luminárias e lâmpadas eficientes e reatores com melhores rendimentos energéticos, conforme ACORONI J, et al., (2013).

Já os projetos de eficiência energética voltados ao poder público colaboram para manter as contas públicas estáveis, uma vez que o consumo de energia elétrica representa um dos grandes insumos e despesas do setor de serviços públicos (CAMPOS; LOPES JUNIOR, 2017). Realizando a modernização do sistema de iluminação pública através do retrofit de luminárias e/ou a substituição de lâmpadas antigas por lâmpadas mais eficientes nas edificações públicas, por exemplo, é possível obter expressivos ganhos energéticos e financeiros, além da melhora na iluminação de modo geral.

2.2.2 Sistemas de Refrigeração

Com o advento do aquecimento global a temperatura terrestre vem aumentando continuamente, proporcionando um grande desconforto na população de maneira geral que muitas vezes recorrem ao uso do ar-condicionado, tornando-se imprescindível sua utilização. Os sistemas de condicionamento de ar atuam na manutenção dos níveis de temperatura e umidade de um ambiente, gerando conforto para os ocupantes e, por vezes, atendendo a condições necessárias em processos produtivos.

A refrigeração industrial, a exemplo do condicionamento de ar, tem como objetivo o controle da temperatura de algum produto, substância, ambiente ou meio. Os componentes básicos de ambos os sistemas são compressores, trocadores de calor, ventiladores, bombas, tubos, dutos e equipamentos de proteção e controle. Sua aplicação abrange desde processos utilizados nas indústrias químicas, de alimentos e de processos, até aplicações relacionadas à indústria manufatureira e laboratórios.

Para avaliar o rendimento de um equipamento de refrigeração é utilizado o

Coeficiente de Performance (COP), o qual relaciona a capacidade de remoção de calor com a potência requerida pelo compressor.

Com o objetivo de conquistar a eficiência energética é possível melhorar a tecnologia das máquinas e equipamentos de forma a aperfeiçoar seu ciclo termodinâmico de refrigeração, utilizar equipamentos do tipo inverter que possuem um inversor de frequência que controla a velocidade do motor do compressor fazendo com que ele gire a velocidades baixas para manter a temperatura constante no ambiente, fazendo com que o pico de energia seja menor e a variação de temperatura no ambiente também é menor assim como o nível de ruído, proporcionando uma economia de energia pode variar de 40% a 60%, de acordo com a tecnologia de cada fabricante. A atualização de equipamentos antigos por equipamentos novos que apresentam alta eficiência energética também é importante para alcançar esse objetivo. Explorar os aspectos construtivos para obter uma melhor ventilação natural também é uma vantagem, tanto econômica, quanto visando minimizar a utilização dos condicionadores de ar. Além disso, de acordo com Póvoa (2014), ainda há outros fatores que contribuem para tal, como: regular o termostato para uma temperatura que proporcione conforto, limpar frequentemente os filtros, manter fechadas as portas e janelas dos ambientes refrigerados, utilizar iluminação eficiente de modo que esta contribua pouco como carga térmica no ambiente e desligar o sistema de refrigeração quando as pessoas se ausentarem por longo tempo.

De acordo com MARQUES et al. (2007), a refrigeração pode responder por até 60% do consumo de energia elétrica no setor comercial. Portanto, analisar o impacto do consumo em um projeto deste gênero é imprescindível para elevar a eficiência energética.

2.2.3 Fator de Potência

A maioria das cargas das unidades consumidoras consome energia reativa indutiva, tais como: motores, transformadores, reatores para lâmpadas de descarga, fornos de indução, entre outros. As cargas indutivas necessitam de campo eletromagnético para seu funcionamento, por isso sua operação requer dois tipos de potência: Potência ativa: potência que efetivamente realiza trabalho gerando calor, luz, movimento, etc. Potência Reativa: potência usada apenas para criar e manter os campos eletromagnéticos das cargas indutivas. Assim, enquanto a potência ativa é sempre consumida na execução de trabalho, a potência reativa, além de não produzir trabalho, circula entre a carga e a fonte de alimentação, ocupando um espaço no sistema elétrico que poderia ser utilizado para fornecer mais energia ativa (WEG, 2020).

O fator de potência é a razão entre a potência ativa e a potência aparente. Um alto fator de potência indica uma eficiência alta e inversamente, um fator de potência baixo indica baixa eficiência energética (WEG, 2020). Ele possibilita

quantificar quanto da potência elétrica consumida está de fato sendo convertido em trabalho útil e medir a eficiência energética de uma instalação.

Preocupando-se em otimizar o uso de energia elétrica no Brasil, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) estabeleceu que o limite mínimo para o fator de potência deveria ser de 0,92. Então, para se melhorar a eficiência energética através do fator de potência, deve-se fazer a sua correção, com a instalação de capacitores em pontos definidos no circuito, sem alterar a tensão ou corrente para a carga original (SADIKU; ALEXANDER, 2008).

A correção do fator de potência evita que o consumidor seja multado por estar com um fator de potência inferior a 0,92 e beneficia o sistema de distribuição de energia que tem sua capacidade elétrica liberada. Também reduz as perdas de energia relacionadas ao efeito Joule, que eleva a temperatura dos condutores elétricos (PÓVOA, 2014), melhora a tensão da rede, reduz perdas e custos com manutenção, e aumenta a vida útil dos equipamentos.

2.2.4 Sistemas de Ar Comprimido

Quase toda indústria utiliza ar comprimido como um insumo produtivo. Ele também encontra muitas aplicações no setor de serviços, representando uma parcela significativa na composição no consumo da energia elétrica (VIANA et al., 2012). Sendo assim, deve-se utilizar corretamente o ar comprimido, operando os compressores de maneira eficiente e econômica.

Os sistemas de ar comprimido são utilizados como uma forma de transportar energia. Em algumas situações, substitui a eletricidade quando esta não pode ser utilizada (MARQUES et al., 2007). Na indústria, utiliza-se o ar comprimido em máquinas operatrizes, motores pneumáticos, equipamentos de movimentação e transporte de materiais, ferramentas manuais, sistemas de comando, controle, regulação, instrumentação e na automação de processos. É utilizado também em aeroportos, portos, hospitais, obras civis, minerações, postos de combustível, equipamentos de climatização (PÓVOA, 2014).

Para Viana et al. (2012), a eficiência energética nas instalações que envolvem o ar comprimido pode ser alcançada adotando-se medidas que se iniciam no projeto da planta, com a especificação correta dos compressores e do seu sistema de controle, dos acessórios e periféricos, que devem ser adequados aos níveis de pressão e vazão e qualidade do ar comprimido que são requeridos pela unidade, além do seu comportamento em face das variações desses parâmetros.

Para minimizar a energia consumida pode-se ainda reduzir o valor do trabalho específico de compressão e da vazão mássica de ar comprimido. Tam-

bém deve-se atentar para os vazamentos que estão presentes em qualquer sistema de ar comprimido. Ao corrigi-los, a redução da vazão mássica em um sistema de ar comprimido implica diretamente em redução da potência consumida.

2.2.5 Eletrodomésticos

De acordo com o Anuário Estatístico de Energia Elétrica elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (2019), o consumo elétrico residencial urbano corresponde a 29% do consumo total de energia elétrica no país. Destes, grande parte se deve aos eletrodomésticos que tem a eficiência energética relacionada principalmente ao seu ano de fabricação, visto que equipamentos mais novos são mais eficientes.

A maneira de se melhorar o rendimento associado aos eletrodomésticos é a decisão de se comprar produtos mais eficientes, impulsionando a indústria a ofertar produtos com maior eficiência energética. Para fomentar o aumento da eficiência energética nesses tipos de equipamentos, alguns órgãos, como o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), a ANEEL e o próprio Governo Federal, criaram programas visando alavancar o upgrade tecnológico, conscientizar a população e também aumentar a eficiência energética associada aos equipamentos ofertados.

2.3 PROCEL

O PROCEL foi criado em 1985 por meio de ações coordenadas pelo MME (Ministério de Minas e Energia e da Indústria e Comércio) e implementadas pela Eletrobras, sendo convertido em 1991 em um programa do Governo Federal, instituindo-se então o maior e mais abrangente programa na área do uso eficiente de energia elétrica no país. Seu objetivo foi promover o uso eficiente da energia elétrica, reduzindo o consumo e consequentemente a demanda de energia elétrica através do combate ao desperdício. Assim, a expansão de usinas geradoras, sistemas de transmissão e distribuição puderam ser reduzidos, permitindo que esse capital fosse direcionado a outros setores, além de contribuir para a preservação da natureza.

Ao longo dos anos o programa sofreu oscilações significativas no que se refere à sua atuação, eficácia e investimento, mas ainda permanece como um forte apoio a outros programas como o PBE (Programa Brasileiro de Etiquetagem), e seus subprogramas: Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética – PROCEL Info, Eficiência Energética em Edificações – PROCEL Edifica, Eficiência Energética em Equipamentos – PROCEL Selo, Eficiência Energética Industrial – PROCEL Indústria, Eficiência Energética no Saneamento Ambiental – PROCEL Sanear, Eficiência Energética nos Prédios Públicos – PROCEL EPP, Eficiência Energética

Municipal – PROCEL GEM, Informação e Cidadania – PROCEL Educação, Eficiência Energética na Iluminação Pública e Sinalização Semafórica – PROCEL Reluz. De acordo com Viana et al. (2012), estima-se que no ano de 2011 foram economizados aproximadamente 6,696 bilhões de kWh decorrentes das ações implementadas pelo programa, equivalente a 1,56% do consumo total de energia elétrica no Brasil no período, evitando ainda que 196 mil toneladas de CO₂ fossem emitidos na atmosfera.

2.3.1 Selo PROCEL

O Selo PROCEL de economia de energia, apresentado na Figura 2, foi instituído em 1993 e anualmente é conferido aos equipamentos que possuem os melhores índices de eficiência energética de cada categoria de equipamento, de acordo com os resultados dos ensaios de avaliação da etiqueta do PBE. De acordo com o INMETRO (2020), o selo orienta o consumidor no ato da compra, de forma que o mesmo reconheça os equipamentos e eletrodomésticos mais eficientes e que consomem menos energia, resultando em economia na conta de energia elétrica. Além disso, estimula a fabricação e a comercialização de produtos mais eficientes, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e a redução de impactos ambientais. Os aparelhos que recebem o Selo PROCEL são divididos em categorias: eletrodomésticos, iluminação, solares, além de bombas e motores.

Figura 2 – Selo PROCEL.



Fonte: INMETRO (2020).

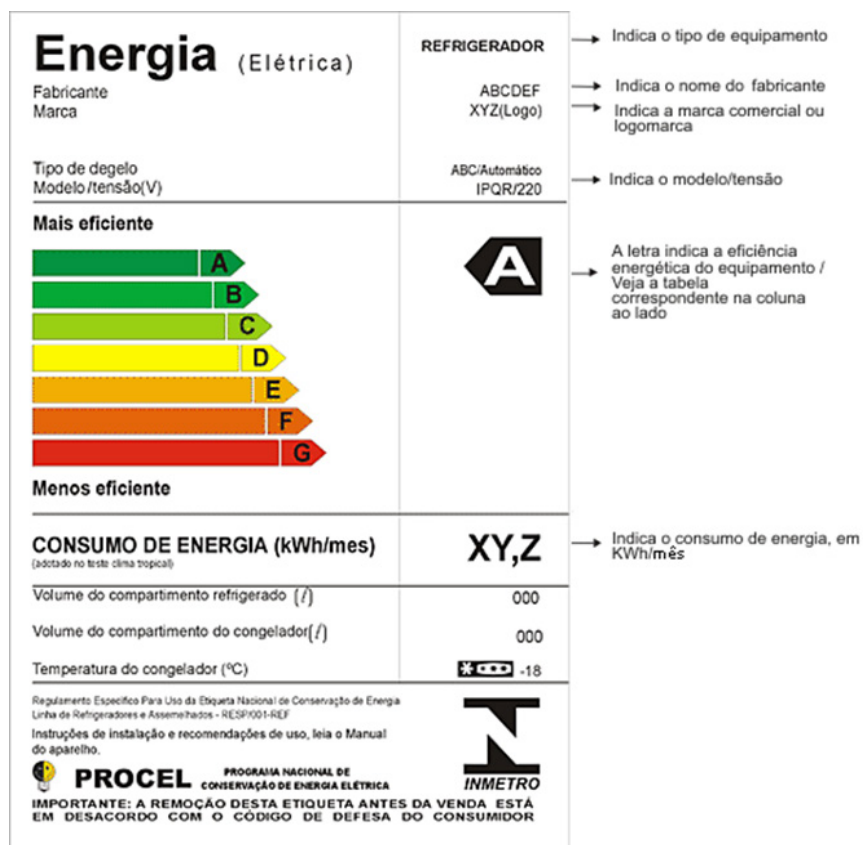
2.3.2 PBE

O Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) é coordenado e regulamentado pelo INMETRO, sendo essa coordenação feita em parceria com o CONPET (Programa Nacional da Racionalização do Uso de Derivados de Petróleo e do Gás

Natural) e o PROCEL. O PBE presta informações sobre o desempenho dos produtos no que diz respeito à sua eficiência energética, no sentido de promover a melhoria e eficiência no uso de energia, contribuindo para a comercialização e utilização de aparelhos com menor consumo de energia, proporcionando ao consumidor a opção de comparar os equipamentos em termos de sua eficiência, e desta forma poder decidir por aquele que for mais interessante aos seus interesses econômicos de curtos e longos prazos.

A eficiência energética do produto é classificada da mais eficiente (A) à menos eficiente (G), de modo que o consumidor possa entender facilmente que aquele produto com uma classificação mais próxima de A representará menor impacto ambiental e terá um menor custo de operação.

A Figura 3 ilustra um exemplo de etiquetagem:



Fonte: Casas Bahia (2020).

Equipamentos com o selo PROCEL de eficiência carregam uma etiqueta, concedida pelo INMETRO, que denota a eficiência do produto. A etiqueta começa pelo tipo de equipamento, com a marca do fabricante, modelo e tensão. Em seguida, apresenta-se o campo mais importante que informa a eficiência energética do produto. Das informações que seguem, é importante ressaltar, também, o item Consumo de energia (kWh/mês), que mostra quanto o aparelho consumirá, em uso médio, durante o mês.

Além da etiquetagem para equipamentos com o selo PROCEL, também existe para aparelhos a gás (CONPET) e para aparelhos veiculares (PBEV – Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular), que não serão abordadas neste artigo.

2.3.3 Programa de Eficiência Energética

A ANEEL, estabeleceu uma legislação específica pela qual as empresas distribuidoras de energia elétrica devem se submeter a algumas obrigações. Dentre elas, as distribuidoras tem a obrigação de aplicar anualmente o percentual equivalente a 0,5% de sua receita operacional líquida em ações que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia elétrica por meio do PEE. O objetivo do PEE é promover o uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada, promovendo a transformação do mercado de eficiência energética, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos e práticas racionais de uso da energia elétrica. (ANEEL, 2015).

3 CONCLUSÃO

Em muitos países do mundo têm-se buscado políticas mais agressivas para estabelecer níveis mínimos de eficiência para os equipamentos através de leis, programas e ações que incentivam consumidores e indústrias a buscar este propósito. Nesses países, os índices de eficiência energética são utilizados como mecanismos que visam minimizar a quantidade de dispositivos ineficientes ofertados e em funcionamento. Com isso, é possível obter resultados satisfatórios em relação aos ganhos de economia de energia e à transformação dos mercados de eficiência energética.

Percebe-se que a solução para melhorar a eficiência energética normalmente se dá pela troca de equipamentos antigos por equipamentos mais novos que embarcam tecnologias mais avançadas que permitem melhorar o rendimento. Todavia, a disputa entre os fabricantes para ofertar produtos com maior eficiência energética, a conscientização do mercado consumidor para o uso consciente

de recursos e a mudança de hábitos da sociedade, são fatores fundamentais para redução do desperdício. O uso correto da energia e a disseminação do conhecimento de práticas que possibilitam a redução do consumo de energia, contribuem para a construção de um futuro sustentável.

REFERÊNCIAS

ACORONI, J. C. P et al. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: **Melhores Práticas em economia de energia em um setor industrial**. Semanaacademica, [S. l.], p. 1-30, 2013.

ANEEL. **Programa de Eficiência Energética**. 2015. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/programa-eficiencia-energetica>. Acesso em: 08 dez. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA – ABESCO. **O que é Eficiência Energética?** Disponível em: <http://www.abesco.com.br/pt/o-que-e-eficiencia-energetica-ee/#:~:text=Efici%C3%Aancia%20energ%C3%A9tica%20%C3%A9%20uma%20atividade,se%20obter%20um%20determinado%20resultado.>>. Acesso em: 14 out. 2020.

CAMPOS, Juliano Garcia; LOPES JUNIOR, Luiz Carlos. **Eficiência energética em sistema de iluminação pública utilizando luminárias LED**. Brasília: ANEEL, n. 3, jun. 2017.

CASAS BAHIA. **Conheça o Selo Procel de Economia de Energia**. Disponível em: <http://guiadecompras.casasbahia.com.br/eletrodomesticos/conheca-o-selo-procel-de-economia-de-energia/>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

CREA. **Eficiência Energética**. Paraná: CREA-PR, 2016. 64 p. (Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar).

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2019**: Ano base 2018. Brasília: Editora, 2019. 254 p. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio_2019_WEB_alterado.pdf. Acesso em: 09 dez. 2020.

GIMENES, André; SAIDEL, Marco. **Conceitos em Eficiência Energética**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4008334/mod_resource/content/1/Conceitos%20em%20Efici%C3%Aancia%20Energ%C3%A9tica%20-%20partes%201%20e%202.pdf. Acesso em: 14 out. 2020.

INMETRO. **Selos de Eficiência Energética**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/consumidor/pbeselo.asp>. Acesso em: 08 dez. 2020.

KRAUSE, Cláudia. Barroso et al. e MAIA, José Luís Pitanga (coordenador). **Manual de prédios eficientes em energia elétrica**. Editora: IBAM/ELETROBRÁS/PROCEL. Rio de Janeiro. 230p. 2002.

LARA, Luiz Alcides Mesquita. **Instalações Elétricas**. Ouro Preto: E-Tec Brasil, 2012. 130 p.

OPTIMUS PROJETOS COMPLEMENTARES. LED x **Incandescente x Fluorescente**. Disponível em: <http://optimusprojetos.com.br/?p=674>. Acesso em: 15 out. 2020.

PÓVOA, Marcos Cortez Brito Leite. **Fatores de influência energética**. 2014. 73 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Elétrica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARQUES, M. C. S., HADDAD, J., GUARDIA, E. C., et al. **Eficiência energética: teoria e prática**. Itajubá: FUPAI, 2007.

SADIKU, M. N. O.; ALEXANDER, C. K. **Fundamentos de Circuitos Elétricos**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

SANTOS, A. H. M et al. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: **Teoria & Prática**. 1.ed. Itajubá, FUPAI, 2007. 2-3p e 55p.

WEG. **Manual para Correção do Fator de Potência**. Jaraguá do Sul: Weg. 40 p. Disponível em: <https://static.weg.net/medias/downloadcenter/hea/h8b/WEG-correcao-do-fator-de-potencia-958-manual-portugues-br.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

VIANA, Augusto Nelson Carvalho et al. **Eficiência Energética**: fundamentos e aplicações. Campinas: Elektro – Eletricidade e Serviços S.A, 2012. 314 p.

O PRINCÍPIO DA BOCA E O GOSTO DO DESEJO

Maiara de Fátima Gonçalves¹
Gustavo Capobianco Volaco²
Anna Cristiane Duarte Silva³

RESUMO

O desejo é sem sombra de dúvidas um movimento que assola a humanidade, em contrapartida, aviva e move aquilo que se é mais latebroso no íntimo de cada ser. Sendo que, a particularidade do desejo ocasiona não só no desejo de satisfazer, mas sim também, o de saciar o desejante, considerando o termo de saciedade, adentrasse em um âmbito sociocultural e da mesma forma uma necessidade vital, abarcando no que conhece-se por alimentação. A alimentação que irá deglutir, mastigar, sugar, abocanhar, lamber, saborear, degustar, devorar, e por fim, engolir e digerir. Partindo desse princípio, o desejo leva ao engolimento da fome do desejo, este, o que a fala corriqueira “matar a fome”, simbolicamente, matasse o desejo. Destarte, o desejo é aquele que nos move a devorar os quereres, não obstante também o outro? O que se mata do outro e se nutre na boca daquele que engole?

Palavras-chave: Desejo; Alimentação; Oralidade; Devoramento do outro; Psicanálise; Cultura.

THE MOUTH PRINCIPLE AND THE TASTE OF DESIRE

ABSTRACT

Desire is undoubtedly a movement that plagues mankind, in contrast, enlivens and moves what is most stubborn in the ambience of each being. Since, the particularity of the desire causes not only the desire to satisfy, but also the desire

¹Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário UNIFACVEST

²Psicólogo – professor coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIFACVEST, Graduado em Psicologia pela PUC-PR; Pós-Graduado em Licenciatura Brasileira e História Nacional UTFPR; Mestre em Letras pela UFPR; Doutor em Literatura pela UFSC; Pós-Doutor em Psicologia Clínica pela USP.

³ Graduada em Direito pelo Centro Universitário Unifacvest, pós-graduada em Direito de Família e Sucessão pelo Faculdade Damásio e pós-graduada em Direito e Processo Civil pela Faculdade Legale, Mestranda em Práticas Transculturais pelo Centro Universitário Unifacvest.

to satisfy the desirer, considering the term of satiety, entering into a socio-cultural scope and likewise a vital need, encompassing what is known per feed. The food that you will swallow, chew, suck, snap, lick, taste, taste, devour, and finally, swallow and digest. Starting from this principle, the desire leads to the swallowing of the hunger of the desire, this, what the common speech "kill the hunger", symbolically, killed the desire. So, desire is the one that moves us to devour the wants, despite the other also? What is killed by the other and nourished in the mouth of the one who swallows?

Keywords: Desire; Feed; Orality; Devouring the other; Psychoanalysis; Culture.

INTRODUÇÃO

O retrato do movimento humano habitualmente reflete no desejo que cada sujeito vem a ambicionar, horas sendo categoricamente voltado a desejos num lugar que é chamado de eu, e horas ordinariamente transferido para a existência do outro, a forma de alcance de cada uma dessas facetas desejantes é o que implica na maneira que o sujeito passa a abocanhá-las ou alcançá-las.

Culturalmente, e também, mitologicamente, conhecemos figuras que nos mostram a necessidade de busca daquilo que é desejado e também das diversificadas maneiras de serem obtidas, estas maneiras, sendo comuns ou de um ato de crueldade, e até mesmo, morte. O desejo e a morte caminham de mãos dadas em forma de ciranda, a ciranda que acompanha o ser desde a infância, do qual, o desejo de destruição surge desde o desenvolver da infância, acompanhando até a fase adulta.

A cultura do alimento se dá de forma contínua durante a vivência humana, esse alimento sendo um reforço nutritivo ou simbólico. Passasse ouvir durante a maturação vital que devesse alimentar aquilo que é desejado, com frases da seguinte forma, alimente o seu desejo, digerir aquilo que te faz bem, digerir momentos, viver romances picantes, desfrutar de boas companhias, engolir verdades amargas, se atentar a realidades ácidas e dentre outras metáforas da imaginação gastronômica. Mediante a tal, comer é um ato fisiológico ou simbólico emocional? A sutileza da qual se é utilizada da linguagem para expressar o desejo de devorar aquilo que se almeja encontrasse no princípio o qual o título evoca, a boca, o princípio do desejo dito e mastigado acontece a partir do orifício que mais traz sensações desde o primeiro instante de vida de um indivíduo. Assim como a linguagem propriamente dita, que se utiliza não apenas da boca mas também, da língua, essa que, sente, move, e manda as sensações para o prazer daquele que degusta o que está sendo abocanhado. As palavras passam pela língua e são degustadas por aquele que as fala, degustadas e similarmente regurgitadas.

A POÉTICA DO BANQUETE DO DESEJO

A apropriação da linguagem simbólica para os atos do indivíduo é o berço daquilo que movimenta a saciedade, a apetência de realizar e de destroçar o desejo. Pensando em um contexto histórico, são perceptíveis as ações da fantasiosa individualidade humana, em agarrar o que é mais desejado no íntimo de cada sujeito. O desejo aparece como um movimento natural daquilo que aciona o ser em sua vida mundana, sendo o prato de entrada que realiza a abertura para os demais que estão por vir, assim, sendo engolidos goela a baixo com uma dose generosa do vinho egóico, que embriaga e traz a tona as mais diversas reações desejantes possíveis.

O desejo se faz presente desde a infância, quando ao nascer, o bebê sabe que para saciar a fome, necessita sugar o leite. Quando aprende que para ser alimentado o choro é necessário enquanto suas palavras estão ausentes, quando aponta para a boca e no mesmo instante sabe-se que têm fome, ao decorrer do crescimento então a agressividade vem a luz da fome desejante.

Segundo Winnicott (1982), a partir do instante em que o bebê lactante encontra-se em um domínio do impulsos ocasionados pelos instintos, ou seja, quando vem a buscar o objeto de satisfação que é dado no impulso amoroso primitivo, ele vivencia a experiência da devoração, essa devoração que propende a satisfação do impulso, sendo assim, não de fato a destruição do objeto, esse impulso amoroso primário sendo um, estimulador voraz que procura por um relacionamento, e então, a agressividade que compõe o fato, visa a ser, por acaso. Já em (2000), Winnicott determina que antes da personalidade ser integrada, é possível observar agressividade no bebê, com a mastigação dos mamilos com as gengivas, o desejo de destruir aquilo que mais é almejado, essas funções de integração de personalidade sendo transformadas em agressividade.

O chuchar, que já aparece no lactente e pode continuar até a maturidade ou persistir por toda vida, consiste na repetição rítmica de um contato de sucção com a boca (os lábios), do qual está excluído qualquer propósito de nutrição. Uma parte dos próprios lábios, a língua ou qualquer outro ponto da pele que esteja ao alcance – até mesmo o dedão do pé – são tomados como objeto sobre o qual exerce a sucção. (FREUD, 1996, p. 169)

O clamor de afeto que resulta em uma agressividade involuntária e que não se é premeditada, entretanto, nasce com a ideia de que a agressividade irá decorrer de uma satisfação própria imediata, ou seja, o desejo torna-se um meio da e para a agressividade constitutiva.

O fato de ser constitutiva não significa, porém, a validade ou legitimidade de

todos os seus movimentos. Este é um dos pontos essenciais em uma diferenciação nem sempre evidente. Enquanto a agressividade institui o outro em um lugar de autoridade e investido de certo valor, a violência promove a desqualificação deste valor, anulando este outro. Os vários textos de Freud sobre o narcisismo e os processos de identificação corroboraram este pensamento. No eixo da relação entre o sujeito e o outro, ao aumento do narcisismo parece corresponder à exacerbação da violência. (VILHENA, 2002, p. 18)

Freud propõe que quando sujeito nasce, não existe uma definição de eu, dispomos de esquemas corporais e uma determinada consciência de si, entretanto, não há propriamente o eu, ele surge de um novo ato, sendo a experiência que forma o eu, essa sendo então, o narcisismo, que permeia o autoerotismo, entre um momento de amor de objeto, onde se pode amar e escolher o outro como uma totalidade. O narcisismo pode ser entendido como uma nova identificação que irá decorrer da mudança com relação a imagem.

O termo narcisismo primário, pelo qual a doutrina designa o investimento libidinal próprio desse momento, revela em seus inventores, à luz de nossa concepção, o mais profundo sentimento das latências da semântica. Mas a doutrina esclarece também a oposição dinâmica que eles procuraram definir entre essa libido e libido sexual, quando invocaram instintos de destruição, ou até mesmo de morte, para explicar a evidente relação da libido narcísica com a função alienante do [eu], com a agressividade que dela se destaca em qualquer relação com o outro, nem que seja da mais samaritana ajuda. (LACAN, 1998, p. 102)

O narcisismo torna-se um dos pratos principais para o banquete que é retratado, a partir do momento em que se instala o narcisismo como um carrinho esqueleto¹, servindo como base dos desejos. Junto a esse carrinho mais duas bandejas são apresentadas, a a libido do objeto e a libido narcísica, sendo essas as categorizações de objetificação do desejo, assim como em um Self Service, essas duas estruturas irão realizar a escolha do objeto desejado, podendo mantê-lo ou abandoná-lo. A libido por si só é a energia que move os processos e as transformações, o desejo que movimenta a excitação sexual.

Segundo Freud (1996), a libido de ego é empregada para investir os objetos sexuais, ou seja, se converte para a libido de objeto, essa, concentrando-se em objetos, norteando o indivíduo a atividade sexual que leva à satisfação, à extinção parcial e temporária da libido.

Sabe-se que a libido está também presente no período de lactante, a libido traz consigo o desejo que deveras ocasiona em agressividade, sendo essa agressividade sexual ou não. A agressividade se faz presente em todo o campo que

¹Carrinho utilizado para encaixar as bandejas plásticas usadas em restaurantes Self Service.

constitui o ser e seus meios de alcance.

Agora caro (a) leitor (a), pensemos para além do desejo de devoramento que aparece nos primeiros instantes da vida, indo para o que o mito de Cronos retrata, um lado inverso da história, o pai que devora os filhos, respingado pelo medo de perder seu trono para um herdeiro, devora compulsivamente seus primogênitos, dilacerando-os assim como pedaços de carne servidas neste banquete, degustando o sabor da extraordinária singularidade, que mesmo sendo talvez concretizada, mostra que contia falhas, já que mesmo devorando seus filhos, os mesmos continuavam dentro do seu eu, Cronos devora o desejo, devora o medo, no entanto, eles se mantêm dentro dele.

Cronos tentava evitar a profecia da mãe Gaia, que predizia que um de seus filhos lhe usurparia o trono. Cronos, em silêncio, agarrou seu primogênito assim que o mesmo nascera e devorou-o, iniciando assim uma sangrenta rotina. Outros filhos nasceram sem que Rhea pudesse defendê-los da voracidade paterna. Ajudada por Gaia, sua mãe, traçou um plano para salvar o 6º filho, que estava em seu ventre. Ocultou-se numa das cavernas de Creta, e ali pariu Zeus. Rhea apanhou uma pedra e envolveu-a com panos como se fosse uma criança e entregou-a a Cronos. Este imediatamente a ingeriu. Rhea manteve a criança à salvo, sendo alimentada com o leite da cabra Amaltheia. Salvou o filho, mas selou a profecia de que um filho de Cronos tomaria o poder do pai. Zeus foi criado e educado em Creta aos cuidados das ninfas e dos curetes (sacerdotes de Rhea). Ao crescer, Zeus aliado aos seus irmãos e aos monstros, destronou seu pai. Para enfrentá-lo, disfarçou-se de viajante e ofereceu a ele uma misteriosa bebida que o fez vomitar os filhos ingeridos. (NÓLIBOS, 2016, p. 10)

Usando a metáfora de Cronos, há uma visão passível do que o desejo devorador acarreta, mesmo de forma tão agressiva e devorativa, mesmo assim, o outro se mantém vivo, não há uma separação daquilo que se digere, consequentemente, os nutrientes que são retirados a partir do engolimento, saciam por pouco tempo o que é chamado de desejo, já que, o que é do outro se mantém, remexendo os quatro cantos do estômago do desejante.

A ocupação do desejo ocasiona na sensualidade que é degustada e saboreada por aquele que procura, o desejo de sentir o almejado dentro de si, fazendo parte do eu e tornando então um só. Um aroma semelhante a uma mesa decorada com maçãs em uma manhã de outono. Esse gosto que convida para uma cozinha repleta de sensações, fritas, assadas e que devoram a alma.

Como tudo isso seria paradoxal, se não se tratasse simplesmente de uma noção que se apresenta apenas para nos permitir encarnar a ligação de um tipo particular que se produz num certo nível, que é, propriamente falando, o nível imaginário, aquele onde o comportamento de um ser vivo na presença de um outro ser vivo a ele está ligado pelos laços do desejo, da vontade, que é, com

feito, uma das molas essenciais do pensamento freudiano para organizar o que está em jogo em todos os comportamentos da sexualidade. (LACAN, 1998, p. 45)

O desejo pelo outro satisfaz a falta que aparece rasgando as verdades preparadas de um eu que se rompe ao perceber suas escassezes, assim, surtindo o efeito de comer aquilo que lhe falta, as verdades amargas de uma ilusão que são engolidas, entretanto, grita por uma poética de sabor adocicado.

Assim vem à mesa a dialética que corresponde ao engolidor e engolido, assim como se presencia em Cronos, o que come e que é comido. Percorrendo um caminho estreito entre a boca e o estômago, onde se contrai e se esmaga o que é engolido, onde os sulcos são digeridos e a massa se faz presente, a massa que por tanto tempo foi desejada e que agora será mantida.

Em meio dessa tentativa de alcançar o tão desejado banquete, a disputa pelo desejo aparece de forma sutil, é fatídico que durante a infância, aquilo que a criança deseja é o que o outro possui, o brinquedo, o chocolate, a roupa, ou, o material. O gosto torna-se mais intenso a partir do momento em que o objeto pertence ao outro, ocasionando então na agressividade para conquistar o tão almejado sabor do declínio que pode ser oferecido por aquele objeto.

O paradoxo do princípio do prazer é este. O que se passa no seu nível se apresenta, sem dúvida, tal como lhes é indicado, como ligado à lei do retorno ao repouso, à tendência ao retorno ao repouso. Todavia, se Freud introduziu a noção de libido, e ele o diz formalmente, é de fato porque o prazer n o sentido concreto, o Lust, tem um sentido ambíguo em alemão, que ele acentua: é a o mesmo tempo o prazer e a vontade, isto é, o estado de repouso mas também a ereção do desejo. Esses dois termos, aparentemente contraditórios, nem por isso estão menos ligados eficazmente na experiência. Um não menor paradoxo se encontra no nível da realidade. Assim como existe, no nível do princípio do prazer, de um lado o retorno ao repouso, mas do outro lado a vontade, assim também não existe apenas a realidade contra a qual nos batemos, mas também o contorno, o desvio da realidade. Já situei, numa espécie de superposição paralela, o curso do significante, ou do discurso concreto, por exemplo, e o curso do significado, o que e com o que se apresenta a continuidade d o vivido, o fluxo das tendências num sujeito, e entre os sujeitos. (LACAN, 1998, p. 46)

Caro (a) leitor (a), convido-lhe para adentrar essa metáfora do banquete, sente-se, acomode-se, e então, vise a mesa que lhe encara, o desejo que habita dentro de cada ser escapa para o outro, engasga, mastiga, entala, assimila, processa e evacua aquilo que foi alcançado, entretanto, se evacua, o objeto já não está mais dentro de si, tornando-se novamente uma sede.

O a, objeto do desejo, no ponto de partida em que o situa nosso modelo, é, tão logo funciona nele..., o objeto do desejo. Isso quer dizer que, como objeto parcial, ele não é apenas parte ou peça desvinculada do dispositivo que aqui imagina o corpo, mas elemento da estrutura desde a origem e, por assim dizer, da distribuição das cartas da partida que se joga. Na medida em que é selecionada nos apêndices do corpo como indício do desejo, ele já é o expoente de uma função que sublima antes mesmo que ele exerça – a do indicador erguido para uma ausência da qual o será? Nada tem a dizer, a não ser que ela é de onde isso fala. É por isso mesmo que, refletindo no espelho, ele não fornece apenas a', o padrão da troca, a moeda pela qual o desejo do outro entra no circuito dos transitivismos do Eu Ideal. Ele é restituído ao campo do Outro na função de expositor do desejo no Outro. (LACAN, 1998, p. 689)

Há a rivalidade entre os desejos, onde a ação primitiva se dá a partir da anulação da existência do outro, sendo o final do banquete, o desejo é alcançado quando o outro e o objeto são servidos como a sobremesa tão esperada ao final do jantar, o momento de expectativa luxuriante, causando a satisfação dos humores mais exigentes e voláteis que atingem o desejante, o momento em que a garganta refresca com o açúcar da saciedade, e então, prepara-se para o próximo banquete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O final de um banquete se dá com a saciedade daqueles que o degustaram, assim sendo, em meio ao texto, o desejo aparece incansáveis vezes, não como um vício literário, mas sim, uma forma ilustrativa de como é o desejo em seu mais intrínseco aparecimento humano, inúmeras vezes, surge como uma poética que busca alcançar o inimaginável e em contrapartida o que é sonhado.

Esse, move o ser, o fazer continuar, procurar, desgrenhar e engolir, para que assim, o desejo seja alcançado e abraçado. A insistência de vez em outra observar o desejo no outro e buscá-lo como uma verdade única, mas corriqueiramente, percebendo que a busca não era por um desejo e sim por um eu, que de-veras, o outro não possuía. O sujeito em seu íntimo, acarreta uma vida de buscas, buscas pelo que preencha o vazio que o estômago oferece, refletindo na angústia do não encontrado.

Sendo assim, compreende-se que o desejo é um movimento constante, que infindas vezes não é saciável, entretanto, mesmo não o sendo, de uma forma sensual, prende aquele que o carrega e, muitas vezes, carrega aquele que o prende.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago, 1925-1926. 177 p. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2019/04/FREUD-Sigmund.-Obras-Completas-Imago-Vol.-18-1920-1922.pdf>. Acesso em: 04 maio 2021.

FREUD, Sigmund. **Sobre o narcisismo**: uma introdução. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. 14, p. 83-119, 1914.

FREUD, Sigmund; CORRÊA, Paulo Dias. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Edição 'Livros do Brasil', 1997. Koogan, 1982.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 937 p. Tradução Jorge Zahar.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Tradução Jorge Zahar.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 4**: a relação de objeto. Rio de Janeiro: Zahar, 1995. 456 p. Tradução Jorge Zahar.

NÓBILOS, T. Paulina. **Pequeno livro dos deuses Olímpicos**. Porto Alegre: Bestiário, 2016.

VILHENA, J. A **Arquitetura da violência**: reflexões acerca da violência e do poder na cultura. Cadernos de Psicanálise, 2002.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

WINNICOTT, D. W. Da **Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas**. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

NECESSIDADE DE GESTÃO DE RELACIONAMENTO: IMPLANTAÇÃO DO CRM – CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT – EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL

¹Diana Leticia de Oliveira

²José Correia Gonçalves

RESUMO

A cada dia a exigência no que se refere ao atendimento prestado em empresas de produtos e serviços aumenta e, com ela, a necessidade de uma gestão de relacionamento adequada com o cliente. Com esse propósito, é importante que as organizações estejam atualizadas quanto ao uso de sistemas informatizados que ofereçam os subsídios necessários a esta gestão. O presente estudo tem como objetivo apresentar as vantagens do uso de um software de Customer Relationship Management (CRM), apresentando-o como um diferencial estratégico em uma cooperativa de crédito. Os principais resultados foram em relação a abordagem direta aos sócios e não sócios, havendo transtornos quanto ao oferecimento de serviços, refletido por não haver um armazenamento de dados e interações entre cooperativa e cooperado/não cooperado. As metodologias utilizadas para a realização desse estudo foram pesquisas bibliográficas, observação in loco e entrevistas informais.

Palavras-chave: Cooperado. Relacionamento. Atendimento.

NEED FOR RELATIONSHIP MANAGEMENT: CRM - CUSTOMER RELATIONSHIP MANAGEMENT - IMPLEMENTATION IN A RURAL CREDIT COOPERATIVE

ABSTRACT

Every day the demand for the attendance in product and services companies raise and, with it, the need of the a management relationship appropriate with the costumer. With this purpose, it is importante that the companies are updated on

¹ Acadêmica do Curso de Administração, 8ª fase, do Centro Universitário UNIFACVEST.

²Graduado em Administração, Especialização em Economia de Empresas, Mestre em Economia área de concentração Economia Industrial, Doutor em Ciências Sociais área de concentração Relações Internacionais. Coordenador do Curso de Administração, Prof. das disciplinas de Administração de Projetos, Instrumento de Análise Administrativa, Empreendedorismo e Orientador do Trabalho de Conclusão do Curso de Administração do Centro Universitário UNIFACVEST.

the use of computerizes systems that give the necessary subsidies for the management. This study has the objective of showing benefits of Customer Relationship Management (CRM) use software, showing it with a strategic differential in a credit cooperative. The main results were in relation to the direct approach to members and non-members, with problems regarding the provision of services, reflected by the problem of not having a data storage and interactions between cooperative and cooperative / uncooperative. The methodologies used to carry out this study were bibliographic research, on-site observation and informal interviews.

Key words: Cooperative. Relationship. Attendance.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o Customer Relationship Management (CRM), sistema que possibilita a estratégia organizacional de relacionamento voltada para o consumidor, tendo em vista o armazenamento de dados, que proporciona uma melhor análise resultando em um atendimento singular e particular para cada tipo de cliente.

Sua relevância está no fato de que, antigamente, não haviam tantas preocupações quanto ao entender e atender as necessidades dos clientes, devido à baixa concorrência empresarial. Entretanto, este cenário mudou.

O aumento da competitividade do mercado de crédito cooperativo é crescente e tende a crescer cada vez mais, considerando que o conhecimento e exigência dos clientes quanto a serviços e produtos também é cada vez maior.

A cooperativa de crédito em questão não tem uma área específica que atue com gestão de relacionamento com o cliente, resultando falhas no atendimento no que diz respeito ao oferecimento de produtos e abordagem de sócios.

Sendo assim, este estudo tem como objetivo geral o desenvolvimento da organização por meio da implantação do CRM, colocando em pauta a necessidade de que a organização tenha o comprometimento com seu cooperado como propósito. Já os objetivos específicos, são identificar os pontos críticos do atendimento e analisar as possibilidades para superar estes problemas, aumentando a escala de vendas, satisfação, fidelização e conquista de novos sócios com um atendimento estratégico.

As metodologias usadas no estudo foram pesquisas bibliográficas em livros de autores que tratam do assunto, entrevistas informais com colaboradores e observação in loco.

O CRM traz vantagens para maximização do aproveitamento de cada carteira e cada sócio, maior eficácia em vendas e, conseqüentemente, o aumento de receitas. O software fomenta o conhecimento acerca dos sócios, garantindo um atendimento individualizado, deixando-os mais satisfeitos e, assim, promovendo a fidelidade.

O artigo foi desenvolvido abordando no referencial teórico, as referências bibliográficas de autores correlatos ao assunto. No capítulo referente ao tema foi apresentado um breve histórico acerca da instituição em análise e, por fim, na análise teórica e comparativa, foram destacados os problemas observados e as possíveis sugestões de melhorias para a organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Atualmente, os mercados empresariais vivem em constante evolução, afetando diretamente o comportamento dos consumidores. A acirrada competição do mercado culminou na necessidade de as organizações buscarem formas de se destacarem perante aos clientes, cada vez mais exigentes. Para tanto, a área do Marketing de Relacionamento, se torna essencial e, para Dias (2003, p. 301) esta área é:

[...] uma estratégia de marketing que visa construir uma relação duradoura entre cliente e fornecedor, baseada em confiança, colaboração, compromisso, parceria, investimentos e benefícios mútuos, resultando na otimização do retorno para a empresa e seus clientes.

De acordo com o que apresentado por Dias, o Marketing de Relacionamento pode atuar como um grande diferenciador competitivo, como apontam Alves; Barboza; Rolon (2014, p. 28):

[...] o marketing de relacionamento pode ser considerado um dos mais importantes temas da atualidade, em especial quando se pensa em estratégias competitivas. Afinal, seu objetivo é aproximar as empresas de seus clientes de tal forma que ela seja capaz de suprir suas necessidades por meio de produtos com valor agregado. Somente assim essas empresas tornam-se diferenciadas – quando são capazes de ofertar produtos personalizados e até customizados (ou seja, feito especialmente para um segmento específico).

Diante disso, este setor torna-se cada vez mais importante dentro de uma organização, uma vez que, de acordo a Kotler; Keller (2012, p. 130):

Com a ascensão das tecnologias digitais como a Internet, os consumidores de hoje em dia, cada vez mais informados, esperam que as empresas façam mais do que se conectar com eles, mais do que satisfazê-los e até mais do que encantá-los. Eles esperam que as empresas os ouçam e os atendam.

A fim de evitar a obsolescência e passar a entender e atender cada vez

mais e melhor, as empresas podem criar canais e formas de relacionamento que as aproximem cada vez mais de seus clientes, leads, suspects e prospects. Como coloca Bogmann (2000, p. 23): “[...] em um mundo no qual o cliente tem tantas opções, mesmo em segmentos limitados, uma relação pessoal é a única forma de manter a fidelidade do cliente. Em setores de rápida transformação, essas relações tornam-se cada vez mais importantes.”

A empresa, tendo a relação pessoal como um ponto chave, poderá garantir uma maior satisfação e fidelização dos seus consumidores, pois, como explicam Barreto; Crescitelli (2013, p. 91): “[...] o relacionamento é o único ativo que realmente importa para a empresa, que é capaz de gerar resultados no longo prazo. Por meio dele, a empresa pode desenvolver competências e vínculos com o cliente dificilmente copiáveis.”

Visando centralizar este relacionamento com um método mais assertivo em atendimentos e aproximações o uso do CRM torna-se um diferencial competitivo e, no que se refere a esta ferramenta, expõe Marangoni (2015, p. 110):

O Customer Relationship Management (CRM) pode ser traduzido do inglês como sendo o “Gerenciamento do Relacionamento com o Cliente” por meio da utilização de sistemas informatizados para captar informações sobre os clientes, objetivando auxiliar as empresas a criar e manter um relacionamento melhor com seus clientes.

Esta ferramenta auxilia a organização ao mesmo momento em que elucida o fato da necessidade de um relacionamento pessoal com o consumidor e como explicam Peppers; Rogers (2004, p. 98), ela visa:

[...] estabelecer relacionamento com os clientes de forma individual e depois usar as informações coletadas para tratar clientes diferentes de maneira diferente. O intercâmbio entre um cliente e a empresa torna-se mutuamente benéfico, uma vez que os clientes oferecem informações em retribuição aos serviços personalizados que atendem às suas necessidades individuais.

Com isso, pode-se entender que ele parte da premissa de que cada cliente é um ser individual e particular, portanto, pode ser abordado como tal, como colocam Avanzi; Almeida (2012, p. 37), o CRM:

[...] quando bem estruturado [...] proporciona um alinhamento de todas as áreas e atividades do marketing, permitindo uma base estratégica como diretrizes da estrutura gerencial para ganhar, reter e desenvolver clientes internos e externos. Dado o primeiro passo, é a disciplina que administra a relação de longo prazo entre empresas e clientes e entre empresa e seus funcionários.

Com a retenção de clientes e a disciplina para gerir relações, as informações se cruzam para serem duradouras, como explica Brown (2001, p. 27): “O processo de reunir informações durante cada transação – na verdade, durante cada contato com e sobre cada cliente – e o uso dessas informações é crucial para obter sucesso.”

A reunião de informações é essencial ao entendimento sobre clientes e prospects e para Swift (2001, p. 25): “A gerência bem-sucedida de relacionamento com os clientes significa aprender os hábitos e as necessidades deles, antecipando futuros padrões de compra e descobrindo novas oportunidades para fazer negócios.”

Desta forma, conclui-se que o CRM como estratégia para o Marketing de Relacionamento está vinculado ao compartilhamento e reaproveitamento de dados que são transformados em informação e auxiliam o gerenciamento da comunicação e do relacionamento com o cliente. Com essa ferramenta será possível aumentar a produtividade dos colaboradores e, conseqüentemente, da instituição.

3 CAPÍTULO REFERENTE AO TEMA OU PROBLEMA

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária de São Joaquim foi fundada no município de São Joaquim no dia 22 de agosto de 1998, com 22 sócios-fundadores, abrindo suas portas no dia 11 de Janeiro de 1999, com três colaboradores e o total de 136 sócios.

Conhecida por seu nome fantasia, a Cresol São Joaquim surgiu a partir da necessidade de continuidade nas atividades rurais de pequenos agricultores do interior do município, através de interações cooperativas, tendo em vista que os mesmos não dispunham de capital próprio e também buscavam instituições mais acessíveis para tal objetivo.

Na atualidade, a Cresol São Joaquim é uma cooperativa singular filiada à Central Cresol Sicoper, localizada na cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Possui sede administrativa própria, situada em São Joaquim e conta com cinco postos de atendimento, sendo duas unidades em Lages (bairros Santa Helena e Bairro Guarujá), uma em Otacílio Costa, Ponte Alta e Correia Pinto que, juntas, totalizam mais de 5 mil associados.

A instituição hoje, além do seu nicho inicial e predominante, atende pessoas físicas, jurídicas e aposentados, oferecendo-lhes, além de conta corrente e poupança, diversos serviços e linhas de crédito, sendo os principais: investimentos e custeios disponibilizados através de recursos próprios e repasses financeiros via Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), financiamentos veiculares e de reformas, empréstimos, cartões, seguros em geral, consórcios e Internet Banking. Em um contexto geral, todas as instituições financeiras fazem parte da concorrên-

cia no município de desenvolvimento do estudo, desde os grandes bancos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) até os outros tipos de instituições de micro-finanças (Banco da Família) e as demais cooperativas de crédito, onde estão os maiores concorrentes, como o Sicoob.

Dentre as estratégias para superar as demais organizações, no tocante às outras cooperativas estão o atendimento diferenciado, com transparência e maior acessibilidade a coordenação e diretoria, contando com o diferencial de que a Cresol São Joaquim é a sede, onde encontram-se os diretores e coordenação. Entre cooperativa e demais instituições pode-se citar o fato de que a cooperativa foca em pessoas e as demais no capital, há distribuição de sobras entre todos os cooperados, de acordo as operações realizadas no período, enquanto bancos fazem a distribuição somente aos acionistas, proporcionalmente ao capital investido. Ou seja, em uma cooperativa o associado é também “dono”, pertencendo e fazendo parte da manutenção de toda instituição.

Durante as observações in loco observaram-se as seguintes disfunções:

- Inexistência da área de gestão de relacionamento com o cliente: não há uma gestão efetiva da área, vinculada ao marketing de relacionamento;
- Ausência de um banco prático e funcional de dados: não possibilita uma pesquisa rápida e pontual de interações dos cooperados com a cooperativa, impossibilitando uma melhor segmentação e estratégia no atendimento;
- Abordagem incômoda ao sócio: oferecimento do mesmo serviço múltiplas vezes ao mesmo cooperado.
- Não abordagem de suspects: não proposição de serviços a cooperados ou não cooperados que já demonstraram interesse nos mesmos.

4 CAPÍTULO DA ANÁLISE TEÓRICA E COMPARATIVA DO TEMA OU PROBLEMA

Na instituição em análise observaram-se falhas quanto a oferta de serviços, destacando-se o fato de serem oferecidos os mesmos serviços mais de uma vez aos mesmos sócios e, em contrapartida, o não oferecimento aos que teriam interesse, gerando uma inconveniência ao cooperado.

De acordo a Kotler; Keller (2006, p. 153): “Os clientes de hoje são mais difíceis de agradar. Mais inteligentes, conscientes em relação aos preços e exigentes, eles perdoam menos e são abordados por mais concorrentes com ofertas iguais ou superiores.”

Diante disso, o armazenamento de dados que juntos se transformam em informação acerca dos sócios, possibilitaria aos colaboradores da cooperativa um panorama do que já foi proposto, agregado aos interesses e preferências dos mesmos. No tocante ao armazenamento de dados aliado ao marketing de relacionamento, Roca; Szabo (2015, p. 14) apontam:

[...] com o marketing de relacionamentos, a linha de frente é capaz de decidir ou oferecer uma resposta. As informações devem ser acessíveis e distribuídas a todos. O mesmo funciona para o conhecimento do cliente. Cada um deve saber quem consome o produto que é fabricado. Essa linha de frente tem de estar equipada para operar em diferentes interfaces com o cliente. É preciso trabalhar formalmente em equipe, com os funcionários e com os clientes. Nesse processo de interação, valoriza-se quem sabe se comunicar efetivamente sem demonstrar estresse. Seja com o cliente ou com integrantes da empresa, a solução deve ser pensada em conjunto.

A segunda questão levantada na organização em estudo é também refletido pelo problema da inexistência de um banco funcional de dados: não saber exata e pontualmente quando determinado cooperado tem ou não um produto. Segundo Swift (2001, p. 69):

Você tem boas e más emoções, boas e más lembranças e bons e maus conhecimentos relacionados com a experiência. Possuir esse conhecimento e ser capaz de agir de maneira oportuna é o que faz as empresas atuais serem bem-sucedidas. É muito importante conhecer os clientes para conseguir crescimento e força a longo prazo. Não possuir conhecimento completo dos múltiplos pontos de contato oblitera toda a visão em relação ao cliente.

Conhecimento sobre o cooperado é um potencial fator estratégico e por este motivo deve ser tido como objetivo dentro da instituição e o armazenamento de preferências e histórico de interações do sócio com a cooperativa promoveriam um atendimento mais estratégico, individual e particular.

Segundo Bogmann (2000, p. 84): “Para conseguir a fidelidade dos clientes a empresa pode trabalhar basicamente em dois sentidos: ter uma marca forte que crie lealdade dos consumidores e envolver os clientes pelos serviços que oferece.” A instituição financeira em questão já tem histórico de um atendimento pessoal e familiarizado com seus cooperados, de acordo a Magri; Pommerening (2018, p. 18):

Outra grande oportunidade que identificamos no cooperativismo de crédito é o tema do relacionamento existente entre a cooperativa e o seu quadro social. Trata-se de uma relação de proximidade, o que resulta em firmar laços de confiança e conseqüentemente, em fidelização do quadro social, permitindo, com isso, ampliar o volume de negócios.

O atendimento prestado na cooperativa é um importante diferenciador, porém, levando em consideração o cenário atual, esse elemento é básico e, praticamente, obrigatório. Da forma como expõe Ribeiro (2015, p. 14): “Para ser competitiva e ainda proporcionar índices financeiros e econômicos satisfatórios, uma

empresa deve adquirir novos atributos e competências, não bastando apenas oferecer produtos e serviços de qualidade.”

Para que o aspecto “atendimento” seja realmente um diferenciador competitivo é preciso ir além e o CRM atende a necessidade de maior proximidade, visto que ele oferece todos os subsídios necessários a gestão de relacionamento. Expõe Brown (2001, p. 55):

Como ponto de partida, uma organização deve perceber que o seu relacionamento com seus clientes deve evoluir assim como um namoro. A fidelidade mútua e a confiança devem ser conquistadas gradual e seletivamente. A empresa que constrói um relacionamento duradouro, ou noivado, vence a batalha por clientes.

A ferramenta CRM possibilita a utilização das informações em diferentes finalidades, como a percepção da margem de contribuição (rentabilidade) gerada por associado, a gestão de carteiras de pessoa jurídica, pessoa física, agricultores e aposentados, a oferta de serviços e até mesmo a definição do público-alvo em ações específicas.

Sugere-se a implantação de um software de CRM adaptado a cultura e realidade da cooperativa em questão, que atenda às suas necessidades, levando em consideração a demanda dos colaboradores quanto ao relacionamento, os objetivos da instituição e a satisfação do cooperado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como tema a avaliação das necessidades da gestão de relacionamento, apresentando as vantagens da implantação de um CRM em uma cooperativa de crédito, visando a melhoria do atendimento prestado pela instituição, a fim de serem superados os obstáculos existentes nesse aspecto tão importante à gestão.

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou a análise das falhas de gerenciamento no tocante ao relacionamento com o cliente. Essas falhas culminam em entraves nas vendas e são todas refletidas pelo mesmo problema: a não existência de um banco prático de dados de cada sócio.

Diante disso, levantou-se a perspectiva de melhoria com a implantação de um software de CRM, que armazena dados, transformando-os em informação sobre os sócios, informação essa que é essencial ao mercado altamente competitivo dos dias atuais.

Sugere-se que a instituição em estudo faça uso de um sistema de CRM que propicie maior entendimento sobre seus cooperados. Sua implantação deve ser feita de forma correta, com conhecimento da sua área de atuação, adequada as suas demandas e objetivos, visando sempre elevar o nível de satisfação pelo

atendimento oferecido. Dessa forma, o sistema será usado de forma eficiente e eficaz.

A elaboração do presente trabalho possibilitou o parecer e definição de falhas no atendimento prestado, resultando na sugestão de que a melhor forma de administração da gestão de relacionamento seria com a implantação de um sistema de CRM, que garantirá a elevação da satisfação do cooperado, conquistando, deste modo, sua fidelidade.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Elizeu Barroso; BARBOZA, Mariana Monfort; ROLON, Vanessa Estela Kotovicz. **Marketing de relacionamento:** como construir e manter relacionamentos lucrativos? Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14845/pdf/0>>. Acesso em: 27 de set. de 2020.

AVANZI, Renato; ALMEIDA, **Edmundo Monteiro S. Marketing motivacional.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. Disponível em: <<https://app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:600040>>. Acesso em: 15 set. 2020.

BARRETO, Iná Futino; CRESCITELLI, Edson. **Marketing de relacionamento:** como implantar e avaliar resultados. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/14845/pdf/0>>. Acesso em: 27 set. 2020.

BOGMANN, Itzhak Meir. **Marketing de relacionamento:** estratégias de fidelização e suas implicações financeiras. São Paulo: Nobel, 2000. Disponível em: <<http://gen.lib.rus.ec/book/index.php?md5=3C1C9A1BD52B5C41041E26FECC45CE55>>. Acesso em: 5 set. 2020.

BROWN, Stanley A. **CRM- Customer Relationship Management:** uma ferramenta estratégica para o mundo e-Business. São Paulo: Makron Books, 2001.

DIAS, Sérgio Roberto (Coord.). **Gestão de marketing.** São Paulo: Saraiva, 2003.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lener. **Administração de marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2006. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/309/pdf/0>>. Acesso em: 18 out. 2020.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lener. **Administração de marketing.** 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/x51081>>. Acesso em: 10 set. 2020.

MAGRI, Cledir Assisio; POMMERENING, Edivan Junior (Org.). **O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar:** gerando desenvolvimento sustentável. Joaçaba: Unoesc, 2018.

MARANGONI, Suzana. **Marketing de serviços.** Rio de Janeiro: SESES, 2015. Disponível em: <<https://tigubarcelos.files.wordpress.com/2019/03/marketing-de-servicos-ld356-1.pdf>>. Acesso em: 10 de set. 2020

PEPPERS, Don; ROGERS, Martha. **CRM Series: marketing 1 to 1.** 3. ed. São Paulo: Carlson Marketing Group, 2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/431753-Crm-series-marketing-1-to-o-1-3-a-edicao-revista-e-ampliada-r-ferreira-de-araujo-202-10o-andar-05428-000-sao-paulo-sp-tel-55-11-3097-7610.html>>. Acesso em: 05 de set. 2020.

RIBEIRO, Lucyara (Org.). **Marketing Social e comportamento do consumidor.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26520/pdf/0>>. Acesso em: 15 set. 2020.

ROCA, Ricardo; SZABO, Viviane. **Gestão de relacionamento com o cliente.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35520/pdf/0>>. Acesso em: 15 set. 2020.

SWIFT, Ronald. **CRM- Customer relationship management:** o revolucionário marketing de relacionamento com o cliente. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

ASPECTO RADIOGRÁFICO DE LESÕES ODONTOGÊNICAS, UMA REVISÃO DE LITERATURA

João Vitor De Matia Liposki

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Francisco e Analice (in memoriam), que junto de minha irmã Diana, nunca desistiram de acreditar em mim e me dar forças para sempre continuar, independente dos desafios. Realizo esta etapa com e por vocês.

Agradeço a professora Carla Piardi por todos os ensinamentos, pelo amparo e acima de tudo pela compreensão, para que pudesse desenvolver da melhor forma este trabalho. Tê-la como orientadora não só é uma enorme gratificação, como um exemplo de dedicação e compromisso com a profissão e docência.

A todos os demais professores que contribuíram para minha formação, transmitindo experiência, conhecimento e companheirismo fazendo-me cada vez mais buscar melhorar, são os verdadeiros responsáveis por formar profissionais da saúde, guardo com respeito e carinho a lembrança de cada um.

A todos meus colegas de faculdade "s", duplas na clínica odontológica, pela amizade e por dividir comigo um tempo precioso na graduação.

A todos os demais colegas e funcionários do Centro Universitário Unifacvest, Centro Universitário Avantis e Universidade do Planalto Catarinense, que ao longo destes 7 anos colaboraram para que hoje possa estar finalizando esta etapa na minha vida.

Agradeço em especial minha namorada Brenda, pela paciência, compreensão e ajuda com a execução desta pesquisa. Minha sorte em ter me escolhido nesta caminhada.

Ao meus primos e amigos Ricardo Cabral, Daiany e família, por abrirem as portas de sua casa e me possibilitar uma experiência ímpar de exemplo para a profissão e aprendizagem.

Aos demais familiares, amigos e pacientes que me acompanharam neste ciclo.

Muito Obrigado!

PREVALÊNCIA DE IMAGENS RADIOGRÁFICAS SUGESTIVAS DE LESÕES ODONTOGÊNICAS EM RADIOGRAFIAS PANORÂMICAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AM – Ameloblastoma.
- CD – Cisto Dentígero.
- CEB – Cementoblastoma.
- CG – Cisto Gengival.
- COB – Cisto Odontogênico Botriíode.
- COG – Cisto Odontogênico Glandular.
- COO – Cisto Odontogênico Ortoqueratinizado.
- CPL – Cisto Periodontal Lateral.
- CR – Cisto Radicular.
- CRL – Cisto Radicular Lateral.
- FA – Fibroma Ameloblástico.
- FCO – Fibroma Cimento-ossificante.
- FO – Fibroma Odontogênico.
- MO – Mixoma/Mixofibroma odontogênico.
- ODCO – Odontoma Composto.
- ODCL – Odontoma Complexo.
- OMS – Organização Mundial da Saúde.
- QO – Queratocisto Odontogênico.
- RP – Radiografia Panorâmica.
- TDCF – Tumor Dentinogênico de Células Fantasmas.
- TOA – Tumor Odontogênico Adenomatóide.
- TOE – Tumor Odontogênico Escamoso.
- TOEC – Tumor Odontogênico Epitelial Calcificante.
- TOP – Tumor Odontogênico Primordial.

INTRODUÇÃO

Nos laboratórios de patologia oral e maxilofacial especializados, menos de 1% de todas as amostras recebidas é composto por tumores odontogênicos (NEVILLE et al., 2016).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde OMS (2017), os cistos odontogênicos de desenvolvimento são classificados em: Cisto dentígero; Queratocisto odontogênico; Cisto periodontal lateral; Cisto odontogênico botriíode; Cisto gengival; Cisto odontogênico glandular e Cisto odontogênico ortoqueratinizado (TOLENTINO, 2018).

Dentre os cistos odontogênicos, o cisto dentígero destaca-se como um dos

mais estudados devido às suas características clínicas e radiográficas específicas. É considerado o cisto mais comum entre os cistos odontogênicos de desenvolvimento e o segundo cisto mais prevalente, respondendo por 25,3% de todos os cistos maxilares da população brasileira (TRENTO et al., 2015).

Os cistos ocorrem mais frequentemente nos maxilares do que em qualquer outro osso porque a maioria dos cistos se origina de numerosos restos do epitélio odontogênico, que permanecem após a formação do dente. Os cistos são lesões radiolúcidas e o seu aspecto clínico prevalente é a tumefação, ausência de dor (exceto em cistos infectados secundariamente ou associados a um dente não-vital) e dente ausente, especialmente terceiros molares (WHITE & PHAROAH, 2007).

Em um estudo realizado com 1.963 espécimes de lesões bucais diagnosticadas e arquivadas pelo Laboratório de Histopatologia da Universidade Positivo, entre fevereiro de 2002 a agosto de 2006, formou-se uma amostra com 242 cistos, dos quais 102 eram radiculares, correspondendo a 42,15% do total de lesões císticas (NANAMI et al., 2008).

O cisto radicular tem etiologia na necrose pulpar, por causa da ação de toxinas que acometem o ápice do dente e promovem uma inflamação na região periapical. Essa inflamação estimula os restos epiteliais de Malassez, encontrados no ligamento periodontal, resultando na formação de um granuloma periapical que pode se apresentar infectado ou estéril. Eventualmente o epitélio localizado abaixo da área de necrose, causada pela falta de suplemento sanguíneo, e o granuloma podem evoluir para um cisto (NANAMI et al., 2008).

Um trabalho apresentado por Pereira et al., (2010) visou identificar a prevalência de lesões odontogênicas, obtendo como resultados o cisto radicular apical (51%) o mais frequente, seguido pelo cisto dentígero (20,7%). Esses dados estão em concordância com os reportados na literatura que identifica o cisto radicular apical como o mais frequente. Com relação aos tumores odontogênicos, os tipos histológicos mais frequentes foram o ameloblastoma (35,8%) e o odontoma (35,8%), estando em acordo com os achados descritos na literatura como tumores mais prevalentes.

Em um estudo realizado por Vieira (2019), o tipo de lesão mais frequente foi o cisto paradentário, presente em 40,0% dos casos. Sendo 20% em homens e 20% em mulheres, igualando também entre as faixas etárias de 23 a 29 anos e de 30 a 37 anos, aparecendo em sua maioria em dentes semi irrompidos, em pacientes leucodermas. O cisto dentígero representou 36% das lesões encontradas, atingindo em sua maioria o sexo feminino, leucodermas, com idade até 22 anos, o dente mais atingido foi o dente 48 e em sua maioria em dentes inclusos.

Neto et al. (2019) relata que os tumores odontogênicos benignos são classificados com base na resolução da OMS (2017) de acordo com o tipo de célula de origem, sendo elas epiteliais, mesenquimais ou mistos. Os tumores epiteliais são

divididos em: Ameloblastoma (multicístico, unicístico, periférico e metastático); Tumor odontogênico escamoso; Tumor odontogênico epitelial calcificante; Tumor odontogênico adenomatóide. Os tumores mesenquimais dividem-se em: Fibroma odontogênico; Mixoma/Fibroma odontogênico; Cementoblastoma; Fibroma cemento-ossificante. Já os tumores odontogênicos mistos são: Fibroma ameloblástico; Tumor odontogênico primordial; Odontoma (composto e complexo); Tumor dentinogênico de células fantasmas.

Os tumores benignos na maioria das vezes têm um início subclínico e cresce lentamente. Estes tumores normalmente são indolores, não ocorrem metástases e não causam risco de vida a não ser que eles interfiram em um órgão vital por extensão direta (WHITE & PHAROAH, 2007).

Como auxiliar no diagnóstico de lesões odontogênicas, é possível lançar mão de uma variedade de exames complementares, com o os exames de imagem, destacando a radiografia panorâmica entre os mais populares. Ramalli (2012), destaca a radiografia panorâmica uma técnica muito popular na prática odontológica, sendo de fácil realização, permite ampla visão da condição oral geral do paciente num único filme, possuindo uma dose de radiação pequena, principalmente se aparelhos digitais forem usados.

Trevisan et al., (2015) identificou o odontoma como um tumor odontogênico de evolução lenta, que em sua maioria, são descobertos casualmente através de radiografia panorâmica solicitada para outros fins. Dessa maneira ressalta a importância da solicitação de exame radiográfico panorâmico por parte dos profissionais de odontologia para todos os tipos de procedimentos, principalmente, na fase inicial do tratamento.

A radiografia panorâmica permite ao clínico uma ampla visão de todo o complexo maxilomandibular. Esse tipo de exame permite a localização de vários achados radiográficos anatômicos e patológicos importantes, tais como germes ectópicos, reabsorção radicular externa e/ou interna, dentes retidos ou impactados, supranumerários, odontomas, cistos e tumores, lesões periapicais, entre outros (SOUZA et al., 2015).

Os achados radiográficos de lesões císticas que possam acometer os maxilares apresentam informações importantes para auxiliar o clínico no correto diagnóstico, colaborando assim para uma construção de um plano de tratamento adequado (NETO et al., 2019).

Desse modo, será possível desenvolver o uso da radiografia panorâmica como importante meio de diagnóstico e descoberta precoce de diversas anomalias e lesões orais e da face, em especial os cistos e tumores odontogênicos que se apresentam lesões assintomáticas e de crescimento lento e contínuo, mas que necessitam de intervenção. Assim, poderá contribuir para a implementação do exame em escolas de educação e instituições de ensino de odontologia no país, bem como a solicitação diária como protocolo de rotina nos atendimentos dos

profissionais da odontologia nos seguimentos públicos e privados, uma vez que o quanto antes forem descobertos, maiores as chances de um tratamento eficaz.

DESENVOLVIMENTO

METODOLOGIA

Foram utilizados artigos selecionados das bases de dados SCIELO, PUB-MED e Google Acadêmico que abordaram o tema prevalência de lesões odontogênicas. Os idiomas de artigos incluídos são: português (Brasil), inglês e espanhol.

Os critérios de inclusão foram: estudos de 2010 a 2020 que abordaram o tema prevalência de lesões odontogênicas, nas bases da SCIELO. Na base PUB-MED, foram selecionados estudos de 2010 a 2020 que fossem revisões sistemáticas e/ou meta-análises. Para o Google Acadêmico, a pesquisa foi realizada na forma de busca exploratória.

As palavras-chave utilizadas na busca foram “prevalence of odontogenic lesions”, lesões odontogênicas”. Foi criada uma estratégia de busca com marcadores booleanos “AND”, para uso dos seguintes termos de busca: “diagnosis AND panoramic radiograph”; “odontogenic cyst AND odontogenic tumors”.

REVISÃO DE LITERATURA

Definição e epidemiologia de cistos e tumores odontogênicos

O cisto é definido como uma cavidade patológica revestida por epitélio, contendo, usualmente, material líquido ou semissólido no seu interior. Quando são derivados do epitélio, associado ao desenvolvimento do órgão dentário recebem a denominação de cistos odontogênicos (PEREIRA et al., 2010). Os cistos de natureza odontogênica e os de natureza inflamatória corresponderam juntos a cerca de 36% do total de cistos diagnosticados no estudo de Nanami et al., (2009). Embora tradicionalmente ambos não sejam encontrados pela classificação da OMS.

Os tumores benignos são normalmente detectados clinicamente pelo aumento dos maxilares ou são achados durante o exame radiográfico (WHITE & PHAROAH, 2007). A prevalência dos tumores odontogênicos varia de acordo com a região anatômica, faixa etária, sexo, raça e localização geográfica. No Brasil, estudos relatam que a prevalência destas lesões varia entre 1,3% e 4,8% de todas as lesões orais diagnosticadas (LOUREDO et al., 2017).

A mais recente classificação da OMS para tumores de cabeça e pescoço, atualizada em 2017, buscou simplificar a versão anterior, “enxugando” subtipos histopatológicos e tornando as nomenclaturas menos complexas (TOLENTINO, 2018). Cistos odontogênicos de desenvolvimento

Císto dentígero

O cisto dentígero (CD) define-se como um cisto que se origina pela separação do folículo ao redor da coroa de um dente incluso, sendo considerado o tipo mais comum de cisto odontogênico de desenvolvimento, em torno de 20% dessas lesões. Acomete mais frequentemente os terceiros molares inferiores (NEVILLE et al., 2009).

Possui como características radiográficas: lesão radiolúcida, unilocular, bem definida. Pode apresentar borda esclerótica. Existem 3 variações: central, lateral, circunferencial (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019). Para ser considerada lesão, alguns autores consideram um espaço radiolúcido aproximado de 3 a 4mm de diâmetro nos achados radiográficos, podendo estes deslocar o dente envolvido, alcançar distâncias consideráveis podendo até ocorrer reabsorção radicular de um dente adjacente erupcionado (NEVILLE et al., 2009).

Dentre os tratamentos possíveis estão a marsupialização e a enucleação da lesão junto do elemento dental envolvido, na maioria das vezes terceiros molares, podendo estas técnicas serem associadas. A manobra de descompressão, apresenta-se como opção quando seguida de enucleação, para o tratamento de CD de grandes dimensões, reduzindo previamente assim o tamanho da lesão (CALIENTO; MANNARINO; HOCHULI-OLIVEIRA, 2013).

A aspiração da lesão deve ser feita em todos os casos, pois lesões como o queratocisto odontogênico (QO) e o ameloblastoma (AM) unicístico, podem apresentar características clínico-radiográficas semelhantes, devendo ser realizada biópsia incisiva antes do tratamento definitivo (VAZ; RODRIGUES; JÚNIOR, 2010). Queratocisto odontogênico

Caracteriza-se por uma área radiolúcida, geralmente com margens escleróticas definidas. Lesões pequenas apresentam imagem redonda ou ovoide. Lesões grandes, região posterior e ramo ascendente da mandíbula, podem apresentar-se multiloculares. Podem estar associadas a coroa de 3º molar irrompido, imagens idênticas ao cisto dentígero (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

Em sua fase inicial, o QO geralmente não possui sintomatologia, sendo assim detectado por meio de exames de imagem, tanto as radiografias quanto os exames tomográficos. Em fases mais avançadas, costumam apresentar determinados sintomas, como tumefação, alterações no posicionamento dental, dor, trismo e parestesia (PEREIRA et al., 2012).

O diagnóstico diferencial de QO baseia-se nas características histopatológicas. Os achados radiográficos podem ser similares ao cisto dentígero, cisto radicular, cisto residual ou cisto periodontal lateral (NEVILLE et al., 2009).

O tratamento de eleição é a enucleação completa da lesão, com minuciosa curetagem óssea, podendo ser utilizadas outras técnicas cirúrgicas tais como a descompressão e a marsupialização. Procedimentos como crioterapia, aplicação

da solução de Carnoy e escarificação podem ser empregados como adjuvantes a fim de minimizar potencial elevado de recorrência (PEREIRA et al., 2012) da lesão, podendo chegar a 30% ou mais (NASCIMENTO et al., 2012).

Cisto periodontal lateral

O cisto periodontal lateral (CPL) é um tipo raro de cisto odontogênico de desenvolvimento, não ceratinizado, que ocorre adjacente ou lateral a uma raiz dentária de dente vital. Sem sinais dolorosos ou sintomas clínicos, são normalmente diagnosticados durante exames radiográficos de rotina (MARTINS et al., 2008). Aproximadamente 80% são detectados na mandíbula, com um maior acometimento da região de incisivo lateral, canino e pré-molar (MOEHLECKE et al., 2011).

Caracteriza-se por uma área radiolúcida interradicular entre o ápice da crista alveolar e a raiz, bem circunscrita e, geralmente, com margens escleróticas. Possui formato arredondado, oval ou em formato de “gota” ou de “pera invertida” (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O tratamento mais indicado é a enucleação conservadora do cisto, que geralmente pode ser feita sem danos aos dentes adjacentes. A recidiva não é comum (NEVILLE et al., 2009).

Cisto odontogênico botríóide

Lesão assintomática rara caracterizada por seu aspecto multilocular típico semelhante a um cacho de uva, afetando comumente os pré-molares da mandíbula e a região dos caninos. Pode ser considerado uma variante clínica do cisto periodontal lateral (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O tratamento do cisto odontogênico botríóide (COB) consiste na enucleação e remoção cirúrgica da lesão. Como alternativas, a ostectomia periférica ou a aplicação da solução de Carnoy são indicadas para eliminar possíveis remanescentes da lesão, pois acredita-se que as recidivas estejam relacionadas à dificuldade de remoção completa da lesão devido ao seu aspecto multilocular e sua cápsula delgada (GONÇALVES et al., 2015).

Cisto gengival

Os cistos gengivais (CG) são encontrados na mucosa alveolar e podem ocorrer em recém-nascidos e adultos. Também são conhecidos como cistos alveolares e nódulos de Bohn quando diagnosticados em recém-nascidos. Devido as manifestações de pequena extensão em mucosa, não são observadas características radiográficas relevantes (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

Clinicamente aparecem como um nódulo indolor, em forma de cúpula, em geral com menos de 0,5cm de diâmetro, de cor azulada ou cinza-azulada. O tratamento consiste na excisão cirúrgica, sendo o seu prognóstico excelente (NEVILLE et al., 2009).

Cisto odontogênico glandular

O cisto odontogênico glandular (COG) é um cisto de desenvolvimento incomum que apresenta diferenciação glandular e tem potencial de recidiva (FRANÇA et al., 2019).

O COG caracteriza-se por uma lesão arredondada ou oval, unilocular ou multilocular, com margens bem definidas. Pode ser observada reabsorção radicular e deslocamento de dentes adjacentes (22% e 24,4% dos casos). Possui expansão da cortical alveolar comum em 87% dos casos (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019). O tratamento é variado e consiste geralmente na enucleação e curetagem da lesão. Podem ser usadas a marsupialização, ressecção marginal ou parcial da mandíbula e terapias adjuvantes como aplicação de solução de Carnoy, preenchimento da cavidade com enxerto ósseo autógeno ou alógeno e criocirurgia (FRANÇA et al., 2019). Pela sua natureza agressiva e tendência a recidivas, alguns autores sugerem ressecção em bloco, principalmente em lesões multiloculares (NEVILLE et al., 2009).

Cisto odontogênico ortoqueratinizado

O cisto odontogênico ortoqueratinizado (COO) tem etiologia desconhecida, ocorre predominantemente em adultos jovens, com uma relação homem-mulher de 2:1. Localizam-se principalmente no segmento posterior da mandíbula (NASCIMENTO et al., 2012).

São caracterizados por imagens radiolúcidas bem definidas uni ou multiloculares, maior prevalência para lesões uniloculares. Comumente associados a deslocamento dentário e dentes não erupcionados. Diâmetro máximo das lesões varia entre 2 e 7cm (4,8cm em média) (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019). O COO é um cisto intraósseo que por muito tempo foi visto como uma variante do queratocisto odontogênico. Como diagnóstico diferencial podem ser considerados ainda o cisto dentígero, queratocisto odontogênico, ameloblastoma, mixoma odontogênico e fibroma ameloblástico (BINAS et al., 2018).

O tratamento normalmente é feito através de remoção cirúrgica por enucleação com curetagem, sendo rara a recorrência (2%) da lesão (NASCIMENTO et al., 2012).

Cistos odontogênicos de origem inflamatória

Cisto radicular

Os cistos periapicais ou radiculares (CR) são lesões descritas por uma cápsula de tecido conjuntivo fibroso revestida por epitélio com um lúmen contendo líquido e restos celulares (NEVILLE et al., 2009). Representa a lesão de natureza inflamatória mais comum entre os cistos odontogênicos, correspondendo uma frequência de 7 a 54% das radiotransparências periapicais. Consiste em uma lesão assintomática, geralmente localizada na porção anterior de maxila e variando na

maioria das vezes de 5mm a 1,5cm. Nas lesões extensas, quando ocorrem, podem ser observadas tumefação, mobilidade e deslocamento dentário (VASCONCELOS et al., 2012).

Caracteriza-se por imagem radiolúcida bem definida, unilocular, circunscrita, arredondada ou ovalada, associada a um ápice radicular de um dente desvitalizado, o qual demonstra descontinuidade da lâmina dura ao nível apical (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

São diversas as formas de tratamento, que geralmente ocorrem da forma conservadora, pelo tratamento endodôntico de dente desvitalizado com ou sem apicectomia. Tratamentos cirúrgicos podem ser empregados, como a extração dentária seguida de curetagem óssea periapical, marsupialização, descompressão ou ainda a enucleação cística (MENDONÇA et al., 2017).

Pode mostrar-se como um cisto residual, resultado de um CR que permanece no interior do osso logo após a exodontia de um dente, observado como sendo uma área radiolúcida oval ou arredondada, tamanho variado, circunscrita por uma linha radiopaca (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

Cisto radicular lateral (paradentário/colateral inflamatório)

Define-se como imagem radiolúcida, unilocular, bem delimitada, ao longo da porção da raiz de um dente com vitalidade pulpar negativa (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O cisto radicular lateral (CRL) não pode ser diferenciado apenas no exame histopatológico, visto que apresenta estrutura e microscopia semelhantes a outros cistos de origem inflamatória, necessitando, portanto, da correlação com os achados clínicos, imaginológicos e transcirúrgicos. O tratamento de escolha para o CRL é a remoção do elemento dentário junto com a lesão, em especial quando esta acomete os terceiros molares (MOURÃO et al., 2007).

Tumores odontogênicos benignos

Tumores epiteliais

Ameloblastoma

O ameloblastoma (AM) é uma neoplasia benigna composta essencialmente por tecido epitelial, de comportamento invasivo e infiltrativo em nível local com alta taxa de recorrência. A prevalência de tumores odontogênicos é de cerca de 11%. A etiologia ainda não é totalmente conhecida, entretanto, uma das teorias mais aceitas é que a lesão começa a se desenvolver a partir de células remanescentes da lâmina dentária, epitélio reduzido do esmalte, restos epiteliais de Malassez ou mesmo a partir de uma camada basocelular da superfície do epitélio (MAIA & SANDRINI, 2017).

Ameloblastoma unicístico

É identificado na literatura como sendo uma imagem radiotransparente, unilocular. Possui margens regulares, bem definidas e corticalizadas. Promove distensão e, eventualmente, perfuração das corticais ósseas. Desloca dentes e determina reabsorção radicular. Normalmente associado a um terceiro molar inferior incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

Os diversos tipos de tratamento incluem enucleação e/ou curetagem, ressecção marginal em bloco ou hemisseção, crioterapia e radioterapia, sendo a cirurgia a modalidade mais indicada, dependendo sua escolha do tamanho e do tipo da lesão (FRANÇA et al., 2012).

Ameloblastoma multicístico

Apresenta-se por imagem radiotransparente, multilocular, com aspecto de “bolhas de sabão”, com margens irregulares, bem definidas, frequentemente corticalizadas. Promove distensão e, eventualmente, perfuração das corticais ósseas. Desloca dentes e pode causar reabsorção importante das raízes dentárias. Comumente associado a dente incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O AM tende a se infiltrar entre as trabéculas do osso esponjoso intacto, na periferia da lesão, sendo sua margem verdadeira frequentemente estendida além da sua aparente margem radiográfica ou clínica. Nesses casos, a curetagem possibilita grandes chances de recidiva da lesão (50% a 90%), sendo a ressecção marginal com margem de segurança (1 a 1,5cm) o tratamento mais amplamente utilizado (NEVILLE et al., 2009).

Tumor odontogênico escamoso

Geralmente o tumor odontogênico escamoso (TOE) se apresenta como uma radiolusência triangular ou semicircular no osso alveolar, com porção mais estreita voltada para a crista alveolar, assemelhando-se a um defeito periodontal. Pode apresentar-se como lesão unilocular ou multilocular, com bordas difusas ou margens radiopacas definidas, associada às raízes dos dentes afetados, podendo causar deslocamento e reabsorção radicular externa (ORTEGA et al., 2002).

Os sintomas associados ao TOE são mobilidade dentária, sensibilidade à percussão e palpação, mas na maioria dos casos são assintomáticos. O tratamento de escolha é a excisão cirúrgica, com pequena possibilidade de recorrência (ORTEGA et al., 2002).

Tumor odontogênico epitelial calcificante

O Tumor odontogênico epitelial calcificante (TOEC) possui imagem radiográfica de aspecto misto (radiolúcida e radiopaca), mais comumente multilocular. Possui margens irregulares, mas bem definidas e corticalizadas. Promove distensão e eventualmente, perfuração das corticais ósseas. Desloca dentes e determina

reabsorção das raízes dentárias. Frequentemente associado a um dente incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

A ressecção local conservadora, incluindo uma fina faixa de osso circundante tem sido relatado como tratamento de escolha para o TOEC, embora lesões na maxila posterior provavelmente tenham que ser submetidos a um tratamento mais agressivo, já que a taxa de recidiva de 15% tem sido relatada (NEVILLE et al., 2009).

Tumor odontogênico adenomatóide

Os tumores odontogênicos adenomatóides (TOA) são frequentemente assintomáticos, sendo descobertos durante exame radiográfico de rotina, ou quando se solicitam radiografias para determinar a razão da qual não erupcionou algum dente (NEVILLE et al., 2009).

Caracteriza-se por imagem unilocular de aspecto misto (radiolúcida e radiopaca). Contém margens regulares, bem definidas e corticalizadas. Promove distensão e eventualmente, perfuração das corticais ósseas. Desloca dentes, mas não causa reabsorção radicular. Frequentemente associado a um canino superior incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O TOA apresenta três variantes (folicular, extra-folicular e periférico) bastante diferentes. O diagnóstico diferencial depende do resultado da radiografia, que pode apresentar uma área radiolúcida com ou sem radiopacidades. Uma biópsia incisional da lesão é indispensável no planejamento cirúrgico do tratamento, assim como a aspiração antes de qualquer procedimento com lesões radiolúcidas por causa da origem vascular delas (VASCONCELOS et al., 2008).

Tumores mesenquimais/ectomesenquimais

Fibroma odontogênico

O fibroma odontogênico (FO) é uma neoplasia benigna com origem a partir do ectomesênquima odontogênico. A lesão possui crescimento lento e acomete a gengiva, com maior incidência na região da papila interdentária. Apresenta-se com uma massa gengival frequentemente sésil, de consistência firme, recoberta por mucosa aparentemente normal (CAPELOZZA et al., 2007).

As características radiográficas consistem em lesão radiolúcida sem envolvimento de tecido ósseo, podendo haver algum grau de esclerose óssea circunscrita ou, ainda, áreas de calcificação em seu interior. Em alguns casos, pode ocorrer o deslocamento de raízes de dentes próximos à região afetada (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O FO é passível de remoção cirúrgica total da lesão e tem respondido bem ao tratamento de curetagem, somente um caso de lesão recidiva foi relatada na literatura (NEVILLE et al., 2009).

Mixoma/mixofibroma odontogênico

O mixoma odontogênico (MO) é uma neoplasia rara, originada do ectomesênquima odontogênico (DOTTA et al., 2020). Podem ser descritos na literatura como mixoma ou mixofibroma odontogênico, dependendo de características histológicas presentes na lesão.

Consiste em uma imagem radiolúcida, mais comumente multilocular. Possui margens irregulares, mas bem definidas e corticalizadas (sobretudo na mandíbula). Promove distensão e eventualmente, perfuração das corticais ósseas. Desloca dentes, mas não costuma promover reabsorção radicular. São comumente associados a um dente incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O diagnóstico correto de MO depende da associação de achados clínicos, radiográficos e microscópicos. De acordo com aspectos clínico-radiológicos, a cirurgia conservadora pode ser preferida às modalidades cirúrgicas agressivas, visto que as taxas de recorrência estiveram próximas entre esses dois tratamentos de cirurgia mais usados (DOTTA et al., 2020).

Cementoblastoma

O cementoblastoma (CEB) são neoplasias raras (menos de 1% dos tumores odontogênicos), sendo a maioria (75%) de surgimento na mandíbula, região de molares e pré-molares. Metade envolvem o 1º molar permanente. Dor e aumento de volume são relatados em aproximadamente dois terços dos pacientes (NEVILLE et al., 2009).

Caracteriza-se como sendo uma imagem radiopaca, com margens regulares, bem definidas e corticalizadas. Promove distensão e eventualmente perfura as corticais ósseas. Não desloca dentes, mas reabsorve a raiz do dente envolvido. Não se associa a um dente incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O tratamento de escolha para CEB é a excisão completa da massa da lesão com a remoção do dente afetado. Com a remoção incompleta, a recorrência é comum e o seu risco parece ser maior para os casos tratados apenas com curetagem. Alguns autores defendem a curetagem após a extração para diminuir a taxa geral de recorrência da lesão (HUBER & FOLK, 2009).

Fibroma cimento-ossificante

O fibroma cimento-ossificante (FCO) é uma lesão frequente da cavidade bucal, com localização exclusivamente gengival e no rebordo alveolar. A lesão parece originária do ligamento periodontal, expressando-se pelo componente principal, o fibroblasto, e pela presença de mineralização em forma de osso ou cimento. Clinicamente aparece como uma massa focal de tecido, bem delimitado na gengiva, com uma base sésil ou pediculada (RIBEIRO et al., 2010).

As bordas da lesão costumam ser bem definidas, com uma linha radio-transparente delgada que representa uma cápsula fibrosa. A estrutura interna

mostra densidade radiolúcida-radiopaca mista, com padrão que depende da forma e da quantidade de material calcificado presente (SILVEIRA et al., 2016). O tratamento para o FCO é a remoção cirúrgica, através de enucleação, onde, na maioria das vezes, a lesão é facilmente destacada do osso. Nos casos de lesões extensas, podem ser necessários os procedimentos de reconstrução com placas e parafusos de titânio. A radioterapia é contraindicada nestes casos (TOLENTINO et al., 2010).

Tumores odontogênicos mistos

Fibroma ameloblástico

O fibroma ameloblástico (FA) é considerado um tumor misto verdadeiro, pelas características histológicas em que tanto o tecido epitelial quanto o mesenquimal são neoplásicos. É ligeiramente mais comum em homens do que em mulheres. FA pequenos são assintomáticos, tumores maiores estão associados a aumento de volume nos ossos gnáticos. Tem maior ocorrência na região posterior de mandíbula em cerca de 70% dos casos (NEVILLE et al., 2009). Radiograficamente, suas imagens são descritas como sendo na forma radiolúcida ou mista, mais comumente unilocular. Possui margens regulares, bem definidas e corticalizadas. Promove distensão e perfuração das corticais ósseas. Desloca dentes, mas não costuma reabsorver raízes dentárias. Comumente associado a um dente incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O tratamento do FA pode variar desde o tratamento radical, como ressecção em bloco, ressecção segmentar e hemi-ressecção dos maxilares. Outros métodos tidos na literatura como mais conservadores, consistem na enucleação total da lesão e curetagem dos bordos cirúrgicos para que se possa ter certeza da remoção total de restos celulares da lesão na área afetada (AVELAR et al., 2009).

Tumor odontogênico primordial

O tumor odontogênico primordial (TOP) é um tumor odontogênico mesenquimal e epitelial raro, benigno, que foi incluído como uma nova entidade na última classificação da OMS (2017). O TOP consiste em tecido conjuntivo mixóide semelhante à papila dentária coberto por uma delicada membrana de epitélio ameloblástico. É caracterizado por uma lesão radiolúcida unilocular ou multilocular bem definidas adjacentes à coroa de um dente não erupcionado. Comumente apresenta reabsorção radicular e expansão cortical vestibular ou lingual (SUN et al., 2019).

O diagnóstico diferencial histológico de TOP pode incluir papila dentária, mixoma odontogênico, fibroma ameloblástico, odontoma cístico e odontoma imaturo, porém facilmente identificáveis. São de rara frequência, tendo poucos casos relatados na literatura, que na maioria das vezes, foram tratados por enucleação e extração do dente envolvido (SLATER; EFTIMIE; HERFORD, 2016).

Odontoma

Os odontomas são considerados como anomalias do desenvolvimento (hamartomas), em vez de neoplasias verdadeiras. São subdivididos em odontoma composto (ODCO) e odontoma complexo (ODCL), sendo o ODCO caracteristicamente formado por múltiplas estruturas pequenas semelhantes a dentes, facilmente identificáveis em exames de imagem. O ODCL consiste em uma massa conglomerada de esmalte e dentina, sem semelhança com um dente (NEVILLE et al., 2009).

O odontoma é um tumor odontogênico bastante frequente e, devido a sua alta incidência, constitui uma lesão usualmente assintomática, sendo descoberta muitas vezes durante exames radiográficos de rotina, na forma de radiopacidade no osso bem definida que apresenta uma linha esclerótica envolvendo um halo radiolúcido. A presença de qualquer sintomatologia normalmente é rara, mas quando presente é de gravidade moderada, desencadeando dor, tumefação e infecção (FREIRES et al., 2019).

Odontoma composto

O ODCO é caracterizado radiograficamente como sendo uma imagem radiopaca, unilocular, com margens regulares, bem definidas e corticalizadas. Pode assemelhar-se a imagens parecidas a pequenos dentículos. Promove distensão ocasional, mas não perfuração das corticais ósseas. Desloca ocasionalmente dentes, mas não reabsorvem as raízes dentárias, estando associado a um dente incluso (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

Odontoma complexo

O odontoma complexo possui características similares ao odontoma composto, sendo uma imagem radiopaca, unilocular, com margens regulares, bem definidas e corticalizadas. Apresentando uma massa radiopaca disforme que não pode se assemelhar a pequenos dentes e estruturas mineralizadas. Promove distensão ocasional, mas não perfuração das corticais ósseas. Desloca ocasionalmente dentes, mas não reabsorvem as raízes dentárias. É associado a um dente incluso geralmente (NETO; KURITA; CAMPOS, 2019).

O tratamento preconizado, tanto para o odontoma complexo quanto para o composto, é a remoção cirúrgica por meio dos princípios de exodontia de elementos dentários inclusos. Por serem separados do osso por uma cápsula de tecido conjuntivo fibroso, esses odontomas geralmente são facilmente removidos (PIRES et al., 2013). O prognóstico é muito bom e não ocorrem recidivas (TOMMASI, 2013).

Tumor dentinogênico de células fantasmas

Os tumores dentinogênicos de células fantasmas (TDCF) são neoplasias incomuns

classificadas como variantes sólidas de cisto odontogênico calcificante e são definidas como uma neoplasia localmente invasiva. Caracteriza-se por uma lesão mista unilocular bem definida, radiolúcida-radiopaca. Não há muitos relatos quanto ao tratamento, sendo baseado geralmente em ressecção local agressiva com margens de segurança adequadas e monitoramento do paciente para detecção de recorrências (GARCIA et al., 2015).

Uso da radiografia panorâmica na odontologia

A radiografia panorâmica (RP) se tornou uma modalidade de imagem comumente usada na prática odontológica e um excelente método auxiliar no diagnóstico e plano de tratamento pelo cirurgião-dentista, mas que precisa de cuidado e aptidão por parte do mesmo, uma vez que as estruturas ósseas da região maxilofacial são circundadas pelos tecidos moles da face, pescoço e cavidade oral. Esses tecidos moles criam sombras radiopacas indistintas que se sobrepõem às estruturas óssea e dentária. Ainda, a RP se configura como uma projeção complexa das mandíbulas com múltiplas sobreposições e distorções que podem ser exacerbadas por erros técnicos na aquisição da imagem. É fundamental ter assim, um bom conhecimento da anatomia normal para identificar a presença de quaisquer anormalidades (PERSCHBACHER, 2012).

Para avaliar a garantia de imagens digitais odontológicas, deve-se observar uma série de competências essenciais necessárias no trabalho clínico da equipe de saúde, desde técnicos radiologistas a dentistas, organizadas em: gestão de equipamentos de imagem, qualidade de imagem, otimização da dose de radiação e garantia de testes de qualidade de equipamento, dando previsibilidade e praticidade ao uso da técnica radiográfica digital, trazendo doses menores de radiação, exame este responsável por quase um terço de total de exames radiológicos na União Europeia (METSÄLÄ; HENNER; EKHOLM, 2014).

É importante que se estabeleça um padrão de análise da RP por parte do radiologista e/ou cirurgião-dentista, para se observar o exame da melhor maneira. Os usos de abordagens sistemáticas são recomendados, como maneira de padronização da análise, que se inicia primeiramente pelas estruturas ósseas e os tecidos moles circundantes, em segundo lugar, os processos alveolares e por fim, são avaliados os dentes. Embora, em comparação com as radiografias intraorais, a imagem panorâmica mostrar uma área muito maior de estruturas anatômicas da região oral e maxilofacial, a resolução espacial de uma imagem panorâmica é muito menor do que as radiografias intraorais, tornando a avaliação detalhada dos processos alveolares e dos dentes mais difícil (PERSCHBACHER, 2012).

Exame histopatológico

Exames complementares destinam-se a auxiliar os profissionais da área de saúde no estabelecimento de um diagnóstico correto, juntamente com a ava-

liação dos sinais e sintomas do paciente. O diagnóstico clínico de uma lesão é estabelecido em função de uma série de dados obtidos pela anamnese e exame físico. Muitas vezes, quando esse diagnóstico não é conclusivo, a biópsia é indicada para definição do caso pelo exame histopatológico. Na cavidade oral, há quatro tipos principais de biópsia: citologia, por aspiração, incisional e excisional. A biópsia pode ocorrer de forma incisional, onde apenas uma parte da lesão é removida, geralmente, em lesões grandes que demandam planejamento cirúrgico. Há a biópsia excisional, onde a lesão é removida na sua totalidade e com uma margem de segurança formada por tecido sadio, sendo um método de diagnóstico e de tratamento. A biópsia por punção é utilizada quando a lesão está situada profundamente, muito usada para a coleta de material em massas tumorais grandes, cujo interior contém substância de consistência mole ou fluida, como no caso dos cistos (SILVA et al., 2011).

Apesar dos grandes avanços no campo do diagnóstico por imagens e destes terem tornado-se imprescindíveis para adoção de condutas cirúrgicas, o diagnóstico conclusivo permanece ancorado no exame histopatológico (PEREIRA et al., 2010). Sendo assim, o exame histopatológico é de fundamental importância para a comprovação de lesões, sejam cistos ou tumores odontogênicos, no âmbito da epidemiologia dessas alterações, sendo o cirurgião-dentista o profissional que irá fornecer ao patologista informações detalhadas de características clínicas e radiográficas, que contribuam junto ao exame de biópsia, possibilitando um diagnóstico correto da lesão.

CONCLUSÃO

Considerando as limitações deste estudo, foi possível desenvolver o uso da radiografia panorâmica como importante meio de diagnóstico e descoberta precoce de diversas anomalias e lesões orais e maxilofaciais, em especial os cistos e tumores odontogênicos que se apresentam lesões assintomáticas e de crescimento lento e contínuo, mas que necessitam de intervenção. Assim sendo, foi possível verificar a importância da implementação do exame de radiografia panorâmica em escolas de educação e instituições de ensino de odontologia no país, bem como a solicitação diária como protocolo de rotina nos atendimentos dos profissionais da odontologia nos seguimentos públicos e privados, uma vez que o quanto antes forem descobertas estas lesões, maiores são as chances de um tratamento eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, R.L.; FALCÃO, P.G.C.B.; NETO, A.L.; NETO, P.J.O.; ANDRADE, E.S.S. **Fibroma amelo-blástico: consideraciones clínicas, caso clínico.** Acta odontol. Venez v. 47, n. 4. Caracas, 2009.

BINAS, I.W.V.; AMORIM, A.R.S.; SILVA, A.R.S.; ANDRADE, L.F.; MIKAMI, J.R. **Cisto odontogênico ortoqueratinizado em mandíbula**: relato de caso. Anais da I Jornada Odontológica da Liga de Diagnóstico Oral e Maxilofacial (I JOL - LIDOM) v. 1, n. 1. 2018.

CALIENTO, R.; MANNARINO, F.S.; HOCHULI-VIEIRA, E. **Cisto dentígero: modalidades de tratamento**. Rev Odontol UNESP v. 42, n. 6, p. 458-462. 2013.

CAPELOZZA, A.L.A.; MOREIRA, C.R.; FERRAZ, B.F.R.; SANT'ANA, L.F.M.; LARA, V.S. **Fibroma odontogênico periférico**: revisão da literatura e relato de caso. Arquivos em Odontologia v. 43, n. 1. 2007.

DOTTA, J.H.; MIOTTO, L.N.; SPIN-NETO, R.; FERRISSE, T.M. Odontogenic Myxoma: Systematic review and bias analysis. **European Journal of Clinical Investigation** v. 50, n. 4. 2020.

FRANÇA, G.M.; FREITAS, C.T.S.; NETO, L.F.A.; JÚNIOR, L.C.M.; GOMES, P.P.; GALVÃO, H.C. **Cisto odontogênico glandular**: relato de um caso incomum na região posterior de mandíbula. J Bras Patol Med Lab v. 55, n. 6, p. 683-692. 2019.

FRANÇA, L.J.L.; OTÁVIO, A.C.; PAIVA, D.L.; VIANNA, D.M.; DEDIVITIS, R.A.; RAPOPORT, A. **Ameloblastoma demographic, clinical and treatment study**: analysis of 40 cases. Braz J Otorhinolaryngol v. 78, n. 3, p. 38-41. 2012.

FREIRES, J.F.V.; FLORES, N.C.; FRAGOSO, L.N.M.; VASCONCELOS, J.F.; PESSOA, H.M.R.; RIBEIRO, E.D.; MONTEIRO, B.V.B.; ROCHA, J.F. **Remoção cirúrgica de odontoma composto de grande proporção sob anestesia local**: relato de caso. Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research v. 27, n. 2, p. 47-51. 2019.

GARCIA, B.G.; MASERA, J.R.; CAMACHO, F.M.Z.; GUTIERREZ, C.C. **Intraosseous dentinogenic ghost cell tumor**: case report and treatment review. Rev Esp Cirug Oral e Maxilofac v. 37, n. 4. Madrid, 2015.

GONÇALVES, R.; JÚNIOR, O.R.; BORBA, A.M.; RIBEIRO, A.N.C.; SUGAYA, N.N.; JÚNIOR, J.G. **Botryoid odontogenic cyst**: case report with etiopathogenic, diagnostic and therapeutic considerations. RGO v. 63, n. 3. Campinas, 2015.

HUBER, A.R.; FOLK, G.S. **Cementoblastoma**. Head and Neck Pathol v. 3, p. 133-135. 2009.

LOUREDO, B.V.R.; FREITAS, C.T.S.; CÂMARA, J.; LIBÓRIO-KIMURA, T.N. Estudo epidemiológico de lesões odontogênicas provenientes do Departamento de Patolo-

gia e Medicina Legal da Universidade Federal do Amazonas. **Revista Brasileira de Odontologia** v. 74, n. 2, p. 126-32. Rio de Janeiro, 2017.

MAIA, E.C.; SANDRINI, F.A.L. **Técnicas de tratamento de ameloblastoma**: uma revisão da literatura. RGO Rev Gaúch Odontol v. 65, n. 1, p. 62-69. Porto Alegre, 2017.

MARTINS, M.E.N.; BARROS, N.F.; OLIVEIRA, T.F.; CASTANÕN, M.C.M.N.; VILELLA, E.M.; CHAVES, M.G.A.M. **Cisto periodontal lateral**: relato de caso clínico. Revista Odonto v. 16, n. 32. São Bernardo do Campo, 2008.

MENDONÇA, D.W.R.; CONCEIÇÃO, H.C.; MARTINS, V.B.; LIMA, K.A. **Tratamento cirúrgico de cisto radicular em maxila**: relato de caso. Arch Health Invest v. 6, n. 8, p. 363-370. 2017.

METSÄLÄ, E.; HENNER, A.; EKHOLM, M. **Quality assurance in digital dental imaging**: a systematic review. Acta Odontologica Scandinavica v. 72, p. 362-371. 2014.

MOEHLECKE, B.P.; ROSSI, F.; PAIVA, R.L.; MOURE, S.P.; RADOS, P.V.; MUNERATO, M.C. **Cisto periodontal lateral**: relato de caso e revisão de literatura. RFO UPF v. 16, n. 1. Passo Fundo, 2011.

MOURÃO, C.F.B.; CARDOSO, E.S.; MIRANDA, A.M.M.A.; SANTOS, T.C.R.B.; PIRES, F.R. **Cisto paradentário**: importância dos achados clínicos, radiográficos, trans-cirúrgicos e microscópicos no diagnóstico. Robrac v. 16, n. 42. 2007.

NANAMI, R.; SAMPAIO, C.; OLIVETE, J.; PIZZATTO, E.; MORESCA, R.; GIOVANINI, A.F. **Prevalência de cistos maxilares diagnosticados em um centro de referência brasileiro**. RSBO Revista Sul-Brasileira de Odontologia v. 6, n. 2, p. 143-146, 2009.

NASCIMENTO, R.D.; RALDI, F.V.; MORAES, M.B.; HOLLEBEN, D.; ARANTES, P.T. **Cisto odontogênico ortoqueratinizado x tumor odontogênico queratocístico**: a importância da diferenciação histopatológica no tratamento. Revista de cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial v. 12, n. 1. Camaragibe, 2012.

NETO, R.S.M. et al. **Prevalência de anomalias dentárias em radiografias panorâmicas**. Archives of Health Investigation v.8, n.2, p. 68-73, 2019.

NETO, F.H.; KURITA, L.M.; CAMPOS, P.S.F. **Diagnóstico por imagem em odontologia**. 1. ed. São Paulo: Napoleão, 2019.

NEVILLE, W.B.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M.; BOUQUOT, J.E. **Patologia Oral e Maxilo-**

facial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ORTEGA, A.I.; CASANOVA, M.L.S.; FREITAS, L.; NETO, F.H. **Tumor Odontogênico Escamoso: Aspectos clínicos, radiográficos e histológicos.** Acta odontol v. 40, n. 3. 2002.

PEREIRA, C.C.S.; CARVALHO, A.C.G.S.; GAETTI-JARDIM, E.C.; SHINOHARA, E.H.; JÚNIOR, I.R.G. Tumor odontogênico queratocístico e considerações diagnósticas. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde** v. 10, n. 32. 2012.

PEREIRA, J.V.; FIGUEIRÊDO, D.U.; SOUZA, E.A.; HOLMES, T.S.V.H.; GOMES, D.Q.C.; CAVALCANTI, A.L. **Prevalência de cistos e tumores odontogênicos em pacientes atendidos na Fundação Assistencial da Paraíba: estudo retrospectivo.** Arquivos em Odontologia v. 6, n. 2, abr./jun. 2010.

PERSHBACHER, S. **Interpretation of panoramic radiographs.** Australian Dental Journal v. 57, n. 1, p. 40–45. 2012.

PIRES, W.R.; MOTTA-JUNIOR, J.; MARTINS, L.P.; STABILE, G.A.V. **Odontoma complexo de grande proporção em ramo mandibular: relato de caso.** Rev Odontol UNESP v. 42, n. 2, p. 138-143. 2013.

RAMALLI, L.T. **A importância de uma documentação radiográfica como método auxiliar de diagnóstico, planejamento e preservação na reabilitação com prótese total.** Trabalho de Dissertação apresentado à Faculdade de Odontologia de São Paulo. Ribeirão Preto, 2012.

RIBEIRO, A.O.; SILVEIRA, C.E.S.; MACIEL, R.M.; PONTES, M.A.; SOUZA, L.M.A. **Fibroma Cimento-Ossificante Periférico: Relato de um Caso Clínico.** Rev Port Estomatol Med Dent Cir Maxilofac v. 51, n. 1, p. 61-64. 2010.

SOUZA, R.S. et al. A importância da radiografia panorâmica no diagnóstico de alterações patológicas durante o tratamento ortodôntico. **Revista Clínica de Ortodontia Dental Press** v.14, n.2, p. 34-40, abr./mai, 2015.

SILVA, T.F.A.; SOUZA, R.B.; ROCHA, R.D.; ARAÚJO, F.A.C.; MORAIS, H.H.A. Levantamento das Biópsias Realizadas no Serviço de Cirurgia Buco-Maxilo-Facial do Curso de Odontologia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Rev. Cir. Traumatol. Buco-Maxilo-Fac. v. 11, n. 2, p. 91-100. Camaragibe, 2011.

SILVEIRA, D.T.; CARDOSO, F.O.; SILVA, B.J.S.; CARDOSO, C.A.A.; MANZI, F.R. **Fibroma ossificante: relato de caso clínico, diagnóstico imagiológico e histopatológico e tratamento feito.** VER BRAS ORTOP v. 51, n. 1, p. 100-104. São Paulo, 2016.

SLATER L.J.; EFTIMIE, L.F.; HERFORD, A.S. **Primordial Odontogenic Tumor: Report**

of a Case. J Oral Maxillofac Surg v. 74, p. 547-551. 2016.

SUN, Q.; LEE, J.; KIM, O.; KIM, Y. **Primordial odontogenic tumor: a case report and literature review.** Diagnostic Pathology v. 14, n. 92. 2019.

TOMMASI, M.H.M. **Diagnóstico em Patologia Bucal.** 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

TOLENTINO, E.S. **Nova classificação da OMS para tumores odontogênicos: o que mudou?.** RFO Revista da Faculdade de Odontologia v. 23, n. 1, p. 119-123, jan./abr. Passo Fundo, 2018.

TOLENTINO, E.S.; TOLENTINO, L.S.; IWAK, L.C.V.; FILHO, L.I. **Tratamento Cirúrgico de Fibroma Cimento-Ossificante: Relato de Caso Clínico.** Rev Odontol Bras Central v. 18, n. 48, p. 92-96. 2010.

TRENTO, G.S. et al. **Prevalência de cistos dentígeros na Universidade Federal do Paraná.** Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial v.15, n.1, p. 17-20, jan./mar. Camaragibe, 2015.

TREVISAN, M. et al. Radiografia panorâmica na detecção precoce de odontomas e suas vantagens para o paciente. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde** v. 6, n.2, p. 1952-1967, 2015.

VASCONCELOS, B.C.E.; FROTA, R.; CARDOSO, A.B.; PORTO, G.G.; CARNEIRO, S.C.A.S. Tumor odontogênico adenomatóide. **Rev Bras Otorrinolaringol** v. 74, n. 2. São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, R.G.; QUEIROZ, L.M.G.; JÚNIOR, L.C.A.; GERMANO, A.R.; VASCONCELOS, M.G. **Abordagem terapêutica em cisto radicular de grandes proporções: relato de caso.** Revista Brasileira Ciências da Saúde v. 16, n. 3, p. 467-474. 2012.

VAZ, L.G.M.; RODRIGUES, M.T.V.; JÚNIOR, O.F. **Cisto dentígero: características clínicas, radiográficas e critérios para o plano de tratamento.** RGO v. 58, n. 1, p. 127-130. 2010.

VIEIRA, R.C.Z. Estudo epidemiológico das lesões bucais analisadas em um laboratório particular no município de Maringá-PR. Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Odontologia da UniCesumar - Centro Universitário de Maringá. Maringá, 2019.

WHITE, S.C.; PHAROAH, M.J. Radiologia Oral: Fundamentos e Interpretação. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS ALIADA NO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO EM UMA ORGANIZAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS

¹Aline Borsato Corrêa Coelho

²José Correia Gonçalves

RESUMO

Este artigo aponta a notável relevância da gestão documental através de um gerenciamento eletrônico. Os documentos são fundamentais dentro da instituição e atualmente existem maneiras que podem facilitar o seu manuseio e tratamento. O objetivo dessa pesquisa foi constatar os problemas que a empresa possui com a organização dos documentos e como a inserção da tecnologia poderia facilitar nos processos. Os principais resultados encontrados foram a diminuição do uso do papel e gasto com impressão; aumento dos rendimentos dos colaboradores; fidelização com os clientes e firmamento com a concorrência. As metodologias utilizadas no desenvolvimento desse estudo foram pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, observação in loco e entrevistas informais com os colaboradores da organização.

Palavras-chave: Organização. Documentos. Tecnologia.

THE IMPORTANCE OF DOCUMENT MANAGEMENT ALLIED IN ELECTRONIC MANAGEMENT IN AN ORGANIZATION WITHOUT PROFITABLE PURPOSES

ABSTRACT

This article points out the noteworthy relevance of document management through electronic management. Documents are essential within the organization and there are currently ways that they can facilitate their handling and treatment. The objective of this research was to verify the problems that the company has with the organization of the documents and how the insertion of

¹Acadêmica do Curso de Administração, 8ª fase do Centro Universitário UNIFACVEST.

²Graduado em Administração, Especialização em Economia de Empresas, Mestre em Economia área de concentração Economia Industrial, Doutor em Ciências Sociais área de concentração Relações Internacionais. Coordenador do Curso de Administração, Prof. das disciplinas de Administração de Projetos, Instrumento de Análise Administrativa, Empreendedorismo e Orientador do Trabalho de Conclusão do Curso de Administração do Centro Universitário UNIFACVEST.

the technology could facilitate in the processes. The main results found were a decrease in the use of paper and expenses with printing; an increase in employee earnings; customer loyalty and a firmament with the competition. The methodologies used in the development of this study were bibliographic research, field research, on-site observation and informal interviews with the organization's employees.

Key words: Organization. Documents. Technology.

1 INTRODUÇÃO

Qualquer instituição precisa estar organizada em seus devidos setores, é um procedimento que deve ser de praxe no cotidiano organizacional. Quando se trata de documentação isso é ainda mais necessário, pois à medida que é realizado frequentemente e as informações estão nos seus lugares destinados, o fluxo de trabalho se torna mais efetivo e preciso.

O propósito dessa pesquisa é apontar melhorias para a gestão documental da organização por meio dos recursos eletrônicos.

A pesquisa realizada tem como justificativa a necessidade da empresa em gerir melhor seus documentos, já que são produzidos em grande volume, consultados e modificados regularmente, o que ocasiona em um grande arquivo e inúmeros papéis.

O gerenciamento eletrônico dos mesmos traria mais facilidade para as atividades e uma forma para amenizar o problema.

O objetivo geral desse estudo é ressaltar a importância que a inserção da gestão eletrônica ofereceria no tratamento dos documentos da organização. Os objetivos específicos visam verificar a possibilidade da diminuição do uso do papel e derivados; analisar a redução de espaço e tempo com o arquivamento manual dos dados; considerar a melhoria na produtividade dos colaboradores e a vantagem competitiva frente aos concorrentes.

As metodologias utilizadas no desenvolvimento desse estudo foram pesquisas bibliográficas, pesquisa de campo, observação in loco e entrevistas informais com os colaboradores da organização.

O estudo realizado na empresa em questão demonstra que a gestão otimizada dos documentos é fundamental para a localização e decisões que os colaboradores tomam todos os dias. Esses dados possuem valor imenso e precisam ser utilizados como tal, são objetos base para as atividades seguintes. É um trabalho que acarretará em consequências sérias quando não bem feito e, quando assertivo, traz resultados, vide concorrentes.

O presente artigo apresenta inicialmente o levantamento bibliográfico dos autores acerca do problema encontrado na organização. Na sequência, o capítulo

referente ao tema ou problema destaca a história da empresa e os principais problemas identificados. Finaliza com a análise teórica e comparativa do problema, parte em que são apresentadas as possíveis melhorias para as resoluções dos pontos negativos constatados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em qualquer organização as informações contidas nos documentos são fundamentais em todos os setores, principalmente os primeiros recursos para a tomada de decisão que a mesma possa precisar. Seriam, segundo Baptista; Mueller (2004, p. 15): “[...] matéria-prima de toda e qualquer atividade humana [...]”. Os documentos aumentam conforme essas informações são geradas e dessa maneira:

[...] À medida que os documentos vão sendo acumulados, estabelecem relações entre si. Eles estão unidos por um elo criado no momento em que são produzidos e recebidos, determinado pela razão de sua elaboração e que é necessário à própria existência e à capacidade de cumprir seu objetivo. Eles são um conjunto indivisível de relações intelectuais. (BARTALO; MORENO, 2015, c. 1).

Esta documentação em grande quantidade não estando bem localizada pode resultar em complicações para seus usuários. Para a gestão desses dados, Turban; Volonino (2013, p. 59) destacam que:

[...] nenhuma empresa pode ser eficaz sem dados de alta qualidade que estejam disponíveis quando são necessários. O objetivo do gerenciamento de dados é fornecer ferramentas e infraestrutura para transformar matéria-prima em informação corporativa utilizável, da mais alta qualidade. Os dados são um ativo informativo da organização [...].

Para a gestão documental ser bem-sucedida é imprescindível que o gerenciamento esteja regulado e coordenado. Para Rondinelli (2005, p. 20) “[...] o fato de os documentos arquivísticos se constituírem em fontes de prova das ações que os geram, exige um gerenciamento rigoroso de sua criação, transmissão e guarda, de maneira que se possa, a todo tempo, prestar contas dessas mesmas ações, atender às demandas [...]”.

Quando esse montante gera novos arquivos, abre espaço para a inserção da ferramenta tecnológica com o intuito de reduzir esse problema, Batista (2019, c. 2) reforça: “Devido ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação, a flexibilidade passou a ser muito maior e o acesso, muito mais dinâmico. Os registros, antes guardados em papéis, foram transferidos para bancos de dados de fácil acesso [...]”.

É uma demanda dos colaboradores que utilizam em seu cotidiano organizacional, conforme Ramakrishnan; Gehrke (2011, p. 2) salientam: “[...] os usuários necessitam de ferramentas que simplifiquem as tarefas de gerenciamento de dados e a extração de informações úteis de forma oportuna [...]”. Não só uma urgência dos funcionários, mas também uma realidade dos novos meios tecnológicos existentes:

Como é sabido, todas as empresas têm problemas no que diz respeito à organização [...]. O tempo de ‘anotar com a caneta’ quanto e a quem se deve dinheiro, por exemplo, já passou. Daí a necessidade da criação de uma ferramenta que pudesse armazenar e cruzar dados e informações sem que sejam necessárias pilhas de papéis. É fácil perceber que uma grande empresa trabalha diretamente com um número sem fim de fornecedores, trabalhadores, empresas prestadoras de serviço etc., o que pode criar sérios problemas de organização [...]. (JOÃO, 2014, p. 6).

Uma dessas técnicas disponíveis se dá através do gerenciamento eletrônico de documentos:

[...] As imagens geradas pelo GED substituem os documentos impressos e têm o mesmo valor do documento original. Quando um fornecedor entrega uma mercadoria, esta vem acompanhada da nota fiscal impressa, que o GED transforma em nota fiscal eletrônica, o que permite à empresa operar os processos sem a tramitação de papéis. [...] não haverá mais necessidade de pastas para arquivar a nota fiscal, nem de furador de papel, arquivo de aço, e o espaço ocupado pelo arquivo poderá ser utilizado para outra finalidade, reduzindo o custo operacional. Também há outras vantagens, como a recuperação de documentos e a realização em tempo real dos indicadores de resultado e dos relatórios de gestão. (CARREIRA, 2009, c. 4).

Esse gerenciamento eletrônico precisa ser hábil. De acordo com Elmasri; Navathe (2005, p. 13): “[...] devem fornecer funcionalidades para a execução de atualizações e consultas eficientemente [...] para aumentar a velocidade de pesquisa [...]”.

Isso refletirá na rotina das atividades administrativas e na aproximação com os clientes, sendo que “[...] clientes e colaboradores querem a prestação de serviços com eficiência e eficácia [...]” (BAHIA, 2018, c. 2).

Por consequência, a produtividade da organização se mostrará eficiente na implementação dos recursos disponíveis contudo, é necessário agir rapidamente frente a concorrência, conforme relatam Baldam; Valle; Cavalcanti (2002, p. 31): “Empresas aparentemente fortes e imbatíveis podem perder o bonde da história e serem ultrapassadas por empresas que compreenderam [...] a verdadeira batalha pela produtividade [...]”.

Com base nas referências acima citadas, verifica-se que o atual cenário apresenta a possibilidade de novos recursos tecnológicos dentro das organizações e os problemas mencionados podem ser amenizados. É de suma importância que as empresas se beneficiem desse método e o aplique para progredir ainda mais em seus serviços. A falta da devida atenção nesse meio e falta de atualizações pode acarretar na perda de clientes e espaço no mercado.

3 O CAPÍTULO REFERENTE AO TEMA OU PROBLEMA

A organização sem fins lucrativos em análise iniciou suas atividades em nível nacional no ano de 1964 no estado de São Paulo. Em Santa Catarina os serviços começaram em 1984 e dez anos depois a unidade de Lages começou seus atendimentos na cidade e também aos municípios da região serrana.

Possui unidades em todos estados, sendo possível o atendimento a seu público alvo e expansão de seus serviços. Em 2001 as unidades de Santa Catarina se tornaram autônomas.

A empresa em estudo é referência nacional na assistência social e inclusão de jovens e adolescentes no mercado de trabalho, através dos programas de estágio e aprendizagem com base nas legislações que os amparam. Atende empresas (públicas e privadas) que fornecem vagas em busca de novos talentos e contribuem com os jovens candidatos (estudantes e universitários) em suas primeiras experiências profissionais, trazendo novas vivências para os mesmos e provendo responsabilidade social para a sociedade em seus serviços prestados.

Em Lages não é diferente, tem destaque na cidade dos seus serviços e o primeiro lugar quando lembrada em relação a vagas de estágio e aprendiz. Sempre está presente em eventos educacionais e feiras de promoção de novas oportunidades. Possui concorrentes locais diretos na cidade, que são as agências de emprego e organizações que trabalham com estágio e menor aprendiz.

A empresa se mantém através da contribuição institucional das empresas contratantes.

Na organização em análise constatou-se alguns problemas:

- Falta de controle dos documentos: a organização lida com muitos documentos que geram inúmeros papéis. Cada cadastrado possui sua ficha, que apesar de ser registrada no sistema, é sempre impressa para futuras consultas, histórico escolar, currículo, documentos pessoais, contrato de serviço, relatórios e demais documentos que são acrescidos conforme o tempo de serviço realizado;

- Não há departamento de marketing/comercial: na unidade não há um profissional específico para estratégias de fidelização de clientes e ações de promoção nas redes sociais para os jovens. As atividades coordenadas pela matriz que também possui as outras filiais para gerenciar não tratam com a atenção necessária a região;

- A não atenção aos concorrentes locais: foi notado na entidade o crescimento dos concorrentes locais, em que clientes cadastrados optaram pelos demais devido menor burocratização dos documentos, agilidade e também preço. Não há um plano para análise e monitoramento da concorrência e enfreteamento das ações que elas possam tomar;

- Grande espera entre o cadastro e abertura de vaga: Após o estudante fazer o cadastro, verificou-se uma grande demora para ser chamado para uma entrevista, assim como também demora na abertura de uma nova vaga. Não uma consistência entre as duas, são muitos perfis para poucas vagas disponíveis.

4 O CAPÍTULO DA ANÁLISE TEÓRICA E COMPARATIVA DO TEMA OU PROBLEMA

Na empresa em questão, constatou-se a dificuldade na gestão dos documentos físicos que são gerados a partir do cadastro do estudante e formam uma grande quantia de dados. Cadastro, documentos pessoais, currículo, contrato e relatórios. De acordo com Cruz (2007, p. 13): “Se antes a falta de informação penalizava a todos hoje é justamente o excesso, a abundância que torna a nossa vida perigosa.” Mediante formalizada uma contratação, essa lista só aumenta, lotando os arquivos da instituição em estudo e trazendo problemas para a consulta e manipulação diária dos mesmos, já que podem facilmente serem colocados em pastas erradas, e no momento certo não estarem disponíveis. É uma atividade inicial, mas de crucial necessidade para o andamento das atividades, conforme Batista (2019, cap. 2) mostra:

Registrar e guardar documentos em arquivos não é uma mera atividade cotidiana sem importância. [...] De preferência, os arquivos de um departamento devem ser guardados diariamente. Assim, evita-se que, por algum motivo, o documento que será arquivado seja avariado ou perdido. Ao se estabelecer um processo, evita-se que, na correria de guardar um arquivo, ele seja colocado no local errado [...].

Uma alternativa para esse problema seria a mudança da gestão física para a gestão eletrônica da documentação. No lugar dessas inúmeras cópias, montantes de papeladas e guarda separada nos arquivos, essas informações seriam introduzidas para o formato digital; o gerenciamento eletrônico dos documentos. Estariam arquivados também, separados por pastas, mas de melhor acesso, controle e organização, o que evitaria duplicidades, possíveis perdas e tempo investido na localização manual, além de trazer segurança e proteção. Seria possível da mesma forma a consulta veloz por vários usuários simultaneamente, alterações e inserções de novas informações. A redução do uso com folhas, não tendo mais a necessidade de espaços físicos destinados à sua guarda, liberaria espaço e reduziria o gasto com papel e tintas para impressão.

A empresa em análise não possui um setor de marketing/comercial com foco na fidelização dos clientes e uma ação com os jovens no meio digital. Segundo Valim (2014, cap. 4): “[...] a área comercial pode realizar uma série de atividades distintas que vão desde a prospecção de novos clientes, até a estruturação de cotações e o fechamento de pedidos [...]”. Sugere-se que a empresa invista nesse setor, tendo em vista a quantidade de clientes nas regiões que podem ser conveniados e os lugares que não estão sendo alcançados, garantindo a fidelização e o retorno dos mesmos. Esse profissional também realizaria ações de ‘chamar’ o outro lado de seu público-alvo, os estudantes, extremamente ligados as redes sociais e que precisam de conteúdo específicos, e que pedem uma ação mais de perto.

Arelado ao problema anterior na organização em estudo observou-se o crescimento dos concorrentes regionais, que utilizam dentro outros atrativos, a ferramenta eletrônica para a agilidade nos seus processos. Conforme Lima et al (2007, cap. 1): “[...] À medida que os concorrentes se tornam mais capazes de identificar e explorar novas oportunidades de mercado, a organização se vê diante da necessidade de aperfeiçoar cada vez mais as suas atividades de marketing.” Como não há nenhum plano para monitoramento dessas ameaças naturais, é indicado que a organização se proponha a traçar metas para o enfrentamento da concorrência e seja veloz em corrigir as melhorias que ainda não foram feitas. Além de elaborar um plano do que pode ser feito dentro da organização os olhares precisam estar abertos para os concorrentes também.

Na empresa citada, há uma longa espera entre o cadastro inicial e a abertura de uma vaga, não um crescimento equivalente das vagas com os cadastros do banco de dados. Segundo Jones; George (2011, p. 28):

Hoje, as empresas podem ganhar ou perder a corrida competitiva, dependendo de sua rapidez – com que rapidez elas podem levar novos produtos ao mercado – ou de sua flexibilidade – com que facilidade elas podem mudar ou alterar a maneira como desempenham suas atividades para reagir às ações dos concorrentes. As empresas que têm rapidez e flexibilidade são concorrentes ágeis: seus gerentes têm capacidades superiores de planejamento e organização [...].

Na empresa em análise nota-se a necessidade de abertura mais rápida das oportunidades e o uso do banco de dados disponível. É recomendado verificar que cursos não estão sendo chamados para entrevistas, que cursos não possuem inscrições, que áreas não possuem empresas conveniadas e que campos não estão sendo explorados. Passa uma visão negativa dos dois lados: o estudante que não é chamado porque não têm vagas, se sente desvalorizado, sem oportunidades, e a empresa que abre a vaga, mas não recebe os perfis para ocupar a posição.

Na empresa em questão constatou-se que para a melhor gestão dos documentos, a não atualização do meio utilizado, está interligado aos demais problemas. Processos que facilitam as atividades trazem resultados na produtividade dos colaboradores e no desempenho final com os clientes.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho apresentou como tema principal a importância da gestão dos documentos em conjunto com a incorporação no gerenciamento eletrônico dos mesmos. A atualização para esse modelo tem como objetivo melhorias nos processos da organização e na produtividade dos seus serviços.

Conforme análises feitas, a empresa em destaque possui uma falta de inovação no seu modelo de gestão documental, o que está acarretando na sua produção com os clientes e abrindo espaço para seus concorrentes diretos explorarem esses espaços. Nota-se a urgência em se adaptar aos novos aperfeiçoamentos disponíveis, reforçando sua posição de destaque nos serviços em que atua.

Através dessa evidência, ficou claro que a organização necessita dar mais atenção as oportunidades que são fornecidas tecnologicamente para a resolução dos problemas apontados. Um problema principal está conectado com as demais falhas diagnosticadas durante a pesquisa levantada.

O estudo em questão proporcionou a análise tanto na teoria como na prática da gestão dos dados organizacionais e como eles são fundamentais nas decisões e nos departamentos dentro de uma organização. Viabilizou, também, a busca pelas melhorias dos problemas identificados, propondo soluções e ferramentas cabíveis que auxiliarão no desempenho da organização.

REFERÊNCIAS

- BALDAM, R. de L.; VALLE, R.; CAVALCANTI, M. **GED: gerenciamento eletrônico de documentos**. São Paulo: Érica, 2002.
- BAHIA, E. M. dos S. **Competências arquivísticas no mercado de trabalho**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=B0ZwDwAAQBAJ&pg=PT14&dq=Compet%C3%AAscias+Arquiv%C3%ADsticas+no+Mercado+de+Trabalho>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=iRIYAN7JVaUC&printsec=frontcover&dq=Profissional+da+informa%C3%A7%C3%A3o:+o+espa%C3%A7o+de+trabalho>. Acesso em: 18 set. 2020.
- BARTALO, L.; MORENO, N. A. **Gestão em arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: Eduel, 2015. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=6qc3DwAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Gest%C3%A3o+em+arquivologia:+Abordagens+m%C3%BAltiplas>. Acesso em: 18 set. 2020.

BATISTA, A. B. C. **Técnicas de arquivamento**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2019. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=ZYwDwAAQBAJ &printsec=frontcover&dq=T%C3%89CNICAS+DE+ARQUIVAMENTO>. Acesso em: 25 set. 2020.

CARREIRA, D. **Organização, sistemas e métodos**: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Biblioteca Virtual Saraiva. Disponível em: <app.saraivadigital.com.br/leitor/ebook:600437>. Acesso em: 25 set. 2020.

CRUZ, T. **Gerência do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2007. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=Abz2HdgpK9AC&printsec=frontcover&dq=Gerência+do+Conhecimento>. Acesso em: 10 out. 2020.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de banco de dados**. 4. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2005. Biblioteca Pearson. Disponível em: <plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/296/pdf/0>. Acesso em: 19 set. 2020.

JOÃO, B. N. **Sistemas computacionais**. São Paulo: Pearson, 2014. Biblioteca Pearson. Disponível em: <plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22149/pdf/0>. Acesso em: 18 set. 2020.

JONES, G. R.; GEORGE, J. M. **Administração contemporânea**. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=2d7g623qXhEC&printsec=frontcover&dq=Administração+Contemporânea&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 out. 2020.

LIMA, M. et al. **Gestão de marketing**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=KyGHCgA-AQBAJ&printsec=frontcover&dq=Gestão+de+marketing&hl=pt-BR>. Acesso em: 10 out. 2020.

RAMAKRISHNAN, R.; GEHRKE, J. **Sistemas de gerenciamento de banco de dados**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=COUJpkH5v38C&printsec=frontcover&dq=gerenciamento+de+dados>. Acesso em: 25 set. 2020.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

TURBAN, E.; VOLONINO, L. **Tecnologia da informação para gestão**: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=S7g3AgA-AQBAJ&pg=PA56&dq=gestão+de+documentos>. Acesso em: 25 set. 2020.

VALIM, R. **Como elaborar seu plano de negócios**: um guia para empreendedores e estudantes de administração e marketing. Rio de Janeiro: Letra Certa, 2014. Biblioteca Virtual Google Books. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=-k3uBgAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Como+elaborar+seu+plano+de+negócios:&hl=pt-BR&sa=X>. Acesso em: 12 out. 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST REFERÊNCIA EM DIAGNÓSTICO NA ODONTOLOGIA

Paola de Oliveira Machado¹
Carolina da Silva Mezzomo²
Bruno Nunes Corrêa³

RESUMO

A Hiperplasia Linfoide Benigna (HLB) é uma alteração rara. A cavidade oral é a mais atingida se referindo à região de cabeça e pescoço. O diagnóstico pode ser confundido com linfoma ou carcinoma maligno por apresentarem semelhanças clínicas e histopatológicas. Um caso de paciente mulher que em exame clínico apresentou a lesão se estendendo da base da língua à região posterior-lateral é apresentado. A diferença de hiperplasia e linfoma são discutidas e a importância do diagnóstico correto através de uma breve revisão de literatura. As etiologias dessas lesões são desconhecidas. Os inúmeros diagnósticos diferenciais, podem nos conduzir ao erro.

Palavras-Chaves: língua; diagnóstico; etiologia; hiperplasia linfoide.

ABSTRACT

Benign Lymphoid Hyperplasia (HLB) is a rare disorder. The oral cavity is the most affected, referring to the head and neck region. The diagnosis can be confused with lymphoma or malignant carcinoma because they have clinical and histopathological similarities. A case of a female patient who underwent a clinical examination of the lesion extending from the base of the tongue to the posterior-lateral region is presented. The difference in hyperplasia and lymphoma are discussed and the importance of correct diagnosis through a brief review of the literature. The etiologies of these injuries are unknown. The countless differential diagnoses can lead us to error.

Keywords: tongue; diagnosis; etiology; lymphoid hyperplasia.

1 INTRODUÇÃO

Há uma extensa quantidade de lesões que acometem a cavidade oral, po-

¹Acadêmica do Curso de Odontologia, 7ª fase, do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST.

²Acadêmica do Curso de Odontologia, 7ª fase, do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST.

³ Mestrado em DTM e DFO e residência em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial.

dendo muitas vezes dificultar o diagnóstico. A Hiperplasia Linfoide Benigna (HLB) pode assustar quem não possui conhecimento sobre essa manifestação, sendo considerada uma alteração incomum em região de cabeça e pescoço¹. O diagnóstico correto dessa lesão é de extrema importância, pois pode ser difícil diferenciá-la de uma lesão maligna. Na literatura há um número limitado de publicações que abordam sobre a Hiperplasia Linfoide Benigna em região de cavidade oral, sendo assim, pouco se sabe sobre sua etiologia, histórico da lesão e suas características clínicas e histológicas. Este relato de caso descreve uma paciente mulher, 52 anos, que em exame clínico apresentou hiperplasia linfoide benigna da base de língua.

2 RELATO DE CASO

Paciente mulher, 52 anos, leucoderma, fumante ativa, etilista esporádica, compareceu na Clínica Escola de Odontologia do Centro Universitário Facvest apresentando como queixa principal a falta de dentes e que gostaria de fazer uma prótese.

Em exame clínico foi observada lesão que se estendia da base da língua à região posterior-lateral bilateralmente, com agregados de nódulos submucosos, algumas áreas ulceradas, de coloração rósea ao vermelho e consistência firme (Figura 1).

A paciente relatou não sentir desconforto, as amígdalas não apresentavam alterações e não havia linfadenopatia submandibular ou cervical. O histórico médico não apresentava doenças sistêmicas e não havia histórico de trauma local, no entanto, a paciente possuía rouquidão na voz e tosse crônica. A hipótese diagnóstica inicial foi carcinoma de células escamosas, porém, após 15 dias a lesão regrediu significativamente, deixando sob hipótese de hipertrofia papilar foliada.

Uma amostra de tamanho 13mm x 10mm x 0,4 mm foi obtida através de uma biópsia incisional no formato de cunha sob anestesia local e submetida em formol 10%, a qual através do exame histopatológico revelou Hiperplasia Linfoide. No exame microscópico foi revelado tecido conjuntivo denso com agregados linfóides exibindo centros germinativos bem definidos, o que caracteriza a Hiperpla-



Fig.1 - Hiperplasia Linfoide em região posterior da língua, no lado direito. Do lado esquerdo apresentava a mesma lesão.

sia Linfoide Benigna. Atualmente a lesão do lado direito da língua já não é mais perceptível, podendo ser observada apenas do lado esquerdo (Figura 2).

3 DISCUSSÃO

A hiperplasia linfoide benigna foi descrita pela primeira vez por Adkins, em 1973¹, onde ele relata a hiperplasia linfoide na mucosa oral. Há relatos da HLB em muitos locais do corpo, a pele é o local mais atingido, após,



Fig.2 - Imagem 60 dias após a biópsia, observamos a lesão em um tamanho menor e presente apenas do lado

o trato gastrointestinal, pulmões, nasofaringe, laringe e nos seios²⁻³. A cavidade oral é a mais atingida se referindo à região de cabeça e pescoço¹ podendo afetar os linfonodos, o tecido linfoide do anel de Waldeyer ou os agregados de tecido linfoide que estão normalmente espalhados pela cavidade oral, especialmente na orofaringe, no palato mole⁴, no palato duro, local mais frequentemente atingido da cavidade bucal¹, no soalho bucal e na margem lateral da língua⁴, como relatado neste artigo. Por ser uma alteração incomum e de pouco conhecimento, há nomenclaturas diferentes para tal diagnóstico. Comumente atribui-se os nomes de hiperplasia linfoide benigna³, hiperplasia linfoide reativa^{1,3} e pseudolinfoma^{1-2-3,5}. Alguns autores^{2,5} dizem que o termo "pseudolinfoma" é usado de forma equivocada devido a possível confusão com linfoma maligno. Outros autores² passaram a chamar essa alteração de pólipos linfoides benignos, pseudotumor linfoide ou pseudotumor linfocítico.

O diagnóstico de hiperplasia linfoide benigna da base da língua pode ser confundido com linfoma ou carcinoma maligno por apresentarem semelhanças clínicas e histopatológicas, por isso a importância do diagnóstico correto e se necessária biópsia para essencial diferenciação^{2,5}. Outros diagnósticos diferenciais incluem tumores mesenquimais, neoplasias de glândulas salivares, hiperplasia adenomatoide, tecido tireoidiano acessório, cistos, papilomas, fibromas, abscessos e angiomas⁵.

Vários autores descrevem a lesão de inúmeras formas diferentes. Alguns relatos⁵ apresentam a lesão como uma massa unilateral, indolor, de crescimento lento que pode ser assintomática ou causar desconforto durante a deglutição, podendo proporcionar tosse irritante e voz anasalada⁶, porém, alguns pacientes sintomáticos possuem necessidade de prescrição de analgésicos para alívio dos sintomas, relatando dor diária e exacerbação da dor em momentos de estresse e/ou durante a mastigação⁷. Além disso, outros autores⁷ relatam que a lesão possui cor rosa ao vermelho, simétrica e pode ser observada bilateralmente nas superfícies posterior-

res-laterais da língua, como relatado no caso apresentado. Essa alteração por muitos autores⁷ é considerada variação normal da estrutura anatômica. A consistência da lesão traz divergências, alguns estudos⁸ relatam lesão suave a firme, já outros² apresentam lesão à palpação mole, no relato de caso apresentado a lesão manifestou-se à palpação firme. Alguns estudos ainda relatam áreas ulcerativas, como descrito no caso deste artigo.

As características histológicas são parecidas com a de um linfoma folicular³, o que os diferencia são as bordas de pequenos linfócitos com um infiltrado misto² com centros germinativos bem definidos, caso se apresentem mal definidos dificulta o diagnóstico, podendo levar ao diagnóstico errôneo de linfoma¹, assim faz-se necessário utilizar o método de imunohistoquímica³. A presença dos centros germinativos ajuda muito no diagnóstico de uma lesão benigna, mesmo que se reconheça que os centros germinativos podem não estar presentes em todas as áreas de uma lesão benigna².

Em relação à faixa etária, essa patologia acomete pacientes mais velhos, estimando uma idade média de 61 anos, afeta mais mulheres que homens, em uma proporção de quase 3:15. A sua etiologia é desconhecida, embora algumas teorias estejam em discussão. Há autores³ que acreditam ocorrer por irritações crônicas, como refluxo gastroesofágico, mal ajuste de próteses, Síndrome de Sjogren, adenotonsilectomia⁶, processos alérgicos e o hábito de consumir álcool e tabaco ou ainda uma proliferação linfoide reativa em resposta a estímulos antigênicos desconhecidos³. Diferentes associações têm sido feitas frente a HLB. Casos agressivos dessa alteração foram relatados, e tem sido associado pela presença de Epstein-Barr causando alteração no DNA do tecido local¹⁻². Há autores⁶ que começaram a chamar atenção para o refluxo gastroesofágico como fator responsável, relacionando os sintomas do refluxo com os da hiperplasia, os quais são: rouquidão, fadiga vocal, pigarro crônico, tosse crônica, disfagia, presença de muco na garganta. Neste estudo⁶ de 28 pacientes, entre 15 pacientes que apresentavam refluxo gastroesofágico, 10 apresentaram Hiperplasia Linfoide. Outros autores³ observam que os centros germinativos são características de HIV e sialadenite linfoepitelial da síndrome de Sjogren, no entanto, seu estudo apresentou pacientes todos soronegativos. Algumas amostras histopatológicas apresentam um fundo inflamatório¹, a lesão do artigo também apresentou, sendo característico de sialadenite crônica, podendo estar em íntima relação com a Síndrome de Sjogren.

A hiperplasia linfoide pode afetar os linfonodos, geralmente o local drenado por eles pode ser identificado como um foco de infecção ativa ou recente, sendo a cadeia linfática cervical anterior a mais comumente envolvida, embora qualquer linfonodo da região possa ser afetado, mas raramente ocorre linfadenopatia cervical ou mandibular⁴. Alguns autores⁹ acusam a hiperplasia linfoide de ocasionar o mau funcionamento da tuba auditiva, contribuindo no desenvolvimento da perda auditiva.

Nenhum tratamento é geralmente requerido, pois se trata de um processo completamente benigno⁴. Em pacientes nos quais a hiperplasia linfoide interfira com o uso de uma prótese dentária, a excisão total da lesão é recomendada⁴. Não há relato na língua ou em qualquer outro sítio de nenhuma malignidade desenvolvi-

da pela lesão, a probabilidade de recidiva é grande³ e geralmente regride espontaneamente¹.

3 CONCLUSÃO

Com base nos dados desse trabalho, a hiperplasia linfóide benigna da base da língua é uma alteração rara, a qual apresenta inúmeros diagnósticos diferenciais, podendo nos conduzir ao erro. O diagnóstico correto é de suma importância para escolha do correto tratamento, evitando investigação extensa e tratamentos agressivos ao paciente. Não há estudos suficientes para confirmar sua etiologia.

REFERÊNCIAS

- 1- Sands NB, Tewfik M. **Benign Lymphoid Hyperplasia of the Tongue Base Causing Upper Airway Obstruction.** Case Reports in Otolaryngology. 2011; 1–2.
- 2- Carnelio S, Rodrigues G. **Benign Lymphoid Hyperplasia of the Tongue Masquerading as Carcinoma: Case Report and Literature Review.** J Contemp Dent Pract 2005; 3(6):111-119.
- 3 – Silva WR, França GM, Junior JF, Rodrigues KS, Santos JWM, Silveira EJD et al. **Parotid follicular lymphoid hyperplasia - a rare entity: the challenges in differential diagnosis.** J. Bras. Patol. Med. Lab. Rio de Janeiro. 2020; 56: e1962020. [Online]. Disponível em:
- 4 - Neville BW, Damm DD, Allen CM, Bouquot JE. **Patologia Oral e Maxilofacial.** 3 ed. Rio de Janeiro. Elsevier. 2009; 13, p 573-574.
- 5 - Nicoli TK, Gupta S, Kotecha B. Radiofrequency thermotherapy in the treatment of tongue base lymphoid hyperplasia: case report. **The Journal of Laryngology & Otology.** 2015; 129(04): 398–402.
- 6 - Mamede RCM, Eichenberger GCD, Garcia Júnior D, Dantas RO, Leite GJ. A hipertrofia da base da língua está relacionada ao refluxo gastroesofágico? **Revista Brasileira de Otorrinolaringologia.** 2001 ; 67(1): 73-76.
- 7 – Stoopler ET, Ojeda D, Elmuradi S, Sollecito TP. Lymphoid Hyperplasia of the Tongue. **The Journal of Emergency Medicine.** 2015; 1-2.
- 8- Anjomshoaa I, Bulford LA, Dym H, Woo S-B. Florid Follicular Lymphoid Hyperplasia of the Hard Palatal Mucosa Managed With Intralesional Steroids: A Case Report and Review of the Literature. **Journal of Oral and Maxillofacial Surgery** 2013; 71(7): 1202–1208.
- 9 – Bianchini AP, Guedes ZCF, Hitos S. Respiração oral: causa x audição. **Revista CEFAC.** 2009; 11 (11): 38-43.

Alessandra Marques Diefenthaeler
Aline Borsato Corrêa Coelho
Aline Latichuky
Amanda Kley Couto
Ana Flávia Costa Eccard
Andreia de Bem Machado
Andréia Valéria de Souza Miranda
Angelica Markus Nicoletti
Anna Cristiane Duarte Silva
Antonio Marcos Ghizoni
Arceloni Neusa Volpato
Arlindo Bampi Filho
Beatriz Lucia Salvador Bizotto
Bruno Nunes Correa
Carolina da Silva Mezzomo
Caroline Godinho dos Anjos
Caroline Monteiro Julianelo
Cleiton Melha Rothmund
Diana Leticia de Oliveira
Edi da Silva
Eduard Marquardt
Elisângela Velho Rita
Felipe Boeck Fert
Gabriela da Silva
Gustavo Bampi
Gustavo Capobianco Volaco
Heidy Danúbia Pereira Rodrigues
Inês Staub Araldi
João Vitor De Matia Liposki

Jordana Aparecida Teza
José Correia Gonçalves
José Roberto Paludo
Larissa Amorim
Larissa Sandri Wojcik
Leandro Fuck Macedo
Lucas Soso Bressan
Magali Maria Tagliari Graf
Maiara de Fátima Gonçalves
Maria Eduarda Butzki da Silva
Nádia Webber Dimer
Nayara Alano Moraes
Patrícia Citadin Dutra
Paola de Oliveira Machado
Paula Cristina de Siqueira
Pedro Hiago de Liz Lopes
Rafael Rodrigues Schmitt
Rafaela Francisco da Nóbrega
Renato Rodrigues
Ricardo Leone Martins
Rosangela Martins Carrara
Soeli Zembruski Staub
Tatiele Poliana Restelatto Severo Da Silva
Teresinha Bueno Branco
Vanessa de Souza Mariano
Patrícia Citadin Dutra
Vivian Regina Dematé Pereira
Viviane Grassi



editora
papervest

Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - CEP: 88503-190
Fone: (49) 3225-4114 - Lages / SC
www.unifacvest.edu.br